TERRAS DE DO ALVAA RODA

Bahia de todolos sã tos

Boy peba

*Baía de Todos os Santos*

Carlos Caroso
Fátima Tavares
Cláudio Pereira
Organizadores

# Baía de Todos os Santos

## Aspectos Humanos

Salvador | 2011 | EDUFBA

Capa e Projeto Gráfico
***Gabriela Nascimento***

Foto da Capa
***Jorge Antonio do Espírito Santo Batista***

Artefinalização de Imagens e Gráficos
***Genilson Lima Santos***

Normalização
***Normaci Correia dos Santos Sena***

Revisão
***Cida Ferraz***

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Baía de Todos os Santos : aspectos humanos / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2011.
600 p. : il.

ISBN 978-85-232-0761-8

1. Todos os Santos, Baía de (BA) - História. 2. Desenvolvimento econômico e população. 3. Religião e cultura. I. Caroso, Carlos. II. Tavares, Fátima. III. Pereira, Cláudio.

*CDD - 98142*

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n - Campus de Ondina
40170-115 - Salvador - Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

# Sumário

## EIXO III – Expressões Religiosas, Artísticas e Imaginário Baiano

409



## Colaboradores

# *Prefácio*

O Estado da Bahia, ao longo do tempo, tem reconhecido a centralidade da Baía de Todos os Santos (BTS) para o seu desenvolvimento, seja por abrigar sua capital, pelo polo petroquímico estabelecido no seu bojo ou pela possibilidade de escoamento dos produtos nos diversos portos por esta acolhidos, seja pela conformação geográfica que lhe garantiu papel de destaque na história do Estado. Nesse cenário, a Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB) vêm apoiando um programa de pesquisa – multi-institucional, multidisciplinar e articulado – sobre a BTS, cujo horizonte temporal de 30 (trinta) anos favorece a compreensão longitudinal dos movimentos humanos e ambientais na Baía.

Ao longo do tempo, a BTS tem sido objeto de investigações. No entanto, os dados estão dispersos e são, em sua maioria, restritos à academia ou às agências que fomentaram as pesquisas que os originaram. A presente publicação visa suprir essa lacuna. O livro Baía de Todos os Santos foi pensado em dois volumes: o Ambiente Físico e o Ambiente Humano. O primeiro volume foi lançado em agosto de 2009 e trata dos aspectos oceanográficos da BTS. Para a organização do segundo volume, Aspectos Humanos, a FAPESB convidou o antropólogo Prof. Carlos Caroso que, junto com a Profa. Fátima Tavares e o Prof. Cláudio Pereira, identificaram e envolveram os demais autores que, a partir de seus estudos e de uma busca sistemática dos dados existentes, puderam elaborar os capítulos que ora são apresentados. No conjunto, esses capítulos formam o panorama do ambiente humano da BTS.

Com a presente publicação e com o fomento às pesquisas de longo prazo, a FAPESB busca contribuir para favorecer uma reflexão sobre os modos de pensar e agir na Baía de Todos os Santos.

Salvador, 24 de novembro de 2011.

***Roberto Paulo Machado Lopes***
*Diretor Geral*
*Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia*

# Introdução

Boypeba
I. dos frades
Ilha de Maree
I. do medo
Bahia de
todolos sã
tos
TERRAS
DE DO
ALVA
RO DA
COSTA
Cidade do
Salua
dor

Boypeba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DO ALVA RODA COSTA

I T C A P A R I C A

6 braças de preamar dagoas vivas

# *Introdução*

*Carlos Caroso*
*Fátima Tavares*
*Cláudio Pereira*

Aos ilhéus e populações que habitam o entorno da BTS, resistindo ao descaso dos poderes públicos e governantes e preservando-a como espaço plural de características culturais únicas.

A Baía de Todos os Santos, com superfície de 1.233 km$^2$, é o segundo maior acidente geográfico deste tipo no Brasil, com dimensão inferior à Baía de São Marcos, no Maranhão. Fazem ainda parte desse sistema duas outras baías de menores dimensões, respectivamente as de Iguape e Aratu, 56 ilhas, sendo a de Itaparica a maior ilha marítima do Brasil, estuários de rios, manguezais, restingas e matas que compõem seus ecossistemas e formam sua paisagem natural.

Sobre estes substratos naturais foram construídos mais de cinco séculos de história, na qual as populações indígenas crescentemente perderam o protagonismo, desde o momento em que navegadores europeus aí aportaram no primeiro dia do mês de novembro do ano de 1501, e a nominaram em homenagem católica ao dia de Todos os Santos. De paisagem natural e território de ocupação indígena, a BTS torna-se o principal portal de acesso ao território que veio posteriormente a abrigar cidades, vilas, municípios, populações e patrimônio erigido que conformam a paisagem humana e cultural de sua porção insular e entorno. A Cidade do Salvador, fundada em 1549 na península situada entre a borda leste da BTS e o Oceano Atlântico, inteiramente voltada para o mar e para sua defesa, em virtude de sua situação geopolítica estratégica, tornou-se a primeira capital do Brasil e o mais importante centro urbano entre todas situadas na Baía e seu entorno.

Sobre esta cidade, protegida por sua localização privilegiada e fortificada, em seu já clássico estudo sobre *Embarcações do Recôncavo*, Agostinho (1973, p. 7) assim a caracteriza:

> De típica feição mediterrânica, com a parte baixa, marinheira e comercial, e a acrópole administrativa e religiosa alongada na península entre o Atlântico e o porto abrigado dos ventos dominante, teve desde cedo, a cidade do Salvador sua vida pendente da navegação interior. Empório do comércio de açúcar, intermediárias entre as plantações do Recôncavo e os mercados de além-mar, e do Recôncavo alimentada com produtos agrícolas – que o gado lhe vinha do norte, das terras da Casa da Torre -, Salvador sempre esteve nas mãos dos que tiveram o domínio do mar. Nas guerras holandesas, na Independência, na Sabinada, mais tarde, para a cidade o ponto decisivo foi perder ou manter as águas da baía, que outro acesso não havia, tão precárias e inexistentes eram as vias terrestres.

Os limites e possibilidades impostos e permitidos pela navegação no mar interior, rios e pelos portos abrigados, assim como pelo acesso fácil à navegação oceânica, somados à inexistência de outras vias, na visão de Agostinho (1973), caracteriza a "[...] dependência da navegação para o transporte, em escala menor, para a pesca". O desenvolvimento de uma multiplicidade de tipos navais veio a atender estas necessidades, sendo que ao longo do tempo e como resultado da

implantação de outras alternativas muitos destes veículos para transporte de pessoas e mercadorias por via aquática vieram a desaparecer (AGOSTINHO, 1973, p. 7). Como evidência desta grande disponibilidade de equipamentos aquáticos para transporte no século XVI, Agostinho coteja o registro de Gabriel Soares de Sousa (1938, p. 174 apud AGOSTINHO, 1973, p. 7): "[...] se ajuntarão na Bahia mil e quatrocentas embarcações... e mais de duzentas canoas, e todas estas embarcações mui bem remadas [...]".

A introdução posterior de meios terrestres de transporte motorizado (rodoviário e ferroviário), assim como de novos tipos de embarcações, de maior tamanho e capacidade de cargas e passageiros, constituiu um dos fatores que veio a causar a perda de importância e quase desaparecimento de veículos aquáticos característicos da BTS, tal como das canoas de transporte e pesca e dos saveiros. Os veículos aquáticos outrora usados para transporte e desempenho de atividades de pesca são gradativamente substituídos por embarcações de grande porte que carregam cargas, pessoas e automóveis. Juntamente com esses, as embarcações para uso recreativo e esportivo redefinem a paisagem da BTS, muitas destas utilizando cascos que outrora pertenceram a saveiros, transformados em escunas.

Os antigos saveiros que outrora dominaram a paisagem da BTS em décadas recentes vieram a ser objeto de esforços de preservação e restauração de alguns poucos exemplares que restam, assim como as técnicas para sua confecção. Os incentivos são dados principalmente pela realização de regatas e, muitas vezes, esforços privados para preservar e restaurar tais espécies e mantê-las em uso sob o comando de seus antigos mestres. O recente tombamento do saveiro *Sombra da Lua*, com 85 anos de operação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é um importante evento para a preservação deste tipo de embarcação, um dos dezenove ainda em operação na BTS, assim como das técnicas de feitura e conservação preventiva dos mesmos.

O conhecimento das intensas atividades e usos navais da BTS requer que se destaque sua importância como depositária de valioso patrimônio cultural subaquático, que resulta particularmente de naufrágios acontecidos durante o longo período colonial e pós-colonial. Estes bens arqueológicos, se devidamente resgatados e estudados, podem fornecer importantes informações de caráter social, político, econômico, ideológico, tecnológico e comportamental. Seu potencial pode ser aquilatado pela referência a mais de 150 embarcações naufragadas na BTS feita pelo historiador José Góes de Araujo (1998). Contudo, os sítios arqueológicos da BTS ainda não receberam qualquer intervenção de arqueologia *stricto sensu* e, devido aos saques e à crescente depredação, muitos destes estão prestes a desaparecer como fonte documental de inestimável valor histórico e cultural. Sobre esta possível tragédia, Agostinho, em artigo publicado em 1989, antecipa e alerta que o patrimônio arqueológico subaquático se encontra ameaçado,

> [...] por efeito de uma dilapidação sistemática que resulta do alto valor, intrínseco, histórico ou artístico que as cargas submersas encontradas alcançam no mercado [...] que opera a nível nacional e internacional [...] (AGOSTINHO, 1989, p. 369)

A proposta neste livro é de apresentar estudos do espaço e território da BTS, em aspectos que integram a paisagem física àquela culturalmente elaborada. As formas de viver, fazer, cuidar, ser, crer, enlutar, festejar, comemorar; as expressões artístico-culturais de suas populações e o elaborado imaginário sobre esta parte da Bahia, da qual deriva sua identidade maior, motivou a organização do tomo II do livro *Baía de Todos os Santos*. Neste tomo são abordados os Aspectos Humanos, em sequência ao tomo I, *Baía de Todos os Santos: Aspectos Oceanográficos*. Motivou-nos, particularmente, a proposta da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB) e o Instituto do Meio Ambiente (IMA) de elaborar esta obra como parte de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico, voltada para valorizar as populações, a diversidade de manifestações culturais e o patrimônio material e imaterial, móvel e imóvel, da BTS, assim, de serem estes dois livros marcos de referência para futuros e mais detalhados estudos a serem desenvolvidos sobre esta área.

Para dar conta da tarefa que nos foi confiada, optamos pela definição de linhas e eixos temáticos que recobrissem a grande pluralidade de aspectos, buscando também compor um quadro, o mais rico possível, da diversidade encontrada na BTS, tanto na atualidade como numa abordagem histórica mais aprofundada. Para isso, foi necessário esclarecer algumas questões que atravessaram nossas preocupações com relação à amplitude do empreendimento.

A primeira delas refere-se aos contornos da área investigada, compreendida pelo território dos treze municípios situados na porção insular e entorno da BTS. Dez destes banhados por suas águas – Salvador, Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Saubara, Salinas da Margarida, Maragogipe, Jaguaripe, Vera Cruz, Itaparica – e três, Cachoeira, São Félix e Santo Amaro, que se integram à BTS através do sistema hídrico, da navegação e/ou de características culturais. Os treze municípios abrigam uma população total de 2.783.738 habitantes (IBGE, 2010), contudo, 87,76% desta se encontram no município de Salvador. Considerando que a delimitação da BTS frequentemente tem variadas respostas, foi solicitado aos autores de cada texto que problematizassem esse aspecto em seus respectivos capítulos, de forma que o livro no seu conjunto refletisse essa discussão.

Como orientação mais geral para a organização deste livro, lembramos também que as regiões do entorno da baía – o Recôncavo e a Região Metropolitana de Salvador – não são coincidentes, apresentando, no entanto, importantes áreas de interseções e superposições. Na caracterização do entorno da BTS, pode-se considerar apenas as áreas margeadas e suas populações ribeirinhas ou

estender seus limites às regiões em que se verifiquem continuidades identitárias importantes. A partir de quais aspectos poderíamos caracterizar o "entorno da BTS e sua extensão", de forma que alcancem densidade conceitual, ampliando os limites do reconhecimento estritamente geográfico?

Ao longo dos capítulos que foram escritos, podemos observar variações em torno da área delimitada por cada um dos autores que tratam desta questão, tanto em perspectiva dos limites físicos quanto históricos, implicando em variações importantes nas concepções da área abrangida. Contudo, o objetivo que temos é exatamente o de explicitar as possibilidades de se apropriar de um termo ou conceito, extraindo dele novos usos para a compreensão da questão que realmente nos interessa: como se caracteriza e se conforma a dinâmica da vida das populações que habitam o entorno da BTS em suas variadas formas (aspectos econômicos, culturais, demográficos etc.)? Como desdobramento dessa questão, ganha relevância a investigação das relações entre Salvador e os municípios do interior e entorno da BTS que historicamente se encontram em sua área de influência.

Os problemas de delimitação e conceituação não se restringem ao entorno da BTS. A própria caracterização do Recôncavo não foge às mesmas dificuldades geopolíticas: pesquisadores como Maria Brandão (2007) e Milton Santos, por exemplo, indicam delimitações diferenciadas. Conforme esclarece Brandão (2007), desde meados dos anos 70, o interesse do governo federal foi crescentemente dirigido à Região Metropolitana de Salvador (RMS), provocando uma redefinição do termo "recôncavo", que passa a excluir a própria RMS e os municípios ao norte e a oeste dessa região, ficando restrito à região sul e mais 14 municípios de regiões próximas. Poderíamos afirmar, então, que os "recôncavos" são muitos e, principalmente, que são "moventes", tendo os seus limites administrativos, econômicos e culturais se modificado ao longo do século passado.

A controvérsia dos limites é um indicador das diferenças que atravessam o entorno da BTS e que marcam fortemente a sua ocupação e o desenvolvimento posterior, conformando, ao longo da história, territórios culturais bem demarcados. Como região subsidiária de Salvador, importante referência da "baianidade", espaço marcado pela pluralidade e enorme desigualdade social – estas são diferentes possibilidades de se compreender o entorno da BTS. (PEDRÃO, 2007)

Como já indicamos, a não coincidência entre os limites geopolíticos do Recôncavo e o entorno da BTS nos leva necessariamente à problematização dos limites das áreas investigadas. Por outro lado, isso não elimina a necessidade de realizarmos um esforço de investigação conjunto, já que ambas as regiões participam de uma mesma trajetória histórica, com seus problemas e potencialidades.

Atualmente, essas regiões enfrentam novos desafios em razão da intensificação do seu potencial turístico, bem como das novas formas de relação com a capital. Analisando a BTS e as condições de vida das populações do entorno,

Ronan Brito (2001) afirma que, apesar de todos os problemas que envolvem riscos de natureza ambiental, a BTS apresenta condições de retomar a sua importância. Mas, para isso, é necessário um grande projeto metropolitano que considere toda a sua diversidade cultural e ambiental, revitalizando a economia regional para investir na alternativa representada pela denominada indústria turística.

> O potencial náutico e turístico da Baía é inquestionável; contudo é preciso que limpemos as lentes embaçadas dos nossos óculos para também podermos enxergar que ali também vive um povo que certamente continuará sem grandes perspectivas, mesmo com a chegada de um turismo classe A. Continuarão sempre empregados dos hoteleiros, ganhando uns míseros salários mínimos para arrumar os quartos dos hotéis de luxo ou vendendo bugigangas nas ruas de Itaparica ou Cachoeira. (BRITO, 2001, p. 99)

Outra questão relevante é que a publicação deste livro poderá contribuir para minimizar a assimetria entre a importância histórica das regiões do entorno da BTS na formação da identidade baiana e a escassez de trabalhos que enfoquem a sua diversidade, oferecendo caminho para futuros trabalhos sistemáticos que, transgredindo fronteiras disciplinares, seguramente poderão contribuir com uma compreensão mais sistêmica das questões aqui apontadas.

Neste sentido, Pedrão (2007) aponta a emergência de novos enfoques que buscam superar a perspectiva tradicional escravista, através de uma abordagem mais refinada da complexidade dos processos envolvidos nas transformações históricas da região:

> É um problema de sociologia histórica que leva a substituir termos genéricos, tais como o negro, o índio, os pobres, os senhores de engenho, por terminologia mais específica, que revela a pluralidade. Passa-se a falar de diferentes grupos de negros no ambiente rural e urbano e com diferentes tradições; de diversos remanescentes indígenas e da presença indígena na esfera da escravidão; de multiplicidade de condições de pobreza e de diversos capitalistas [...]. (PEDRÃO, 2007, p. 11)

Como o próprio autor afirma, ainda é persistente a falta de articulação entre as perspectivas historiográfica, demográfica, econômica e socioantropológica (PEDRÃO, 2007). Às mencionadas perspectivas, adicionaríamos outras, que transgridem fronteiras disciplinares e campos de saberes científicos, de maneira que seja possível compreender a BTS e suas populações numa perspectiva de sistema articulado e interdependente, cujas características distintas devem ser consideradas em qualquer projeto de desenvolvimento autossustentado que venha a ser elaborado.

O livro encontra-se organizado em três grandes eixos temáticos. O primeiro eixo, intitulado *Formação histórico cultural* é composto por sete capítulos que abordam a dimensão histórica a partir de diferentes perspectivas. O capítulo inicial, de Carlos Etchevarne e Luydy Fernandes, aborda os vestígios arqueológicos de grupos indígenas caçadores coletores – através dos sambaquis – e horticultores ceramistas, construtores de grandes aldeias – identificados na tradição ceramista. O texto de Ubiratan Castro de Araújo leva-nos a familiarizar-nos com os reveses da colonização portuguesa, desde os seus primórdios, em suas interfaces violentas com os Tupinambás que povoavam a região. O capítulo de Maria Hilda Baqueiro Paraíso aborda o mesmo contexto histórico, detendo-se especialmente nas diversas formas de resistência do indígena face ao projeto colonizador. Seguindo adiante, Wellington Castellucci Junior retrata as repercussões, na área do Recôncavo baiano, do importante episódio de resistência escrava nas Américas – o levante Malê em 1835 –, enfocando especialmente os processos ocorridos na então Comarca de Nazaré das Farinhas. A seguir, temos o texto de Mário Mendonça de Oliveira, apresentando uma abordagem histórica das fortificações existentes na BTS, as polêmicas envolvidas nas suas construções e posteriores transformações. O capítulo de Paulo Ormindo de Azevedo aborda a dimensão arquitetônica, em estreita articulação com o processo de urbanização da região, desde a formação dos primeiros povoados e vilas. Findando a primeira parte, encontra-se o texto de Fernando Pedrão sobre o processo de formação da economia e sociedade da BTS, enfatizando a importância do Recôncavo na confecção do imaginário social marcado pelo "atraso" e tradicionalidade que caracterizaram o modelo escravista.

O segundo eixo, *Economia, infraestrutura, transporte e desenvolvimento*, compreende seis capítulos. O primeiro deles é o de Sérgio Fraga Santos Faria, sobre a importância da atividade portuária na BTS para o desenvolvimento econômico da região. O segundo, de Fábio Bandeira e Ronan Caires de Brito, retrata aspectos populacionais, socioeconômicos e de divisão do trabalho das comunidades pesqueiras, bem como seus saberes e práticas cotidianas. Ainda no âmbito da mesma temática, João de Pina Cabral apresenta um ensaio de *ergologia* (que aborda os objetos que situam as pessoas no mundo), descrevendo os "modos de fazer" da atividade pesqueira das populações ribeirinhas. O capítulo escrito por Lívio Sansone aborda os efeitos das mercadorias-chave – açúcar e petróleo – para a formação de identidades sociais na região, em interface com os processos de racialização. O texto de Pedro Vasconcelos apresenta um painel das transformações por que passou a baía, sob diversos aspectos: geográfico, econômico e político, onde se podem observar períodos de maior ou menor dinamismo. Encerrando a segunda parte do livro, um pequeno e instigante texto de Sylvio Bandeira de Mello e Silva, no qual ele apresenta os desafios atuais em torno do desenvolvimento da BTS num contexto de globalização.

O último grande eixo do livro intitula-se *Expressões religiosas, artísticas e imaginário baiano*, sendo composto de sete capítulos. Inicia-se com um texto coletivo – Viga Gordilho, Gal Meirelles, Giovana Dantas e Nicole Avillez – apresentando os resultados iniciais de um projeto de oficinas de experimentações artísticas, realizado na Ilha de Itaparica. Inspirado na literatura de Jorge Amado, o capítulo de Ordep Serra e Xavier Vatin retrata os rituais festivos – cívicos e religiosos – que percorrem a BTS. O terceiro texto, também de autoria coletiva – Fátima Tavares, Cláudio Pereira e Carlos Caroso –, realiza um mergulho na diversidade religiosa de Salvador e entorno da BTS, enfatizando sua antiguidade, a dimensão pública diferenciada e as transformações recentes. Seguindo em afinidade temática, o capítulo de Célia Sacramento apresenta as festas na Ilha de Itaparica através de uma abordagem multissituada do fenômeno. Os capítulos restantes exploram o campo da literatura. A BTS retratada na literatura brasileira (tomada numa concepção ampliada) é o objeto do texto de Pedro Barboza. Em seguida, Lícia Soares de Souza nos apresenta a imagem da BTS que emerge do romance *Mar Morto*, de Jorge Amado. Por fim, encerrando o livro, Rita Olivieri-Godet realiza um mergulho na obra de João Ubaldo, destacando elementos que muito contribuíram para fixar o imaginário da Ilha e do Recôncavo.

Nossa intenção com a organização e a publicação deste livro, em resposta a uma proposta-convite já mencionada, é de contribuir para a visibilidade social de processos e dinâmicas socioculturais de cidades e regiões relegadas, atualmente, ao ostracismo da imprensa e ao descaso de políticas públicas adequadas à melhoria de vida das populações que residem e dão a face humana do entorno da BTS.

Esperamos que no conjunto esta obra constitua um documento base para desencadear e fundamentar novas interpretações sobre a BTS. Mais do que uma região geográfica sobre a qual não existe consenso absoluto quanto aos seus limites, esta representa um variado complexo de expressões culturais a exigir a urgente formulação de políticas públicas culturalmente sensíveis e ações gerenciais apropriadas para lidar com a diversidade aí encontrada. Visa-se, assim, contribuir para o enfrentamento de grandes desafios, como a reparação dos danos ambientais e socioculturais, para impulsionar o desenvolvimento ambiental, econômico e humano sustentável; para preservar a diversidade de expressões culturais que lhe dão características singulares; e, por fim, promover a justiça social para as populações que interagem neste sistema através de variadas atividades.

## *Referências*


AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo*: um estudo de origens. Salvador: Museu Wanderley Pinho, 1973. (Série Sociedade e Cultura).

_______. Para um programa de pesquisas sobre arqueologia, historia e arqueologia navais da costa brasileira: o projeto Archenave. *O Arqueólogo Português*, v. 4, p. 367-377, 1989.

ARAUJO, José Goes de. *Naufrágios e afundamentos*: Costa do Brasil, 1503 a 1995. 2. ed. Salvador: JM, .

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários recôncavos e seus riscos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras,* v. 1, n. 1, 2007.

BRITO, Ronan. A gestão da Baía de Todos os Santos. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador, v. 11, n. 2, p.98-100, set. 2001.

IBGE. Resultados do Censo 2010. *Diário Oficial da União*, 04 nov. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php>.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras,* v. 1, n. 1, p. 8-22, 2007.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia: UFBA, 1998.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Ministério da Cultura. *Patrimônio cultural naval do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1990.

## *Exemplares do Patrimônio Naval da Baía de Todos os Santos*

## *saveiros do recôncavo*

***Figura 1*** *- Sombra da Lua, navegando com o vento típico do verão. Detalhes: mastro, carangueja, vela de içar e "buja". Foto: André Lima.*

***Figura 2*** *- Saveiros de vela de içar participando da Regata João das Botas. Foto: André Lima.*

***Figura 3*** *- Saveiros de vela de içar,*
*tendo ao fundo o Farol da Barra.*
*Foto: André Lima.*

***Figura 4*** *- Saveiros Ideal e*
*Vendaval II competindo na Regata*
*João das Botas (2008).*
*Foto: André Lima.*

***Figura 5*** *- Saveiros de vela de pena tendo ao fundo a encosta do Corredor da Vitória. Foto: André Lima.*

***Figura 6*** *- Saveiro rabo -de-peixe com vela de içar e "buja". Foto: Fernando Massa.*

## *embarcações de pesca e transporte*

***Figura 7*** *- Canoa tradicional (monóxila) a vela.*
*Foto: André Lima.*

***Figura 8*** *- Canoas de pesca e transporte no porto.*
*Foto: André Lima.*

***Figura 9*** *- Embarcação motorizada do fundo da BTS, derivada das "lanxas".*
*Foto: André Lima.*

***Figura 10*** *- Catraia usada para pesca.*
*Foto: André Lima.*

***Figura 11*** *- Âncora tipo almirantada do navio Utrecht afundado no Banco da Panela. Foto: Fernando Massa.*

***Figura 12*** *- Pedaço de madeirame da nau da Carreira da Índia (Nossa Senhora do Rosário & Santo André) afundada no século XVIII. Foto: André Lima.*

***Figura 13*** *- Material arqueológico resultante de pesquisa no Porto Organizado em Salvador. Foto: André Lima.*

# *Eixo I – Formação Histórico-cultural*

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

TERRAS DE DO ALVARO DA COSTA

Bahia de todolos sã tos

P A R A G U A Ç U

I T A P A R I C A

# Apontamentos para uma Arqueologia do Recôncavo Baiano

*Carlos Etchevarne*
*Luydy Fernandes*

## Considerações gerais sobre a ocupação humana na Bahia

Com a concepção de que o espaço natural é apropriado historicamente de forma diferenciada, podemos aceitar, em linhas gerais, uma divisão segundo a qual o território que constitui hoje o Estado da Bahia pode ser dividido em grandes áreas. Estas são delimitadas grosso modo por aspectos ambientais que de alguma forma condicionaram ou favoreceram a implantação de grupos humanos que desenvolveram sistemas adaptativos diferentes. A primeira, de leste para o oeste, é a litorânea que se estende de norte a sul do Estado. Essa faixa inclui a Baía de Todos os Santos limitada ao norte pela península, onde se situa a cidade de Salvador, e que tem continuidade na concavidade territorial denominada desde tempos coloniais como Recôncavo baiano. Em linhas gerais, essa região tem uma cobertura vegetal típica de áreas muito úmidas, com índices pluviométricos que permitem a instalação de uma cobertura vegetal de floresta tropical densa, perenifólia, chamada Mata Atlântica. Outros ambientes litorâneos, fundamentais para a instalação humana, são os mangues, encontrados em águas salobras dos rios que desembocam no oceano, e as restingas, desenvolvendo-se nos solos arenosos dos cordões de dunas, que acompanham as praias, e nas beiras das lagoas litorâneas interdunares. Todos estes ambientes, próximos entre si, mas com diferenciação em espécies faunísticas e florísticas, proporcionaram, e ainda proporcionam, um conjunto diversificado de opções econômicas aproveitadas pelos grupos sociais de tradições culturais diversas, indígenas e europeus, com tecnologias e propósitos que lhes eram particulares.

Depois da região litorânea, na medida em que se interioriza em direção ao oeste, a paisagem modifica-se em topografia, clima e vegetação. As chuvas tornam-se paulatinamente mais escassas e, sobretudo, distribuídas durante o ano em períodos marcados. Acompanhando este declínio pluviométrico e a ciclicidade anual, aparece uma vegetação caducifólia, cada vez mais esparsa até se converter em um tipo xerófila, a caatinga. Na região central do Estado, especificamente na Chapada Diamantina, por força da altura alcançada em alguns pontos desse planalto, ocorrem chuvas orográficas com aparição de uma importante vegetação densa de altitude. No resto do território do Estado, ao norte e ao sul dessa chapada, a paisagem torna-se agreste, com espécies vegetais adaptadas às chuvas escassas e concentradas a um curto período do ano. O Além-sanfrancisco, por sua vez, influenciado por outro regime de chuva, está tomado, na sua maior parte, pelo cerrado, com algumas manchas de transição entre este ecossistema e o semiárido.

Se, por um lado, considerarmos que os equipamentos culturais são criados como resposta adaptativa a ambientes específicos, por outro, dificilmente pode se pensar que os grupos humanos não tenham se deslocado para um ou outro espaço ecológico, não fazendo uso temporária ou permanentemente de determinados

recursos naturais. Deve-se pensar, contrariamente, na utilização de espaços variados e que a existência de mobilidade inter-regional para a obtenção de algum produto não foi prerrogativa dos colonizadores portugueses. A dinâmica das populações indígenas pré-coloniais também incluía intensa movimentação dentro de um território e entre ambientes diferentes da sua área de habitação permanente, em que provavelmente eram usados os cursos de água, rios e riachos, como corredores de passagens.

Com esta premissa fica explicitado que os vestígios arqueológicos encontrados nos ambientes antes elencados não são produto da ação de um grupo fixo no espaço e no tempo. Antes, deve se pensar que os sítios arqueológicos no Estado da Bahia, em todos os períodos, correspondem à materialidade restante relativa aos processos sociais, que envolviam populações, que mantinham uma relação estreita com o ambiente que as circundava, mas não se limitavam a ele. Por isto, deve se entender que tanto os grupos indígenas pré-coloniais como os do período colonial e do pós-colonial, assim como os contingentes de população europeia, notadamente portuguesa, mantinham uma rede de contactos pacíficos, comércio e alianças e relações de beligerância com outros povos, o que significa pressupor forte dinamismo social. Por outro lado, fica também como pressuposto que havia circulação por diferentes territórios/ambientes, na procura de produtos que considerassem de importância socioeconômica ou, talvez, simbólica.

## *A ocupação humana do Recôncavo anterior à colonização*

O território em torno da Baía de Todos os Santos foi identificado como um cenário de ocupações indígenas, conforme fartamente o documentam os cronistas do primeiro momento de ocupação colonial portuguesa da região.[1] No entanto, no que tange a referências sobre grupos pré-coloniais, estas só podem ser obtidas a partir dos vestígios da cultura material deixados por essas populações. Efetivamente, somente as pesquisas arqueológicas podem trazer à luz informações sobre os processos históricos que envolveram esses grupos.

Em linhas gerais, através dos sítios encontrados, até o momento, na área aqui tratada, podem se identificar formas de organização socioeconômicas compreendidas em categorias consagradas como a de grupos de caçadores coletores e a de horticultores ceramistas, construtores de grandes aldeias. Cabe ressaltar que essas são classificações englobantes e genéricas, que não deixam transparecer as diversidades existentes entre os grupos nelas enquadrados. Do ponto de vista da

1 Gabriel Soares de Souza (2000), Frei Vicente de Salvador (1982), Fernão Cardim (1980), José de Anchieta (1988), entre outros.

Arqueologia, podemos considerar que o primeiro caso encontra-se bem exemplificado nos sítios sambaquis. No segundo, existem sítios classificados em duas grandes tradições ceramistas, com períodos de aparição e desaparição bastante bem determinados. São elas a Tradição Aratu e a Tradição Tupi, que dominaram vastos territórios do Nordeste brasileiro.

## *Sítios de caçadores coletores. Os sambaquis*

De acordo com o atual estágio de conhecimento da região, o registro arqueológico mais antigo que se conhece da presença humana no Recôncavo corresponde aos sítios denominados sambaquis. Sumariamente, um sambaqui é o resultado de um padrão cultural de comportamento social, derivado do acúmulo intencional de uma grande quantidade de conchas coletadas dos mangues. Uma parte desses mariscos recolhidos era usada como base da alimentação daqueles grupos humanos, embora a maior parte tenha sido coletada justamente para a construção do montículo. Quando essa estrutura alcançava dimensões consideradas suficientes, o grupo que o construía passava a habitar sobre ele, de forma que o acúmulo de conchas funcionava como um grande aterro, em alguns casos destacando-se na paisagem das planícies costeiras e, talvez, demarcando a sua posição.

Em termos cronológicos, esse tipo de sítios é registrado, no Brasil, a partir de 9.000 anos, em São Paulo, perdurando até aproximadamente 500 anos antes da chegada dos portugueses. Encontram-se no litoral da América do Sul, desde a Terra do Fogo na Argentina até a costa do Estado do Pará, existindo também na costa pacífica na região de Valdívia, Equador. Ou seja, trata-se de um tipo de instalação litorânea bastante generalizado.

Os maiores sambaquis brasileiros têm, hoje, cerca de trinta metros de altura por mais de duzentos metros de extensão e estão localizados no litoral de Santa Catarina. As inúmeras escavações realizadas nos sítios catarinenses e paulistas demonstraram que além de servirem como locais de habitação também se praticavam neles sepultamentos e se confeccionavam instrumentos. Existem outros vestígios alimentares além das típicas conchas de moluscos, tais como restos de peixes, de mamíferos marinhos (baleias), de aves e de animais quadrúpedes terrestres. Esse conjunto de atividades aponta para a complexidade da vida nesses ambientes que conjugavam recursos marinhos complementados pelos elementos obtidos do interior do continente. Dentre a vasta gama de objetos comumente recuperados estão os líticos lascados e polidos, e, nesse caso, deve-se dar destaque particularmente aos zoólitos. Tais esculturas em pedra demonstram a observação atenta de vários animais, como, por exemplo, aves, peixes, cetáceos, além das raras representações

antropomorfas. Dos artefatos ósseos há uma especial presença daqueles realizados sobre restos de animais marinhos. Colares de dentes de tubarão, objetos de bula timpânica de baleia, arpões de arraia, anzóis de conchas espiraladas, além de vários tipos de raspadores e colheres feitos com as conchas.

As estruturas de combustão são elementos presentes nos sambaquis que oferecem informações temporais essenciais à compreensão daquele universo. Por meio do carvão delas recolhido é possível estabelecer a cronologia absoluta dos níveis estratigráficos, via o método de datação por C14. Restos calcinados de cozinha, por sua vez, são comuns entre as suas cinzas, permitindo ao pesquisador ter uma ideia mais aproximada e direta do regime alimentar sambaquiano. Associadas aos buracos de estacas das cabanas, as fogueiras constituem excelentes indicadores das camadas de acúmulo do aterro de conchas, testemunhando a sucessão dos pisos de ocupação.

Apesar de serem poucos os estudos arqueológicos sistemáticos na área em torno da Baía de Todos os Santos, os dados conseguidos legitimam pensar que todo o Recôncavo deve ser tratado como um âmbito muito apropriado para a instalação de populações indígenas. Nesse sentido, algumas informações obtidas pelo arqueólogo Valentin Calderón, da Universidade Federal da Bahia, podem ser apresentadas para compor um quadro preliminar da ocupação desta área.

No início dos anos 60, este pesquisador realizou o primeiro trabalho sistemático de arqueologia na Baía de Todos os Santos na localidade de Peri-Peri, especificamente em Pedra Oca. Aqui foi descoberto e escavado um sambaqui que proporcionou uma datação radiocarbônica de quase 3.000 anos de antiguidade. Os grupos construtores desse sambaqui, assim como aqueles de outras regiões brasileiras, tinham uma estreita relação com o ambiente marítimo, de onde tiravam a maior parte de seus recursos alimentares. Nem por isso, contudo, deixaram de se aproveitar dos ambientes fluviais, lagunares ou terrestres, de onde se serviam de recursos complementares, praticando a caça, a pesca e a coleta. Outros sambaquis foram identificados por Calderón em diversos pontos do Recôncavo baiano: o Sambaqui da Ilha do Casqueiro, em Santo Amaro; o do Sobrado, na localidade de Porto Santo, na ilha de Itaparica; e de Cajaíba, na ilha do mesmo nome, dentre tantos, sem que esse arqueólogo proporcionasse outras datações.

Cabe destacar que Pedra Oca é o único sambaqui escavado, até o presente, no Recôncavo baiano. Por isto, constitui a referência mais importante sobre este tipo de sítio arqueológico, ainda que a sua integridade, já na época da pesquisa de Calderón (1964, p. 15), foi calculada em uma "mínima parte" do original devido à ação erosiva do mar. De fato, as oscilações no nível marítimo, se, por um lado, permitiram em um determinado momento o próprio assentamento humano sobre uma praia a uma altura maior que a atual, podem, por outro, ter sido motivo de devastação em períodos posteriores de aumento do nível das águas.

Não obstante as restrições do estado de integridade, os dados obtidos a partir da coleta do material arqueológico, escavado observando rigorosamente a estratigrafia geológica e antrópica, são fundamentais para conhecer, minimamente, o contexto cultural dos grupos sambaquianos. No que se refere ao acúmulo intencional de conchas, por exemplo, usadas ou não para o consumo alimentar, predominam as ostras (espécies *Ostrea arbórea, Ostrea frons* e a *Arca secticostata*, principalmente) havendo outros exemplares de fauna malacológica como a *Lucina pectinata, Anamalocardia brasiliana, Strombus pugilis*, entre as mais abundantes. (CALDERÓN, 1964, p. 74)

Como em tantos outros sambaquis brasileiros, também em Pedra Oca foram encontrados testemunhos de enterramentos, caracterizados como sepultamentos rasos (45-50 cm da superfície), em posição decúbito lateral esquerdo, fletidos, com orientação da cabeça para o sul-oeste. Nestes enterramentos não foi encontrado nenhum acompanhamento funerário, mas, aparentemente, os sinais de queima nos ossos das pernas têm relação com uma fogueira ritual. (CALDERÓN, 1964, p. 72)

Outras evidências de ocupação humana correspondem aos restos de fogueiras, pedras de trempes e de esteios, no que tange aos arranjos domésticos. Os artefatos móveis de Pedra Oca compreendem uma série de instrumentos líticos, a maior parte deles destinados, talvez, à obtenção e consumo de alimentos. São eles bigornas, batedores com depressões centrais, batedores moedores, alisadores, lâminas de machado etc. (CALDERÓN, 1964, p. 61) Em osso, foram coletados, unicamente, pontas, um provável anzol e enfeites corporais. Já em concha, alguns artefatos polidos e contas de colares. O conjunto de fragmentos cerâmicos, nos níveis de ocupação pré-colonial, demonstra que os grupos sambaquianos produziam recipientes pela técnica de roletes, com superfícies bem alisadas e com formas simples semiesféricas ou aproximadamente campaniformes. (CALDERÓN, 1964, p. 49)

No último nível de ocupação do sambaqui da Pedra Oca, Calderón observou uma situação de contacto interétnico, manifesta pela mistura de material indígena e restos cerâmicos de grupos coloniais. A determinação deste momento no século XVI, período de grande expansão portuguesa pelo Recôncavo, não implica, necessariamente, em uma vinculação dos seus últimos ocupantes indígenas com os construtores do sambaqui. Antes, corresponde a uma reocupação do mesmo, por parte de grupos de grandes aldeias, que usufruíram das vantagens oferecidas pelos recursos do ambiente.

## *Populações indígenas pré-coloniais ceramistas e construtores de grandes aldeias*

As informações derivadas dos estudos realizados até o momento sobre sítios correspondentes a populações indígenas pré-coloniais apontam para uma ocupação,

logo na sequência aos coletores sambaquianos, de grupos de horticultores ceramistas, fazedores de assentamentos demograficamente importantes.

Esses grupos ocuparam o território do Recôncavo, o que pode ser confirmado através dos sítios BA-13, sobre o rio Guipe, BA-89 e BA-LN-137[2], localizados e trabalhados na década de 1970. Cabe ressaltar que na baía de Aratu, incluída por sua vez na Baía de Todos os Santos, também Valentin Calderón reconheceu, pela primeira vez, a existência de uma unidade cultural, de grupos pré-coloniais, que denominou justamente de Aratu. No sítio Guipe, o pesquisador encontrou, entre outros materiais, 54 urnas funerárias. Datações radiocarbônicas permitiram reconhecer esse sítio como sendo do século IX d.C. (CALDERÓN, 1974)

A identificação deste macrogrupo, associado aos atuais grupos de língua Jê, é feita, de forma clara e precisa, a partir de seus rituais de enterramento. Estes consistem na disposição dos corpos completos em urnas de cerâmica, às vezes com acompanhamento funerário. Os recipientes funerários têm uma padronização constante no tempo e no espaço, de tal modo que podem ser considerados elementos diacríticos destes grupos. Outras características das populações Aratu são a construção de grandes aldeias e o conhecimento da horticultura, possivelmente do milho e da batata-doce. Hoje, sabemos que os grupos Aratu ocuparam uma extensão territorial que vai da faixa litorânea (Bahia, Sergipe, Pernambuco) até o cerrado da Bahia e de Goiás.

Existem registros de outros sítios Aratu localizados em várias partes do território do Recôncavo, por exemplo, o que se encontra no campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município de Cruz das Almas, nas imediações da Reitoria. Ainda que não tenha sido escavado, sua localização nas proximidades de um curso de água e sua posição no cume de uma colina, com boa visibilidade sobre o horizonte circundante, corroboram um padrão de instalação frequente nesses grupos, para esta região. Outro sítio Aratu foi encontrado na Usina Aliança, município de Candeias, localizado na década de 80, com a descoberta ocasional de uma urna funerária.

A partir do século XIII d.C. constata-se a chegada, no atual território baiano, de outros grupos de horticultores ceramistas que, provavelmente conquistaram, ou então empurraram os precedentes Aratu para outros espaços. Referimo-nos aos grupos de origem Tupi. De fato, localizaram-se algumas situações arqueológicas em que a disposição dos vestígios remete fortemente a uma ocupação imediata Tupi de um local Aratu, indicando uma possível expulsão.

Os diversos grupos Tupi eram também horticultores, porém especializados no cultivo da mandioca amarga que, uma vez ralada e transformada em pasta, processavam para a extração dos elementos tóxicos, mediante a utilização de objetos cerâmicos específicos, os grandes pratos ou assadores. As aldeias eram grandes,

---

2 Esses sítios foram denominados seguindo uma nomenclatura e não a designação toponímica, como é habitual.

se considerarmos a distribuição espacial dos restos cerâmicos nos sítios, o que comportaria um índice demográfico alto. Situavam-se em pontos estratégicos, com boa visibilidade sobre o território, próximos a rios, podendo-se pensar, por isto, que também faziam uso de canoas como meio de deslocamento.

Assim como os grupos Aratu, os Tupi também enterravam os seus mortos em urnas, dentro ou próximo aos locais de habitação. Mas, diferentemente dos primeiros, os recipientes para sepultamento eram de formas variadas, isto é, não padronizadas. Em alguns sítios existem indicadores de dupla funcionalidade, já que os mesmos recipientes contentores de líquidos podem ter sido usados como urnas funerárias. Os recipientes de utilização doméstica eram de formato e tamanhos diversos a depender das funções. Existem potes, de tamanho grande para conservação e preparação de líquidos, de bojos expandidos (frequentemente com carenas na parte central), tigelas de várias dimensões, com bordas reforçadas e pinturas internas, e os já mencionados assadores, de formato aproximadamente quadrangular ou ovoidal, baixos, largos e abertos, com elaboradas decorações pintadas na parte interna, feitas com finas linhas em preto ou marrom escuro. Em todos os tipos existem exemplares decorados, utilizando-se como técnicas a pintura (com uso de policromia), as incisões, os corrugados e, às vezes, algumas aplicações modeladas, como apêndices ou asas. No todo, os materiais cerâmicos Tupi constituem um conjunto de objetos que, pela sua morfologia, funcionalidade e tratamento de superfície, são facilmente reconhecíveis. Porém deve ser considerado que eles não revelam circunstâncias sociohistóricas específicas, como a diversidade étnica dos grupos que os produziam ou utilizavam.

No que se refere à inserção dos sítios na topografia, eles ocupam, no geral, grandes superfícies, aplainadas, horizontais ou ligeiramente inclinadas, aptas para receber um conjunto demográfico importante. A fonte de água potável (rio, riacho ou lagoa) encontra-se, normalmente, dentro do rádio máximo de 500m. Em Salvador, por exemplo, foram encontrados vários sítios de origem Tupi, como o da praça da Sé, anterior à ocupação portuguesa, ou o da Avenida Paralela, nas proximidades da área das lagoas litorâneas do Parque de Pituaçu. Em Jaguaripe, município que fecha pela parte sul a Baía de Todos os Santos, também foram encontrados vários sítios, porém com alto grau de destruição antrópica. (ETCHEVARNE, 1998) Em Simões Filho, na fazenda Rancho Alegre, um sítio da tradição Tupi se estende por sobre duas suaves elevações colinares, típicas do Recôncavo, separadas por uma baixada alagadiça, distante 200 metros de um curso de água. Em ambas as colinas se espalham os fragmentos cerâmicos, denunciado o tamanho da ocupação.

Durante o levantamento realizado por equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Recôncavo, no município de Cachoeira foi achado um sítio Tupi, nomeado de Miudinha, nome da localidade onde se encontra. Trata-se de um trecho do topo do planalto que margeia as cabeceiras de uma nascente, afastada alguns quilômetros do Paraguaçu. Nesse topo, acidentalmente, foi descoberta uma urna funerária ainda

com alguns restos ósseos e dentários. Restaram ainda alguns poucos fragmentos de pelo menos dois vasilhames com engobo branco e pintura vermelha e com linhas de circunvoluções pretas, tipicamente tupis. Os fragmentos correspondem às formas de recipientes bastante diagnósticas, um assador e um pote.

Tomando por base o padrão de assentamento de outros grupos Tupi ao longo da costa da Bahia, em que ocupam a borda da escarpa da falésia, diretamente em frente ao mar ou a um rio, pode-se esperar que outras antigas aldeias existam nesse trecho do vale do Paraguaçu. Entretanto, como esse mesmo tipo de implantação foi preferido pelas vilas portuguesas e, depois, pelas pequenas comunidades nacionais que foram lenta, mas intensamente habitando a terra, muitos sítios indígenas desapareceram sob os atuais núcleos urbanos. Decorre dessa sobreposição outro fator que prejudica a localização das antigas aldeias Tupi.

Quando os portugueses chegaram, no século XVI, a região do Recôncavo era domínio de povos considerados descendentes dos grupos Tupi arqueológicos: os Tupinambá. Ainda que não fossem os únicos grupos a ocuparem esses territórios, as fontes documentais mostram a sua hegemonia. Como consequência do processo de colonização portuguesa, esses grupos desapareceram como entidade sociocultural distinta, seja pelo aniquilamento puro e simples, seja pela sua incorporação ao novo contingente populacional dos novos ocupantes.

## *Breves informações históricas sobre ocupação humana, do século XVI ao XIX*

A documentação histórica textual e, sobretudo, os depoimentos e narrativas de viagens de missionários, naturalistas, funcionários da coroa e até de um senhor de engenho, morador do Recôncavo, podem oferecer um panorama aproximado das transformações ocorridas na paisagem natural e social do território em torno da Baía de Todos os Santos, ao longo dos séculos XVI a XIX. Essa visão geral diacrônica proporciona um pano de fundo dentro do qual podem ser explicadas, ainda que de forma apriorística, algumas situações arqueológicas encontradas nessa região.

O *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, escrito em 1587, ou seja, pouco mais de cinquenta anos depois do início do processo oficial de ocupação do território brasileiro, apresenta, com precisão e agudo discernimento, inúmeros dados sobe o Recôncavo baiano: relevos e hidrografia devidamente nomeados, vegetação e fauna, núcleos de instalação colonial, engenhos, fazendas e capelas, com os respectivos nomes de oragos, moradores e proprietários, fornecendo informações adicionais sobre as potencialidades e a real ocupação da região em termos de exploração e recursos. Nesse sentido, alguns excertos dessa obra são altamente eloquentes:

> [...] e tomando por este rio abaixo [o Cotegipe] sobre a mão direita obra de meia légua, está uma ilha de Jorge de Magalhães, mui formosa por estar toda lavrada de canaviais, e no meio dela, num alto tem nobres casas cercadas de laranjeiras arruadas, e outras árvores, coisa muito para ver; e descendo uma légua abaixo do engenho Cotegipe está a ribeira que se chama Aratu, na qual Sebastião de Faria tem feito um soberbo engenho de água, com grandes edifícios de casas de purgar e de vivenda, e uma igreja de São Jerônimo, tudo de pedra e cal, no que gastou mais de doze mil cruzados. (SOUZA, 1971, p. 149)

Uma outra referência, desta vez do Matoim (hoje na área do município de Candeias), é especialmente detalhada, já que o autor está tratando do que será mais tarde o engenho Freguesia, um dos monumentos mais notáveis e melhor preservados da sociedade agrária do Recôncavo colonial. Assim o descreve Soares de Souza (1971, p. 149):

> Saindo pela boca de Matoim fora, virando sobre a mão direita, vai a terra fabricada com fazendas e canaviais dali a meia légua, onde está outro engenho de Sebastião de Faria, de duas moendas que lavram com bois, o qual tem grandes edifícios, assim do engenho como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas e tem uma formosa igreja de Nossa Senhora da Piedade, que é freguesia deste limite, a qual fazenda mostra tanto aparato da vista do mar que parece uma vila.

Dos capítulos XX ao XXVIII, este cronista mostra como já nesse primórdio da ocupação colonial os campos cultivados com cana-de-açúcar se sucedem de maneira quase ininterrupta em todo o Recôncavo. Alguns fragmentos do texto são eloquentes:

> Por este rio de Pirajá abaixo, e da boca dele para fora ao longo do mar da baia, por ela acima, vai tudo povoado de formosas fazendas e tão alegres da vista do mar, que não cansam os olhos de olhas para elas. (SOUZA, 1971, p. 147)

> […] e entrando por ele acima [o Matoim] mais de uma légua, vai povoado de muitas e mui frescas fazendas, fazendo algumas voltas, estaleiros, e enseadas, e no cabo desta légua se alarga o rio muito de terra à terra […]. (SOUZA, 1971, p. 148)

"E indo correndo a ribeira do Salgado deste engenho a meia légua, está tudo povoado de fazendas, e no cabo está uma que foi do deão da Sé […]". (SOUZA, 1971, p. 149)

> Defronte desta ponta está o fim da ilha de Maré, daqui torna a fugir a terra para dentro, fazendo um modo de enseada em espaço de uma légua, que toda está povoada de nobres fazendas e grandes canaviais […]. (SOUZA, 1971, p. 150)

No capítulo XXIII, Souza refere-se a Jacaracanga, nas proximidades do atual porto de Aratu, onde atualmente existem ruínas de um grande edifício, com cais, que é considerado pelos moradores como de um antigo engenho.

> Da fazenda do deão se começa de ir armando a enseada que dizem de Jacaracanga, no meio da qual está um formoso engenho de bois e Cristovão de Barros até onde está tudo povoado de fazendas e lavrado de canaviais: este engenho tem mui grandes edifícios e igreja de Santo Antônio […]. (SOUZA, 1971, p. 151)

Os registros do padre jesuíta Fernão de Cardim, que viveu no Brasil longos anos, como missionário e como diretor do colégio de Salvador, organizados sob a forma de dois pequenos tratados, dão ao leitor uma ideia muito precisa da exuberância da paisagem e dos recursos ali existentes, origem da prodigalidade alimentada e da decantada hospitalidade dos seus habitantes. Tais características, tomadas em seu conjunto, teriam feito dessa região a base geográfico-política da economia baiana.

> Folgara de saber descrever a formosura de toda essa Bahia e recôncavo, as enseadas e estreitos que o mar bota três, quatro léguas pela terra dentro, os muito frescos e grandes rios caudais que a terra deita no mar, todos cheios de muita fartura de pescados, lagostin, polvos, ostras de muitas castas, caranguejos e outros mariscos […]. Os engenhos deste recôncavo são trinta e seis; quase todos vimos, com outras muitas fazendas muito para ver. De uma coisa me maravilhei nesta jornada, e foi a grande facilidade que têm em agasalhar os hóspedes […]. (CARDIM, 1980, p. 157)

Frei Vicente do Salvador, na sua história da colonização portuguesa do período compreendido entre 1500 e 1627, também se refere ao Recôncavo, e, entre outros temas, trata das incursões dos holandeses na tentativa de se apoderarem da cidade de Salvador, e dos preparativos de defesa dos habitantes. Alude a Matoim e Ilha de Maré como locais onde os holandeses teriam estabelecido contato com os moradores. (SALVADOR, 1982, p. 371-372)

Já Sebastião da Rocha Pita, em sua *História da América Portuguesa*, publicada em 1730, apresenta um panorama do Recôncavo no primeiro quartel do século XVIII, período considerado florescente, face aos grandes contingentes populacionais e alto poder econômico.

> O seu Recôncavo é tão culto e povoado, que se lhe descrevêramos as fábricas e lhe numeráramos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não poucos algarismos […] diremos somente que existem nele certo e cinquenta engenhos […] Há várias fazendas de canas, algumas tão grandes em extensão, e pela bondade do terreno tão fecundas, que rendem dois mil a dois mil e quinhentos pães [de açúcar].

> O número de pessoas que habitam o Recôncavo, onde reside a maior nobreza, os trabalhadores, os escravos que andam no serviço dos engenhos, das canas, das outras lavouras e os que servem nas casas, excedo o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes dos sacramentos. (PITA, 1976, p. 49)

No final do século XVIII, o número de engenhos parece ter aumentado consideravelmente. Assim é que Luis dos Santos Vilhena se referirá ao Recôncavo como tendo mais de 260 engenhos de todos os tipos. Ao mesmo tempo ele chamará a atenção para o uso indevido das terras de massapé, próximas ao mar, sem que elas sejam devidamente adubadas, face ao que elas já apresentavam sinais de certo declínio produtivo. (VILHENA, 1969, p. 174)

Por sua vez, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant, em visita ao Brasil, em 1858, já retrata um Recôncavo plenamente inserido no início do processo de modernização industrial, em que as distâncias se encurtam em função da facilidade dos transportes a vapor.

> A imensa importância dessa região para a agricultura e comércio exportador dela derivado trouxe também maior facilidade de comunicação entre a Bahia [cidade] e os citados distritos. Linhas de vapores entre Valença, Nazaré, Cachoeira […] ligam semanalmente, muitas vezes essas localidades […] transportando muita gente com pequena bagagem de um lado para o outro […]. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 31)

Os historiadores Wanderley Pinho e Carlos Ott, nas suas obras *História de um Engenho do Recôncavo* e *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos*, respectivamente, deixaram implícita a concepção dos engenhos do Recôncavo como frentes de expansão colonial e de consolidação de uma economia açucareira que será preponderante até o século XIX, e da qual dependerá a vida da própria capital da província.

É interessante observar, nessas duas obras, os últimos momentos de existência dessas unidades produtivas. Segundo os dois autores, uma nova dinâmica se instaura a partir das últimas décadas do século XIX: as propriedades se dividem, na mesma proporção em que se multiplicam os herdeiros; unem-se, associando-se em laços matrimoniais e patrimoniais; e, ao fim, entram, quase ao mesmo tempo, em decadência, recebendo os dramáticos rótulos de 'fogo apagado', até se converterem em ruínas, ou receberem uma destinação para a qual não tinham vocação.

Os sítios arqueológicos no Recôncavo, isto é, os locais com restos de edifícios do período colonial e do independente, assinalam momentos e situações sociais que podem ser inseridas no panorama traçado acima. Além dos numerosos núcleos urbanos de origem colonial que ainda hoje continuam existindo, como Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, entre tantos outros, encontra-se uma série grande de vestígios de construções na área rural, que

demonstram a natureza das atividades econômicas da região e a estrutura social correlatas: casas de engenhos, capelas, senzalas, casa de purgas, fornos, olarias, aquedutos, área de embarques, caminhos, estruturas defensivas.[3] As instalações religiosas, que compreendiam também atividades econômicas substanciais são igualmente representadas por edificações conventuais, igrejas, casa paroquiais, colégios, entre outros.

Desse conjunto de edificações rurais sobressaem, sem dúvida alguma, os engenhos de açúcar, seja pelo número como pela complexidade espacial-arquitetônica, o que é altamente elucidativo acerca da importância que eles tiveram na ocupação territorial do Recôncavo. De fato, com o termo engenho se designa um conjunto estruturado de edifícios e espaços circunscritos que compunham uma unidade produtiva e residencial, fortemente articulada com a capital da colônia, em função da produção açucareira que, desde o século XVI, envolvia o Brasil, muito especialmente, o Recôncavo da Bahia, na rede comercial do Atlântico.

Nesse complexo de espaços edificados e abertos se integravam a casa grande, residência do proprietário ou senhor do engenho, sua família nuclear, outros membros da parentela e apadrinhados, a capela, normalmente separada da residência, essencial em uma sociedade que no cotidiano vivia intensamente a religião católica, e a senzala, local de moradia confinada dos escravos que constituíam a mão de obra para o cultivo dos campos de cana. Já os espaços destinados à transformação da cana em açúcar, podem se dividir em casa da moenda – área do esmagamento da cana e da extração da garapa; fornalhas – onde o caldo era fervido nos grandes tachos até chegar ao ponto desejado e casa de purga – onde o melado era despejado nas fôrmas de pão de açúcar, nas quais decantava, esfriava e cristalizava. Por fim, outras construções ainda poderiam existir no caso de engenhos hidráulicos, tais como a barragem ou represa, o canal de condução desse fluxo represado, o aqueduto para direcionar a água, fazendo-a cair de uma maior altura e a roda d'água assentada no seu berço, que era usada para mover a moenda, esmagar a cana, extraindo a garapa.

No município de Jaguaripe, ao sul da Baía de Todos os Santos foi realizado um mapeamento de sítios arqueológicos que permitiu identificar alguns sítios pré-coloniais Tupi, muito perturbados por ação antrópica, mas que demonstram a forte presença desses grupos nessa área.[4] Do ponto de vista dos vestígios coloniais e pós-coloniais, cabe destacar o alto número de olarias e de cais de escoamento das mercadorias cerâmicas. Deve ser ressaltado que, nas camadas inferiores das acumulações de fragmentos de diferentes tipos de produção, havia unicamente restos da

3 Cabe ressaltar que os vestígios das construções, especialmente as das áreas rurais, estão se deteriorando e até desaparecendo a ritmo acelerado, eliminando as possibilidades de reconhecimento das instalações desse período. Um arquivo documental desconhecido de parte da história da Bahia que está prestes a desaparecer.

4 O projeto "Mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral sul e Recôncavo baiano" foi realizado, entre os anos 1998 e 2000, no âmbito do Museu de Arqueologia da Universidade Federal da Bahia, tendo como instituição convidada a Universidade Estadual de Feira de Santana.

fabricação de objetos domésticos vidrados ou não, do tipo que é produzido até hoje nas olarias de Maragogipinho, no município de Aratuípe. Nas camadas superiores havia apenas fragmentos de materiais de construção, especificamente tijolos e telhas. Esta mudança radical na estratigrafia dos acúmulos pode estar apontando uma alteração no mercado regional, provavelmente em função do declínio no uso de materiais cerâmicos tradicionais no âmbito doméstico e o aumento da demanda de materiais de construção, atendendo à cidade de Salvador, que no final do século XIX se expande urbanisticamente e investe em obras públicas.

Nesse mesmo programa de mapeamento, em Jaguaripe, houve a oportunidade de registrar os vestígios do engenho de São Bernardo, no povoado do mesmo nome. Do conjunto original ficaram apenas uma boa parte do aqueduto, que se desenvolve por trechos desnivelados, sustentando-se por uma sistema de arcos, as pilastras do que poderia ser a fábrica de açúcar e a capela, ainda em uso, com partido simples, de uma única nave. Outro sítio de produção açucareira, localizado a aproximadamente 2 km do São Bernardo à margem do Rio da Dona, no Município de Jaguaripe, próximo à divisa com o município de Aratuípe, também foi reconhecido. Dele se identificaram como vestígios as colunas de argamassa mista, o berço da roda d'água, o canal condutor de água e a barragem de desvio da água no rio. De um período mais recente, provavelmente do século XIX, resta, ainda, uma grande caldeira de ferro, com uma boca de 1,70m. A modernização nos equipamentos de transformação da cana é uma situação constatada como frequente nos restos de engenhos do Recôncavo, demonstrando a necessidade de adaptação às exigências do mercado nacional e internacional. Cabe destacar que os dois engenhos, acima mencionados, são aludidos como propriedades de Gabriel Soares de Souza, sem que isto, até o momento da pesquisa, possa ser certificado categoricamente.

Na ilha de Itaparica, assim como em outras ilhas da Baía de Todos os Santos, os sítios arqueológicos que mais sobressaem são os vestígios das igrejas ou capelas que formavam parte de uma missão, de alguma fazenda ou de um engenho. A igreja de Nosso Senhor da Vera Cruz, em Baiacu, e a da Igreja de Santo Antônio dos Velasques e a capela de Nossa Senhora da Conceição, ambas na beira do mar, são apenas exemplos deste tipo notável de sítios. O primeiro deles corresponde ao templo de uma missão jesuítica, fundada já no século XVI. Com as características arquitetônicas do remanejamento realizado no século XVIII, o edifício chega, em funcionamento, até a metade do século XX em que é abandonado por deterioro e perigo de desabamento. Hoje, suas ruínas continuam sendo local reverenciado por católicos e adeptos do candomblé, sendo ainda uma referência existencial de vital importância para os moradores dos dois municípios itapariquenses.

Merecem uma menção especial certos vestígios, ainda que pouco numerosos, que remetem a uma atividade bastante importante no período colonial, realizada na ilha de Itaparica: a caça às baleias. Os sítios referentes a esta atividade econômica

estão formados por restos das armações, isto é, locais em que se processavam as baleias caçadas. Infelizmente, por se situarem a beira-mar, a ação do salitre marino, as marés excepcionais e ainda a reutilização dos materiais de construção para outros edifícios provocou a quase eliminação dos vestígios de armações. Conste apenas como exemplo os restos encontrados em Porto Santo, que formam um conjunto de fragmentos de cais, forno de frigir e muro. (COMERLATO, 2009)

Em Cachoeira e São Félix, através de um recente levantamento de locais com vestígios de ocupação colonial e pós-colonial, concretamente 53 unidades, foi possível verificar situações arqueológicas diversas. Considerando esse universo como uma amostragem bastante representativa dos sítios que ocorrem nesses dois municípios, podem ser apontados aspectos comuns a eles. (FERNANDES, 2010)

Os engenhos de açúcar foram instalados nos pontos que detinham as melhores condições para uma boa produção. Para isso, foram escolhidos lugares que reunissem as características essenciais de:

a) ter um córrego perene, não muito grande nem pequeno, com um desnível e uma largura apropriados para o barramento e o desvio parcial da suas águas até a roda que aciona a moenda da cana;
b) um terreno firme, plano e amplo o suficiente para as oficinas, casas de purga, fornos e as outras instalações e construções do serviço;
c) ter terras férteis onde se cultivar a cana e com matas próximas de onde extrair lenha para as fornalhas de cozimento da garapa;
d) ter um cais para embarque da produção, pois o açúcar destinava-se à exportação para o mercado europeu.

Atendendo a tais exigências, os primeiros engenhos situaram-se nos melhores lugares para terem as suas moendas movidas pela roda d'água, recebendo a denominação de engenhos reais. A preferência por essa força motriz explica-se por ser a forma mais produtiva quando comparada às moendas movidas a tração animal ou escrava. Dessa configuração restam nos sítios as ruínas dos aquedutos, das barragens e dos berços das rodas d'água. Todavia, em alguns desses mesmos sítios encontram-se ao lado das ruínas hidráulicas restos de engrenagens metálicas. Tais elementos indicam claramente a substituição das moendas de madeira para esmagar a cana por conjuntos metálicos quando essa tecnologia se difundiu e, em um momento posterior, até mesmo a substituição da força motriz pelo uso do maquinário movido a vapor, muito mais produtivo que a roda d'água.

Para essa última etapa a evidência mais emblemática está nas grandes chaminés, inexistentes antes do advento da caldeira a vapor. Tal modernização aconteceu a partir do século XIX, proporcionando um grande aumento na produtividade do açúcar e prolongando a vida de alguns engenhos, por vezes com mais de duzentos anos de serviços. Também provocou a centralização da produção nos engenhos

mais ricos, com recursos para adquirir e instalar o maquinário a vapor de alto custo. No entanto, nem todas as modernizações conseguiram salvar os engenhos da decadência e da ruína na qual se encontram hoje, testemunhando as transformações sofridas pela sociedade ao longo do tempo.

Em linhas gerais, quase todas as construções de engenhos estavam em estado de deterioro, sendo que em dois deles as capelas se apresentam íntegras no seu aspecto arquitetônico externo, o que permite reconhecer um contexto construtivo relativo ao século XVII. Uma delas, a capela do engenho da Ponte, tem uma planta composta por altar-mor, nave e corredor lateral, com fachada que inclui uma torre piramidal, recoberta de azulejos. A outra capela, pertencente ao Engenho Velho, apresenta uma planta com altar-mor, duas sacristias num partido em T e uma nave quadrada que sustenta uma cúpula. Na portada esculpida em arenito de praia pode-se ler a data de 1660.

Dos sítios de funcionalidade religiosa, contam-se seis igrejas, das quais a maior parte encontra-se em ruínas. Contudo, algumas ainda continuam sendo usadas pelos moradores próximos. Dentro dessa categoria de sítio podem ser encontrados também grandes complexos arquitetônicos, como é o caso do convento de São Francisco do Paraguaçu. Esta obra do século XVII forma uma unidade composta por igreja dotada de galilé e amplos corredores laterais conformados em arcadas sobre as quais estão as tribunas. Os edifícios incluem o claustro, adro e um amplo terreno murado. Existem também várias capelas, algumas de grandes dimensões, tais como a do Desterro, talvez do século XVIII, implantada numa colina ao lado das ruínas do engenho de mesmo nome. Outras muito modestas, já em franca desaparição, tal como a capela de Nossa Senhora do Rosário, século XVIII, num outeiro à entrada do povoado de Coqueiros. Dentre essas, destaca-se a capela de São João Batista, de meados do século XVIII, que pertenceu ao desaparecido engenho Acutinga, composta por nave e altar-mor aos quais foram acrescidos alguns cômodos na parte posterior.

Ainda foram reconhecidos três cais margeando o rio Paraguaçu. Formavam parte integrante de vários tipos de construções que não puderam ser identificadas. Por suas estruturas resistentes, em pedra e argamassa, os cais são os testemunhos mais prontamente identificados a partir da navegação pelo rio.

Durante o levantamento também se identificou uma série de outras instalações, tais como uma olaria, da qual resta além do cais já em ruína, o próprio forno de queima, que se mantém na quase totalidade; uma ponte, em arco único e pleno, construída em tijolos tipo lajotas, com pequenos muros laterais, encontrada na povoação do Tupim, próxima a Belém de Cachoeira; um muro de dezenas de metros de uma propriedade já desaparecida, na antiga estrada de acesso aos caminhos para a Chapada Diamantina e para as Minas Gerais; um portal de entrada de uma antiga fazenda na estrada para o Capoeiruçu; uma base de cruzeiro e um poço de água na Ilha do Capim, ao norte de São Francisco do Paraguaçu; uma antiga barragem já

sem função, situada na Rua do Tanque e recentemente rompida para a ampliação da malha urbana em Santiago do Iguape, entre outros.

Dentro da baía do Iguape existe um sítio de deposição secundária em uma pequena praia, conhecida como Ferreiro. Sobre as suas areias argilosas foram achados os fragmentos de faianças portuguesas do século XVII. O forte colonial de Santa Cruz, também conhecido como Forte da Salamina, situado na margem direita do Paraguaçu e antes da entrada da baía do Iguape é o único exemplo de estrutura defensiva encontrado na região. Pela sua própria funcionalidade, um paredão vigoroso com poucos desdobramentos, apresenta-se relativamente preservado, porém, outras construções recentes sobre o seu terrapleno comprometem e desfiguram sua feição.

Por fim, registraram-se gravuras rupestres em uma gruta nas imediações do Engenho da Salamina. São executadas em blocos de arenito muito friável, com as técnicas de incisão e picoteamento. Pelos seus motivos de linhas compondo pelos menos dois rostos estilizados, não encontram paralelo nas gravuras reconhecidamente pré-coloniais que já foram cadastradas para a Bahia, sendo a sua origem atribuída a grupos do período colonial.

Como pode ser deduzido do exposto, os locais com engenhos são as instalações com maior representatividade nesses dois municípios. Alguns deles foram marcos referenciais na paisagem colonial e pós-colonial posto que perduraram em funcionamento até o início do século XX. Decorre daí o fato de permanecerem de modo tão marcante no imaginário e no referencial de memória dessa população. Mesmo que as suas ruínas tenham sido saqueadas na extração de material construtivo para as casas atuais e a vegetação os tenha praticamente recoberto, são facilmente indicados, e nomeados em uma cartografia mnemônica e de ordenação do espaço cultural desse grupo social derivado do que já foi chamado de sociedade do açúcar.

Para concluir com a apresentação sobre o enorme e variado potencial arqueológico no território em torno da Baía de Todos os Santos e nas suas ilhas, cabe registrar um achado que remete diretamente à história da cidade de Salvador. Trata-se de um dos marcos de delimitação territorial que foram colocados por ordem do seu fundador, Tomé de Souza. No distrito de Passé, município de Candeias, a partir de pesquisas bibliográficas e muita perspicácia, um historiador autodidata localizou um bloco prismático de pedra de lioz, com a inscrição Torre do Tombo, colocado a seis léguas de distância do núcleo urbano. Efetivamente, graças à inquietude do Sr. Sízimo Ferreira Santos que reconhecendo que sua propriedade, na Ponta do Passé, encontrava-se à distância exata mencionada em documentos históricos, decide procurar, com forte intuição investigativa, um dos marcos de pedra fundacionais. Ao achá-lo, não somente satisfez sua inquietude pessoal, como também trouxe para a sociedade contemporânea um raro e valioso documento arqueológico do século XVI, momento em que se inicia o avanço da ocupação das terras em torno da Baía de Todos os Santos, configurando a consolidação do projeto colonial português.

# Referências


ANCHIETA, José de. *Cartas Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens para a província da Bahia, Pernambuco, alagoas e Sergipe (1859)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BAHIA. IPAC. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia:* monumentos e sítios da Serra Geral da Chapada Diamantina. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1997. v. 4.

CALDERÓN, Valentin. Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul da Bahia. In: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. *5 resultados preliminares do quinto ano 1969-1970*. Bélem: Museu Pa. Emílio Goeldi, 1974. p. 141-56. (Publicações avulsas, 26).

______. *O Sambaqui da Pedra Oca*. Salvador: Imprensa Baiana de Economia, 1964.

CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

COMERLATO, Fabiana. *Projeto armações da pesca da baleia em Itaparica*. Salvador, 2009. digitalizado

ETCHEVARNE, Carlos. Os grupos Tupi na Bahia: uma abordagem arqueológica. In: PAULA, Ana Paula de; OLIVEIRA, Lourdes (Org.). *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

ETCHEVARNE, Carlos. *Projeto de Mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral sul e Recôncavo baiano*. Salvador: MAE/UFBA, 1998. Mimeo.

FERNANDES, Luydy. *Mapeamento arqueológico do Recôncavo da Bahia*. 2010. No prelo.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PROUS, André. *Apuntes para análisis de industrias líticas*. 2004. Ortigueira: Fundacion Frederico Maciñeira, 2004. (Ortegalia, n. 2).

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil - 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1971.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia do século XVII.* Salvador: Itapoan, 1969. v. 1.

Boy
peba
I: dos fiados
Bahia de
todolos sã
tos
TERRAS
DE DO
ALVA
RODA
COS
TA
P
A
R
I
C
I: do medo

# *A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente*

*Ubiratan Castro de Araújo*

No processo de descobrimento do século XVI, os portugueses constituíram um núcleo colonial na Baía de Todos os Santos, ponto de apoio na costa atlântica ocidental para a carreira das Índias e para a conquista das terras do Brasil. A apropriação deste espaço constituído pela baía e seu entorno tornou-se possível pela articulação de elementos da tecnologia avançada no século XVI: o engenho de açúcar, as artes de navegação e as técnicas de construção naval. Sobre esta base tecnológica instalou-se uma agroindústria açucareira e uma complexa sociedade escravista que, qual um umbigo, alimentaram a construção do Brasil português. A simplicidade, operacionalidade e baixo custo deste sistema foram os responsáveis pela sobrevivência por quatro séculos de um sistema arcaico, resistente às inovações tecnológicas e transformações sociais, verdadeiro território do subdesenvolvimento.

## *No tempo de Kirimurê*

E no começo tudo era Kirimurê, grande mar interior dos Tupinambá.

> Uma grande bacia, que mede cerca de 12 léguas de extensão sobre 6 em sua maior largura, com vasto ancoradouro capaz de reunir abrigadamente todas as esquadras do mundo; variando a profundidade entre duzentas até mil braças. (AGUIAR, 1979, p. 300)

Igapebas e igaras[1] flutuavam dentro da baía e nos rios afluentes em busca do pescado. Muitas delas se aventuravam na vizinha costa oceânica para o norte e para o sul, em antiga cabotagem.

No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira igaraçu[2] cruzou a barra da baía para rebatizá-la Bahia de Todos os Santos. Eram ao todo três os navios que compunham a expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio. Sua missão era fazer o reconhecimento das terras ocidentais do Atlântico Sul, das quais se tinha notícia através dos relatos da expedição do espanhol Hojeda e do português Cabral. Os navegadores descobriram as qualidades de Kirimurê e seus habitantes: bom porto, lugar de reabastecimento fácil, população hospitaleira. Aqui descansaram por 27 dias e, ao sair, ensinaram aos tupinambás a escravidão, comprando-lhes dez prisioneiros de guerra que venderam na Europa. (BUENO, 1998, p. 47)

Um porto na rota das navegações oceânicas e um ponto de trocas integrado na rede de mercados que se encadeavam ao emergente capitalismo europeu, desde então caiu irreversivelmente sobre Kirimurê o vaticínio de tornar-se Baía de Todos os Santos.

1 Igapebas e igaras- canoas tupinambá.

2 Igaraçu- canoa grande. Navio português.

Entre 1501 e 1549, as águas da baía tupinambá eram refúgio da navegação europeia mas as terras ainda eram nativas, como bem atestam as notícias da feitoria livre e cosmopolita de Diogo Álvares, o Caramuru, e sua esposa tupinambá Paraguaçu, e seus índios e seus franceses e seus poucos portugueses, salvos de naufrágio ou aqui abandonados por Martim Afonso. Ponto de troca de pau-brasil com os franceses e com os espanhóis, era pouca serventia econômica para o império manuelino, aliás império indiano, império da pimenta. O excesso de frequentação destas águas por outros europeus passou a exigir dos conquistadores portugueses a ocupação exclusiva deste ponto geográfico estratégico para a carreira das Índias. A primeira tentativa de conquistar as terras para o uso exclusivo dos portugueses começou com a assinatura, em Évora, da carta de doação da Capitania da Bahia a Francisco Pereira Coutinho, no dia 26 de agosto de 1534, e terminou em 1540, com o incêndio dos poucos engenhos de açúcar levantados nas cercanias da atual cidade do Salvador pelos Tupinambá, que assim reagiram às tentativas do donatário e seus protegidos de escravizá-los. (ARAÚJO, 1992)

## *A conquista da Baía*

Convencido, enfim, que a privatização do Brasil não atendia aos desígnios da conquista portuguesa do Brasil, em dezembro de 1548, o rei D. João III publicou um regulamento pelo qual criava um governo geral para o Brasil na Baía de Todos os Santos. Compreendera que era preciso uma intervenção organizada do Estado português para assegurar o domínio sobre as terras do Brasil. Para tanto, deveriam ser constituídas uma sociedade e uma economia capazes de, ao mesmo tempo, integrarem-se no império marítimo português e expandirem-se para o interior das terras americanas. Os elementos componentes deste sistema eram:

a) uma cidade-fortaleza plantada na entrada da baía, sede administrativa, posto militar e porto ligado às rotas atlânticas portuguesas;
b) uma rede de engenhos fortificados implantados em todo o recôncavo da baía e interligados por via aquática à cidade;
c) um sistema de navegação interior capaz de interligar cada engenho à cabeça do sistema.

A chegada do governador Tomé de Souza a 29 de março de 1549 marcou o início da construção da cidade de São Salvador na Bahia de Todos os Santos. O empreendimento foi planejado e cuidadosamente coordenado a partir de Lisboa. No ano anterior, tinha sido enviado à Bahia o capitão Gramatão Teles que tomou conhecimento da desagregação da Vila do Pereira e que negociou com Diogo Álvares, o Caramuru, a adesão deste e de sua família mestiça à construção da cidade.

Esta providência garantiu ao governador geral um desembarque sem resistência indígena, contando mesmo com a colaboração de tupinambás parentes e do círculo de influência de Caramuru e Paraguaçu.

Tomé de Souza, o Governador, trazia consigo os recursos humanos e materiais necessários aos trabalhos para a construção da *urbis* e para o funcionamento da *polis*. Salvador deveria nascer como cidade e como capital da América Portuguesa. A cúpula do governo geral era formada por Tomé de Souza, governador e capitão-general; Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda; Dr. Pero Borges, ouvidor geral; Pero de Góis, capitão-mor da costa; Gonçalo Ferreira, tesoureiro das rendas; Gaspar Lamego, contador; Manuel Gonçalves, meirinho da ouvidoria geral e Duarte de Lemos. Vieram também os funcionários da cidade: Rodrigo de Argolo, provedor da Fazenda; Luís Dias, mestre de obras que coordenou todas as construções; licenciado Jorge Valadares, físico e cirurgião; Diogo de Castro, boticário; Cristóvão de Ávila, feitor e almoxarife da cidade e da Alfândega, criado de Tomé de Souza; Diogo Moniz, provedor do Hospital; Bastião de Almeida, espingardeiro, porteiro da fazenda e contos e da alfândega, criado de Cardoso de Barros; Brás Alcoforado, tesoureiro dos defuntos e Pero Rabelo, patrão da ribeira das naus, para a construção e reparação de embarcações.

Na lista de pagamento dos que trabalham em 1549 na construção da cidade, encontram-se ainda 10 escrivães; 1 vigário e 6 jesuítas, cujo maioral era Manoel da Nóbrega; 65 soldados; 32 espingardeiros; 24 bombardeiros; 6 besteiros; 6 trombetas; 77 marinheiros da nau *Conceição*, das caravelas *Leoa* e *Rainha*, do bergantim *São Roque*.

Constam igualmente da lista os operários que construíram a cidade: 4 caeiros; 5 calafates; 15 carpinteiros; 10 ferreiros; 16 pedreiros; 8 serradores; 4 serralheiros; 8 telheiros; 4 carvoeiros; 3 cabouqueiros; 4 pescadores; 46 trabalhadores. Na rubrica "Vários", encontram-se 21 pessoas, algumas com funções bem específicas: ajudante do meirinho; procurador dos degredados; encarregado da estância São Tomé; limpador dos muros; canoeiro; carreiro; tanoeiro; ministro da cadeia; encarregado da estância São Jorge; empreiteiro; guarda dos bois; feitor da armada da costa; e mais vinte pessoas, criados e trabalhadores sem indicação de ocupação. Por fim, entram na lista de pagamentos 5 moradores da Vila Velha: Custódio Rodrigues Corrêa; Diogo Álvares (Caramuru); Francisco Pinto; Francisco Rodrigues; Paulo Dias Adorno. (CARNEIRO, 1980)

Desembarcados, com empregos, salários e funções já especificadas, era preciso levantar o núcleo urbano inicial, e isto eles fizeram. Já em maio do mesmo ano, o Mestre Luís Dias – arquiteto construtor da cidade – já havia feito o arruamento da Praça Municipal e já havia levantado as cercas de paus, os muros grossos de taipa e os baluartes com canhões para defender a nova cidade de ataques indígenas por terra e de ataques piratas por mar.

Mas a tarefa de Tomé de Souza não era apenas a de construir uma cidade. Era necessário conquistar a Baía de Todos os Santos. A partir da cidade recém-fundada, empreendeu-se a conquista das terras do recôncavo da baía. Desencadeou-se uma guerra sem tréguas contra os Tupinambá, expulsando-os da sua terra ou escravizando-os para o serviço nos engenhos de açúcar que progressivamente iam se levantando. Esta guerra foi mais violenta depois da partida de Tomé de Souza em 1553, com a vinda do seu sucessor Duarte da Costa (1553-1558) e, depois dele, do terceiro governador geral Mem de Sá. Dizia este, em seu "Instrumento de Serviços", que tinha achado a terra em guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo que viviam apertados e necessitados por não terem peças[3] e estavam descontentes da terra. O jesuíta Nóbrega concordava com o diagnóstico do governador, ao afirmar que os colonos portugueses não ousavam se espalhar pela terra para fazerem fazenda, mas viviam nas fortalezas, como fronteiros de mouros ou turcos sem povoar ou aproveitar senão as praias. (PINHO, 1941)

Neste momento de apogeu do império manuelino, a rede de feitores implantada estrategicamente ao longo das costas ocidental e oriental africanas, na península arábica e na costa malabar indiana assegurava aos portugueses o controle do fluxo das mercadorias deste novo comércio mundializado. No entanto, não havia perspectivas de uma territorialização destes domínios com desenvolvimento de colônias autossustentadas. Na fase arcaica do império da pimenta, os portugueses mantinham também uma secular guerra santa contra os mouros na costa marroquina. Confinados em fortalezas como Arzila e Mazagão, saíam em razias sem portanto conseguirem se instalar em território mouro. Para Nóbrega, era preciso evitar que os portugueses se resignassem a implantar mais uma feitoria forte, mais uma cidade sitiada. Era preciso, para ele, que os cristãos se estendessem terra adentro, fizessem suas fazendas e criações, senhoreassem e despejassem todo o gentio e repartissem entre si os serviços dos índios que conseguissem conquistar e senhorear. (PINHO, 1941)

E assim foi feito. Várias e cruentas foram as guerras do Mem de Sá: a guerra do Curupepa, a guerra de Jaguaripe, a guerra do Boca Torta, a guerra dos Ilhéus e a guerra do Peroaçu ou Paraguaçu. Ao final dos três primeiros governos gerais, as terras do recôncavo da baía já tinham sido apropriadas pelos colonos e os seus antigos proprietários passaram a ser chamados de gentios. Muitos destes foram expulsos para um raio superior de 40 léguas do recôncavo. Dos que foram subjugados, poucos sobreviveram aos primeiros vinte anos de contato.

O balanço é realmente chocante: as 40 000 almas que teriam sido reunidas nas várias igrejas estabelecidas seriam, se muito, 3500 no início da segunda metade do século XVI. (CARVALHO, 1998, p. 50)

E assim a portuguesa Baía de Todos os Santos venceu a índia Kirimurê.

3 Peças- escravos.

## *A cabeça da Baía*

A cidade do Salvador foi o centro urbano deste sistema geo-histórico da Baía de Todos os Santos. Não é à toa que se consolidou na memória popular sua denominação como Cidade da Bahia. Nela se desenvolveram as atividades administrativas, eclesiásticas e de defesa, a construção e reparação de naus para a carreira das Índias, a construção das embarcações para a navegação dentro da baía e os serviços de apoio ao porto. Ela foi também o grande mercado deste núcleo colonial. Foi o mercado exportador e importador, foi o mercado de escravos, foi o mercado dos produtos de boca que alimentavam a cidade, as frotas e as populações do próprio recôncavo da Bahia. Em 1585 este complexo urbano estava em pleno funcionamento: o centro administrativo, os armazéns, os fortes, as 62 igrejas, as 3 abadias, os 3 estaleiros. A Bahia era a cidade do Rei, a corte do Brasil. Nela habitavam o bispo, o governador geral, o ouvidor geral e demais magistrados e funcionários reais. Bem abastecida de produtos alimentares, por ela exportava-se o melhor açúcar de toda a costa do Brasil e as mais variadas e numerosas madeiras e plantas aromáticas.

Esse sistema do século XVI não se fechava em si mesmo. Era de sua vocação estar aberto para o mercado mundial que se criava a partir da expansão europeia. Era, na verdade, do lado ocidental do Atlântico, o porto seguro, o núcleo de apoio necessário de ligação das rotas marítimas portuguesas, do caminho para as Índias e do tráfico para a África.

Para o desconhecido interior do Brasil, o caminho estava também sendo aberto. Mais forte do que a cobiça de aventureiros, a própria dinâmica do núcleo colonial da Bahia impôs as primeiras diretrizes da interiorização da conquista portuguesa. Um primeiro elemento decisivo para a entrada nos interiores foi a necessidade de abastecimento alimentar para o expressivo contingente populacional que se concentrava naquele complexo assentamento colonial. Já em 1585, somente a população da cidade da Bahia contava 3000 portugueses, 8000 índios cristãos e 4000 escravos da Guiné. Acrescente-se a esta população urbana os contingentes de escravos e livres empregados nos 40 engenhos e plantações de cana e os tripulantes dos 1400 barcos e canoas e poderemos estimar em quase o dobro esta população para o conjunto da Baía de Todos os Santos.

Alimentar toda esta população estava acima das possibilidades da prática portuguesa de estabelecimento do rocio em volta das vilas levantadas para a produção alimentar. As primeiras áreas de rocio da recém-fundada cidade foram imediatamente inibidas pela concessão de sesmarias suburbanas. Também o celeiro do recôncavo da baía, com a sua farinha de mandioca de cada dia, suas frutas e seus peixes, não bastava. O desenvolvimento da pecuária extensiva na primeira grande sesmaria concedida a um pajem de Tomé de Souza de nome Garcia de Ávila, que ia

do litoral ao norte da cidade até os sertões do atual Estado do Piauí, respondeu a esta demanda local de proteína animal e de força motriz para os engenhos e para os transportes, especialmente em terrenos como o massapé do recôncavo da baía. Estava aberta a conexão sertão deste sistema da baía.

A ocupação econômica deste espaço, desde a fundação da cidade do Salvador, já delineava as teias deste complexo território da Baía de Todos os Santos. Em 1570, o cronista Pero de Magalhães Gandavo identificou 18 engenhos em funcionamento. Segundo ele,

> [...] a principal onde residem os do governo da terra e a mais da gente nobre, é a Cidade do Salvador. Outra está junto da barra, a qual chamam Villa Velha, que foi a primeira povoação que ouve nesta Capitania. [...] Quatro léguas pela terra dentro está outra que se chama Paripe que também tem jurisdição sobre si como cada uma das outras. Todas estas Povoações estavam situadas ao longo de uma Bahia muito grande e formosa, onde podem entrar seguramente quaisquer náos por grande que sejam; a qual é três léguas de largo, e navegam-se quinze por ela dentro. Te dentro em si muitas ilhas de terras muito singulares. Divide-se em muitas partes, e tem muitos braços e enseadas por onde os moradores se servem em barcos para suas fazendas. (GANDAVO, 1980, p. 8)

Em 1584, o jesuíta José de Anchieta indicava a existência de 40 engenhos e o cronista Gabriel Soares de Souza atesta o funcionamento de 36 engenhos, a construção de mais 4 e a existência de 8 casas de cozer meles. Segundo Gabriel Soares, o transporte por via aquática funcionava muito bem. Podiam-se contar mais de 1400 embarcações em serviço dentro da baía.

> E são tantas as embarcações na Bahia, por que se servem todas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha 4 embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos. (SOUZA, 1987, p. 163)

Ao longo do século XVII os relatos de viajantes atestam a importância e o desenvolvimento da Baía de Todos os Santos. Em 1610, Pyrard de Laval viu uma cidade bem edificada, exportadora de muito açúcar e muito bem abastecida em carnes e vegetal do seu recôncavo. Por isso transformou-se em alvo prioritário da cobiça da holandesa Companhia das Índias Ocidentais. O cronista holandês Gaspar Barléu diz que, por volta de 1638

> [...] também incitavam o Conde [Nassau] os diretores europeus, apertando-o de contínuo para realizar a conquista da Bahia, na qual levava a mira. Era ali, diziam eles, o principal refúgio dos portugueses; era ali que se dava a máxima atenção à resistência contra o invasor e à honra do rei da Espanha; em nenhuma outra parte havia mais engenhos de açúcar e presa mais rica; com aquela vitória

> poderia o Brasil dentro em breve estar todo sujeito à Holanda, e nenhuma outra cidade galardoaria mais dignamente os vencedores e causaria mais danos certos ao adversário. (BARLEUS, 1974, p. 79)

Ao fim do século XVII, os relatos de Coréal (1685), Froger (1696) e Willian Dampier (1699) descrevem uma cidade próspera, de comércio muito abastado, intenso tráfico de escravos, bem abastecida pelo seu *hinterland* em gêneros alimentícios e em produtos de exportação. Dampier destaca o notável comércio onde

> [...] via-se na Bahia grande número de negociantes. Trinta navios estavam fundeados no seu porto, guardados por duas naus de guerra, excetuando-se duas embarcações negreiras prontas para singrar para Angola. Havia também uma grande quantidade de barcos pequenos, de cabotagem, constantemente a entrar e sair do porto. (UFBA, 1979, 103)

No século XVIII, o núcleo da Baía de Todos os Santos, além dos açúcares e produtos do sertão, então impõe-se como centro de escoamento do ouro das Minas Gerais. Na *História da América Portuguesa*, o cronista Sebastião da Rocha Pita descreve a riqueza deste antigo núcleo colonial.

> Na cidade do salvador, nos anos vinte dos setecentos, contavam-se seis mil fogos e vinte e oito mil vizinhos capazes de sacramentos, qualificada nobreza e luzido povo. [...] a segunda cidade em importância do Império Português, só superada por Lisboa.
>
> O comercio que lhe resulta dos seus preciosos gêneros e da freqüência das embarcações dos portos do reino, das outras conquistas, e das mesmas províncias do Brasil, trocando umas por outras drogas, a faz uma feira de todas as mercadorias, um empório de todas as riquezas e o pudera ser de todas as grandezas do mundo, se os interesses do Estado e da monarquia lhe não impedira a navegação com as nações estrangeiras. (UFBA, 1979, p. 123)

Noutro pronto descreve o cronista:

> O seu recôncavo é tão culto e povoado, que se lhe descreverá as fábricas e lhe numerarmos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não, poucos algarismos; porém reduzindo a sua narração e breves cláusulas e letras,diremos que existem nele cento e cinquenta engenhos, uns de água outros de cavalos, fazendo cada ano e um por outros, quinze e dezesseis mil caixas de açúcar de muitas arroubas cada uma, além de inumeráveis feixos e caras. [...] Há muitas casas de cozer os meles para os açúcares batidos, outras para os reduzir a águas ardentes. Descobrem-se dilatados campos plantados de tabacos, vários sítios ocupados por mandiocas, outros cultos com pomares e jardins. De todo o gênero artífices há mestres e oficiais, de que aqueles moradores se servem, sem os mandar buscar na cidade. O numero das pessoas que habitam o recôncavo, onde reside a maior parte da nobreza, os trabalhadores, os escravos que andam no serviço

dos engenhos, das canas das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes de sacramentos. (PITA, 1976, 65)

No começo do século XIX, o viajante francês Tollenare emociona-se com a paisagem da Bahia de Todos os Santos.

> A vista da Bahia de Todos os Santos é uma das mais belas que se pode contemplar; julgo-a superior à do Tejo; é tanto ou mais ainda extensa, e todavia os planos se apresentam muito mais distintos.
> A costa do continente corria quase de N. E. para S. O.; para penetrar na baía urge dirigir-se inteiramente para o Norte. À direita está o cabo de Santo Antônio, na extremidade do qual se eleva um forte e um farol. O cabo é formado pelo flanco de montanhas escarpadas de umas 200 toesas de elevação, todo coberto de verdura e de casas de campo. À esquerda está a bela ilha de Itaparica, com seis léguas de comprido e duas de largo, cujo terreno montanhoso e arborizado se presta a todas as culturas; contém vários povoados e numerosos estabelecidos agrícolas. O canal que separa a ilha do cabo tem apenas duas léguas; dali o olhar abarca quase toda a extensão da baía, que tem pelo menos vinte léguas em volta, e na qual despejam inúmeros rios, de margens pontilhadas de povoados e algumas cidades importantes. (TOLLENARE, 1956, p. 279-280)

Em 1838, quando a Bahia deixa de ser parte do Império Português para se tornar uma das principais províncias do Império do Brasil, o viajante francês Ferdinand Denis retrata com detalhes esse complexo socioeconômico em funcionamento. Vê primeiramente as terras produtivas do entorno da baía:

> Mas, sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, de que a província teve o nome, ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil e mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes conhecem pelo nome de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, parece inexaurível, é o que principalmente se reserva à cultura da cana de açúcar. (DENIS, 1980, p. 244-245)

Além das terras da Bahia, percebe também a importância de suas águas como elemento central deste território.

> Mas, se o território se presta assim a todos os esforços da agricultura, se raros são os gêneros coloniais que ali não prosperam também nenhuma região é mais própria para sua exportação. A Baía de Todos os Santos é um grande lago, cujas águas vão procurar junto das habitações os ricos produtos que ali se obtêm: e se as

ditas águas não banham toda a extensão do Recôncavo, pequenos rios navegáveis descem do interior e formam outros tantos canais naturais, que diariamente trazem um novo tributo de abundância ao porto que os recebe. (DENIS, 1980, p. 245)

Vários são os pequenos rios como o Vermelho, Sergipe, Jacaraí, Pirajá, Matuim, Pitanga, Paranamirim por onde circulam canoas e lanchas carregadas de cocos, cordoalhas de piaçava, tabaco e açúcar. Subindo o caminho das águas doces do rio Paraguaçu, o maior afluente desta baía, constitui-se um território interiorano desta Baía de Todos os Santos.

Mas, entre Itaparica e a Ilha dos Frades, há um espaço cuja extensão a vista não pode medir; é lá, na distância, que se agrupam barcos mais numerosos, e onde parecem cortar as águas mais vagarosamente; quase todos vêm da populosa cidade de Cachoeira e desceram o Paraguaçu. O Paraguaçu é o mais considerável da Baía de Todos os Santos; é a fonte perpétua de abundância; e, sem embargo de sua pouca extensão, mais importante, comercialmente falando, do que muitos rios da América. O Paraguaçu tem as suas nascentes na vizinhança da Serra da Chapada, limite da vila central de contas; recebe uma multidão de tributários pouco consideráveis, e forma uma grande cascata quando é obrigado a transpor uma parte da Serra de Sincurá; recebe o Uma, cujas águas são abundantes, forma uma segunda cascata e, depois de ter passado pelas cidades de Cachoeira e Maragogipe, entra sossegadamente na baía, junto do meio da costa ocidental, depois de banhar uma das mais abundantes regiões do Brasil, se não a mais bem cultivada. (DENIS, 1980, p. 246)

Alguns anos depois da visita de Ferdinand Denis, em 1842, o território ampliado da Baía de Todos os Santos recebeu importante alento com a descoberta de diamante na Serra do Sincurá. O desenvolvimento das lavras diamantinas fará renomear toda esta área interior de Chapada Diamantina.

Qual um viajante estrangeiro, no século XX, a historiadora Kátia Mattoso constrói uma descrição maravilhada deste mar interior, que resume poeticamente as várias descrições deste território da baía:

A baía de Todos os Santos é um mar interno para saveiros e canoeiros, canoas e tábuas, jangadas e balcões de todo tipo que raramente se aventuram a passar da perigosa barra que os separa do oceano sem limites, "Mar Grande" das poderosas e grandes embarcações. A cada um sua tarefa: naus, fragatas, navios e bergantins vindos de além das Ilhas, podem desprezar a barra e trazer da Europa, da África e da Ásia, suas "peças" de ébano, seus produtos de luxo, mas são os marinheiros do Recôncavo que garantem a subsistência diária e as trocas de todos os dias. Marinheiros de um mar interno quase tão impetuoso como o seu irmão, Oceano, marinheiros de rios mais calmos que se afundam como dedos para o interior das terras, amam os cais de sua cidade, as praias de sua baía. Pescadores ou transportadores de bens, conhecem as inúmeras riquezas de sua terra e sabem

> das traições de suas águas, de seus céus. Vivem do ritmo próprio dessas terras internas das quais conhecem a imensidão e as necessidades. São os irmãos do roceiro que planta a mandioca de seu sustento, ou o açúcar, o tabaco, o café e o algodão de seus fretes. Bahia e seu Recôncavo, de águas e terras molhadas por nevoeiros marinhos, são a boca atlântica de terras imensas que por ela respiram. (MATTOSO, 1978, p. 61)

## *O território das águas*

O território da Baía de Todos os Santos, complexo de terras e águas, tornou-se viável pela utilização de uma tecnologia portuguesa que se desenvolveu ao longo do processo de expansão marítima e que conjugava o que havia de mais avançado na Europa renascentista. Os seus elementos dinâmicos eram:

a) **engenho de açúcar,** que fizera um longo caminho experimental desde a ilha de Creta, passando pela Sicília e consolidando-se nas ilhas atlânticas portuguesas (MAURO, 1960);

b) **as técnicas de construção naval e a arte de navegação** testadas nos descobrimentos atlânticos.

O engenho de açúcar, unidade agroindustrial mais complexa à sua época, encadeava outras atividades ao seu dinamismo. A montante, além do fornecimento de animais de tiro e de corte, consumia mão de obra escrava indígena e africana, constituindo uma atividade sertanista permanente de guerra justa ou de outros ardis para a destruição de aldeias do interior e alimentando potentemente o tráfico transatlântico de escravos secularmente praticado pelos portugueses. O engenho era também um voraz consumidor de combustível vegetal fornecido pela derrubada das matas para além do recôncavo e nas áreas menos densamente exploradas como o recôncavo sul. A jusante alimentava todo um setor de construção e reparações navais que assegurava tanto o transporte interno quanto externo do produto final, o açúcar. No interior, pois, desse sistema da Baía de Todos os Santos, enraizou-se um precoce complexo agroindustrial açucareiro, cujo dinamismo assegurou a coesão desse núcleo colonial seiscentista. (SCHWARTZ, 1988)

Poderoso em terra firme, o engenho do recôncavo, unidade exportadora, precisava do espaço líquido da baía por onde flutuavam os "territórios ambulantes" das milhares de embarcações aqui construídas, incorporando uma tecnologia de construção naval portuguesa. No território da Baía de Todos os Santos reuniram-se condições favoráveis para o desenvolvimento de uma indústria naval que produziu os grandes navios para a carreira das Índias e os pequenos navios adaptados à navegação interior da baía. Segundo Gabriel Soares de Souza, aqui se encontravam com facilidade o braço escravo, as madeiras de qualidade e fácil acesso, as ferragens que

se podiam fabricar facilmente nos engenhos, a casa da *embira* para a calafetagem, as madeiras para os mastros, a resina do *camaçari* para substituir a cola. (MAURO, 1960) O sucesso deste estaleiro colonial, grande consumidor de braços e madeira, logo despertou a oposição dos senhores de engenho, vorazes consumidores também de madeiras e de braços escravos. (LAPA, 1968)

A utilização da força eólica na tração das embarcações trazidas pelos navegadores portugueses revolucionou a tradição indígena. As jangadas e canoas cavadas nas cascas de *sucupiras* sem bancos e sem velas ganharam várias armações de aparelhos vélicos para se tornarem operacionais no transporte de pequenas cargas e passageiros. Surgiram as pequenas canoas com velas de espicha, as velozes canoas de passageiros com uma vela latina e as resistentes canoas de pesca que, quando armavam uma grande vela e mezena de proa, lembravam as galeras do século XVII. Às tecnologias indígena e portuguesa veio somar-se a tecnologia africana das canoas de navegação no Rio Congo, principalmente no formato do casco e na técnica de sua construção. (SELLING JR., 1976)

Descendentes da velha caravela latino-portuguesa, desbravadora das costas de África, surgiram na Bahia os vários tipos de saveiros: o valente *saveiro de vela de pena,* bom para a pesca; o *saveiro do Morro de São Paulo,* bom de cara; o pequeno *saveiro de tráfego* de Salvador, outrora utilíssimo no transporte de pequenas cargas e passageiros entre os bairros da cidade. Surgiu até mesmo o pequeno *saveiro do dique,* construído para o transporte no dique do Tororó. Descendentes das caravelas redondas são os grandes *barcos e lanchas* do recôncavo, embarcações capazes de transportar cargas importantes, inclusive as caixas do precioso açúcar nos tempos da colônia. (AGOSTINHO, 1973)

Das antigas *alivadoiras* do Tejo descenderam as *alvarengas,* pequenas embarcações empregadas no transbordo de mercadorias entre os grandes navios e o ancoradouro. Povoavam ainda a baía as compridas *baleeiras,* algumas de ascendência biscainha. Para o transporte e passeio, utilizava-se a *galeota,* pequena embarcação a vela e remos, ainda usada na Procissão do Senhor dos Navegantes. Foram surgindo posteriormente os *iates* e as *escunas* que ainda passeiam hoje os turistas pela Baía de Todos os Santos. (SELLING JR., 1976)

Toda esta variedade de veleiros da Bahia documenta a adaptação das técnicas construtivas e das artes náuticas portuguesas à navegação no mar interior deste território da baía. Assim, com as embarcações apropriadas para cada uso, era possível assegurar um transporte seguro, extremamente barato e, acima de tudo, regular, posto que fosse possível ir e voltar de Salvador ao Recôncavo, no mesmo dia, aproveitando o vento terral e a viração.

Além do engenho e da navegação, os descobridores trouxeram consigo uma antiga experiência de controle do tráfico de escravos africanos. Em 1442, quando Antão Gonçalves desembarcou os primeiros escravos em Lagos, no Algarve e

encantou o Infante D. Henrique com as possibilidades deste comércio, o tráfico de escravos africanos passou a ser um dos ramos mais lucrativos do grande empreendimento das navegações. Desde então foi implantada na Costa da África Ocidental uma rede de feitorias negreiras: em 1455, Arguim, na costa da atual Mauritânia; depois Cacheu na Guiné; em 1466, Afonso V concedeu o monopólio do tráfico da Guiné aos habitantes de Cabo Verde; São Jorge da Mina, em 1482; em 1486, Diogo Cão fundou a feitoria no antigo reino do Benin. No mesmo ano, criou-se em Lagos, no Algarve, a Casa dos Escravos, com a finalidade de controlar e tributar os escravos africanos entrados em Portugal.

No século XVI ampliou-se a rede de feitorias com São Tomé e São Paulo de Luanda e, no século XVII, depois das guerras holandesas, completou-se essa rede com o controle por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro do tráfico proveniente de Angola. (MILLER, 1999) Introduzidos maciçamente na Bahia, a partir da fundação da cidade, os escravos africanos passaram a se constituir em mão de obra para todos os ofícios terrestres e marítimos e o seu comércio externo e interno, de tão lucrativo, terminou por fazer desta baía um dos centros mais ativos de tráfico de escravos até a abolição da escravidão em 1888.

Mais uma vez a tecnologia de construção e aparelhamento de veleiros transplantada pelos portugueses adaptou-se às necessidades do sistema da Baía de Todos os Santos, sendo responsável pelo constante aperfeiçoamento, até 1851, do *navio negreiro,* aquele navio que os viajantes percebiam a longa distância: alta mastreação e maior espaço vélico para aumentar a velocidade em alto-mar e, portanto as possibilidades de escape à perseguição da Royal Navy; casco bojudo, para aumentar o espaço para mais passageiros forçados; quilha arredondada de modo a permitir o acesso às águas rasas da Costa de África e dos ancoradouros no interior da Bahia de Todos os Santos. Ainda em 1846, os traficantes de escravos da Bahia vangloriavam-se dos seus navios negreiros, finos veleiros que permitiam aos navegadores experientes escapar de toda vigilância. (ARAÚJO, 1998-1999) A interrupção desta navegação só veio a se efetivar a partir de 1850, quando a Royal Navy destacou pela primeira vez as modernas fragatas a vapor para o combate dos veleiros baianos nos dois lados do Atlântico.

Engenho, navegação e escravidão permitiram a especialização duradoura de um conjunto de relações socioculturais que conformaram a própria identidade da Bahia como capitania colonial, província imperial e estado federado republicano.

## *Um sistema resistente*

A coesão deste sistema foi duramente testada até a primeira metade do século XVII durante as guerras holandesas. Já em 23 de dezembro de 1559, a cidade foi

atacada por uma esquadra comandada por Hartman e Broer. Em 20 de julho de 1604, a cidade foi atacada por uma esquadra comandada por Paulus Van Caarden, que foi repelido pelas defesas da cidade e pôs-se a saquear aldeias e engenhos mais próximos. Em 6 de maio de 1624, apareceu diante de Salvador uma frota de 17 navios comandada pelo almirante Jacob Willekens, às ordens da Westindische Compagnie e dos Estados Gerais das Províncias Unidas. A cidade foi ocupada por uma força de 3000 soldados comandados pelo coronel Jean Van Dorth. Sitiados na cidade pelos portugueses mobilizados e acantonados no recôncavo, os holandeses foram finalmente expulsos em abril de 1625.

Em 1627, uma esquadra comandada por Pietr Heyn, após assediar a cidade do Salvador, passou a atacar engenhos do recôncavo, sendo derrotada nas embocaduras dos rios Matuim e Pitanga. Em 1638, o príncipe Maurício de Nassau, governador de Pernambuco, comandou pessoalmente um ataque à cidade do Salvador. Apesar dos recursos por ele mobilizados, 31 navios e 4 mil homens, sofreu pesada derrota às portas da cidade. Em 1640, para vingar-se da derrota sofrida, Nassau despachou para a Bahia uma força de 20 navios e 2500 soldados comandados por Lichthardt que incendiou 28 engenhos no interior da Baía de Todos os Santos.

Em 1646, Nassau compreendeu que a força da Bahia era exatamente a coesão do sistema da Baía de Todos os Santos. Juntamente com Sigmund Von Schoppe estabeleceu um plano visando desarticular o sistema, instalando uma base na ilha de Itaparica, no interior da baía, de onde esperava cortar as ligações entre a cidade e o recôncavo. Em fevereiro de 1647, uma expedição holandesa formada por 2400 homens e 26 navios instalou-se em Itaparica e durante um ano enfrentou a guerrilha anfíbia dos baianos. O resultado foi uma definitiva derrota holandesa, que perdeu dois terços do seu contingente. Um ano depois, em 1648, Von Shoppe voltou à Bahia para uma operação de vingança, incendiando alguns engenhos, sem nenhuma chance de vitória. (ARAÚJO, 1992)

Já nos estertores dos tempos coloniais e emergência do Brasil Independente, a coesão do sistema da baía foi mais uma vez testada. A crescente diferenciação de interesses entre a nobreza da terra, dos senhores de engenho do fundo da baía, e os grandes comerciantes portugueses monopolistas da Rua da Praia, terminou rompendo a coesão do sistema, e por isso veio a guerra. No conflito que durou de fevereiro de 1822 a julho de 1823, os senhores das vilas do Recôncavo dominaram a baía e no seu interior inviabilizaram a esquadra de João Félix, incapaz de enfrentar as centenas de *barcos do recôncavo* artilhados. Os portugueses e seu general Madeira controlaram a cidade de Salvador e seu porto, impedindo que qualquer embarcação alcançasse o Oceano. Era o bloqueio mútuo: nem abastecimento alimentar do interior para os portugueses, nem a exportação de açúcar para os independentes.

Apesar das vitórias terrestres dos independentes do Recôncavo, a guerra resolveu-se somente quando entrou em operação a pequena, porém ativa, esquadra

brasileira comandada por Chochrane. A esquadra portuguesa começou a sofrer perdas no mar aberto e o comandante Madeira percebeu então que mais dia menos dia os brasileiros furariam o bloqueio imposto à baía. Estava estrategicamente derrotado. Este foi o sinal para a retirada do 1.º de julho de 1823. (ARAÚJO, 1992)

Ainda duas vezes a coesão deste sistema geo-histórico foi testada. Em 1824, por ocasião do levante do Batalhão dos Periquitos, o governo provincial foi expulso de Salvador. Retirou-se para o fundo do Recôncavo e de lá sitiou os republicanos, derrotando-os em seguida. Em 1838, por ocasião da revolução denominada Sabinada, os *perus* imperiais recolheram-se ao Recôncavo e sitiaram os *raposas* federalistas na cidade do Salvador. Até que os revolucionários esperaram o socorro de uma esquadra americana que jamais saiu dos Estados Unidos... A reconquista da cidade dói inevitável.

Esse território sofreu importantes abalos com algumas importantes mudanças socioeconômicas, como a abolição do tráfico africano em 1851 e a abolição da escravidão em 1888, que destruíram o engenho de açúcar como unidade centralizadora da Bahia açucareira e destronaram uma elite senhorial todo-poderosa plantada no fundo do recôncavo da Baía de Todos os Santos. O atestado de óbito desta nobreza sacarina foi passado pelo escritor saudosista Xavier Marques:

> No ano de 1900 já eram anacrônicos os tipos de senhor e senhora-de-engenho com os principelhos desocupados e pródigos e os séquitos de lacaios e mucamas que lhe compunham a numerosa famulagem. As fazendas despovoadas, os solares desabitados e soturnos, os engenhos convertidos em ninhos de morcegos e depósitos de ferragem velha, abrolhadas de mato rasteiro e capim de Angola as terras que foram luxuriantes partidos, tudo atestava o fim de uma época.
> Doze anos apenas, a contar da abolição da escravatura e da imediata fundação da República, foram bastante para liquidar os remanescentes da rica e poderosa classe. Mortos os grandes proprietários, o intenso movimento abolicionista provou a incapacidade dos herdeiros para arcarem com a crise da lavoura e da indústria sacarina. Uma e outra sobraram com a escravidão.
> Os aspectos da vida eram profundamente estranhos aos poucos, já envelhecidos, que conheceram um regime por eles julgado a forma definitiva e única legítima de coexistência social. Para estes já não havia em viver. Tudo era tristeza, vergonha decadência. (MARQUES, 1982, p. 111)

Algumas mudanças tecnológicas, tais como o advento da navegação a vapor e das estradas de ferro, foram engenhosamente absorvidas pelo sistema da Baía de Todos os Santos. Ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, a articulação entre o *Vapor de Cachoeira,* o navio de Nazaré das Farinhas e as estradas de ferro de Nazaré e Central da Bahia, fizeram a Baía de Todos os Santos um trajeto obrigatório nas rotas que ligavam Salvador aos sertões, levando os produtos estrangeiros importados pelo porto de Salvador e trazendo para

o mercado externo os diversificados produtos da província. (SANTOS, 1998) Segundo depoimento do jornalista João Falcão, ainda em 1940, vinha-se de Feira de Santana de trem, pernoitava-se em Cachoeira, embarcava-se no *vapor de Cachoeira,* para chegar finalmente em Salvador. (ARAÚJO, 1998-1999) A tradicional navegação a vela continuou cumprindo o seu papel transportador de pessoas e víveres, abastecendo a cidade do Salvador e animando o Mercado Modelo e sua rampa. Assim, mesmo amputado de um dos seus elementos organizadores, o engenho de açúcar, o sistema da Baía de Todos os Santos a tudo resistiu, adaptou-se às novas limitações, encolheu--se, empobreceu-se como um todo, mas manteve a coesão interna, a articulação entre a capital Salvador, o recôncavo da Baía de Todos os Santos e os interiores da província. Conservou como pôde as mesmas hierarquias sociais e terminou por construir-se, pois, em um exemplar sistema renitente de subdesenvolvimento.

O tempo da tecnologia do petróleo, após 1945, não poupou o território colonial da baía. Gasolina, asfalto, estradas, caminhões e automóveis terminaram por definir outra forma de organização territorial. A estrada de rodagem contornou a Baía de Todos os Santos, interligando-se ao sistema rodoviário nacional. Feira de Santana, antigo distrito do porto Cachoeira, tomou lugar do município mãe, transformando-se no grande porto seco e no maior entroncamento rodoviário do Nordeste brasileiro. Conexão inútil, o *Vapor de Cachoeira* não navega mais no mar. Assim com a índia *Kirimurê,* a colonial portuguesa *Baía de Todos os Santos* enfim feneceu. Líquido espaço vazio virou histórico, virou turístico, e disseram até que seria sucedido por uma *Baía Azul.* Logo após a posse do governador Jaques Wagner, reacendeu-se a esperança de recomposição de um sistema da Baía de Todos os Santos, articulando suas águas e sua orla. Novos projetos emergiram, tais como a ponte Salvador-Itaparica que deverá se integrar ao sistema viário do oeste, a expansão do Polo Petroquímico de Camaçari, a instalação de quatro canteiros e um estaleiro para a construção de plataformas e navios para a extração de petróleo em águas rasas e em alto-mar, o reaparelhamento dos portos e a instalação de uma logística portuária de estradas e armazéns. Kirimurê talvez não volte, mas a Baía de Todos os Santos pode renascer como um sistema geo-histórico no século XXI.

## ***Referências***

AGOSTINHO, Pedro. Embarcações e navegação na Baía de Todos os Santos - 1835-1837: estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vidal. In: VIDAL, Emeric Essex. *São Salvador da Baía de Todos os Santos*: vista panorâmica, aquarelas, 1835-1837. Salvador: Banco da Bahia Investimentos, 1996. Edição fac-similar.

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo:* um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia.* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Le politique et l'Économique dans une société esclavagiste. Bahia, 1820/1889*. 1992. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université de Paris IV, Sorbonne, 1992.

______. 1846: um ano na rota Bahia-Lagos: negócios, negociantes outros parceiros. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 83-110, 1998-1999.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.* Prefeitura de Recife – Secretaria de Educação e Cultura. Recife, 1980.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados:* as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador, 1549:* uma reconstituição histórica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.

CARVALHO, Maria do Rosário. A Bahia de Todos os Santos no século XVI sob o olhar jesuítico. In: CEASB. *Parque metropolitano de Pirajá. História, natureza e cultura.* Salvador: Editora do Parque, 1998.

DENIS, Ferdinand. *Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

DORIA, Francisco Antonio. *Os herdeiros do poder.* 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho:* complexo sócio-econômico açucareiro cubano. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1987. 2 v.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil, história da Província Santa Cruz.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

MARQUES, Xavier. *As voltas da estrada*. 2. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1982.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantic au XVII Siécle. 1570-1670.* Paris: Sevpen, 1960.

MILLER, Joseph C. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NICOLÁS, Daniel Hiemaux. Tempo, espaço e apropriação social do território. In: SANTOS, Milton (Org.). *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1998.

PINHO, João Wanderley de Araújo. Testamento de Men de Sá. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA, 3., 1941, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Imprensa Nacional, 1941.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: ______. (Org.). *Território, globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec, 1998a.

______. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Recôncavo da Bahia:* sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998b.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SELLING JR., Theodor. *A Bahia e seus veleiros, uma tradição que desapareceu.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1976.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional; Brasília, DF: INL, 1987. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818.* Salvador: Progresso, 1956.

UFBA. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução física de Salvador.* Salvador, 1979. 2 v.

Boy peba

I: dos fradas

I: do medo

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DO ALVA RODA COSTA

T A

P A R C I

G. baxas de preamar dagoas vivas

# *Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações*

*Maria Hilda Baqueiro Paraíso*

Ao pensarmos as relações estabelecidas entre Portugal e os povos que habitavam sua colônia na América temos que considerar o conjunto e a diversidade de estratégias e conflitos estabelecidos entre os vários segmentos sociais. Nesse sentido, conquistar, dominar, colonizar e ressocializar são etapas estabelecidas pelo projeto metropolitano para impor a subordinação ao grupo nativo. Porém, convém ressaltar que essas estratégias não ocorrem necessariamente nessa ordem e que nem todas foram implantadas ao longo do processo colonial.

Da mesma forma, foram múltiplas as posturas adotadas pelos indígenas ante a nova realidade e os conflitos dela decorrentes. O que não podemos ignorar é que a postura adotada nunca foi passiva, desvinculada das tradições de cada grupo e da avaliação da situação enfrentada. Assim, podemos elencar as várias formas de posicionamento adotadas pelos grupos indígenas que variavam da resistência, às fugas, enfrentamentos, busca de alianças com portugueses ou franceses e às tentativas de, através da aceitação do aldeamento compulsório, construir um espaço no mundo colonial que se lhes apresentava.

Logo, o processo colonial não se estabeleceu, apenas, a partir da conquista militar, mas também através de uma gama variada de relações econômicas, sociais e políticas resultantes das tensões, conflitos e soluções encontradas pelos grupos sociais envolvidos. O fato inegável é que a efetivação da conquista exigia íntima associação entre o Estado e particulares, portugueses ou não, e pressupunha soluções rápidas e criativas ante o desconhecido, além de uma grande capacidade de manipular o oponente da forma mais adequada aos interesses do empreendimento.

No caso dos indígenas sob domínio lusitano, a superioridade do armamento bélico foi um fator relevante, porém há, ainda, que atentar para a perplexidade e o terror que provocava por ser desconhecido. Os combates, por sua vez, assumiam outras formas que não as tradicionalmente praticadas pelas sociedades indígenas, como a prática do cerco, queima das aldeias e destruição de roças e a destinação dada aos vencidos. Essa destinação, no caso das sociedades *Tupi* do litoral no século XVI, deixava de ser orientada para os rituais antropofágicos, razão de glória e valorização social do vencedor e de dignidade para o vencido, e passava a ser a de compor os lotes de escravos usados como trabalhadores nos empreendimentos e propriedades dos conquistadores. (FAUSTO, 1992)

Elementos de fundamental importância no processo de solidificação da conquista foram, também, os traumas psicológicos sofridos por esses povos decorrentes das práticas de dominação exercidas pelos agentes colonizadores. Entre os grupos atingidos, passavam a predominar sentimentos de perplexidade e de despossessão dada a destruição do seu universo tradicional e da sua autoimagem positiva a partir do momento em que se estabeleciam relações hierarquizadas. Era preciso encontrar novas formas de relacionamento que reorientassem suas vidas.

A desestruturação econômica, social e política, imposta a partir do ordenamento das novas relações que levavam em consideração os interesses dos conquistadores e seu modo de produção em detrimento das dominantes nas sociedades indígenas, também teve seu papel no processo de conquista/dominação. A ruptura do modo de produção dominante naquelas sociedades, baseado em relações de reciprocidade, com trocas simétricas voltadas para a consolidação da solidariedade, foi desastrosa no âmbito da produção e da circulação de bens, tendo graves reflexos no ordenamento social. As relações sociais e as expectativas comportamentais tiveram de ser repensadas e ajustadas a uma nova realidade. Os objetivos econômicos passaram a se centrar na competição nas esferas da produção e do consumo, agora regidas por leis de um mercado que os nativos ainda não conheciam e do qual não dominavam as regras de funcionamento.

Esse tipo de desarranjo econômico-social tanto pode ser identificado nas formas de exploração do ecossistema como também no conjunto de relações estabelecidas nos níveis interno e externo. Com relação ao ecossistema, a competição pela caça, com o aumento da população, a derrubada das matas, a introdução de atividades voltadas para o mercado e o fato de as terras de melhor qualidade deixarem de ser parte do patrimônio desses povos exigiram ajustamentos nas formas de explorar os recursos naturais.

Em termos das relações internas, ao se instalar a competição em detrimento da solidariedade, os vínculos sociais ordenadores da estrutura social se esgarçaram. Assim, desarticularam-se as interações provocando a ruptura de alianças e a acentuação do estado de guerra em muitas áreas, particularmente naquelas em que eram comuns os saltos e razias realizados pelos colonos para obtenção de mão de obra escrava.

O desrespeito à lógica interna da sociedade indígena – como nos casos da divisão de trabalho; do preterimento de atividades produtivas que lhes garantiam a subsistência pelas voltadas para a produção de mercadorias destinadas à troca e ao comércio; do desvio dos prisioneiros para a formação de grupos negociados ou entregues como escravos; das regras de solidariedade e a exigência, cada vez maior, da entrega de excedentes para a troca – gerou tal desorientação social, e em níveis tão profundos, que inviabilizou a reprodução da sociedade indígena a partir do modelo estabelecido naquele momento.

Era preciso repensar, adaptar, encontrar brechas, formular estratégias de inserção e preservação, fazendo surgir uma nova sociedade indígena mais operante ante a nova realidade. E esta realidade tornou-se crescentemente dinâmica a partir do momento em que a conquista se transformou em colonização e esta se expandiu e passou a "consumir" novos segmentos populacionais indígenas. Os descimentos forçados ou estimulados promoviam a destribalização e o desenraizamento sociocultural desses povos e os fazia conviver com grande diversidade de componentes

da sociedade colonial: outros povos indígenas, colonos e, mais tarde, escravos de várias etnias trazidos da África.

Em termos de ordenamento sociopolítico, há que destacar os efeitos negativos provocados pela mudança do eixo de poder, acentuando a dependência e a incapacidade de uma reação de maiores proporções e mais efetiva dos indígenas ante as imposições que lhes eram feitas. Nesse sentido, a morte e a destituição das lideranças indígenas ou sua cooptação acentuavam-lhes o sentimento de abandono. No entanto, algumas dessas sociedades encontraram formas de se ajustarem a essa nova realidade e, até mesmo, de criarem regras hereditárias de sucessão para os cargos de chefia. Criaram, à moda europeia, uma casta de governantes indígenas ativa no seu diálogo, capaz de apresentar suas exigências e reivindicar seus direitos através do uso de mecanismos políticos próprios do mundo colonial. (MONTEIRO, 1995)

Ante a plasticidade dos grupos indígenas e a necessidade de consolidar a conquista, o Estado português passou a implantar estruturas político-administrativas capazes de promover a passagem do estágio de pilhagem para o de exploração das riquezas naturais e da mão de obra ali existentes. Esta deveria se conformar às exigências do novo modo de produção, à implantação de relações de trabalho de cunho escravagista e à imposição de deslocamentos compulsórios para áreas consideradas importantes na estratégia de ocupação, exploração, defesa e expansão dos territórios.

Independentemente das relações de poder serem expressas através de mecanismos de violência explícita ou da criação de alianças, suas bases estavam fincadas no projeto estatal de implementar a conquista, a colonização e a incorporação forçada das populações a um modelo estabelecido pelo Estado conquistador de acordo com seus interesses e os dos segmentos sociais tornados parceiros e executores daqueles projetos. E isso implicava a negação do direito à autonomia das populações indígenas, gerando várias instâncias de antagonismo, oposição, resistência e negociações, fortalecendo a adoção de medidas e os argumentos voltados para garantir a dominação e o controle sobre os aldeados. Essa realidade nos permite afirmar que, a longo prazo, o domínio imposto por uma minoria, em nome de uma superioridade racial e cultural, promoveu relações pautadas pela hierarquização e dominação, apesar dos discursos de caráter humanitário e religioso alardeados para justificar essas ações.

Para compreendermos essas relações de poder é preciso considerar o objetivo maior dos colonos: o de concretizarem empreendimentos econômicos rentáveis através do livre acesso à terra e à mão de obra indígena. Com isso, pretendiam garantir o rápido retorno do capital investido e promover seu enriquecimento e ascensão social. Mas, também, considerar que os povos indígenas eram agentes históricos ativos que estabeleceram suas relações a partir de suas vivências e experiências, expectativas e possibilidades de solução permitidas e pensadas pelo seu referencial

e sua organização sociocultural. Porém, é fundamental destacar que as relações coloniais eram constantemente atualizadas a partir das interações estabelecidas entre os dois segmentos sociais, o que atribui peculiaridades aos vários momentos e conjunturas historicamente constituídos, pois, em nenhum momento, o aparente equilíbrio social identificado no conjunto das relações teve um caráter estático. Essa dimensão dinâmica resultou em vários modelos de interação entre colonizadores e colonizados e nos constantes reordenamentos da organização social dos indígenas através da incorporação seletiva de novos elementos culturais impostos pela convivência com os colonizadores.

## *Vivendo novas experiências em Kirimurê*

Quando da chegada dos portugueses a Kirimurê, a qual batizaram com o nome de Baía de Todos os Santos, os conflitos já eram antigos. Os tupinambás haviam se apossado da região, após terem expulsado os tupinaês para o interior das matas do rio Paraguaçu. Porém, antes destes, ali teriam vivido grupos Gê, provavelmente Kiriri. Segundo a documentação produzida por missionários jesuítas, por administradores coloniais e cronistas, é possível inferir que os falantes da língua tupi compunham uma população numericamente expressiva e que as várias tribos se subdividiam ao longo do litoral em territórios definidos pela conquista e ocupação. Os dados relativos à organização social dos tupis não indicam a existência de qualquer forma de articulação social e política mais ampla do que as unidades locais ou aldeias existentes, a não ser por uma rede de alianças entre as várias tribos que se apresentava com grande fluidez em sua composição.

A fluidez e a precariedade dessas alianças, exploradas pelos colonos em proveito de seu projeto de conquista, inviabilizaram formas de resistência mais eficazes aos mecanismos de conquista e colonização, apesar da superioridade numérica dos indígenas se comparada à quantidade de europeus estabelecidos na colônia. Também souberam usar com competência as regras de cunhadismo de forma a construírem alianças temporárias com os tupis e delas se beneficiarem.

Os íncolas que optaram por estabelecer alianças com os europeus viam-nas como uma possibilidade de obterem aliados poderosos contra seus inimigos tradicionais e de se preservarem dos saltos realizados pelos colonos em busca de mão de obra, desviando seus ataques para as aldeias dos seus opositores. Entretanto, esse quadro de alianças também era altamente fluido, compondo-se, rompendo-se e recompondo-se de acordo com a dinâmica das relações estabelecidas entre os vários segmentos sociais, perspectivas e projetos distintos.

O entendimento das relações de casamento estabelecidas entre colonos e indígenas também deve ser pensado como uma das manifestações dessas intenções

opostas, mas complementares. Para os silvícolas, era a consagração da aliança tradicional expressa nas regras do cunhadismo. Para os colonos, era o uso de uma instituição social daquele povo para obter mão de obra, alimentos e permissão para viver nas aldeias como um dos seus membros.

Porém, aos poucos, os tupis passaram a perceber os antagonismos presentes nas relações que estabeleciam e viviam cotidianamente, fazendo-os reavaliar as alianças estabelecidas com os colonos. Para os índios, as alianças baseavam-se em suas formas tradicionais de organização social, ou seja, deveriam estar calcadas no princípio da reciprocidade e não, como passaram a ocorrer após os primeiros anos de contacto: instrumentos que garantiam os direitos aos colonos e os deveres a eles. A constatação dessa realidade acentuou-se quando a dependência dos indígenas para com os colonizadores se ampliou e a autonomia destes com relação aos produtos de subsistência fornecidos pelos tupis tornou-se uma crescente realidade.

A insatisfação dos indígenas acentuou-se a partir de 1536, quando da efetiva implantação do sistema de capitanias hereditárias e a instalação da Capitania da Bahia, resultando em novas exigências que lhes eram impostas: o trabalho compulsório, a produção voltada para o mercado externo e a imposição de novos padrões culturais voltados para sua transformação em trabalhadores adequados às novas atividades produtivas. Esses se tornaram os grandes vetores das constantes revoltas indígenas nas várias capitanias. (LINHARES, 1990)

Considerando-se os casamentos interétnicos como resultado de uma estratégia política, econômica e social estabelecida entre os indígenas e os colonos, ao longo dos anos de convivência, podemos analisar o caso de Caramuru e Catarina Álvares, conhecida como Paraguaçu, a partir do século XVIII, graças ao poema homônimo do Frei Santa Rita Durão, como o exemplo de um modelo e não uma exceção no conjunto de relações sociais.

As uniões matrimoniais entre um homem e uma mulher fazem parte dos contextos sociais e definem a qualidade de um membro numa comunidade, a quem ele deve obedecer e por quem deve ser obedecido, quem são seus amigos e seus inimigos, com quem pode e não pode se casar, de quem pode herdar e a quem deixa sua herança. São, portanto, as uniões matrimoniais que definem as teias de relações sociais, isto é, as relações de autoridade, as econômicas, as de cooperação e as de ritual. Os tupis não eram exceção quanto à importância dos matrimônios como ordenadores da sua sociedade.

Inicialmente, deve-se ressaltar que o número de uniões interétnicas era tão significativo que, ao consultarmos as Cartas Jesuítas, observam-se constantes acusações aos colonos por terem adotado práticas gentílicas, particularmente no que se referia à poligamia. Poder-se-ia dizer simplesmente que, nesse campo social, os lusitanos teriam se tupinizado, se não considerarmos tal opção também pelo ângulo das estratégias de conquista e dominação implantadas na nova colônia.

Na concepção dos tupis, as regras de solidariedade, indicativas do estabelecimento de aliança, calcavam-se na consanguinidade e incluíam os filhos e genros. A relação entre sogros e genros era geradora de poder porque, quanto mais elevado fosse o número de homens (filhos e genros) vinculados a um chefe de família, maior seria o prestígio do seu "principal". Daí porque sempre eram desenvolvidos esforços familiares para atrair novos elementos do sexo masculino, transformando, neste caso, as *temericô,* as índias que viviam com os portugueses, em símbolo do estabelecimento dessa aliança, sendo as uniões reconhecidas independentemente do colono ser ou não casado de acordo com as regras da sociedade portuguesa.

As uniões, ao pressuporem o cumprimento das regras de solidariedade que dela decorriam, representavam, no contexto colonial, a possibilidade para os indígenas de obterem aliados para suas guerras e a garantia à liberdade, à terra e aos bens manufaturados, admitindo, em contrapartida, que os interesses e os inimigos dos novos genros e cunhados passassem a ser os interesses e os inimigos dos parentes. Para os colonos esta aliança significava mão de obra garantida para empreendimentos guerreiros de defesa da colônia, conquista e preservação de seus patrimônios pessoais e para a incorporação de escravos conquistados em aldeias inimigas. Usando a mesma estratégia, obtinham trabalhadores livres e não remunerados para suas atividades agrícolas, fossem de subsistência ou voltadas para o mercado, e para corte e transporte de madeiras, além de parceiros com os quais estabeleciam trocas preferenciais de mercadorias. Não devemos esquecer, ainda, que o respeito às regras decorrentes das relações familiares foi fundamental para a formação de tropas que permitiram o movimento bandeirante.

## *Por que o destaque para Caramuru e Paraguaçu?*

Várias razões podem ser arroladas. Inicialmente o fato de ambos serem personagens históricos, cuja existência e trajetória de vida podem ser comprovadas. A relevância de Caramuru como agente intermediador entre colonos e índios no período da instalação da Capitania da Bahia e do Governo Geral em Salvador é outro ponto a ser considerado. Há ainda que se observar a aceitação dos novos padrões comportamentais, inclusive do batismo, ainda que na França, por Catarina.

Mas, acima de tudo, deve-se considerar a relevância dada ao casal pela historiografia oficial quando lhe atribuiu características comportamentais e ações justificadoras da fábula das três raças formadoras da nova nacionalidade. Da mesma forma, a narrativa romantizada reforçaria o mito da cordialidade das relações sociais iniciais, elemento fundamental da ideologia implantada pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a construção da imagem do país nascente.

Caramuru e Catarina tornaram-se, assim, um casal paradigmático cuja imagem foi divulgada pela intelectualidade brasileira usando como modelo e referência a imagem formada a partir do poema – Caramuru – do frei Agostinho José de Santa Rita Durão, elevado pelos românticos à condição de ancestral do movimento indianista.

Na visão assim construída, Diogo Álvares não é definido como um herói conquistador, mas como herói civilizador, um fundador, o responsável pela primeira ação colonizadora na Bahia. É visto como um misto de missionário e colono que não se desvinculou de suas raízes pátrias e atuou como um facilitador da conquista e da colonização, um símbolo de civilidade e de pacificador capaz de usar expedientes mágicos – o tiro de espingarda, apesar da pólvora molhada – para implantar formas duradouras de dominação.

Já Paraguaçu, nome aliás criado pelo frade-poeta[1] e do qual não há registro documental até a publicação do referido poema, é uma índia que aceita a superioridade da cultura ocidental e a ela se submete, transformando-se, também, num agente de dominação. E, apesar deste papel, a ela não é atribuída a pecha de traidora de seu povo, como ocorreu à companheira de Cortês – Malintzin, la Malinche, conhecida, posteriormente, por Marina.

No entanto, cabe a pergunta: qual a trajetória histórica conhecida desses personagens?

Do primeiro, sabe-se que sempre disse ser um náufrago. Sempre apontado como português, há, no entanto, suspeita de que fosse um galego (TOURINHO, 1919, v. 1) descendente de judeus, o que não é impossível devido ao constante circular de portugueses e espanhóis entre os dois países, particularmente na região de Viana do Castelo, onde teria nascido. Outro elemento que torna a hipótese aceitável é a participação de estrangeiros nos navios portugueses durante o período de conquista e colonização da América. Para Teodoro Sampaio, entretanto, Caramuru era um "tripulante contratado de algum navio francês" que permanecera na Baía de Todos os Santos para organizar e viabilizar o comércio de pau-brasil com os tupinambás. (SAMPAIO, 1949) Segundo as pesquisas de Moniz Bandeira (2007, p. 59), as relações da família Álvares com comerciantes bretões eram antigas, pois vários dos seus parentes atuavam como mareantes na pesca de bacalhau, o que explicaria essa possível contratação do Caramuru.[2]

O naufrágio teria ocorrido entre 1509 e 1511[3] e, segundo consta em várias narrativas acerca de sua aceitação pelos *tupinambás,* Diogo Álvares, que provavelmente

1 O nome Paraguaçu assim como o atribuído a seu pai, Itaparica, foram criados usando-se a toponímia de acidentes geográficos da Baía de Todos os Santos.

2 O nome atribuído ao náufrago é popularmente traduzido como homem do fogo, filho do trovão. Esta versão é rejeitada pelos tupinólogos. Segundo os estudiosos, há duas possibilidades de tradução. Caramuru é o nome de um peixe conhecido como moreia que se abriga nas pedras a beira-mar, situação em que os índios encontraram Diogo Álvares. Outra versão afirma ser o nome derivado de Carái-muru que significa homem naufragado.

3 As primeiras notícias sobre Caramuru na área da Baía de Todos os Santos se iniciam em 1514 quando um português aprisionado por espanhóis, Estevão Froes, comunica por carta o encontro a D. Manuel. Outra notícia data de 1526 sendo da autoria de um membro sobrevivente da tripulação da nau São Gabriel, comandada por D. Rodrigo

teria sido destinado ao ritual antropofágico, os teria convencido que o poder das armas de fogo poderia ser usado pelos indígenas contra seus inimigos tradicionais. Para comprovar sua promessa, teria usado essas armas num ataque a uma aldeia em Passé. (ACCIOLI; AMARAL, 1919, v. 1, p. 19) Este armamento e a pólvora, segundo alegava, seria proveniente de barris que conseguira salvar do navio naufragado.

A perplexidade ante a nova arma com semelhante poder destrutivo é que lhe teria angariado prestígio, aceitação pelo grupo indígena e o transformado em genro e cunhado desejável pelos líderes de ocas, segundo os critérios tradicionais para estabelecimento de alianças através de casamento. Considerando-se esse interesse pela aliança com o náufrago e as regras de cunhadismo, podemos inferir que Caramuru dificilmente foi um monógamo, como a construção posterior de sua imagem sugere. Assim afirmam Jaboatão (ACCIOLI; AMARAL, 1919, v. 1, p. 179) e Simão de Vasconcelos (BANDEIRA, 2007, p. 65) que atestam ter a fundação da Vila Velha decorrido do fato de Diogo Álvares ser o chefe de muitas famílias indígenas e que vários maioriais estabeleceram alianças com o Caramuru, oferecendo-lhes suas filhas e irmãs em casamento.

Também se pode intuir que a construção da Vila Velha decorreu do exercício das formas tradicionais de atuação dos conquistadores: a substituição das antigas choupanas indígenas por novas casas, supostamente de modelo lusitano, e o uso do trabalho indígena na fundação de uma povoação colonial e no corte e transporte de pau-brasil no entorno da Baía de Todos os Santos. Segundo Oviedo (BANDEIRA, 2007, p. 57), a povoação compunha-se de mais de trezentas casas espalhadas entre o atual Largo da Graça e o Porto da Barra, onde, além de Caramuru, mulher, filhos, noras e genros, viviam mais de mil índios e náufragos europeus, inclusive franceses.

A aliança de Caramuru com os franceses, descritos sempre como invasores da colônia lusitana na historiografia tradicional, é insinuada por Accioli e Amaral (1919, v. 1, p. 156-157) e, segundo esses autores, resultara do interesse pessoal do colono em rever a Europa. No entanto, como interpretar o fato de ter sido conduzido por um navegante francês a Saint Malo e o que estaria fazendo aqui este navegante senão contrabando de pau-brasil? Seria este contacto comercial ocasional ou permanente?

Neiva (1941, p. 196-201) analisando essa questão, chama a atenção para a presença francesa na Baía de Todos os Santos, Porto Seguro e Fernando de Noronha antes de 1503, conforme os registros apresentados por Paulmier de Gonneville na França. Segundo este comerciante de pau-brasil, navios da Normandia e Saint Malo mantinham comércio regular com os indígenas da Baía de Todos os Santos, que aceitavam de bom grado a presença de estranhos devido à familiaridade do

de Acuna, que havia aportado na Bahia. Em 1531, quem dá informações sobre Diogo Álvares é Pero Lopes de Souza. Quando do naufrágio da nau Madre de Diós nas imediações de Boipeba, em 1535, quem salvou os sobreviventes de serem aprisionados pelos índios, segundo Capitão da nau Juan de Mori, foi um cristão que se apresentava como Diego Álvares. (BANDEIRA, 2007, p. 55-56)

contacto e às relações de escambo estabelecidas que não interferiam nas formas de organização social predominantes. Além do mais, os franceses não se instalavam nas terras americanas, o que os resguardava de constantes conflitos com os tupinambás. Era, portanto, uma relação com características bem distintas das impostas pelos portugueses após sua decisão de conquistar e colonizar sua parte da América.

Também os registros de Pero Lopes de Souza, em 1531, dos jesuítas e de Gabriel Soares de Souza (1943) apontam para a constância da presença francesa nessa região, afirmando que esta somente se reduzira após a instalação do governador Tomé de Souza e a fundação de Salvador. A presença francesa seria confirmada, ainda, pela toponímia na área da Grande Salvador incluir localidades como ilha dos Franceses, Aldeia dos Franceses (termo que aparece na sesmaria de Itapuã concedida por Tomé de Souza), Porto dos Franceses (Praia do Forte), onde, ainda em 1561, o padre Rui Pereira (1988) encontrou navios franceses na proximidade de onde vivia Caramuru, e a sempre controvertida Mariquita, nos baixios do Rio Vermelho.

Artur Neiva concorda com Francisco Vicente Viana (1893) que, em 1893, proclamara estar Caramuru a serviço dos franceses e ser o seu intermediário no comércio de pau-brasil com os tupinambás. Para esses autores, o espanto dos portugueses ao encontrá-lo em 1531 e dos espanhóis em 1535 indicava o desinteresse de Diogo Álvares em manter relações com os portugueses e em retornar a seu país de origem. A Neiva não passa despercebido o apelido de "francês" atribuído a Caramuru, o que sugere que, ao invés de simples náufrago, o nosso personagem, na verdade, teria sido deixado aqui para administrar os interesses dos comerciantes franceses de pau-brasil no Novo Mundo.

Autores como Frei Vicente de Salvador (1982) e Simão de Vasconcelos (1977) também admitiam a vinculação contratual de Caramuru com os franceses, particularmente, como afirmara José de Anchieta, no corte de pau-brasil nas matas da embocadura do rio Paraguaçu e em Tatuapara. A mesma atividade também seria exercida por nossa personagem em Tinharé e Boipeba, conforme a narrativa de Navarrete acerca do ataque sofrido pela frota de Acuña, em 1526, naquele local. Foi Diogo Álvares que negociou com os indígenas daquela localidade a liberação dos sobreviventes da esquadra espanhola. (NEIVA, 1941, p. 193-197, 204)

Mais uma demonstração do forte vínculo entre Diogo Álvares e os franceses é, sem dúvida, a já referida viagem a Saint Malo. Além da viagem, o casal foi recepcionado com o carinho dispensado aos aliados, recebido pelo rei Francisco I e a índia que acompanhava Caramuru foi batizada solenemente, sendo-lhe atribuído o mesmo nome da esposa do comerciante Jacques Cartier, Catarina de Granches.[4] Também chama a atenção o fato de Álvares ter estabelecido um acordo com os franceses de

4 Nos documentos encontrados nos arquivo de Saint Malo, Ille et Villaine e nos Arquivos Federais de Ottawa, o nome de batismo da acompanhante de Caramuru era Katherine Du Brèzil. Cartier teria estado na Baía nos anos de 1523 e 1527, oportunidade em que teria levado o casal para a França. (BANDEIRA, 2007, p. 71-72)

devolver carregados de pau-brasil e outros gêneros da terra os dois navios que os transportariam de volta a Vila Velha. (NEIVA, 1941, p. 193)

Outras perguntas que surgem na análise dos dados referem-se à suposta oposição entre Francisco Pereira Coutinho e Caramuru. A rivalidade entre os dois decorria da disputa de mão de obra indígena ou o comércio com os franceses era outra razão de discórdia? Para alguns autores, esta poderia ser a razão do conflito. Para Accioli e Amaral (1919, v. 1, p. 199-200), vários outros europeus, além de Diogo Álvares, se instalaram na área que viria a se constituir na Capitania da Bahia no período que antecedeu sua criação. Seriam, na sua concepção, marinheiros fugidos dos navios que navegavam para as Índias ou faziam o trajeto Bahia–Lisboa e os aqui deixados para se dedicarem ao tráfico de pau-brasil. Esses moradores é que teriam sido os principais responsáveis pelo incitamento dos índios contra o donatário, pois não estariam satisfeitos com as novas ordens que restringiam o comércio de madeira com os franceses. Essa opinião também era a de Varnhagen (1975).

Para que não se perca a perspectiva de compreender as relações de forma mais complexa, há que se recuperarem as informações relativas aos transtornos impostos aos índios pelas novas relações impostas pelos colonos: a disputa pelos alimentos, a destruição do ecossistema, a imposição de uma convivência regida pela hierarquia social e política, de novos padrões comportamentais e de formas de produção, contágio por doenças infectocontagiosas e a apropriação das terras, mulheres e riquezas naturais. Uma nova forma de viver que contrariava frontalmente as sociedades indígenas e sua liberdade de ser e viver.

As terras que antes ocupavam e exploravam transformaram-se em áreas proibidas por terem sido entregues sob a forma de sesmarias a novos senhores. Ali se implantaram canaviais e construíram engenhos que consumiam terras e homens. Na tentativa de atrair Caramuru para suas hostes, o donatário também lhe concedeu uma pequena sesmaria, o que, na verdade, significava, na prática, uma redução da área que poderia explorar economicamente.

Os conflitos com os tupinambás se ampliaram e, segundo afirmativa de Thevet, várias roças foram queimadas e muitos colonos que aqui aportaram com Coutinho foram mortos pelos índios insatisfeitos. Porém, acredito que aos índios estavam associados os antigos moradores de Vila Velha e o próprio Caramuru, todos insatisfeitos com a convivência, a escravidão e as novas regras que dificultavam ou impossibilitavam a continuidade do comércio de pau-brasil. Para Jaboatão, conforme transcrição feita por Accioli e Amaral (JABOATÃO, 1919, v. 1, p. 188), a morte do filho de um dos "principais" de uma aldeia Tupinambá teria sido o estopim da revolta. O donatário, em 1545, estava sitiado e com dificuldades de ter acesso a água potável e alimentos. (BANDEIRA, 2007, p. 92-93) Ante a inviabilidade de fazer frente às contestações, o donatário buscou refúgio em Porto Seguro de onde retornou em 1546.

Accioli e Amaral, no entanto, atribuem um papel essencial a Catarina Álvares. Chegam mesmo a afirmar que Catarina Álvares teria sido a grande articuladora da aliança entre várias aldeias Tupinambá contra o donatário, quando da prisão de Caramuru por Coutinho num navio ancorado no porto. De acordo com esta versão, a índia comandara a insurreição, o que resultou na fuga do capitão para Ilhéus e sua morte em Itaparica, quando ali naufragou. Segundo esses autores[5], a cabeça do sacrificado teria sido levada em triunfo em canoas para Vila Velha e entregue aos vitoriosos Diogo e Catarina Álvares.

Já Neiva (1941, p. 197) considera que Caramuru e Coutinho eram associados no contrabando de pau-brasil e teria sido o próprio Álvares que fora a Porto Seguro interceder junto ao donatário daquela capitania para acolher Coutinho e recolhera seus despojos em Itaparica. É, porém, significativo que Caramuru não tenha acompanhado o donatário em seu exílio em Porto Seguro e que, só após a morte de Coutinho, tenha comunicado a Pero de Campo Tourinho a presença de franceses na Baía de Todos os Santos e o ataque à Vila do Pereira, de onde retiraram os canhões e demais armas de defesa ali existentes. (NEIVA, 1941, p. 201) A decisão de retornar a Vila do Pereira teria ocorrido após Caramuru ter negociado a paz com os tupinambás. Outra versão aponta para a possibilidade do donatário da Bahia também estar envolvido na venda de escravos indígenas, o que, aliás, era legalmente permitido desde que respeitados determinados limites numéricos. Na verdade, consideramos que as diversas versões acerca da revolta não devem ser vistas como excludentes, porém como complementares.

A importância de Caramuru como intermediário entre os tupinambás e os administradores portugueses parecer ter sido reconhecida pelo rei D. João III quando, através de missiva, lhe solicitou o apoio para a instalação do governo geral e a construção da Cidade do Salvador. Segundo os relatos de Manuel da Nóbrega (BANDEIRA, 2007, p. 101), Caramuru foi essencial na intermediação entre o governador, os missionários e os índios. Além do mais, tornou-se um fornecedor constante de alimentos, principalmente de farinha de mandioca, além de frutas, verduras, porcos e galinhas para os habitantes da nascente capital. Esses produtos vinham de sua sesmaria em Tatuapara para onde se retirara. (NEIVA, 1941)

No entanto, estabeleceu-se um certo mal-estar entre Tomé de Souza e Diogo Álvares. As razões a serem apontadas podem ser várias. Uma delas são as constantes e severas punições impostas pelo governador aos índios que se rebelavam ou resistiam a suas ordens. Essas medidas não só fragilizavam a posição de Caramuru perante seus aliados como também representavam a desconsideração da autoridade para com sugestões por ele apresentadas. Outra razão a ser avaliada foi a decisão dos índios e de Álvares de manterem o comércio regular de pau-brasil com os franceses.

5 Ver: Accioli e Amaral (1919, v.1, p. 158-160).

Este fato está referido pelo inaciano Rui Pereira, quando de sua visita às propriedades que Caramuru mantinha em Tatuapara. Para Thales de Azevedo (1969, p. 112), Diogo Álvares, na sua velhice, e após tantos anos de convivência e aliança com os tupinambás, era um caso típico de híbrido cultural dividido entre dois mundos e tendo que atender a dois senhores por se sentir devedor de lealdade a ambos.

Há, finalmente, que destacar o fato de Catarina Álvares, uma eficaz agente cultural no processo de transformação do seu povo e facilitadora da implantação dos mecanismos de dominação, ter cumprido o seu papel de fundadora de uma nova sociedade mestiça e cristã. Essa perspectiva compõe o imaginário baiano sobre essa mulher. Alega-se que, após várias visões de Nossa Senhora, Catarina deliberou por construir uma capela na Vila Velha, atual bairro da Graça, em Salvador, onde está um quadro que imortaliza suas visões e seu túmulo e de alguns dos filhos. Segundo Moniz Bandeira (2007, p. 67), a imagem entronizada na capela foi encontrada pelos índios tupinambás, aliados de Caramuru, entre os despojos da nau Madre de Diós que naufragou em Boipeba.

Sua prole é identificada como totalmente integrada, em termos sociais, ao novo mundo colonial. Segundo Jorge Couto (1995), suas filhas casaram-se com os chamados "europeus de posição" – Paulo Dias Adorno, Antônio Rodrigues, Custódio Rodrigues Correia, João de Figueiredo, Antão Vaz, João Luiz, juiz de ofício – e seus três filhos também se destacaram socialmente – Gaspar casou-se com a irmã do escrivão da alçada em Portugal; Marcos morreu em combate aos índios do Espírito Santo juntamente com o Fernão de Sá, filho de Mem de Sá; Manuel e Diogo Álvares, que participaram de várias expedições punitivas a índios no Jequiriçá e no Espírito Santo, foram sagrados cavaleiros por Tomé de Souza. (AZEVEDO, 1969, p. 101) Constituíam-se, desta forma, novas alianças entre colonos, governantes e uma nova categoria de nativos da colônia: os mestiços com livre trânsito nos dois mundos.

## *A expansão da conquista e a nova política indigenista após 1549*

As razões para a criação de um governo geral na América portuguesa são muitas, todas diretamente vinculadas à necessidade de efetivar-se a conquista e a colonização e inserir a colônia no sistema produtivo do império lusitano. Várias tentativas administrativas haviam sido feitas antes de 1548 sem que as principais metas fossem atingidas. A instituição das capitanias hereditárias demonstrara a viabilidade de a colônia deixar de ser um mero produtor de pau-brasil e um ponto de abastecimento para as naus a caminho das Índias. Entretanto, as novas possibilidades econômicas, como a produção de açúcar, estavam ameaçadas pelas constantes

revoltas dos indígenas e pela possibilidade de uma ação mais efetiva de conquista da colônia americana por parte de outras nações europeias. (JONHSON, 1984, v. 1)

Os donatários viam seus investimentos constantemente ameaçados pelas ações dos índios. O fracasso dos empreendimentos tornara-se comum e ficava cada vez mais clara a incapacidade financeira, administrativa e militar, desses capitães manterem a ocupação do território conquistado, fazendo frente às revoltas, ao assédio dos chamados piratas, contrabandistas e invasores europeus, e de expandirem e solidificarem o projeto colonial. Alguns desses privilegiados senhores, ante os constantes prejuízos, terminaram por desistir do empreendimento, expondo a fragilidade do modelo adotado pela Coroa. Talvez o exemplo mais dramático de insucesso tenha sido, exatamente, o do donatário da Capitania da Bahia – Francisco Pereira Coutinho.

A revolta indígena da Capitania da Bahia, em 1545, não foi a única na década de 40. Há referências a convulsões em São Tomé, no Espírito Santo e em Porto Seguro em 1546, o que deixou o governo português preocupado com a vulnerabilidade dos estabelecimentos litorâneos. As revoltas também representavam graves prejuízos aos investimentos feitos e ameaça à vida de moradores que para ali haviam sido convencidos com grande dificuldade a se deslocarem para a América portuguesa.[6]

Também preocupava a metrópole a situação de anarquia e conflito na colônia, resultante dos constantes saltos dos donatários e colonos às aldeias indígenas das capitanias vizinhas, colocando em risco o empreendimento colonial e os projetos da Coroa. A superação desse quadro exigia a implantação de estruturas político-administrativas mais eficientes e capazes de promover, em caráter definitivo, a passagem do estágio de pilhagem para o de exploração das riquezas naturais e da mão de obra. Isso implicava, além da conformação da população nativa às exigências do novo modo de produção, na ampliação de relações de trabalho de cunho escravagista e na imposição de deslocamentos compulsórios para áreas consideradas estratégicas para a ocupação, exploração, defesa e expansão dos territórios conquistados.

Ante a ameaça do fracasso, a coroa portuguesa deliberou pela criação de um governo-geral na América para, assim, solidificar sua conquista e incrementar os ganhos obtidos na colônia. O delegado régio deveria implantar uma estrutura político-administrativa, judicial, fiscal e militar diretamente ligada a Lisboa, ordenar o caos que parecia rondar os projetos de conquista/povoamento e colonização e garantir os investimentos realizados e a vida dos colonos, (ABREU, 1988) preocupações expressas no regimento do primeiro governador Tomé de Souza.

A concretização dessas metas, no entanto, pressupunha a superação dos conflitos com os indígenas e, para tanto, dever-se-ia instaurar a paz, o que só era possível através da constituição de aliança com alguns grupos indígenas, embora também

6 Ver: Accioli e Amaral (1919, p. 158-160, 199-200), Varnhagem (1975) e Paraíso (1990).

fosse necessário garantir trabalhadores aos colonos. Por tanto, era essencial criar mecanismos de controle dos saltos e dos preamentos, transformando-os em objeto de decisão governamental.

A escolha da Capitania da Bahia para sediar o governo-geral pode ser explicada por vários fatores: sua localização, o regime de ventos e marés, mas, também, a morte do donatário foi um elemento considerado. Além de sua morte e a de seu filho ter facilitado a compra da capitania pela Coroa, a localização da sede governamental nesse local também deve ser vista pelo seu lado simbólico: demonstrar aos povos indígenas o caráter irreversível da conquista, apesar da morte de uma autoridade portuguesa.

O Regimento de 1548 deixava clara a preocupação da metrópole com as revoltas indígena e os possíveis ataques de outros europeus. Era preciso, portanto, preservar o núcleo administrativo a ser implantado e, para tanto, recomendava-se a fortificação da nascente cidade e a criação das condições necessárias para que se transformasse num núcleo capaz de efetivar a expansão da conquista e solidificá-la.

Uma das primeiras medidas a serem adotadas por Tomé de Souza, além de coordenar a construção da Cidade do Salvador e implantar uma estrutura administrativa capaz, não só de dar suporte aos donatários, mas também de fiscalizar suas ações e cobrar as devidas taxas reais, era a de apaziguar os índios. Para tanto, o Regimento de 1548 apontava os caminhos – repressão e aliança (PERRONE-MOISÉS, 1992) – devendo para tanto, contar, para a repressão, com os grupos armados pelos moradores e a pequena tropa que trouxera da metrópole e, para estabelecer alianças, com os jesuítas e o apoio e a intermediação de colonos europeus que viviam na região e que haviam estabelecido alianças com os tupinambás através do casamento com várias índias e da adoção das regras do cunhadismo como forma de relacionamento interétnico.

Entretanto, não podemos afirmar que a adesão desses colonos, inclusive a de Caramuru, à proposta de estabelecerem essa intermediação tenha decorrido de uma adesão ao novo modelo administrativo. As relações com o donatário haviam sido de franca disputa pelo controle do trabalho indígena e pelo comércio do pau-brasil. Esta tendência teria persistido, caso esses moradores não tivessem adquirido a certeza da impossibilidade de fazer frente ao novo aparato militar e administrativo implantado pela Coroa. (Cf. ACCIOLI; AMARAL, 1919, p. 199-200; NEIVA, 1941; VARNHAGEM, 1975)

Pode-se constatar essa afirmativa com a atitude inicialmente adotada por Caramuru de apoiar o governador e sua opção posterior por retirar-se para sua sesmaria em Tatuapara[7], onde continuou a manter o comércio de pau-brasil com os franceses. Táticas de resistência, opção por permanência do comércio ilegal, estratégia de sobrevivência econômica. (PEREIRA, 1988)

7 Hoje conhecida como Praia do Forte, onde Garcia d'Ávila instalou a sede de sua sesmaria.

Portanto, apaziguar os indígenas era uma tarefa difícil, considerando-se sua insatisfação ante os projetos de apropriação da sua força de trabalho, o que significava transformações profundas no seu modo de vida e desrespeito a suas normas tradicionais de organização econômica, social e política. Havia dois aspectos das relações, em particular, que provocavam profundas reações negativas entre os índios: a alteração radical do regime produtivo e a transformação dos guerreiros capturados, e destinados ao sacrifício no pátio da aldeia, em escravos a serem entregues aos colonos e cunhados.

Ampliavam-se, com a crescente violação dos seus territórios e a escravidão, os questionamentos às supostas alianças com os cunhados. Percebiam que, ao invés de obterem aliados para suas guerras, estavam se transformando em trabalhadores, em aprisionadores de inimigos e violadores das regras de aprisionamento e de destinação dos prisioneiros. Constatavam que a interdição de ataques aos aliados só era válida no tocante a não lhes ser permitido guerrear os portugueses, não evitando o ataque dos colonos a suas aldeias. Da mesma forma, compreenderam que as novas formas de trabalho compulsório, por implicarem no abandono do sistema produtivo tradicional, inviabilizavam sua sobrevivência socioeconômica como um todo ordenado e acentuavam a dependência para com o colono, o que era visto como mais um descumprimento das alianças que pressupunham uma relação igualitária. (HEMMING, 1984) Para os índios, a única forma de romper esse ciclo era a rebelião e a volta à antiga condição de autonomia.

Na tentativa de amenizar os conflitos, os jesuítas iniciaram de imediato seu missionamento entre os índios que viviam nas proximidades do núcleo construído pelo governador. Sua atuação inicial restringia-se a visitas regulares às aldeias[8], indo só lentamente construindo casas de oração nas localidades. Por fim, quando se sentiam mais seguros e capazes de realizar as reformulações que consideravam essenciais na estrutura social das sociedades indígenas, sendo uma de suas primeiras tentativas a de torná-los sedentários, instalavam-se, construindo residências e casa de oração. Essa atuação era compatível com as orientações expressas pelo monarca nos forais dos vários governadores, as quais associavam colonização e missionamento e ressaltavam a necessidade de serem garantidas terras e proteção aos índios aliados dos ataques que viessem a sofrer dos inimigos e dos assaltos dos colonos a suas aldeias. (Cf. NEVES, 1978; BOM MEIHY, 1975; KOSHIBA, 1989)

Os aldeamentos eram vistos como solução para as constantes fugas das aldeias e para as dificuldades de disciplinar os catecúmenos, além de localizá-los em pontos de interesse estratégico em termos militares e econômicos. Era nesses espaços que também se efetivava o deslocamento do eixo do poder político, passando das mãos de caciques e pajés para a dos jesuítas e administradores coloniais. Em

8 Entenda-se como aldeias unidades de povoamento indígena que mantinham sua autonomia, não sendo administradas nem por particulares nem por missionários ou mesmo por funcionários régios.

termos econômicos, a administração dos jesuítas buscava estabelecer unidades produtivas relativamente autônomas graças à imposição do sedentarismo, de uma nova forma de produzir, uma nova divisão social do trabalho, atitudes consideradas essenciais à substituição das atividades de coleta pela agricultura e da caça pelo criatório. Assim, os aldeamentos eram o grande projeto pedagógico-institucional de educação completa, núcleos de defesa dos povoados coloniais, além de garantirem o fácil acesso aos trabalhadores indígenas pelo Estado e por particulares. (BOMMEIHY, 1975, p. 85-94; FERREIRA, 1990; PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 115-132)

A outra vertente de atuação da Coroa destinava-se aos resistentes – a guerra continuada – foi estabelecida, inicialmente, por Tomé de Souza, seguida por Duarte da Costa e mantida por Mem de Sá e seus sucessores. Este ampliou a repressão a todas as aldeias litorâneas em revolta, solidificando a conquista da colônia lusitana na América.

As tentativas de controle repressivo e de conciliação estabelecidas pelo Governo Geral não solucionaram os conflitos entre índios e colonos. A insatisfação se ampliava devido à crescente imposição de formas de trabalho compulsório e de mecanismos de adequação dos trabalhadores indígenas às exigências dos colonizadores. Nóbrega, em carta datada de 5/7/1559 (NOBREGA, 1919, v. 5), acusava os portugueses de odiarem os índios, de incentivarem a guerra intertribal entre os tupis do litoral e entre estes e os que viviam nos sertões, a venda de prisioneiros e a prática da antropofagia. Essas táticas eram usadas em nome da segurança dos colonos na nova colônia.

A política de aldeamento, como consequência, ampliava-se de governo a governo. No de Duarte da Costa, considerando-se a área do entorno da baía Baía de Todos os Santos, e incluindo-se as notícias acerca de aldeias autônomas, aldeamentos particulares, os administrados por missionários e por agentes governamentais, os levantamentos apontam para o reconhecimento de dezoito aldeias. Já no de Mem de Sá, este número se ampliou para vinte e cinco, incluindo os aldeamentos fundados pelo governador.

Essas medidas implicaram no aceleramento dos deslocamentos populacionais impostos através de descimentos forçados ou estimulados. O resultado dessas ações foi o de promover a destribalização e o desenraizamento desses povos, inviabilizando a reprodução das sociedades indígenas a partir de seu modelo socialmente estabelecido antes do contato. Associaremos a esses fatores outro conjunto de elementos como a perda do controle sobre as terras; drástica redução populacional provocada por doenças infectocontagiosas; guerras de conquista; excesso de trabalho; fome; suicídios; maus tratos; infanticídio e a repressão desencadeada sempre que qualquer grupo opunha resistência aos planos metropolitanos de efetivar a ocupação do território e às novas relações de trabalho.

O quadro de tensões e insatisfações acentuou-se profundamente a partir de 1560, quando epidemias de sarampo e varíola reduziram de forma drástica a população aldeada, contribuindo para o desarranjo do sistema produtivo, a desarticulação social e a crise religiosa. O quadro apresentou-se de forma tão dramática nesse período que muitas aldeias e aldeamentos foram abandonados por seus moradores. Segundo Anchieta (1933, p. 303), dos quarenta mil índios aldeados, entre o fim da década de 40 e 1563, após as epidemias, restavam três mil e quinhentos. Os demais ou haviam morrido ou buscado refúgio nas matas, levando consigo os vírus que contaminaram um número incalculável de indígenas ainda sem contato com os europeus.

A solução adotada pelos administradores coloniais e por particulares foi a redução do número de aldeias e de aldeamentos, concentrando os sobreviventes em algumas poucas, e a promoção de descimentos de índios dos sertões. Também passaram a incrementar a importação de escravos africanos, o que atendia aos interesses das elites da metrópole envolvidas com o tráfico negreiro. O comércio desses seres era considerado um investimento seguro, pois o africano era descrito como mais adaptado às exigências da produção açucareira e mais resistente às doenças infectocontagiosas, além de não serem protegidos por qualquer legislação, como ocorria com os indígenas.

Essas medidas não significaram a interrupção dos descimentos forçados, dos resgates e da escravização após decretação de guerra justa. Exemplos são a chegada à Baía de Todos os Santos de vinte mil índios trazidos da serra do Orobó, o que resultou na queda de preço dos escravos indígenas nos mercados do Recôncavo e quatro mil índios descidos de Sergipe por Francisco Dias d'Ávila e Luis de Brito entre 1775-1577. (AZEVEDO, 1969, p. 81-83)

## *Fundando aldeamentos na Baía de Todos os Santos*

A fundação de aldeamentos[9] se iniciou no governo de Mem de Sá, após ter reprimido violentamente todas as revoltas indígenas entre os atuais estados da Paraíba e Rio de Janeiro, atendendo aos argumentos dos jesuítas de ser essencial efetivar espaços destinados aos catecúmenos de forma a melhor poderem exercer sua missão.

Fudamentava-se nos Forais dos Governadores e expressava a trilogia ordenadora das relações interétnicas implantadas na América Portuguesa: aldear, ou seja sedentarizar, civilizar, ou transformá-los em consumidores e produtores, e cristianizar,

9 Entendemos por aldeamento espaços ocupados por indígenas e que eram administrados por particulares, missionários ou administradores régios.

ou seja, introjetar os mecanismos de autocontrole, próprios de um súdito obediente e de um crente temeroso dos castigos divinos.

Os primeiros aldeamentos administrados pelos jesuítas foram instalados nos próprios locais das aldeias autônomas, o que, supostamente, garantiria o direito natural de propriedade da terra aos seus ocupantes primitivos. Faziam-se investimentos para "garantir a ordem, a defesa, oferecer vantagens materiais e espirituais" de tal forma que se estabelecesse a vontade dos índios viverem neles. (LEITE, 1965, p. 46)

Porém, nem sempre este era o único modelo. Muitas vezes as aldeias eram transferidas para locais mais interessantes para o projeto colonial, podendo essa decisão ser tomada por razões econômicas ou estratégicas. A primeira medida administrativa adotada era a concessão de um lote de terras que deveria ser capaz de garantir a prática da agricultura, libertando-os da dependência da caça e da pesca, atividades consideradas como pouco produtivas e nada civilizadas.

O respeito às terras indígenas já não era uma prática usual nesse período. Tanto assim que o padre Manuel da Nóbrega, buscando uma forma de proteger os direitos dos grupos aldeados, solicitou, já em 1561, que a Coroa emitisse títulos dominiais aos índios. No ano seguinte, numa resposta ao apelo do inaciano, o governador Mem de Sá, autorizado pela rainha Dona Catarina, doou algumas sesmarias a índios aldeados e definidos como aliados. Tal decisão foi confirmada em 1571, quando foram definidas as penalidades para aqueles que a desrespeitassem: perda de benfeitorias e pagamento de multa de cinquenta cruzados – divididos entre o denunciante e o Tesouro, que usaria a sua parte na fortificação da cidade.

O alvará de 21/08/1587 recomendava às autoridades que, além de sofrerem as punições já referidas, os invasores fossem também obrigados a restituir as áreas pertencentes a antigos ou novos aldeamentos e que haviam sido ocupadas indevidamente. De forma complementar, a Lei de 26/07/1596 determinou que fossem doadas terras aos aldeamentos jesuíticos erigidos ou por erigir para que os índios pudessem exercer a agricultura.

Na Baía de Todos os Santos foi implantado o maior número de aldeamentos no século XVI. Alguns puderam ser localizados com relativa precisão, particularmente os administrados por jesuítas sobre os quais há abundantes referências. Sobre os particulares e as aldeias autônomas, os dados são bem mais escassos e a localização e sua trajetória bem mais difíceis de serem traçadas. Porém, sua existência é documentada, por exemplo, em testamentos e inventários, como o do engenho de Sergipe do Conde em 1574. Os índios eram obtidos através de apresamento, descimentos e resgates e usados em várias atividades nas casas-grandes, nos engenhos, em atividades definidas como secundárias por não dominarem a técnica de preparo do açúcar, nas roças e como tropas defensivas das propriedades dos colonos e até mesmo das capitanias, inclusive a da Bahia, conforme previa o Regimento de 1548. Segundo os levantamentos de Schwartz (1988, p. 93), as etnias dominantes

entre esses trabalhadores eram os tupinambás, kaetés, "carijós", tamoios e amoipirás (únicos não falantes de tupi) trazidos da Capitania da Bahia – Itaparica, rios Itapicuru, de Contas, Paraguaçu, São Francisco –, Pernambuco, Sergipe e Ilhéus.

## *Aldeias autônomas*

Mariani (1971, p. 3) afirma que a documentação do governo Tomé de Souza não nos permite identificar, com precisão, a área ocupada fora da cidadela por índios e por europeus. As referências permitem apenas perceber com clareza os limites da cidadela construída sob a orientação do governador.

Já no governo de Duarte da Costa, é possível afirmar que o povoamento de terras por colonos, considerando-se a direção norte, ia um pouco além de Itapuã. Acompanhando a orla da Baía de Todos os Santos, encontrava-se a fazenda de João Avelosa (um pouco além de Lobato), onde, no governo de Mem de Sá, foi construído um engenho. Para o interior, os pontos limítrofes da penetração eram o engenho do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros (área hoje conhecida por Gasômetro, no bairro da Calçada) e terras atualmente identificadas como pertencentes ao bairro da Liberdade.

Nesse espaço, segundo o mesmo autor, misturavam-se aldeias e roças de índios com as dos colonos. Mariani (1971, p. 4-5) faz o seguinte cálculo de aldeias autônomas localizadas nesse período:

| Número de Aldeias | Localização |
|---|---|
| Uma | Rio Vermelho |
| Cinco | entre Brotas e Cabula |
| Uma | Itapuã |
| Sete | entre a cidadela e a Rótula do Abacaxi |
| Uma | Calçada |
| Três | entre São Lourenço e Santo Antônio |
| Incalculável | entre Itapuã e São Caetano |
| Uma | Itapagipe |

***Quadro 1 -*** *Número de Aldeias x Localização*

As relações não eram pacíficas sob a nova administração e há referências a punições instituídas por Tomé de Souza e grave conflito no governo de seu sucessor. Para impor o controle português aos grupos Tupinambá que se opunham à construção de Salvador e aos revoltosos da aldeia do Calvário[10], o primeiro governador

10 Região hoje conhecida como Portas do Carmo.

adotou formas bastante radicais e violentas de repressão. As lideranças indígenas revoltadas ou insatisfeitas eram amarradas nas bocas de canhões apontados na direção do atual forte de São Marcelo. Os canhões eram disparados e os pedaços dos corpos das vítimas se espalhavam pelas encostas como um alerta aos futuros revoltosos, visando intimidá-los e evitar oposições ao modelo administrativo que se implantava nas terras soteropolitanas.

Porém, o primeiro grande conflito entre colonos e índios ocorreu no governo de Duarte da Costa em 1556. O desencadeamento dos atritos ocorreu após um ataque dos indígenas ao Engenho do Cardoso (atual Gasômetro na Calçada), onde provavelmente havia um aldeamento particular, feito em represália à morte de um "principal" (líder da aldeia). Os revoltosos aprisionaram o gado, os vaqueiros, vários escravos e três moradores. Após o ataque, os vários grupos locais dirigiram-se à aldeia de Itapuã em busca de aliança, pois seus moradores não haviam se associado aos revoltosos.

No dia seguinte, uma tropa de seis cavaleiros e vários infantes portugueses responderam ao ataque invadindo a aldeia da Porta Grande (Calçada) e, em seguida, dirigindo-se a outras duas próximas, incendiando-as, matando vários índios, aprisionando os "principais" e libertando alguns dos prisioneiros. Dali a tropa repressora deslocou-se para Itapuã, onde retomou mais  gado e soltou os outros prisioneiros.

Os índios se reuniram em outra localidade e novamente atacaram o engenho de Antônio Cardoso, dando ao governador o motivo para a decretação de represália. Duzentos infantes, vários cavaleiros e escravos voltaram à carga, levantaram o cerco ao engenho, queimaram cinco aldeias, mataram as lideranças e muitos outros guerreiros. Crianças e mulheres foram trazidas como prisioneiras para a cidadela.

No caminho de volta para Salvador, a tropa queimou mais três aldeias. Usando-as como base, partiu para as do interior, tendo como ponto  de apoio a aldeia do Rio Vermelho, que já havia sido abandonada pelos indígenas. As aldeias de Itapuã e Paripe, ante a violência da repressão, pediram a paz. (MARIANI, 1971, p. 4-5)

Durante o governo de Mem de Sá, a ocupação portuguesa atingira a área de Paripe. Salvador se expandia física, demográfica e economicamente[11], fortalecendo sua posição de polo dinâmico na Baía de Todos os Santos e capitanias adjacentes. Ao se transformar no principal porto do Atlântico Sul, adquiriu um perfil de centro administrativo e comercial, e, em contrapartida, passou à condição de dependente do fornecimento de alimentos, madeiras e utensíllios de origem colonial, além das mercadorias europeias. Assim, a necessidade de incorporação crescente de terras produtivas e de trabalhadores ampliava os conflitos com os indígenas e ante a políti-

11 Segundo Gabriel Soares de Souza, no fim do século XVI, duas mil famílias portuguesas viviam no Recôncavo e havia trinta e seis engenhos construídos, sendo a maior concentração inicial nas zonas de Pirajá, Matoim, Paripe e Cotegipe. Se considerarmos a questão da concentração de proprietários, entre os séculos XVI e XVII, a Companhia de Jesus desponta como detentora do maior número de engenhos no Recôncavo. (SCHWARTZ, 1988, p. 93; SOUZA, 1943)

ca de dominação adotada, os índios que, antes do conflito, residiam em localidades mais próximas à cidadela, migraram para além do rio Joanes em busca de um refúgio de difícil acesso aos colonos caçadores de escravos, mão de obra essencial para a implantação ou expansão de seus engenhos, pastos e roças de subsistência. (LAPA, 2000; SCHWARTZ, 1988)

Mem de Sá decretou guerra justa a várias aldeias: as de Curupeba, Taquapara ou Tatuapara (hoje Praia do Forte) e à Aldeia de Boca Torta (provavelmente São Sebastião ou Santo Antônio do Jacuípe). Outros ataques de maiores proporções foram comandados pelo governador no rio Paraguaçu e nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. (PARAISO, 1982)

A Guerra do Paraguaçu, movida contra os tupinaês, ocorreu em 1559, também decretada por Mem de Sá e comandada por ele e Vasco Rodrigues Caldas. Segundo Anchieta (1933, p. 303), cento e sessenta aldeias foram queimadas, roças destruídas e os índios perseguidos com firmeza. Os revoltosos derrotados foram obrigados a pedir a paz e aceitaram a administração das famílas Adorno e Rodrigues em aldeamentos particulares, a indenizar com trabalho os escravos que haviam matado, além de deverem assistir às missões. (LEITE, 1965, p. 120-122)

É preciso, no entanto, lembrar que a ocupação das margens da baía não se fazia de forma uniforme. As terras de massapê foram sendo desmatadas e ali implantados engenhos, próximos ao litoral, em áreas inundáveis pelo mar ou rios, o que facilitava o escoamento do produto, e grandes plantações de cana-de-açúcar, propriedades de agricultores que entregavam sua produção aos engenhos. Já nas margens do Paraguaçu, desde então e em terras inadequadas por serem arenosas para o plantio de cana, expandia-se o cultivo de fumo, ampliando os deslocamentos sobre as terras indígenas, a escravização de seus habitantes e, consequentemente, os conflitos. As regiões de Jaguaripe e Maragogipe especializaram-se na produção de alimentos, principalmente farinha de mandioca e hortaliças, além de madeiras. Depois foram introduzidos os plantios de arroz, gengibre, pimenta do reino e canela a partir de mudas e sementes trazidas de vários pontos do império lusitano.

Schwartz (1988, p. 173) afirma que, no fim do XVII, da vigorosa Mata Atlântica, encontrada em 1501 por Américo Vespucci, restava uma pequena faixa ao sul do Jaguaripe. As demais já haviam sido derrubadas para dar espaço à agricultura e para fornecer madeira para a construção de casas e embarcações ou ainda para alimentar os engenhos. Essa expansão, cujo período áureo ocorreu entre os anos de 1570-1612, para ser explicada necessita que associemos o sucesso financeiro da economia açucareira com a política metropolitana de distribuir sesmarias a pessoas capitalizadas e a nobres com grande influência na corte, como os condes de Castanheira e o de Linhares, Álvaro da Costa, filho do governador Duarte da Costa, e Mem de Sá.

Porém, o combate mais sistemático e destruidor dos índios do Recôncavo ocorreu no governo de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1671- 1675), quando da chamada Guerra dos Bárbaros, sendo que o primeiro capítulo ocorre exatamente nessa área do Recôncavo com a contratação de bandeirantes paulistas após os sucessos pouco relevantes conquistados pelos bandeirantes baianos. (SCHWARTZ, 1988, p. 77-80) Não devemos, entretanto, ignorar que este é um momento de expansão da produção açucareira, o que permitia à Bahia manter-se como o maior produtor de açúcar da América portuguesa por ter superado Pernambuco após a invasão holandesa daquela capitania e se recuperado dos prejuízos provocados pelos mesmos holandeses à Bahia em 1624.

## *Aldeamentos jesuíticos*

Devido à riqueza dos dados, centramos nossa análise nos aldeamentos administrados pelos jesuítas por haver farta documentação e facilmente acessível.

a) **Vila Velha ou povoação do Pereira**. Localizava-se no Porto da Barra, onde havia sido erguida a Vila do Pereira pelo capitão donatário em busca de apoio de Caramuru e desembarcara Tomé de Souza em 1549. Ali viviam os índios, aliados e parentes de Caramuru, cuja aldeia se esparramava entre o atual bairro da Graça, o morro de Santo Antônio e a praia do Porto da Barra.

Os primeiros trabalhos catequéticos teriam se iniciado em 1550, com o apoio de Caramuru (LEITE, 1965, p. 19-21, 43) e foi incorporado ao sistema defensivo interno da Baía de Todos os Santos, sendo o último ponto de comunicação, através de fogueiras, da presença de navios inimigos dirigindo-se para o interior da baía e Salvador. Embora não haja maiores informações acerca dessa aldeia durante o século XVI, sabe-se que ainda existia em 1624, pois os seus índios foram mobilizados por D. Marcos Teixeira para combater os holandeses.

É preciso ressaltar que a extinção de um aldeamento não significa que tenha sido abandonado pelos indígenas, não significa que ali não mais viviam índios. Eles apenas passavam à condição de trabalhadores forros da Companhia de Jesus.

b) **Cacique Curupeba – ilha de Madre de Deus.** Após uma revolta contra o senhor daquelas terras – o Governador Mem de Sá que as adquiriria do espólio do donatário Coutinho –, a ilha de Madre de Deus passou ao domínio dos jesuítas. Era ponto de apoio no transporte de açúcar dos engenhos do Recôncavo para o porto de Salvador. Muitos índios pereceram nas epidemias de 1560-1563 e as terras continuaram sob domínio dos inacianos, que ali mantinham intensa atividade comercial.

c) **Calvário – Carmo – Salvador.** Foi a primeira aldeia em que os jesuítas atuaram, devido a sua proximidade do portão norte da cidade. A missão dos padres era considerada tão relevante que Tomé de Souza lhes permitiu pregar fora dos limites da cidadela. A insatisfação dos índios com as críticas dos inacianos às práticas de poligamia e antropofagia manifestou-se em revolta no primeiro ano, quando atacaram o rancho dos missionários e a cidadela. Assustados, os missionários se recolheram à área protegida de Salvador, só retornando à aldeia do Calvário depois da repressão desencadeada por Tomé de Souza aos seus moradores. (LEITE, 1965, p. 49) Constitui-se num dos principais pontos de observação e combate aos holandeses em 1624.

d) **São Lourenço – Chapada do Rio Vermelho e foz do rio Camarugipe.** Esse pequeno aldeamento, chefiado pelo cacique Tamandaré, situava-se nas proximidades do aldeamento de Nossa Senhora do Rio Vermelho. Era administrado pelo mesmo missionário e seus habitantes participaram da revolta dos moradores do aldeamento maior, ao reagirem à pregação dos inacianos atacando a prática da poligamia. Supõe-se que parte de seus moradores tenha sido transferida para a aldeia de São Paulo (LEITE, 1965, p. 22-46), juntamente com os do aldeamento do Rio Vermelho.

e) **São Paulo – Baixa de Quintas.** Este foi o primeiro aldeamento criado por Mem de Sá, ainda no ano de 1558, seguindo a orientação da metrópole. Após ser escolhido o local para sua instalação, o governador e os missionários ali reuniram a população deslocada de quatro aldeamentos extintos ou abandonados por seus habitantes.

Os aldeados participaram de várias guerras movidas pelo governador, como a do Paraguaçu, aos tamoios e na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

A satisfação dos jesuítas com os massivos batismos realizados no aldeamento de São Paulo tornava as festas religiosas ali realizadas as mais cheias de pompa, se comparadas com as de outros aldeamentos, sendo constante a presença do governador. A alegria dos jesuítas, notificada por Nóbrega a seus superiores na Europa, assumiu maiores proporções quando, durante as festividades das Endoenças, ocorrera o martírio de uma índia, seguindo o exemplo das Santas Virgens.

A íntima relação dos aldeados com os projetos governamentais não evitou que, já no ano da fundação, suas terras fossem invadidas por colonos. No entanto, a nova legislação que transformara os aldeamentos administrados por jesuítas em sesmarias permitiu a retomada da posse dos índios.

Mem de Sá sempre demonstrou seu interesse na manutenção desse aldeamento. Podemos identificar esse sentimento, por exemplo, na sua determinação de que o primeiro meirinho fosse um índio e de que, durante a epidemia de 1563, os indígenas fossem afastados do local para não serem contaminados. O aldeamento

transformou-se em refúgio dos moradores de Salvador quando da invasão holandesa. No século XVII muitos índios abandonaram o local, porém os que ali permaneceram (LEITE, 1965, p. 49-50) e o local ficou conhecido por Quinta do Tanque, Quinta dos Jesuítas, sediando, hoje, o Arquivo Público do Estado da Bahia.

f) **São João** – **Plataforma – Baía de Pirajá.** Um dos primeiros aldeamentos instalados, foi temporariamente despovoado em 1560, após a fuga de sua população durante a procissão do Domingo de Ramos. A fuga foi comandada pelo cacique Mirangoaba, insatisfeito com as constantes intervenções dos missionários na vida da comunidade.

Devido às dificuldades e às perseguições sofridas, alguns índios retornaram a São João, porém, não o cacique. Os jesuítas pressionaram Mem de Sá para que o mesmo decretasse a prisão do "principal", por considerarem sua atitude um péssimo exemplo para os demais aldeados. Mirangoaba foi preso e ele e sua comunidade engajados, compulsoriamente, na Guerra do Paraguaçu, no combate à Confederação dos Tamoios e aos franceses no Rio de Janeiro.

Após a última convocação e, antes que esta se efetivasse na prática, os aldeados e seu cacique optaram por abandonar a área de Plataforma e se refugiaram às margens do rio São Francisco. O local abandonado ficou conhecido por muito tempo como Tapera de Mirangoaba, pois até os missionários o abandonaram para fundar outro aldeamento com o mesmo nome de São João. (LEITE, 1965, p. 51-52)

g) **Nova de São João.** Ficava à margem do Rio Pirajá, a seis léguas da baía do mesmo nome. Provavelmente corresponde a alguma área do atual município de Mata de São João ou de algum outro desmembrado do referido município. A população que serviu de base para atrair e catequizar os que habitavam essa região foi retirada pelo padre Gaspar Lourenço e pelo Irmão Simão Gonçalves, em 1561, do aldeamento de Santiago.

A ocupação do novo espaço se iniciou com a construção de uma igreja e o batismo coletivo dos "tupinambás forros". Depois foi instalado um curral para o gado dos padres; sofreu sua primeira invasão em 1571, comandada por Fernão Cabral, que capturou seis dos seus índios.

Mem de Sá, no exercício do seu papel de protetor dos aldeamentos jesuíticos, fez com que o invasor restituísse os prisioneiros, e, em despacho de 02/05/1571, doou terras a essa sesmaria. Para fortalecê-la, determinou que os indígenas residentes nas vizinhanças fossem sujeitados pela força e passassem a viver sob a administração dos padres em São João. Já no século XVII, os que ainda ali viviam foram transferidos para o aldeamento do Espírito Santo, atualmente Abrantes. (LEITE, 1965, p. 67)

h) **Santiago – Rio Pirajá.** Foi fundada em 1559 por Mem de Sá. Localizava-se nas proximidades do de São João. Porém, a pobreza do solo, considerado como inadequado para a agricultura, fez com o sítio fosse avaliado como impróprio para atender aos quatro mil índios que ali estavam aldeados em 1561. A crise parece ter se agravado com o recrudescimento da epidemia de varíola e, já em 1564, o aldeamento havia sido desativado, apesar da intensa atividade apostólica no local.

Parte da população sobrevivente, liderada pelo cacique Parajuba, originária de outra aldeia, foi mais uma vez transferida. Desta vez para o aldeamento Novo de São João. Outros moradores optaram por buscar refúgio nas matas interioranas. (LEITE, 1965, p. 67, 76)

i) **Simão – Forte de São Pedro – Passeio Público – Gamboa.** O nome do aldeamento adveio do nome cristão do seu cacique convertido. Como a quase totalidade dos demais, este também não sobreviveu à epidemia de varíola de 1564. Ao que tudo indica, muitos dos seus habitantes morreram, outros fugiram e apenas alguns teriam permanecido no local sob a liderança de Simão. Deve ter sido desativado poucos anos depois e os remanescentes deslocados para outros aldeamentos ainda em funcionamento. (LEITE, 1965, p. 95-100)

j) **São Sebastião – nas proximidades do aldeamento do Simão.** Quando aldeia, era conhecida por Tubarão ou Ipiru, nome do seu cacique. Sua população também foi violentamente reduzida pela epidemia de varíola. Em 1564, os sobreviventes foram transferidos para o aldeamento de Santiago, em Pirajá. A área foi transformada em fazenda dos jesuítas, onde instalaram um engenho de açúcar. (LEITE, 1965, p. 95-100)

l) **Santa Cruz de Itaparica**. Fundada em 1561, com cerimônia de batismo e casamento coletivos, foi destinada a congregar os tupinambás que viviam na ilha de Itaparica e remanescentes de alguns pequenos grupos de tupinaês transferidos do rio Paraguaçu. Em 1562 ocorreu grave incêndio que destruiu a igreja e a casa dos padres.

Em 1564, o local foi despovoado devido à epidemia de varíola. A tentativa dos jesuítas de repovoarem-na com os aimorés deslocados de Ilhéus também não surtiu os efeitos desejados. A taxa de mortalidade foi altíssima e os sobreviventes se recusaram a permanecer na ilha, sendo transferidos para o aldeamento de Santo Antônio de Jaguaripe.

No entanto, os jesuítas continuaram atuando na região até 1751, tendo como base a capela de Nossa Senhora da Penha da França e as fazendas que herdaram de Francisco Gil de Araújo e de Luiz Carneiro da Rocha, em 1689. (LEITE, 1965, p. 95-100)

m) **Sergipe do Conde – São Franciscos do Conde**. Localizado em terras de Mem de Sá, sua administração foi entregue aos jesuítas que terminaram por se tornar proprietários da sesmaria do ex-governador após sua morte. Muito pouco se sabe acerca da vida desse aldeamento, talvez por ser um empreendimento particular, excetuando-se o fato de os índios trabalharem no engenho de açúcar da Companhia de Jesus. Há referências constantes a descimentos dos índios dos sertões para as terras do engenho, para as de outro engenho também pertencente à Companhia de Jesus e para as do agricultor Antônio da Costa, vizinho aos engenhos dos padres. Os aldeados conviveram maritalmente com colonos brancos, escravos de origem africana e índios das várias etnias para ali deslocados, como se pode observar na documentação trabalhada por Shwartz. (LEITE, 1965, p. 56)

n) **Aldeamento de Santo Antônio de Jaguaripe – atual município de Santo Antônio de Jesus.** Foi formado com índios do aldeamento de Santa Cruz de Itaparica e tupinambás que viviam na região do rio Jaguaripe. Há poucos dados sobre este aldeamento, porém, ainda encontramos referências a sua existência no século XIX, quando foi extinto.

o) **Nossa Senhora da Encarnação do Passé.** Há também referências a aldeamentos administrados por particulares e que teriam sido extintos devido ao desaparecimento dos seus moradores em decorrência dos maustratos que lhes eram impostos, da excessiva exploração de seu trabalho, das doenças infectocontagiosas e das fugas dos indígenas. As citadas por Leite (1965, p. 58-59) são as localizadas nas propriedades de Sebastião da Ponte, Antônio Ferraz, João Batista e Cristóvão de Barros.

## *A tragédia em cinco atos*

Pelos dados referidos, embora precários, podemos constatar as dificuldades enfrentadas pelos índios que viviam na Baía de Todos os Santos. Este drama foi dividido, para efeito de análise, em cinco atos.

O primeiro, definimos como aquele período de escambo e relações relativamente pacíficas. Nesse ato, observamos que as populações indígenas já eram obrigadas a reestruturar suas sociedades devido à introdução do consumo das novas mercadorias trazidas pelos europeus. Iniciavam-se, portanto, a vinculação e a dependência econômica, ainda aqui de forma relativamente equilibrada, devido ao interesse dos colonos em produtos oferecidos pelos indígenas. Este equilíbrio vai se romper quando se inicia um novo padrão de relações econômicas não mais calcadas na simples troca.

O segundo ato se inicia com a implantação do projeto colonial de transformar a nova colônia num núcleo de produção de mercadorias, preferencialmente o açúcar. A partir desse momento, intensificam-se as relações de conquista e dominação, expressas na imposição da sedentarização, da escravidão e de novas formas de produção. Transformados em escravos ou trabalhadores malremunerados ou nem isso, os indígenas reagiram e estouraram as rebeliões que resultaram na destruição das aldeias, nas fugas e em violenta repressão.

O terceiro é o da chegada dos jesuítas e a instalação do Governo Geral. Neste ato, ainda que parcialmente protegidos dos ataques dos colonos, os índios passaram a sofrer pressões cotidianas para ajustarem seus padrões sociais às novas exigências coloniais. A ação jesuítica, voltada principalmente para a cristianização, a redução e a conversão, buscava eliminar a poligamia, a antropofagia, as casas coletivas, a nudez, o paganismo e o nomadismo, funcionando como um aríete demolindo as instituições fundamentais desses grupos.

Também nesse momento houve revoltas, sempre esmagadas com o auxílio do governador geral. Porém, também havia várias formas de resistência como a negação ao contacto, as fugas, o abandono das aldeias e dos aldeamentos e as longas negociações nos aldeamentos jesuíticos e particulares que lhes permitiram encontrar as brechas necessárias para criar espaços sociopolíticos nos quais atuavam para obter concessões e garantir os direitos que lhes eram garantidos por lei. Cabe ainda ressaltar os movimentos de caráter messiânico, conhecidos por Santidades, sendo a mais conhecida a do Jaguaripe, razão principal da visitação do Santo Ofício à Bahia. (LEITE, 1965, p. 71)

Nesse contexto, aldear-se passou a ser também uma decisão política dos povos indígenas ante a ampliação das entradas em busca de escravos e o avanço dos colonos para os sertões interiores. Aldear-se, em determinadas situações, passou a ser "um mal menor".

O quarto, talvez o mais dramático, é o das epidemias entre 1560 e 1563. O medo à doença e à morte, a perplexidade por não saberem tratar dos enfermos e o fato de atribuírem aos jesuítas a responsabilidade pela epidemia, foram motivações para novas fugas. Os poucos que permaneceram em suas aldeias ou nos aldeamentos foram transferidos para outros, visando economizar recursos e esforços do Governo Geral e dos jesuítas. Porém, nenhum dos contemporâneos que escreveram sobre essa tragédia se preocupou em registrar as graves desarticulações sociais e psicológicas, resultantes da depopulação, das transferências e da convivência forçada com grupos antes vistos como inimigos intratáveis.

O quinto ato refere-se à reconstrução da vida nesses aldeamentos e nas aldeias ante as dificuldades de sobrevivência dessas populações e de adaptação às novas condições. É nesses momentos e espaços que toda a capacidade de criar e recriar

uma nova sociedade revela o índio como um sujeito histórico presente na construção do que hoje conhecemos como Baía de Todos os Santos.

## *Referências*


ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial - 1500-1800.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. p. 89-90.

ACCIOLI, I.; AMARAL. B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOF, 1919. v.1.

ANCHIETA, José. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da Cidade de Salvador.* Salvador: Itapuã, 1969.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. *O feudo:* a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BOM MEIHY, J. C. S. *A presença do Brasil na Cia de Jesus (1549 -1649).* Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil, ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Maria Manuela C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp: SMC, 1992. p. 381-396.

FERREIRA, M. T. C. da R. *Os aldeamentos indígenas no fim do período colonial.* Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

HEMMING, John. The indians of Brazil in 1500. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge history of Latin América*. Cambridge: Cambridge University, 1984. v . 1, p. 119-143.

JABOATÃO, Frei Antônio de. Novo Orbe Seráfico brasileiro. In: ACCIOLI, I.; AMARAL. B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOF, 1919. v. 1.

JOHNSON, H. B. The Portuguese settlement of Brazil, 1500 - 80. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Colonial Latin America. Cambridge: Crambridge University, 1984. v.1, p. 249- 286.

KOSHIBA, L. *A honra e a cobiça*. 1989. 213 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. v. 1.

LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira das Índias*. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: Unicamp, 2000.

LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

LINHARES, M Y. Introdução. In: ______. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 2-3.

MARIANI, José B. de A. Povoamento da Bahia: século XVI. *Revista do Centro de Estudos Baianos,* Salvador, p. 4-5, 1971.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra:* índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

NEIVA, Artur. Diogo Álvares Caramuru e os franceses: existência do Pau-Brasil na capitania de Francisco Pereira Coutinho. *Revista Brasileira,* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, ano 1, n. 3, p.185-210, dez. 1941.

NEVES, L. F. B. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios:* colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manuel da (Padre). Carta escrita na Bahia em 05/07/1559. In: ACCIOLI, I.; AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOF, 1919. v. 5, p. 25-44.

PARAISO, M. H. B. Aldeamentos de Salvador no Século XVI: um primeiro esboço. *Revista da Bahia*, v. 18, p. 39-48, 1990.

______. *Caminhos de ir e vir e Caminhos sem volta:* índios, estradas e rios no sul da Bahia. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PEREIRA, Ruy. Carta que escreveu para os Padres e Irmãos da Companhia em Portugal no ano de 1561, a 6 de abril, que foi dia da Páscoa. In: NAVARRO, Aspilcueta et al. *Cartas avulsas, 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. p. 307-320.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos VXI a XVIII). In: CUNHA, Maria Mela C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Fapesp/ SMC, 1992. p. 115-132.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500 –1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

SAMPAIO, Teodoro. *História da Fundação da Cidade do Salvador.* Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras; CNPq: 1988.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1943.

TOURINHO, Pero de Campo. *Carta enviada ao Rei.* Porto Seguro em 28/07/1546. In: ACCIOLI, I.; AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOF, 1919. v. 1, p. 199.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios:* catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

VARNHAGEN, F. A *História geral do Brasil.* Notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos/INL/MEC, 1975.

VASCONCELOS, S de. *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

VIANA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

Boy peba

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DO ALVA RODA

P COSTA

baixas de preamar dagoas vivas

Boy peba

I: dos frades

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DO ALVARO DA COSTA

6 braças de preamar dagoas vivas

# No entorno de Todos os Santos: tráfico ilegal e revoltas escravas no Recôncavo (Bahia: 1831-1850)

*Wellington Castellucci Junior*

## *Introdução*

A Revolta dos Malês, levante escravo ocorrido em Salvador no ano de 1835, pela sua dimensão política e caráter espetacularmente desafiador, adquiriu *status* de episódio histórico dos mais importantes da resistência escrava nas Américas, enfatizado pela historiografia da escravidão baiana. Não é sem razão que o excelente livro do historiador João José Reis foi reeditado, com atualização do cenário político, econômico e social baiano, palco do acontecimento que aterrorizou as elites soteropolitanas na primeira metade do século XIX. (REIS, 2003) As elites brasileiras e, particularmente a baiana, já estavam amedrontadas desde a chegada de notícias do levante escravo no Haiti, liderado pelo liberto letrado Toussaint L'Ouverture e, depois, pelo escravo analfabeto Jean Jaques Dessalines.[1]

Os senhores escravocratas sabiam que, onde havia concentração de africanos, ou mesmo crioulos subjugados, o risco de sublevação era iminente. Na Bahia, as últimas décadas de tráfico de cativos também contribuíram, decisivamente, para criar essa explosiva situação, uma vez que, prevendo o inevitável fim do comércio transatlântico, negociantes e senhores trataram de adquirir, ao máximo, novos cativos, elevando os estoques de braços disponíveis para os diversos serviços, fossem no campo ou nas cidades. Como é sabido, o trato de escravos para o Brasil não cessou após a Lei de 7 de novembro de 1831, continuando até meados dos anos 1858/62, quiçá um pouco mais. Tal comércio ilícito colaborou, dessa maneira, para o incremento de uma quantidade significativa de escravos no mercado baiano, concentrando-os principalmente em algumas áreas de atividades econômicas mais valorizadas. (TAVARES, 1988, p. 26)

Neste artigo, destacarei possíveis repercussões do levante Malê em 1835, na área de maior importância econômica da Bahia no século XIX, o Recôncavo baiano. Não abordarei toda a região dessa parte do território baiano, mas tão somente as vilas e distritos litorâneos e ribeirinhos que compuseram nos oitocentos a Comarca de Nazaré das Farinhas. Desse modo, reduzi a minha escala de observação e análise aos seguintes locais pertencentes àquela comarca: a ilha de Itaparica, a vila de Jaguaripe, as povoações de Aratuípe, da Estiva e Maragogipinho, além da própria localidade e cabeça de comarca, a vila de Nazaré das Farinhas. Eventualmente, notícias de outras paragens interioranas aparecerão no texto como evidências dos fortes contatos mantidos pelos negros de Salvador com o Recôncavo baiano, por meio das vias fluviais e marítimas.

1 Sobre esse assunto é imperioso citar um dos mais importantes estudos acerca da revolução haitiana. Trata-se da obra de James (2007). Ver também, Wasserman (2000).

***Figura 1*** *– Mapa da região metropolitana de Salvador, Recôncavo e Ilha de Itaparica. Fonte: IBGE – pasta dos municípios.*

O recorte dessa região deveu-se a dois critérios básicos: o primeiros deles foi em razão de já vir estudando essa área há algum tempo e, por isso, tendo acumulado e me familiarizado com um volume expressivo de fontes históricas relativas à Comarca de Nazaré. O outro fator considerado é pela justa razão de ser essa parte do Recôncavo, denominada também de Baixo Sul, ainda bastante carente de estudos acerca do período e mesmo sobre a problemática da intensificação do tráfico, após a proibição, e as suas repercussões na região. Portanto, esse estudo se impõe, ainda que de modo preliminar, em um estudo inédito acerca dos desdobramentos do fim do tráfico e das repercussões da Revolta Malê no sul do Recôncavo baiano, no contexto da intensificação de entrada de escravos de modo "ilegal" na Bahia, após 1831.

Já sabemos como se encontrava a parte clássica do Recôncavo canavieiro, antes e após a Revolta Malê, por meio do criterioso inventário das revoltas escravas ocorridas na região, realizado pelo historiador João José Reis e outros estudiosos. Aquela parte do Recôncavo concentrou, até a véspera da abolição, o maior número de cativos da província baiana. (BARICKMAN, 1998-1999) Interessa-me aqui descrever o alcance da Rebelião de 1835 na parte do sul do Recôncavo, onde o perfil da escravaria e das propriedades rurais se diferenciava bastante da região canavieira. De que modo escravos e libertos, que ali viviam, reagiram no curso dos acontecimentos na Cidade do Salvador?

A região do Baixo Sul é uma área privilegiada em sua geografia e, no século XIX, havia uma densa mata atlântica e um extenso manguezal margeando os grandes

cursos d'águas navegáveis, destacando-se os rios Jaguaripe, o da Dona e o Jiquiriçá, todos eles desaguando no fundo da Baía de Todos os Santos, exceto o Jiquiriçá, que tem a sua barra de frente para o Oceano Atlântico. Isso favoreceu, desde a época colonial, um intenso tráfego de embarcações de variados quilates e calados, as quais transportavam homens e mercadorias procedentes das mais distantes regiões interioranas, ligando, através dos rios e do mar, a capital com o interior em questão de horas, às vezes dias.

Foram essas características que também favoreceram a circulação de libertos e escravos foragidos, os quais procuravam se estabelecer em áreas de difícil acesso, para fincar quilombos e ranchos e assim construírem uma alternativa de vida longe do cativeiro, mas não tão distante da cidade e vilas circunvizinhas.

***Figura 2*** *– Província da Bahia: casa de escravo.*
*Fonte: Biblioteca Nacional: OD:icon852439.*

No período de intensificação do combate ao tráfico "ilegal", da revolta escrava, ocorrida na capital, e em decorrência das sedições dos livres, repercussões desses acontecimentos fizeram-se sentir na Comarca de Nazaré das Farinhas. Uma delas foi a alteração do perfil da escravaria existente nas fazendas da região. A outra foram as reações escravas simultaneamente ao que ocorria na cidade do Salvador. As fontes insinuam que os escravos daquela região souberam rapidamente das ocorrências na capital e também articularam levantes em várias paróquias e distritos pertencentes à comarca. Se eles fracassaram, assim como aconteceu em Salvador, foi devido a diversas razões, as quais explicarei no decorrer do texto.

Começo fazendo um pequeno balanço a respeito do tráfico clandestino de cativos na região e o perfil da escravaria nas propriedades rurais de Nazaré. Em seguida, avalio as ações escravas em várias partes da comarca durante a Revolta dos Malês em Salvador.

## ***No entorno de Todos os Santos***

Na primeira metade do século XIX, a área abrangente da Comarca de Nazaré das Farinhas girava em torno de, aproximadamente, 1.841,86 $km^2$. Nazaré havia deixado de ser um distrito da histórica vila de Jaguaripe e assumira, em 1831, a condição de sede jurídica regional, justificada, dentre outras coisas, pela imponente urbe e pelo seu porto que ligava parte do Recôncavo com Salvador e com o mundo. Uma vila portadora de um cais tão movimentado, de extrema importância econômica regional, também se tornava local apropriado para a circulação e contatos entre negros escravos e libertos, os quais trabalhavam em diferentes ofícios, que iam desde carregadores e embarcadiços a marinheiros e mestres de lancha. Essa quantidade de sujeitos escravizados iria ser incrementada pela chegada de novos conterrâneos nas últimas décadas de comércio de seres humanos.

***Figura 3*** *– Cais de Nazaré das Farinhas: 1864.*
*Foto de Camilo Verdini (C. 1860) – Coleção Gilberto Ferreza/Instituto Moreira Salles.*

Entre os anos de 1831 e 1850, ainda que leis contra o tráfico de cativos oriundos da África tivessem sido aprovadas, especula-se que uma quantidade surpreendente de africanos fora trazida para a Bahia, sob forte demanda de senhores proprietários rurais e urbanos, pleiteando repor e/ou aumentar os seus estoques de cativos. Mas esse não foi só um período de ingresso de novos escravos. Quando escrutinamos a

documentação disponível, não nos surpreende o fato de terem sido os anos de 1831 e 1835 momentos de maior intensidade das fugas escravas na região, algumas das quais através do porto de Nazaré. Isso está relacionado, muito provavelmente, às interpretações que os próprios cativos fizeram da lei de 1831 e o impacto da Revolta dos Malês na região.

Por sua vez, com um litoral bastante extenso, pouco habitado e uma geografia assaz favorável, repleta de enseadas, rios e paragens tranquilas, a área do entorno da Baía de Todos os Santos tornava-se local adequado para a ação dos traficantes. Naquela região, eles construíram depósitos provisórios de escravos, para um rápido tratamento regenerativo da viagem, e a sua venda posteriormente. Da mesma maneira, esse ambiente havia se tornado um dos principais aliados dos foragidos, pois era embrenhando-se nas matas e nos mangues da região que muitos deles desapareciam da vista de seus preocupados senhores e ali passavam a viver em acampamentos e ranchos provisórios.

Notícias esparsas, colhidas com acuidade numa documentação inédita, guardada no Arquivo Municipal de Jaguaripe, dão conta de que a ilha do Medo, uma pequena área insular, situada à frente da ilha de Itaparica, e próxima a Caboto – no continente, era local de acomodação de cativos clandestinos por volta de 1834. Mais tarde, em 1846, o Cônsul britânico afirmou que na verdejante ilha de Itaparica, do outro lado da Baía de Todos os Santos, haviam sido construídos locais de desembarque, de onde os recém-chegados eram levados para os depósitos de escravos da cidade e vendidos sem qualquer interferência. (CONRAD, 1985, p. 135)

Isso veio a se confirmar alguns anos depois, no auge da repressão britânica antitráfico, quando, em 1851, um navio, por nome *Relâmpago,* desembarcou, às pressas, centenas de africanos na costa de Itaparica, tendo a sua tripulação conseguido o perdão imperial e a comutação das penas em 1853. Ao desembarcarem para averiguar os africanos que para ali haviam sido levados, as autoridades, membros do navio da armada de guerra brasileira, constataram que 14 deles vieram a morrer afogados no ato do desembarque. Ao chegarem à terra firme para buscar os demais africanos, as autoridades depararam-se com a casa de uma figura baiana bastante conhecida: Higino Pires Gomes, político liberal que havia participado do movimento da Sabinada em 1837 e que atormentou, durante algum tempo, a paz política da Província.[2] No interior da residência, "encontraram em completo abandono e com as portas abertas", e mais "[...] víveres consistentes de carne, farinha, arroz e bolacha sendo considerados como destinados para sustento dos africanos desembarcados apreendidos". (RODRIGUES, 2000, p. 140)

Naquela ocasião, conforme correspondência encaminhada por uma autoridade da vila de Jaguaripe, mais de cem africanos boçais, procedentes da ilha,

2 Sobre a participação política de Higino Pires Gomes no movimento da Sabinada e a sua vida pós-revolta, ver Araújo (2009, cap. 2).

haviam sido capturados, quando eram conduzidos, através de comboio, em direção ao interior do Recôncavo. Logo no momento do alarde da notícia do cortejo de africanos caminhando na direção das matas de Jaguaripe, autoridades locais armaram uma milícia e conseguiram interceptar os cativos clandestinos enviando-os imediatamente para a capital.[3] Neste episódio, as autoridades haviam logrado sucesso, mas em outras oportunidades não foi exatamente isso que ocorrera naquela parte do Recôncavo. Maximiliano de Habsburgo ainda noticiava, no ano de 1860, uma prática muito comum usada pelos proprietários locais, após a proibição do tráfico negreiro, para despistar os poderes locais, responsáveis pela repressão do tráfico clandestino.

Segundo ele, alguns anos antes, após um navio tumbeiro atirar, nas águas da Baía de Todos os Santos, algumas centenas de africanos e fugir da perseguição da nau guarda-costas, os senhores proprietários de Itaparica operaram rapidamente em benefício próprio. Após busca e apreensão, o Governo Provincial capturou "300 escravos jovens, fortes e belos, de ambos os sexos". Pela legislação da época, eram considerados "africanos livres", devendo ser alocados em repartições públicas ou em mãos de particulares para prestarem serviços durante quatorze anos. (Cf. FLORENCE, 1989, 1996) "Algumas semanas depois, porém, o bando tinha sido transformado em anciões, aleijados e alquebrados, um milagre, portanto, no sentido negativo". (HABSBURGO, 1982, p. 153) Prosseguiu explicando o viajante oitocentista:

> A coisa aconteceu simplesmente assim: os senhores da redondeza trocaram todos os seus refugos de escravos pela carne fresca da ferrovia. O número por cabeça permaneceu o mesmo nas listas do Governo, e os criadores de escravos renovaram admiravelmente seu material. Renovações clandestinas de tal natureza do elemento escravo não devem acontecer raramente. (HABSBURGO, 1982, p. 153-154)

Obviamente que os senhores contavam com a complacência de membros dos poderes municipais, em sua maioria compostos pelos próprios proprietários escravistas, ou a eles ligados, além de homens corruptos, atrelados aos interesses dos traficantes de cativos. A bibliografia e a documentação pertinentes ao tema têm enfatizado bastante isso quando se referem ao envolvimento de funcionários públicos, no mínimo cúmplices da compra e entrada na região de cativos, após a proibição do tráfico de escravos africanos. Alguns membros dos poderes locais, no entanto, mais fiéis à aplicação das leis, buscavam remediar a situação estimulando os próprios escravos a denunciarem os seus senhores em troca da alforria como recompensa, caso estes adquirissem cativos contrabandeados. A "delação premiada",

3 Arquivo Público do Estado da Bahia (APB). Seção Judiciária, Presidência da Província – Juízes. Jaguaripe, 1851-1863. Maço: 2443 APB – Seção Colonial/Provincial, correspondência da Câmara Municipal de Nazaré, 23 de novembro de 1851. Juízes - Nazaré. 1849-1857. Judiciária, maço 2505.

embora parecesse uma situação esdrúxula, em vista do peso do depoimento de escravos perante o tribunal de justiça, revela que os cativos já estavam entretidos nos meandros da justiça bem mais cedo do que imaginamos. Aliás, embora por outras razões, desde o século XVIII, pelo menos um enorme número de escravos recorreu à justiça contra seus senhores e muitos deles lograram êxito. Isso foi muito comum nas Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na Bahia também.[4] Infelizmente não encontrei, até o presente momento, provas cabais de que algum cativo tivesse sido beneficiado por esse dispositivo jurídico, ou seja, pela "delação premiada".

Fato é que aquela região continuou sendo ponto de receptação de cativos após lei proibitiva. Não é de se admirar o caso de Itaparica ser sempre citada, pelas autoridades provinciais, como local de desembarque e ponto de tráfico clandestino de cativos procedentes da África. Naquela parte insular do Recôncavo, atuava, além de Higino Pires Gomes, um dos grandes traficantes de escravos de então, o Sr. Antonio Pedroso de Albuquerque, possuidor de propriedade rural, onde, inclusive, estava localizado um dos poucos engenhos de melaço e fabrico de cachaça da ilha. Pedroso de Albuquerque, grande fortuna da Bahia, foi processado e morreu frustrado por não ter adquirido título de nobreza, concedido pelo Imperador, justamente pelo suposto envolvimento com fabricação de moeda falsa e tráfico ilegal de escravos. (MATTOSO , 1978, p. 275)

Assim como acontecera em Itaparica, em outras localidades litorâneas da Comarca de Nazaré avolumavam-se queixas, denúncias e acusações de "desova" de africanos clandestinos após a sua proibição, sob a cumplicidade de autoridades locais. A facilidade de navegação pelos grandes rios da região, como o Jaguaripe, o rio da Dona, o Jiquiriçá e o Paraguaçu, este último subindo na direção de Cachoeira e São Félix, proporcionava aos traficantes e negociantes de cativos uma movimentação estratégica e acesso a locais de difícil patrulhamento. Os traficantes também possuíam redes de intermediários e contatos com indivíduos ligados ao comércio de escravos espalhados pelos povoados da região. Era uma espécie de efeito cascata, até chegar à ponta do negócio, regia uma ampla teia de conluios, tecida e posta em prática desde a sua origem.

Quando as embarcações adentravam naqueles grandes rios, seus asseclas logo apareciam remando canoas e barcos de pequena cabotagem para melhor e mais rapidamente transportar a mercadoria de "seres humanos" até terra firme. Em outras ocasiões, faziam o desembarque nas praias do litoral, nas proximidades da vila de Jaguaripe, nas imediações da barra do rio Jiquiriçá, em locais conhecidos até hoje por Camaçandi e ilha D'Ajuda, ambos pertencentes ao distrito da Estiva. Em 5 de maio de 1843, a Câmara Municipal de Jaguaripe enviou uma correspondência alertando as autoridades provinciais para o fato de que, além do tráfico ilegal:

---

4 Entre outros trabalhos que destacam essa questão, ver Paiva (1995).

> O distrº da Estiva tem em si alguns elementos de desordem, e ali apparecem não só alguns crimes de ferimentos, como de furto de escrºs, o q attribui a ser o mmº. Distrº. q limitta plº lado do Este com o Ociano, lugar mtº próprio pª o desembarque dos escºs. furtados, e sua condução pª o sul, e matas.[5]

Mas, além do aparecimento de cativos furtados em outras paróquias, no decorrer das décadas em estudo, pedidos de empenho por parte do governo provincial no combate ao tráfico de escravos, respostas de juízes afirmando a efetiva aplicação da lei e relatos de supostos desembarques clandestinos naquele litoral formam um mosaico documental acenando para o fato de que ali o tráfico também havia estabelecido seus tentáculos.

Como resultado dessa prática e posteriormente pela intensificação do tráfico intraprovincial, o Recôncavo canavieiro baiano continuou a concentrar o maior número de cativos da Bahia.

Diferentemente da parte clássica canavieira, na região da Comarca de Nazaré, dificilmente houve uma concentração maciça de cativos trabalhando em algumas poucas fazendas. Como área predominantemente ocupada por pequenos proprietários e destinada à produção de gêneros de primeira necessidade e algumas poucas indústrias, a maioria da escravaria dos senhores rurais não alcançava mais do que duas dúzias de cativos. E quando chegavam a esse topo, pode-se dizer que eram senhores mais afortunados da região. Após o escrutínio de uma centena de inventários de proprietários da região, encontrei apenas o de uma senhora, datado de 1845, que possuía uma formidável quantidade de escravos em seus domínios. Após o falecimento de Escolástica Prates, foram contabilizados 169 cativos, sendo 85 africanos e 72 crioulos. Caso bastante singular para o conjunto de proprietários da região.[6]

Esse pode ser um sinal de que os traficantes apenas despejavam africanos naquelas áreas da Comarca de Nazaré, para logo em seguida providenciarem o traslado, senão de todos, mas da maioria dos boçais na direção dos canaviais. É provável que alguns senhores mais abonados da região, como Escolástica Prates e os proprietários de armação de caça de baleia na ilha de Itaparica, também granjeassem alguns africanos, pois os seus inventários sugerem essa inclinação. Como os censos da primeira metade do século XIX são escassos a respeito daquele território, é difícil mensurar quantos escravos viviam trabalhando nas diversas ocupações, nas zonas rurais e na urbe, em cada distrito e vilas adjacentes a Nazaré das Farinhas.

Existem registros que apenas dão pistas, mas não podem ser tomados como dados confiáveis, pois são levantamentos sem sistematização e rigores exigidos para

5 APB – Seção Colonial/Provincial. Série Presidência da Província. Correspondência da Câmara Municipal de Jaguaripe ao Presidente da Província da Bahia. Jaguaripe, 1843. (1848-1850). Maço 2442.

6 APB – Seção Judiciária, Inventário de Escolástica Prates. Nazaré, 1845. Doc. 8/3500/13/64.

recenseamentos mais severos. Por exemplo, conforme uma contabilidade feita por um chefe de polícia, no ano de 1848, a cidade de Nazaré das Farinhas, as vilas de Jaguaripe e Itaparica, juntas, tinham uma população total de 30.244 almas livres. Desse total, apenas 9.425 eram brancos (31,16%), enquanto 5.275 eram pretos e 15.544 eram pardos. Somados os considerados não brancos, essa população de libertos compunha um percentual nada desprezível de mais de dois terços do total de habitantes (68,83%).[7] Infelizmente, além das imprecisões dos dados relativos aos livres, não há detalhes dos números de cativos da Comarca para o período. Aliás, os dados sobre a população escrava do Recôncavo para essa época são muito genéricos em todas as fontes disponíveis. Tudo o que se sabe a respeito do número de escravos em Nazaré é fornecido pelo Recenseamento de 1779, quando se registrou uma população cativa em torno de 1.498 indivíduos, além de 379 agregados residindo em casas de famílias.[8]

Outra fonte recorrente, pouco precisa, são as narrativas dos viajantes. O Príncipe Maximiliano Wied Neuwied (1820), por exemplo, quando da sua passagem pela região, entre os anos 1815-1817, além de observar a regularidade das ruas e a existência de alguns prédios notáveis, estimou a população, vivendo na vila de Nazaré e em habitações adjacentes, em aproximadamente oito mil almas. O problema é que ele não distinguiu os livres dos cativos.[9]

Nas vilas de Jaguaripe e Maragogipe, por sua vez, fora registrado, já em 1816-17, um total de 11.521 escravos. No final do século anterior, no entanto, em 1781, Jaguaripe havia acusado uma população escrava em torno de 725 indivíduos, enquanto em 1846, a Freguesia da Aldeia, pertencente a Nazaré, computou 278 cativos. (BARICKMAN, 2003) Esses números servem apenas para se fazer uma estimativa em torno da população escrava da região, mas não resolvem o problema.

Sobre a ilha de Itaparica, as fontes principais são notícias esparsas em documentos avulsos da Câmara Municipal, os quais fazem algumas referências à população de algum distrito. Um deles, datado de nove de abril de 1838, acusava uma população residindo em Mar Grande em torno de quatro mil almas, não distinguindo os livres dos cativos e brancos de negros.[10]

O levantamento sistematizado de cem inventários também revelou números apenas parciais da escravaria, mas é baseado neles e na bibliografia existente que pauto minhas investigações. Conforme o rigoroso estudo de Barickman, muito provavelmente, nas roças de mandioca em Nazaré, Jaguaripe e adjacências, o número de escravos não passaria de um ou dois indivíduos trabalhando lado a lado com seus senhores no cultivo de mandioca. O escrutínio dos inventários de Itaparica

7 Quadro Numérico da População Livre de 14 Municípios d'esta Província da Bahia. Secretaria da Polícia da Bahia, 16 de fevereiro de 1848. Chefe de Polícia João Joaquim da Silva.

8 APB – Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Recenseamentos/1773-1805/Seção Colonial/Provincial, maço 596.

9 Não confundir com o outro viajante europeu, o príncipe Maximiliano de Habsburgo, que esteve na Bahia em 1860.

10 APB – Seção Colonial/Provincial. Juízes – Itaparica. 1837-1844. Itaparica, nove de abril de 1838.

revelou uma sensível aproximação desse perfil, mas algumas singularidades foram detectadas, coisa analisada adiante. No geral, a feição da escravaria daquela parte do Recôncavo diferenciava-se bastante da existente na parte clássica, da área canavieira.

A maior parte dos cativos ali residentes tinha alguma experiência com a navegação, eram embarcadiços, marinheiros. Os seus senhores, além de explorá-los no trato das roças, no ganho na urbe, alugá-los a terceiros para o trabalho na pesca e roçado, também os mandavam transportar mercadorias nos seus barcos para as diversas regiões, carentes de gêneros de primeira necessidade, além das louças, tijolos, carne e óleo de baleia. Isso facultava aos escravos e libertos jornaleiros, certa mobilidade e contatos com pessoas de outras localidades, o que não deveria ocorrer, frequentemente, com a maioria dos cativos ligados ao eito.[11]

Pelas próprias características geográficas e hidrográficas da região, o principal meio de comunicação entre o vasto interior e a capital era mesmo o marítimo e o fluvial. Sob o comando desses negros escravos e libertos, navegavam pelos rios Paraguaçu, Jaguaripe, da Dona e Jiquiriçá sumacas, canoas, saveiros, lanchas rápidas, todas elas carregando gente e produtos extraídos das roças da região. Ao retornarem da capital para o interior essas embarcações traziam produtos importados como cerveja, queijos, carne-seca, vinho, calabresa etc.

***Figura 4*** *– Cidade do Salvador a partir da Baía de Todos os Santos. Fonte: Biblioteca Nacional. OD: Icon:1018501, 1860.*

Mas, além de produtos, o movimento de embarcações transformou-se, no decorrer dos anos, no importante meio de comunicação entre as comunidades de escravos e libertos que habitavam o Recôncavo e a capital. Deveria ser muito difícil manter a ordem das coisas numa comarca, cuja distância entre as paróquias

11 Ver, entre outros importantes estudos: Schwartz (1995).

era impossível de percorrer a pé ou a cavalo, para socorrer patrulhas locais, caso se tratasse de situações emergenciais.

Durante toda a primeira metade do século XIX, os documentos judiciais falam de furtos de escravos, os quais eram acomodados naquela parte do Recôncavo e depois vendidos para o extremo sul da província. Além disso, cativos e libertos embarcadiços, mestres de lanchas de seus amos costumavam raptar ou dar guarida a escravos desejosos de fugirem da capital e do jugo senhorial, acomodando-os nos toldos das embarcações para depois pô-los a trabalhar em alguma paróquia ou vila do interior. Por vezes, alguns deles eram apreendidos e recambiados para a capital ou para suas respectivas localidades, onde os senhores estavam ansiosos em os reencontrarem, às vezes para castigá-los exemplarmente. Em 19 de outubro de 1838, apanharam, por descuido, um escravo furtado e o prenderam, junto com um liberto, em Itaparica, quando eles trabalhavam juntos, tranquilamente, em ofícios avulsos naquela localidade.[12]

Os caminhos marítimos e fluviais, amplamente percorridos e conhecidos pela *gente de cor,* eram assim dois excelentes meios de comunicação, conspiração e propagação de ideias, pontos de partida para os movimentos liderados por escravos e libertos contra a ordem escravista, além de facilitadores da liberdade. Era assim, através das viagens feitas de saveiros, canoas e sumacas, entre as diversas vilas do interior e capital, que as notícias e combinações para as revoltas funcionavam. Isso ficou provado quando eclodiu a Revolta dos Malês em 1835.

## *"Os vivas aos reis e rainhas"*

Em meados da primeira metade do século XIX, na década de 1830, o perfil da escravaria de parte das propriedades rurais da comarca estava em processo de mutação. De 175 escravos contabilizados em um levantamento parcial de cem inventários, 97 deles eram africanos e 78 crioulos, desconsiderando-se aqui as crianças de ambos os sexos. Embora os primeiros continuassem maioria, a contagem revelou um aparente e significativo equilíbrio, já na década de aprovação da lei de proibição do tráfico, surpreendendo pelo rápido aumento de crioulos e redução de africanos, efetivada de modo acelerado.

Também, baseado nas informações dessa contagem, é perceptível o crescimento do número de mulheres crioulas, que na apuração geral já suplantavam os homens. Esse fenômeno foi comum em outras regiões do Brasil, desde o século XVIII, sobretudo nas áreas de retaguarda agrícola, como nas Minas Gerais, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e na Bahia. Mas aqui é preciso apontar algumas diferenças e explicar a natureza da mudança do perfil da escravaria.

12 APB – Seção Colonial/Provincial. Juízes. Itaparica. 3º Distrito do Jaburu. Itaparica, 19 de outubro de 1838.

Exceto em Nazaré das Farinhas, tanto em Jaguaripe quanto em Itaparica as mulheres já eram maioria. E essa tendência exacerbaria muito em Itaparica no decorrer da segunda metade do século XIX. Entretanto, o extraordinário nessa análise quantitativa é também a grande concentração de africanos homens em uma área específica da comarca, a ilha de Itaparica. Ali, dos sessenta e cinco cativos contabilizados, nada menos que cinquenta e quatro eram de nações africanas, enquanto apenas onze eram crioulos.

Duas questões importantes depreendem-se desse resultado. A primeira explicação geral é que, por ser uma região de retaguarda agrícola, provavelmente os senhores foram priorizando a aquisição de mulheres crioulas para o desenvolvimento de certas atividades produtivas, em vez de homens, cada vez mais caros no disputado mercado regional de escravos. Esse foi o caso de Itaparica, onde a coleta de piaçava, a mariscagem e o plantio de gêneros alimentícios poderiam ser executados por mulheres. As escravas também podem ter sido uma opção dos senhores de Jaguaripe, pela razão de ser ali um grande e tradicional centro de produção artesanal da cerâmica. O trato com o barro, na fabricação de louças, telhas e tijolos, era tarefa plenamente executada por mulheres oleiras, especialistas na lida com a argila. Já a concentração de africanos em Itaparica justificava-se por ser aquela área insular, além de celeiro de produtos agrícolas, uma importante base produtora de óleo de baleia, inclusive voltada para a exportação. Até o final da primeira metade dos oitocentos, as armações de caça e desmancho do cetáceo exigiram boa quantidade de mão de obra escrava, de ambos os sexos. Apesar da preferência pelos homens, as mulheres também cumpriam funções estratégicas nos afazeres internos das armações, no trato dos derivados e na comercialização dos produtos daquele animal.

Não são sem propósito, então, as denúncias feitas por Maximiliano de Habsburgo de que na ilha de Itaparica o desembarque de cativos fora uma rotina em plena época de proibição. As próprias autoridades da época estavam atentas, pois sabiam ser ali lugar privilegiado para o desembarque clandestino de africanos. Esses desembarques tinham por objetivo atender, principalmente, aos senhores donos das armações de desmancho de baleias e é isso que explica a maior concentração de cativos naquela parte da Comarca de Nazaré. Possivelmente foi essa concentração de africanos na ilha que criou o clima explosivo, quando estourou a rebelião de 1835 em Salvador, como veremos adiante.

Observando as "origens étnicas", discriminadas nos inventários, os *Nagôs* apareceram como o grupo numericamente maior. Somaram 19; os *Calabar* vieram em seguida, com 08; *Angola* com 06 e *Gêge* com 04. Outras etnias apareceram com apenas um indivíduo, foram elas: *Tapa*, *Sam Tomé*, *Benguela*, *Badio*, *Cambida*, *Bornou*, *Moçambique*, *Congo*, *Monjolo*, *Mina* e *Cotocori*. O mais surpreendente é que houve uma preocupação maior entre os senhores e autoridades de Itaparica em registrar os locais de batismo e embarque dos africanos, enquanto em Nazaré e Jaguaripe,

os responsáveis pelos registros negligenciaram esse aspecto. Da soma total da escravaria da ilha, apenas três africanos não tiveram sua nacionalidade citada. Mas, em Jaguaripe, foram seis; em Nazaré corresponderam a 11 indivíduos. Em termos percentuais isso foi bastante significativo, mas o importante seria entender o por quê dessa preocupação dos avaliadores itaparicanos em registrarem a etnia dos africanos? Parece que a maior presença dos nagôs inquietava de alguma maneira as autoridades locais.

A intensificação do tráfico em seus últimos anos contribuiu para concentrar, em algumas áreas da comarca, africanos e esse foi o aspecto decisivo para os levantes localizados, como repercussão do que acontecia na capital. Na conjuntura do tráfico, a documentação criminal faz referência a episódios, nos quais, líderes africanos foram identificados e reverenciados pelos seus conterrâneos, assim que desembarcavam na região. Muitos foram homenageados e condecorados pelos seus súditos da terra natal.

Como em diferentes partes das Américas e outras regiões brasileiras, no Recôncavo, espalharam-se notícias de "reis e rainhas" reunindo escravos ao seu redor para dar-lhes conselhos, executarem rituais religiosos, quando ocorriam toques ensurdecedores de tambores e cânticos, realizavam festas após as jornadas de labuta, arrecadavam contribuições para diversas finalidades, formavam quilombos além de chefiarem revoltas escravas no decurso do século XIX.[13] Eles desempenharam uma importância tão grande no seio da comunidade escrava que, ao tomarem conhecimento da presença desses "monarcas", as autoridades locais tentavam dar-lhes lições públicas, tentando desmoralizá-los perante seus adeptos.

É bem conhecida a história de um africano, residente na povoação de Santana da Aldeia, localizada nas imediações da vila de Nazaré, que costumava reunir escravos da região, ao cair da tarde, para realizar cultos e festejos em devoção aos seus ancestrais, quando aquele tinha o seu poder referendado pelos conterrâneos. De acordo com a denúncia do Inspetor do terceiro quarteirão, expedida em primeiro de novembro de 1845:

> O negro cativo Bernardo de Tal, cujo negro não tendo obediência alguma a sua senhora por ela dar-lhe licença para tudo, e viver este absoluto, intitula-se Príncipe dos Nagôs, e tem no meu quarteirão uma casa própria que a fez de sapé, e nela mora como é público, e ali faz suas reuniões; que com os escravos desta Freguesia, como muitos da vila de Nazaré, que nos domingos, e mesmo dias de serviço se reuni ali, e ferve batuques, gritos, assuadas, e outras mais coisas que bem indicam o que pretendem á levante [...][14]

---

13 Ver, entre outros, Souza (2006).

14 APB – Seção Colonial/Provincial. Polícia, escravos, pedidos de passaporte, 1844/1845. Maço 6309.

Como se não bastassem tais "infrações", Bernardo fora acusado de portar arma de fogo e ter bastante munição em seu poder, além de reincidente na liderança de levantes escravos ocorridos na região. Após proceder à investigação, o Subdelegado apresentou relatório ao Chefe de Polícia da Província da Bahia, afirmando ter encontrado armas de fogo, munição e um preto africano liberto, bem como uma preta forra. Como recomendação para o "bem público", aquele subdelegado solicitou autorização para proceder com rigor, e requintes de crueldade, embora procurasse abrandar sua ira:

> Eu julgava conveniente que ele fosse todavia castigado, ainda que modicamente; com açoites públicos, não só para exemplo dos outros, que certamente desanimarão, e isto policialmente; mas nada a fiz ainda, porque aguardo autorização de Vossa Senhoria a quem tomo a liberdade de lembrar, que esse castigo caso Vossa Senhoria julgue-o necessário como muito me parece seja nesta povoação pois que sendo na vila não se obterão por certo os resultados, que se desejam.[15]

Bem antes da atuação desse príncipe africano em Nazaré, reis e rainhas haviam se estabelecido em diferentes pontos do Recôncavo e coordenaram muitas revoltas escravas ocorridas na região até os anos de 1830. Em seu estudo sobre as revoltas escravas na Bahia, precedentes ao grande levante dos malês, João José Reis fez uma minuciosa cronologia das revoltas escravas na Colônia e na província baiana. No Recôncavo, ele conseguiu identificar cerca de nove delas. A começar por uma ocorrida, em pleno processo de independência, na ilha de Itaparica, onde cerca de 250 cativos, do engenho Boa Vista, recusaram-se a aceitar a nomeação de um novo feitor escolhido pelo senhor. Como consequência da persistência senhorial, os escravos assassinaram o feitor e se puseram em estado de guerra.

Nesse episódio, não apareceram monarcas como líderes do movimento, mas, já em setembro do mesmo ano, uma revolta, ocorrida na vila de São Mateus, apresentou um africano líder do levante considerado "rei" pelos seus seguidores. Uma das mais notáveis rebeliões do período, e a que talvez mais nos interesse, foi aquela ocorrida em Cachoeira, em 25 de agosto de 1826. Ali, as autoridades mataram a tiros uma brava "rainha" e recambiaram acorrentado, para a capital, o "rei" dos revoltosos, com todas as suas indumentárias e coroa.

Em 1827, novos levantes ocorreram em Cachoeira e em São Francisco do Conde, sem, no entanto, aparecerem reis e/ou rainhas. Em 22 de março de 1827, sublevaram--se os escravos do engenho Vitória, localizado às margens do Rio Paraguaçu. No ano seguinte, novas rebeliões ocorreram em Cachoeira e, no segundo semestre, um audacioso levante teve como palco o coração da zona canavieira, o Iguape, lugar de

---

15 APB – Seção Colonial/Provincial. Polícia, escravos, pedidos de passaporte, 1844/1845. Maço 6309.

grande concentração escrava. Para fechar a onda de revoltas escravas no Recôncavo, Reis ainda apontou o aprisionamento de um tal Silvestre, na ilha de Itaparica, por estar alarmando falsamente notícias de que os escravos daquele lugar estavam se preparando para um grande assalto e tomar a ilha. (REIS, 2003, p. 115)[16]

Pode ser que aquelas notícias fossem mesmo falsas naquela ocasião, mas anos antes da revolta de 1835, os escravos de Itaparica ainda formulariam planos para uma sublevação em massa com objetivos claros de acabar com os seus senhores e, pôr fim ao escravismo, ao menos em termos locais. Em vinte de novembro de 1830, nas imediações da vila de Itaparica, escravos de um engenho organizaram--se e montaram um audacioso plano para, unidos aos cativos de outras fazendas, fazerem uma grande revolta. De acordo com a denúncia, ao tomar conhecimento da insurreição, o administrador da fazenda tratou de prender imediatamente o escravo considerado líder da rebelião.

Sua atitude não ficou impune e, ao tomarem conhecimento da prisão de seu chefe, os cativos protestaram, tendo um deles se apossado de uma foice e feito um pequeno estrago no feitor, antes de também ser preso. O aprisionamento de dois envolvidos teria posto fim aos projetos de rebelião naquele momento, mas, após aquele acontecimento, as autoridades locais de Itaparica trataram de aproveitar o clima de tensão para salientar que, numa ilha onde a quantidade de escravos era tão grande, haveria de se tomarem sérias providências no sentido de evitar surpresas futuras. Uma das medidas importantes seria dotar Itaparica de um maior contingente de efetivo policial e mais armas de fogo, de modo que as autoridades pudessem patrulhar o seu litoral despovoado e extenso:

> Sendo a povoação de Itaparica assaz populosa, e sempre freqüentada de navegantes de diversos portos do Recôncavo, que nela aportam por diferentes circunstâncias e além disso circundada de fazendas, que contem avultado número de escravatura, e não havendo nela um corpo de guarda militar.[17]

Denunciava um juiz de paz, dois anos antes daquela tentativa de sublevação, o quanto era perigoso uma região desprovida de corpo policial com as características de Itaparica. Além da concentração escrava nas fazendas, o juiz de paz chamou a atenção para outro fator: a constante presença de embarcações procedentes de várias partes do Recôncavo.

16 APB – Seção Colonial/Provincial, Série Presidência da Província. Judiciário. Correspondência da Câmara Municipal de Itaparica, maço 2420, Itaparica, 1829.

17 APB – Seção Judiciária, Presidência da Província. Série Juízes. Freguesia do Santíssimo Sacramento de Itaparica, 28 de agosto de 1828. Maço 2420.

*__Figura 5__ – Saveiro navegando pelas águas de Todos os Santos. Fonte: http://www.unb.br/isc/sol/itinerancias/urbanidades/index_clip_image006jpg*

Depois de 1830, quando os escravos passaram a concentrar forças na capital – com exceção de alguns episódios esporádicos, repercussões das suas atitudes rebeldes chegavam, com demasiada rapidez e frequência, ao Recôncavo, e isso era graças aos embarcadiços que traziam, além de mercadorias para o porto, escravos fugidos e informações a respeito do comportamento da comunidade negra em Salvador. Como ocorrera no período colonial, leis e decretos tentaram inibir esse tipo de prática, apertando o cerco no tocante à circulação de gente suspeita entre as vilas do Recôncavo e a capital. Uma delas, aprovada por unanimidade, em 22 de novembro de 1831, pelos representantes da futura Comarca de Nazaré, quando Jaguaripe ainda era o centro político regional, incluía, dentre outras coisas, severa fiscalização nas áreas portuárias, toques de recolher, passaportes para escravos circularem e proibições de aluguéis de quartos a cativos e libertos, sem carta do senhor e atestado de boa procedência. Os saveiros e outros tipos de embarcações, vindos de outras paragens, caso chegassem à noite aos portos das vilas, seus tripulantes deveriam permanecer nas mesmas embarcações até o amanhecer, quando uma autoridade faria vistoria e daria possível liberação da gente e das mercadorias.[18]

Essas medidas locais seguiam as deliberações da Presidência da Província, a qual buscava conter as rebeliões dos negros no interior, mas agora as autoridades teriam que virar suas atenções para a capital. Entretanto, as pretensas medidas fiscalizadoras não surtiram os efeitos desejados e a capital não estava dissociada do interior. A dependência dos produtos essenciais, procedentes das diversas áreas do

18 APB – Seção Judiciária. Fuga. Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, 22 de novembro de 1831. Doc. 40/1437/10.

Recôncavo, forçava a presença de escravos e libertos circulando nas imediações portuárias e pela cidade. E eles estavam atentos, observando todos os acontecimentos.

Por ocasião do levante dos malês em 1835, imediatamente a notícia correu a ilha de Itaparica como um furacão revolucionário. Murmurinhos de escravos foram escutados em várias fazendas, e os senhores e as autoridades pressentiram as inquietações e assanhamentos nas senzalas, nos casebres, situados nas roças e nas áreas urbanas. Em 27 de janeiro, dois dias após aquele acontecimento, o juiz de paz do 1º distrito da ilha, temendo o pior, oficiava uma denúncia a respeito do comportamento dos cativos na sua jurisdição. De acordo com a sua revelação, os africanos daquele lugar estavam sobressaltados e eufóricos, queriam logo resolver a situação deles. E ainda, segundo seu comunicado, cantavam e dançavam em tom comemorativo, e em sinal de adesão à sublevação da capital.[19] (Em vista disso) "[...] passei a tomar uma medida extraordinária, chamando alguns cidadãos armados, para coadjuvarem com patrulhas, e manter a tranquilidade neste Distrito" – disse ele de modo preventivo e intimidativo.[20]

***Figura 6*** *- Uma das ruas da vila de Itaparica em 1884. Agora bastante calma, mas outrora esse lugar fora palco de levantes escravos e festejos em homenagem ao malês da capital.*
*Fonte: Coleção Gilberto Ferrez. 007. Marc Ferrez/Instituto Moreira Salles.*

Mas, dias antes desse acontecimento, em primeiro de janeiro, como que ensaiando o que viria mais tarde, negros foragidos e aquilombados, por entre os manguezais estendidos nas margens do rio Jaguaripe, atracaram canoas na praia

19 APB – Seção Colonial/Provincial. Juízes de Itaparica, 1828-1836. Itaparica, 1835. Maço 2419.

20 APB – Seção Colonial/Provincial. Juízes de Itaparica, 1828-1836. Itaparica, 27 de janeiro de 1835. Maço 2419.

de um povoado na contra-costa de Itaparica, denominado Santo Amaro do Catu, praticaram roubos e assassinaram um escravo; acontecimentos narrados pelo vigário da paróquia local:

> Pela informação daquele vigário, que os malfeitores constantes da lista junta, e seus consórcios, vivem nos pequenos povoados, de São Gonçalo e Pitombo a margem do rio, de onde saem armado em canoas, a roubar esta ou aquela embarcação, e recolhem-se depois o que é muito provável não pratiquem a vista da barca, pelo que entendo ser de pouco proveito a demora dela ali, se a mesma autoridade local, senão aproveita de auxílio, que a força da mesma barca até pode prestar.[21]

Esses acontecimentos revelaram que a mobilização e a articulação dos negros eram intensas e que eles possuíam amplo conhecimento da região. A inquietação dos escravos de Itaparica, por sua vez, não pararia naquele dia 27 de janeiro, e os africanos de algumas fazendas já estavam se aprontando, em seis de fevereiro daquele mesmo ano, apenas 13 dias após o levante na capital, para fazer uma grande revolta em Itaparica. Pelo caráter da denúncia, é notável o nível de organização dos cativos e as suas conexões com negros libertos e escravos de outras localidades. Ou então as autoridades estavam supervalorizando os indícios para justificar a repressão sobre os cativos. Segundo informações obtidas pelos poderes locais, escravos africanos da fazenda de Antonio Pedroso de Albuquerque, juntamente com os residentes em um forte quilombo, situado nas matas da lagoa Grande da ilha, e mais os das fazendas do Coronel Manoel da S. Daltro e do Coronel José Ricardo da S. Horta:

> [...] pretendião insurgir-se em o dia de domingo de entrudo, e que para esse fim esperavão reforço de outros pretos, que tinha de chegar da Villa de Itaparica, digo da Villa de Cachoeira, d'onde se acha o rei, e rainha d'elles [...][22]

Não é surpresa a referência à existência de quilombos na ilha, e de reis e rainhas que viriam da vila de Cachoeira para ajudá-los. Eles seriam, talvez, os principais articuladores das revoltas escravas no Recôncavo baiano. Mas uma coisa nos chama a atenção: as ocorrências anteriores na localidade de Cachoeira. Anos antes desse episódio, recordemos que, em 26 de agosto de 1826, um rei e uma rainha lideraram uma grande revolta na vila de Cachoeira e foram sacrificados de modos diferentes. Ora, se agora os reis procedentes de Cachoeira retomavam as suas ações nas imediações de Itaparica, era um sinal de que, além de instituírem os seus monarcas, os cativos também tiveram a capacidade de identificar ou forjar novos líderes, quando

21 APB – Seção Colonial/Provincial. Juízes de Itaparica. Vila de Itaparica, 30 de janeiro de 1835. Maço 2419.

22 APB – Seção Colonial/Provincial, Juízes, 1828-1836. Itaparica, 06 de fevereiro de 1835. Maço 2419.

os antigos eram presos ou mortos, conduzindo-os ao trono e lhes prestando deferência e obediência.

Um dos fatores que deve ter contribuído para o surgimento de novos reis e rainhas foi a contínua chegada de africanos na região, por meio do tráfico clandestino. Paradoxalmente, o tráfico alimentou a esperança e a expectativa entre os negros no Brasil de que os navios procedentes da África lhes trariam boas notícias, a principal delas era a vinda de novos soberanos para chefiar futuros movimentos, como também para fortalecer os vínculos com seus ancestrais. Como bem disse Elizabeth Kiddy, esses reis reafirmaram noções de poder, identidade e comunidade africanas, e, mais especificamente, centro-africanas no Brasil. (KIDDY, 2008, p. 171)[23]

Sua presença, no entanto, não impediu fissuras no seio da própria comunidade escravizada, forma pela qual os movimentos foram, muitas vezes, descobertos antecipadamente. Naquela ocasião, no seis de fevereiro de 1835, por exemplo, a denúncia de um pardo liberto alertou as autoridades dos planos dos africanos. Segundo ele, aquela rebelião contaria também com a participação de alguns pardos, pois havia dois deles que se achavam ocultos numa das senzalas dos *pretos* daquele engenho. As suspeitas confirmaram-se dois dias antes do planejado, quando o administrador de uma das fazendas, onde moravam os rebelados, descreveu, para o juiz de paz, o que havia ocorrido na noite de três de fevereiro:

> Que encontrando-se no dia 4 do corrente mez com Salvador Gonsalves de Andrade administrador do engenho do mesmo coronel, lhe participara que os pescadores: d'uma canoa do porto da Misericordia, chegada da pescaria na noite do dia 3 do mesmo corrente mez, lhe havião ditto, que estando elle no mar, virão aproximar-se uma lanxa com bastantes pretos, do engenho de Antonio Pedroso de Albuquerque pelo que perguntarão quem ali vinha, e por que não respondessem, dispararão um tiro de fuzil, ao qual, tomando a lanxa outra direção perguntarão os de dentro se assim os querião Mattar. Outras canoas do mesmo porto, que tão bem se achavão nesta noite a pescaria (disse o mesmo Salvador Gonsalves e Pedro Chavier) virão igualmente a essa lanxa com pretos.[24]

Essa denúncia revela que estavam bastante evidentes as conexões de escravos africanos de Itaparica com cativos de Cachoeira, os quais haviam descido de canoa o rio Paraguaçu, aproveitando-se da escuridão noturna, para se aliarem aos africanos da ilha e fazerem a revolta triunfar no dia festivo do entrudo, como fizeram outros cativos em diversas oportunidades na Bahia oitocentista. Mas a rebelião não contaria com a adesão de todos os escravos, pois os *tapas,* da fazenda do Coronel Pedroso, permaneceram reticentes e dispostos a delatar aquela sedição. Não bastasse isso, o relato daquele pardo liberto fora respaldado nas denúncias da *preta* Esperança,

23 Ver também, Soares (2000) e Thornton (2004).

24 APB – Seção Colonial/Provincial, Juízes, 1828-1836. Itaparica, 6 de fevereiro de 1835. Maço 2419.

ironicamente uma escrava da região, que havia se dirigido à fazenda de Pedroso de Albuquerque com a finalidade de visitar seu filho, que ali era cativo, e, ao tomar conhecimento dos planos, delatou os revoltosos.

As atitudes de alguns libertos e até mesmo de escravos, crioulos e africanos, nesse episódio, demonstraram que nem sempre as conspirações dos "pretos" cativos contavam com a esperada adesão de todos os africanos e afrodescendentes. A multiplicidade de etnias, de religião e variações linguísticas às vezes provocavam divergências entre a própria comunidade dos escravos e também dos libertos. E a classe senhorial valorizou muito esse tipo de comportamento, realçando em seus registros o papel decisivo dos delatores como uma das formas de desmoralizar a luta escrava.

Após o levante de 1835 e as sublevações parciais na ilha de Itaparica, alguns escravos aproveitaram-se da desordem temporária e da hesitação policial do lugar e partiram para a fuga sem se saber o paradeiro de muitos deles. É provável que alguns tenham tomado o destino do sertão, pois lá haveriam de erigir seus quilombos, em locais protegidos de ataques de expedições. De resvalo, essas informações vão aparecendo sutilmente na documentação escrutinada. Inventariantes de senhores de Jaguaripe, por exemplo, foram obrigados a reconhecer sua impotência frente a essa situação, ao fazerem as seguintes declarações nos inventários do período:

> Porque os ditos escravos de que trata a notação nunca estiveram em poder do embargado porque todos esses escravos estavam fugidos, ainda em vida do senhor seu feitor e vindo dois presos, que foram Manoel Crioulo, e Felipa Cabra, os quais foram ambos entregues, ao mesmo seu feitor e do poder deste, logo tornaram a fugir, e até o presente não ouvi deles mais notícias.[25]

Quando conseguiam capturar alguns desses foragidos, também anunciavam suas andanças, descreviam suas idades e outros detalhes, de modo que hoje sabemos quem eram esses indivíduos. No mesmo inventário citado, encontra-se descrito outro trecho bastante curioso. Ele mostra que a pouca idade não impedia a fuga em direção a lugares distantes; isto porque os mais velhos carregavam consigo os menores, a despeito de serem seus filhos ou não:

> [...] tem o suplicante em seu poder um cabrinha de oito para nove anos ainda sem ser batizado intitulado Cassiano que o que por preso que dele fizeram no sertão a dois meses e quero fazer avaliar [...] [26]

Do mesmo modo que ocorrera em Jaguaripe, senhores de Nazaré também lamentavam o comportamento de alguns dos seus cativos quando se viram obrigados

25 APB – Seção Judiciária. Inventário de Francisco das Chagas Barreto. Jaguaripe, 1831-1835. Doc. 03/1292/1761/09.

26 APB – Seção Judiciária. Inventário de Francisco das Chagas Barreto. Jaguaripe, 1831-1835. Doc. 03/1292/1761/09.

a formalizar os inventários de seus entes queridos. Um deles relatou, de modo enfático, o comportamento renitente de um dos seus jovens cativos: "Victorino crioulo com 12 anos 320$000 (fujão incorrigível)".[27]

Foi assim que muitos deles desapareceram da vista de seus senhores para nunca mais voltarem à condição de submissos. Impotentes, diante da falta de condições de persegui-los e encontrá-los para lhes aplicar castigos corporais, seus senhores procuravam divulgar detalhes, de seus aspectos físicos, e profissão exercida por alguns deles, em boletins feitos nas tipografias baianas:

> Desapareceu no dia 12 de dezembro passado, á Antonio Joaquim de Abreu, uma preta, de nome Joaquina, estatura ordinária, ainda moça, crioula, cabelo corrido, e puxa de uma perna. Quem levar á seu senhor, á rua do Caquende, casa nº 75, será bem recompensado.[28]

Nem todos, porém, conseguiram fugir do cerco policial estabelecido pela repressão, diante do risco de generalização do levante, o qual poderia vir a se espalhar por todo o Recôncavo. Nas cadeias da região, insalubres e mal-estruturadas, ficaram detidos, provavelmente, alguns dos participantes da adesão à Revolta ocorrida em Salvador no janeiro de 1835, embora os documentos avulsos das câmaras municipais não sejam explícitos em relação a isso. Presumimos ter sido uma estratégia das autoridades em não divulgar tal questão por se tratar de um tema de "segurança nacional". É muita coincidência estarem presos na cadeia da vila de Itaparica, nos primeiros dias de março, alguns libertos, um português e um escravo; todos aguardando julgamento. O que eles fizeram? Qual o crime que haviam cometido?

Ao chegar no dia 21 de março de 1835, para proceder ao julgamento dos réus encarcerados na vila de Itaparica, o juiz municipal recebeu um ofício expedido pelo juiz de paz local informando-lhe que os respectivos réus que seriam julgados haviam se evadido da cadeia. Na relação dos foragidos estavam:

> Francisco da Silva e Sousa, natural da Freguesia de S. Domingos da Saubara, filho legítimo de Zacarias da Silva e Anna Maria com 25 anos de idade pouco mais ou menos, pardo claro com cabelos corridos, cara redonda, olhos pardos, nariz afilado, boca pequena, e barba meia fechada, vive de pescar.
> João da Silva Freire natural desta vila pardo trigueiro com 26 anos de idade pouco mais ou menos, cabelos amelados, boa altura, olhos grandes e abogalhados, boca pequena, narriz afilado, orelhas pequenas e cheio de corpo.
> Antonio David, português alto, cara chata, cabelos corridos e pretos, olhos pardos e nariz pequeno, boca rasgada e magro.

27 APB – Seção Judiciária. Inventário de João Pereira de Mesquita. Nazaré, 1835. Doc. 04/1412/1881/05.

28 APB – Seção Colonial/Provincial. 1828-1836. Maço 2419. Juízes de Itaparica. Bahia na Tipografia do Diário, 1835.

> Antonio, por antonomásia Coruja, baixo, meio alcatruzado, pardo claro, com trinta anos pouco mais ou menos, cabelos pretos e pregados, olhos pretos, nariz grosso, orelhas pequenas, pés largos.
> Frutuoso, cabra, sapateiro, e escravo de boa altura.[29]

Teriam eles participado do movimento de seis de fevereiro ocorrido na fazenda de Antonio Pedroso de Albuquerque? Infelizmente, a documentação trabalhada não possui maiores detalhes a esse respeito. Mas lembremos: naquela ocasião, conforme as denúncias, a organização do levante contou não somente com a participação de africanos, mas também de alguns pardos que se encontravam ocultos nas senzalas daquela propriedade rural. Será que os pardos evadidos naquele mês não teriam sido alguns dos participantes do movimento de fevereiro de 1835? Não sabemos. Mas uma coisa é certa: ao tomarem conhecimento do levante dos malês, muitos cativos da Comarca de Nazaré pronunciaram-se favoravelmente de alguma maneira. Em algumas situações, agrediram os feitores, em outras saíram das senzalas na direção dos terreiros e alguns espaços da zona urbana para cantar e dançar em homenagem ao levante que ocorria na capital. Também demonstraram uma incrível capacidade de comunicação, superando a distância, as proibições legais e a fiscalização cotidiana de senhores e feitores. Eles tinham um grande aliado naqueles tempos: o mar da Baía de Todos os Santos e os rios caudalosos, os quais penetram no vasto e desabitado interior do Recôncavo.

No decorrer do ano de 1835, a despeito do possível aumento da repressão, os escravos e libertos daquela região continuaram a incomodar e aterrorizar, demasiadamente, senhores e autoridades municipais. Assassinatos de senhores, fugas, resistência ao labor, furtos de dinheiro e objetos alheios foram algumas das práticas dos escravos. Suas atitudes revelaram, dentre outras coisas, que a estratégia utilizada pelos senhores, de tentar segregá-los e de não permitir a sua circulação, não impediu a formação de conexões e o fortalecimento das múltiplas formas de se pensar a liberdade, a subversão da ordem escravocrata, incluindo-se aí os vivas a seus reis e rainhas.

## *Referências*


ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia:* transição conservadora e formação da nação. 1838-1850. Salvador: Edufba, 2009. Capítulo 2.

BARICKMAN, B. J. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1888). *Revista Afro-Ásia*, Salvador: FFCH, n. 21-22, 1998/1999.


29 APB – Seção Colonial/Provincial. 1828-1836. Maço 2419. Juízes de Itaparica. Vila de Itaparica, 27 de março de 1835.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano:* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros:* o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Nem escravos, nem libertos: Os "africanos livres" na Bahia. *Cadernos CEAS,* Salvador, n. 121, p. 58-71, 1989.

_______. Resistência escravos em São Paulo: a luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema. *Revista Afro-Ásia*, Salvador: CEAO/UFBA, n. 18, p. 07-32, 1996.

HABSBURGO, Maximiliano. *Bahia 1860:* esboço de viagem. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros:* Toussaint L' Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

KIDDY, Elizabeth W. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: HEYWOOD, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo: Hucitec, 1978.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII.* 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil:* a história do levante dos malês de 1835. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800-1850). Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista.* 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Humanitas: UFMG, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico. 1400-1800.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WASSERMAN, Cláudia (Coord.). *História da América Latina:* cinco séculos. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WIED NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Brasiliana, Grande formato, 1820. T. 1, p. 442-443. (Coleção Brasiliana Grande Formato, v. 1; Série 5ª).

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DÕ ALVARO DA COSTA

ITAPARICA

6 braças de preamar dagoas vivas

# A defesa da Baía de Todos os Santos

*Mário Mendonça de Oliveira*

Observa-se pelas descrições dos cronistas antigos, entre eles Gabriel Soares, que quando se fazia referência à Baía de Todos os Santos, a descrição iniciava-se sempre pela Ponta do Padrão ou de Santo Antônio da Barra e terminava no arquipélago de Tinharé:

> [...] E tornando à Ponta do Padrão dela que está em altura de treze graus esforçados, diremos que desta ponta à do Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, são nove léguas ou dez, a qual ponta está em treze graus e meio e corre-se com a ponta do Padrão nordeste-sudoeste. (SOUSA, 1989, p. 33)

E mais adiante do seu relato afirma textualmente: "[...] a baía se estende da ponta do Padrão ao morro de Tinharé." (SOUSA, 1989, p. 86)[1] Ao observarmos, porém, a carta náutica da Baía de Todos os Santos fica claro que, a rigor, o limite da famosa baía estaria na Ponta dos Garcez, na foz do rio Jaguaribe, tangenciando o extremo meridional da ilha de Itaparica, onde muitos geógrafos apontam o limite das terras do Recôncavo.

Acontece que, do ponto de vista defensivo, em relação à antiga capital do Brasil, como também do ponto de vista logístico, isto é, em relação ao seu abastecimento, o arquipélago de Tinharé não poderia ficar de fora das nossas reflexões. Acresce-se a isto o fato de que existe uma passagem entre este conjunto de ilhas e o continente, conhecida como "barra falsa", que tem início na Ponta do Carvalho, através da qual a maioria das naves de outros tempos poderia se esgueirar, entrando em seguida na baía propriamente dita, por detrás da ilha de Itaparica. Conclui-se então que a defesa da Baía de Todos os Santos principiava pelo conjunto fortificado do Morro de São Paulo.

Falar, porém, em defesa dessa imensa baía é uma tarefa controversa e de certa forma ingrata, pois, no fim do discurso vai pairar sempre a dúvida se uma baía de tamanho tão dilatado e com expressiva abertura da sua barra seria realmente defensável, pois, como diziam os antigos, ela "[...] poderia abrigar todas as esquadras do mundo." (OLIVEIRA, 2004, p. 56) Não obstante isso, sempre foi motivo de admiração a sua beleza e vastidão, como explicita Gabriel Soares na sua *Notícia*: "[...] porque é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza como em fertilidade e riqueza". (SOUSA, 1989, p. 86) Diogo Moreno, em relatório datado de 1609, afirma, no mesmo diapasão: "[...] a grandeza desta bahia a sua fermozura e o sitio notável a fas ser a melhor do mundo."[2] Vamos, assim, iniciar a nossa argumentação pelas dificuldades de barrar os invasores na sua entrada.

---

1 O Morro de Tinharé é o Morro de São Paulo.

2 Confira o relatório de Diogo de Campos Moreno, intitulado Relação das praças, fortes povoaçons, e cousas de importancia q Sua Magestade tem na costa do Brazil, fazendo principio dos baixos, ou ponta de são Roque para o sul do estado e defenção dellas, de seus fruttos, e rendimentos, feita pello sargento mor desta costa Diogo de campos moreno, de. 1609. [Grafia original]. Ms. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Maço 599, doc. 68. (Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos Iconográficos).

A história da defesa da Baía de Todos os Santos e da Cidade do Salvador, primeira capital da América Portuguesa, tem início, de forma muito incipiente, no período das capitanias donatárias, instituídas por D. João III de Portugal (1534). Este sistema tinha sido a solução encontrada pelo monarca lusitano diante da magnitude dos problemas encontrados pela expedição de Martim Afonso de Sousa (1530). Mas o passar do tempo vai mostrar que a forma de colonização escolhida, capaz de dar certo nos Açores, estava fadada ao insucesso, diante da escala de um imenso território, com costa de quase 9.000 km voltada para um oceano aberto e com primitivos habitantes no continente.

Francisco Pereira Coutinho, filho do Alcaide de Santarém, recebe naquela época uma capitania, situada na Baía de Todos os Santos (Figura 1), e, ao se estabelecer como donatário nas terras brasileiras da Bahia, formou, em 1536, o povoado, que veio a ser conhecido como Vila Velha ou Vila do Pereira. Este povoado foi localizado em eminência contígua à pequena enseada (Porto da Barra), de fácil embarque (Figura 2), nas proximidades da entrada da dita baía. Como defesa, edificou aquilo que estava dentro das suas possibilidades: "Poz a vila no melhor assento que achou, em que tem feito casas para cem moradores e tranqueiras de redor e uma **torre** já no primeiro sobrado." (SAMPAIO, 1937, p. 168)[3] Esta torre era de taipa de pilão, à semelhança de outras sedes de capitanias e feitorias, porque, quando foi fundada a Cidade do Salvador, em 1549, para ser a "Cabeça do Brasil", esta taipa já necessitava de reparos, conforme provisão da época, em favor do taipeiro Balthazar Fernandes, por ter reconstruído 31 braças [68,2 m] da sua taipa. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 252)

A história iria demonstrar que as tradições combativas dos coutinhos não seriam suficientes para o sucesso da capitania, porque "[...] ao bom êxito de semelhante projeto eram indispensáveis outras qualidades além das de guerreiro." (JOHNSON; SILVA, 1992, p. 125) Indispondo-se com os índios, depois de tumultuada administração, acabou sendo por eles aprisionado e devorado em ritual antropofágico. Assim, a torre da Vila Velha foi a primeira defesa costeira do local, nas vizinhanças da entrada da Baía de Todos os Santos (Figura 2).

A Vila Velha, como núcleo de povoação, continuou habitada por aqueles que conseguiram viver em paz com os autóctones e sua posição seria, posteriormente, de alguma ajuda para a defesa do Porto da Barra (Figura 2), como nos faz supor Aldenburgo, cronista da invasão holandesa de 1624. (ALDENBURG, 1961, p. 173)[4]

Mais tarde (1549), quando a Cidade do Salvador foi fundada para ser a capital do Brasil, em virtude da mudança de rumos imposta à colonização, as fortificações levantadas, além do muro de taipa abaluartado, construído pelo mestre Luís Dias, não passavam de pequenas baterias destinadas a defender o porto da cidade. Pelo que

3 Citando os comentários de Capistrano de Abreu na *História Geral do Brasil* de Varnhagen ([1984], v. 1, p. 208).

4 "[...] haviam os portugueses reunido sua gente, que escaruçava com a nossa, tanto do bastião com artilharia, como da citada mansão, das trincheiras e 'dos matos do alto do monte' [...]". (ALDENBURG, 1961, p. 173)

se pode deduzir da correspondência do construtor das defesas, a maior preocupação era com os índios e não com os ataques vindos do mar. Esta situação iria modificar-se, no fim do século XVI, quando incursões de piratas e corsários, principalmente franceses, ingleses e holandeses, começaram a assediar a nova capital e a Baía de Todos os Santos, principalmente as terras do seu Recôncavo, nas quais a produção de açúcar começa a ser significativa.

*Figura 1* – *Carta náutica da Baía de Todos os Santos.*
*Fonte: Marinha do Brasil – Levantamento 1977/1978.*

Não obstante o Regimento de Almerim, entregue a Tomé de Souza, estabelecer que cada beneficiário das terras vizinhas à nova capital deveria organizar a sua defesa,

construindo, inclusive uma torre, a primeira tentativa de fazer um sistema de proteção costeira para a "Cidade da Baía", partindo da barra da Baía de Todos os Santos, só tem início no período filipino. Foram fortins ou torres que devem ter sido levantados no governo de D. Francisco de Sousa (1591-1602), possivelmente pelo seu engenheiro militar Baccio de Philicaia. Estas, porém, eram de eficácia muito duvidosa, em vista do tamanho da baía e da distância entre as fortificações. Diz o cronista Frei Vicente do Salvador (1975, p. 261) que elas eram três ou quatro e, pelo que sabemos atualmente, o número quatro seria o justo. Eram elas as torres de Santo Antônio, na Ponta do Padrão, entrada da baía (Figura 2), a torre de Santo Alberto, reforçando as antigas defesas do porto da cidade, a torre de Santiago, em Água de Meninos, e, finalmente, o Castelo de São Felipe, na ponta de Itapagipe. Algumas destas fortalezas costeiras mudaram de nome, com o passar dos anos, principalmente após a Restauração da Coroa Portuguesa, em 1640, quando as invocações de inspiração espanhola foram substituídas. A torre de Santiago passou a se chamar Fortim de Santo Alberto (o velho Santo Alberto desapareceu com o crescimento da cidade) e o Castelo de São Felipe passou a ser Fortim de Nossa Senhora de Monserrate (se é que foi realmente mudado o seu orago oficial).

## *As fortificações de defesa da Barra*

Como preliminar ao discurso sobre a defesa da nossa Baía, faz-se necessário examinar o sistema que estava diretamente relacionado com a proteção da barra da Baía de Todos os Santos. Aos que se interessarem pela defesa da Cidade do Salvador, inclusive as fortificações internas, recomendamos consulta ao texto de Oliveira (2004): "As fortificações de Salvador quando Cabeça do Brasil", no qual tratamos especificamente da defesa da cidade.

É praticamente consenso dos especialistas que opinaram sobre a defesa de Salvador, que as possíveis rotas de invasão de potencial inimigo apontariam, quase sempre, dois vetores prováveis de progressão das tropas hostis, com algumas variantes. Um pelo Norte, com a penetração da esquadra de desembarque através da nossa Baía, aproveitando a sua largura e a incapacidade do Forte de Santo Antônio da Ponta do Padrão de fazer qualquer dano às naus que passavam ao largo. Lançavam-se, em seguida, tropas na região do Recôncavo, na parte vizinha ao objetivo, como fizera Maurício de Nassau em 1638, progredindo em direção à cidade, pela **Estrada das Boiadas**. Outra forma era o desembarque pelo Sul, como os mesmos holandeses fizeram em 1624, lançando as suas tropas no atual Porto da Barra e fazendo *aproche* para assalto da cidade pela *Estrada da Vila Velha*. Havia alternativas de desembarque, mais além, em diversos locais entre o Rio Vermelho e Itapoã.

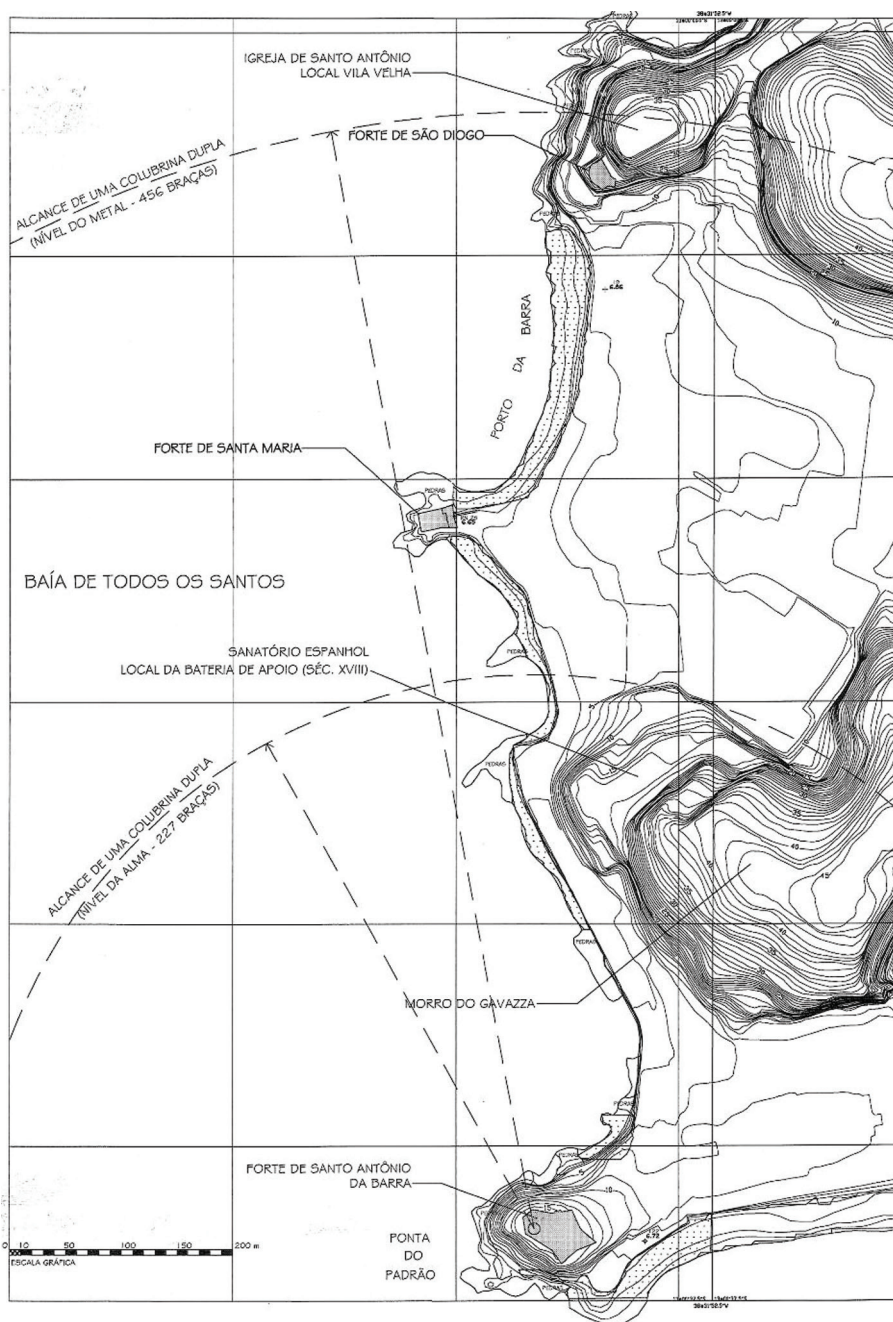



*__Figura 2__ – Carta topográfica da Barra, a partir do moderno levantamento cadastral da cidade. Autor: Mário Mendonça.*

Tal raciocínio vai ser sempre o norteador dos especialistas, que proporão planos de defesa para a *Cabeça do Brasil*. No caso específico das defesas da barra que poderiam, eventualmente, se tornar ponto de desembarque de um ataque pelo Sul, nasceram as fortificações seguintes para defendê-la (Figura 2):

## O Forte de Santo Antônio da Barra

Nenhuma das outras fortificações da velha capital do Brasil sofreu tantas metamorfoses durante os seus mais de quatrocentos anos de existência (Figuras 4, 5, 6 e 7). Sobre ele, muita gente já escreveu e por isso vamos só adicionar informações complementares e eventuais discordâncias do que já foi afirmado, tomando como base a lógica defensiva e a opinião dos especialistas da época.

Mesmo que os historiadores, normalmente, não afirmem com exatidão as origens desta fortaleza, encontramos notícia, muito antiga, sobre a sua construção em um códice do Arquivo Ultramarino[5], que transcreve alvará de 21 de maio de 1598, através do qual foi nomeado "Bastião" [Sebastião] de Brito Correia comandante do Forte de Santo Antônio, "que esta comesado na barra daquela Cidade". Esta deve ser a versão que sucedeu à torre de taipa, segundo o Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento. (CONGREGAÇÃO BENEDITINA DE SALVADOR, 1945)[6] Assim sendo, é aceitável a afirmação de Silva Campos de que o primeiro forte foi obra do governo de Manoel Teles Barreto (1583-1587), ou seja, a torre octogonal (Figura 4).

***Figura 3** – Carta da Baía de Todos os Santos com as quatro plantas dos fortes primitivos. Fonte: Cartografia de Albernaz.*

Como acontecia com as fortificações daquele tempo, deve ter nascido em forma de torre, conforme representa o cartógrafo Albernaz em carta da Baía de Todos os Santos (Figura 3). Estas representações não devem ser aleatórias ou fantasiosas,

5 Ver: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Códice Ms 112. *Livro de ofícios, regulamentos e mercês (1597-1602)*. Alvará de 21/05/1598. fl. 65.

6 "Provariam que posto que a carta faça mensão do forte nam podia nunca ser o dos vestigios que estam detras de Nossa Senhora da graça que he no sertam e distancia muita do mar e a Carta declara forte, e que está junto a Camboa, nam se faz no sertam donde se verificou ser 'o forte de Santo Antonio q. despois se fizera de novo que dantes era um reduto e forte de taipa', [...]". (CONGREGAÇÃO BENEDITINA DE SALVADOR, 1945, p. 67)

porque existe escala gráfica nos desenhos e as outras três fortificações representadas, referentes aos redutos de Santo Alberto, ao Fortinho de Monserrate e à Torre de São Tiago de Água de Meninos, podem ser confirmadas ou porque ainda existem, como o do Monserrate, ou através de outras iconografias. Pela escala gráfica representada, podemos avaliar a dimensão dos eixos do octógono regular representado como de cerca de 120 palmos [~26 m]. À semelhança do antigo reduto de Santo Alberto, da Torre de Água de Meninos e do Castelo de S. Felipe, hoje Nossa Senhora de Monserrate, tinha entrada alta, com escada e ponte levadiça, o que indica uma solução tipológica da época. Na qualidade de torre octogonal, a construção primitiva do Forte de S. Antônio, vista de longe, poderia ser representada como se fosse uma torre cilíndrica. (OLIVEIRA, 2004, p. 184) O Forte do Picão na Barra do Porto do Recife, hoje desaparecido, tinha forma semelhante.

O problema é que, neste caso específico, as formas utilizadas como decoração de cartografia podem não ser contemporâneas da planta cartográfica, nem de Albernaz, mas situações mais antigas das fortalezas copiadas de outras estampas. A nossa desconfiança reside na iconografia deixada no relatório de Diogo Moreno, que data de 1609, onde, além do desenho, diz, quando se refere ao Fortim de Monserrate, "[...] forte de pedra e cal da mesma traça de S. Ant.º [...]"[7] (Figura 5). Consideramos que o testemunho de Diogo Moreno é precioso, porque era militar e estava encarregado de inspecionar as defesas da nossa costa, o que quer dizer que entendia de fortificações.

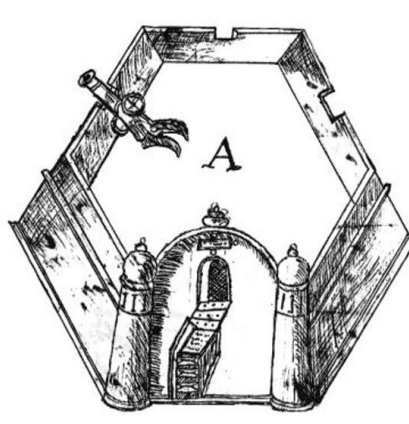
4

5

*__Figura 4__ – Particular de cartografia de Albernaz, mostra o primitivo Forte de Santo Antônio da Barra. Fonte: Cartografia de Albernaz.*

*__Figura 5__ – Iconografia do relatório de Diogo Moreno, datando de 1609 (ANTT). Fonte: Fac-símile do autor.*

No caso do desenho de Moreno (Figura 5), não temos mais octógono, porém um hexágono que, realmente, se assemelha ao Fortim de Monserrate (antigo Castelo de S. Felipe) sem as torres. A entrada permanece alta e com ponte levadiça, mas as torres de proteção do acesso ao perímetro interno situam-se pela parte externa da

7 Confira o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Ministério do Reino, maço 599, doc. 68. (Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos). Relatório de autoria de Diogo Campos Moreno, datado de 1609, intitulado *Relação das praças, fortes povoaçons, e cousas de importancia q Sua Magestade* [...] *feitta pello Sargento Mor desta costa Dioguo (sic) de Campos Moreno.*

cortina. Os parapeitos são dotados de canhoneiras, embora poucas. A julgar pela artilharia que nos foi relacionada no Livro da Razão, com quatro peças no total, esta segunda versão, mesmo edificada de maneira mais duradoura, em pedra e cal, deveria ser, igualmente, de modestas proporções: "[...] Um canhão de bronze de trinta e oito quintais; joga vinte e quatro libras de bala. Dois sacres ou meias-esperas de bronze, de dezoito quintais; jogam dez libras de bala. Um falcão de dado, de seis quintais [...]". (MORENO, 1955, p. 144) O perímetro de cortinas da versão do fim do século XVII (Figura 6) tinha, segundo a relação do Capitão José Antônio Caldas, do meado do século XVIII, dezesseis peças de diferentes calibres (CALDAS, 1951, p. 354), compatíveis com a sua linha de fogo ampliada.

Alguns historiadores querem atribuir importância tática e estratégica a este fotogênico e elegante propugnáculo, mas não nos podemos deixar contagiar pela empolgação, diante da frieza dos fatos e da realidade da situação. Desde o início do século XVII, Moreno dizia a seu respeito que, por aquela parte,

> [...] entran e saien cada dia naos armadas de corsarios sem q' artilharia que aqui esta lhe faça dano, e inda que tenha colubrinas de sessenta quintais "nunca totalmente poderá defender a barra".[8]

E, logo mais adiante, o considera como **adorno da barra** e nisto todos estamos concordes. Realmente, se considerarmos o que Azevedo Fortes estabelece como alcance da artilharia do século XVIII, um dos canhões mais potentes, a **colubrina dupla** ou **dragão,** tinha uma **alcance máximo** de 2.705 braças [5.951m]. Quando a peça estava apontada **pelo nível do seu metal**, o alcance era de 456 braças [1.003m] e quando no **nível da sua alma**, 227 braças [499m]. Quem conhece qualquer rudimento de balística sabe que o tiro no alcance máximo de uma arma (45º) tem eficácia praticamente nula e, com o armamento da época, pior ainda. Os tipos de tiros feitos a partir do **raso dos metais até a elevação de 45 gráos; e estes tiros**, chamão "tiros por cima da pontaria". A perda de eficácia vai aumentando à medida que o ângulo se aproxima de 45º, destacando também o fato das naves da época não serem muito grandes e estarem em movimento. Assim sendo, os quase 10 km que separam a ilha de Itaparica do Forte de Santo Antônio inviabilizavam qualquer defesa da barra da Baía de Todos os Santos (Figuras 1 e 2). Além do mais, a eficiência dos nossos bombardeiros e condestáveis sempre foi posta em dúvida. Um dos motivos era o treinamento com tiro real, porque se vivia, sempre, em constante economia de pólvora. Bernardo Ravasco Vieira, conhecedor da nossa realidade, crítico costumeiro das nossas fortalezas e tropas de defesa, nos informa das carências, em 1692:

8 Confira o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Ministério do Reino, maço 599, doc. 68, fl. 27. (Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos). Relatório de autoria de Diogo Campos Moreno, datado de 1609, intitulado *Relação das praças, fortes povoaçons, e cousas de importancia q Sua Magestade* [...] *feitta pello Sargento Mor desta costa Dioguo* [sic] *de Campos Moreno.* [Grafia original].

> [...] a Praça sem Engenheyro, nem quem sayba usar de dous Trabucos, q' nella há, nem off.es de Artilharia, ou Artilheyros q' o q' sabem ser, de q' hé bastante prova, não acestar algum [tiro] em hu'a Nau, q' ardendo, se mandou meter a pique, fazendo lhe a pontaria os mais destros.[9]

A realidade é que nenhum especialista considerava de grande valor estratégico nem tático a Fortaleza de Santo Antônio da Barra para impedir qualquer acesso à majestosa baía. Diogo Moreno é mais do que claro, quando afirma:

> Por muitas vezes se tem advertido à Sua Majestade que os Fortes de Santo Antônio, de Itapagipe e de Água de Meninos, que se assinalam à fol. 18 nos pontos AA e no ponto BB e CC, "não são de nenhum efeito, assim por que não defendem nada"**,** como pelo grande risco com que se sustentam por sua "fraqueza e má traça" [...]. (MORENO, 1955, p. 143, grifo nosso)

Também o já citado Bernardo Vieira Ravasco, Secretário de Estado e de Guerra e antigo militar, dizia em seu relatório de 11 de setembro de 1660: Estes três fortes [referia-se aos fortes de Santo Antônio, Santa Maria e São Diogo], "por estarem quazy juntos, e 'nam serem de utilidade algua' a quem nelles asiste [...]"[10] Mesmo após as reformas substanciais do fim do século XVII, que aumentaram, de muito, a sua capacidade de fogo, o prestígio do Forte de Santo Antônio da Barra não cresceu, pois o mestre de campo, engenheiro Miguel Pereira da Costa, no início do século XVIII, foi também bastante enfático no seu parecer:

> No q respeita a fortes da marinha, o pr.º entrando p.ª esta B.ª he o de S. An.to da barra (nomeandoos com o cumum, impropriam.te por fortes) em figura de dés lados, irregularissimo, com seis angulos salientes e quatro reintrantes, sem baluarte algum, nem caza capás p.ª polvora; este forte está dominado de hum grd.e padrasto q' lhe fica superior a tiro de espingarda do qual se descobre toda a ária do d.º forte e como aquelle se pode subir sem impidimento, por varias partes, ocupado este pelo inim.º, fica o d.º forte inutil; porq os artelheiros, e os defensores não poderão aturar o fogo inimigo: tambem não tem cisterna p.ª a agoa e lhe fica distante a de q' gastão.[11]

É de se notar que, não obstante já apresentar a fortificação a sua forma atual, bem mais desenvolvida, não merecia crédito e o *padrasto* ao qual fazia referência é o Morro do Gavazza (ver localização na Figura 2). A opinião sobre a limitação do

9 Confira na Biblioteca Municipal de Évora (BME), o Códice de cópias do Conselho Ultramarino, Arquivo de Évora. Cota CV/1-17, fls. 294v. [Grafia original].

10 Ver no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264. Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660. [Grafia original].

11 Ver na Biblioteca da Ajuda (BAj), os Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60. fl. 1. [Grafia original]. Relatório do Mestre--de-Campo Miguel Pereira da Costa: *Extracto da forteficação desta Praça da Bahia estado em q se acha, remédio de q neçeçita* [sic]. Cota: 54-IX-8, n. 60 – Número de catálogo; 1814 (60), 1710.

Forte de Santo Antônio da Barra é compartilhada, até mesmo, por leigos, como Frei Vicente do Salvador, ao declarar que ele e o de S. Felipe (Monserrate) "[...] são mais para terror que para efeito." (SALVADOR, 1975, p. 311)

As melhorias do novo projeto não vieram resolver o problema da eficiência estratégica da fortaleza, porque não contribuíam para barrar as invasões da cidade pelo sul, nem tinham capacidade para sequer hostilizar os inimigos que entravam baía adentro. Do ponto de vista tático, embora o perímetro de fogo fosse aumentado, os ângulos reentrantes só ensejavam um flanqueamento muito precário para a defesa de suas cortinas (Figura 7).

***Figura 6*** *– Planta do Forte de Santo Antônio da Barra, levantamento do Capitão José Antônio Caldas. Fonte: Levantamento do Cap. José Antônio Caldas.*

***Figura 7*** *– Fotografia aérea atual do Forte de Santo Antônio da Barra (Foto de Nilton Sousa) Fonte: Nilton Sousa.*

*6*

*7*

Não podemos, porém, desconhecer, na nossa fortificação, a função de *vigia* da barra da Baía de Todos os Santos, para o que tinha posição privilegiada, como aconteceu desde os primeiros tempos da Ponta do Padrão[12], assinalando as embarcações que viessem do norte à procura de suas águas. São vários os documentos que falam dos sinais com fogos, que percorriam toda a costa, desde a Casa da Torre de Tatuapara (cerca de 80 km ao Norte de Salvador) à Ponta do Padrão (entrada da barra), avisando da aproximação de navios, assim como os disparos que eram feitos de fortaleza a fortaleza, indicando mais de quatro naves que entrassem pela barra da baía.[13] Esta função valeu ao nosso propugnáculo a alcunha de *Vigia da Barra*. O farol que instalaram, ainda no século XVII, para proteção dos navegantes contra os escolhos e baixios daquela zona do mar, demonstra que, mais do que a sua função

12 Marco do descobrimento da Baía de Todos os Santos plantado, segundo alguns historiadores, por André Gonçalves.

13 Confira: Biblioteca Nacional (1945, v. 68, p. 348).

bélica, sempre posta em dúvida, poderia ostentar aquela da segurança da navegação e da vigilância. Para isto, no fim do século XVII, foi instalada uma torre-farol de base quadrada, que, por muito tempo, sobreviveu (Figura 6).

A feição que temos, atualmente, (Figura 7) é, em grande parte, aquela que tinha nos finais do século XVII, exceção feita à ampliação da área coberta no terrapleno. A torre do farol, de forma cilíndrica, é do século XIX, pois Vilhena[14] ainda a representava quadrada, no fim do século anterior.

## *Reforço das defesas do Porto da Barra – Fortins de S. Maria e São Diogo*

Com a Cidade do Salvador ocupada e saqueada pelos holandeses, entre 1624 e 1625, cuida a Coroa ibérica de mandar, urgentemente, reforçar as fortificações da *Cabeça do Brasil*. Com efeito, aproveitando, inclusive, as defesas deixadas pelos holandeses, que bateram em retirada, os portugueses trataram de reforçar a proteção da sua capital de além-mar. Um dos locais escolhidos foi o Porto da Barra, onde os batavos tinham desembarcado com toda a facilidade. É a partir deste momento que nascem os fortins de Santa Maria (Figuras 8 e 9) e de S. Diogo, que passam, desde então, a ser referidos nas relações das nossas fortalezas.

*8*

*9*

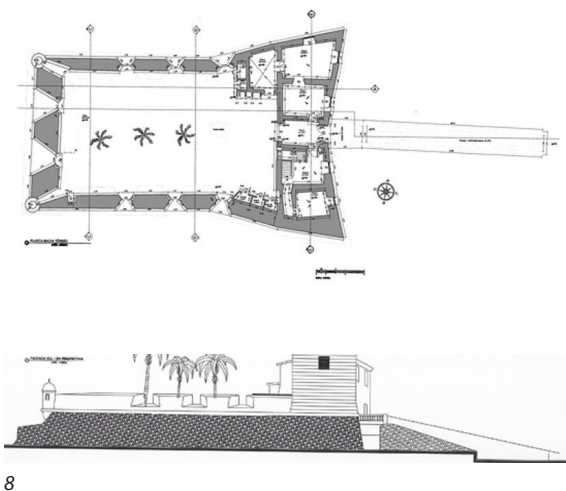



***Figura 8*** *– Planta e elevação do Forte de Santa Maria. Levantamento cadastral recente. Fonte: Projeto de restauro.*

***Figura 9*** *– Vista aérea do Forte de S. Maria. Foto: Nilton Sousa.*

14 As pessoas que não conhecem a vida de Luiz dos Santos Vilhena ficam a se perguntar como um erudito professor de grego arvorava-se a falar sobre fortificações, um argumento tão específico. Acontece que o nosso cronista por muitos anos foi militar no Alentejo antes de vir para o Brasil.

Há enorme confusão entre os historiadores, porque não se conhece qualquer documento de governador que assuma a paternidade de mandar executá-los, nem ordem régia autorizando. O que se sabe é por dedução ou declarado por cronistas que escreveram tempos depois. (OLIVEIRA, 2004, p. 195)

Se fomos, de certa forma, implacáveis na crítica à eficiência da Fortaleza da Ponta do Padrão, não seguiremos à risca a opinião de alguns dos inúmeros críticos desses pequenos propugnáculos. O primeiro pronunciamento incisivo sobre o assunto vem de Bernardo Ravasco, sobre o qual já fizemos referência, considerando-os "nam serem de utilidade algua' [...]".[15] Um pouco mais além, o importante relatório inédito, datado, aproximadamente, de 1671, que atribuímos ao engenheiro Antônio Correia Pinto, dá informações interessantes, inclusive sobre o responsável pela construção, lançando luz sobre polêmica entre os historiadores, através da seguinte afirmação:

> O Forte S. M.$^{a}$ e o de S. Diogo são de pedra e cal: **ambos fundou Diogo Luis de Olivr.$^{a}$** sendo G.$^{or}$ e capitam g.$^{l}$ deste estado nos extremos de huma praya que fica na boca da barra; donde os Olandezes, e D. Fradique de Tolledo lançarão a gente, que rendeu, e Restaurou esta praça, anbos estão desmantellados: Tambem quando as Naos Inemigas ymfestarão estes Mares servião de emparo aos nossos navios e embarcaçons da costa; ambos se devem comsertar e asestir em cada hu' hu' Alfrs [sic - alferes] ou sargento reformado dos q. ha mais antigos co' a mesma praça q. vensem, sugeitos ao Capitam do Forte S. Antonio q. ha muitos Annos costumão ter os dois a sua ordem.[16]

Da afirmação se pode depreender que o autor encontrava neles alguma serventia.

Por sua vez, o engenheiro militar Miguel Pereira da Costa, em 1710, não considerava grande coisa estes redutos, principalmente o Forte de S. Diogo, afirmando:

> P.$^{a}$ a p.$^{te}$ da cid.$^{e}$ a menos distanssia de tiro de Mosquete [do Forte de Santo Antônio da Barra] está o forte de S. Maria quasi quadrado,mas rigurosamente he hum eptagono, com tres angulos reint.$^{es}$ m.$^{to}$ obtuzos: este tem os mesmo incomodos q o de S$^{a}$. Ant.$^{o}$. A este se segue o forte de S. Diogo, a tiro de espingarda delle; he uma pequena bateria com tres pessas de artelhr.$^{a}$, edificada na rais do monte em cuja eminemcia, está a igreja de S. An.$^{to}$, donde se ve o quam condenado esteja (obra bem escuzada neste local) por ser de pouca serventia; e nestes tres se encerra a forteficação da barra, cuya defensa he impraticavel, pois se não se pode impedir a entrada aos navios por resp.$^{to}$ da sua m.$^{ta}$ largura.[17]

15 Ver no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264. Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660. [Grafia original].

16 Ver na Biblioteca da Diretoria dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE), o *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original].

17 Confira na Biblioteca da Ajuda (BAj), Os Documentos Avulsos [54-IX-8], n. 60. Doc. cit. fl. 1. [Grafia original].

Mais ou menos a mesma coisa aparece no relatório feito pelo brigadeiro Massé e seus colegas, em 1716:

> Segueçe lhe logo o de S. M.ª q he outro reducto menor, he eptagonico com os mesmos incovenientes; e logo estâ o de S. Diogo q he menor q os antecedentes, e feito na raiz do monte da Igreja de S. An.to, e nestes tres reductinhos**,** q são mais do q são, e estando tão proximos, se se unicem, não fazião huâ bateria capâz, se incerra a fortefição desta Barra, **cuja defença he impraticavel, por senão poder impedir a entrada aos Navios, a respeito da Sua m.ta largura**.[18] [grifo nosso]

Como já declaramos, a nossa posição em relação a estes dois *redutinhos* não pode ser tão radical, no que se refere às suas *serventias*, se considerarmos as escalas e a verdadeira função a que se propunham. Claro está que não somavam absolutamente nada à defesa da barra da Baía de Todos os Santos, indefensável pela própria geografia, mas dificultavam o desembarque em um porto muito cômodo, antiga *Camboa* ou *Gamboa da Vila Velha* (Porto da Barra) (Figura 2). Observemos que Nassau, quando intentou, em 1638, a invasão da nossa cidade, preferiu enfrentar o Forte de S. Bartolomeu da Passagem, ao norte, do que tentar algum desembarque no local protegido pelas pequenas fortificações. Estamos de acordo que eram dominados por *padrastos* vizinhos, mas poderiam funcionar bem como baterias baixas de fortificações maiores que ocupassem as eminências. Mesmo no período imperial, ainda foram objeto de preparativos quando a "Questão Christie" motivou que as nossas defesas fossem postas em alerta, como nos conta o famoso relatório do coronel Beaurepaire Rohan (1986). Disto conclui-se que os expertos da castrametação daquela época ainda julgavam que as nossas pequenas fortificações deveriam ter alguma serventia.

Conjectura-se, sem maior fundamento documental, que, antes de existir o Forte de Santa Maria, haveria, desde o início do século XVII, uma *estância* artilhada no local do S. Diogo. Não encontramos elementos comprobatórios de tal suposição e nem o relatório de Diogo de Campos Moreno, de 1609, nem o seu *Livro da Razão* dão qualquer informação. As maiores possibilidades é que ambos tenham sido construídos depois da primeira invasão holandesa, no governo de Diogo Luiz de Oliveira (1627-1635), já que foi referido em documento.[19]

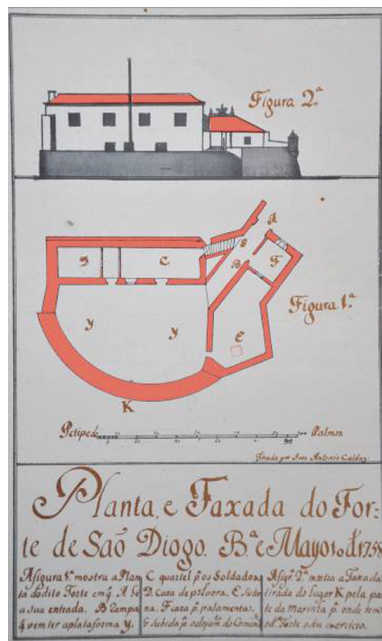
O fortinho de Santa Maria está apoiado sobre um pequeno promontório rochoso, limitando o lado esquerdo da enseada existente no local (Figuras 8 e 9). A maior capacidade de fogo, pela concepção escolhida de desenho, era para o flanqueamento e cobertura do ancoradouro, o que demonstrava que sua função tinha um endereço

18 Confira no Arquivo Histórico Ultramarino, Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 8, doc. 29 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, D. 840].

19 O relatório anônimo de 1771 faz referência textual: "ambos fundou Diogo Luis de Olivr.a' sendo G.or e capitam g.l deste estado [...]".

limitado e específico. Hoje em dia, tem canhoneiras no parapeito, mas, pelo que descreve e desenha Vilhena, devia ter parapeito *à barbeta*, cuja única finalidade era receber mais artilharia e aumentar a varredura de pontaria das peças, tudo isto em detrimento da segurança dos artilheiros.

*Figura 10 – Cadastro do Forte de S. Diogo feito em 1758.*
*Fonte: Cap. José Antônio Caldas.*

*Figura 11 – Fotografia do S. Diogo visto do Santa Maria.*
*Foto: Mário Mendonça.*

*10*

*11*

O fortim de S. Diogo (Figuras 10 e 11), também considerado como obra de D. Diogo Luiz de Oliveira, pelo relatório apócrifo de 1671, é uma fortificação irregular, construída ao pé da colina onde, uma vez, assentou-se o núcleo primitivo da Vila Velha (Figura 2) de Pereira Coutinho com sua *tranqueira* e torre. É de se pensar que, desaparecidas as defesas originais, esta eminência tenha sido dotada de alguma bateria ou defesa[20], porque, sendo uma cota mais elevada, poderia ser ocupada pelo inimigo, neutralizando os fortins que estavam mais abaixo. O seu fogo, combinado com as posições de S. Diogo e S. Maria, seria efetivo na defesa do Porto da Barra (Figura 2). O nosso minúsculo propugnáculo é de desenho irregular, procurando adequar a sua feição à morfologia do terreno, com uma parte da cortina arqueada. O parapeito era, e continua sendo, *à barbeta*, conservando muito do primitivo desenho. A maior modificação no organismo deste edifício deve ter sido feita no acesso principal ao edifício. Na segunda metade do século XIX, o fotógrafo Benjamin Mullock ainda conseguiu captar a sua feição original.

20 Talvez aquela que Aldenburgo faz referência.

Praticamente nada foi acrescentado às defesas da barra da Baía de Todos os Santos, a partir do século XVIII. Desde o projeto de fortificação do mestre de campo, engenheiro Pinheiro Lobo, em 1640, e, principalmente, depois do projeto do capitão engenheiro João Coutinho (1685), optou-se por uma defesa aproximada do perímetro da capital. A mesma lógica foi seguida na proposta de defesa, de 1715, executada pelos engenheiros militares brigadeiro Massé, mestre de campo Miguel Pereira da Costa e capitão Gaspar de Abreu.

Assim, o capítulo final da defesa da entrada da Baía de Todos os Santos foi escrito quando, no ocaso do século XVIII, Vilhena nos fala de uma bateria construída sobre uma elevação para dar apoio às fortalezas da barra. O texto não é muito claro quanto à localização, mas diz que esta posição se situava a *uns 600 ou 800 passos*. (VILHENA, 1969, p. 215)[21] Interpretamos que estes *passos* deveriam ser a partir da Fortaleza de Santo Antônio, já que a informação está contida no item *Vizinhanças de Santo Antônio* e, se assim for, o local mais provável seria a elevação onde atualmente se encontra o Hospital Espanhol (Figura 2). É o que a lógica defensiva nos aponta, pois ajudava a cobrir os desembarques entre os fortes de S. Maria e de Santo Antônio, disparando a sua artilharia de posição mais elevada. (OLIVEIRA, 2008)

Seguindo a costa em direitura ao porto da cidade, nenhuma fortificação pode ser assinalada nos primeiros tempos. É bem verdade que, grande parte deste percurso é muito escarpado, o que dificultava um desembarque que tivesse a finalidade de acessar a parte alta da falha de Salvador. Porém, na Gamboa, esta operação já não era tão difícil e esta brecha só foi coberta no século XVIII, com a bateria de São Paulo, tributária do sistema defensivo do Forte de São Pedro.

## *Bateria de São Paulo da Gamboa*

Há quem diga que a Bateria da Gamboa, obra avançada do S. Pedro, poderia ter sido iniciada na primeira metade do século XVII. Em nenhuma lista ou levantamento de fortificações, elaborados até o século XVIII, aparece qualquer referência a ela. O local da Gamboa ou "Camboa", na qualidade de porto e povoação de pescadores, este sim, é antigo, podendo ter antecedido a própria fundação de Salvador. Esta bateria foi concebida para reforçar o sistema do Forte de S. Pedro, originando-se do projeto de fortificações de 1715. A sua finalidade era suprir uma deficiência deste último, também muito bem caracterizada por Muniz Barreto: "Para a parte do mar hé pouco offensivo, não só por ficar longe do Canal, mas por estar algum tanto a Cavalleiro do nível d'agoa."[22] A bateria da Gamboa estava justamente na orla marítima, disparando

21 O valor do passo adotado, que entendemos ser o passo comum, equivale a três palmos de 22 cm, ou seja, 66 cm.

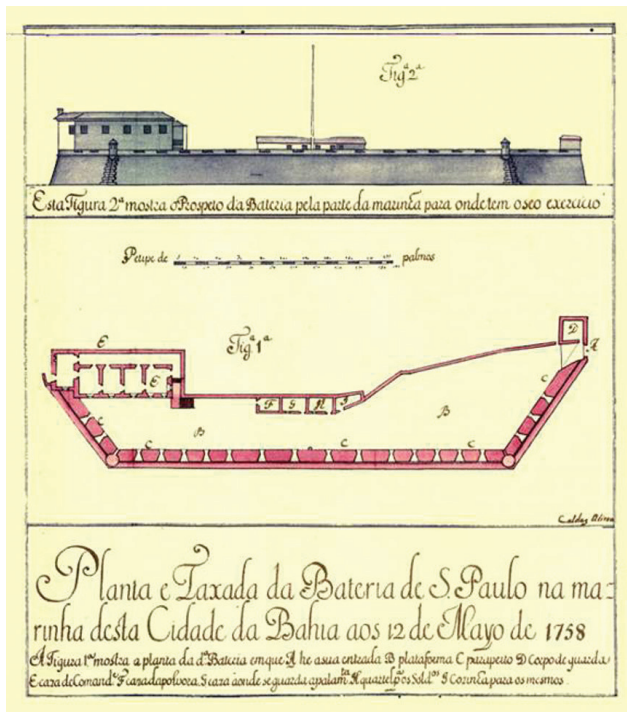
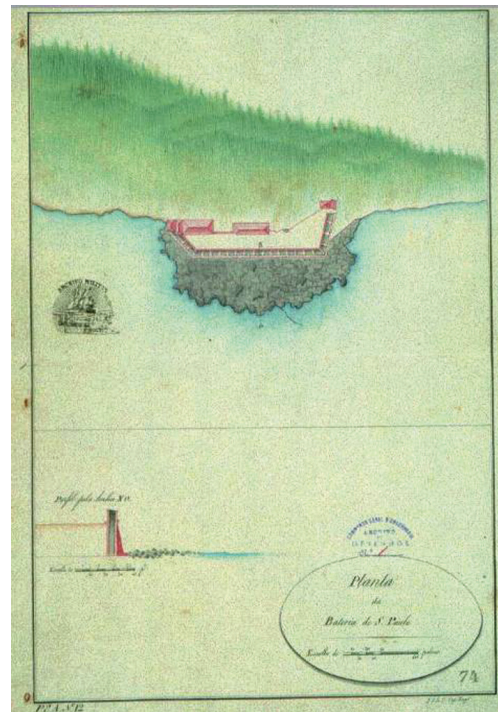
22 Extraído da Biblioteca Municipal do Porto (BMP), Ms. 686, Brasil.

quase na linha d'água. Era uma defesa de enorme eficiência e que vinha completar adequadamente, uma limitação do Forte de S. Pedro (Figuras 12 e 13).

Só podemos atestar a autoria de projeto e execução da Bateria de São Paulo, a partir da certidão do mestre de campo Miguel Pereira da Costa, passada em favor do capitão João Teixeira de Araújo, seu discípulo, na qual afirma que:

> [...] querendo dar principio a Bataria de Sam Paulo na marinha por baxo do Forte de Sam Pedro encarreguei a sua construção ao Cap.^am^ Eng.^o^ João Teixr.^a^ de Araujo, o q.^al^ deu a execução a minha instrução que lhe dei para aquella obra, fazendo executar nella tudo o que lhe foi encarregado athe a por na sua ultima perfeição.[23]

***Figura 12*** *– Planta e elevação do Forte de S. Paulo da Gamboa. Fonte: Levantamento do Cap. José Antônio Caldas.*

***Figura 13*** *– Planta e perfil da muralha da Bateria da Gamboa. Fonte: Desenho de JSLT. GEAEM 4558/6.*

*12*

*13*

Vilhena informava, no fim do século XVIII, que este propugnáculo era, *na opinião de muitos, uma das melhores fortificações da Bahia*, montando, na sua época, dezenove peças de artilharia, poder de fogo não desprezível. As limitações que apontava provêm do fato de não podermos considerá-la isoladamente, pois nasceu para trabalhar no sistema da Fortaleza do S. Pedro, cobrindo o ponto fraco da cota elevada em relação ao mar e sendo por ela protegida. Parece-nos que o cap. eng^ro^. João Teixeira de Araújo fez um bom trabalho nas muralhas do terrapleno, pois resistem bravamente até hoje aos ataques do mar.

23 Extraído dos Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 28, doc. 82 [AHU_ACL_CU_005, Cx. 33, D. 3039], do Arquivo Histórico Ultramarino.

Por ser uma defesa de préstimo, recebeu conservação até o período imperial, pois o coronel Rohan informa, no relatório de 1863, que *Este forte foi todo reparado a pouco tempo e acha-se por isto em bom estado*. Naquele tempo, tinha um parapeito à barbeta, mas a concepção inicial, que encontramos no cadastro de Caldas, era com canhoneiras e merlões, que irá até o fim do século XVIII (Figuras 12 e 13).

A grande curiosidade da Bateria de S. Paulo da Gamboa, era uma enorme peça de artilharia, carinhosamente apelidada de *Vovó*, assim descrita por Silva Campos:

> Por aviso do Ministério da Guerra, de 28 de outubro de 1873, foi mandado para esta Província um canhão Armstrong calibre 250, pesando 13 toneladas, a maior peça de artilheria e primeira daquele fabricante que já viera ao Brasil, sendo montada no ano de 1875. (CAMPOS, 1940, p. 109)

Esta peça encontra-se hoje defronte do Quartel General do Exército, na Mouraria, e se espera que, quando o Governo do Estado executar, como projetado, o restauro da velha bateria, volte a peça *Vovó* para o seu local primitivo, continuando o seu sono tranquilo sobre os seus rodízios e trilhos. Ela era uma referência pitoresca e histórica na Cidade do Salvador. Com a montagem, no século XIX, desta avantajada artilharia de costa, de alma raiada, porém ainda de antecarga, que o avanço tecnológico do século XIX tinha propiciado, conseguiu-se, finalmente, um artefato bélico que cobria o mar da Baía de Todos os Santos até a ilha de Itaparica.

## *As defesas do porto de Salvador*

Os muros de taipa que cercavam a primitiva *Cabeça do Brasil* não eram suficientes para a defesa da cidade, particularmente pela altura da cota em que ela se encontrava. Era ela uma cidade *de acrópole*. Esta situação se, de certo modo, dificultava o acesso ao inimigo, para tomar a cidade a partir do porto, obrigando-o a subir íngremes ladeiras para efetivar o assalto, não poderia impedir os desembarques, porque a artilharia de então, trabalhando naquela altura, tinha um *campo escuro* acentuado, não podendo atirar para baixo. Naqueles tempos, e até mesmo nos períodos de litígios mais recentes, defender o porto de uma cidade era condição *sine qua non* para a sua sobrevivência. De um lado, ele era a garantia do abastecimento e do outro era a proteção para os navios que, quando ancorados, estavam à mercê do inimigo, sem possibilidade de manobrar e se defenderem. Por isto, tratou Luís Dias de criar algumas plataformas, ou estâncias, ou mesmo redutos na zona da Ribeira, referidos por ele mesmo em missiva, que deveriam proteger o porto, os navios ancorados e dificultar o desembarque no local.

Todavia, o tema da localização desses primeiros propugnáculos de Salvador, mesmo tendo sido garimpado por figuras ilustres da nossa historiografia, oferece, ainda, muitas controvérsias quanto à localização de tais defesas. Em geral, parte-se do pressuposto de que eram seis as defesas, apoiando o muro de taipa de pilão que cercava a nova cidade no tempo da sua fundação. Isto está baseado, em parte, nas referências, que julgamos bastante fidedignas, de Gabriel Soares, que não declina o nome de todas as posições artilhadas.

As duas fortificações do mar que Luís Dias cita, textualmente, em uma das suas cartas, são localizadas na parte da praia para a defesa do porto e foram, segundo ele mesmo:

> [...] e fez pero de guois hu´a estamçia de madeira diguo fez pero de guois por que lhe deixe o governador que puzese o seu trabalho e o da sua gemte e que se chamaria o baluarte do guois e hele e eu fomos cortar a madeira de maõgue muito poderoza e que não apodrece debaixo da aguoa e sobre heses peneedos como vera na amostra e no outro cabo da ribeira fizemos outra estância que se chama saõta cruz as quais tem muita artelharia groça. (GARCIA, 1939, p. 25)

Estas posições defensivas tinham como artilharia: o baluarte do Gois, armado com 2 *esperas*, 2 *camelos*, 2 *falcões e* 12 *berços*, e a outra, que recebeu a invocação de Santa Cruz, que deveria ser menor pelo armamento que possuía, isto é, 1 *espera*, 2 *falcões* e 6 *berços*. Descreve o mesmo Dias que a primeira delas foi construída com terra e *paus de mangue que se criam n'água e são como ferro*, que ele julgava poder durar uns vinte anos, deixando ao arbítrio real a decisão de construí-las em pedra e cal. (GARCIA, 1939, p. 24) A documentação sobre o assunto, porém, esclarece que o sistema construtivo destas antigas estâncias não deveria ser, exclusivamente, de madeira de mangue e terra, porque provisão de 16 de dezembro de 1551 manda que se pague ao pedreiro Belchior Gonçalves a quantia de

> [...]16$665 rs. que lhe ficaram a dever da empreitada, que tomou, por que se obrigou fazer tres paredes na Ribeira de Goes, e na Estancia Santa Cruz; uma de pedra insossa, e duas de pedra e barro. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929, p. 66)

O baluarte da Ribeira do Góes, segundo Teodoro Sampaio, Alberto Silva, Edison Carneiro e outros, era no porto, próximo à antiga ermida da Conceição, perto da qual foi construída a atual basílica. Vamos mais um pouco adiante. Se atentarmos para a carta de Luís Dias, ele fala que a construção estava *sobre heses peneedos como vera na amostra*, o que dá a entender que era a famosa "laje", o primeiro forte do mar, que nada tinha a ver com o São Marcelo, como já demonstramos em outro estudo. (OLIVEIRA, 2001)

Quanto ao Baluarte da Santa Cruz, Edison Carneiro (1978, p. 68) aponta para o norte a localização deste propugnáculo: "Mais para o norte, na Ribeira, estava o baluarte de Santa Cruz, de proporções menores. Era de taipa, obra do taipeiro Pedro André [...]", o que nos parece verossímil.

## *O que nos informa a gravura de Gerritsz*

A reprodução da gravura de Gerritsz é muito elucidativa, pela fidelidade pouco comum em relação aos elementos de defesa do porto da Cidade do Salvador, logo após a invasão de 1624 (Figura 14). Este desenho, que deve ter tido motivações militares, mostra posições de artilharia, indicando-as através do fumo dos canhões e, muitas vezes, escrevendo-se a palavra **forte** ou **bateria** (em holandês, evidentemente), muitas das quais correspondem à descrição de Diogo Moreno. O desenho do Forte da Laje, conhecido, na época, como Forte Novo (*Nieuwe Fort*), é a verdadeira

***Figura 14*** *– Gravura de Gerritsz representando a incursão do comandante Peter Petrid na Baía de Todos os Santos.*
*Fonte: Vereeniging Nederlandsh Sheepvaart Museum, de Amsterdã.*

configuração. Aparecem a estância sobre a ermida da Conceição, a posição da estância de S. Diogo, abaixo da Misericórdia[24], a torre de pedra e cal do S. Alberto, a plataforma *ben alta* ao pé do Colégio de Jesus, que deveria estar na olaria dos padres da Companhia (*potte backery*), de onde se via *até a agoa dos meninos*. Quanto à estância *da banda do vasadoiro velho*, poderia ser aquela indicada no Guindaste dos Padres (*Papenhooft*). Das posições representadas, somente umas três delas não encontramos nas referências de Diogo Moreno: a Bateria da Conceição, que é conhecida dos estudiosos; a Bateria do Palácio, também muito conhecida pela sua inutilidade[25] e uma plataforma no Carmo, que pode ser aquela do tempo de D. Fradique, na sua cruzada de restauração da Bahia. Realmente, é uma iconografia interessantíssima para o estudioso das fortificações de Salvador.

Quanto à Bateria da Conceição, caberia uma observação. Na gravura holandesa que comentamos existe claramente uma posição artilhada, nas vizinhanças da Igreja da Conceição antiga. Parece-nos que deve ser a mesma que Bernardo Ravasco Vieira chama de Plataforma da Preguiça, pois não haveria sentido duas posições tão vizinhas:

> "Na plataforma q chamão da Preguissa", a qual fica quazy ao pe da eminençia da porta da Cidade de Sam Bento, há quatro peças de bronze, huma Colebrina de 20 L.as 2 de 14. e huma de 10. Della corre huma trincheira, sem fosso para o Norte té outra plataforma de pedra, e cal, em q' [ilegível] há artelharia. (VIEIRA, 1660)

## *Baluarte da Ribeira*

Tudo indica que a fortificação da Ribeira (Figura 15) nasceu das transformações sofridas no antigo Forte da Laje, com o aterramento da Cidade Baixa. Todos sabemos que o espaço disponível neste local, quando da fundação da cidade, era uma exígua faixa de terra, que pode ser observada na cartografia antiga, como nas iconografias dos exemplares do *Livro da Razão,* de Diogo Moreno. Neste limitado espaço era capaz de caber, naquela época, somente uma linha de armazéns cozidos à encosta e, logo depois, o muro do antigo cais e o mar. O primitivo Forte de Santo Alberto, cujo local é, atualmente, ocupado pela Igreja do Corpo Santo, como vimos, era uma construção apoiada em um afloramento rochoso que **avançava** pelo mar.

É por esta razão que subscrevemos o que dizia o estimado Luiz Monteiro da Costa, ao afirmar:

24 Na legenda do desenho, esta estância deveria estar situada nas vizinhanças de uma "tenda de ferreiro" (*smitshuys* = casa de ferreiro), que deveria localizar-se em pequena plataforma do terreno no meio da encosta. Existe indicação de um caminho que, possivelmente, ligava ao Forte de Santo Alberto, na Cidade Baixa.

25 A opinião não é somente do autor, mas de especialistas, entre os quais o mestre de campo, engenheiro Miguel Pereira da Costa: "Na praça da cid.e está outra bateria p.a o mar, mas a m.ta altura em q' fica, a fas q' sirva mais de ornato, q' de defenssa [...]".

> Êste forte inacabado "só igual com as ondas" [no tempo da invasão de 1624], mais tarde batizado "S. Felipe, São Thiago e Nossa Senhora da Conceição" e finalmente, da "Ribeira", já desaparecido [...]. (COSTA, 1958, p. 27)

Poderíamos acrescentar que ele foi também chamado de "Forte Real de S. Felipe e S. Tiago" ou, simplesmente, "Forte Real"[26] e, também, de "Bateria da Ribeira das Naus".

Já Silva Campos considera que as origens desta fortificação remontam à época da fundação da cidade, quando Luís Dias construiu a defesa primitiva, "[...] em cima de um rochedo que joga para a banda do mar", provavelmente, estruturada com "paus de mangue que se criam n'água e são como ferro". (CAMPOS, 1940, p. 240) Não é difícil concluir que este **rochedo** não era mais do que a **Laje Artilheira ou Forte da Laje**, que fez posteriormente Frias da Mesquita no mesmo local do forte de paus de mangue, construído por Luís Dias. Quanto à fundamentação deste discurso, é bom que se observe o que foi dito no nosso estudo sobre os fortes do mar. (Cf. OLIVEIRA, 2001, p. 481-498) O mesmo Silva Campos dizia ainda:

> Elevou-se aí, certamente, a Estância de Nossa Senhora da Conceição, onde, em agosto de 1604, o governador geral Diogo Botelho estabeleceu o quartel--general, dirigindo a defesa da cidade contra os piratas de Caarden e que é o mesmo forte que se se manda fazer na laje da praia (MORENO, 1955, p. 142)

Sobre o particular, caberia lembrar que Botelho, quando combateu Caarden, em determinados momentos da peleja, esteve metido em água até o pescoço, o que demonstra a situação da ilhota de pedra, que se podia passar **a vau** para a terra firme, quando a maré estava baixa. As nossas discordâncias só começam quando o mestre mistura o *Water Castell*, que se vê em Barleus, com o S. Marcelo, quando, na realidade, foi uma das fortificações da Bateria da Ribeira que, no início, era separada da terra. Basta observar bem as plantas do século XVIII para se saber que o desenho da antiga praia passava a pouca distância do adro da atual Igreja da Conceição.

Mas a Bateria da Ribeira, como conhecemos pelos inúmeros desenhos[27] que ficaram, e a cartografia do século XVIII a deixa ver em feição reduzida, foi, sempre, de *muita consequência* para a defesa do porto de Salvador, conforme afirmam todos

---

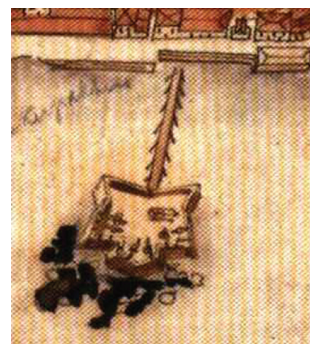
26 Por exemplo, como está escrito no parecer dos engenheiros Roiz Mouro, Correa Rebello, Matheus do Couto e Gomes Ferreira ao projeto de João Coutinho: "[...] alem do q em a dicta marinha estão feitas duas plataformas solidas ao mar a q. chamão o 'Forte Real', e o de São Fran.co e alem destes dentro em o mar, defronte do 'Forte Real', a pouco mais de tiro de mosquete, ha 'hum Forte de Figura Esferica', guarneçido com quatorze pecas, e tudo junto flanquea bastante m.te toda a marinha." Ver: Arquivo Histórico Ultramarino. Códice Ms 245, Bahia. Alvará de 21/05/1598, fl. 123.

27 Além dos desenhos que apresentamos neste texto, destacaríamos o cadastro de Caldas, que é escala avantajada, e o texto de Vilhena, entre outros que existem.

os engenheiros militares e especialistas da matéria. No início, era uma obra para fazer, principalmente, o flanqueamento defensivo do porto e o abrigo de naves que fundeavam nas suas laterais. Era de pedra e estava inacabada, quando os holandeses se assenhorearam da cidade e por eles foi terminada, como esclarece Aldenburg (1961, p. 201): "[...] acabando-se o forte de pedra do mar, junto à ribeira, no qual foram colocados nove meios-quartaus e falcões [...]"(Figuras 15 e 16).

*Figura 15* – Particular da gravura de Gerritsz (1627) onde se destaca o Nieuwe Fort (Forte Novo).
*Fonte: Particular da figura 14.*

*Figura 16* – Particular do desenho do museu de Haia (1638).
*Fonte: Vereeniging Nederlandsh Sheepvaart Museum, de Amsterdã.*
*Fonte: Particular da planta de Salvador, elaborada em 1638, do Algemeen Museum (Holanda).*

*15*

*16*

O crescimento da cidade e a conquista desordenada do mar, como já fizemos ver, literalmente asfixiaram a antiga fortificação *da laje*, tirando-lhe toda a sua condição de tiro de flanco. Isto foi motivo de que a lateral do edifício fosse simplificada, ficando somente o pequeno baluarte frontal. A preocupação do tiro frontal, que observamos na evolução do desenho, cria uma bateria, ao longo do cais, representada no desenho de Caldas, produzido nos meados do século XVIII (Figura 17), com um aumento de canhoneiras no parapeito, observado no desenho do texto de Vilhena, no fim do mesmo século.

No início do século XIX, o então capitão João da Silva Leal Teixeira representou a Bateria da Ribeira de maneira primorosa, como eram os seus desenhos, sem a velha fortificação que deu origem à defesa daquele local, o que deve ser indicação de que foi ela arrasada para ceder espaço à movimentação das peças de artilharia no novo direcionamento dos planos de fogo, exclusivamente frontais, da dita bateria (Figura 18). (OLIVEIRA, 2004, p. 243)

Uma das pistas seguras de que esta bateria era conhecida nas suas origens, como Forte do Mar, encontra-se em outra passagem do relatório de Bernardo Ravasco Vieira, datado de 1660: "[…] *A esta* [bateria da Preguiça] *se segue* 'o forte R.[l] do mar Sam Phelippe desunido das mais fortefícação; o qual hé de cantaria' […]". (VIEIRA, 1660)

17

18

*Figura 17* – *Bateria da Ribeira desenhada por José Antônio Caldas, em 1759. Observa-se ainda o núcleo antigo do Forte da Laje, depois Forte de S. Felipe e Santiago. Fonte: Cap. José Antônio Caldas.*

*Figura 18* – *Bateria da Ribeira. Fonte: J. S. Leal Teixeira GEAEM 4558/7.*

## *Forte de Santo Alberto*

Quando o governador geral mandou lavrar a portaria de 1673, para o Provedor *ir ver o Forte de Santo Alberto*, estava decretando a pena de morte do velho propugnáculo, abandonado como um idoso leão desdentado e sem garras, que não mais rugia, perdendo a sua serventia. Valeria ver o texto da portaria, porque descreve o estado em que se encontrava:

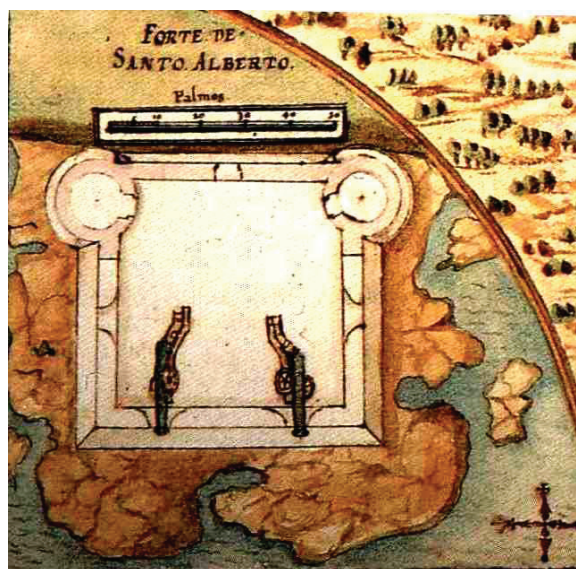
> Porquanto sou informado que na praia desta cidade, está um sitio que antigamente foi forte (a que chamam de Santo Alberto) e hoje está arruinado sem ter artilharia, e não servir de utilidade alguma para a defensa desta praça, e ha pessoas que querem comprar o dito sitio: O Provedor-mor da Fazenda Real deste Estado com o Procurador e com o Tenente General da artilharia vão ver o dito sitio, e do que acharem me darão conta para se tomar a resolução que mais convier ao serviço de Sua Alteza. Bahia e Março 13 de 1673. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928, p. 152)

Como consequência do parecer desfavorável da comissão visitadora, reuniu-se a Mesa da Fazenda, que decidiu vender o *Revelim* de Santo Alberto, em hasta pública, como de norma, sabendo-se, de antemão, que por ele já tinham oferecido 560$000 rs. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1944, p. 171)

Não temos, no momento, a documentação do que aconteceu depois, mas o certo é que o nome da velha torre reduto desapareceu da relação das fortalezas, a partir de então, restando somente a palavra dos cronistas e a documentação antiga que a ela se refere.

Pelo que podemos depreender da antiga representação, não era uma construção avantajada, mas uma torre de base, aproximadamente quadrada, com cerca de 50 a 60 palmos [11,00 m a 13,20 m] no coroamento, o mínimo *minimorum* para acomodar duas plataformas de artilharia trabalhando em direções opostas.

Temos uma boa ideia da sua planta através de imagem existente em cartografia atribuída a Albernaz (o velho) (Figura 19). Ela corresponde aos tipos clássicos de torres que eram feitas nos primeiros tempos das nossas fortificações. A iconografia de Gerritsz (Figura 14) mostra, pelo seu lado, uma construção com mais de um andar, onde aparecem torres pequenas, cilíndricas, que encontramos no desenho. Não podemos afiançar, porém, que a feição da construção, demolida na segunda metade do século XVII, tenha sido esta. Observa-se que era um *reduto* com pouco poder de fogo, em virtude de só apresentar duas *troneiras* disparando em direção ao mar e duas fazendo o flanqueamento.

***Figura 19*** *– Fragmento da cartografia atribuída a Albernaz (o velho).*
*Fonte: Detalhe da Figura 3.*

Não somente a reprodução em questão como grande parte da iconografia da época mostram que era um forte à beira d'água, apoiado sobre um afloramento rochoso que adentrava pelo mar. Havendo desaparecido, o nome de sua invocação passa para a Torre de Santiago de Água de Meninos, provavelmente, quando foi feita a sua reforma e ampliação no século XVIII, sob a orientação do mestre de campo Miguel Pereira da Costa.

Temos que acreditar que o fortim de Santo Alberto foi obra da administração de D. Francisco de Sousa, porque é uma declaração expressa de Diogo Moreno, no seu relatório de 1609, e ele não era um observador que documentou a história, distanciado dezenas de anos após os fatos acontecidos, era contemporâneo. (OLIVEIRA, 2004, p. 182)

Bernardo Ravasco, na segunda metade do século XVII, nos informa da sua obsolescência e inutilidade:

> "O forte de Santo Alberto" [do Corpo Santo] q se lhe segue, hé inutil tem huma peça de bronze de 10 L.$^{as}$: delle corre hu' muro té quazy hu'a plataforma, de que he Cap.$^{m}$ Visente Alz.$^{o}$, cujo pay a fes a sua custa; e em satisfacam daquelle serviço se lhe deu sem soldo algum: tem 4 peças de bronze, huma meya colebrina, de 18 L.$^{as}$ hu' meyo Canhão de 16. huma de 10 e outra de 8. (VIEIRA, 1660)

## *O Forte do Mar ou de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo*

Alguns cronistas antigos confundiram o Forte da Laje com o de S. Marcelo, arrastando consigo muitos historiadores modernos. É necessário pois, uma leitura crítica destes textos.

O argumento **Forte do Mar**, particularmente, já foi objeto de uma série de estudos. Destacamos a tese de Luiz Monteiro da Costa (1954), que mergulhou no assunto com profundidade, na busca da sua verdadeira *certidão de nascimento*. Concordamos com a maioria das colocações deste último. Faltando, no seu trabalho, exclusivamente, uma observação mais detalhada dos aspectos da documentação iconográfica e alguns papéis definitivos que nos permitam lançar luz sobre o assunto e simplificar uma polêmica que sobre o argumento se estabeleceu.

Trocando em miúdos, o que os documentos nos mostram, e foi comprovado por Monteiro da Costa, é que **foram dois os Fortes do Mar**, com o que concordamos, procurando destacar outros argumentos. O primeiro destes fortes, do início do século XVII, um reduto quadrilátero, mais vizinho à Ribeira de então, foi construído sobre um **afloramento rochoso**, a famosa *lagem*, onde Luís Dias fez o seu baluarte de "paus de mangue" e se metamorfoseou, como já demonstramos, no Baluarte da Ribeira ou de S. Felipe e São Tiago. O outro foi construído sobre uma **coroa de areia**, correspondendo ao nosso S. Marcelo, concebido, desde que nasceu, com partido circular[28] (Figuras 20 e 21).

Além das argumentações desfiadas por Luiz Monteiro, baseadas em documentos, nos quais estava claro que o forte da laje era próximo à praia, seria bom destacar que Aldenburgo, na descrição da refrega entre holandeses e portugueses havida no local, em 1624, relatou que quando aqueles tomaram o então *forte do mar*, ainda inacabado e protegido por *cestões*, encravaram os canhões da bateria e bateram em retirada, "[...] em virtude da fuzilaria de terra." (ALDENBURGK**,** 1961,

28 Confira Oliveira (2001).

p. 172)[29] Ora, o alcance útil máximo de um mosquete da época, segundo experto da maior credibilidade, o Marechal Vauban (1991, p. 192) (Regra XV), era de 120 a 125 toesas [237,6 m a 247,5 m], discordando de Goldman, famoso tratadista holandês, que aceitava um alcance de 150 toesas [297 m]. O nosso Forte de S. Marcelo dista, em linha de tiro, uns **600m** da parte baixa do Elevador Lacerda, de acordo com o levantamento aerofotogramétrico atual da cidade, o que o colocaria fora da hipótese de ser o sucessor do antigo *forte da lagem*.

As iconografias, por outro lado, são muito claras e a mais antiga, que mostra o primeiro **forte do mar** na sua versão de reduto quadrado, no *Livro que dá Razão ao Estado do Brazil*, exibe um molhe ligando o forte à terra, cuja dimensão, mesmo considerando qualquer falta de escala do artista, não poderia ser uma ligação do nosso atual S. Marcelo à terra.[30] Nietzscher, citado também por Monteiro, ao relatar a epopeia da invasão, diz, no que se refere ao assalto do forte do mar: "O próprio Piet Heyn, seguido do corneteiro de seu navio, foi o primeiro a subir na fortificação inimiga obrigando toda a guarnição a escapar, 'fosse a vau', fosse a nado". (COSTA, 1954, p. 59) Convenhamos que um bom nadador cobriria os quinhentos e tantos metros de intervalo do atual S. Marcelo até a praia da época, mas **passar a vau** seria totalmente improvável, por mais modificada que tivesse sido a batimetria do nosso porto. Dentro desta ótica de observação relativa à pouca profundidade entre o forte e a terra, a legenda de Aldenburgo para a estampa, traduzida por Silva Nigra, ilustrando o texto sobre a tomada de Salvador, reza: "Uma bateria construída de pedra dura, distante da terra, 'que na maré alta se pode passar por detraz' com um barco [...]". (ALDENBURG , 1938, v. 26, p. 109) A afirmativa é óbvia e não merece mais comentários.

Para encerrar a argumentação, encontramos, também, uma documentação assinada por Francisco Barreto, antigo governador geral (1657-1663), que é um parecer, datado de 1668, sobre a situação defensiva da Bahia e seu Recôncavo, feito a pedido do Conselho Ultramarino. Em determinada passagem, ele dizia com todas as letras:

> O "Forte São Marcelo fiz eu no meio da Bahia", p.ª que com o forte Real [Forte S. Felipe e Santiago, antigamente, da laje], e o forte São Fran.co se pudesse deffender o encoradouro dos navios, e se gastarão nelle perto de secenta mil cruzados: e suposto q' o deixei com dez pessas de Artelharia, e o pavim.to meio ladrilhado p.ª poderem jugar [a artilharia] necessita sua deffença de mais obra, como diz o governador: puderia estar hoje acabado sem m.to custo porq bastava que lhe continuassem o intulho com as barcas que tinha para isso, p.ª que os navios inimigos lhe não pudessem por a proa em sima; mas isto se pode

29 Confira Aldenburg (1961, p. 172): "[...] como da cidade fazim nutrido fogo de mosquetaria e arcabuzaria teve de retirar-se para o navio [...]".

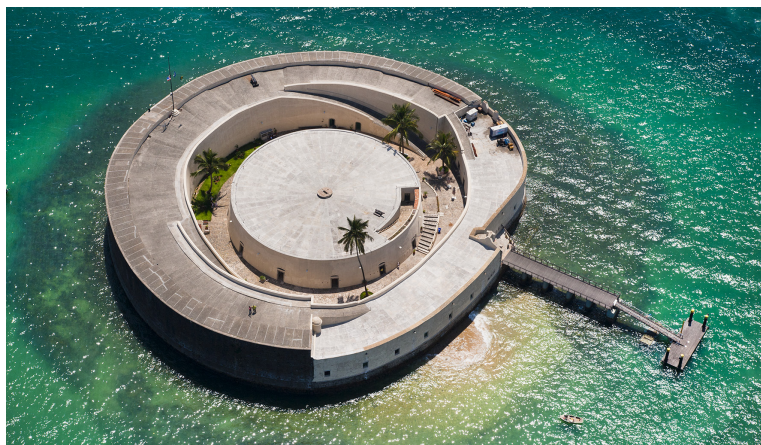
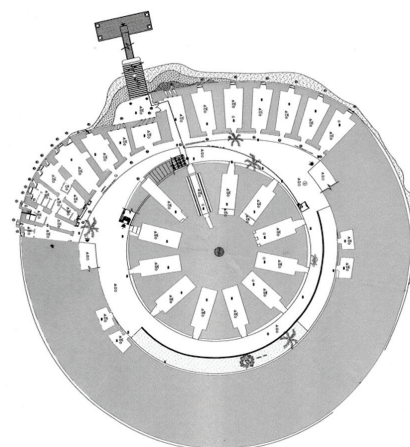
30 Uma boa representação desta planta, guardada na Biblioteca do Porto, está em Araújo (1989. p. 255).

mandar remediar com alguas barcas velhas q se podem meter a pique cheas de pedras ao redor do forte; que bastara emq.to a fazenda Real não tiver cabedal cos governadores coriozidade p.a lhe fazer segunda praça alta sobre abobada com que ficara o forte inexpunavel, e o porto siguro de lhe tirar o inimigo os navios como ia socedeu.[31]

20

21

*Figura 20* – *Forte de N. S. do Pópulo e S. Marcelo, conhecido também como Forte do Mar. Foto: Nilton Sousa.*

*Figura 21* – *Cadastro atual do Forte de S. Marcelo. Fonte: Cadastro do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).*

Mais recentemente, quando empreendeu o IPHAN obras na Fortaleza de N. Senhora do Pópulo e S. Marcelo, visando a sua restauração e consolidação, foram ordenadas cinco sondagens internas, com a finalidade de se conhecer o substrato de apoio das fundações do ilustre e injuriado propugnáculo. Os laudos da empresa Concreta, obtidos por **sondagem rotativa**, em furos que foram de 10 a 15m de profundidade, demonstram, quando se examinam os **perfis de sondagem**, que o edifício está sobre um **enrocamento** artificial generalizado, com rochas de proveniências diversas, algumas calcárias, e, depois deste estrato, há uma **queda de resistência**, porque não existe, a partir daí, *lagem* nenhuma. Trata-se de uma coroa de areia, como já foi descrito antes e, sendo assim, nunca poderia ter sido o **forte da laje**, como quiseram alguns.

Há, porém, motivos para respeitados historiadores pensarem que o nosso Forte de S. Marcelo foi uma metamorfose do antigo **reduto da laje**? Pensamos que sim. Além de informações um pouco nebulosas de certos cronistas, o próprio Mirales diz que o Forte de Diogo Botelho foi a origem do atual Forte do Mar: "O d.o G.or Diogo Botelho deu princípio ao Forte de N. S.a do Populi, e S. Marçal, chamado hoje de Forte do Mar [...]". (MIRALES, 1900, p. 130) Vilhena (1969, p. 382), depois, também o repete: "Deu princípio [Diogo Botelho] ao forte N. S. do Pópulo, e S. Marcelo, chamado Hoje Forte do Mar [...]."

31 Confira no Arquivo Histórico Ultramarino o Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.263. Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660. [Grafia original].

Não é a finalidade de nosso texto reacender velhas polêmicas nem assumirmos a veleidade de estar dando a última palavra sobre o assunto, mas definir as nossas crenças sobre a existência dos dois fortes do mar.

O primeiro forte que foi chamado **do Mar**, construído sobre um afloramento rochoso conhecido pelos antigos como *lagem*, exibia a forma de um quadrilátero não abaluartado, que, na linguagem técnica dos tratadistas, era designado como **reduto**. Este tipo de obra defensiva estava enquadrado, geralmente, na categoria de **fortificação passageira**. E quando teria sido edificado este tal **reduto**? No relatório do sargento-mor Diogo de Campos Moreno[32], feito em 1609, não há referência a qualquer forte do mar. De fortificações na parte baixa da cidade, faz somente referência ao reduto de S. Alberto, que estava nas proximidades da Igreja do Corpo Santo, ao fortinho de Água de Meninos, certamente o atual S. Alberto ou Lagartixa, e ao de Monserrate.

O relatório de Diogo Moreno, como já afirmamos, serviu de base para o famoso *Livro da Razão*, produzido em 1612. O manuscrito, entretanto, já mostra um mapa da Cidade do Salvador com a fortificação *da laje* ligada à praia através de um molhe. No exemplar do valioso incunábulo, que se encontra na Biblioteca do Porto, um particular interessante: o *forte da lajem* foi adicionado em um papel colado em sobreposição ao desenho original, como se fosse uma atualização. A iconografia demonstra também que, além do caráter *passageiro* da fortificação, em virtude do partido em quadrilátero, que, no caso da Colônia, poderia ser *permanente*, a sua capacidade ofensiva era nenhuma na direção frontal, pois as *troneiras* foram representadas nas laterais e o molhe tinha continuidade na direção oeste, lado não artilhado. Isto nos autoriza a pensar que o *forte da laje* foi executado entre 1609 e 1612, vale dizer, no governo de Diogo de Menezes. A exatidão deste acontecimento não vai contribuir muito para o que estamos argumentando, e qualquer hipótese de precisá-lo seria sem fundamentação documental, o que não está de acordo com o nosso credo.

Em vista de continuar precária a defesa da *Cabeça do Brasil,* tanto de terra como de mar e por admoestação, certamente, do capitão Francisco Frias da Mesquita, engenheiro-mor, que andava por nossa terra nesta época[33], resolveu-se melhorar a proteção do porto, na gestão de Mendonça Furtado (1621-1624), mas, como sempre, muito tarde. A autorização veio através da Carta Régia de 3 de agosto de 1622, que, em determinada passagem, diz o seguinte: “[...] e fazendo de novo sobre a lagem, que está defronte da cidade, o forte novo e mole [molhe] para abrigo dos navios, e que a cidade se fortifique por entre ambas as bandas do mar e terra”, tudo na forma

---

32 Ver: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Ministério do Reino – Maço 599, doc. 68. Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos. *Relação das praças, fortes povoaçons, e cousas de importancia q Sua Magestade* [...] *feitta pello Sargento Mor desta costa Dioguo* (sic) *de Campos Moreno*. Relatório datado de 1609.

33 Frias da Mesquita só vai deixar o Brasil para se engajar nas guerras da Restauração, possivelmente em 1635, quando o seu nome desaparece das folhas de pagamento locais.

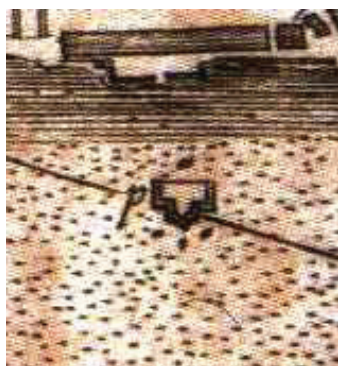
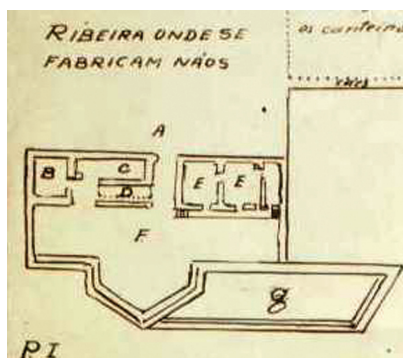
que na traça e relação do engenheiro mor se aponta, e se escuzem os mais fortes da Bahia que não são de effeito [...]".[34] Novamente pela mão de Frias da Mesquita, o reduto da laje recebe novo projeto para sair da condição de *fortificação passageira* e adquirir a condição de *permanente*, mesmo sem grandes pretensões defensivas. Baseados na iconografia portuguesa feita desde a retomada de Salvador aos batavos, como a conhecidíssima Planta da Restituição da Bahia, de 1626, vamos encontrar um novo forte em quadrilátero, mas com um baluarte imperfeito na face frontal (duas faces sem flancos), o que lhe dava uma conformação similar, nesta direção, ao Forte dos Reis Magos, que se atribui também a Frias da Mesquita. Observando-se também a gravura que mostra a retomada de Salvador, elaborada por *Benedictus Mealius Lusitanus*, para ilustrar a *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, do padre Bartolomeu Guerreiro, a mesma configuração de baluarte à guisa de *contraguarda* é encontrada. A gravura holandesa de 1638, mostrando a Cidade do Salvador na época do fracassado ataque de Nassau (REIS, 2000, p. 31-34), aponta a mesma solução para o antigo propugnáculo do mar. Não havendo textos que descrevam a forma desta primitiva fortaleza, após a reconstrução reiniciada em 1622, temos que nos ater à sugestão da iconografia (figuras 22 e 23).

22

23

***Figura 22*** *– Desenho para o texto de Hondius sobre a Invasão de 1624.*
*Fonte: Gaspar Barleus*

***Figura 23*** *– Parte de desenho da Bateria da Ribeira.*
*Fonte: Biblioteca Nacional*

Quanto ao nosso atual Forte do Mar ou N. Senhora do Pópulo e S. Marcelo, nasceu com partido circular e, mesmo com algumas modificações acontecidas no decorrer de sua história, ainda exibe a mesma configuração (figuras 20 e 21). Este tipo de desenho para fortaleza não é muito comum, porém não chega a ser inusitado.[35] Para iniciar, valeria a pena cogitar da autoria do projeto do forte em epígrafe ou da influência no seu desenho. Luiz Monteiro[36] atribui as plantas do Forte de S. Marcelo a Pedro Garcim (ou Garim). Já Carlos Ott é menos enfático, no particular, prefere atribuir, com maior segurança, a este engenheiro somente a execução inicial da

34 Carta Régia de 3/08/1622 (apud COSTA, 1954, p. 36).

35 Um outro exemplo de fortificação circular no Brasil foi o Forte de Nossa Senhora das Mercês, em Belém, cuja construção teve início na segunda metade do século XVII, pelo eng$^{ro}$. José Velho de Azevedo.

36 Confira Costa (1954, p. 78): "A traça do propugnáculo – a primeira riscada – é do engenheiro francês Pedro Garim".

construção, o que consideramos mais judicioso. Na realidade, o fato de um engenheiro ter iniciado a obra não quer dizer, necessariamente, que ele foi o autor do seu projeto. Neste caso, é mais provável que *as traças* tenham vindo do Reino. Tal hipótese baseia-se no fato de que um forte circular, com torreão central mais elevado, constituindo uma **bateria alta**, já vinha sendo edificado desde o fim do século XVI, o Forte de São Lourenço da "Cabeça Seca", utilizando-se, à semelhança do nosso S. Marcelo, do apoio de uma coroa na barra do Tejo. Estes trabalhos, com a mesma técnica de *enrocamento* para reforçar a base, foram iniciados pelo padre engenheiro João Vicente Casale (Vincenzio Cazali)[37], que veio de Nápoles para a Espanha, em 1588, e depois para Lisboa com o seu sobrinho Alexandre Massaii, vulgo *Alexandre Italiano*, também engenheiro militar.

Quem se ocupa, em seguida, do Forte de S. Lourenço, hoje mais conhecido como do Bugio, é Leonardo Turriano, que deixa a construção na altura do embasamento. A informação é do seu filho, frei João Turriano, em 1646 (CHABY, 1640-1677, v.1-2), que, como o pai, foi também engenheiro-mor do Reino, por nomeação de D. João IV. O mais interessante é que a carta do engenheiro descreve particulares do projeto, anexando plantas e elevações feitas por ele para a obra militar em questão. O exame destes desenhos nos informa que, se o projeto do S. Marcelo foi executado por Garcim, o que não acreditamos, inspirou-se, fielmente, em protótipo já existente em Portugal, especialmente na sua versão inicial, com *torreão* e *praça alta*. Além do mais, gostaríamos de chamar a atenção para a data dos desenhos de João Turriano para o Bugio, 1646, pouco antes do Conde de Castelo Melhor receber, pela Carta Régia de 4 de outubro de 1650, a autorização para fazer o atual Forte do Mar. Destacamos, entretanto, que o nosso Forte do Mar não é um círculo perfeito, por problemas de construção, mas isto nada muda na sua filiação (Figuras 20 e 21).

A construção do Forte de N. S. do Pópulo e S. Marcelo esteve muito longe de ser uma obra executada com celeridade. Os trabalhos de *enrocamento,* para dar estabilidade às suas fundações, foram morosos. Os engenheiros do século XVIII ainda procuraram melhorar a sua condição defensiva e eliminar-lhe imperfeições. A leitura de algumas cartas régias, a partir de 1650, deixa bem claro que uma parte do material lítico usado no *enrocamento* veio do Recôncavo (rochas graníticas), outra parte das vizinhanças (arenitos calcíferos), possivelmente da zona da Preguiça ou de Itapagipe e, finalmente, de Portugal (calcário), como lastro de navios. Tudo isto está sugerido na documentação e na amostragem que foi feita na sondagem.

Temos sérias desconfianças de que a feição inicial do Forte de S. Marcelo era de uma simples torre, pois os seus construtores iniciaram, como era lógico, a sua fábrica pelo torreão central. O motivo delas é uma gravura que encontramos na Biblioteca Nacional de Lisboa e se acha igualmente reproduzida no *Ensaio de iconografia de*

37 Sobre os padres engenheiros, convém consultar Oliveira (1999).

*cidades portuguesas do ultramar*, que mostra, no porto de Salvador, uma torre cercada de enrocamento. Outro sinal era a escassa artilharia de **nove peças** de que dispunha nos anos setenta do século XVII, segundo o Relatório anônimo de 1671.[38]

Vinte anos tinham transcorrido da autorização para a construção do Forte do Mar e a sua obra ainda estava em andamento, quando Afonso Furtado de Mendonça (1671-1675) pediu um relatório técnico da situação das defesas de Salvador e Recôncavo. No que diz respeito a esta obra defensiva, reza o documento:

> A Fortaleza do Mar N. S.ra do Populo, he de canteria, "esta por acabar", e na forma da ordem de S.A. se comesa a tratar de sua obra, he de muita comsideração p.a a siguranca dos navios e não se poderem as Armadas Inemgas chegar fasilmente a dar bateria a Cidade [...].[39]

Chega o século XVIII e o nosso forte ainda necessita de ajustes. Naquele tempo, tinha ele ainda a forma com torreão central mais alto, com canhoneiras, apresentando um anel externo mais baixo, também com canhoneiras, com maior densidade de artilharia. Contra esta solução, que lhe daria muita semelhança com o Forte do Bugio, no Tejo, insurgia-se o mestre de campo Miguel Pereira da Costa em seu relatório.[40] O judicioso conselho de Miguel Pereira só será acatado muitos e muitos anos depois, já que, em 1758, quando o então capitão José Antônio Caldas (1951), ilustrou o texto do seu livro *Noticia* com cadastros de fortalezas, o Forte de S. Marcelo ainda tinha torreão e canhoneiras (Figura 24). Tais elementos ainda se observam no fim do século XVIII ou início do XIX, não somente no perfil da cidade do cap. José Francisco de Souza[41], de 1782, como também no de Vilhena, de 1801. O brigadeiro Galeão, coordenador do famoso relatório comentado das fortificações de Salvador, datado de 1810, levanta algumas críticas ao torreão elevado, troneiras e casamatas, o que nos induz a pensar que as transformações, por meio das quais desapareceu a praça alta e as troneiras foram substituídas por um parapeito *a barbeta*, devem ter acontecido a partir desta última data. Da equipe de Galeão, além do cel. Manoel Rodrigues Teixeira, do ten. cel. José Francisco de Souza, do cap. Joaquim Vieira da Silva, todos hábeis desenhistas, havia um 1º ten. eng. cujo nome era João Teixeira Leal. Ele deixou uma coleção de desenhos, de muito boa qualidade, das nossas fortalezas, com muitas reproduções e cópias, tanto em arquivos de Portugal como do Brasil. Aparentemente, o relatório em questão foi ilustrado por ele. Um destes desenhos, que ele assinou

38 Ver: Diretoria dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE) – Biblioteca. *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original].

39 Idem. Este documento sobre as fortificações encontra-se junto do documento anteriormente citado que fala da artilharia.

40 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60.

41 Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM) – 4562 (1A-10A-53).

na qualidade de capitão, o que vale dizer, após 1810, mostra o Forte de S. Marcelo, mais ou menos, como o conhecemos na atualidade[42] (Figura 25).

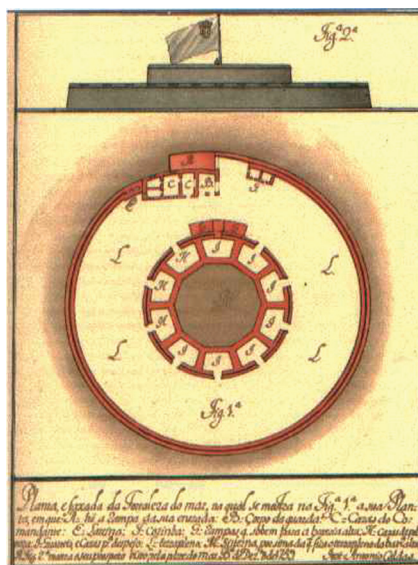
Um dos momentos de grande movimentação na procura de defender Salvador e outras cidades brasileiras tem início após a segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro. É enviado ao Brasil o brigadeiro João Massé, famoso engenheiro militar de origem inglesa[43] que para estas plagas veio no ano de 1713 para dar consultoria sobre as nossas fortificações. Ele nos informa que, nesta época, o nosso S. Marcelo ainda não estava acabado através das especificações que, para ele, elaborou[44], com a finalidade de instruir a abertura de concorrência para as suas obras. Estas especificações previam *enrocamento* de 20 palmos [4,4 m], além do diâmetro da planta apresentada, com alicerces sobressaindo até dois palmos [0,44m] sobre a baixa-mar e deixando uma sapata de 3 palmos [0,66m] subir com a muralha, com um *arrasto* de 1 palmo sobre 5 (20%). O relatório com data posterior sobre as fortificações de Salvador[45], assinado por Massé, pelo mestre de campo Miguel Pereira da Costa e pelo capitão Gaspar de Abreu, repete, no que se refere à fortificação em causa, as palavras de Miguel Pereira no seu relatório de 17 de junho de 1710.[46]

24

25

***Figura 24** – Desenho do futuro sargento-mor engenheiro José Antônio Caldas, para o Forte de N. S. do Pópulo e S. Marcelo para o seu texto de Notícia. Fonte: Cap. José Antônio Caldas.*

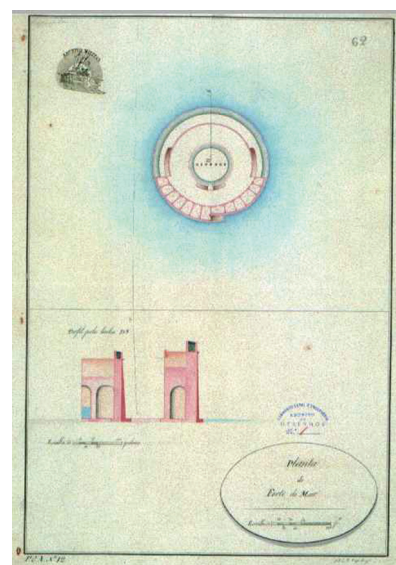
***Figura 25** – Forte de São Marcelo no início do século XIX, mais ou menos como na forma atual. Fonte: Desenho de João da Silva Leal Teixeira. GEAEM, 4558/877.*

---

42 GEAEM – 4558/VIII (1A-10A-53).

43 O erro mais corriqueiro entre os historiadores, e até mesmo em antigos documentos originais, é considerar Massé como francês. Pode ser até que fosse um exilado francês na Inglaterra, mas foi este país que indicou o seu nome a Portugal, destacando-o das fileiras do seu exército. Para se tirar dúvida, basta consultar a *Synopse dos Decretos Remetidos ao Conselho de Guerra,* Anos de 1667-1706, v. 3, Decreto de 23 de janeiro de 1705, compilados pelo Gen. Chaby.

44 Confira: Biblioteca Nacional 1941, v. 53, p. 296): "Portaria para o provedor-mor mandar pôr em praça a obra do forte do Mar".

45 A respeito ver: Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 8, doc. 29 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, D. 840]. Alvará de 21/05/1598.

46 Ver BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60.

Hoje, o nosso velho propugnáculo, um dos exemplares mais expressivos das fortificações do Brasil Colônia, sobrevive a duras penas, a necessitar, urgentemente, de *socalque* de sua fundações e *enrocamento* de proteção para continuar testemunhando a nossa memória.

## *O tardio S. Fernando*

O Fortinho de S. Fernando ou Bateria do Cais Novo, hoje desaparecido (Figura 26), jaz sob a nossa bela Associação Comercial, por sinal, obra de engenheiro militar. No porão desse elegante edifício ainda podemos encontrar vestígios da fortificação aludida. Nasceu, praticamente condenado na administração de D. Fernando José de Portugal, lá pelo ano de 1796, e foi demolido pouco tempo depois. Segundo Silva Campos (1940, p. 248), tal demolição foi iniciada a 5 de agosto de 1811.

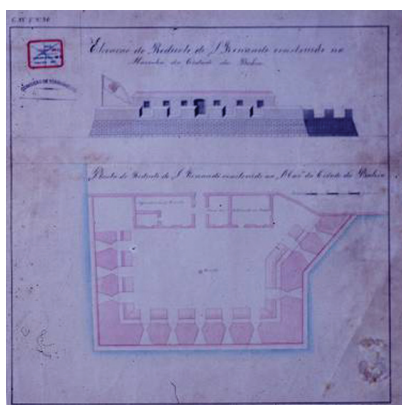



***Figura 26*** *– Fortinho de S. Fernando.*
*Fonte: Planta do Arquivo Militar do Rio de Janeiro.*

Vilhena assim descreve o seu posicionamento: "[...] Na distância de um tiro de peça de calibre 6 ao correr da praia ao Norte, e próximo a eminentes, e débeis propriedades de casas [...]". Mais adiante invoca os favores divinos para que ele não entre em ação: "Permita Deus se não precise usar da sua artilharia, pelo risco de ser mais prejudicial do que útil". (VILHENA, 1969, p. 219)

A vizinhança do casario e os estragos que os disparos da sua artilharia, mesmo nas salvas[47], devia causar nas louças e vidraças da vizinhança podem ter sido fatores que ajudaram a decisão de sua demolição para dar lugar à Associação Comercial. Seria outro "quebra-pratos", como o reduto de São Francisco, seu vizinho.

47 Diferente do "tiro real", a salva tem a carga de pólvora reduzida e não usa projétil.

Este forte não deve ser confundido com a bateria de S. Fernando, que já referimos anteriormente, com base em notícia de Vilhena, construída em elevação (onde se encontra o Hospital Espanhol), que permitia apoiar as fortalezas de Santo Antônio, S. Diogo e S. Maria.

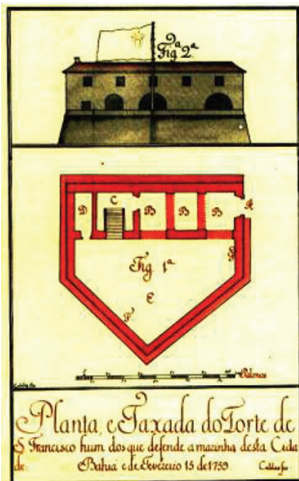
## *Forte de São Francisco*

Quando Ravasco Vieira relacionou as fortalezas que defendiam a "Cidade da Baía", referiu-se ao São Francisco da seguinte maneira:

> [. . .] Della se segue outro lanço de muro, te "o forte de S. Fran.$^{co}$" em que accaba a forteficaçam da praya: tem seis peças de bronze: hum meyo canhão de 24 L.$^{as}$ huma meya Colebrina de 18, 4 de 16. Por Cap.$^{m}$ Manuel Glz' Cardoso com patente de S. Mg.$^{de}$ e soldo de 10$ por mez: dos quaes se lhe pagão 5$320 rs cada mes na mesma Cam.$^{ra}$: mas não se lhe da farda. (VIEIRA, 1660)

Na época em que o fortim de S. Francisco foi construído naquela área, estava distante do tecido principal da cidade. Este isolamento, porém, foi efêmero, como podemos ver pelas cartas que retratam a evolução da Cidade do Salvador, pois logo a vizinhança de habitações, negócios e armazéns vieram complicar o seu funcionamento. No fim do século XVIII, Vilhena não dedica a menor consideração ao seu *préstimo,* ao afirmar que era

> [...] um baluartezinho plano, defeituoso e sem defesa, por estar entre edifícios, que lateralmente avançam para a marinha, ficando-lhe pela espalda, a montanha quase inacessível, por onde te disse que em 1795 correram não menos de treze propriedades da casas. (VILHENA, 1969, p. 219)

***Figura 27*** *– Fortim de S. Francisco, desenho de Caldas (1759). Fonte: Cap. José Antônio Caldas.*

Esta afirmativa demonstra um complicador, do ponto de vista da estabilidade da encosta. O troar da sua artilharia, mesmo em salva, era motivo suficiente para provocar deslizamentos das encostas, já que, segundo a tradição, a vibração dos seus disparos costumava quebrar a louça da vizinhança, o que lhe valeu a alcunha de "quebra-pratos".

Mas este velho propugnáculo, dos mais antigos que existiram na Cidade do Salvador, embora mesquinho, teve, faz tempo, certa eficiência na defesa do porto da nossa cidade (Figura 27). Com a ajuda da bateria do velho Santo Alberto e do Forte da Laje, depois Bateria da Ribeira, conseguiam dar alguma proteção ao ancoradouro da cidade através do cruzamento dos seus fogos.

Diz Silva Campos que existem informações da sua existência em 1618, mas o *Livro da Razão*, de 1612, não lhe faz qualquer referência. Considerá-lo como do

período de D. Francisco de Sousa é uma hipótese remotíssima, sem qualquer fundamento sólido.

Com toda a clareza, aparece na planta da Cidade do Salvador, que se encontra em Haia, com data aproximada de 1638, embora sem designação na legenda. A partir de então, vai ser sempre uma fortificação levada em conta, por ser considerada de *préstimo*, como podemos observar no relatório de Ravasco Vieira[48], de 1660, no parecer de Francisco Barreto[49] e no relatório anônimo[50] de 1671. No projeto de João Coutinho, os engenheiros pareceristas consideravam uma fortificação importante para o *flanqueamento* da marinha[51], porém pediam a construção de mais uma bateria, talvez porque esta distasse do S. Felipe *mais de um tiro de mosquete*. Pelo visto, os engenheiros não levaram em conta a bateria de Santa Bárbara, que deveria ter tido a sua eficácia reduzida. Mas Coutinho, na sua proposta, diz, com toda clareza, que a fortificação tinha sido prejudicada com as construções abusivas e propunha o seu reposicionamento.[52]

Entramos no século XVIII e, aos poucos, a cidade vai envolvendo o reduto de S. Francisco, pois os conselhos de Coutinho não foram seguidos e, por isto, o mestre de campo Miguel Pereira já considera o Fortim de S. Francisco de pouca expressão na defesa da cidade.[53] Mas a velha construção sobreviveu, mesmo criticada, até o tempo em que Vilhena escrevia as suas *Cartas*, mas, por pouco, porque não é mais considerado no Relatório de Galeão, de 1810.

## ***Do porto à Ponta da Itapagipe***

### *Forte do Rosário e Bateria de Monserrate*

Na meia encosta, na direção do Forte de Santo Antônio Além do Carmo existe notícia da construção de uma bateria de Nossa Senhora de Monserrate.

48 Confira no Arquivo Histórico Ultramarino, o Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264. Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660. [Grafia original].: "Della se segue outro lanço de muro, te 'o forte de S. Fran.co' em que accaba a forteficaçam da praya: tem seis peças de bronze: hum meyo canhão de 24 L.as huma meya Colebrina de 18, 4 de 16 [...]."

49 Idem, doc. 2.263. "O Forte São Marcelo fiz eu no meio da Bahia, p.a que com o forte Real, e 'o forte São Fran.co' se pudesse deffender o encoradouro dos navios [...]."

50 Ver: Diretoria Dos Serviços De Engenharia do Exército Português – Biblioteca. *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original]: "O 'Forte S. Fran.co' da mesma praya he tambem de cantaria, e necessario p.a a segurança della, e dos navios. Tem por capp.am João Gomes da Silva [?] provido por patente de S. A."

51 Ver: Arquivo Histórico Ultramarino – Códice Ms 245, Bahia. *Livro de ofícios, regulamentos e mercês (1597-1602)*: Alvará de 21/05/1598, fl. 123. Pareceres dos engenheiros sobre o projeto Coutinho: "alem do q em a dicta marinha estão feitas duas plataformas solidas ao mar a q. chamão o Forte Real, e o de São Fran.co e alem destes dentro em o mar, defronte do Forte Real, a pouco mais de tiro de mosquete, ha 'hum Forte de Figura Esferica', guarneçido com quatorze pecas, e tudo junto flanquea bastante m.te toda a marinha [...] e mais adiante, na fl. 124: e pla p.te do mar se fizesse mais capaz a Plataforma, q chamão de São Phelippe, e ela com a de São Fran.co, fazendose mais alg'ua, era bastante p.a flanquar a marinha com o que se ficam poupando hua consideravel desp.a [...]."

52 Confira: Arquivo Histórico Ultramarino – Códice Ms 245, Bahia. *Livro de ofícios, regulamentos e mercês (1597-1602)*: Alvará de 21/05/1598, fl. 124v.

53 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60.

O capitão João Coutinho, no seu projeto de 1685, pretendia aproveitar esta posição da seguinte maneira:

> [...] Deste Beluarte [de Monserrate situado na encosta de Santo Antônio] deve de ir deçendo pla costa abaixo hum muro singelo co' seu parapeito, até fechar co' o beluarte de São Fran.co fundado no Mar; mais além, letra "N": O Beluarte de São Fran.co se deve fazer mais metido no mar, o q mostra a Planta, porq ha fundo capaz p.a o fundar, e mais chegado p.a a p.te de "S.ta Bárbara**"**, para que fique mais curta a cortina de entre ambos.[54]

Mais abaixo, na praia, outra instalação fortificada. Um dos cronistas que dela nos dá notícia é Ravasco Vieira, em 1660: "[...] Ao pé da eminençia do forte de Santo Antonio do Carmo esta o de 'N. S.ra do Rozario', em que ha' 3 peças de ferro, de 8 L.as cada hu'a: serve de offisina de refino da polvora." O Fortim do Rosário, que *dava a mão* ao S. Francisco, era uma defesa ainda menos expressiva que este. João Coutinho nem a incluiu no seu projeto de perímetro fortificado. Encontramos uma referência à sua presença na planta de Salvador, em 1638, do museu em Haia (Figura 28). Pelo seu desenho, era mais, na época, um estabelecimento militar fortificado. Os documentos indicam que, neste local, restaurava-se pólvora e se preparavam fogos de artifício e de guerra. Estava situado na Praia de N. S. do Rosário, nome que adquiriu em função da proximidade da capelinha com esta invocação, hoje desaparecida.[55] No pé da encosta e na mesma área, foi construída a Igreja da Santíssima Trindade, que ainda lá está.

*__Figura 28__ – Fortim do Rosário e fábrica de pólvora na planta holandesa de 1638.*
*Fonte: Particular da planta de Salvador do Algemeen Museum, Holanda.*

Pela descrição de Vilhena (1969, v. 1, p. 219), deve ter sido tentada alguma melhoria nesta fortificação, mas nunca terminada. A sua ampliação daria maior apoio

---

54 Arquivo Histórico Ultramarino – Códice Ms 245, Bahia... op cit., 126v.

55 Uma excelente imagem do local foi captada pela lente de fotógrafo Camillo Vedani (c.1860), que se encontra publicada por Ferrez (1988, p. 93). Confere dados da REFERENCIAS?

ao Forte da Lagartixa, além de suprir a deficiência da Fortaleza de Santo Antônio do Carmo, que se encontrava em cota excessivamente elevada para atirar para a praia.

## *Torre de São Tiago de Água de Meninos, Santo Alberto ou da "Lagartixa"*

O Forte de São Tiago de Água de Meninos tem sua data de construção, possivelmente, do fim do século XVI, se quisermos atribuí-lo à administração de D. Francisco de Sousa, o que é mais provável, estando entre os "três ou quatro fortes de pedra e cal" (SALVADOR, 1975, p. 261) deste consulado, dos quais nos fala Frei Vicente do Salvador. Assim sendo, deve ter recebido, no seu projeto ou construção, a contribuição do engenheiro militar florentino Baccio de Filicaia, nomeado engenheiro-mor naquela administração, sendo uma daquelas fortificações novas, a que este faz referência em sua carta ao Grão-Duque Ferdinando I, da Toscana. (VARNHAGEM, 1854, v. 1, p. 85) Teodoro Sampaio considera que a nossa então torre-fortaleza foi obra do governo de D. Diogo de Menezes (1607-1612), o que é possível, mas não provável, na medida em que Diogo de Campos Moreno já o conhecia, fazendo a ele referência em seu relatório de 1609.

É um edifício de concepção arcaica, mesmo para sua época, com atavismos medievais, como foram as obras do tempo de D. Francisco. A nossa impressão é que Filicaia valeu-se muito mais do prestígio de ser italiano, cuja escola de fortificar encontrava-se no apogeu, para receber seu contrato, mas não era um profissional experiente. Aliás, ele mesmo é quem confessava o seu pouco tirocínio, ao afirmar com grande sabedoria e honestidade:

> [...] vendo que a teoria me podia muito pouco sem a prática, resolvi-me a sair fora e correr mundo buscando lugar onde pudesse por em execução esse meu desejo, para depois de bem exercitado tornar à pátria [...]. (VARNHAGEM, 1854, v. 1, p. 85)

e no seu caminho estava a Bahia para palco da sua experimentação! Foi construído à beira-mar, visando defender o único acesso à Cidade Alta, no trecho da enseada de Água de Meninos, e a fácil aguada que os navios podiam fazer nas vizinhanças.

Embora tenha sido mencionada por diversos cronistas, desde o início do século XVII, a primeira iconografia, que comprova os traços arquitetônicos iniciais da Torre de São Tiago, data do primeiro quartel do século XVII e foi elaborada por João Teixeira Albernaz (Figura 29). A edificação aparece apenas em planta baixa, como um artefato arquitetônico circular, em forma de torre, flanqueado por dois bastiões, também circulares, partido arquitetônico muito comum ao século XVI, como já destacamos.

***Figura 29*** *– Particular da cartografia de Albernaz, mostrando a primitiva Torre de S. Tiago transformada nos séculos XVIII e XIX no fortim de S. Alberto. Fonte: Detalhe da Figura 3.*

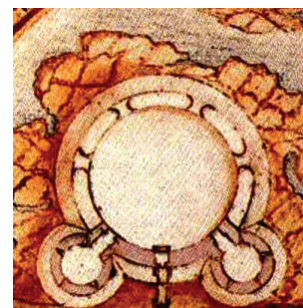
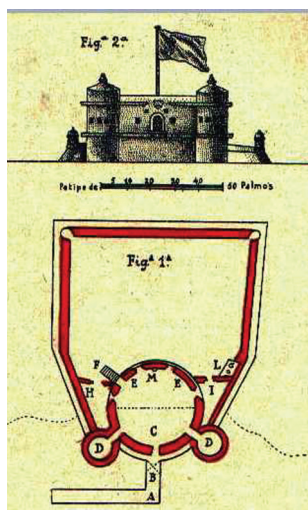



*Figura 30* – *Representação do fortinho de S. Alberto em Água de Meninos. Ilustração do texto de Vilhena, da sua feição no fim do século XVIII.*
*Fonte: VILHENA (1969).*

Este desenho poderia ser considerado apenas fruto da imaginação do seu autor, não fosse o cadastro da mesma fortificação executado, inicialmente, pelo então cap. engro. José Antônio Caldas, que faz parte do seu álbum de desenhos de fortificações, hoje sob a guarda da Biblioteca Nacional de Lisboa.[56] Esta iconografia foi repetida nas *Cartas Soteropolitanas,* de Luís dos Santos Vilhena, em finais do século XVIII, na qual o fortinho aparece com a estrutura básica representada por Albernaz, acrescida de terrapleno hexagonal irregular, o que nos leva a crer na sua veracidade (Figura 30). No início do século XIX, o 1º tenente João da Silva Leal Teixeira já desenha o nosso reduto sem a torre, sugerindo que foi arrasada para dar lugar a uma casa da guarda e alojamento para o comandante. (Figuras 31 e 32).

Levando-se em conta a precária exatidão de um desenho de dimensões tão reduzidas, conseguimos, contudo, achar, através da escala gráfica, um diâmetro da parte superior da torre de ~44 palmos [9,68 m][57] e, no *arrasto da saia* da muralha, ~54 palmos [11,88 m]. Esta medida inferior não difere muito daquela encontrada nas prospecções orientadas por Santiago (1999), o que quer dizer que as discrepâncias do desenho não são significativas. Estas dimensões mostram que era uma construção pouco avantajada, o que pode ser confirmado com os números da sua modesta "tormentária", exibida no *Livro da Razão*: "Um camelo pedreiro de bronze de quatorze quintais; joga pedra de quatorze libras. Um falcão pedreiro, de sete quintais." (MORENO, 1955, p. 144-148)[58]

Este partido, combinando a antiga torre (que se transformou em uma espécie de *cavaleiro*) com um terrapleno mais desenvolvido, de linhas retas, para aumentar o poder da artilharia, foi obra do mestre de campo Miguel Pereira da Costa, no século XVIII. A sua ideia inicial era fazer um *hornaveque*, como declara em relatório, mas deve ter simplificado a obra na execução:

> [...] O fortim junto á praya do Rozario he tão pequeno, q' ao mais permitirá ter pessas de campanha; mas este se acha dezempedido, e com capacid.e na sua vizinhansa de se poder alargar p.a qualquer parte**:** "neste lugar se pode fazer hum Hornaveque"**,** cuyos ramais sejão o fundo desta obra, com a distancia nececr.a p.a serventia, e uzo da arter.**a**, e a cortina ser mais dilatada p.a nella se poder acomodar o num.o de pessas q' parecer conveniente, e como os seos dous meyos baluartes defenderá aquella praya vizinha; porq' o da parte da cid.e flanquear se há com o ultimo baluarte da forteficasão, e o da p.te de Monserrate com a obra q' entre este e aquelle se fizer.[59]

56 O desenho desta fortaleza não é mostrado no manuscrito de autoria do mesmo Caldas (1951).

57 No desenho de Vilhena encontramos cerca de 40 palmos [8,80m].

58 Para os interessados em detalhes sobre a categoria da artilharia e o peso das balas e das peças, consultar o capítulo sobre a artilharia de Oliveira (1989).

59 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60. fl. 1. [Grafia original].

Quando o brigadeiro Massé aqui chegou, a obra de sua transformação estava em andamento, porque, no relatório assinado por ele, Miguel Pereira e Gaspar de Abreu, faz a seguinte referência:

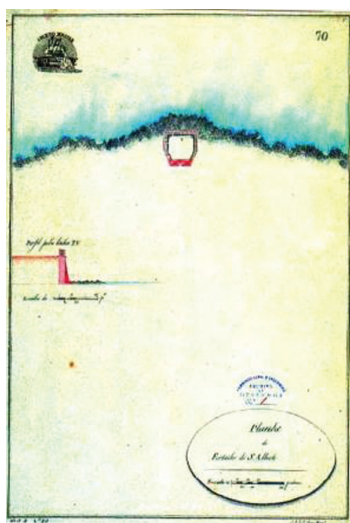
> [...] adiante na praya do Rozario, e principio da Gequitaya estava "hum pequeno reducto circular"[60], "q se acrescentou e se ha de acabar"; e tem ja toda a muralha feita a custa do seu capp.[m], para ficar huma bateria mais capâz [...].[61]

Que tenha sido o mestre de campo engenheiro o autor do projeto da reforma não há dúvidas, porque os documentos são bem claros:

> [...] O forte de Santo Alberto que está alem da praya de Agoa de meninos, estava em muitas partes aruinado, alem de ser summam.[te] pequeno, se obrigou Illário[?] de Olivr.[a] a reedeficallo, acressentando o na forma dos apontamentos do Tenente General Enginhr.[o] passandose lhe patente de Capitão delle, e por hora está Servindo de Capitão do mesmo forte, deve ser, pello Serviço que faz a V. Mag.[e], Capitão com Soldo de 4$ rs. por mês.[62]

Os vestígios da antiga torre que ficou à guisa de "cavaleiro", como se vê no desenho de Vilhena (Figura 30), desaparecem no século XIX (Figuras 31 e 32). Nos anos 60 do século XX foi, infelizmente, muito modificado para abrigar o clube dos subtenentes e sargentos da 6ª RM. Somente a restauração dos anos 90 devolveu-lhe a antiga dignidade.

*Figura 31 – Planta do Fortim de S. Alberto*
*Fonte: 1o Ten. João da Silva Leal (século XIX)*

*Figura 32 – Planta e elevação do Forte de Santo Alberto feita por Tomás Paranhos no século XIX.*
*Fonte: Arquivo Histórico Militar, Rio de Janeiro.*

31

32

60 Se alguém tinha alguma dúvida quanto à existência da torre circular, esta acaba por aqui.

61 Confira: Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 8, doc. 29 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 10, D. 840].

62 Ver: Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 7, doc. 106 [AHU_ACL_CU_005. Cx. 9, D. 741].

Não obstante a sua modesta escala, o pequeno reduto de Água de Meninos teve algum papel na defesa de Salvador, dentro das limitações da sua concepção. Observe-se que foi conservado e até transformado e readequado, sobrevivendo até hoje. Ele tinha uma função definida de criar obstáculo à eventual progressão de tropas desembarcadas na península de Itapagipe, que quisessem progredir ao longo da praia, em direção à cidade, pois, naquele tempo, a passagem era estreita entre a escarpa e o mar. Mas a sua função principal era defender a enseada existente no local, onde os navios costumavam se abastecer da água de boa qualidade das vizinhanças. O seu grande problema era a mesquinhez de concepção e, principalmente, o enorme *padrasto* que a ele se opunha pela parte posterior, tanto que foi tomado, sem muita luta, nas duas invasões holandesas. Na primeira, porque, caindo a cidade, a sua guarnição ficou isolada e procurou o *seu cômodo*, como diriam os antigos. Mas os holandeses, reconhecendo a sua função de controle da aguada, guarneceram-no e foi, possivelmente, nas suas proximidades que Van Dort foi literalmente chacinado pelo valente Padilha.[63]

Na invasão nassoviana de 1638, que aconteceu pelo norte, o Príncipe de Orange assentou baterias justamente no *padrasto*, que lhe era desfavorável, e não restou à sua guarnição senão o caminho da retirada, por ordem de Bagnuolo.

O forte teve participação nas guerras contra os holandeses (foi tomado sem luta nas duas investidas batavas), na Sabinada e, anteriormente, nas lutas pela Independência da Bahia: com um disparo de um dos seus canhões, foi dado o sinal de retirada das tropas do general Madeira de Melo, dando início ao desfile triunfal da entrada na cidade das tropas brasileiras vitoriosas, no 2 de julho de 1823.

> [...] Seu sítio de implantação esteve praticamente inalterado até o início deste século, quando, por ocasião das obras de ampliação do porto da cidade, foi – por força de aterros sucessivos – encravado entre o mar e montanha, estando hoje entre duas vias de grande movimento. Na década de 60, suas instalações foram convertidas em sede do Clube de Subtenentes e Oficiais do Exército, o que desfigurou parcialmente sem, no entanto, destruí-lo. (SANTIAGO, 1999, p. 45)

As escavações empreendidas no local demonstraram a existência da Torre de São Tiago e seus vestígios podem ser observados através do acesso que foi deixado no projeto de restauração.[64]

63 Embora haja uma placa comemorativa no Forte de Monserrate, assinalando o local da morte de Johan van Dort, o erudito Silva Campos admite que foi nas vizinhanças do *Fortinho* de Santo Alberto. Alberto Silva escreveu um trabalho bem fundamentado advogando também esta tese.

64 De autoria da Prof. Cybèle Celestino Santiago.

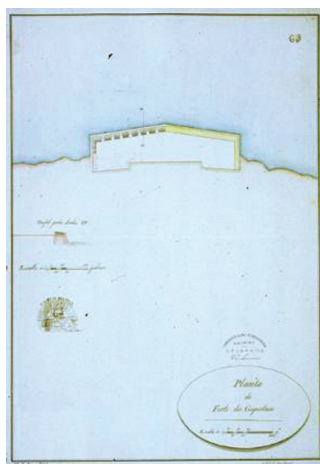
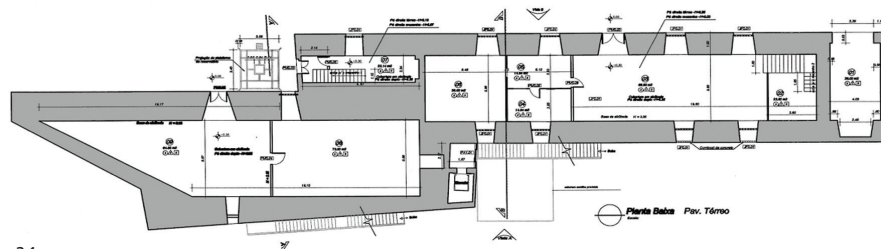
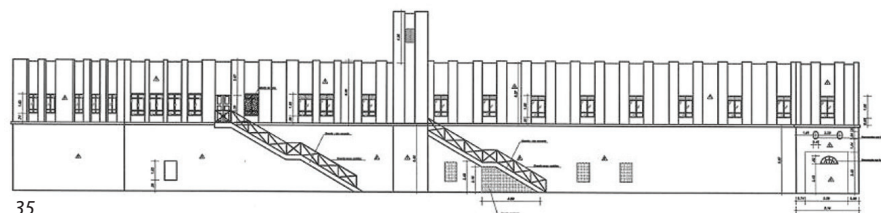
## *Bateria da Jiquitaia*

O Forte da Jiquitaia construído já no ocaso do período colonial (c.1817), depois do antigo noviciado dos regulares da Companhia de Jesus, foi levantado, provavelmente, para proteger algum desembarque na praia do Noviciado, mas, principalmente, para controlar o canal que se abriu para passarem embarcações do interior da baía, sem contornar a ponta de Monserrate, na época do Conde dos Arcos. A construção deste atalho marítimo na Baía de Todos os Santos encontra-se no domínio das famosas controvérsias históricas no qual alguns professam a crença de que ele foi projetado, mas não foi construído, e outros acreditam que chegou a ser executado. (OLIVEIRA, JR., 2008) Entre estes últimos nos encontramos, porque ele está representado no cadastro do Weyll, embora acreditemos, também, que a sua vida foi efêmera, porque, sendo o terreno da área arenoso e sem o devido "encamisamento" das suas margens, o assoreamento seria constante.

Observando o projeto original da bateria é que temos a convicção de que ele só foi construído parcialmente (Figura 33). É uma edificação de concepção diferente das outras fortificações, desenhada como uma espécie de plataforma artilhada elevada, sem preocupação de flanqueamento de suas cortinas ou criação de baluartes. Na direção do mar, as paredes de pedra são de grande espessura, possivelmente preenchidas com um terrapleno ou um argamassado, à semelhança do antigo *upus implectum* (Figura 34).

***Figura 33*** *– Planta da bateria da Jiquitaia, desenhada pelo ten. Teixeira Leal.*
*Fonte: OLIVEIRA (2004).*

***Figura 34*** *– Cadastro atual, sem as adições impostas recentemente.*
*Fonte: OLIVEIRA (2004).*

***Figura 35*** *– Feição da fachada, quando foi ocupado pela companhia francesa encarregada da construção do porto (Societé Construction du Port de Bahia).*
*Fonte: OLIVEIRA (2004).*

*33*

*34*

*35*

Santiago (2002) lamenta a sua metamorfose em escritório, quando foi ocupado pela *Societé Construction du Port de Bahia* (Figura 35), todavia, mais lamentável ainda é a nova cara que lhe impuseram, tirando-lhe todo o caráter de fortaleza, com elementos arquitetônicos espúrios que disputam visualmente com os vestígios originais do velho propugnáculo.

Não obstante a sua construção tardia, acumulou alguns acontecimentos interessantes para a nossa história. Foi ocupado pelos revolucionários seguidores do Dr. Sabino Vieira, sendo retomado pelo major Zeferino Pimentel, à frente do 7º Batalhão de Infantaria de Pernambuco, em 14 de março de 1838. (CAMPOS, 1940, p. 120) Desta posição conseguiram as tropas legalistas desalojar, com os seus disparos, os "sabinos", que também ocupavam o Arsenal de Guerra, vizinho ao noviciado. Na famigerada quarta expedição do exército a Canudos, estiveram alojadas no local as tropas do general Savaget, que vieram apoiar o comando do general Artur Oscar. As suas velhas paredes foram, também, honradas com a visita que o nosso Imperador Pedro II lhe fez, em 1859. (CAMPOS, 1940)

Demonstrando que esta fortificação tinha préstimos, há notícias de que foi restaurado entre os anos 1856 e 1858, e depois colocado em condições de ação pelo cel. Beaurepaire Rohan, em 1863. (CAMPOS, 1940) Este militar, como sabemos, foi encarregado de recompor as nossas defesas costeiras, por ocasião de "Questão Christie", conhecido contencioso entre o Brasil e a Inglaterra, que assim descrevia o Forte da Jiquitaia:

> É um quadrilátero com o desenvolvimento próximo de 78 braças [171,6 m], das quais forma o plano de fogo 327 palmos [71,94 m] montando 11 peças, 7 de calibre 24 e 4 de 18. (ROHAN, 1896)

Antigamente, era uma construção à beira d´água (figura 33), mas a praia sofreu aterramento com as obras portuárias, como aconteceu também com o Fortinho da Lagartixa, de modo que não mostra atualmente a sua situação original em relação ao mar.

## *Fortim de Monserrate*

Consideramos o fortim de Nossa Senhora de Monserrate[65], primitivamente denominado Castelo de São Felipe[66], um exemplar de extraordinária importância

65 Permitam-nos os leitores optar por esta forma mais portuguesa e mais antiga da palavra, embora apareça em autores consagrados escrita de outras formas como Monteserrate, Monte Serrate, Monserrat.

66 A designação de S. Felipe é encontrada em inúmeros documentos e textos antigos entre os quais a *Annua* (1624-1625) de Vieira, na história de Frei Vicente, na descrição de Tamayo de Vargas, na Cartografia de Barleus (*Castrum S. Philippi*), e outros tantos. Ainda no século XIX, von Martius usou a expressão *Forte de S. Felipe em Monserrate* para referi-lo. Assim, pelo que nos consta, a invocação continua sendo de S. Felipe, embora a população tenha passado a chamá-lo de Monserrate, em função de encontrar-se na ponta de Monserrate, onde foi construída a Capela de N. S. de Monserrate.

da nossa arquitetura fortificada primitiva, por ser o modelo mais arcaico das nossas defesas da costa, que sobreviveu sem maiores transformações, o que o torna, neste particular, talvez o mais antigo existente de todo o Brasil. Com efeito, na cartografia de Albernaz, do primeiro quartel do século XVII, onde aparecem também o Santo Alberto (do Corpo Santo), a antiga torre de S. Antônio da Barra e a Torre de São Tiago de Água de Meninos (Figura 3), ele é o quarto representado em planta com a mesma feição atual, não obstante as reformas do Conde de Castelo Melhor (1650-1654), a do vice-rei André de Melo e Castro (1735-1749), conde das Galveias, terminada em 18 de outubro de 1742 (CAMPOS, 1940, p. 124) e a restauração de Góis Calmon, em 1927. Este desenho de Albernaz é o documento iconográfico mais antigo que temos a seu respeito.

Na verdade, do ponto de vista de imagem da cidade, ele é uma referência como muitos outros seus irmãos, porém muito especial, pela posição privilegiada e em extrema harmonia com a morfologia do terreno. Os seus bastiões redondos eram muito a gosto da arquitetura fortificada italiana da transição, embora em escala infinitamente mais modesta (Figura 36).

Para o leitor menos avisado, seria bom fazer notar que o nome deste fortim não tem nada a ver com o Baluarte de Monserrate, que fazia parte do perímetro defensivo aproximado da Cidade do Salvador, situado, provavelmente, na encosta da cidade, abaixo da fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo, como o descreveu João Coutinho.

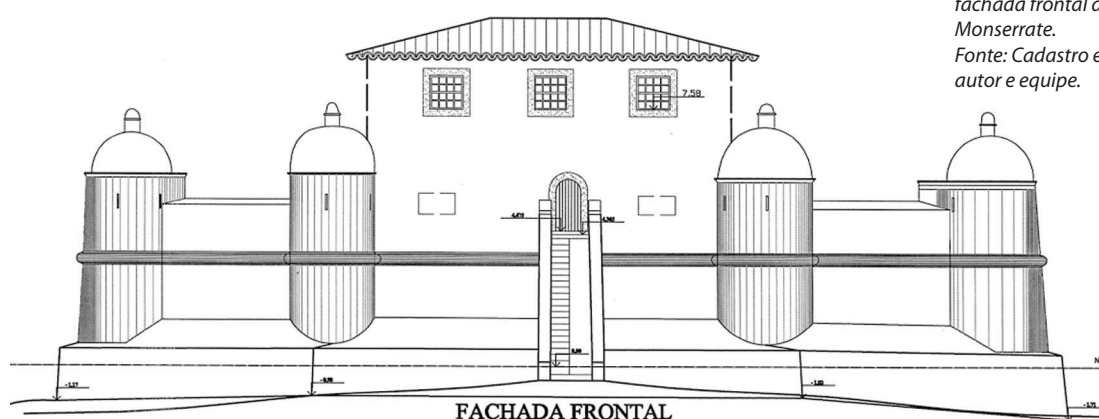



***Figura 36*** *– Cadastro atual da fachada frontal do fortim de Monserrate.*
*Fonte: Cadastro elaborado pelo autor e equipe.*

Partindo do pressuposto de que foi edificado no tempo de D. Francisco de Sousa[67], como acreditavam Teodoro Sampaio e muitos outros ilustres investigadores da nossa história, imagina-se que a sua traça bem pode ser obra de Baccio de Filicaia, que estava a serviço deste governador. Mirales o quis mais antigo, do tempo de

67 D. Clemente Maria da Silva Nigra informa que encontrou documentos da Ordem Beneditina que comprovam ter, a construção do Mosteirinho de N. S. de Monserrate, sido, também, feita por este governador.

Manoel Teles Barreto (1583-1587). O certo é que já fazia parte das fortalezas referidas por Diogo de Campos Moreno, no relatório de 1609:

> [...] para a banda do norte desta sidade ha huma legoa está outra ponta chamada tapagipi q' na planta se asinala con a leyta [sic] G, donde paresse outro forte de pedra e cal da mesma traça de S. Ant.º, dizen q ten huma sisterna dentro [...].[68]

Poucos anos depois, o mesmo militar declara, no *Livro da Razão*, que ele tinha a modesta artilharia de: "Uma espera de dezenove quintais, de bala de dez libras. Uma espera de dezoito quintais, de bala de nove libras e Uma espera de vinte e dois quintais, de bala de dez libras [...]." Tinha capacidade de receber, entretanto, um maior número de peças, porém não mais do que seis ou sete como era opinião do mestre de campo engenheiro Miguel Pereira da Costa que entendia do assunto:

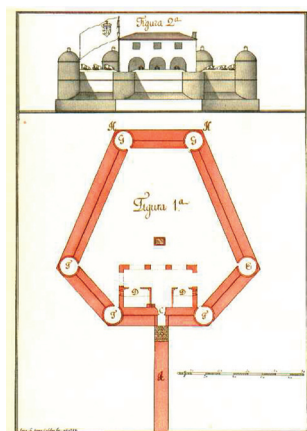
> [...] e asim no de Monserrate q' tem treze pesas se podem tirar sete; porq' com seis tem sufficiente artelharia, por que o inim.º pode dezembarcar, e marchar sem fazer cazo do d.º fortim; e quando o intente ganhar, com seis pessas pode fazer m.to boa defenssa, por ser este o num.º competente a sua grandeza, "pois se não devem dar a hum Pigmeo as mesmas armas q' a hú gigante" [...][69].

Com efeito, Caldas (1951, p. 376), que o via como "forticasam antigua e defectuosa", vai encontrá-lo no meado do século XVIII com nove peças, o que se considera mais do que suficiente para o seu poder de fogo. Encontrou-o, também, com os dois torreões da frente cortados (Figura 37) até a altura da barbeta,[70] os quais, em algum momento da sua história, foram reconstruídos (Figura 38).

37

38

***Figura 37*** *– Planta e elevação do Fortim de Monserrate feita, em 1758.*
*Fonte: Cap. José A. Caldas.*

***Figura 38*** *– Vista aérea do Fortim de Monserrate na ponta de Itapagipe.*
*Foto: Nilton Sousa.*

68 Confira: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Ministério do Reino – Maço 599, doc. 68. Coleção de Plantas, Mapas e outros documentos iconográficos. *Relação das praças, fortes povoaçons, e cousas de importancia q Sua Magestade* [...] *feitta pello Sargento Mor desta costa Dioguo* [sic] *de Campos Moreno*. Relatório datado de 1609. [Quanto à suposição da cisterna era verdadeira].

69 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 61.

70 Seria da reforma do Conde das Galveias?

O Forte de Monserrate era um propugnáculo desterrado e diminuto**,** *pouco mayor q' hu'a atalaya das nossas praças fronteiras,* mas, continuava Miguel Pereira, tinha condição de ser melhorado, porque:

> [...] naquelle sitio tem hu'a porção de terreno suficiente p.ª se poder alargar, ficando o forte q' hoje he servindo como parte do todo q' há de ser, e com pouca despeza se lhe pode fazer hum fosso aquatico, cortando a pequena distancia em q' esta peninsula se une com a terra p.ª q' se cumunique o mar.[71]

Este melhoramento jamais chegou. Considerá-lo como "[...] grande castelo do Tapagipe ou grande forte de Tapagipe", como o fez Laet, só pode ser entendido como uma tentativa de valorizar a vitória inicial dos holandeses.

As suas "guaritas", como o vulgo costuma considerar, na verdade, são diminutos torreões, cuja função era flanquear as cortinas com o tiro de mosquete. Em algum momento, os dois da frente foram arrasados para aumentar a *linha de fogo*, já que flanqueavam pouca coisa. Em vista de possuir esta fortaleza um parapeito *à barbeta*, era sempre malvisto pelos artilheiros, pois ficavam mais expostos aos disparos do inimigo. Todos estes artifícios, porém, visavam aumentar a sua capacidade de fogo, recebendo maior número de peças e desobstruindo a visibilidade do tiro frontal. Tinha, entre outros, um defeito peculiar a muitas outras fortificações de Salvador que era a existência de um *padrasto*, formado pela colina onde se encontra, atualmente, a sede do Centro de Recursos Ambientais (CRA), em cota superior ao reduto de Monserrate.

Diferentemente de outras defesas da nossa cidade, que jamais pugnaram contra um inimigo externo, o antigo Castelo de S. Felipe viu-se envolvido em algumas refregas, ao longo da sua quadricentenária existência. O comportamento dos seus defensores é, porém, motivo de controvérsias. Durante a primeira invasão holandesa, foi expugnado pelos batavos, depois de ter tiroteado com algumas naus de sua esquadra. A resistência ao assalto dessa defesa não nos parece ter sido tenaz porque, ocupada a cidade, não havia alternativa senão a retirada. Além do mais, não era difícil desembarcar nas praias da península itapagipana e cortar a sua comunicação com a guarnição da cidade. O que as tropas coloniais podiam fazer era valerem-se dos filhos da terra, que estavam habituados à guerra da emboscada, e permanecerem na sua vizinhança, infundindo perdas eventuais aos senhores da praça, como o fizeram Antônio Morais e Manuel Gonçalves.

Há uma nova divergência entre os historiadores sobre o que aconteceu no fortinho de Monserrate, com a chegada de D. Fradique em 1625. Querem uns que, à vista da poderosa frota, os holandeses recolheram-se à cidade, abandonando-o, medida prudente e salutar. Aldenburgo diz que a sua guarnição ainda atirou contra

---

71 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60. fl. 1. [Grafia original].

os navios da esquadra luso-espanhola, retirando-se na noite seguinte, e os que queriam valorizar os feitos portugueses, como Brito Freire, falam da tomada do fortim de surpresa. Onde abundam as bravatas, falece a verdade histórica.

Treze anos tinham decorrido da reocupação portuguesa do fortinho, quando, sobre ele,

> [...] na tarde de 21 de abril, o Major van den Brand avançou com "alguma gente" pela praia, conduzindo cinco peças, e o tomou ao Capitão Pedro Aires de Aguirre, que dispunha de poucos soldados, e seis canhões. (CAMPOS, 1940, p. 127)

Era a invasão de Nassau de 1638. Os holandeses só o desocuparam quando retornaram a Pernambuco. A narrativa destes acontecimentos parece fugir da nossa promessa de não enfatizarmos as efemérides, porque tantos já o fizeram. Há que se provar, porém, a fragilidade do propugnáculo e sua escassa função na defesa da Cidade do Salvador e da costa da Baía de Todos os Santos. No particular, caberia dizer que Aguirre já era *cabo* deste propugnáculo, desde 1618, e era, certamente, um homem de idade.

O fortinho de Monserrate iria hibernar por uns duzentos anos, acordando esporadicamente do seu cochilo com alguma salva comemorativa, quando foi ocupado pela Sabinada, em 1837, sua "terceira aventura guerreira." (CAMPOS, 1940, p. 128) Os sediciosos, que o tomaram com a ajuda do paquete "Brasília", andaram tiroteando com naves da Armada Imperial, mas renderam-se diante da artilharia mais moderna da corveta "Regeneração" e do brigue "Três de Maio", que efetuaram desembarque apoiados por destacamento legalista que avançou pela terra.

A "Questão Christie" levantou o problema da sua reforma, que foi feita com as recomendações do coronel Beaurepaire Rohan, em 1863. Daí em diante, não temos conhecimento de qualquer intervenção substancial para a sua restauração até que, em estado deplorável, foi objeto de trabalhos de restauração, feitos no governo de Góis Calmon, inserido no projeto de "embelezamento" das áreas de Monserrate, quando se criou uma comissão composta do capitão de mar e guerra Cunha Menezes, do prof. Alberto de Assiz e do prof. eng$^{ro}$. Américo Furtado de Simas, pai do nosso saudoso amigo professor Américo Simas, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo gosto e engajamento na conservação da memória deve ter herdado do "velho" Simas, como ele mesmo costumava dizer na intimidade.

As restaurações mais recentes empreendidas pelo Exército Brasileiro foram de pequena monta e tivemos a chance de dar alguma contribuição, principalmente recomendando *desentaipar* a arcaria, que está sob a casa do comandante, e a remoção do reboco da cantaria das cercaduras de pedra das envasaduras.

## Defesa da Ribeira de Itapagipe ao São Bartolomeu

### Baluartes no lado da Ribeira

O outro lado da península de Itapagipe sempre foi desguarnecido e bastava ao inimigo embarcado contornar a península pela ponta de Humaitá e lançar suas tropas do lado oposto, no local onde havia uma costa de fácil desembarque, que conhecemos como Ribeira de Itapagipe, com águas mansas, e até um porto seguro (dos Tainheiros). Daí bastava fazer um *aproche* de curta distância, atravessando a península, e tomar o padrasto nas vizinhanças do Forte de Monserrate, anulando-o. O mestre de campo Miguel Pereira sugeriu, então, para melhorar o problema, o seguinte:

> A extenssão das prayas desta B.ª, da barra p.ª dentro, he tão dilatada q poe agora se não pode acudir a todas, e assim tratando da "mais proxima, e sem defença he de Tapagipe thé o fortim de S. Ber.meu da passage"; nesta se deve fazer algum reparo detras do qual possão os defensores impedir o dezembarque: a mais breve obra com q esses se podem cobrir he fazendo húa trinxr.ª, q lhe sirva de parapeito, aproveitando de algúas cazas de palha cerca [?] de hortas p.ª q o trabalho seja menos; e nessa, a distancia q apontarei, dous redutos em q se posão montar a quatro peças; porq com esses, "e fortim de S. Ber.meu, q logo deve ser reparado", fica essa praya com bastante defença nem a occasião permite obra mais dilatada.[72]

### Forte de S. Diogo, na Penha

Na carta de Salvador elaborada por Weyll[73], na segunda metade do século XIX, está localizado um certo Forte de S. Diogo, na Penha de Itapagipe, de cujos vestígios alguns moradores antigos do local ainda se recordam. Esta defesa permitia dificultar a entrada de naves pela enseada dos Tainheiros, denominada na cartografia como "Bahia de Itaparype". Isto implicaria a existência de uma defesa congênere, no outro lado da terra firme, para cruzar os fogos da artilharia, no local conhecido como Plataforma. Muita gente imagina que a toponímia tem a ver com a plataforma da estação ferroviária, mas esta deve ser em função de plataforma de artilharia existente no local, para fechar a boca da enseada, em conjunto com o fortim de S. Diogo, na Penha. Este deve ter sido feito posteriormente, mas atendia parte das recomendações do mestre de campo Miguel Pereira.

72 BAj – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 61.

73 Mappa Topographica (sic) da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios levantada e dedicada à ilustre Assembleia Provincial por Carlos Augusto Weyll.

## *Forte de São Bartolomeu*

O Forte de São Bartolomeu *da Passagem*, situado no esteiro de Pirajá, foi uma fortificação importante na sua época, um propugnáculo bastante antigo do nosso sistema de defesa, de grande valor estratégico para a proteção da capital. Era *da Passagem* porque, segundo Vilhena, por ali, passava uma das estradas em direitura ao sertão.[74] Se tivesse sido bem comandado, guarnecido e convenientemente artilhado, o desembarque de Nassau não teria sido tão fácil, quando nos colocou sob ataque, desembarcando nesta área em 1638. Não é nossa crença, todavia, que sua antiguidade recue aos tempos de D. Francisco “das Manhas”, como quis o mestre Teodoro Sampaio, cuja informação não especifica a origem, no seu trabalho sobre a Cidade do Salvador. (SAMPAIO, 1937, p. 294)[75] Se qualquer coisa existiu, foi alguma trincheira provisória. O que temos de mais concreto parte de testemunho irrefutável, que é o de Bernardo Ravasco, quando relatou esta fortificação em 1660:

> O forte Sam Bartholomeu, tem quatro peças de ferro todas de 7 L.$^{as}$ e 2 de 6. Esta provido nelle por Cap.$^{m}$ An.$^{to}$. Glz. Seabra por patente do Gov.$^{or}$ e Cap.$^{m}$ g.$^{l}$ deste Estado Francisco Barreto, por se haver accabado o tempo da de S. Mg.$^{de}$ com elle nam tem soldo; so se lhe pagão quatro vinteis cada dia em dr.$^{o}$ e farinha: “Este forte fez Diogo Luis de Oliveira**”**, em Tapagype na boca do Rio de Piraja p.$^{a}$ segurança dos navios, q ally mandava recolher.[76]

Esta mesma informação de autoria da fortificação está contida no relatório apócrifo de 1671, mas que costumamos atribuir ao engenheiro militar capitão Antônio Correia Pinto:

> O Forte S. Bartolameu q’ chamão de piraja, he de pedra e cal esta na ponta de huma emseada, donde o “G.$^{or}$ Diogo Luis Olivr.$^{a}$” o fabricou p.$^{a}$ sigurar os navios q’ ally mandava recolher do perigo q’ pouquo antes havião padecido no porto desta Cidade quando os tirou delle Pedro peres [Peter Petrid?], Cabo de uma esquadra de Naos Olandesas – He oje ynutel para tudo o mais; e quando o Conde de Nasau sitiou esta praça estando bem guarnesido e munisionado se lhe rendeo logo: ymporta pouquo q’ se deixe estar; por q’ não fas despesa alguma a faz.$^{a}$ de S. A.[77]

Mirales, na sua *História Militar*, repete as mesmas informações dos relatórios seiscentistas. O nosso fortim, logo a seguir à invasão nassoviana de 38, ocasião em que teve um papel melancólico, era comandado, por patente do conde da Torre, pelo

74 Vilhena (1969, p. 222).

75 Conferir Sampaio (1937, p. 294): “[...] Começou [D. Francisco de Sousa] o forte de S. Bartholomeu na Ponta [?] de Itapagipe destinado a vedar a entrada do esteiro de Pirajá.”

76 Ver: Arquivo Histórico Ultramarino – Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264. Relatório de Bernardo Ravasco de 1660, datado de 11/09/1660. [Grafia original].

77 Diretoria dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE) – Biblioteca. *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original].

capitão Francisco Pereira do Lago, que se tinha distinguido na defesa da cidade e se comprometera a formar, por sua conta, uma companhia de *Infantaria Espanhola* para guarnecê-lo. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1930, v. 18, p. 124)

O Forte de S. Bartolomeu sempre teve problemas construtivos que o faziam arruinar-se facilmente, necessitando de constantes reparos. Eram, aparentemente, problemas originários da sua implantação, muito vizinha à água (Figura 39) e, não sendo montado sobre rocha como outros nossos, teve sua edificação mais complicada, principalmente uma das pontas que deveria ter sido apoiada em estacas ou enrocamento, pelo que podemos julgar dos desenhos antigos, que, por sinal, são muitos. Pelo menos, no fim do século XVII, já era uma construção de pedra e cal, como atesta Bernardo Vieira Ravasco.[78]

Um grande defeito operacional do nosso fortim era o isolamento. Além do mais, existia enorme brecha desguarnecida, desde a sua situação até a ponta de Monserrate, que, atualmente, chamamos Ribeira, permitindo inúmeros locais de desembarque, como já destacamos.

Sabemos que o nosso fortim foi restaurado sob a orientação do mesmo Miguel, mas não temos conhecimento da execução das defesas que iriam preencher a brecha.[79] O fato de estar sendo proposto o preenchimento desta lacuna defensiva no relatório de Galeão, na primeira década do século XIX, é sinal de que nada foi feito. (ACCIOLI, 1933, v. 4, p. 314) Como, entretanto, temos destacado estas obras, nem sempre elas eram implementadas imediatamente ou caminhavam com a celeridade requerida, porque, por exemplo, em 1717, eram pedidos os apontamentos[80] e desenhos do mestre de campo engenheiro para as obras do Forte de São Bartolomeu e, no ano imediato, para o mesmo oficial fazer novos orçamentos para reparos.[81]

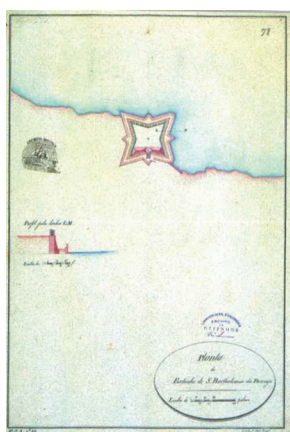



***Figura 39*** *– Planta e corte do Fortim de S. Bartolomeu. Fonte: Desenho de J. S. Leal Teixeira.*

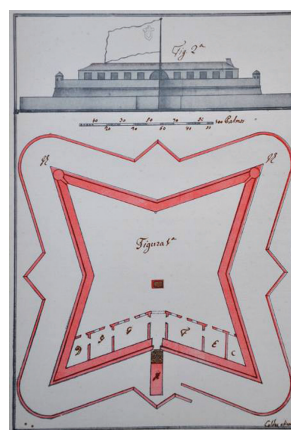



***Figura 40*** *– São Bartolomeu desenhado por Caldas, na metade do século XVIII. Fonte: Oliveira (2004).*

78 Ver: Biblioteca Municipal de Évora (BME) – Códice de cópias do Conselho Ultramarino, Arquivo de Évora, Cota CV/1-17, fl. 291v. [Grafia original]. Discurso de Bernardo Ravasco: "[...] O de S. B.meu da passageem de Pirajá, distante, pouco mais de legoa desta Cidade, he de pedra, e cal [...]."

79 Biblioteca Nacional (1941, v. 53, p. 202): "Portaria para o Provedor-mor mandar consertar o forte São Bartolomeu de Pirajá". Datado de 20/12/1712.

80 Biblioteca Nacional (1941, v. 54, p. 261). Datado de 19/08/1717.

81 Id.,1942, v. 55, p. 163. Datado de 09/12/1718.

O velho (e por que não atual!) estilo de empregar a iniciativa privada para fazer o que é mister do Estado nunca foi tão posto em uso como no século XVIII. O resultado, como já fizemos ver, nunca era bom porque, para que isto acontecesse, o rei teria que conceder mercês que, no caso das fortalezas, era o comando vitalício do propugnáculo, transferível até para descendentes. A conclusão disto era uma enorme falta de profissionalismo das guarnições de defesa. É de se pensar que a dinastia, certamente abastada, dos Pereira do Lago tivesse enorme influência sobre os comandos do fortim de S. Bartolomeu. Se, em 1639, Francisco Pereira do Lago foi nomeado comandante da nossa fortificação, em 1718, Brás Pereira do Lago pedia a mesma mercê, comprometendo-se a reedificá-lo segundo as especificações de Miguel Pereira.[82] Anos após, mais exatamente em 1743, Antônio Pereira do Lago pedia soldo estando no comando da fortaleza.[83] Nos meados do século XVIII, novamente os problemas de implantação do nosso fortim exigem reparos na muralha, que foram levados a efeito pelo muito conhecido engenheiro militar Manoel de Oliveira Mendes[84], filho do mestre Felipe de Oliveira Mendes.

Os fortes estrelados, como o partido arquitetônico adotado em S. Bartolomeu, foram modelos muito difundidos durante o século XVII (Figura 40). Encontramos esta forma em outras partes do Brasil e alguns destes edifícios foram levantados de terra, isto é, com taipa de pilão ou *gazon*. Embora houvesse indicações para este traçado, até mesmo em tratadistas holandeses famosos e em Serrão Pimentel, tal desenho não ensejava, nos textos, qualquer aprofundamento de estudo, pelas claras e manifestas deficiências de flanqueamento de tiro. No século XVIII, os exemplos deste modelo tornam-se muito escassos e seu uso restringiu-se a fortins, que eram enquadrados na categoria de "fortificação passageira ou transitória."

Diferentemente de outros elementos de defesa da Baía de Todos os Santos, que jamais pugnaram, o Forte de São Bartolomeu esteve envolvido na invasão de Nassau, mesmo que de maneira inglória, e, muito mais além, nas guerras da Independência quando Madeira o ocupou, porque reconhecia a sua importância para o abastecimento logístico que vinha do mar. Em virtude disto, foi canhoneado pelas tropas brasileiras, da outra margem e de outros pontos, ficando muito danificado, obrigando os portugueses à retirada. Já no período imperial, foi ocupado pela Sabinada, como quase todas as nossas fortificações, e posto sob o comando do Tenente Pedro Vitor de Alcântara (Cf. CAMPOS, 1940, p. 260), que de lá foi desalojado pelas tropas legalistas com baterias montadas nos padrastos vizinhos.

O aviso do Ministério da Fazenda de 16 de março de 1844 dá autorização para a demolição da velha praça de guerra para reutilizar a sua cantaria na ponte da Alfândega (Cf. CAMPOS, 1940, p. 260), o que foi iniciado. A agonia do ilustre

82 Biblioteca Nacional (1952, v. 97, p. 125). Datado de 17/02/1718. Mesmo assunto: Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 9, doc. 104 [AHU_ACL_CU_005, Cx. 11, D. 968].

83 Arquivo Histórico Ultramarino – Documentos Avulsos, Bahia: Cx. 81, doc. 11 [AHU_ACL_CU_005, Cx. 72, D. 6082].

84 Arquivo Histórico Ultramarino – Catálogo de Castro e Almeida, Bahia. Doc. 6.343.

monumento, testemunha importante da nossa história, foi retardada quando se mandou sustar a tal ordem até que se estudasse melhor a conveniência de tal demolição, mas a destruição incipiente agravou o estado de suas cortinas e, em 1863, "[...] encontrava-se em completo estado de eversão, abandonado fendidas as muralhas em diversos pontos." (Cf. CAMPOS, 1940, p. 261) Os reparos, naquela altura, seriam inócuos e a solução adequada apontava para a reconstrução. Ainda durante o período imperial, o baiano Visconde de Guaí, titular do Ministério da Marinha, consegue, a pedido da Câmara, autorização para a demolição, o que só foi feito na República, quando, em 1903, o intendente José Eduardo Freire de Carvalho promove a demolição final.

## *Fortes do Recôncavo*

Embora o relatório apócrifo de 1671 declare a presença dos holandeses como razão bastante forte para fortificar o Recôncavo, esta necessidade vem de outros tempos que antecedem a presença dos batavos. Vejamos o que ele diz, e quantas destas defesas relaciona:

> Quando os holandeses occupavam as Capitanias do Norte, vinhão do Resife queimar os emgenhos, e detruir a campanha da Bahya q' he toda devedida de diferentes Rios navegaveis das suas embarcacons; e alguns sam tão caudalosos q' dentro no de Paraguasu, esteve recolhida toda a sua Armada e no de Matuim os Galions da Real para se lhe empedir o danno se fabricarão algu's fortes e plataformas nos sitios mais acomodados a defença de sua emtrada: dos quoais são já extinctos alguns, e os que existem estão arruinados, e sam hoje (por aver dessado a occasião de se averem [?] fabricado) inuteis e totalmente escusados
>
> "A platafrma do Rio de Matuim" sinco legoas desta Cidade tem por capitam J$^{o}$ frade [?] Maduro por patente do governo, e com o mesmo soldo q' vencia de alferes Reformado, vense huma Ração ordinaria q' se lhe paga na camera, e huma farda q' são des mil r.$^{s}$ cada Anno na faz.$^{a}$ Real.
>
> "A Plataforma de S. Fran.$^{co}$" que ouve na Barra de Seregippe do Conde sete leguas desta cidade não ha della mais que a memoria donde esteve. He seu capp.$^{am}$ Fran.$^{co}$ de Vascomsellos por Patente de S. A. donde lhe sam nomeados oito mil r.$^{s}$ de soldo por mes que se lhe pagão na Camera em dr.$^{o}$
>
> "O Forte S. Crus do Rio de paraguasu**"** des leguas desta Cidade fabricado de pedra, e terra; coase todo em ruinas; he tambem plas causas sobreditas desnesesario.[85]

85 Diretoria dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE) – Biblioteca. *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original].

Bernardo Ravasco, que redigiu informação sobre as nossas fortalezas onze anos antes, faz referência às mesmas posições defensivas, acrescentando uma plataforma no engenho *de Antonio Ferreira de Souza na foz do rio Paranamirim* [Paramirim].

> "No forte de Paraguassu" há dez peças de ferro, hu'a de 16. L.$^{as}$ 2 de 12, 2 de 10, 2 de 9, e 3 de 6. "E da outra banda do Rio huma plataforma", com duas peças de 6 L.$^{as}$ hé Cap.$^{m}$ della Balthasar da Costa, por patente do Conde de Castelmilhor, Gov.$^{or}$ e Cap.$^{m}$ G.$^{l}$ que foy deste Estado, co' soldo de 4$ c.$^{dos}$ por mez: dos quaes se lhe pagão 4$200 rs na Camera desta cidade, e de farda cada anno 32$rs em faz.$^{a}$ como os Capitães de infanteria, por elle o haver sido, e reformado legitimamente. –
>
> Na plataforma Sam Francisco da barra de Seregippe do "Conde", há 8 peças de ferro 4 de 8 L.$^{as}$ e 4 de 6. he Cap.$^{m}$ della Francisco de Vasconsselos, por patente do Governador e Capitam G.$^{l}$ deste Estado Francisco Barrecto, co' o soldo de Alfrz' reformado q' sam 5$600 rs cada mez q' se lhe pagão na Camera.
>
> "No engenho de Antonio Frr.$^{a}$ de Souza", que esta na boca do Rio de Peranamerim ha hu'a plataforma co' quatro peças de ferro 2 de 8 L.$^{as}$ e 2 de 6, emcarregada ao dono do engenho.
>
> "Na boca do rio de Matuim", há outra plataforma co' 6 peças de ferro, 2 de 12 L.$^{as}$, 2 de 10, hu'a de 6. e hu' pedreiro de ferro, e por Cap.$^{m}$ Manuel Pinheiro de Carvalho co' soldo de Alfrz' reformado, do qual [ilegível] paga mais q' hu'a [ilegível], ordinaria do dous vinteis por dia, e o [ilegível] a qualquer soldado. (VIEIRA, 1660)

O Forte do Paraguaçu, citado nos dois documentos, trata-se do Forte da Santa Cruz, que ainda está de pé, aliás, o primeiro destes relatórios cita a sua invocação. É conhecido popularmente pelo nome de Forte da Salamina, por causa do nome da fazenda de propriedade particular onde se encontra. É um monumento tombado. Acontece que existia outra bateria, no lado oposto do rio, que tinha como orago a Virgem da Conceição, conhecido também como "Forte da Força" e quem nos dá notícia detalhada dele é o então capitão José Antônio Caldas dizendo na sua *Notícia*:

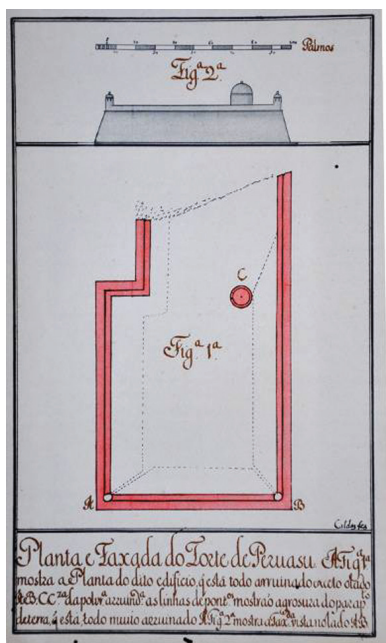
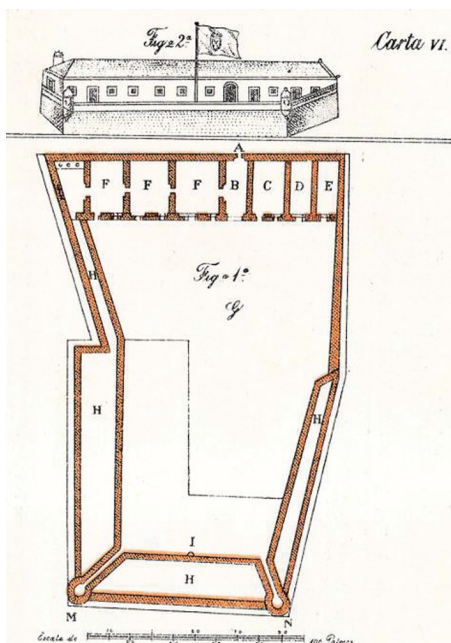
> "O Forte da forsa" [força] está fronteiro a este [Forte da Santa Cruz] na parte oposta da outra banda do rio Paraguasu. Hê um simples parapeito de terra com seo terrapleno, onde laboravam duas peças embebido no meio de um monte, que lhe serve de espalda: fica a cavaleiro dominando o outro forte. Esta trincheira fizeram os Portugueses no tempo das guerras para expulsarem os Olandezes do Forte de Paraguasu, que infestavão todo o Recôncavo: hoje está toda arruinada esta trincheira, e se conservão as duas pesas, que estão inúteis e desmontadas. (CALDAS, 1940, p. 387)

41

42

*Figura 41* – *Planta que pode ser atribuída ao Reduto da Conceição, na entrada do Rio Paraguaçu, como representado na Notícia de Caldas.*
*Fonte: Cap. José Antonio Caldas.*

*Figura 42* – *Planta do Forte de Santa Cruz do texto de Vilhena. Levantamento similar foi feito por Caldas, em série de desenhos que se encontram na Biblioteca Nacional de Lisboa.*
*Fonte: Vilhena (1969).*

É bom observar que na citação de Ravasco Vieira existe, igualmente, referência a esta "força", quando ele fala do Forte do Paraguaçu: "E da outra banda do Rio huma plataforma, com duas peças de 6 L.as" Nas figuras 41 e 42, os desenhos são diversos, mas não fica claro se o primeiro deles é a famosa Força da Conceição ou se foi um cadastro incompleto por causa do seu estado de arruinamento. A Plataforma de Matuim, referida nos relatórios, deve ser também muito antiga porque no *Discurso* do Marquês de Montalvão há referência ao seu estado de abandono. Posteriormente deve ter sido restaurada porque Silva Campos informa a nomeação de um comandante para chefiá-la em 1657.

A ideia de defesa do Recôncavo da Baía de Todos os Santos encontra-se no Regimento de Almeirim, assinado por D. João III, de Portugal, e entregue a Tomé de Souza para nortear-lhe a conduta, a partir da fundação da primeira capital da América Portuguesa. Neste particular, os procedimentos propostos eram de certa forma bisonhos, diante da escala do território brasileiro e, de maneira particular, da Baía de Todos os Santos. Rezava o documento, em um dos seus itens:

> […] e os senhorios de engenho e fazendas que por este regimento hão de ter torres ou casas fortes terão ao menos quatro berços e dez espingardas com pólvora necessária para [?][86] dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuça […]. (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 1998)

86 Esta palavra deve ser um erro de transcrição porque dá a entender que a pólvora era para as "bestas", que está na categoria das armas de neurobalística, o que é um absurdo. Talvez seja: *necessárias para elas.*

A presença dos quatro "berços" pressupunha a existência de pequena bateria de canhões, porque estes tais "berços" são peças reduzidas de artilharia de retrocarga, que usavam uma câmara de disparo removível na culatra, dando maior velocidade de tiro ao canhão. Logo, estas armas exigiam um reduto, plataforma ou, no mínimo, um espaldão, o que vale dizer, a existência de pequena fortificação. Se no início do século XVII Diogo Moreno já relaciona mais de quarenta engenhos pelo Recôncavo e se o cumprimento da lei fosse efetivo, existiria também grande número de pequenas fortificações em torno da Baía de Todos os Santos. Mas, se o cumprimento da lei no Brasil de hoje é muito relativo, naqueles tempos era, ainda menos, levado em conta.

Uma fortificação na barra do Cotegipe é assinalada por Accioli (1933, v. 3, p. 393), defesa que pode ter sido construída tanto por portugueses quanto por holandeses, nas campanhas de 1624 ou 1638, para controlar a barra da entrada da Baía de Aratu. Como na primeira invasão, a movimentação de tropas foi pelo sul de Salvador, é mais provável que tenha sido na de 38.

Temos informações de que durante a nossa Guerra da Independência foram armadas muitas plataformas e/ou redutos na Baía, tanto no continente como nas ilhas. O mentor deste esforço defensivo foi, principalmente, o então tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira, que supervisionou diretamente a construção de muitas defesas, e vistoriou outras tantas edificadas por outros patriotas. Segundo Silva Campos (1940, p. 277), em São Francisco do Conde foram feitos quatro redutos, um dos quais contou com a colaboração dos frades do convento. Foram levantados dois em Santo Amaro e muitos redutos artilhados nas ilhas: de Cajaíba, das Fontes, das Vacas, de Maré, dos Frades, do Bom Jesus, de Madre de Deus e Santo Antônio e algumas delas estiveram engajadas na refrega, repelindo os portugueses. Foram também feitas obras em Paramirim, Caípe, Marapé, Mataripe, Camboa, Encarnação do Passé, Olaria e Barra do Garcez. Até na costa de Saubara foram feitas plataformas, pois os portugueses intentavam desembarcar nestas paragens para ir atacar Cachoeira por terra, onde estava localizada a Junta Interina do Governo Nacional da Província. Garantiam estas posições os quatrocentos homens de armas comandados e subvencionados pelo famoso Padre Bernardo, outra batina a serviço da causa da nossa Independência. (CAMPOS, 1940, p. 278)

## *Defesas da ilha de Itaparica*

A ilha de Itaparica merece destaque das suas fortificações, pela importância estratégica, geográfica e dimensão que ostenta na Baía de Todos os Santos. Os inimigos que delas se senhoreassem poderiam fazer incursões, a partir de base segura, para hostilizar as defesas da capital do Brasil. A fortaleza mais evidente pelo seu estado de conservação é a Fortaleza de São Lourenço, embora existam vestígios de defesas do tempo das invasões holandesas.

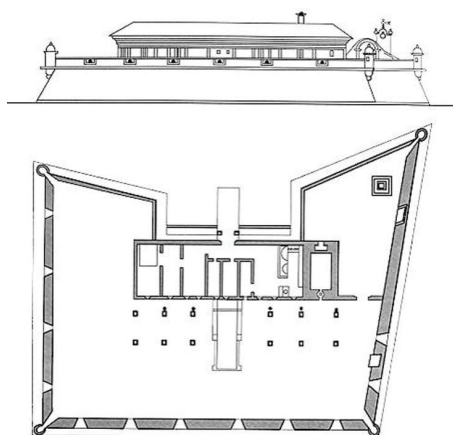
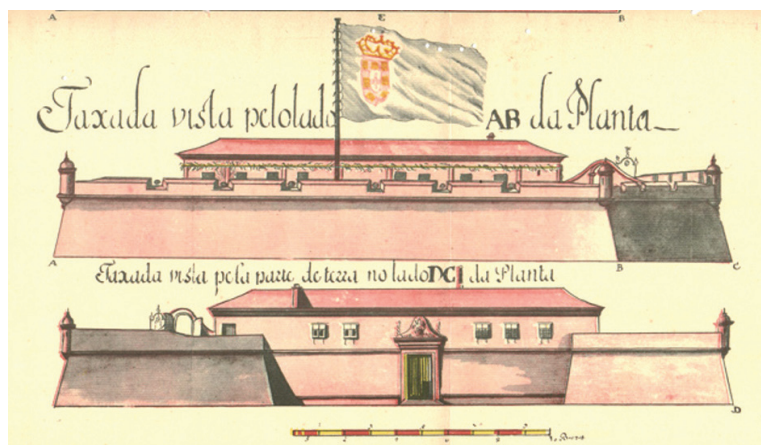
## *O Forte de São Lourenço*

Esta notória defesa é obra do mestre de campo Miguel Pereira na sua operosa vida de engenheiro militar da praça de Salvador, na primeira metade do século XVIII. Tecnicamente o seu traçado é um *hornaveque* (obra corna) irregular (Figura 43) e servia para proteger de desembarques na "ponta" da ilha de Itaparica.

*43*

*44*

***Figura 43*** *– Cadastro atual digitalizado com a eliminação das adições em base ao levantamento de Caldas.*
*Fonte: Oliveira (2004).*

***Figura 44*** *– Fachada frontal e posterior do Forte de São Lourenço, em Itaparica, desenhada por Caldas.*
*Fonte: Cap. José Antonio Caldas.*

Foi uma das construções apontadas no relatório Massé como necessárias à defesa da ilha e de suma importância para a defesa da Baía de Todos os Santos. Em vista disto, ponderou, no relatório de 1710, o mestre de campo engenheiro:

> A Ilha de Itaparica defronte desta Cidade tem um porto de tanta conseqüência que nele esteve a armada holandesa, e se fortificou a infantaria em terra; este se acha sem o menor obstáculo para impedir a qualquer navio, ou esquadra dar fundo nele, onde fará muito prejuízo às muitas embarcações deste Recôncavo.[87]

A sugestão de fortificar a ilha deve ter sido acatada em seguida, porque, em meio à azáfama dos preparativos bélicos, que a invasão francesa do Rio de Janeiro provocou, Miguel Pereira recebe, por portaria do Governo Geral, a missão de fazer um relatório das fortificações*:* "por duas vias, incluindo nele a do Morro de São Paulo, e 'a que se está fabricando na ponta de Itaparica' (Figura 44) 'e a da eminência' que está na mesma ponta."[88]

A documentação primária sobre esta fortaleza mostra que a sua construção foi obra da iniciativa privada com a finalidade de auferir algumas mercês do soberano de Portugal. Em 1715 foi feito o registro da patente do seu comandante Antônio Gonçalves da Rocha, "[...] que assumiu acabar por sua conta as obras do forte segundo a orientação de Miguel Pereira da Costa."[89] Pelo visto, o comando deste benfeitor foi

---

87 Ver Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (1941, v. 53, p. 142). Datado de 02/11/1711.

88 Ver: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (1941, v. 53, p. 142). Datado de 02/11/1711.

89 Ver: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (1943, v. 62, p. 136)

longo, pois vamos encontrá-lo em 1732 solicitando reformulação de consulta a D. João V ainda na qualidade de comandante e só vamos achar portaria designando novo comando em 1744.

Silva Campos (1940, p. 181) dá a entender que no local do São Lourenço havia uma fortificação holandesa de "torrão"[90], edificada por Sigismundo Von Schkoppe, quando tomou posse da ilha e que foi por ele arrasada antes de se retirar para o Recife. Confessamos, porém, que a única fortificação holandesa referida pelos documentos é aquela da "Eminência" que, obviamente, nunca seria na parte baixa da ilha. Será que o mestre confundiu a localização?

A história do Forte de São Lourenço é extremamente movimentada a partir do século XIX. Se os seus canhões foram usados festivamente para saudar a visita do Príncipe Regente eles mesmos troaram contra os portugueses em batalhas pela independência da Bahia. De início, um sério revés. Conta-nos Silva Campos (1940, p. 182) que, na madrugada de 10 de julho de 1822, um comandante português conhecido pela alcunha da "Trinta Diabos" desembarcou sorrateiramente nas imediações do São Lourenço, em uma ação que poderíamos classificar como de "comandos", entrou na fortaleza onde matou dois soldados que lá estavam, um deles de sentinela (certamente dormindo!). Encravou e desmontou a artilharia existente, destruiu os casebres dos moradores da vizinhança e se retirou. As naves lusitanas que ficaram ao largo mantiveram estreita vigilância sobre a fortaleza que não as podia ofender já que a sua "tormentária" tinha sido inutilizada. Assim, entre os dias 23 e 24 de agosto, os ilhéus, "na calada da noite", comandados pelas destacadas figuras de Antônio de Sousa Lima e Francisco Xavier de Barros Galvão, foram recolher o armamento que sobrou da incursão lusitana. Com peças trazidas de outra parte e com algumas que conseguiu desencravar, hostilizaram e avariaram naus portuguesas que estavam fundeadas, obrigando-as a se fazerem ao largo. Só assumiram, entretanto, a fortificação, em 20 de setembro, após terem ocupado a cidade.

Foi o duelo de artilharia vitorioso sustentado pelo S. Lourenço, comandado pelo major de artilharia Luis Correia de Morais, nomeado por Labatut, contra uma esquadra portuguesa, em 7 e 8 de janeiro de 1823, que valeu à vila de Itaparica o título de *Intrépida* concedido pelo Imperador Pedro I. O último ato solene envolvendo o velho propugnáculo, conta-nos Ubaldo Osório, foi a salva em honra das exéquias do brigadeiro Antônio de Sousa Lima, prócer itaparicano da Guerra da Independência, no dia 17 de junho de 1846. (OSÓRIO, 1928, p. 59)

O forte encontra-se aparentemente bem cuidado, desde que foi ocupado pela Marinha, onde criou uma estação de desmagnetização. Esta boa conservação é todavia **aparente**, pois foi, de maneira lamentável, profundamente descaracterizado para atender a funções incompatíveis com seus antigos espaços. Resta-nos somente

90 Sistema de construção baseado no emprego de blocos de terra cortados, e assentados com argamassa de barro.

a memória de como era antes, legada pelo excelente levantamento efetuado pelo então capitão José Antônio Caldas, lente da Aula Militar da Bahia, publicado no seu livro de *Notícia*.

## *Forte da "Eminência"*

Devemos observar que em todo discurso sobre a defesa da ilha de Itaparica vem sempre à baila o tal antigo "Forte da Eminência", e o Forte de São Lourenço pressupunha, sempre, o seu apoio para a defesa do local, desde quando foi concebido pelo mestre de campo Miguel Pereira.

A localização da fortaleza da "eminência" é, possivelmente, na colina cheia de vegetação que se pode ver na fotografia aérea (Figura 45). Levantamos esta hipótese, a ser comprovada através de prospecção arqueológica, por meio da fotointerpretação estereoscópica da região e pelo fato de se ter encontrado uma colubrina no cemitério construído nesta colina. A cartografia do local indica a cota de 36 m, acima do nível do mar para esta elevação, o que lhe dá domínio sobre toda a área circunvizinha e podia bater com sua artilharia qualquer dos lados da "Ponta" da ilha.

Do outro lado do esteiro situa-se, em uma elevação, o reduto do "Mocambo" que colaborava no bloqueio desta passagem que permitia acesso a local de fácil ancoragem e desembarque (Figura 45). Foi muito acionado na Guerra da Independência.

O relatório mais antigo que trata dessa fortificação é o de Bernardo Ravasco, com a seguinte referência:

> "Na ponta da Ilha do Taparica", ha hu'a força q' o inimigo deixou ally feita, em que há 14 peças de ferro, 2 de 16. L.$^{as}$ 2 de 14. 2 de 10. e 3 de 8. que "estam na eminência": provesse com huma Comp.$^{a}$ de infanteria; e atualm.$^{te}$ esta nella com a sua o Cap.$^{m}$ Antonio de Queiros Cerq.$^{ra}$ a quem se da somente na Cam.$^{ra}$ o socorro que toca aos mais Capitaes de infanteria. (VIEIRA, 1660)

***Figura 45*** *– Montagem feita pelo autor do levantamento fotogramétrico da ponta da ilha de Itaparica, onde foi construído o Forte de S. Lourenço. Este deveria ser apoiado pelo Forte da "Eminência", hoje desaparecido, construído pelos holandeses e que deveria ser restaurado segundo as especificações de Miguel Pereira. Fonte: Oliveira (2004).*

### *Defesas da Guerra da Independência*

Silva Campos relaciona dezenas de posições fortificadas construídas em diversas partes da ilha, nas quais havia perigo de desembarque de tropas portuguesas: obra do Cel. Felisberto, foram levantadas defesas em Caixa Pregos, Portinho e Aratuba. Os líderes locais da resistência, Antônio de Sousa Lima e Francisco Xavier de Barros Galvão fizeram fortificações provisórias e trincheiras no canal do Funil, Barra Grande, Mercês, Amoreiras, na fazenda do próprio Barros Galvão, Mocambo e Ponta do Manguinho. Perto da povoação foram feitas as defesas de São Pedro, Izidoro, Amoreiras Pequenas, Praia das Amoreiras. Além destas foram fortificadas as paragens de Quitanda, Alambique (Fonte do Lima ou Fonte da Bica), e Engenho da Boa Vista (Cf. CAMPOS, 1940, p. 288-289) e muitos outros pontos não citados. O lembrete destes locais é importante porque eles poderiam ser objeto de trabalho sistemático de arqueologia.

## ***A respeito da importância das fortificações do Morro de S. Paulo***

A excelência e a importância do sistema fortificado do Morro de São Paulo é exaltada pelos antigos teóricos da guerra que a conheceram ou nela trabalharam, por isto seria interessante deixar, inicialmente, falar os antigos, sobre o que eles achavam dessas defesas porque elas são muito claras. Estes textos vão-nos coadjuvar na afirmativa de que o sistema fortificado do Morro era importantíssimo, para não estarmos tão somente baseados na observação crítica da defesa de Salvador e do seu Recôncavo, mas também na opinião unânime de quase todos os especialistas ou cronistas qualificados, do passado, que entraram em contato com este destacado testemunho da memória nacional, particularmente da memória militar. Vejamos, pois, o que falam alguns documentos, no que se refere à nossa fortaleza.

De Bernardo Vieira Ravasco, irmão do padre Antônio Vieira, ex-capitão de infantaria e Secretário de Estado do Brasil:

> [...] A Fortaleza do Morro de S. Paulo, q' della [da cidade de Salvador] dista doze legoas da Barra para fora, he inaccessivel pella banda da costa: E á Aréa pella [sic] do Porto donde se recolhem as Embarcaçoens fugindo as tempestades, e aos Piratas, teve sinco plataformas e Trincheyras inrrigulares pello Monte [...] que a defendião, sendo tanta a sua reputação, q' quando os Holandeses pedirão por refens das pazes, q' celebrarão com o S.r Rey D. João o 4º, ou o de S. Julião de Lisboa, ou de B.ra Ma [...], ou 3º lugar; e quando fortificada no tempo q' elles cruzavão estes mares, a governavão hum Mestre de Campo, ou hum Tenente gn.l, ou hum sargento Mayor, com 500 e 400 e quando menos 300 – Infantes, hoje

estâ sem forteficação, nem Pessa algúa montada: e asim nella hum Ajudante, com húa Companhia de soldados de sua guarnição, q só aparecem em vir cobrar ó seu socorro, e farda.[91]

Do relatório militar anônimo [1671], que poderia ser atribuído ao capitão engenheiro Antônio Correia Pinto, na administração de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1° Visconde de Barbacena, que governou de 1671 a 1675:

> [...] A Fortaleza do Morro de S. Paulo que esta fora da Barra doze leguas desta Cidade, he de grande ymportancia, não so por defender a Barra das Vilas vezinhas do Cayrú e Boypeba, donde vem o Principal sustento desta Praça; mas pela sigurança dos navios do Reino, e embarcasoens da costa q. nesta B.ª emtravão, e della sahião, quando os do enemigo andavam sobre esta Barra, comvem muito conservarse, e estar sempre bem prevenida de tudo o que toque a sua defença […].[92]

Do mestre de campo Miguel Pereira da Costa:

> […] O Morro he bem notorio o de quanta concecuença seya, pois tem capacid.ᵉ p.ª grandes armadas, e ocupado este, ou o de Itaparica pelo inimigo, experimentaria esta praça a nececid.ᵉ q asima apontey, por delles se impedir totalm.ᵗᵉ a comunicação das embarcaçoens e asim q bem se ve o quam percizo seya fortificalos, fazendo nelles obra q impida aquelle proyecto, pois da sua concervasão depende tanto a da praça […].[93]

Do então capitão de infantaria com exercício de engenheiro, José Antônio Caldas, soteropolitano e lente da nossa aula militar:

> **Morro de S. Paulo** - O Morro de S. Paulo he hua Ilha, que fica desviada barra em fora desta Cidade para o Sul doze legoas, por entre ella, e a terra firme corre um canal que dá comunicasão para as Villas do Cairú, Camamú, Boypeba etc., a sua ponta de Noroeste está fortificada pela marinha com húa Bateria, como mostra a Planta, e corre um lanso de cortina para o Sudoeste, com um angulo reintrante e se comunica com hum baluarte placo [sic – plano] ao lado do qual corre outro lanso de cortina, e outras fortificasoens que mostra a Planta, ainda

91 Arquivo Municipal de Évora (BME). Códice de cópias do Conselho Ultramarino, cota: CV/1-17, fls. 291v. À fl. 285 tem início o discurso feito por Bernardo Vieyra, Irmão do P.ᵉ Ant.º Vieyra, intitulado: "Discurso politico sobre a neutralidade da Coroa de Portugal, nas guerras presentes das Coroas da Europa, e sobre os damnos, que da neutralidade, podem resultar a esta Coroa, e o como se devem e podem obviar. Feyto em 18 de Julho de 1692, por Bernardo Vieyra, Irmão do P.ᵉ Ant.º Vieyra [...].

92 Diretoria dos Serviços de Engenharia do Exército Português (DSE) – Biblioteca. *Relatório anônimo*. Códice 1608, doc. 92. [Grafia original]. – "Memória dos Fortes q ha Nesta Praça da B.ª e seu reconcavo, capitaens q os ocupão e soldos q vencem."

93 Confira: Biblioteca da Ajuda (BAj) – Documentos Avulsos [54-IX-8] n. 60. fl. 1. [Grafia original]. Relatório do Mestre--de-Campo Miguel Pereira da Costa: *Extracto da forteficação desta Praça da Bahia estado em q se acha, remédio de q neçeçita* [sic]. Cota: 54-IX-8 – n. 60 – Número de catálogo; 1814(60), Data: 1710.

> que esta também he muito antiga, hoje se acha a fortificasão com mais perfeisão, e tambem aprovasão da dita Ilha.
>
> A sua Artilharia consta do Mapa geral dos Canhoens de bronze e ferro etc. e são por todas 51 pesa [sic] do genero de canham de ferro etc. com todos os instrumentos, petrechos e munisoens de guerra que são precizos para poderem laborar.
>
> A guarnisam que defende este prezidio he a [q] consta pg. 292, na qual se ve o numero de Infantaria, e Artilheiros que há, os quaes se dividem em quartos, e rolam entre si diariamente [...]. (CALDAS, 1951, p. 389)

Do então capitão de infantaria do Regimento de Estremoz, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, baiano de Maragogipe, segundo Silva Campos:

> **Fortaleza do Morro de S. Paulo -** Fica esta importante, e m.$^{to}$ necessaria Fortaleza ao Sul da Barra da Bahia 14 legoas. Em todo o seu recinto esta fortificada pela natureza, não so por ter muito recife, mas por ser Costa desabrida, que não permitte desembarque, e só p.$^{r}$ huma pequena parte para dentro do Forte e huma do da Barra, vindo p.$^{a}$ o Porto do Portaló, he que pode haver algum, mas sempre com seu risco, p.$^{r}$ ter tambem seu recife. Todas as Fortificaçoens q' tem necessitão de huma grande reedificação. O Forte chamado da barra, se acha inteiram.$^{te}$ arruinado. A face da cortina na p.$^{te}$ do Mar, que tem 11 p.$^{a}$ 12 braças de muralha, está inteiramente cahida até o nivel d'agua, de modo q com as marés grandes entre agua, q' lava todo o baluarte. A Cortina que continua até o Portalo, e daqui para diante, pela p.$^{e}$ exterior, igalm.$^{e}$ tem muitos cunhaes de pedra cahidos, por serem estes de pouco comprim.$^{to}$ e gosssura p.$^{a}$ entrarem melhor no grosso da muralha.
>
> Em lugar pois de se dar logo providencia no principio da daminficação se deixou chegar huma tão necessaria Fortaleza a este deploravel estado, que só com avultada despeza da Real Fazenda se poderá reparar, ainda sem fazer menção da economia que se deve praticar p.$^{lo}$ serviço que se pode exigir dos Soldados, q' formão huma Comp.$^{a}$ de Infanteria, que a grarneçe, e igualmente da Cala que se pode alli mesmo fabricar de muita pedra, q' na Costa do mar se acha p.$^{a}$ este fim.
>
> Finalm.$^{te}$ não só se não cuidou em reparar e emendar alguns defeitos, mas que ultimam.$^{e}$ se persuadio o Govern.$^{or}$ actual da Cap.$^{nia}$ da Bahia, por conselho de hum pouco sensato Cap.$^{m}$ de Artilheria; q' antes exerceo o lugar de Engenheiros, q' de todo devia ser esta Fortaleza abandonada p.$^{lo}$ seu pouco ou nenhum prestimo. Este errado systema se convence não só pelo Plano do Insigne Engenheiro Massé, mas pelas conteudas vantagens, q tiveram no anno de 1623 nas Guerras com os Hollandezes, rezultadas da exist.$^{a}$ desta Fortaleza, e dos avizos que fes o Comand.$^{e}$ della ao Gov.$^{or}$ do Estado sobre o movimento das Armadas, além da

> defêza q’ faz ás Villas maritimas do Cairú, Camamu, Bopieba e á povoação do Rio das Contas, q’ são os celeiros daquella Cidade da Bahia [...].[94]

Ainda Muniz Barreto, quando já era sargento-mor e comandante da praça do Morro, em 1797:

> Como pois a Capital do Reino não tem por ora forças suficientes de Marinha para impedir que qualquer nação poderoza inimiga, tente algum desembarque em qualquer das capitanias do Brazil, e sendo a Ilha do Morro pelo seu “local a mais importante chave da Comarca de toda a Capitania, e ainda se pode asseverar sem receio, que de toda a America Portugueza” vem pois a ser da primeira e da mais indispensavel necessidade ordenar Sua Magestade, não só a reedificação do mesmo Prezidio, mas ainda a sua melhor construcção, formando-se a sua cidadella debaixo tudo do mais exacto preceito de Fortificação […].[95]

De Luis dos Santos Vilhena (1969, p. 232-233), intelectual e professor de grego na nossa cidade:

> **Morro de S. Paulo** - Doze léguas ao Sul da Bahia fora da barra, e na latitude de 13 graus e 30 minutos, e 344 e 45 de longitude, faz ponta a ilha do Morro de S. Paulo, ou propriamente do Tapirando, que por seis ou sete léguas vem acompanhando a costa intermediando um canal navegável que em partes tem uma légua de largura, e um quarto em outras; para defender a barra, ou entrada neste, e evitar a comunicação para o continente se fêz naquela ponta o presídio do Morro, de que a principal fortaleza monta dezoito peças e pode montar mais; correm diferentes lanços de muralha com seu ângulos salientes, e reentrantes pela sapata da montanha, de forma que em partes só deixa um escasso terrapleno para poder laborar artilharia, de que há alguns anos contava por todo o presídio cinqüenta e duas peças de ferro. Acha-se aquele presídio importantíssimo com lamentável ruína a que a negligência de muitos anos, o tem deixado chegar, quando e importantíssima a sua conservação, e por isso muito precisa a sua fortificação, devendo ser ao mesmo tempo exatíssima a vigilância na sua guarnição; pois e o lugar onde necessariamente esperam as embarcações que do Sul vêm com mantimentos, e comércio para a Bahia, para dali montarem a barra perigosíssima de Jaguaripe. É igualmente para temer que qualquer inimigo se nos apodere daquele vantajosíssimo pôsto, donde não só privará a cidade de todos os víveres necessários, como sem maior incômodo seu, nos pode fazer as hostilidades maiores, interceptando as nossas embarcações do comércio que vierem demandar a barra da Bahia, quando por aquela de Jaguaripe se nos pode introduzir no Recôncavo, e apossar-se, ou devastar os nossos muitos, e riquíssimos prédios rústicos, e fábricas importantíssimas de

94 Biblioteca Municipal do Porto (BMP), Ms. 686, fl. 24v.

95 Carta do então sargento-mor Muniz Barreto, ao Rei, contida no Livro 84 das Ordens Régias do Arquivo Público do Estado da Bahia, transcrita em *Revista do IGHBA,* Salvador, v. 2, p 227-239, 1890.

que estão povoados todos os rios, e margens da baía e continente, o que tudo se evita, fortificando, como deve ser, tanto aquela ilha, como a mesma barra do Jaguaripe nas paragens onde se julgasse mais conveniente, para o que deverão vir de Portugal, engenheiros peritíssimos, e imparciais, atenta a natureza das ruínas que ali se observam.

Do brigadeiro de artilharia José Gonçalves Galeão e comissão de engenheiros:

**Fortaleza do Morro -** Eu julgo que deve ser a fortaleza do Morro posta em estado de perfeita defeza; as obras a fazer serão de terra e madeira; deve se evitar haver parapeitos e plataforma de cantaria, ou de alvenaria, defeito quasi geralmente commetido pelos fortificadores do Brasil. A guarnição será um corpo de artilheiros fixos e as milicias do districto tudo debaixo das ordens de um bom official, encarregado do comando da fortaleza: de uma tal guarnição se alcançará tudo o que se pode esperar, e o serviço de S.A.R. ganhará, porque não terá corpos indisciplinados e máos para a defeza geral, pois taes são todos aquelles que fazem muitos, e grandes destacamentos.

**Observação**
Concordamos inteiramente com este parecer, e só temos a dizer, que as fortificações da marinha devem ser construidas de boa enchelaria até o fim do revestimento, e que os seus parapeitos sejão de tijolos e massa para evitar os estilhaços, isto é, as fortificações da marinha, que são banhadas pelo oceano.[96]

Do relatório do cel. engenheiro Beaurepaire Rohan (período imperial):

**Morro de S. Paulo -** Collocado na Ilha do mesmo nome, cuja importancia para a defesa da bahia d'esta cidade, da qual dista proximamente treze leguas, é geralmente conhecida, compõe-se esta fortificação de dois reductos isolados e diferentes baterias disseminadas pelos lados N. L. e O. da referida Ilha, formando systema de modo a bater os navios que demandam o porto, os quaes pelas circunstâncias do canal, são obrigados a exporem-se aos seus fogos.

O desenvolvimento total dos planos de fogo d'esta fortificação é de trez mil e vinte palmos (3020) [664,40m], distribuido pelos fortes, – S. Luiz, Zimbeiro, S. Paulo, Conceição e baterias que unem os dous ultimos, de cada um dos quaes passo a tratar.

**Forte de S. Luiz** – Situado na ponta S.E. da Ilha, a 50 palmos [11m] do nivel do preamar", é de forma trapezoidal, á barbeta, com o desenvolvimento de 212 palmos [46,64m]: está todo reparado, precisando somente da construção d'uma plataforma geral,

96 Relatório sobre fortificações coordenado pelo brigadeiro Galeão, entregue ao Conde dos Arcos em 1810, do qual participaram engenheiros militares, como o cel. Manoel Rodrigues Teixeira, cap. Joaquim Vieira da Silva Pires e 1º ten. João da Silva Leal, este último responsável pelos desenhos. Citado por Accioli (1933, v.4, p. 289–323). Texto à p.319.

ladrilho da casa do terra-pleno, uma grade para o corpo da guarda e fechaduras. Não está armado.

**Zimbeiro** – Ao N. de S. Luiz, de 80 á 100 braças, assentado no cume d'um morro, que se avança para o mar, a L. da Ilha e 270 palmos [59,40m] acima do nivel do preamar.

É um pentagono, cujas baterias á barbeta apresentam o desenvolvimento de 200 palmos. Precisa de reparações em suas muralhas, que se acham com pequenas fendas, e em outras partes de suas obras: construções de plataformas e d'uma casa para a guarda. Também não está montada [a artilharia ?].

**Forte de S. Paulo** – é um forte de forma irregular, composto de seis lados, trez á barbeta e trez a canhoneiras, formando quatro salientes e um reentrante, com o desenvolvimento de 582 palmos [128,04m], assentado na ponta N. da Ilha, e á 15 palmos [3,30m] acima do preamar. A parte á canhoneira, a única montada, contém oito peças de calibre 30.

Este forte soffreu reparações e mesmo augmento de construcções novas, e precisa do seguinte: plataforma geral, cimento nas muralhas velhas, canos de esgoto, rebòco [sic], cantaria para cornijas, ladrilho do terrapleno, cabides e portas.

**Cortina entre S. Paulo e Conceição** – Compõem-se de seis muralhas em direção da costa O. da Ilha, á borda d'agua, formando quatro reentrantes e dous salientes, com duas canhoneiras e tudo mais á barbeta na extensão total de 1211 palmos [266,42m].

Parte desta muralha, 480 palmos [105,60m], está desabada e precisa ser levantada, construindo-se tambem uma plataforma geral.

**Bateria da Conceição** [Forte Velho] – É uma flexa de 174 [38,28m] palmos de desenvolvimento, com quatro canhoneiras nas faces, montadas outras tantas peças de calibre 18, das quaes duas (as da face N.) defendem o lado esquerdo do Forte de S. Paulo, e as outra jogão seus fogos na direção N. O. Está reparada e prompta.

**Bateria a esquerda da flexa** – São as que unem esta á rampa do portaló, e constam de quatro muralhas com oito canhoneiras, (quatro na saliente do centro, e egual numero ao lado esquerdo da entrada) com o desenvolvimento de 642 palmos. Aqui também dous lanços da muralha, na extensão de 179 palmos [39,38m], estão desabados, precisam ser construidos, fazendo-se a competente plataforma.

> Taes são as obras de que se compõe a Fortaleza do Morro de S. Paulo, as quaes, além das construcções e reparações indicadas, precisa da construção de contra forte em todo o desenvolvimento das muralhas e outros pequenos na rampa e casa da polvora.
>
> Concluindo, devo dizer que não ham [sic] esta fortificação accomodações precisas para a guarnição, compativeis com o seu desenvolvimento. (ROHAN, 1896, p. 51, 63)

À vista dos pronunciamentos tomados ao longo do tempo, parece-nos que qualquer discussão sobre a importância do **sistema fortificado** do Morro de S. Paulo seria ociosa. Resta-nos destacar alguns elementos históricos desta praça de guerra, para que se possa ter uma ideia da evolução do seu organismo arquitetônico.

Como já enfatizamos repetidas vezes, entre os estudiosos que investigaram, especificamente, a história das nossas fortificações, é preciso que se destaque a figura de João da Silva Campos, com seu texto *Fortificações da Bahia*. (CAMPOS, 1940) O erudito pesquisador fundamentado em farta documentação primária e na bibliografia clássica de Mirales, Porto Seguro, Acciolli/Amaral, Rocha Pita e outros, deu uma boa fundamentação da história fatual de cada uma das fortalezas e da arquitetura militar.

Acreditamos, particularmente, ressalvando que se trata de hipótese sem fundamento documental específico, que as fortificações do Morro tiveram início até mesmo antes de 1630. Era sabido que neste local se refugiavam navios mercantes fugindo de piratas, e não é provável que adentrassem esta barra sem apoio de, ao menos, uma plataforma de artilharia. O relatório do capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, já citado nas referências, diz claramente:

> [...] mas pelas conteudas vantagens, q tiveram no anno de 1623 nas Guerras com os Hollandezes, "rezultadas da exist.ª desta Fortaleza**"**, e dos avizos que fes o Comand.ᵉ della ao Gov.ᵒʳ do Estado sobre o movimento das Armadas, além da defêza q' faz ás Villas maritimas do Cairú, Camamu, Bopieba e á povoação do Rio das Contas, q' são os celeiros daquella Cidade da Bahia. [97]

Ora, isto é uma indicação que ali já deveria existir qualquer sistema defensivo quando os holandeses estiveram aqui entre 1624 e 1625. Não podemos, entretanto, aceitar a referência de Muniz Barreto como prova definitiva, porque o documento citado foi escrito mais de um século depois da invasão dos batavos.

O que é certo é que era enorme o interesse que os holandeses tinham por estas paragens. Observe-se que nas negociações da paz, como afirma Bernardo Vieira

97 Biblioteca Municipal do Porto (BMP), Ms. 686, fl. 24v.

Ravasco no seu *Discurso*[98], a posse do Morro foi um dos lugares solicitados para ficar como garantia do protocolo. A esperteza diplomática dos holandeses faz entender que eles sabiam que, se controlassem o Morro, controlariam a Cidade do Salvador, *Cabeça do Brasil*. Felizmente, os portugueses não se deixaram levar pela proposta.

A documentação existente parece indicar que as primeiras fortificações definitivas devem ter o seu início entre 1628 e 1630, mandadas levantar pelo governador geral Diogo Luiz de Oliveira (1627-1635). O que é certo é que, em 1631, uma provisão deste governador nomeava um almoxarife para a Fortaleza do Morro. A introdução desse texto pode ser a pista da época em que se iniciaram os trabalhos da fortificação permanente do local:

> Diogo Luis de Oliveira do Conselho de Guerra de Sua Magestade seu Governador, e Capitão Geral. Faço saber aos que esta Provisão virem, que por haver aviso, que o inimigo Hollandez pretende vir situar-se no Morro de S. Paulo, e ser de grande importância a conservação desta Capitania, e as mais deste Estado a defesa, e fortificação daquele Posto para que o inimigo o não occupe ordenei fortifical-o com cuidado [...].[99]

A partir de 1630, a nossa fortificação sempre esteve em crescimento e em obras ou arruinada até o período imperial. Pelo que a documentação deixa ver, a cada atividade de recuperação, quando havia qualquer ameaça bélica, sucedia um período de marasmo e desleixo, "aquele letargo indesculpável das Conquistas"[100], que deixava em ruínas as suas muralhas e instalações.

Um aspecto interessante a ser considerado era a guarnição do sistema fortificado do Morro. Nos primeiros tempos do governador Diogo Luís de Oliveira, tal guarnição se revezava a cada mês. Os problemas logísticos com este transporte fizeram entretanto que, segundo Silva Campos, D. Vasco Mascarenhas, 1º Conde de Óbidos, quando vice-rei do Brasil (1663-1667) determinasse, em 1664, a criação de uma guarnição fixa, recrutando os soldados na região. A carta mandada pelo conde de Sabugosa, justificando a necessidade de continuar, como vinha sendo feito, o provimento da guarnição do Morro com os locais, diz, porém, que quem formou a companhia foi o Conde da Torre, em 1639.[101] Tal procedimento permaneceu até o século XIX. Esta guarnição de *pé de castelo*[102], em muitas oportunidades, foi contestada quanto à sua eficiência, o que pode ser observado através de cartas régias,

98 Arquivo Municipal De Évora (BME). Códice de cópias do Conselho Ultramarino, cota: CV/1-17, fls. 291v. – Discurso de Bernardo Ravasco: [...] *O de S. B.meu da passageem de Pirajá, distante, pouco mais de legoa desta Cidade, he de pedra, e cal* [...].

99 Confira: Biblioteca Nacional (1930b. v.15, p. 467). Provisão datada de 10 de setembro de 1631.

100 Muniz Barreto, *Domingos Alves Branco.* Doc. cit., fls. 6v.

101 Veja-se a justificativa do Conde de Sabugoza, de 16 de maio de 1731. Ver: Arquivo Histórico Ultramarino. - Documentos Avulsos. Cx. 34, doc. n. 37.

102 Jargão militar antigo.

em vista do estado de indisciplina e *apaisanamento* que estes soldados chegavam. Se o problema era grande na praça de Salvador, o que horrorizava os soldados profissionais que chegavam do Reino, como não seria naquelas paragens distantes! Porém, a cada ordem que chegava do Reino, para se fazer uma guarnição rotativa, com efetivos que viessem da capital, uma chuva de lamentações chegava ao rei, com argumentos, os mais variados, como: as dificuldades operacionais, o choque do desemprego dos locais, a dificuldade de os soldados aceitarem o deslocamento, e assim por diante. O que é certo é que esta guarnição, por ser local, nunca teve um aquartelamento, morando em casas, cujo arruamento corresponde, justamente, à via principal da atual povoação. Ou seja, a urbanização do Morro de São Paulo originou-se das casas dos soldados da sua guarnição (Figuras 46 e 47).

***Figura 46*** *– Planta das fortificações do Morro feitas pelo mestre de campo Miguel Pereira. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – BA-963.*

***Figura 47*** *– Desenho do Morro feito por João de Abreu Carvalho, aluno de Caldas, para o texto da Notícia. Fonte: Caldas (1951).*

*46*

*47*

Vem o século XVIII e a Fortaleza do Morro ainda está em construção. O primeiro decênio foi marcado pela famosa polêmica técnica que se estabeleceu entre o projeto do sargento-mor engenheiro Antônio Roiz Ribeiro, que era então engenheiro da praça da Bahia, desde os últimos anos do século XVII, e o cap. eng$^{ro}$. Gregório Gomes, mandado vir do Rio de Janeiro pelo governador Luiz César de Menezes.

A base documental, com parecer do engenheiro-mor do reino Francisco Pimentel, está contida em processo ao Conselho Ultramarino, hoje sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.[103] Por motivos óbvios, neste momento não cabe maiores considerações, a não ser destacar que o parecer de 17 laudas de Gregório Gomes, contestava o projeto de Roiz Ribeiro, a quem se deveu a implantação de algumas estruturas do Morro. Conhecendo-se os antecedentes da documentação, pode-se concluir que a questão não se exaure no domínio de disputa técnica no campo da teoria da arquitetura militar. Seguramente, o nosso bom Antônio Roiz Ribeiro, que foi lente da Aula Militar da Bahia era uma um homem ranzinza e de pouco *discurso*, como dizia o mestre de campo eng$^{ro}$. Miguel Pereira da Costa, mas parece que tinha para certos esquemas escusos locais, um enorme defeito – **era extremamente honesto**. Obviamente, depois de toda a rede de intrigas, El-Rei ordenou que ele voltasse imediatamente para Lisboa. Num ato final de desobediência e desafio ao soberano, deixou os seus ossos nesta terra, e há indícios de que morreu enquanto trabalhava na fortificação do Morro de S. Paulo, como informa o próprio Miguel Pereira.[104]

Outro nome da engenharia militar, que está ligado à história do Morro e à história da engenharia militar e civil da nossa cidade, é o do mestre de campo Miguel Pereira da Costa, a quem já tivemos oportunidade de fazer muitas referências. Tudo indica que ele e o Brigadeiro Massé estavam na visita oficial que o Marquês de Angeja, vice-rei do Brasil, fez ao Morro de S. Paulo, em 1716, cujas providências solicita ao soberano português através de carta detalhada.[105]

As obras do Morro vieram trazer muitos dissabores a Miguel Pereira da Costa, quando o peso dos anos já não lhe permitia assimilar com facilidade estes reveses; contrariedades que, possivelmente, levaram este homem de bem à morte. Um certo provedor-mor, desembargador Pedro de Freitas Tavares Pinto, resolveu acusá-lo perante o rei de irregularidades nas obras do Morro, por não lhe ter dado parte de obras de cortinas que ligavam ao Forte Velho.[106] Em sua defesa, além do companheiro e colega Nicolau Abreu de Carvalho, vem o próprio vice-rei, o Conde de Sabugosa, informando:

> Foy tão desordenada a paixão com que sempre procedeo o Dez.$^{or}$ Pedro de Freytas Tavares Pinto, servindo de Provedor mor da fazenda, a respeito do M.$^{e}$ de Campo Enginheiro Miguel Pereyra da Costa, que cuydou por todos quantos meyos podia escoagitar a malevolencia em desluzir a sua grande capacidade,

103 Arquivo Histórico Ultramarino. *Documentos avulsos,* Cx. 5, n. 59-A.

104 "[...] o sarg.$^{to}$ mor q morreu na fortef.$^{ão}$ do Morro [...]". Ver: Biblioteca Nacional da Ajuda. Carta de Miguel Pereira. Cota: 54-IX-25 (n.65), documento de 18 de junho de 1710.

105 Arquivo Histórico Ultramarino. *Documentos avulsos,* cx 9, n. 19. Carta-Relatório do Vice Rei, Marquês de Angeja, ao Rei de Portugal sobre viagem ao Recôncavo, especialmente ao Morro de S. Paulo. Data: 14 de julho de 1716.

106 Baluarte de quatro planos de fogo (duas faces e dois flancos), que hoje se encontra a meio caminho entre o forte da Ponta do Facho e o chamado Portaló.

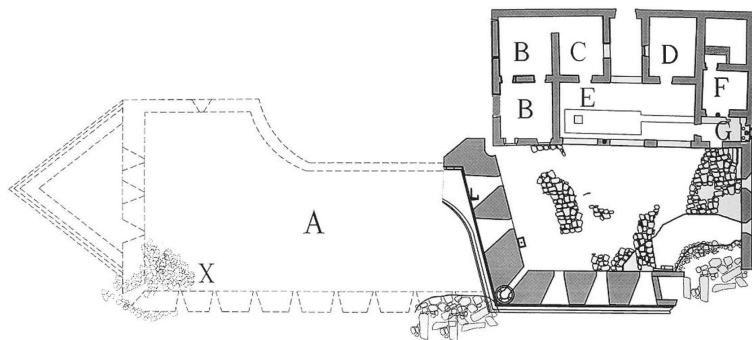
> e aquelle honrado procedimento, desinteresse, e exacção com que se asignalou e distingiu no serviço de V. Mag.[e] com notoria satisfação das suas obrigaçoens, de sorte que moralmente me persuado que foi a total cauza de passar a sua melancolia, a doudisse [sic], e desta á morte.

Argumentando contrariamente às invectivas, chega a ser duro, ao dizer o vice-rei: "A esta escandaloza preposição dezejava eu responder como era justo, porem a modestia, e a veneração com que devo fallar na prezença de V. Mag.[e] me impossibilita [...]."[107]

O grande inimigo da sobrevivência do sistema fortificado do Morro foi sempre o seu terreno. Embora não seja de natureza compressível, é extremamente lixiviável sob a ação das águas. A sua atual morfologia exibe com clareza a marca de deslocamentos de encostas, e não podem passar desapercebidos, ao olho do especialista, os indícios de deslocamento de grandes massas rochosas, que se precipitaram das encostas, algumas delas chegando até o mar. Para o historiador, o assunto está comprovado documentalmente. Quem nos conta o ocorrido é o então sargento-mor engenheiro Nicolau Abreu de Carvalho, através de carta relatório datada de 09.09.1744:

> [...] que a pedra q' se despenhou do corpo da guarda, e de vulto, "q terá mil quintais de pezo" [~ 58.700 kg] aruinou completamente as cazas, e corpo da guarda do forte velho, e só ficou a parede em pé do lado, q' olha p.[a] o Cairû.[108]

Este desastre já tinha sido preconizado pelo comandante da guarnição da praça, cap. Antônio da Silva Sá, que pedia providências contra o iminente sinistro, desde 1742.[109]

***Figura 48*** *– Situação atual do Forte da Ponta ou "do Facho". Levantamento para o projeto de restauro indicando as ruínas. Sugere-se, em pontilhado, a forma existente, no tempo de Miguel Pereira, com base em iconografia de Vilhena, indicando as partes arruinadas, em 1774. Fonte: Oliveira (2004).*

José Antônio Caldas na sua *Notícia* informa no texto da ilustração elaborada por seu discípulo José Abreu de Carvalho: "[…] na ponta da tromba, mas mostra a

107 Arquivo Histórico Ultramarino. *Documentos avulsos,* Cx 9, doc. n. 46.

108 Id., Cx. 84, doc. n. 53.

109 Id., Cx. 77, doc. no 10.

experiência a pouca solidez do ter.º pois an.ª a esta p.e tem arruinado muyto [...].” Com efeito, hoje a bateria que existia nesta parte não mais existe e nota-se enorme movimentação do terreno que não possui mais vegetação.

Conta Vilhena, na legenda do cadastro da Fortaleza do Morro, que uma grande brecha foi aberta pelo mar na construção da bateria baixa da Conceição: “em que X, Z, mostra a ruina que na sua muralha abriu o temporal de Junho de 1774” (VILHENA,1969, p. 220-221)[110] (Figura 48). A constante agressão das águas e os arruinamentos fizeram com que as reformas posteriores tendessem a reduzir a praça das armas da bateria da Conceição, conhecida vulgarmente, na atualidade, como Forte da Ponta do Facho, até que ela assumiu a forma atual, que é a que foi cadastrada no início do século XIX pelo cap. engro. João da Silva Leal.

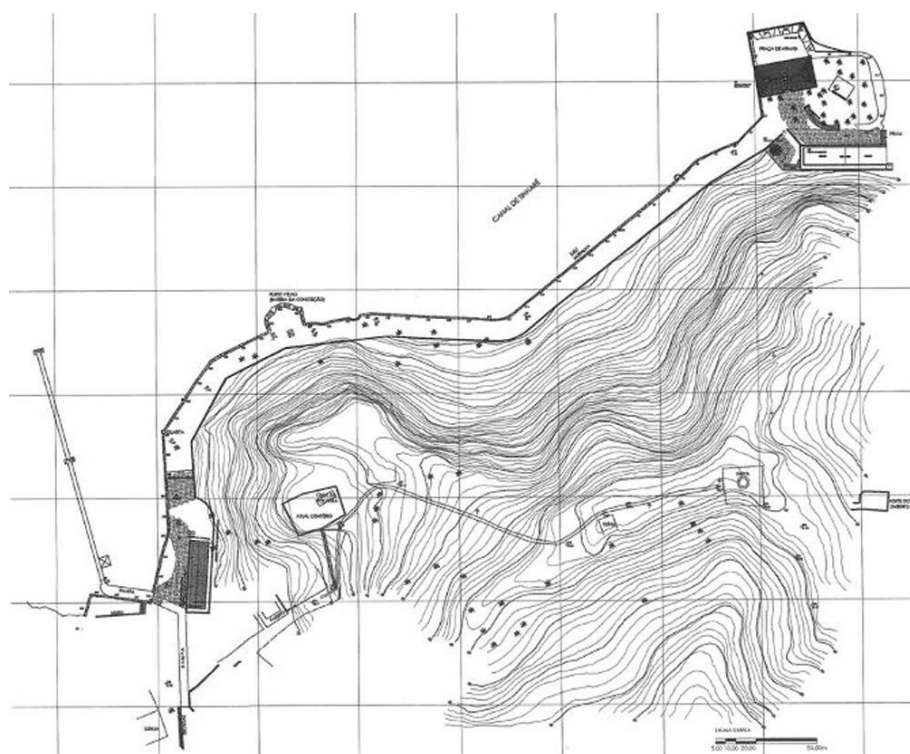



***Figura 49** – Planta de situação das principais defesas do sistema fortificado do Morro de São Paulo. Fonte: Oliveira (2004).*

Esta importante fortaleza está sendo objeto de um amplo projeto de restauração, à espera dos trâmites de financiamento pela Lei Rouanet, sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul (IDES), com a colaboração técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 7ª SR (Figura 49).

110 Confira Vilhena (1969). Carta VI, Estampas entre as páginas 220-221.

# Referências


ALDENBURG, Johann Gregor. A invasão hollandeza na Bahia – 1624-1625. Tradução de D. Clemente M. da Silva Nigra. In: BAHIA. Arquivo Público. *Anais*. Salvador: Imprensa Oficial, 1938. v. 26.

______. *Relação da conquista e perda da Cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961. (Brasiliensia Documenta, v. 1). Serie organizada por Edgard de Cerqueira Falcão.

ARAÚJO, Renata Malcher. Engenharia militar e urbanismo. In: MOREIRA, Rafael (Org.). *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 255.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1928. v. 8.

______. ______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1929. v. 14.

______. ______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1930a. v. 18.

______. ______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1941, v. 53 e v. 54.

______.______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1942. v. 55.

______. ______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1944. v. 64.

______. ______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1945. v. 68.

______.______. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, 1952, v. 97.

______. *Documentos Históricos*; patentes, provisões e alvarás (1625-1631). Rio de Janeiro: M.E.S/ Monroe, 1930b. v.15.

CALDAS, José Antônio. *Noticia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o descobrimento atê o prez.te anno de 1759.* Salvador: Tipografia Beneditina, 1951. p. 354. Edição fac-similada.

CAMPOS, João da Silva. *Fortificações da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: SPHAN, 1940. v. 7.

CARNEIRO, E. *A Cidade do Salvador (1549)*: uma reconstituição histórica. Salvador: Banco Econômico, 1978.

CHABY, C. de. *Synopse dos decretos remetidos ao extinto conselho de guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1667-1706. Decreto de 23 de janeiro de 1705.

COSTA, Luiz Monteiro da. *Certidões de nascimento da Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo*. Salvador: Oficina Tipográfica Manu, 1954. Tese de concurso para a Cátedra de História do Brasil.

______. *Na Bahia Colonial*. Salvador: Progresso, 1958.

FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias 1858-1900*. Apresentação de Katia Queirós Mattoso. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. *Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almeirim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548*. 2. ed. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 1998.

GARCIA, Rodolfo. Transcrição da carta de Luiz Dias dirigida a Miguel de Arruda, datada de 13/07/1551. In: BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais.* Rio de Janeiro, 1939. v. 57.

JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Nova história da expansão portuguesa.* Lisboa: Estampa, 1992. v. 6**,** p. 125.

MIRALES, Ten. Cel. D. J. de. *Historia millitar do Brazil.* In: BIBLIOTHECA NACIONAL. Annaes. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900. v.22, p. 130.

MONTALVÃO, Marquês de. Discurso sobre a conveniência de se fortificar a Cidade da Bahia, Capital do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro,* t.55, p. 77-83, [19--].

MORENO, D. de C. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 144. Edição crítica, com introdução e notas de Hélio Viana.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. La defensa de la entrada de la "Baía de Todos os Santos". In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE FORTIFICACIONES – LAS FORTIFICACIONES Y EL MAR, 4., 2007, Alcalá de Guadaíra. *Actas…* Alcalá de Guadaíra: Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, 2008. p. 93-100.

_______. *As fortificações de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

_______. A Engenharia Militar de Batina. *A defesa Nacional - Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 85, n. 784, maio/ago, 1999.

_______. Morfologia dos Fortes do Mar da defesa de Salvador. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 4., 2001, Salvador. *Anais*... Salvador: FGM/IGHBA, 2001. p. 481-498.

OLIVEIRA JR., Franklin. *Canal conde dos arcos*: uma obra visionária do Período Joanista. Salvador: EGBA, 2008.

OSÓRIO, Ubaldo. *A Ilha da Itaparica*. Salvador: Escola de Aprendizes Artifices, 1928.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Universidade São Paulo, 2000. p. 31-34. Iconografia nº 18.

ROHAN, H. de Beaurepaire. Relatório do estado das Fortalezas da Bahia: transcrição. *Revista do IGHBA*, Salvador, ano 3, v. 3, n. 7, p. 51-63, mar. 1896.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil – 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Edição revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM, p. 261.

SAMPAIO, Teodoro. As inscrições lapidares da igreja da Vitória, na Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. *Revista do IGHB*, Salvador, n. 63, p. 168, 1937.

SANTIAGO**,** Cybele C. Da torre de São Tiago de Água de Meninos ao Reduto de Santo Alberto. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 30, p. 38-47, out. 1999.

SANTIAGO, Cybèle C. A fortaleza que virou escritório. *Tribuna da Bahia,* 4 abr. 2002. Suplemento especial – Fortes da Bahia, n. 2.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia.* Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933. Comentada e anotada por Braz do Amaral. v.3-4.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. [S.l.: s.n, 1854]. Notas da secção XXIV, v. 1.

VAUBAN, Sebastien le Preste de. Veritable maniere de bien fortifier de M. de Vauban. In: GUTIÉRREZ, Ramón; ESTERAS, Cristina (Org.). *Territorio y fortificación:* Vauban, Fernández de Medrano, Ignacio Sala y Félix Prósperi. Madrid: Tuero, 1991. p. 192.

VIEIRA, Bernardo Ravasco. *Lista das fortallezas, fortes, baluartes, e plataformas que ha nesta praça, e seu destricto, e da Artelharia que nella há***.** 1660. Arquivo Histórico Ultramarino – Catálogo de Luiza da Fonseca, doc. 2.264, 1660.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII. Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1, p. 219.

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

TERRAS DE DO ALVAA RODA P COSTA

Bahia de todolos sã tos

TUPINAMBAS

6 braças de preamar d agoas viuas

nadam turcos

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DÕ ALVARO DA COSTA

I TAPARICA

baixas de pre amar dagoas vivas

P: des

# *Recôncavo: território, urbanização e arquitetura*

*Paulo Ormindo de Azevedo*

## *Até onde vai o Recôncavo?*

A pergunta acima coloca uma questão conceitual importante, onde começa e onde acaba o Recôncavo. Acreditamos que não se pode falar de um só Recôncavo. Como observou Milton Santos, o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico, que uma unidade fisiográfica. (SANTOS, 1998, p. 62) Ele variou no tempo, crescendo e diminuindo em função dos ciclos econômicos, mas deixando uma herança cultural, material e imaterial, que sobreviveu a estes mesmos ciclos.

Dentro desta perspectiva tentaremos seguir a evolução do Recôncavo enquanto uma cultura regional formada nas relações de trabalho escravocrata da agroindústria açucareira, que durou três séculos e meio, em meio a crises periódicas, mas também experimentou na segunda metade do século XX o ciclo do petróleo e da industrialização. Territorialmente esta economia não se restringiu à área do massapé. Envolvia, também, os tabuleiros do tabaco, a agricultura de subsistência e a produção de materiais de construção, no Baixo Sul, e a pesca em todo o litoral da Baía de Todos os Santos.

Mas este sistema se dissolve na primeira metade do novecentos, com a crise da agroindústria açucareira e a reestruturação das redes de comunicação e transportes. Durante a segunda metade do século XX, o Recôncavo inicia outro ciclo econômico, o da lavra do petróleo e da industrialização, que contempla apenas a região nordeste da Baía de Todos os Santos. Por entre esses surtos e polos econômicos, sempre existiu uma atividade de subsistência representada pela pesca, pelo extrativismo, pelo criatório e agricultura familiar, e pelo artesanato que deu continuidade e caráter a esta cultura regional. O Recôncavo apresenta, assim, uma grande diversidade local dentro de uma unidade regional. Unidade que tem como principais fatores a Cidade do Salvador e a Baía de Todos os Santos, como observou Costa Pinto (1998; BRANDÃO, 1998a, p. 108).

### *O Recôncavo físico*

Com o nome de Recôncavo é conhecida desde o século XVII a faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. Um "anfiteatro" com três degraus tendo como palco a Cidade do Salvador e como "orquestra" a Baía de Todos os Santos. O Recôncavo é uma região de topografia baixa, com exceção da zona de Cruz das Almas, onde a altitude média é de 200m.

Geologicamente a região é formada por uma fossa tectônica preenchida por sedimentos cretáceos que segue em direção NE, terminando no baixo São Francisco. Esta faixa sedimentar argilosa ou argilo-arenosa representa 60% da área do Recôncavo e é limitada a leste pela Falha de Salvador e a oeste pela Falha

de Maragogipe. Os restantes 40% são constituídos por dois maciços cristalinos. (MATTOSO, 1978, p. 34) Na área de sedimentação cretácea ocorrem solos argilosos profundos, poucos sujeitos à erosão, conhecidos localmente como massapés e classificados como vertsolos.

Eles derivam da decomposição do calcário sob clima tropical úmido.[1] São solos de cor escura, muito ricos em materiais orgânicos, pouco permeáveis, mas que conservam a umidade durante muito tempo. Estes solos quando úmidos sofrem expansão e tornam-se muito pesados e plásticos. Quando secos, endurecem e contraem-se, rachando. Por esta razão são muito difíceis de serem lavrados mecanicamente.[2]

A Baía de Todos os Santos, um antigo vale afogado, apresenta rias, como o Iguape, e nela deságuam alguns rios navegáveis, como o Paraguaçu, o Jaguaripe e o Subaé. Foi neste porto natural, situado no meio da costa brasileira, que os portugueses fundaram, em 1549, a sede do governo colonial, depois do fracasso de outras tentativas de colonização do país. A capital administrativa e praça-forte foi construída no lado interno do maciço cristalino que separa a baía do Atlântico, na crista da falha de Salvador, tendo a escarpa como muralha defensiva.

## *O Recôncavo histórico*

No início, eram os tapuias em volta da baía, depois surgiu a povoação do Pereira (1536) e a partir de 1549 a cidade do Salvador. A partir de 1559, os portugueses ampliam seu domínio territorial através de duas guerras contra os índios e os expulsam de parte dos vales de Jaguaripe e Paraguaçu para ali introduzirem a cana-de-açúcar.

Menos de quatro décadas depois da fundação de Salvador, Gabriel Soares de Souza contava no Recôncavo 16 freguesias, 62 igrejas, 3 mosteiros de religiosos, 8 casas de cozer meles, 36 engenhos moentes e correntes, dos quais 15 eram movidos por bois. Outros quatro engenhos estavam sendo construídos e a produção de açúcar ultrapassava as 120.000 arroubas. (SOUZA, 1971, p. 162) No final do século XVI, o rio Paraguaçu, desde o lagamar do Iguape até o seu trecho encachoeirado, estava povoado em ambas as margens.

Paralelamente às funções primitivas – administrativa e militar – crescia a função portuária de Salvador com a exportação do açúcar e a importação de escravos africanos para produzi-lo e produtos manufaturados do Reino. Nos terrenos impróprios à cana-de-açúcar, surgiu uma lavoura ancilar, o tabaco, que era trocado por escravos na costa da África. Esta lavoura se desenvolveu nos tabuleiros, entre Cruz das Almas,

---

1 Situado a 13º de latitude sul, o Recôncavo apresenta um clima caracterizadamente tropical. Nas ilhas e na área situada a SW da baía a precipitação pluviométrica anual é superior a 2.000mm. Nas zonas altas e secas a precipitação não é inferior a 800mm.

2 O massapé ocorre em muitos municípios do Recôncavo, como Cachoeira (Iguape), Candeias, Itaparica, Mata de São João, Pojuca, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

passando por São Gonçalo dos Campos até Alagoinhas. Ao lado destas lavouras do tipo *plantation system* desenvolveram-se outras de subsistência, especialmente a da mandioca na bacia do Jaguaripe. O Recôncavo canavieiro, aquém Paraguaçu, dependia enormemente do Recôncavo da subsistência, além Paraguaçu, para sua sustentação alimentar, produção de barcos e suprimento de materiais de construção.

A destruição da Mata Atlântica para a expansão dos canaviais e queima de sua madeira nas fornalhas de açúcar foi completa. Uma legislação de 1688, reforçada em 1701, proibia a criação de gado em uma faixa de 10 léguas (60 km) da beira-mar e rios para que os pastos não competissem com os canaviais e lavouras de fumo. No final do século XVIII existiam na Bahia 276 engenhos.

A comunicação de Salvador com seu *hinterland* se fazia em um primeiro momento exclusivamente pela baía e seus prolongamentos naturais, a ria do Iguape e os rios que nela deságuam até o limite de sua navegabilidade. Gabriel Soares, em 1587, afirma que 1400 embarcações podiam ser facilmente requisitadas no Recôncavo se o serviço real necessitasse. Todos os que ali viviam tinham seu barco ou canoa. Os escravos e os pobres comiam quase exclusivamente farinha de mandioca, peixes e mariscos. (AZEVEDO, 1982, p. 11-16)

Os rios tiveram uma importância relativa como canais de fluxo nesse imenso território, já que eram navegáveis apenas em pequenas extensões de seu curso baixo. Mas aos poucos eles vão sendo continuados por picadas de tropas e boiadas em direção ao sertão e ao rio São Francisco, onde existiam grandes currais. Seus vales foram vias importantes de penetração, local de produção agrícola e criatório e eles próprios força motriz viabilizadora da expansão dos engenhos e fixação de povoações, muitas das quais sugiram como pousos de boiadas.

No final do século XVII, são elevados a vila os principais portos da região: Jaguaripe em dezembro de 1697, Cachoeira em janeiro de 1698 e S. Francisco do Conde em fevereiro do mesmo ano. Curiosamente os termos dessas vilas são as bacias dos rios que banham essas vilas. O maior desses termos, o de Cachoeira, ia dos atuais municípios de Santo Amaro, a leste, Santa Barbara e Ipirá, ao norte, Rui Barbosa e Lajedinho, a oeste, e Brejões e Amargosa, ao sul.

A cadeia de produção da agroindústria açucareira não se restringia à cana, à lenha, ao tabaco, à mandioca, ao peixe e à cachaça. Incluía também o gado, uma das mais presentes forças motrizes e de tração nos engenhos e importante fonte de proteína. Este fato e a proibição de criar gado a menos de dez léguas da baía explicam a extensão do termo de Cachoeira, que chegava até ao sopé do planalto, depois conhecido como Chapada Diamantina. Entendido desta forma, o Recôncavo, no século XVIII, chegava até a encosta da Chapada Diamantina.

No início do século XIX, o Recôncavo se expande novamente. Os terrenos dos engenhos de "borda d'água" estavam cansados e faltava lenha para aquecer suas fornalhas. Engenhos grandes com mil tarefas tinham apenas 30 a 60 cultivadas

Questões de sucessão e herança complicavam também a produção. Surgem assim engenhos bem menores localizados mais para o interior, chamados de engenhos "mata adentro" fundados por novos e descendentes de senhores de engenho. Eram engenhos que não ultrapassavam uma dezena de tarefas, mas possuíam terra virgem e lenha em abundância. Além do mais, não estavam voltados exclusivamente para a produção de açúcar para exportação, que sofria grande flutuação de preço, senão para abastecer o mercado local, e complementados pelo criatório de gado e culturas de subsistência.

Entre 1828 e 1834, foram fundados 141 novos engenhos, mas cerca de um terço devia estar em Sergipe. Esta expansão se faz em duas direções: norte, seguindo a faixa de massapé que passava por Terra Nova e chegava até Teodoro Sampaio, distante 40 km da baía. Em direção oposta, tornejando a baía, chegava até o vale de Jaguaripe, tradicional região de produção de farinha de mandioca e materiais de construção. (AZEVEDO, E., 2009, p. 32-38) Durante a realização do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia encontramos engenhos na fronteira de Sergipe, nos municípios de Entre Rios, Cardeal da Silva e Conde e na direção sul, nos Tabuleiros de Valença, em Nilo Peçanha e Taperoá.[3]

No final do século XIX, a agroindústria do açúcar, que sempre viveu em altos e baixos, devido ao protecionismo e à concorrência internacional, recebe seu tiro de misericórdia devido a uma praga e ao agravamento da concorrência do açúcar do Caribe. Nem a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1877), em São Francisco do Conde, e dos engenhos centrais estimulados pelo Governo Imperial, como o Bom Jardim (1880), em Santo Amaro; Pojuca (1882), em Catu; e Iguape e Rio Fundo (1886), em Santo Amaro, com tecnologia industrial, contornariam a crise da agroindústria de exportação. (ARAÚJO, 2002, p. 108-123)

Sobreviveram umas poucas usinas com equipamentos adquiridos dos engenhos-centrais falidos, produzindo apenas para o Estado, em que se destacam a Aliança (1892), em Santo Amaro; Cinco Rios (1900-1987), no distrito de Maracangalha, em São Sebastião do Passé, e mais duas menores, do mesmo grupo, além de alguns banguês na bacia do Jaguaripe produzindo para o mercado local. Por outro lado, tentativas de industrialização do algodão da encosta da Chapada Diamantina com a instalação de fábricas de tecidos grossos em Salvador e em Valença e de charutos em Cachoeira, São Félix e Maragogipe fracassam, na primeira metade do século passado, deixando um exército de mulheres sem trabalho nessas cidades.

Outro fator determinante da decadência do Recôncavo foi a substituição da hidrovia pelas novas estradas de rodagem. As cidades portuárias do Recôncavo, além de serem atingidas pela crise do açúcar e do fumo, experimentam um processo

3 Assinale-se em Entre Rios, o Engenho Buri; em Cardeal da Silva, os engenhos Cambuís e da Barra; em Conde, o Engenho Rio Branco; em Nilo Peçanha, o antigo Engenho Mutumpiranga; e em Taperoá, o antigo Engenho Bom Retiro.

de marginalização frente às novas redes de transportes. A aprovação do Plano Rodoviário Estadual, em 1917, e a unificação pelo Governo Federal, vinte anos mais tarde, das ferroviárias criadas por aquelas mesmas cidades, tiraram destes centros urbanos a condição de capitais sub-regionais, drenando toda a produção de suas antigas áreas de influência diretamente para o porto de Salvador. (AZEVEDO, P., 1982, p. 11-16)

Com a implantação da indústria automobilística nacional, no final dos anos 50, este processo se acelera e os produtos do sertão e da Chapada Diamantina já não passavam pelos portos da região, iam direto a Salvador, ao tempo que Feira de Santana e Alagoinhas, enlaces de vias ferroviárias e rodoviárias, ganhavam importância e formavam novas redes urbanas.

## *O Recôncavo contemporâneo*

É neste quadro de decadência que ocorre a descoberta e início de exploração do petróleo na falha geológica de Salvador, em Candeias, a partir de 1941. A indústria do petróleo no Recôncavo se expande com o início da construção da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em 1949, a criação da Petrobras, em 1953, e do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE), no final dos anos 50. Thales de Azevedo, em 1959, após caracterizar o Recôncavo como uma área ocupada há quatro séculos pelo *plantation system* açucareiro, ressalta, citando G. G. Baroso, que:

> Do ponto de vista do petróleo, entretanto, chama-se de Recôncavo uma área muito maior, de natureza geológica característica, estendendo-se em forma de faixa orientada aproximadamente no sentido Norte-Sul, da Baía de Todos os Santos, inclusive suas ilhas, até uma linha que passa perto de Coração de Maria, sul de Inhambupe e serra de Arapuá. Nessa área além da cultura da cana, incluem-se fazendas de pecuária, lavouras de cereais e outras atividades rurais. (AZEVEDO, 1998, p. 185-216)

A atividade petrolífera provoca profundas mudanças na economia, urbanização e relações sociais da região. A lavra do petróleo era inconciliável com as atividades tradicionais, como o canavial e a agricultura de subsistência, ou de novas, que começavam a prosperar na região, como o cultivo do cacau, do dendê, de hortaliças e a avicultura. O volume de recursos derramados na região sob a forma de salários, contratos de serviços, compras efetuadas no mercado local era enorme e provocava uma inflação local, especialmente na habitação e nos salários, que as demais atividades não podiam acompanhar. Os poços de petróleo se esgotariam em um quarto de século e a Petrobras concentra suas atividades na RLAM e no TEMADRE.

Em 1958, L. A. Costa Pinto define Recôncavo como uma linha que, partindo de Santo Amaro de Ipitanga, dirige-se a Mata de São João, São Sebastião do Passé, Santo Amaro, Humildes, em Feira de Santana, envolvendo, a seguir, S. Gonçalo dos Campos, Cachoeira, Conceição da Feira, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Santo Antônio de Jesus, Nazaré, Aratuípe e Jaguaripe. Subdivide-o em cinco zonas: da pesca e do saveiro, do açúcar, do fumo, do petróleo e zona urbana de Salvador. (PINTO, 1998, p. 105)

Milton Santos, um ano mais tarde, com base em estudo pioneiro sobre a rede urbana do Recôncavo, define a região com 25 municípios, incluindo aqueles que em função dos novos meios de transporte passam a exercer centralidades muito fortes na região, como Feira de Santana e Alagoinhas. Os municípios que integrariam a região seriam:

> Alagoinhas, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Castro Alves, Catu, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Irará, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de S. João, Muritiba, Nazaré, Pojuca, S, Antonio de Jesus, S. Amaro, S. Estevão, S. Feliz, S. Felipe, S. Francisco do Conde, S. Gonçalo dos Campos, S. Sebastião do Passé, além de Salvador. (SANTOS, 1998, p. 61-62)

A adoção pelo Governo Federal de políticas visando o desenvolvimento do Nordeste, idealizadas por Celso Furtado em 1959, possibilitou à Bahia deflagrar um processo de industrialização numa das áreas mais tradicionais de engenhos do Recôncavo. O Centro Industrial de Aratu (CIA), implantado em 1967, capta os maiores créditos e incentivos fiscais do Banco do Nordeste e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Nordeste. Mas a dispersão de infraestrutura e recursos em um distrito industrial de 436 $km^2$ sobre o massapê e a pouca atratividade dos incentivos fiscais da SUDENE não levam ao sucesso esperado, exigindo a reformulação do projeto, no início dos anos 80. Mais consistente foi o projeto de criação do Complexo Petroquímico de Camaçari de autoria do economista Rômulo Almeida. O centro reúne, hoje, 90 empresas do setor petroquímico, automotivo, de fertilizante e celulose.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em estudos realizados em 1967, reconhece pela primeira vez uma Região Metropolitana de Salvador diferenciada do Recôncavo propriamente dito. Assim o antigo Recôncavo seria dividido em duas microrregiões: 150 – Salvador, que além da capital compreendia Camaçari, Candeias, Catu, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, S. Francisco do Conde e Simões Filho e 151 – Recôncavo baiano, compreendendo 35 municípios que vão de Teodoro Sampaio a Jaguaripe, na direção N-S, e de Santo Amaro a Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, na direção E-W. As duas microrregiões totalizam

área de 10.400 km$^2$. Este tem sido o recorte utilizado pelos que têm estudado esta região mais recentemente.[4] Em 1973, o Governo Federal criou, entre outras, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), ligeiramente menor que a microrregião 150 do IBGE. Com a inclusão de três novos municípios, entre 2008 e 2009, a RMS praticamente coincide com a microrregião 150.[5]

A última definição de Recôncavo foi dada em 2007 com o Plano Plurianual 2008-2011 do governo do Estado da Bahia, que identificou 26 *territórios de identidade*. O Recôncavo é o de número 21 e é formado por vinte municípios, inclusive alguns muito distantes da Baía de Todos os Santos, como Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves.[6] O território de identidade nº 26, Região Metropolitana de Salvador, que não coincide com a delimitação oficial da mesma região, compreende Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila, Simões Filho, Candeias, Salinas da Margarida, Vera Cruz, Itaparica e Madre de Deus. É incompreensível a inclusão de Salinas da Margarida neste rol. O critério desta distinção, aparentemente, é a estagnação e o dinamismo econômico e não os valores da identidade e pertencimento.

Como se vê, o recorte do Recôncavo tem mudado segundo os ciclos econômicos. O Recôncavo açucareiro dos séculos XVII, XVIII e XIX não tem o mesmo recorte, nem o do petróleo, de meados do século XX, ou o atual que excluiu a área não industrializada. Resta saber o que se sedimentou como cultura identitária, não só nas manifestações materiais, como a arquitetura, a arte e o artesanato, como nas imateriais ainda vivas, incluindo modos de ser e de fazer, celebrações e crenças.

## *Uma rede de portos, pousos e rótulas*

### *Origem das vilas e cidades*

Para compreendermos o processo de urbanização ocorrido no Recôncavo é preciso analisar a origem dos primeiros povoados e vilas e sua estruturação em redes. Isto é importante, inclusive, para compreendermos a forma urbana dessas vilas e cidades e sua arquitetura.

4 Segundo o IBGE, a Microrregião do Recôncavo (151) compreende os municípios de Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Conceição de Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Moniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, S. Amaro, S. Antônio de Jesus, S. Félix, S. Felipe, S. Gonçalo do Campo, S. Sebastião do Passé, Sapeaçu, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Vera Cruz.

5 Originalmente, a RMS compreendia: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Vera Cruz, S. Francisco do Conde e Itaparica. Houve dois desmembramentos de municípios e a inclusão, pelo Estado da Bahia, em 2008, de Mata de São João e S. Sebastião de Passé e, em 2009, de Pojuca.

6 Dados disponíveis em: <www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/território_identidade/pdf//reconcavo.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010. O T. de Identidade no. 21, RMS, compreende: S. Sebastião do Passé. S. Francisco do Conde, S. Amaro, Saubara, Cachoeira, S. Félix, Governador Mangabeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cruz das Almas, Maragogipe, Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, S. Felipe, D. Macedo Costa, Nazaré e S. Antônio de Jesus.

### *Povoações Sentinelas*

O processo de urbanização do Recôncavo obedeceu em um primeiro momento a critérios defensivos e administrativos. De alguma forma ele reproduz a própria fundação de Salvador, em 1549, como cidade-porto e cidadela. Cairu, localizada em uma ilha, e Morro de São Paulo, com sua enorme fortaleza, são exemplos emblemáticos. Não é sem razão que Jaquaripe, situada na entrada da "barra falsa" da Baía de Todos os Santos e foz de um rio navegável, foi a primeira povoação, depois de Salvador, a ser transformada em vila, em 1697, seguida por Cachoeira, no limite de navegação do Paraguaçu, e São Francisco do Conde, no ano seguinte.

Estas são vilas mononucleares edificadas sobre pequenas colinas ou na parte mais elevada da ribeira, dominando o mar e o interior, de onde poderiam vir ataques indígenas. Devido à topografia mais amena da região, não se repetiu o modelo bipolar luso introduzido em Porto Seguro e repetido em Salvador, ou seja, cidades construídas em acrópole tendo a seus pés o porto. Nesse caso, o casario do núcleo administrativo e religioso escorre suavemente até a margem da baía, mas sem separação entre a vila e o porto. O mesmo modelo foi seguido em Maragogipe, no delta do Guaí.

Nesta categoria de povoações sentinelas podemos incluir também Itaparica, antiga Ponta da Baleia, uma armação de pesca do cetáceo que servia ainda a vigiar e assegurar a passagem dos víveres provenientes do vale do Jaguaripe e Baixo Sul para o Recôncavo e Salvador pelo Canal de Itaparica. Esta função militar foi posta à prova com sucesso durante as lutas de independência, em 1823.

O castelo de Garcia D'Ávila sobre uma colina e a povoação de Tatuapara junto ao porto, atual Praia do Forte, era um ponto avançado de vigilância na entrada da Baía de Todos os Santos. Este castelo teve uma importante função de transmissão de alertas da aproximação de barcos inimigos. Mensagens cifradas de fumo e tochas eram transmitidas de sua torre para a cadeia de aldeias jesuíticas e outras povoações até chegar a Salvador. (AZEVEDO, 1982)

### *Aldeias Jesuíticas*

Algumas cidades da hoje Região Metropolitana de Salvador (RMS) nasceram de missões jesuíticas transformadas em vilas, quando da expulsão da ordem pelo marquês de Pombal, em 1759. Elas formavam uma rede ao longo do Litoral Norte, que ligava Salvador a Olinda e servia de pouso a boiadas e tropas de mulas. O melhor exemplo conservado desse urbanismo é a Vila de Abrantes, antiga aldeia do Divino Espírito Santo, fundada em 1558, em Camaçari, embora seu terreiro tenha sido reduzido em um terço no início da década de 1960. A rede incluía ainda as aldeias de São João, atual Mata de São João, e Santo Antônio do Arguim, ou Massarandupió, no mesmo município.

Eram aldeias constituídas por um amplo terreiro retangular com uma igreja em uma das cabeceiras. De cada um de seus cantos saíam caminhos que conduziam a outras aldeias, à praia e à mata. Este esquema foi adotado trinta anos mais tarde nos arraiais de Trancoso e Vale Verde, em Porto Seguro, e em Olivença, em Ilhéus. Segundo documento do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (n° 1041), integrante do Fundo Eduardo Castro de Almeida, tinha a mesma planta a aldeia de N. S. dos Prazeres de Jequiriçá, dizimada por pestes, que ficava no caminho que ligava a aldeia de Santo Antônio dos Índios, atual Aratuípe, à Chapada Diamantina e ao rio São Francisco.

Segue também este modelo a antiga vila de Santo Amaro de Ipitanga, em Lauro de Freitas. Pela sua forma urbana e localização, a meio caminho entre Itapuã e a Vila de Abrantes, é provável que tenha sido uma pequena redução jesuítica, embora não exista comprovação documental. Para além da RMS, existiam as aldeias de Itapicuru de Baixo, atual Conde, e Abadia, famosa feira de gado, quase na fronteira com Sergipe.[7] Por entre essas aldeias haviam algumas povoações, como Itapuã, onde primeiro se estabeleceu Garcia D'Ávila e Tatuapara, onde ele estabeleceu seu quartel general definitivo para a conquista do sertão com seus currais. Ao longo desse caminho, que cortava a bacia dos rios que deságuam diretamente no Atlântico, se estabeleceram, no início do século XIX, alguns engenhos.

### *Povoações de Engenhos*

Nas vilas criadas no final do século XVII, as funções de sentinela e administração foram logo sobrepujadas pela portuária, como ocorreu em Salvador. Cachoeira foi precedida, ainda no final do século XVII, pela aldeia jesuítica de Santiago do Iguape, mais próxima da foz do Paraguaçu. A preponderância das funções portuária e comercial sobre as demais fez com que povoações mais interioranas situadas no limite de navegação desses rios tivessem maior crescimento, como é o caso de Nazaré das Farinhas, Cachoeira e Santo Amaro. Além do mais, elas se especializaram, a primeira como porto de subsistência e materiais de construção, a segunda como porto fumageiro e a terceira como açucareiro, o que evitou a concorrência entre elas. (SANTOS, 1998, p. 70-71)

Nos três casos, engenhos deram origem a povoações que antecederam a criação das sedes administrativas. Jaguaripe, na foz do mesmo rio, controlava a entrada a uma rica bacia de produção de mandioca, materiais de construção – madeira, pedra, cal, telha, tijolo – e utensílios de cerâmica. Ainda no final do século XVI, ali teve engenho Gabriel Soares de Souza. Nazaré das Farinhas, situada no limite de navegação do mesmo rio Jaguaripe, nasceu também de um engenho pertencente a Fernão Cabral de Athaíde (1584).

7 Azevedo (1984, v. 1, p. 5; 1982a, v. 2, p. 25, 267; 1999, v. 6, p. 117).

Em Cachoeira, um primeiro engenho foi instalado no local por Rodrigo Martins, seguido por outro de Álvaro Rodrigues Adorno, ainda no final do século XVI, mas foram hostilizados pelos índios e recuaram. Finalmente, em 1654, João Rodrigo Adorno estabeleceu definitivamente seu engenho e capela no local. A povoação foi elevada a vila em 1698. São Francisco do Conde, na foz do Subaé, nasceu onde existia o Engenho Real de Sergipe do Conde (1563), pertencente a Francisco de Sá, filho de Mem de Sá. Mas o chamado ponto de rotura de carga era a povoação de Santo Amaro da Purificação, onde existia uma capela de Santo Amaro, edificada pelos beneditinos.[8]

Nestes portos, terra adentro, a produção local de açúcar, cachaça, fumo e farinha era embarcada em saveiros para Salvador para serem exportadas. Outros produtos, como azeite de dendê, piaçava, peixe seco, cerâmicos, bem como os vindos do sertão – bois, carne seca, couro e salitre – eram enviados à capital e a outras vilas e povoações da Baía de Todos os Santos, para consumo local. No retorno de Salvador os saveiros, tangidos pela viração da tarde, traziam escravos africanos e produtos importados da metrópole, como tecidos, ferramentas, pólvora, bacalhau, azeite e vinho, que nessas vilas parte trocava o saveiro pelo lombo do burro para chegar ao sertão e às barrancas do São Francisco.

A riqueza dessas vilas fluviais se deve, não só à produção regional de exportação, como ao intenso comércio com Salvador e o sertão. Estas são cidades de fundo de vale desenvolvidas nas duas margens de um rio. Em consequência desta condição geográfica elas se desenvolveram seguindo duas diretrizes lineares paralelas ao rio, depois ligadas por pontes. Este é o modelo seguido, também, por Valença, cortada pelo rio Una.

### *Feiras e pousos de gado*

Os bois, ao lado das quedas d'águas, eram uma das principais forças motrizes e de tração nos engenhos, mesmo depois da introdução do vapor, no início do século XIX, além dos primeiros serem também uma das principais fontes de proteínas dos brancos. Pode-se, portanto, imaginar a importância de seu comércio na região. Mas eles tinham que vir de longe, pois, como já vimos, legislações de 1688 e de 1701 proibiam sua criação em uma faixa de 10 léguas (60 km) da ribeira da baía e de rios do Recôncavo. Ao longo de estradas e caminhos por onde descia o gado do São Francisco, nos locais de pouso e aguada surgiram vilas e cidades.

Dias d'Ávila é uma delas. Ali existia a famosa feira de Capuame, local de comercialização de bois de tração, mulas e cavalos para carga e montaria. Eram as boiadas que desciam pelo litoral vindas de outra feira famosa a de Abadia. A partir

8 Azevedo (1982a, v. 2, p. 93-100, 159-166; 1982b, v. 3, 27-38, 159-166, 239-246, 329-334).

de 1614, Capuame passou a ser conhecida como Feira Velha, quando se firma Olhos d'Água, atual Aramari, melhor localizada para distribuição do gado no Recôncavo em consequência de novos caminhos para o sertão.

Depois da expulsão dos holandeses, se abriram novas estradas de boiadas, mais interioranas e curtas, ligando Cachoeira ao médio São Francisco. Uma dela saía de Cachoeira, passava por Capoeiruçu, chegava a Santana de Olhos d'Água, onde se consolidou uma grande feira de gado, a Feira de Santana. Neste ponto a estrada se bifurcava, um ramo indo para Jacobina e o Piauí outro para Juazeiro e Pernambuco. À margem desta última estava Alagoinhas, que abrigou uma feira de gado de relativa importância reforçada pela chegada da ferrovia.[9] (AZEVEDO, 1982, p. 20-23)

Dias D'Ávila, Aramari, Feira de Santana e Alagoinhas são todas cidades nascidas de feiras de gado e integravam o Recôncavo canavieiro, pois a cadeia produtiva do açúcar incluía necessariamente o gado. Essas cidades, todas elas situadas ao longo de estradas de boiadas, que foram depois superpostas por ferrovias e rodovias, se transformam em nós de uma nova rede tendo como cabeça Salvador, mas diversa daquela vigente até o final do século XIX com base nas vilas fundadas na transição do século XVII para o XVIII. Milton Santos constata, em 1959, a centralidade exercida por Feira de Santana e Alagoinhas na região, roubada das vilas-portos e em especial de Cachoeira.

### *Santuários de peregrinações*

Não são muitas as vilas e cidades que tiveram esta origem no Recôncavo. Um caso típico de povoação nascida de local de peregrinação é Candeias. Naquele local, em terras de um engenho pertencente aos jesuítas, fiéis construíram em 1641 uma capelinha no topo de uma colina em cuja fralda existia uma fonte milagrosa. O local se transformou em um centro de peregrinações, especialmente no dia da padroeira, Nossa Senhora da Purificação, 2 de fevereiro. Surge assim uma povoação que daria lugar à vila que a partir de 1958 é a sede de município emancipado de Salvador.[10]

Maragogipe é outra vila desta origem. Deve ser do início do século XVII a peregrinação a este local na última 2ª feira de agosto. A criação da paróquia, segundo alguns autores, é de 1640 e a igreja atual, com galerias laterais abertas para abrigar peregrinos, data de 1680, para outros autores. Não há uma tipologia especial dessas povoações, mas neste caso, como no de Candeias, a capela que deu origem à povoação estava no cume de uma elevação.

A vila de Santo Amaro nasceu em volta da capela da mesma invocação edificada pelos beneditinos em terreno de 400 braças em quadra, que ganharam em 1607 de Gonçalo Alves, que o havia adquirido cinco anos antes de Dona Felipa de Sá, filha

9 Ver: Azevedo ( 1999, v. 6, 20-23).
10 Ver também Azevedo (1982a, v. 2, p. 37-38, 93-100, 135-136; 1982b, v. 3, p. 185-194).

de Mem de Sá. O local não era propriamente um santuário de peregrinação, mas a povoação nasceu de uma motivação religiosa e se desenvolveu pelo fato de estar no limite de navegação do Subaé.

## *Formação da rede urbana*

Independente da origem, as vilas e cidades do Recôncavo formavam redes. A cidade do Salvador exerceu uma centralidade muito forte em todo o Recôncavo durante quatro séculos, mas tinha uma característica particular, a sua excentricidade espacial e descontinuidade territorial com o *hinterland,* o que fugia de teorias como a dos *lugares centrais* de Christaller. Esta característica particular da Baía de Todos os Santos e seu recôncavo determinou o aparecimento na região de uma macrorrede com algumas redes subsidiárias.

Quem primeiro estudou a rede urbana do Recôncavo foi Milton Santos, num momento em que a região passava por grandes transformações com a lavra do petróleo. Ele não faz referência a este fato em seu artigo, ou porque já havia sido esgotado por Costa Pinto e Thales de Azevedo, ou porque ele identifica um processo de mudança no Recôncavo, anterior e mais profundo que a presença da Petrobras, aquele deflagrado pela revolução dos transportes. Com um olhar de geógrafo, ele identifica três gerações de cidades na região, que de alguma formaram redes sucessivas:

> Jaguaripe, Cairu, S. Francisco do Conde, à imagem e semelhança de Salvador, implantadas sobre o cocuruto dos morros, numa posição a um tempo de defesa e de posto avançado, na foz de um estuário (Jaguaripe) ou de um rio(S. Francisco do Conde), numa ilha (Cairu) sempre perto do mar.
> Cachoeira, Nazaré, S. Amaro correspondem a uma segunda geração, núcleos criados a beira-rio, no limite de navegação fluvial. São cidades de vale, comprimidas entre morros, estendendo-se de forma linear [...]
> À derradeira geração – a terceira – pertencem Feira de Santana e Alagoinhas, cidades da era do transporte mecânico, surgidas em áreas planas, com ruas largas e abertas ao sol segundo um plano que, apesar das tentativas mais recentes de racionalização, não esconde a sensível influencia das estradas. (SANTOS, 1998, p. 80)

Este esquema apresenta algumas lacunas, como a omissão da rede de aldeias jesuíticas, já vista, formada a partir de 1558, que embora contemporânea à primeira geração de povoações não tinha função defensiva, senão primordialmente de comunicação num trecho da costa brasileira muito sujeita a calmarias. Era uma rede linear e balizadora da estrada de ligação de Salvador com Olinda, por onde descia

parte das boiadas do São Francisco parando na feira de Abadia, na fronteira com Sergipe, e terminando na feira de Capuame, atual Dias D'Ávila.

Além do tráfego de boiadas, animais de cargas e pessoas, esta rede teve uma importante função de advertir Salvador, mediante fumo e tochas, da aproximação de barcos inimigos. Estas mensagens eram transmitidas da almenara ou torre de Garcia D'Ávila para a aldeia de São João (Mata de São João) e retransmitidas pela do Espírito Santo (Abrantes) para as povoações de Itapuã e Rio Vermelho e dali para Salvador. (AZEVEDO, 1982)

### *A rede de vilas-portos*

Em tese recente, Adriano Bittencourt Andrade, com farta documentação cartográfica e documental, analisa a formação da rede de vilas setecentistas no Recôncavo. São cinco as vilas elevadas a esta condição num espaço de apenas trinta anos: Jaguaripe (1697), Cachoeira (1698), São Francisco do Conde (1698), Maragogipe (1724) e Santo Amaro (1727). Elas revelam uma política da Coroa de exercer o domínio sobre redes urbanas preexistentes, que davam acesso ao sertão, no momento em que se descobria ouro em Minas Gerais e no sertão da Bahia. A transformação desses portos em vilas tinha como objetivo controlar o contrabando, a evasão de impostos e os conflitos sociais nessas áreas, através de portais administrativos e fiscais de ingresso ao interior. Nenhuma outra vila é criada no século XVIII no Recôncavo.

Com razão o autor considera como Recôncavo o limite político dos termos dessas cinco vilas. Este era de fato o Recôncavo do século XVIII, que incluía além da região da produção da cana, do tabaco e da mandioca, também o vale do Paraguaçu, onde estavam grandes currais de reprodução da força motriz, os bois, de grande parte dos engenhos de açúcar. (ANDRADE, 2010)

De cada uma dessas vilas-portos, marítimas ou fluviais, saíam caminhos ao longo dos quais se fixaram populações. A hidrografia comandou a formação dos termos dessas cinco vilas, refletindo suas áreas de influência. São todas bacias hidrográficas. A maior delas, a do rio Paraguaçu, correspondendo ao termo da vila de Cachoeira ia até o sopé da Chapada Diamantina. Seguia-se a bacia dos rios que deságuam diretamente no Atlântico, formadora do termo de Salvador; do rio Jaguaripe, que definiu o termo e deu nome à vila; do Subaé, correspondente ao termo da vila de São Francisco do Conde, de onde se desmembrou em 1727 Santo Amaro, e do Guaí, delimitadora do termo de Maragogipe.

No Litoral Norte, na bacia dos rios que deságuam diretamente no Atlântico, surgiu, como já vimos, a rede das antigas aldeias jesuíticas ao longo do caminho litorâneo que ligava Salvador a Olinda e que deu origem a algumas povoações e vilas como Itapuã, Lauro de Freitas, Vila de Abrantes, Mata de São João e Massarandupió. Na bacia do Subaé, as povoações surgem em volta dos engenhos e mais tarde das

usinas, que reuniam uma grande quantidade de mão de obra. Na bacia do Paraguaçu, que corresponde ao termo da Vila de Cachoeira, onde prevalecia o minifúndio do tabaco, nos pontos de comercialização do produto e pouso das tropas que do sertão e Chapada demandavam os portos de São Félix e Maragogipe.

No Recôncavo Sul, da subsistência, relativamente isolado de Salvador pela maior distância e pelo mar aberto, forma-se uma rede em torno do porto de Nazaré, que incluía as vilas de Cairu, Valença, Jaguaripe, Aratuípe e Santo Antônio de Jesus, esta situada na transição dos tabuleiros para a encosta da Chapada Diamantina. Nessa época, como sugere Maria Brandão, o Recôncavo incluía em sua economia o Baixo Sul, grande produtor de alimentos, até pelo menos a Baía de Camamu. (BRANDÃO, 1998b, p. 30)

Todas essas pequenas redes se ligavam a Salvador e entre si, prioritariamente, através de saveiros e, mais tarde, navios de pequeno calado. A Baía de Todos os Santos foi importantíssimo meio de comunicação e trocas. Sua navegação não se restringia à ligação entre cada uma dessas vilas e Salvador. Nem todo o comércio era de exportação e importação. Havia um enorme tráfego transversal neste mediterrâneo baiano.

O Recôncavo canavieiro, aquém Paraguaçu, dependia enormemente do Recôncavo além Paraguaçu, do tabaco, da renovação dos bois de tração, da subsistência e da produção de barcos e provisão de materiais de construção. Infelizmente não ficaram registros das esteiras desses saveiros para conhecermos a origem e o destino de seus deslocamentos pendulares na baía, ao ritmo do terral matutino e da viração vespertina. Havia também caminhos ligando essas redes. Cachoeira, pela localização interior profunda, e extensão de seu termo, tinha um maior protagonismo, que as demais vilas. Mas nenhuma, inclusive Cachoeira e Santo Amaro, chegava a ser uma capital regional, pois todas dependiam do porto de Salvador para as suas exportações e importações. Seriam *relais*. Milton Santos preferia chamá-las de capitais sub-regionais. (SANTOS, 1998, p. 88-89)

Podemos, portanto, considerar que existia uma macrorrede urbana regional, que ligava sua cabeça, Salvador, a cidades-portos à margem da Baía de Todos os Santos, que formavam, por sua vez, redes sub-regionais. A das aldeias jesuíticas do Litoral Norte tinha uma conformação linear, as de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe podem ser consideradas de conformação arbórea e a de Nazaré de tipo lugar central, embora depois se estendesse linearmente em direção ao sudoeste, até Jequié.

Se a formação dessas redes está intimamente ligada às bacias hidrográficas que deságuam na Baía de Todos os Santos, recorremos à geografia, e mais especificamente aos estudos de drenagem, para classificar a macrorrede urbana do Recôncavo, que tinha como cabeça Salvador, como de padrão anelar. A baía com seu colar de vilas periféricas é o grande estuário, a grande bacia de integração das redes

urbanas sub-regionais. Existiam, como dissemos, estradas transversais, de menor importância, pois nessas ligações o saveiro levava vantagem sobre a montaria e a tropa de burros. Mas são elas que no ciclo do transporte mecânico vão viabilizar a criação de uma rede anelar de estradas de rodagem envolvendo a Baía de Todos os Santos, desbancando a rede de vilas-portos.

O mesmo autor identifica três conjuntos de fluxos no Recôncavo do setecentos e que perduram até o final do Império. O interno, incluindo o abastecimento alimentar, o suprimento de materiais de construção e a movimentação de roceiros e mascates. O associado a outras regiões, em especial ao sertão, com a movimentação de boiadas e tropas, e às minas, envolvendo deslocamento de escravos, o contrabando de ouro e diamantes e a movimentação de caixeiros viajantes; e finalmente o ligado ao comércio marítimo, que incluía o açúcar e a cachaça, o tabaco e os escravos e a farinha de mandioca, ou de guerra, que foi muito exportada para a África. (ANDRADE, 2010)

### *A nova rede do transporte motorizado*

Na segunda metade do século XIX, com o advento do vapor, essas vilas ampliaram sua área de influência, criando ferrovias que drenavam os produtos de suas bacias hidrográficas para seus portos. Entre 1860 e 1863 constrói-se uma ferrovia que ligava Salvador a Alagoinhas. O imperador D. Pedro II autoriza, em 1865, a construção da Estrada de Ferro Central da Bahia para trazer a produção mineral da Chapada Diamantina ao porto de São Félix. Depois de uma paralisação de nove anos, a ferrovia, cruzando o Paraguaçu, atingiria Feira de Santana, em 1885, e na outra direção, Machado Portela, em 1887.

Nazaré, sem apoio oficial, inicia em 1871 a construção de uma ferrovia que, quatro anos depois, chegaria a Onha e, em 1880, atingiria Santo Antônio de Jesus. Dois anos depois chegava a Amargosa. Mais tarde, seria estendida até Jequié. Em 1906, com dificuldades econômicas, é encampada pelo Governo Federal e estendida ao porto de São Roque, em 1940.[11] Santo Amaro inaugura em 1883 uma linha férrea de 36 km, que chegava até Jacu e atendia a engenhos e, depois, usinas de açúcar. Por outro lado, a Lei Provincial nº 590, de 1856, promove a criação de uma estrada carroçável entre o porto de Maragogipe e São Felipe, concluída em 1858. (TEIXEIRA, 1998, p. 52)

Os avanços viários promovidos por estas cidades acabam se voltando contra elas próprias, com a integração das ferrovias e o advento do caminhão. Pouco a pouco, as atividades portuárias das vilas originárias do século XVIII vão diminuindo, à medida que Feira de Santana, terminal da Estrada de Ferro Central da Bahia e início

11 Vide Azevedo (1982b, v. 3, p. 109-110, 271-272).

da Linha Norte da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), que se dirigia para Sergipe, se transformava no grande centro de distribuição dos produtos do sertão.

A centralidade de Feira de Santana aumenta com a articulação da rede ferroviária com a rodoviária que começava a crescer. Um Serviço de Estradas de Rodagem é criado na Bahia em 1917, pela Lei 1227, e neste mesmo ano aberto um crédito extraordinário para a construção da estrada Salvador-Feira de Santana. (TEIXEIRA, 1998, p. 62-63) Processo semelhante ocorre em Alagoinhas, cruzamento da Linha Norte com a Linha Tronco da VFFLB, que se dirigia a Juazeiro. É o que Milton Santos chamou de terceira geração de cidades do Recôncavo e que formam uma nova rede.

A decadência da lavoura de cana e subsequentemente do tabaco e a reestruturação do sistema de transportes marginalizam os portos da Baía de Todos os Santos e destroem a antiga rede urbana do Recôncavo, cujas cidades, vivendo de uma economia de subsistência, passam a se relacionar, a partir da década de 30, mais com Feira de Santana que com Salvador. A produção industrial de óleo de dendê, celulose de bambu e chumbo, a extração de areia do Paraguaçu para a construção e a introdução de cítricos e aviários não conseguem mudar o quadro de marasmo e pobreza, não só material como de quadros, descrito por Fernando Pedrão (1998).

De uma região inserida na economia internacional, um dos maiores produtores de açúcar do mundo, como foi até meados do século XIX, o Recôncavo não encontrou no século XX outras atividades econômicas que pudessem lhe servir de suporte econômico e viabilizar a preservação do seu rico legado cultural. Apenas seu setor nordeste consegue se reestruturar em função da atividade petrolífera e petroquímica formando a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por falta de lideranças e quadros, o Recôncavo não soube aproveitar oportunidades, como o programa do Pro-Álcool (1975) e o recente de biodiesel, embora possua uma larga tradição de produção de cana e dendê.

## *Forma e cultura urbana*

Não obstante a diversidade da origem e função das vilas e cidades do Recôncavo – defesa, porto, entreposto, produção agropecuária – todas apresentam traços comuns. O primeiro deles é certa organicidade no ajustamento à topografia. Nenhum modelo geométrico *a priori*. No embate entre a reta e o arco prevalece sempre a curva, mas a curva de nível, o que lhe dá certa racionalidade, sem a rigidez e esquematismo do xadrez. São os fluxos dos rios, dos caminhantes, da tropa e em sua ampliação do carro e caminhão que comandam o seu traçado.

Por isso as ruas das cidades do Recôncavo são hierarquizadas. Temos ruas direitas, mais largas, mas nunca diretas ou retas, por onde passam esses fluxos, e travessas, mais estreitas, de articulação e retorno. São ruas corredor, delimitadas por

casas ou sobrados contínuos. Por essas ruas passavam e passam procissões e paradas, e ao longo delas pequenas capelas ou nichos dos passos da paixão.

Muitas dessas ruas se bifurcam formando espaços triangulares ou trapezoidais, a exemplo dos largos da Matriz, em Maragogipe; Aclamação, em Cachoeira e da Bandeira, em Jaguaripe. Seguindo o exemplo de Salvador, o poder civil quase nunca comparte o espaço com o religioso.

Dinâmica diversa têm as aldeias jesuíticas. Partem de terreiros ou praças projetadas e se expandem livremente, como a Vila de Abrantes e Santo Amaro de Ipitanga, com uma grande igreja em uma das suas cabeceiras. Nisso se parecem com Santo Amaro, nascida também em função de uma igreja, com a matriz em uma das extremidades e a Casa de Câmara e Cadeia na outra da Praça da Purificação. É a exceção que confirma a regra.

São nesses largos e praças, quando à beira-mar ou rio que se realizam as feiras semanais.  Na praça Cel. José Bitencourt, junto a velho porto, em Nazaré, se realizam as tradicionais feiras dos caxixis, e até há poucas décadas, da banana e da farinha, sob o portal do Sobrado dos Arcos, como em Salvador no período colonial. Em Jaguaripe, é sob as arcadas do subsolo da Casa de Câmara e Cadeia, junto ao porto, que se realizava a feira, com produtos trazidos de barco. Em Cachoeira é também no cais, em cuja proximidade existiam sobrados com arcarias, que se realiza ainda hoje a feira de São João.

São em largos e praças que se realizam ternos anunciadores, reisados, congadas e o levantamento da Bandeira do Divino, em Jaguaripe e Cairu. A Irmandade da Boa Morte e terreiros de candomblé preservam a cultura dos antigos escravos em Cachoeira com procissão e lavagem de igrejas. A participação nas lutas pela Independência da Bahia é relembrada anualmente no 25 de Junho e 2 de Julho com o encontro dos carros do caboclo e da cabocla nas ruas de Cachoeira e São Félix. Filarmônicas de longa tradição estão se renovando no Recôncavo. E Maragogipe preserva um dos carnavais de rua mais típicos da região, com fantasiados e mascarados. Tradições que estão se perdendo por falta de apoio governamental.

## *Da casa-grande à matriz*

O Recôncavo foi um importante laboratório de arquitetura no período colonial. Ali nasceu a capela com planta em cruz de Santo Antônio, a Escola Franciscana de Arquitetura do Nordeste e a matriz assobradada, que se difundiria por todo o país. Devido à limitação de espaço, nos concentraremos na arquitetura do Recôncavo e ilhas, com referências passageiras a Salvador. As observações feitas aqui estão todas referendadas ao nosso Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, onde o leitor pode encontrar mais informações, plantas, fotos e bibliografia sobre

os edifícios aqui descritos.[12] Lamentavelmente muitos dos edifícios citados estão em ruína ou já desapareceram. Este é em parte um resgate arqueológico da arquitetura do Recôncavo.

## *Arquitetura religiosa*

### *Os atores*

A formação de uma arquitetura religiosa típica do Recôncavo não tem uma única origem. Ela resulta da contribuição de diferentes ordens religiosas, do clero secular e de laicos reunidos em comunidades rurais e urbanas. Destacam-se entre as ordens religiosas os franciscanos e entre os laicos as ordens terceiras ou irmandades. Pequena foi a presença de conventos de freiras no Recôncavo. Assinale-se apenas o de N. S. dos Humildes (1793-1870), em Santo Amaro, construído e reformado ao longo de quase um século por diversos capelães.[13]

### *jesuítas*

A atuação dos padres da Cia. de Jesus no Recôncavo se concentrou em Salvador, e no Litoral. Em Salvador eles tinham o Colégio de Jesus, fundado em 1549 e ampliado três vezes, a última em 1657-72; o Noviciado da Anunciada da Jequitaia, ou Colégio dos Órfãos de São Joaquim (1706-28); o Seminário de Nossa Senhora da Conceição (1756-57), no Solar do Ferrão, além da Quinta do Tanque, (final do século XVI) e a Casa de Oração (1757).[14] Fora de Salvador, à margem da Baía de Todos os Santos, tinham a Capela de Escada, na atual Av. Suburbana, doada por Lázaro Arévolo, em 1572.

No Recôncavo possuíam as aldeias de Santo Antônio do Iguape (1561), em Cachoeira, e Santo Antônio dos Índios, em Aratuípe, a Fazenda de Nossa Senhora da Penha, em Vera Cruz, doada em 1689 pelo Pe. José de Andrade e Sá na condição de construírem uma capela.[15] Eram proprietários, também, do engenho Real de Sergipe, em São Francisco do Conde, doado ao Colégio de Santo Antão de Lisboa por D. Felipa de Sá, filha de Mem de Sá, casada com Dom Fernando de Noronha, Conde de Linhares. O engenho fora construído por seu irmão, Francisco, em 1563. Em seu território os jesuítas edificaram a igreja de N. S. da Purificação, que ruiu em 1678, e eles não a reconstruíram mais.

---

12 Ver: *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPAC-Ba*, Coordenado por Paulo Ormindo de Azevedo (1984, v. 1; 1982a, v. 2; 1982b, v. 3; 1980, v. 4; 1988, v. 5; 1999, v. 6).
13 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 109).
14 Ver: Azevedo (1984, v. 1, p. 23,75,153, 219, 229).
15 Ver: Azevedo (1984, v. 1, p. 95; 1982a, v. 2, p. 25, 267; 1982b, v. 3, p. 19, 125; 1980, v. 4, p. 117, 159).

No Litoral Norte, como já vimos, criaram uma série de aldeias, que demandavam Olinda, começando com a do Divino Espírito Santo (1558), atual Vila de Abrantes, em Camaçari, seguida por São João e Santo Antônio do Arguim, ou Massarandupió, em Mata de São João, e terminando na fronteira com Sergipe, em Abadia e Conde. No Litoral Sul tinham colégio, aldeias e engenho em Porto Seguro e Ilhéus.

Seu maior empreendimento no Recôncavo foi o Seminário de Belém de Cachoeira (1687-1707), edificado em terras doadas pela família Aragão de Menezes. Deste complexo edificado em adobe, com um só pátio e igreja central, restou apenas o templo, cujo frontão barroco influenciaria outras igrejas da região.[16] Esta igreja apresenta um partido curiosíssimo, com galerias de tribunas e um consistório sobre a sacristia avarandados abertos para o exterior.

Os elementos artísticos mais importantes desse templo são o forro da sacristia, com temas florais pintados sobre fundo negro de inspiração oriental, e um frontal de altar, com incrustações, transferido, há algumas décadas, para a Matriz do Rosário de Cachoeira. Fora do Recôncavo os jesuítas tiveram aldeias no Sertão, a partir de 1666, após a expulsão dos holandeses, mas foram muito hostilizados pelos Ávila.[17]

### *franciscanos*

A ordem religiosa que teve maior influência no Recôncavo e no Nordeste foi a franciscana. Além do Convento de São Francisco de Salvador, eles fundaram três grandes estabelecimentos no Recôncavo, os conventos de São Francisco do Conde (1649), Santo Antônio de Cairu (1654) e Santo Antônio do Paraguaçu (1658).[18] Nesses dois últimos é lançado um novo partido arquitetônico que seria reproduzido em Pernambuco e na Paraíba criando-se a chamada Escola Franciscana de Arquitetura do Nordeste. Esta é, talvez, a nossa maior contribuição à arquitetura religiosa luso-brasileira. Os franciscanos tiveram missões no sertão, em Jacobina, e nas barrancas do São Francisco.

### *beneditinos*

Em 1655, os Beneditinos recebem de D. Catarina Álvares, casada com Balthazar Barbosa de Araujo, a Fazenda Laje, em São Francisco do Conde. Ali instalam o Engenho São Bento de Sergipe do Conde onde, no final do século XIX, foi construído o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Em 1666, eles compram mais terras de Balthazar

16 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 95-96, 161-162; 1982b, v. 3, p. 111-112).

17 Em Porto Seguro, edificaram o Colégio do Salvador (1553) e as aldeias de N. S. de Ajuda (1549), São João Batista (1586), em Trancoso, e Espírito Santo dos Índios, antiga Patativa, atual Vale Verde. Em Ilhéus eram proprietários do Engenho Sant'Ana, doado por Mem de Sá, e fundadores da aldeia de Nossa Senhora de Escada, em Olivença. Tiveram aldeias também no Sertão, nos caminhos que levavam ao Baixo Médio São Francisco, mas foram muito perseguidos pelos Ávila. Dessas antigas aldeias, restaram capelas rústicas em Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Nova Soure e Banzaê. (Vide AZEVEDO, 1988, v. 5, p. 247, 249, 361, 397-408; 1999, v. 6, p. 18-20, 97, 137, 181, 197).

18 Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 167-168; 1982b, v. 3, p. 113-114; 1988, v. 5, p. 39-41).

Barbosa de Araujo e constroem o Convento de Nossa Senhora das Brotas, hoje em ruínas. A vila de Santo Amaro se desenvolveu em função de uma capela beneditina, de igual invocação, que ainda se conserva. Sua influência chegou, aparentemente, até o Acupe, no mesmo município, onde existem as ruínas da excelente capela de São Braz, cujo risco é atribuído ao arquiteto beneditino Frei Macário de São João.[19]

### *carmelitas*

A contribuição desta ordem é importante, mas se resume a um único convento em Cachoeira. Em 1688, o Cap. João Rodrigues Adorno e sua esposa doaram aos carmelitas o terreno onde hoje se ergue o Convento do Carmo de Cachoeira, construído, provavelmente, entre 1715 e 1722. Em 1700, o mesmo casal doou terreno para a Ordem Terceira do Carmo que ali constituiu entre 1691 e 1724 sua belíssima capela e cemitério. O Convento do Carmo teve um papel importantíssimo na consolidação e estruturação da vila de Cachoeira. A capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira e o Convento de Santo Antônio de Cairu conservam as mais belas talhas douradas e coleções de imagens sacras de todo o Recôncavo.[20]

### *clero secular e laicos*

Este clero, composto por clérigos não ligados a nenhuma ordem religiosa, conjuntamente com laicos são os responsáveis pelas pequenas capelas rurais e pelas igrejas matrizes e de irmandades das cidades do Recôncavo. Essas confrarias teriam um papel importante na modelagem das matrizes e suas igrejas sedes. Se não tinham entre seus membros arquitetos, como as ordens religiosas, se valeram de alarifes militares ou eventualmente de mestres de obras, sem formação acadêmica, mas, por isso mesmo, mais abertos às inovações. Como veremos, são eles os responsáveis pela criação das capelas rurais com planta em Cruz de Santo Antônio e das igrejas assobradadas de irmandades e matrizes.

## *As influências*

No Recôncavo conviveram praticamente desde meado do século XVI ao final do XVIII dois estilos na arquitetura erudita. Um de natureza clássica, universal e codificada, cujas soluções devem ter sido encontradas nos tratadistas do Renascimento, e outra barroca, não codificada, de raiz italiana e ibérica, em grande parte reelaborada

19 Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 95-96, 127-128, 161-162, 197-200).
20 Confira Azevedo (1982b, v. 3, p. 39-42; 1988, v. 5, p. 39).

regionalmente. A estas duas tendências se somaram influências orientais, que analisaremos adiante.

### *O clássico, do erudito ao popular*

Clássicas são as igrejas com frontão triangular apoiado sobre cunhais toscanos que imitam templos greco-romanos, sem sineira, ou mais frequentemente com torre piramidal, que têm como protótipo na Bahia a Igreja de Santo Antônio da Barra, de cerca de 1600. São exemplos desta tipologia igrejas do século XVII, como Divino Espírito Santo, da Vila de Abrantes (1641), em Camaçari; as capelas de São Braz, em Santo Amaro; Conceição Velha (1645), em Conceição de Feira; Nossa Senhora de Nazaré (1649), em Nazaré das Farinhas; e as matrizes de São Bartolomeu (Ca. 1680), de Maragogipe, e N. S. do Rosário de Cachoeira, do final do século XVII, estas duas últimas já com belas portadas barrocas.

Mas este estilo continuou em uso durante todo o século XVIII, como atestam a Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1724) e a capela de N. S. da Pena, do Engenho Velho do Paraguaçu, ambas em Cachoeira; São Miguel (1732) e São Lázaro (1734) em Salvador; a capela de N. S. da Conceição, em Nazaré (1742) e a Matriz de São Gonçalo dos Campos (1770).[21]

Como esses modelos teriam chegado até nós? Provavelmente por meio dos tratados de arquitetura, em especial o de Sebastiano Serlio, e indiretamente através de arquitetos de formação acadêmica. Dom Clemente Maria Silva-Nigra defende que este estilo foi difundido entre nós pelos beneditinos, em particular pelo Frei Macário de São João, espanhol, autor do projeto do Mosteiro de São Bento de Salvador (1679-94). Arquiteto de formação acadêmica sólida, ele adota na igreja daquele mosteiro a planta jesuítica de Il Gesú (1584) de Roma, de autoria de Giacomo Vignola, a mais festejada na época e desenha uma portada clássica para a igreja de seu mosteiro, seguindo todos os cânones do Renascimento. (SILVA-NIGRA, 1950a, 1950b)

Pelo fato do convento de Santa Tereza (1668-1686), de carmelitas descalças, apresentar a mesma planta, pórtico em galilé e frontão clássico, elementos frequentes em igrejas beneditinas, o mesmo autor atribui seu projeto a Frei Macário de São João. Não só é plausível esta hipótese, como ousamos dizer que Santa Teresa é uma cópia, ao pé da letra, do convento dos Trinitários Descalços (1667), depois paróquia de San Pablo, de Salamanca, região de onde aparentemente provinha o frei espanhol. Ali estão a mesma fachada, com três arcos no térreo, janela e nicho central, flanqueada de cartelas, a mesma *espadaña* lateral e zimbório de planta quadrada. Esta semelhança pode ser uma chave para esclarecer a origem e formação do arquiteto beneditino.[22]

---

21 Ver Azevedo (1984, v. 1, p. 29, 63, 107; 1982a, v. 2, p. 127; 1982b, v. 3, p. 41, 47, 121, 193, 249-252, 367).
22 Descobrimos este monumento em viagem a Salamanca, Espanha, em 2001.

Com igual faro e sensibilidade, Silva-Nigra atribui ao beneditino outros projetos, como o da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a Capela de São Brás, em Santo Amaro, e a portada da igreja fundacional da mesma cidade, onde nos deparamos com frontões clássicos para provar que foram os beneditinos que introduziram o classicismo na Bahia. (SILVA-NIGRA, 1971, p. 89-153)[23] Mas os jesuítas também utilizaram este estilo em suas primeiras construções na Bahia, em monumentos como a igreja do Colégio do Divino Espírito Santo (1641), em Vila de Abrantes, e na Igreja da Penha, em Vera Cruz, do final do mesmo século, na ilha de Itaparica. O protótipo deste estilo seria a igreja de São Roque, de Lisboa, do final do século XVI. Mas não há dúvida de que os jesuítas, embora começassem com uma linha clássica, logo aderiram ao barroco, do qual eles foram os criadores na Europa.

O fato é que o gosto por este estilo perdurou na Bahia até o século XVIII, pois encontramos belas portadas clássicas em templos com tratamento barroco, como a capela de São Roque, do engenho homônimo, em Maragogipe; na Matriz de N. S. da Purificação, de Santo Amaro, e capelas de N. S. da Conceição, em Salinas da Margarida.[24] São portadas de lioz, encomendadas em Portugal, mas que demonstram a persistência deste gosto ainda na segunda metade do século XVIII.

É curioso que este estilo, altamente erudito, tenha caído no gosto popular, como comprovam capelas e igrejas muito simples, especialmente na banda ocidental do Recôncavo, como as capelas de N. S. da Conceição, em Cachoeira, Senhor dos Aflitos e Santana de Taquari, em São Gonçalo dos Campos, e Nossa Senhora Madre de Deus, em Jaguaripe.[25]

A torre piramidal é outro elemento persistente em templos barrocos, seja pela tradição construtivista, como nas matrizes de Santo Amaro de Ipitanga, São Francisco do Conde e Candeias, onde esta terminação é um telhado de quatro águas, seja por preferência estética, como cúpula piramidal, em Santo Antônio da Barra (Ca. 1600), em Salvador; nos conventos franciscanos de São Francisco do Conde (1630-36); Santo Antônio de Cairu (1654); Seminário de Belém de Cachoeira (1693); igrejas de Santo Amaro, na cidade homônima, e de São Lourenço (1610), em Itaparica.[26]

### *A influência oriental*

Em Cachoeira são abundantes os vestígios de arte oriental. Na igreja do Seminário de Belém de Cachoeira (1687-95) existem dois desses indícios: a pintura do teto de sua sacristia com flores chinesas sobre fundo negro e pratos da mesma origem na sua torre revestida de azulejos e embrechados de louça. Esta influência

23 Confira também Azevedo (1982a, v. 2, p. 127-129).
24 Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 101; 1982b, v. 3, p. 217, 299).
25 Confira Azevedo (1982b, v. 3, p. 127, 177, 373, 375).
26 A estes exemplos acrescentemos a Capela de N. S. de Nazaré do Engenho Passagem dos Teixeiras, em Candeias, Matriz de Santana, em Catu, e Ig. do Senhor do Bonfim, em Muritiba, todos do final do século XVIII. Vide Azevedo (1982a, v. 2, p. 37, 53, 63, 85, 135, 167; 1982b, v. 3, p. 153, 235).

não se limitou ao Seminário de Belém de Cachoeira. Na igreja da Ordem Terceira do Carmo do mesmo município existem armários com pinturas chinesas, no salão nobre e na sacristia, além de imagens com traços evidentemente orientais.[27]

Essa cidade possui também bem elaborados estuques flamejantes no frontão da igreja do Carmo e no ossuário de sua Ordem Terceira, bem como no frontão da Ig. de Deus Menino, na vizinha São Félix. Menos pelo desenho, que pela sua técnica, poderíamos evocar a tradição indiana de estuques presente nas igrejas de Santana de Talaulin e Espírito Santo de Margão, em Goa. A mesma influência se nota nos pedestais de cruzeiros dos conventos de Santo Antônio de Cairu e Santo Antônio do Paraguaçu, este último com carrancas mongóis.[28] Na arquitetura doméstica essa influência se fez presente na bela porta do atual Museu de Arte da Bahia, nas esteiras protegendo janelas e sacadas, bem como louça, colchas estampadas e imagens de marfim nos oratórios. (AZEVEDO, 2004, p. 583-601)

Por que essa influência se concentrou em Cachoeira? Possivelmente por ser aquele o principal centro de produção e comercialização de tabaco e aguardente, produtos muito apreciados pelos orientais. Goa foi a maior importadora do fumo baiano, de onde era reexportado para todo o Oriente, superando as importações da metrópole.

Um panorama do relacionamento direto entre a Bahia e a Índia pode ser obtido no clássico "A Bahia e a Carreira das Índias", de José Roberto do Amaral Lapa (1968). Nos três primeiros séculos de colonização, foi registrada a passagem por Salvador, de 253 barcos da Carreira das Índias, por diferentes razões e pretextos. Nosso porto, por sua localização privilegiada num dos vértices da rota triangular Portugal, Brasil e Índia e pela variedade de produtos que oferecia para a troca, era o local de 90% das arribações dessas naus no Brasil. (LAPA, 1968, p. 2, 277-278) A Bahia chegou a ser, em 1697, o porto de maior volume de exportação e importação do além-mar português. Note-se que dessas paradas, dois terços eram de torna-viagem, isto é, provenientes da Índia. (AZEVEDO, 2004, p. 583-601)

> Aliás, no tocante ao comércio clandestino de tabaco para o Oriente, praticado na Bahia, os registros são inúmeros. Até mesmo os soldados e marinheiros que compunham as tripulações dos navios da Carreira não lhe permaneciam indiferentes. Chegavam a ir a Vila de Cachoeira,

onde se produzia fumo de superior qualidade, para trocá-lo por mercadorias de procedência asiática, afirma José Roberto Lapa (2004, p. 297).

A par das trocas de mercadorias, davam-se também trocas culturais. Ainda no século XVI, ourives, pintores e bordadeiras indianas foram mandados para Lisboa para

27 Vide reprodução dessas pinturas em Telles (1975, p. 88, 106, 107) e Flexor (2007).
28 Vide Azevedo (1982b, v. 3, p. 113; 1988, v. 5, p. 39).

ensinarem sua arte e aprenderem o sentimento da arte cristã. (DIAS, 1995) Quantos destes artistas e artesãos terão passado ou permanecido na Bahia? Cachoeira foi também o primeiro porto de escoamento do ouro vindo de Minas Gerais e depois de Rio de Contas e Jacobina. A produção de joias e alfaias de ouro chegou a ocupar onze ourives em Cachoeira, no período 1764-65. (OTT, 1988, p. 176-177) É compreensível que existisse nessa cidade homens de negócio, contrabandistas e artesãos orientais ou portugueses que viveram no Oriente. (AZEVEDO, 2004, p. 583-601) O fato é que identificamos na arquitetura religiosa da região influências orientais muito mais profundas que puramente ornamentais como querem alguns chegadas até nós via moda rococó portuguesa, como veremos adiante. A milhares de quilômetros de Portugal, a circulação de mercadorias, pessoas e ideias estava longe de ser controlada pela coroa.

## *Barroco regional*

As igrejas barrocas baianas adotam uma volumetria muito sóbria, na linha da chamada arquitetura chã portuguesa. Não possuímos igrejas de plantas ondulantes, borrominescas, como as que floresceram em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Seu barroquismo se limitou a uma fachada com frontão de volutas ou recorte rococó, torres piriformes ou bulbosas e interiores com azulejos e talha dourada, a exemplo da capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira (1715-22); das matrizes de Nossa Senhora da Purificação (1706-27) e Oliveira dos Campinhos, em Santo Amaro; Nossa Senhora da Ajuda, de Jaguaripe (início do XVIII); da capela do Engenho Freguesia (ca. 1760), em Candeias, e de numerosas outras igrejas do Recôncavo, muitas das quais são originárias do século XVII, mas tiveram suas fachadas refeitas no século XVIII.[29]

Como no caso anterior, devemos perguntar de onde vieram esses modelos? Como o barroco nunca foi codificado, o desenho desses frontões se difundiu a partir das primeiras igrejas barrocas da região, como a Sé de Salvador (1625-36), reconstruída depois da ocupação holandesa e demolida em 1933, e de igrejas de conventos franciscanos, a exemplo de São Francisco do Conde (1649), Santo Antônio de Cairu (1654), Santo Antônio do Paraguaçu (1658 ) e Salvador (1686), esses sempre com um nicho para a exibição da imagem do orago, e de igrejas jesuíticas, como a do Colégio de Salvador (1691) e do Seminário de Belém de Cachoeira (1693).

Esses frontões diversos vão sendo copiados, modificados e mesclados, surgindo um padrão barroco baiano, que é diverso do pernambucano e de outros estados. Os frontões com grandes volutas, servindo de contraforte para um corpo central mais elevado, vão se transformando em um arranjo de volutas puramente decorativo para terminar com frontões recortados miudinho de gosto rococó.

29 Vide Azevedo (1982a, v. 2, p. 31, 101, 125; 1982b, v. 3, p. 39, 169).

## *As tipologias religiosas*

A arquitetura religiosa do Recôncavo é de uma grande diversidade, mas consolidou tipologias bem caracterizadas. Compreende desde pequenas capelas rurais, passando por igrejas assobradadas urbanas até monumentais conventos.

### *Capelas Rurais*

A quase totalidade das capelas rurais fazia parte do complexo dos engenhos de açúcar algumas, inclusive, anexas à casa-grande. Isto explica algumas de suas características, como os copiares frontais e alpendres laterais, para separar os fiéis brancos e pardos, geralmente familiares ou assalariados, dos escravos negros.

#### *capelas de planta centrada*

O mais antigo monumento religioso da Bahia e do Brasil é uma capela de planta centrada, hexagonal, recoberta por cúpula esférica, partido claramente renascentista. É a capela de N. S. da Conceição, da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, em Tatuapara, atual Praia do Forte. A capela e casa anexa já existiam em 1584 conforme descrição de Gabriel Soares. A residência deve ter sido ampliada em pelo menos duas oportunidades, mas a parte anexa à capela com duas salas térreas recobertas por abóbadas de aresta é da mesma fábrica da capela. Existem duas capelas de igual partido em Portugal: São Gregório de Tomar, coeva, e Madre de Deus, em Aveiro, do século XVII.

Uma segunda capela com o mesmo partido, construída na segunda metade do século XVII, encontra-se no Engenho D'Água, em São Francisco do Conde. É a capela do Senhor Bom Jesus de Bouças. Sua nave, de planta octogonal, é envolvida em partes iguais por um alpendre frontal, sacristia e ossuário que ladeiam a capela-mor. Embora tardia, ela se assemelha em particular à capela de São Gregório de Tomar, pela presença do alpendre e pelo fato de seu copo central se elevar acima dos demais elementos do programa.[30] (AZEVEDO, 1996)

#### *capelas em cruz de santo antônio*

A planta mais comum nas capelas rurais durante os séculos XVII e XVIII foi a chamada planta em cruz de Santo Antônio, o *tau* do alfabeto grego, com seu eixo principal formado pela nave e capela-mor, e o travessão pela sacristia e pela "casa da fábrica". Muitas vezes a "casa da fábrica" se ligava à capela-mor por uma janelinha protegida por treliça, que permitia ver, sem ser visto. O exemplo mais antigo desta

30 Vide Azevedo (1982a, v. 3, p. 89, 185).

tipologia que se conserva no Recôncavo é a capela de N. S. de Escada, de 1556, em Salvador, ainda que com uma só sacristia.

Esta planta teria sido adotada em 1630 na Igreja da Palma em Salvador, segundo planta existente no Arquivo Ultramarino de Lisboa. Ela foi adotada em muitas capelas rurais do mesmo século, no Recôncavo. O mais notável exemplar dessa tipologia, por seu requinte e erudição, é a Capela de N. S. da Pena do Engenho Velho do Paraguaçu, em Cachoeira, de 1660. É uma fusão do partido centrado renascentista com a nova planta em Cruz de Santo Antônio. A capela possui nave quadrada integralmente revestida de azulejos recoberta por cúpula também azulejada sobre *pendentifs*.

Esta planta foi muito adotada em capelas do século XVIII, a exemplo das capelas de Bom Jesus dos Pobres, em Santo Amaro, e N. S. da Conceição, em Salinas da Margarida e dos engenhos Pindobas, em Candeias; Santo Antônio do Rio Fundo, em São Felipe; São Bernardo, em Jaguaripe; e Capanema, em Maragogipe. São frequentes também capelas com este partido, mas incompleto, com uma só sacristia.[31]

Muitas dessas capelas são complementadas por um alpendre de três águas, que antecede a nave, conhecido como copiar, termo tupi que designa o alpendre situado na entrada da taba indígena. Capelas rurais com alpendres frontais, mas sem planta em T, são frequentes em Portugal e aparentemente resultam da abertura progressiva de um pronau fechado, cujo primeiro exemplar conhecido é a matriz de Lourosa, do século X, em Coimbra. (AZEVEDO, 1983)

Esta espécie de saguão que antecede a nave foi transposta para o Recôncavo, como dão testemunho iconografias antigas das capelas de N. S. da Ajuda, em Cachoeira; Santo Antônio de Velasquez, em Vera Cruz, e N. S. de Nazaré, do Engenho Passagem dos Teixeiras, em Candeias. De tipo inteiramente avarandado são os copiares das capelas de Escada, N. S. de Nazaré (1649) e de N. S. da Conceição (1742), ambas em Nazaré das Farinhas.[32] Este partido tinha, porém, um inconveniente, as escadas de acesso ao púlpito, ao coro e à sineira ficavam no exterior, ao relento.

### *capelas com alpendres laterais*

Outro tipo de capela rural comum no Recôncavo é o de alpendres laterais. Estes avarandados laterais, além de atenderem a um maior número de fiéis durante as festas, serviam como transição ambiental e social entre o interior e o exterior e protegiam as escadas mencionadas anteriormente. O exemplo mais erudito dessa tipologia é a capela de São Brás, em Santo Amaro, de meados do século XVII, atribuída ao risco de Frei Macário de São João. (SILVA-NIGRA, 1971) Temos outros exemplos

---

31 Confira Azevedo (1984, v. 1, p. 95; 1982a, v. 2, p. 45, 131, 249; 1982b, v. 3, p. 121, 179,219, 299)

32 Ver Azevedo (1982a, v. 2, p. 41, 255; 1982b, v. 3, p. 49, 249, 251). O alpendre fechado da capela de Vera Cruz está registrado em aquarela de Diógenes Rebouças de 1939 de propriedade deste autor. Foi o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que os abriu na suposição que eram adições posteriores, sem valor histórico e estético.

deste século, mas com planta assimétrica, como a Capela de N. S. da Encarnação, de São Sebastião do Passé e Santo Amaro de Catu, em Vera Cruz.

Existem exemplos dessa tipologia com plantas simétricas e com alpendres suportados por arcaria nas capelas dos engenhos Campina, em Cachoeira, e N. S. do Vencimento, do Engenho Paramirim, em São Francisco do Conde, ambas do século XVIII, e no Água Boa, em Terra Nova, do século XIX. Alguns exemplares são igrejas com naves muito altas e alpendres de pés direitos duplos, como as igrejas de Santo Antônio dos Índios, em Aratuípe; Santo Amaro do Catu, em Vera Cruz, e Santana de Taquari, em São Gonçalo dos Campos. A igreja de Oliveira dos Campinhos, em Santo Amaro, é uma das poucas que manteve os alpendres laterais baixos. Um caso interessante é o da Capela do Engenho Lagoa, em São Sebastião do Passé, em que um alpendre em arcos envolvia toda a nave. Hoje restam apenas os alpendres laterais. Exemplo semelhante só em Queimadas, na Capela de Santo Antônio.[33]

### *igrejas assobradadas*

O aparecimento das igrejas com tribunas está, aparentemente, ligado à multiplicação e ao fortalecimento das associações religiosas laicas, as ordens terceiras ou irmandades. Essas associações, que representavam comerciantes, profissionais, escravos forros e pardos, foram as primeiras organizações da sociedade civil consentidas pela coroa, sob o manto da caridade cristã, oferecendo serviços de seguridade social a seus membros, como internação em enfermarias ou ajuda em caso de doença, asilos para idosos e crianças abandonadas e enterro para seus afiliados em suas igrejas-sedes.

Tinham inevitavelmente caráter ideológico e político, fazendo *lobby* para obtenção de vantagens para seu grupo junto às autoridades. Daí surgir uma grande emulação entre elas, durante as procissões e construção de suas sedes suntuosas. As primeiras irmandades devem ter funcionado nas "casas da fábrica" ou mesmo sacristias das matrizes. Mas à medida que cresciam e se fortaleciam buscavam espaços privativos para instalação de seus consistórios e secretarias. Como muitos de seus membros cantavam, eles praticamente monopolizavam o coro das igrejas-sedes durante as cerimônias.

Por outro lado, as igrejas haviam crescido em altura e com ela os alpendres laterais. Como é natural, estendeu-se o coro pelas laterais da nave aproveitando o pé direito elevado dos alpendres e ocupou-se o espaço sobre as sacristias com escritórios e consistório. Em outras palavras, cria-se todo um andar em forma de anel em volta da nave e capela-mor privativo das irmandades. Os alpendres haviam

33 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 35, 125, 127, 195, 215, 241, 261; 1982b, v. 3, p. 19, 129, 375). Sobre capelas de engenho. (Vide AZEVEDO, E., 1990)

perdido sua função na cidade e pouco a pouco se substituem seus pilares e arcarias por muros portantes para sustentar o sobrado.

As tribunas de uma igreja, como as sacadas dos sobrados e os camarotes de um teatro, não eram apenas um local confortável para assistir a um evento público, senão um local estratégico para observar e ser visto pelo público.

> Essas tribunas são os locais aonde os Irmãos privilegiados poderiam assistir aos atos que se passavam na nave e capela-mor, locais por todos disputados. As tribunas da capela–mor eram, geralmente, ocupadas pelo Juiz, Ministros ou Prior. Estes costumes podem ser comprovados pela resolução da (Ordem Terceira da) S.S. Trindade de 1861, abaixo transcrita: "Foi tão bem deliberado que nas ocasiões de Festividades em nossa Ordem, cumpria que o Irmão Vigário fazer feixar todas as tribunas mandasse, ou entregasse a cada um dos Mezarios a chave da que lhe pertencer, conforme seos dísticos, e q$^{do}$ as mesmas tribunas não tenhão chaves ficava authorizado a manda-las por", comenta Socorro Targino Martinez. (MARTINEZ, 1979, p. 181)

Os chamados corredores laterais não tinham função específica. Muitos deles eram usados como depósitos de andores ou ossuários. Neles se enterravam escravos e mendigos, já que a nave e capela-mor eram reservadas aos irmãos. Na maioria dos casos, eles nem eram corredores, pois sua continuidade era interrompida pela presença de capelas laterais e falsos transeptos. Eles eram meros saguões de acesso ao púlpito, coro, tribunas e torres.

Em muitos casos, as arcarias laterais era apenas uma solução estrutural para a sustentação da galeria de tribunas, como se pode observar nas primeiras igrejas desse tipo, como São Bartolomeu de Maragogipe e Santo Amaro de Ipitanga, ambas do final do século XVII. A terceira igreja com tribunas deste período, Nossa Senhora do Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde, é um caso diverso. Ali a arcaria lateral servia como portal da igreja, aberto para a praça da vila. Sua fachada principal está na borda de um espigão que despenca abruptamente sobre a baía dificultando sua interlocução com a vila.

Reforça a hipótese dessas arcarias terem função prioritariamente estrutural, o fato da matriz de Santo Amaro ter possuído tais arcarias, segundo documento do vigário Pe. José Borges de Barros, de 1727. Posteriormente, esses arcos foram entaipados para formar os atuais corredores laterais. Corrobora esta hipótese a existência de arcos de descarga, também entaipados, na Ig. de N. S. do Amparo, na mesma cidade.[34]

As igrejas com tribunas se difundiram, no início do século XVIII, no Sul do país, aparentemente através de Minas Gerais, e no Nordeste através de Pernambuco, ambas províncias muito ligadas à Bahia, naquela época. A razão dessa planta ser comum

34 Confira (1982a, v. 2, p. 101, 111).

a matrizes e igrejas de irmandades e usada até o final do século XIX decorre do fato de grande número de matrizes serem também sedes de irmandades, daquelas mais pobres, que não tinham condições de construírem suas sedes próprias.

A capela da Ordem Terceira de S. Francisco de Cairu nunca chegou a ser concluída. As Misericórdias de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe e a Ig. de N. S. do Amparo, da Irmandade dos Homens Pretos, de Santo Amaro, são modestíssimas na comparação com suas congêneres de Salvador. A Irmandade da Boa Morte, de mulheres de cor, tem peregrinado em diversas igrejas, estando agora na modesta capelinha de Ajuda de Cachoeira.

Ao contrário do que acontecia em Salvador, em que as capelas de ordens terceiras e irmandades eram mais ricas que as igrejas de conventos e matrizes, no Recôncavo são os conventos e matrizes os monumentos mais requintados, com painéis de azulejos, obras de talha e tetos com pintura ilusionistas, a exemplo dos conventos de Santo Antônio de Cairu e São Francisco do Conde, o Seminário de Belém da Cachoeira e as matrizes de N. S. do Rosário, de Cachoeira; N. S. da Purificação e Oliveira dos Campinhos, de Santo Amaro; e São Pedro, de Muritiba. A exceção é a Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, com sua belíssima capela e cemitério.

O ápice dessa evolução é uma igreja com falso transepto inscrito dentro de um retângulo perfeito, que segue a tradição das igrejas jesuíticas luso-brasileiras, como a antiga Igreja da Sé de Salvador, mas que ao invés de múltipals capelas laterais, apresenta tramos de corredores que servem às mais diversas funções. São exemplos plenamente desenvolvidos dessa tipologia as matrizes de N. S. da Purificação, de Santo Amaro; N. S. do Rosário, de Cachoeira; N. S. da Ajuda, de Jaguaripe; N. S. de Nazaré e São Gonçalo dos Campos respectivamente nas cidades homônimas.[35]

Recapitulando, a tipologia das matrizes e igrejas de irmandades do Recôncavo é o resultado da evolução da capela de partido em Cruz de Santo Antônio, que ganhou alpendres laterais superpostos, depois, por galerias de tribunas e um par de torres frontais. Tudo organizado segundo um eixo longitudinal de simetria e contido em um retângulo perfeito. A construção de cada igreja desse tipo, ao longo de décadas e até séculos, refaz esta caminhada ao justapor cada um dos elementos constitutivos de seu programa, mas sem perder o projeto original de construir uma igreja geometricamente perfeita em planta e muito rica volumetricamente.

Muitas dessas igrejas não chegaram a ser concluídas e pararam numa dessas etapas. Exemplos disto são a Ig. de N. S. do Rosário, em Jaguaripe, que com planta

35 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 101; 1982b, v. 3, p. 47, 169, 247, 367). Além das matrizes citadas, muitas outras igrejas apresentam plantas inscritas em retângulos perfeitos, sendo a primeira delas a de N. S. do Monte, s. 18 F, em São Francisco do Conde. A relação inclui, ainda, as igrejas de N. S. das Candeias, s.18 F; São Domingos de Gusmão, s. 18 M, em Santo Amaro; S. Antônio de Mataripe, s. 18 M, em S. F. do Conde; Cap. do Eng. Quicengo, s.19 I, em S. F. do Conde; Cap. do Eng. Lagoa, 18 I, em S. S do Passé; Cap do Eng. Água Boa, s.19 I, em Terra Nova; Ig. de São Pedro do Rio Fundo, s.18 M, em Terra Nova; Matriz de Santiago do Iguape, s.19 I; e Santana do Rio da Dona, s.19 I, em Conceição do Almeida. Vide Azevedo (1982a, v. 2, p.37, 145, 169, 181, 187, 209, 215, 241, 243; 1982b, v. 3, p.125, 152).

em T, já apresenta uma nave com vãos para receber futuras tribunas e a Matriz de São Pedro, em Muritiba, que embora ainda não tenha corredores e tribunas já possui arranque de duas torres no alinhamento dos corredores e sacristia, ou ainda a Matriz de Deus Menino, em São Félix, esperando o corredor, tribunas e torre do lado direito para completar sua planta e imagem de matriz.[36]

Alguns engenhos adotaram este partido em suas capelas, que são verdadeiras igrejas, como os engenhos Mataripe e Quicengo, em São Francisco do Conde, Freguesia, em Candeias, e Pouco Ponto, em São Sebastião do Passé. Quando a capela era anexa à casa do engenho, como na Freguesia e no Pouco Ponto, as tribunas eram ligadas diretamente à área íntima da casa, caracterizando estes espaços como privativos da família.[37]

Pode-se dizer, então, que as igrejas matrizes e de irmandade do século XVIII são o desenvolvimento das capelas rurais de alpendres laterais, que serviam para atrair e controlar os lavradores, mas que nas vilas e cidades viram pelo avesso esses alpendres e os duplicam, transformando-os em camarotes para seus dirigentes melhor se exibirem e controlarem a comunidade de fiéis reunida na nave. O resultado é uma igreja barroca de ópera, com palco, platéia e camarotes.

### *conventos franciscanos*

Em meados do século XVII, surge no Recôncavo um modelo de igreja original. É o convento de Santo Antônio de Cairu, iniciado em 1654 e terminado em 1661, cujo projeto é repetido, pouco depois, em Santo Antônio do Paraguaçu (1658), em Cachoeira. A autoria desses conventos é do Fr. Daniel de São Francisco.[38] Este modelo logo se difundiria em Pernambuco e Paraíba, formando a Escola Franciscana de Arquitetura do Nordeste. Três elementos de origem indo-portuguesa parecem ter contribuído para a criação do primeiro partido arquitetônico genuinamente brasileiro:

a) presença de um grande cruzeiro sobre peanha escultural em meio ao adro que precede a igreja;
b) fachada inscrita em um triângulo e dividida por pilastras, frisos e cornijas em cinco tramos horizontais e três pisos escalonados;
c) galerias laterais avarandadas com um ou dois pisos, debruçando-se em tribunas sobre a nave e abertas para o exterior.

A presença de um cruzeiro sobre um pedestal de pedra ou alvenaria em meio a uma praça fronteiriça à igreja é comum em Goa. Segundo Orlando Ribeiro sua origem

36 Azevedo (1982a, v. 2, p. 173, 233, 335).
37 Azevedo (1982a, v. 2, p. 31, 185, 209, 217).
38 Azevedo (1982b, v. 3, p. 113; 1988, v. 5, p. 39). Vide também Fonseca (1988) e Argolo (2009).

está na *tulôsse*, planta sagrada hindu posta sobre um pedestal, a que se presta culto e se dedicam oferendas. Em muitos casos a *tulôsse* cedeu lugar a um obelisco sobre o mesmo pedestal. O sincretismo religioso fez com que os chamados cristãos de São Tomé, anteriores à chegada dos missionários portugueses, em lugar da *tulôsse* ou obelisco colocassem um cruzeiro, induzindo a sua veneração. (Cf. CARITA, 2001; RIBEIRO, 1956)

Os franciscanos foram os primeiros religiosos portugueses a chegarem à Índia. Acompanharam Vasco da Gama como capelães de suas naves, em 1498, e voltaram para estabelecerem-se definitivamente com a expedição de Cabral, quando este descobriu oficialmente o Brasil. (CHACON, 1995, p. 60) Em 1516, eles começaram a construir conventos em Cochim e, em 1519, em Goa. A inspiração oriental dos adros franciscanos nordestinos fica patenteada pela presença de carrancas com traços mongóis no convento do Paraguaçu e de leões de guarda nos adros de conventos do Recife e João Pessoa. (BAZIN, 1983, v. 1, p. 152)

A segunda característica comum de nossos templos franciscanos e igrejas da Índia é o fato de suas fachadas se inscreverem em um triângulo. Os templos piramidais, sugerindo uma montanha sagrada, são comuns na religião hindu. A arquitetura das igrejas cristãs dos seguidores de Santo Tomé e indo-portuguesas, que as sucederam, casa a concepção do templo hindu com a concepção cristã de *eclésia* ou assembleia de fiéis. O modelo que mais diretamente influenciou as igrejas de Cairu e do Iguape, em Cachoeira, é a igreja com fachada de cinco tramos horizontais e três ou mais pisos, reticulada por pilastras e cornijas, tudo inscrito em um triângulo. Ela pode ser encontrada com certa frequência em Cochim e no estado de Kerala.

Um terceiro elemento parece ligar as igrejas franciscanas do Recôncavo à arquitetura indo-portuguesa. Em sua evolução natural, as varandas laterais das igrejas de Kerala se transformaram em galerias duplas ensejando a volta à fachada tradicional da igreja portuguesa com duas torres, como ocorre em São Tomás, de Thumpoly. Esta galeria aberta para o exterior teria função de proteger a nave contra o sol e a chuva durante as monções, num período em que não se dispunha de vidro plano. Este tipo de planta é, curiosamente, muito semelhante ao da igreja do Seminário de Belém de Cachoeira (1687/93), onde existe, como vimos, uma notável pintura oriental de forro de e pratos de Macau na torre e se repete em Cairu e no Iguape.

Tal como São Tomás, Belém de Cachoeira tem sua nave e capela-mor totalmente contornadas por uma varanda elevada aberta para o exterior.[39] Não seria uma surpresa esta planta em um seminário jesuíta, já que a São Tomás, em Thumpoly, é da mesma ordem. Identificamos vestígios de um consistório avarandado desse tipo na capela do Colégio de Anchieta, no Espírito Santo. O assoalho do consistório

39 Confira Azevedo (1982b, v. 3, p. 111-112).

se estragou com as chuvas e o avarandado foi entaipado, ficando a sacristia com pé direito duplo.

As igrejas de Cairu e do Iguape, embora apresentem semelhanças, não são cópias de igrejas indo-portuguesas. Primeiro, suas fachadas se elevam sobre galilés, o que não ocorre na Índia. Segundo, seu tratamento é francamente barroco e erudito, enquanto que as indianas são maneiristas e populares. Além do mais, uma ala do convento ou muro da roça, avançando para definir o adro, parece ter origem nos primeiros conventos franciscanos do Nordeste. Embora os frontispícios das igrejas baianas conservem uma estrutura compositiva remotamente maneirista, são fachadas visivelmente barrocas, inspiradas em Roma, onde havia estado Fr. Daniel de São Francisco.

Da Bahia esse novo modelo passaria a Pernambuco, provavelmente levado por Frei Daniel de São Francisco, que do Recôncavo retorna ao Recife, onde morre em 1692. Entre 1700 e 1718 reconstrói-se o convento franciscano de João Pessoa, na Paraíba.

> Santo Antônio de João Pessoa nada mais é do que Cairu, interpretado em estilo rocaille; é uma das mais magníficas composições da América Latina e possui um dos mais belos décors produzidos pela arte rococó,

afirma enfaticamente Germain Bazin (1983, v. 1, p. 149).

### *igrejas de três naves*

Com a nova liturgia da contrarreforma, as igrejas de três naves são abolidas. Mas na transição do século XIX para o XX algumas igrejas de corredores laterais, da banda oriental do Recôncavo, são transformadas em três naves, aparentemente com o intuito de aumentar sua capacidade. Esta transformação é feita com a abertura de arcos nas paredes laterais da nave, como nas igrejas de Santo Amaro e São Domingos de Gusmão, esta reformada em 1923 mantendo as tribunas superiores, ambas em Santo Amaro. Na Igreja de Santana de Catu, reformada em 1871, e Bom Jesus de Bouças, em Terra Nova, são criadas arcarias sobrepostas que procuram conciliar três naves com tribunas.[40]

Em outros casos, os muros da nave são substituídos por pilares que vão suportar o telhado, como na Matriz de Candeias e Ig. de São Pedro do Rio Fundo, em Terra Nova. Encontramos apenas uma igreja de três naves na parte ocidental do Recôncavo, a Igreja de São Benedito, em São Felipe, ampliada em 1947 com a abertura de arcos e a criação de sacristias e naves laterais.

40 Azevedo (1982a, v. 2, ; 1982b, v. 3, p. 37, 53, 135, 145, 243, 245; 1982b, v. 3, p. 361).

## A arquitetura civil

### Um complexo engenhoso

A agroindústria açucareira implantada no Recôncavo e em Pernambuco, ainda na segunda metade do século XVI, é talvez a primeira empresa multinacional. Ali se juntaram capitais flamengos, tecnologia italiana, logística portuguesa, mão de obra africana, produção brasileira e comercialização holandesa na Europa. Não menos complexas eram as instalações para a produção do açúcar para o mercado internacional.

Este complexo compreendia, por ordem de importância econômica, a fábrica, a senzala, a casa-grande e a capela. Mas na sua implantação topográfica, esta escala era invertida. A casa-grande e a capela ocupavam o ponto mais alto da topografia para controlar e serem lembradas. A fábrica e a senzala ocupavam a posição mais baixa do terreno, junto a um pequeno porto de saveiros, nos engenhos de beira-mar.

Havia alguma lógica nisto, para além de preconceitos sociais. Como se tratavam de engenhos reais, que dependiam de quedas d'água, era natural que as fábricas ficassem nos pontos mais baixos e próximas ao porto. Mas, mesmo quando os engenhos se expandiram para o interior, no século XIX, e a roda d'água cede lugar à almanjarra, esta hierarquia foi mantida.

### a casa-grande

Muito já se escreveu sobre a casa-grande, tema inaugurado e romanceado por Gilberto Freire. Os mais recentes e objetivos estudos sobre este tema no Recôncavo se devem a Esterzilda Berenstein de Azevedo, que identificou quatro tipos dessas residências patriarcais de engenho. (AZEVEDO, 1999) As casas de engenho dos séculos XVII e XVIII, independente de tipologia, eram na quase totalidade assobradadas. Esta disposição pode ser explicada, não só por razões de segurança, como devido à estratificação social da sociedade da época e em particular dos engenhos. No térreo ficavam quartos de hóspedes, estribarias e pequenos quartos que em muitos casos serviam como senzalas, provavelmente para escravos domésticos. Mas em muitos deles, especialmente na banda ocidental do Recôncavo, temos térreos ou porões inteiramente vazados ou servindo indistintamente de depósitos.[41]

Nos andares superiores vivia a família e no sótão, criados de confiança. Todas as vezes que a topografia permitia se entrava diretamente ao andar nobre, como nos engenhos Cajaíba, Tarefas e São José, todos em S. Francisco do Conde, e Novo, em Santo Amaro. Nesta categoria pode-se incluir também o Solar do Unhão, em Salvador. Apenas casas-grandes construídas na zona de expansão dos engenhos,

41 Vide engenhos São Miguel e Almas, em S. F. do Conde; Terefas, em T. Sampaio; Itatingui, em S. S. do Passé; Embiara, em Cachoeira; Fazendas Paty, em C. de Feira; e engenhos S. José, em Nazaré; Medrado; Caraípe; Chaves e Nova Bury, em S. Felipe. Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 179, 221, 235; 1982b, v. 3, p.115, 143, 295, 353-359).

no século XIX, ao norte da Baía de Todos os Santos, não eram assobradadas, senão térreas e avarandadas.

### *casas com pátio*

As casas-grandes com pátio são as maiores, mais robustas e nobres. Duas delas exibem o brasão da família, as dos engenhos Freguesia e Cinco Rios. Outras duas apresentam também pinturas no teto de suas capelas, o Freguesia e o Matuim. A vigência dessa tipologia vai de 1683, com a casa-grande de João Rodrigues Argolo, em Cachoeira, e termina em meados do século XVIII com as casas-grandes dos engenhos Matoim, Caboto, Freguesia, Cinco Rios e Paramirim, todos nas proximidades da Baía de Aratu e construídos ou reconstruídos pela família Rocha Pita.

São casas assobradadas com dois, três e até quatro pavimentos. É possível que a adoção dessa tipologia estivesse relacionada com razões de segurança. Vale lembrar que mesmo em solares urbanos, como o Estrela e o do Museu do IPHAN, em Cachoeira, há seteiras na sobreloja. De outra parte, o pátio interno servia a conciliar privacidade com iluminação e aeração, em casas-grandes muito grandes, que tinham capelas anexas ou internas, para evitar a saída das mulheres.

Apenas o Matuim possuía um verdadeiro pátio, com corredor articulando os cômodos, na tradição mediterrânea. Nos demais casos eram meros poços de iluminação e ventilação. Isto é compreensível em casas que chegavam a ter seis salas, 22 quartos totalizando 1.860 m$^2$, como no Engenho Freguesia. Sempre implantadas em encostas, em pelo menos dois casos, engenhos Freguesia e Caboto, se ingressava diretamente no pavimento nobre.[42]

No século XIX surgem, na bacia do Subaé, casas de engenho de grande rigor formal e construtivo, neoclássicas, com pátios posteriores, escadarias externas de acesso e terraços sobre abóbadas, como nos engenhos Cajaíba, Madruga e do Monte, em São Francisco do Conde; Subaé, em Santo Amaro; Europa, em Teodoro Sampaio, e Embiara, em Cachoeira.[43]

### *sobrados de engenho*

Muitos engenhos do século XVIII apresentam casas-grandes que não diferem muito de sobrados urbanos, inclusive com apêndices de serviço, como no caso dos engenhos S. Miguel e Almas e Passagem dos Teixeiras, ambos em ruína. No interior, a mesma estratificação funcional: serviços e quartos de hóspedes no térreo e salões sociais e quartos ou alcovas nos pavimentos superiores. O saguão ficava no lado maior do retângulo e a articulação com o andar superior era feita internamente.

---

42 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 29, 31, 49; 1982b, v. 3, p. 75).
43 Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 137, 189, 193, 201, 237; 1982b, v. 3, p.115).

O exemplar mais nobre dessa tipologia é o Engenho Lagoa, do final do século XVIII, em S. Sebastião do Passé. Fica elevado sobre arcaria joanina e tem no pavimento superior salões com pintura ilusionista e escudo da família Carvalho, uma das proprietárias do engenho. À sua esquerda fica a capela.

Nesta categoria estão também os engenhos Santo Antônio de Mataripe; São José, Madruga e Guaíba, em S. Francisco do Conde; Subaé e Novo, em S. Amaro; Campina, em Cachoeira; S. José, em Nazaré, e Medrado, em São Felipe. Metade desses possuía acesso direto ao pavimento nobre.[44]

*casas avarandadas*

Surgem no final do século XVIII, e se difundem no XIX, casas-grandes térreas com varandas. Esta tipologia parece associada aos novos senhores de engenho de menor cabedal, com hábitos de passar mais tempo na cidade e responsáveis pela expansão de engenhos em novas áreas. Elas demonstram um relaxamento das tensões entre senhores de engenho, escravos e empregados. Não mais a reclusão em pátios ou a estratificação vertical. A varanda era uma faixa de transição espacial, climática e social entre o interior e o exterior da casa-grande. Um espaço de interlocução com os serviçais, de circulação livre da mulher e de portas e janelas abertas durante todo o dia, chova ou faça sol. Nessa nova arrumação, a varanda absorveu muitas funções do térreo das casas-grandes assobradadas, como depósitos, banheiros e quartos de hóspedes.

Esta tipologia não é uma exclusividade baiana. Há muitas casas deste tipo no Rio de Janeiro, datadas de meados do século XVIII. (CARDOSO, 1943) Mas há uma diferença com relação às baianas. As generosas varandas cariocas estavam em um segundo pavimento ou sobre um pódio elevado, o que mantinha a distância social entre a família patriarcal e os escravos e empregados. Neste sentido a nossa casa-grande avarandada, ao rés do chão, era mais democrática.

O exemplar mais antigo dessas casas conhecido na Bahia é o Engenho São Roque do Paraguaçu, com varanda com bancos envolvendo três lados da casa e dando acesso a quarto de hóspedes e depósito. Não sabemos a data de sua construção, mas sua capela, embora "modernizada" no século XVIII, guarda portada com frontão reto e decoração em trança, típicos do século XVII. É difícil saber se a atual casa é da mesma época, mas suas colunas oitavadas com capitéis toscanos, semelhantes aos da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, devem ser, no mínimo, da mesma época, 1724.

Dois outros exemplares devem datar da segunda metade do século XVIII, os engenhos da Mata, em Mata de São João, e S. João, em Candeias. Não temos

---

44 Ver: Azevedo (1982a, v. 2, p. 39, 45, 137, 157, 179, 181,193, 213, 237; 1982b, v. 3, p. 131, 295, 353).

maiores informações do primeiro, mas era vizinho da aldeia jesuítica de São João. Possui capela sobre uma pequena elevação vizinha. A casa está elevada do terreno e totalmente contornada por varandas. Toda a ala esquerda de quartos se abre para a varanda, além de um pequeno depósito de arreios. O segundo pertenceu a um morgado, no século XVIII, e está ligeiramente elevado do terreno, com varanda apenas na frente. Quatro pequenos quartos se abrem para a varanda.[45]

Esta tipologia seria retomada nas novas áreas de expansão da agroindústria, no início do século XIX, especificamente na bacia dos rios que deságuam no Atlântico. Eram propriedades relativamente pequenas, com engenhos do tipo almanjarra movidos por tração animal, separados da casa, mas que já não se conservam. Suas sedes estão localizadas nos topos de colinas ou em encostas. Algumas delas são ligeiramente elevadas do solo e precedidas de degraus.

Fazem parte desta geração os engenhos o Triunfo, em Amélia Rodrigues; Api e Mocambo, em Catu; Roçado, Itatingui e Pimentel, em S. Sebastião do Passé; Outeiro e Tarefas em Teodoro Sampaio; S. Antônio do Rio Fundo e Caeté, em Terra Nova. Suas sedes são casas bem compostas, mais largas que profundas, com duas, três e até quatro varandas suportadas por colunatas geralmente toscanas. Em geral entra-se na casa por um salão de visitas que se liga a um corredor transversal de distribuição funcional. Apenas os engenhos Triunfo, Mucambo e Santo Antônio do Rio Fundo têm desenvolvimento longitudinal com corredor central.

Dois deles têm pátios no fundo, o Roçado e o Pimentel. Merece destaque o Engenho Outeiro, que possui varandas laterais envidraçadas. A área dessas casas se reduz para cerca de 500 m$^2$ e seu programa é bem menor que o das casas assobradadas. Já não possuem capelas separadas, apenas "quarto dos santos" no seu interior, como registrado nos engenhos Triunfo, Api, Itatingui e Pimentel. Assinale-se, ainda, a adoção desta tipologia em duas residências urbanas, a Casa do Pedreira, em Itaparica, e a casa nº 13 da Pç. da Bandeira, em São Gonçalo dos Campos.[46]

No lado ocidental do Recôncavo, nesta mesma época, este partido foi adotado em engenhos de açúcar e farinha e em casas de fazenda, com varandas sustentadas por esteios de madeira, como nas fazendas Várzea Grande, Paty e Tábua, em Conceição de Feira; fazendas Funil e Dendê, respectivamente em Jaguaripe e Muritiba e o Eng. Cabonha, em Cachoeira. Uma variante desta tipologia é a casa de dois pavimentos com varanda periférica, como a sede da Chacára Alegria, em Nazaré, e o Eng. Palmeira, em Santo Antônio de Jesus.[47]

45 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 47, 91; 1982b, v. 3, p. 215).
46 A respeito, ver Azevedo (1982a, v. 2, p. 21, 55, 57, 73, 219, 221, 223, 233, 235, 247, 251; 1982b, v. 3; 1980, v. 4; 1988, v. 5; 1999, v. 6).
47 Ver: Azevedo (1982b, v. 3, p. 133, 143, 145, 183, 237, 293, 319, 321, 323).

### *casas-engenho*

Em meados do século XVIII, quando a agroindústria açucareira enfrentava problemas de comercialização externa, dá-se a fusão da casa-grande com a fábrica num só edifício. Os primeiros exemplos são os engenhos Mataripe, Dom João e São José, todos desaparecidos, localizados na bacia do Subaé, em São Francisco do Conde. (AZEVEDO, E., 1999, p. 150) A este podemos acrescentar o Engenho Vitória, em Cachoeira, do início do século seguinte. São engenhos grandes, dois deles com capelas incorporadas, o São José e o Vitória.

Este partido se difundiria no século XIX no Recôncavo da subsistência, onde a produção de açúcar e cachaça se destinava ao mercado local e era compartida com outras atividades agropecuárias. Foi isso que os salvou da crise da agroindústria açucareira no final do século XIX. Alguns deles ainda funcionavam, movidos por roda d'água, há uma década. Geralmente o engenho era um galpão recoberto, em parte, pela residência do proprietário, que o supervisionava de um balcão interno. Em baixo da casa ficavam apenas depósitos, provavelmente para não incomodar os proprietários, durante os períodos de atividade diuturna.

São exemplos desta tipologia os engenhos de Baixo e Buraco, em Aratuípe; Sapucaia, em S. Antônio de Jesus, S. Pedro, em Nazaré e Caraípe, em São Felipe. Este mesmo partido foi adotado em fazendas produtoras de farinha, na mesma região, como a Paty, em Conceição de Feira; Chaves e Nova Bury, em S. Felipe. Havia também casas-grandes acopladas a engenhos de cana ou mandioca situados no mesmo plano, como nas fazendas Tábua, em Conceição de Feira, e Vargem Grande, em S. Antônio de Jesus.[48]

## *Casas e sobrados urbanos*

O padrão dominante de habitação urbana na região é a casa ou sobrado de parede-meia, de origem medieval portuguesa. Este padrão decorre de um parcelamento da terra em lotes estreitos e longos, bem diverso do vigente no Mediterrâneo, que deu origem a casas de pátio interno, comuns nas cidades hispano-americanas. Geralmente a casa ou o sobrado do Recôncavo tem cerca de sete metros de largura, uma porta e duas janelas no térreo.

Internamente, a casa está estruturada em função de um corredor longitudinal lateral, que liga a porta da rua à sala de jantar avarandada no fundo, aberta para um pequeno pátio ou quintal. Para este corredor, que funciona como uma tiragem forçada de ar, se abrem a sala de visitas e as alcovas.

A casa do Recôncavo está dividida em quatro faixas funcionais. A primeira, ligada à rua, é onde se encontra o corredor de entrada, geralmente limitado por

48 Confira Azevedo (1982b, v. 3, p. 21, 23, 117-119,143-45, 291, 317, 319, 355-359).

uma segunda porta gradeada, e a sala de visitas. A segunda faixa, de caráter íntimo, é constituída por alcovas. A sala de jantar e a varanda posterior formam a faixa de convivência da família. A quarta e última faixa é de serviço, constituída pelo quintal. A cozinha e o quarto de banho formam um apêndice da casa avançando no quintal. É ali onde se cultivam ervas aromáticas e medicinais, se lava a roupa e criam-se animais domésticos e de corte.

Este esquema funcional retrata bem uma sociedade patriarcal, com uma rígida separação do mundo da rua, mais masculino e formal, da vida familiar, mais feminina e informal. Os dormitórios são alcovas, sem janelas para o exterior. A sala de visitas só é aberta para reuniões sociais. O jantar é o núcleo integrador da família, onde só os mais íntimos são convidados a entrar. O quintal é a parte mais reclusa da casa, onde se banha, defeca, lava a roupa suja e está o galinheiro, o chiqueiro e o canil.

Nas casas maiores, a largura pode chegar a doze metros e a porta de entrada e o corredor passam a ser centrais. Mas as relações funcionais não se alteram. Algumas casas térreas edificadas em terrenos mais largos ao invés de corredor longitudinal possuem um salão central para onde se abrem alcovas e outros cômodos, como pode ser observado na Casa Natal de Teixeira de Freitas, em São Francisco do Conde, a Chácara Santa Rita, em Nazaré, e casas nas praças Bráulio Seixas e da Bandeira, em São Gonçalo dos Campos.[49] No início do século XIX o piso das casas térreas se eleva formando um porão baixo, que aumenta a distância da casa para a rua, dá mais privacidade e diminui a umidade.

Em se tratando de casa de dois andares, este esquema é reproduzido no pavimento superior, enquanto o térreo é ocupado por lojas ou dependências de serviço. Mas quando o sobrado é mais alto há um zoneamento vertical. O térreo passa a ser comercial e/ou de serviço, o primeiro andar social, com sacadas ou balcões sobre a rua, e o segundo andar, íntimo. Os empregados domésticos dormiam geralmente no térreo ou no sótão.

Em alguns casos, uma escada externa conduzia diretamente ao pavimento nobre, especialmente na região do Subaé, como no sobrado situado na rua Cons. Saraiva, 39 e no Solar Paraíso, ambos em Santo Amaro, disposição que é encontrada também em casas de engenho da região, como já vimos.[50]

Uma gravura de 1860 registra um tipo de sobrado que teria existido junto ao porto de Cachoeira, na atual rua 25 de Junho.[51] Eram sobrados elevados sobre um portal de arcos onde provavelmente se fazia a feira, com produtos trazidos de barco. Tais sobrados desapareceram, mas em Nazaré ainda se preserva um edifício desse tipo, o Sobrado dos Arcos, também próximo ao cais e em cuja galeria se realizava até 15 anos atrás a feira da farinha.[52]

49 Azevedo (1982a, v. 2, p. 177; 1982b, v. 3, p. 157, 267, 369, 371).
50 Azevedo (1982a, v. 2, p. 119, 143, 157, 189, 193).
51 Reproduzida em *Introdução ao estudo da evolução urbana.* (Cf. BRASIL, 1976, fotos 16 e 17).
52 Azevedo (1982b, v. 3, p. 255-256).

Nas margens do Paraguaçu e do Jaguaripe o sobrado termina, muitas vezes, com um mirante-dormitório, muito cômodo para observar a movimentação dos barcos no rio. É relativamente frequente este tipo de sobrado em Maragogipe, São Félix, Cachoeira e Nazaré. Mas temos também um exemplar em Santo Amaro, na esquina da Pç. da Purificação.[53]

Um tipo especial de sobrado surgiu em Cachoeira, devido à frequência de enchentes do rio Paraguaçu. É o sobrado com entressolho destinado a recolher os móveis e trastes do térreo durante as cheias. Seu pé direito é geralmente baixo, as aberturas pequenas e ele não tem utilização a não ser nesse período, como depósito. Seus exemplares mais antigos datam do início do século XVIII, como no atual Museu do Iphan e o Solar Estrela, em Cachoeira. Mas há exemplos mais novos na mesma praça e nas ruas Ana Nery, 13 de Maio e Rui Barbosa.[54] No Museu do Iphan, esta sobreloja servia também de tocaia para possíveis ataques. Embora aberta para o fundo, ela está fechada na frente com apenas seteiras apontando para a praça. Na parte ocidental do Recôncavo há sobrados geminados com corredores laterais que dão a impressão de ser um grande solar.[55]

### *Sobrados nobres*

Não se podem diferenciar casas nobres urbanas das rurais. Os senhores de engenho se alternavam no campo e na cidade, só optando preferencialmente pela cidade no século XIX. As três únicas casas com brasões de família pintados nos tetos são as casas-grandes dos engenhos Freguesia, Cinco Rios e Lagoa. Estas casas, nas cidades, fogem um pouco da residência urbana padrão. Apresentam uma maior volumetria e tratamento decorativo externo e interno mais requintado. Estão concentradas especialmente em Cachoeira, Magagogipe, Santo Amaro e Nazaré.

Seu programa não diverge muito da casa urbana corrente, mas geralmente não possuem lojas no térreo. É possível que algumas delas tivessem pequenas capelas ou nichos no interior, mas não há vestígios. O elemento distintivo dessas casas são salões com forros em gamela ou caixotões, às vezes com pintura, e saguões com belas escadarias, algumas com arranque em pedra, e galerias com balaustres no pavimento superior para recepção e controle dos visitantes.

Em Cachoeira estão os solares mais requintados da região. O mais antigo desses solares data de 1683. É a casa de João Rodrigues Adorno, fundador da povoação,

53 Em Maragogipe, podemos citar os sobrados da Filarmônica Terpsícore, da Suerdieck e um situado na rua Fernando Suerdieck. Em São Félix, os sobrados à Pç. Joaquim Tosta, rua Juarez Távora e o Chalé Guinle. Em Cachoeira, um sobrado à rua Maestro Irineu Sacramento e a Casa Natal de Ernesto Simões Fo. Em Nazaré, temos exemplos nas ruas D. Pedro II, Barão Homem de Melo e Walson Lopes e as chácaras Santa Rita e Alegria. Vide Azevedo (1982a, v. 2, p. 105; 1982b, v. 3, p. 85,105, 199, 201, 265, 281, 283, 293, 339,343, 347, 267, 371).

54 Azevedo (1982b, v. 3, p. 53, 61, 63, 59, 83, 93, 103).

55 São exemplos os sobrados da rua Ana Nery 47/49 e Pç. Maciel 13, em Cachoeira; o existente na Av. Salvador Pinto, em São Félix; na Av. D. Pedro II, em Nazaré; e a Vila Caraipe, em São Felipe. (Cf. AZEVEDO, 1982b, v. 3, p. 87, 265, 341, 363).

que embora fosse uma casa de engenho, foi envolvida pela vila e se transformou em uma casa urbana. Esta é uma das poucas casas urbanas com pátio interno em toda a região.[56] Não é a mais refinada, devido aos muitos usos e reformas por que passou, mas preserva um saguão interessante.

A mais requintada é a sede do Museu do IPHAN, datada de 1723. É a única em todo o Recôncavo com uma portada barroca de lioz e portas almofadadas. Possui ainda escadaria com arranque em pedra e dois salões sobre a praça com forro em caixotões com pintura de vida cortesã. Assinale-se ainda o Solar Estrela, do século XVIII, na mesma praça da Aclamação, com bela pintura floral no forro dos salões de visitas; a Casa Natal de Ana Nery e o sobrado de número 25 da mesma rua, ambos com saguão e salões com forros em caixotões.[57]

Em Santo Amaro podemos assinalar os solares Araujo Pinho e Visconde da Aramaré, já do período neoclássico. Além de saguões requintados, apresentam pórticos de entrada e terraços sobre abóbadas, elementos também encontrados em dois engenhos da região,o Cajaíba e o Madruga. Assinale-se, ainda, os sobrados às ruas da Matriz, 9, General Câmara, 63, Cons. Saraiva, 29.[58]

Nazaré apresenta uma das casas mais interessantes do Recôncavo, a situada na Pç. Arthur Sampaio, junto à ponte. É um imenso sobrado com 21 janelas e uma porta abrindo-se diretamente para o rio Jaguaripe. É talvez o único sobrado fluvial brasileiro e lembra os palácios venezianos. Seus proprietários chegavam a ele de canoa, antes da construção das pontes. Maragogipe apresenta também dois edifícios com saguões interessantes, a sede da Filarmônica Terpsícore e um sobrado na Praça da Matriz.[59]

Finalmente não podemos deixar de mencionar o Chalé Guinle, em São Félix. Embora construído na primeira década do século XX com componentes industriais europeus, este chalé tenta reproduzir, com outra linguagem, os elementos básicos da arquitetura regional: a casa com pátio envolvida por varandas e com mirante para o rio. Pena que se encontre em ruína.

### *Edifícios públicos*

As mais importantes construções públicas das cidades do Recôncavo são as Casas de Câmara e Cadeia. Existem dois tipos desses edifícios. Um inspirado na Casa de Câmara e Cadeia de Salvador, com portal, pátio e torre sineira central e outro mais simples, sem portal nem torre, inspirado na Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaripe, primeira vila fundada no Recôncavo, em 1697. Usualmente a cadeia ficava embaixo e

56 Fora a Casa das Sete Mortes, em Salvador, há uma casa térrea em Conceição do Almeida com um grande pátio, a Vivenda Sinísia, construída por um imigrante italiano. Os armazéns de fumo também possuíam grandes pátios internos para secagem das folhas. (Cf. AZEVEDO, 1982b, v. 3, p. 149, 157).

57 Azevedo (1982b, v. 3, p. 51, 59, 73, 79).

58 Azevedo (1982a, v. 2, p. 139, 141, 105, 115, 121).

59 Azevedo (1982b, v. 3, p. 197, 207, 259, 347).

no seu pórtico se publicavam os editais. No pavimento superior ficavam o legislativo, o executivo e o judiciário municipais.

O modelo de Salvador é evidentemente espanhol, embora inspirado remotamente no Capitólio de Roma (1536), de Miguel Ângelo. Espanhol pela presença do portal com açougue, onde se realizava o mercado, como nas *plazas mayores* hispânicas. (AZEVEDO, P., 2001, p. 407-420) Essa tipologia teve origem na Espanha, no período de florescimento da instituição municipal, mas a construção dos primeiros edifícios específicos de *cabildos* são do século XV, embora sua difusão se desse nos quinhentos. (GUTIERREZ et al., 1990) Vivendo-se a última fase do período filipino, não seria de estranhar que a diretriz para o seu projeto pudesse emanar da própria Metrópole.

A relação do conselho municipal com a comunidade definiria muitos elementos de seu programa, como o portal, onde se fixavam os editais e se realizava a feira, o balcão do conselho, onde as autoridades falavam durante as festas cívicas e religiosas e a torre cujo sino marcava o ritmo da vida cidadã. O tipo mais frequente de fachada de *cabildos e ayuntamientos* espanhóis era o de arcarias sobrepostas. Mas no norte da Espanha eram frequentes os *cabildos* com térreo em arcaria e pavimento superior vazado por janelas rasgadas, exatamente como no Paço de Salvador.

Dom Clemente Maria Silva-Nigra levanta a hipótese daquele projeto ser de autoria do arquiteto espanhol Frei Macário de São João, com base no traço de sua portada, que denota conhecimento do tratado de Sebastiano Sérlio e é utilizado por ele em outros projetos. (SILVA-NIGRA, 1971, p. 89, 107-108) O único profissional com conhecimento dessa tipologia no Brasil, naquela época, era o frei beneditino. O Paço Municipal de Salvador, inaugurado em 1660, mas só concluído trinta anos depois, foi o pioneiro dessa tipologia na América. Sedes municipais com torres centrais só se difundiram na América espanhola cerca de cem anos depois. Um exemplar muito semelhante ao nosso foi o de Santiago do Chile (1785-1790), já demolido. Possuía portal no térreo, janelas de púlpito no pavimento superior e torre central em meia laranja.[60]

Cachoeira, segunda vila fundada no Recôncavo, em 1698, reproduz esta tipologia, em 1712, mas de forma bastante rústica, com portal, mas sem pátio nem torre. O mesmo modelo de Salvador, porém mais simplificado, sem pátio e com uma *espadaña,* foi adotado em 1735 em Maragogipe. Uma réplica perfeita, mas em menor escala da de Salvador foi construída em Santo Amaro, elevada a vila em 1727. A atual sede municipal, concluída em 1769, deve ter sido precedida por outra cuja imagem não conhecemos. Muito simplificado, em um só pavimento, este modelo

60 Dentre os exemplos desta tipologia na América Latina estão os cabildos de Buenos Aires (1734-1764), Santa Fé (1787), Tucuman, Salta (1783), Lujan (1770-1792), San Luis (1804) na Argentina, bem como o de Antigua, Guatemala, todos com dupla arcaria. (Vide GUTIERREZ et al., 1990).

seria reproduzido tardiamente em São Felipe, elevada a vila em 1880. A atual sede municipal data de 1914.[61]

O segundo modelo tem como protótipo a Casa de Câmara e Cadeia de Jaguaripe. Trata-se de um casarão recoberto por telhado de quatro águas, que volumetricamente pouco difere de uma casa nobre civil. Mas possui duas particularidades. As enxovias ficavam em um subsolo aberto para o mar, que eram inundadas nas maiores marés e ao seu lado ficava um portal, onde se realizava o mercado com produtos trazidos de barco. Este modelo foi adotado em São Francisco do Conde, elevada a vila em 1697, em Nazaré (1878) e em algumas casas de câmara e cadeias do interior, como as de Porto Seguro, Rio de Contas, Caitité e Condeubas.[62]

Outro equipamento frequente nas vilas e cidades da região são hospitais administrados por Santas Casas de Misericórdia, únicas instituições a fazer o que hoje se chama seguridade social, até o advento da Era Vargas. Cachoeira, Maragogipe, Nazaré e Santo Amaro tiveram esses equipamentos. Seus programas incluíam enfermarias e uma capela, mas não existe uma tipologia única. A Santa Casa de Cachoeira é talvez a mais importante e antiga. Desde 1686, funcionou uma enfermaria no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, no Iguape, transformada, mais tarde, em Hospital de Nossa Senhora de Belém. Em 1734, o hospital passa a funcionar em Cachoeira, em terreno doado pelo Cap. João Rodrigues Argolo e mantido com rendas de fazendas do Iguape.

O chamado Hospital de Caridade é elevado, em 1823, à condição de Santa Casa de Misericórdia por Resolução Imperial. O edifício, do início do século XIX, com tratamento neoclássico, tem um partido semelhante ao de um convento, com capela à mão direita e pátio à esquerda, em volta do qual estão as enfermarias individuais e coletivas. A instituição devia ter recursos, pois edificou um belo conjunto de seis sobrados e onze casas iguais para renda, na rua Durval Chagas, vizinho à sua sede.[63]

A Santa Casa de Maragogipe é outro conjunto importante. A capela de N. S. da Lapa do Monte é supostamente do final do século XVII, mas a Santa Casa só seria fundada em 1847. O hospital ligeiramente afastado da capela, mas alinhado a ela, foi inaugurado em 1850. Como a de Cachoeira, mandou construir em sua vizinhança um conjunto de casas para renda, além daquelas do cemitério.

O Hospital Nossa Senhora da Vitória de Santo Amaro foi construído entre 1856 e 1866 com recursos da comunidade. Dois anos depois é instituída a Santa Casa de Misericórdia para manter o hospital. Fundada em 1830, a Santa Casa de Nazaré é a única que precede o hospital, que começa a funcionar um ano depois. O atual hospital, com partido em H e tratamento eclético classicizante, foi iniciado em 1888.[64]

61 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 103-104; 1982b, v. 3, p. 43-44, 195-196, 351-352).
62 Confira Azevedo (1982a, v. 2, p. 171-172; 1982b, v. 3, p. 167-168).
63 Ver: Azevedo (1982b, v. 3, p. 69-70, 95-98).
64 Azevedo (1982a, v. 2, p. 151-152; 1982b, v. 3, p. 209-210, 285-286).

O Recôncavo possuiu casas de câmara e cadeia, conventos, inúmeras igrejas, alguns hospitais, mercados em Nazaré e em São Félix, matadouros em Santo Antônio de Jesus e Alagoinhas e teatro em Nazaré. Só não teve escolas, durante todo o período colonial, imperial e da Primeira República, o que demonstra o apreço que tinham nossos governantes pela educação.

## *Em resumo*

O Recôncavo, um conceito mais histórico que unidade fisiográfica, como disse Milton Santos, variou territorialmente ao longo dos séculos. No final do século XVII, com a criação das vilas de Jaguaripe, Cachoeira e S. Francisco do Conde compreendia toda a bacia dos rios Subaé, Paraguaçu e Jaguaripe. No começo do século XIX se expande para o norte, com novos engenhos que iam até os atuais municípios de Terra Nova e Teodoro Sampaio.

Na segunda metade do século XIX se expande para o norte, oeste e sul, com a criação de ferrovias que do porto de Salvador chegavam a Alagoinhas e depois a Aracaju e Juazeiro; do porto de S. Félix se dirigia a Machado Portela, no sopé da Chapada Diamantina e até Feira de Santana; e de Nazaré se estendia até Jequié. No início do novecentos, com a crise da agroindústria açucareira, a abertura das primeiras estradas de rodagem e a unificação do sistema ferroviário, o Recôncavo tradicional se encolhe, e surgem novas centralidades como Feira de Santana e Alagoinhas. Na segunda metade do século XX, a lavra do petróleo e o processo de industrialização fazem surgir a Região Metropolitana de Salvador e há o abandono do restante do Recôncavo tradicional.

As vilas da região se formam a partir de aldeias jesuíticas, de engenhos de açúcar, pousos e feiras de gado. Essas vilas formavam redes urbanas especializadas – açucareira, fumageira e de subsistência – respectivamente nos vales dos rios Subaé, Paraguaçu e Jaguaripe, tendo como enlace com Salvador seus portos e a Baía de Todos os Santos. Essas microrredes se mantêm até o início do século XX, quando os novos meios de transporte roubam a importância dos portos tradicionais e criam novas centralidades e relações urbanas.

As vilas do Recôncavo, embora atendendo a requisitos de suas funções – porto, entreposto, centro de produção e comercialização de produtos agropecuários – têm em comum formas geradas por fluxos, como a navegação, a circulação de pessoas e animais nas linhas de menor declive do terreno.

A arquitetura dessas vilas tem seu ponto mais alto nas construções religiosas, especialmente nos conventos franciscanos de Cairu e do Paraguaçu, pedras fundamentais da Escola Franciscana de Arquitetura do Nordeste de inspiração oriental. Não menos importante é a invenção das matrizes e igrejas de irmandade assobradadas

organizadas como um teatro de ópera resultante da ação das comunidades laicas reunidas em ordens terceiras ou irmandades.

A região, com seu grande patrimônio cultural, natural e paisagístico, tem grande potencial turístico, infelizmente inexplorado. Para que se possa resgatar este patrimônio é preciso ligar as antigas cidades-portos com uma estrada envolvente da Baía de Todos os Santos que terminaria na sua maior ilha, Itaparica. (AZEVEDO, P., 2010) Esta medida deverá ser complementada com a criação de infraestrutura receptiva, restauração dos monumentos e valorização das suas tradições.

O desenvolvimento do turismo e a retomada, em novas bases, de antigas lavouras, como a cana e o dendê, agora na perspectiva da bioenergia, da manga, da laranja e outras frutas e melhoria da avicultura, ao lado da qualificação de pessoal pela Universidade Federal do Recôncavo poderão tirar a região do marasmo em que mergulhou há um século e reintegrá-la à vida econômica do Estado e do país. Isto só depende de uma decisão política.

## *Referências*


ANDRADE, Adriano Bittencourt. *A rede urbana do Recôncavo Baiano Setecentista*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Orientação do Prof. Marco Aurélio A Filgueiras Gomes. Mimeo.

ARGOLO, José Dirson. *O Convento Franciscano de Cairu*. Brasília, D.F.: IPHAN/ Monumenta, 2009.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

_______. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: IPHAN/ Monumenta, 2009.

AZEVEDO, Paulo Ormindo. Alpendres na Arquitetura Religiosa: revendo as teorias. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n.12. p. 71- 85, 1983.

_______. Envolvente da baia versus ponte. *A Tarde*, 9 mar. 2010.

_______. Introdução ao Recôncavo. In: _______. (Coord.). *Inventário de Proteção do Acervo cultural da Bahia.* 2. ed. Salvador: SIC, 1984a. v. 1 - Monumentos do Município de Salvador, 1975. Versão em CD-ROM.

_______. Coord.). *Inventário de Proteção do Acervo cultural da Bahia.* 2. ed. Salvador: SIC, 1984b. v. 1 - Monumentos do Município de Salvador, 1975. Versão em CD-ROM.

_______. _______. 2. ed. Salvador: SIC, 1982a. v. 2 – Monumentos e Sítios do Recôncavo, 1ª parte, 1978. Versão em CD-ROM.

_______. _______. Salvador: SIC, 1982b. v. 3 - Monumentos e Sítios do Recôncavo, 2ª parte. Versão em CD-ROM.

_______. _______. Salvador: SIC, 1980. v. 4 - Monumentos e Sítios da Serra Geral e Diamantina. Versão em CD-ROM.

_______. _______. Salvador: SIC, 1988. v. 5 - Monumentos e Sítios do Litoral Sul, 1988. Versão em CD-ROM.

_______. _______. Salvador: SIC, 1999. v. 6 – Monumentos e Sítios das MR Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baianos. Versão em CD-ROM.

_______. As relações inter-coloniais e as influencias orientais nos conventos franciscanos do Nordeste. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTORIA DA ARTE, 6., 2004, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004. v. 2, p. 583-601.

_______. *O traço hispânico do paço municipal de Salvador.* In: CONGRESSO DE HISTORIA DA BAHIA (SALVADOR, 450 ANOS), 4., 2001, Salvador. *Anais*... Salvador: IGHBF: Gregório de Matos, 2001. p. 407-420.

_______. As três etapas do paço dos Ávila em Tatuapara. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 42, p. 157-174, mar.1996.

AZEVEDO, Thales. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 185-216.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: F. R. Marinho: Globo, 1983. v. 1.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998b.

_______. (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998a.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Introdução ao estudo da evolução urbana* (Plano urbanístico de Cachoeira). Convênio IPHAN-UFBA. Salvador: UFBA/ Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1976.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, 1943.

CARITA Helder. Arquitetura indo-portuguesa na Região do Sul da Índia. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 5., 2001, Faro. *Actas*... Faro: Universidade do Algarves, 2001. p. 39-57.

CHACON, Vamireh. *Goa e Macau*. Recife; Rio de Janeiro: F. Joaquim Nabuco, 1995.

DIAS, Pedro. *A viagem das formas*. Lisboa: Estampa, 1995.

FLEXOR, M. Helena O. (Org.). O *conjunto do Carmo de Cachoeira*. Brasilia, DF.: IPHAN/Monumenta, 2007.

FONSECA, Fernando Luiz da. *Santo Antônio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde*. 2. ed. Salvador: UFBA, 1988. (Série Estudos Baianos, 16)

GUTIERREZ. Ramon et al. *Cabildos y ayuntamientos em América*. México: IAIHAU; Ciudad de México: Tilde, 1990.

LAPA, Luiz Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Nacional, 1968. (Série Brasiliana)

MARTINEZ, Maria do Socorro Targino. *Ordens terceiras*: ideologia e arquitetura. Salvador: UFBA, 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia:* a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

OTT, Carlos. *Atividades artísticas da ordem 3ª do Carmo da cidade do Salvador e de Cachoeira (1640-1900).* Salvador: SCT: EGBA, 1988.

PEDRÃO, Fernando. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 219-239.

PINTO, L.A. C. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

RIBEIRO, Orlando. A cruz e o Tulôsse. *Diário Popular*, Lisboa, 9 fev. 1956. Incluído depois na *Revista Estudos, Ciência e Sociedade*, n. 59, 1962.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Beneditina, 1950a.

_______. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade-Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador: UFBa, 1971.

_______. *Três artistas beneditinos*. Salvador: MEC: Tipografia Beneditina, 1950b.

SOUZA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil, em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

TEIXEIRA, Cid. *Bahia:* caminhos… estradas… rodovias... notas para a historia. Salvador: Sinduscon-Ba, 1998.

TELLES, Augusto da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. [Rio de Janeiro]: MEC-FENAME/DAC, 1975.

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DO ALVAA RODA

P COSTA

I T A P A R I C A

6 baixas de preamar dagoas viuas

Boy
peba

I: dos frades

I: do medo

TERRAS
DE DOM
ALVARO
DA COSTA

Bahia de
todolos sã
tos

6 braças
de preamar
dagoas vivas

# A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana

Fernando Pedrão

A sociedade baiana nunca acertou suas contas com sua história e tem dado reiteradas provas de uma opção para apagar sua memória. Não surpreende, portanto, que não haja um estudo sistemático do significado social, econômico e político da Baía de Todos os Santos. No entanto, para a cultura baiana, ou para a identidade baiana, a Baía de Todos os Santos é uma referência totêmica, que liga o modo de viver dos antigos habitantes indígenas ao modo social do escravismo, com suas relações concretas e seu imaginário dividido entre o mundo dos dominadores e o dos dominados. A vida social na orla da baía representa o principal componente de anomia de um sistema regional que jamais absorveu toda a sua população e que passou por um prolongado processo de esvaimento de suas forças produtivas, vindo a protagonizar um quadro de marasmo que se diferencia de outras condições de pobreza também crônica na Bahia, por representar uma condição diferenciada de viver segundo uma escala de tempo mais lenta. Uma compreensão social histórica da Baía de Todos os Santos é inseparável de uma outra da região do Recôncavo, que foi essencial na formação da economia e da sociedade no Estado da Bahia e veio a constituir a primeira região do Estado no sentido estrito desse termo. O Recôncavo é uma realidade histórica que se refere ao fértil crescente em torno da Baía de Todos os Santos, marcada pela desembocadura dos rios Paraguaçu, Jaguaribe e Subaé, com diversos outros rios desde o rio da Dona ao Traripe e ao Joanes. Sucessivas intervenções administrativas de delimitação e subdivisão da região têm apenas tumultuado e obstruído a compreensão do problema social, econômico e político que é o único que interessa estudar.

O significado social histórico da Baía de Todos os Santos não se desprende de suas características físicas, mas estas são uma poderosa indicação do modo como se percebe a história e como se passa de ambientes aparentemente contínuos para situações de vida precárias, de um espaço essencialmente representativo de baianidade, para a de um espaço representante da presença internacional do capital. O imaginário pré-capitalista esteve representado pela baía coberta de saveiros enquanto a imagem do capitalismo passou a ser definida pela baía repleta de navios cargueiros, com eventuais cruzeiros de luxo. Atividades que não se tocam com a vida dos baianos. Se as canoas de madeira maciça ainda são iguais às dos tupinambás, não há relação significativa entre os movimentos de vida social organizada sobre bases locais e os usos desse modo de transporte na nova organização social. Dada a virulência da instalação desses novos artefatos da internacionalidade, é notável como se encontram outros usos – e não residuais – dos velhos sistemas de equipamento, que respondem pela sobrevivência da maioria dos moradores das terras baixas do entorno da baía. Ao lado da baía onde convivem as embarcações de lazer de grupos de alta renda, prossegue a pesca artesanal antiga na maior parte dos recantos que não são acessíveis ao tráfego moderno.

Neste ensaio pretendo trazer um argumento pouco comum, qual seja, de que a compreensão e o tratamento dados pela sociedade baiana à Baía de Todos os Santos se explicam por um fundamento ideológico que assinala a diferença fundamental entre a atual sociedade de classes e as formas anteriores de estruturação social, que abrangem os vários momentos do processo colonial e os da sociedade urbana e industrial de classes. A chave da explicação do quadro atual é o esgotamento econômico da sociedade pós-escravista, que se arrastou desde o fim do escravismo e se acentuou com o fechamento do mercado europeu ao início da Primeira Guerra Mundial. O fechamento do mercado europeu significou a desvalorização das terras e a instalação de um ambiente de marasmo, que passou a condicionar as expectativas sobre o futuro da região. Adiante, os proprietários de terras foram beneficiados pelas pesquisas de petróleo que levaram a Petrobras a comprar terras desde a década de 1950. O passo seguinte desse processo tem sido a transferência de *royalties* vultosos a prefeituras despreparadas para gerir esses recursos e dominadas por mecanismos eleitorais espúrios, tal como se tornou o caso notório de São Francisco do Conde, onde uma elevada renda *per capita* coincide com os maiores índices de desemprego do Estado.

Os ulteriores realinhamentos da estrutura social da região deram-se no vazio deixado pelo fim daquela sociedade patrimonial. As tentativas de planejamento da década de 1950, concretamente pelo Plano de Desenvolvimento para a Bahia – Plandeb (1960-1963)[1] –, lançaram sementes de novas iniciativas, como o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari, que transferiram o foco da relação regional de Salvador, da Baía de Todos os Santos para a sub-região de Camaçari, e iniciaram um processo de desvalorização social e econômica da região do Recôncavo. Esse movimento não foi impedido pela implantação da Refinaria Landulpho Alves Mataripe (RLAM), essencial ao novo contexto industrial, que, entretanto se tornou um polo de influência decisivo na economia baiana desde então.[2] A RLAM criou uma nova discriminação espacial na região, com efeitos espaciais restritos e formação de emprego e renda em Salvador. Enquanto o planejamento estadual propunha a formação de um eixo econômico Salvador – Feira de Santana,

1 Os principais estudos regionais da época foram realizados pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), que deu suporte de pesquisas ao planejamento da Comissão de Planejamento Econômico e pelo Laboratório de Geomorfologia da UFBA. Pesquisas sobre a organização da indústria na Bahia e sobre a economia dos saveiros foram feitas pelo IEFB, assim como sobre a produção cacaueira na Bahia. Os estudos do IEFB sobre o produto interno bruto (1939-1958) sustentaram o planejamento e mostraram a fragilidade da produção rural baiana. O planejamento industrial ficou imobilizado por uma atitude passadista de salvar a velha indústria têxtil, herdeira dos capitais escravistas. Daí que uma das teses importantes sobre a Bahia do período 1946 a 1966 é que um objetivo não declarado, entretanto essencial da política baiana, consistiu em salvaguardar os capitais formados no escravismo, inclusive aqueles que constituíram os dois principais bancos do Estado. O bloco de poder regional deslocou suas bases, desde a velha aliança entre o capital mercantil de Salvador e os proprietários de terras do Recôncavo para uma articulação territorialmente mais ampla, que permitiu que a Bahia tivesse governadores oriundos do sertão e tornou decisivo o controle dos votos do interior do Estado na composição estadual do poder.

2 A Refinaria Landulfo Alves foi o foco de um processo de investimentos no setor petroleiro que sustentou a oferta de gás a preços subsidiados para o complexo petroquímico de Camaçari. Com a retomada de investimentos da Petrobras na década de 90, a refinaria voltou a ocupar um papel estratégico na Bahia. Em 2009 a Refinaria Landulfo Alves foi responsável por uns 20% da receita tributária gerada pelo setor industrial na Bahia.

com a construção de um distrito industrial em Feira e outro no bairro de São Caetano em Salvador, formava-se, de fato, uma separação entre um Recôncavo norte receptor de investimentos e um Baixo Recôncavo direcionado para a pobreza crônica e transformado em gerador de mão de obra barata para a construção civil e para serviços domésticos. A força de trabalho do Recôncavo volta a estar subordinada a ocupações temporárias, tal como era quando do estudo pioneiro de Costa Pinto (1958). A última mão de tinta nesse cenário foi a mudança do sistema de transportes, em que a escolha do rodoviarismo – a BR-116 em 1967 e a BR-101 em 1972 – excluía de comunicações as populações ribeirinhas do Recôncavo, dependentes de meios artesanais de transporte, e fechava, em 1967, o porto de São Roque do Paraguaçu. Cachoeira foi condenada ao esquecimento enquanto Feira de Santana despontava como principal entroncamento rodoviário na relação com o Sertão, apesar de enfrentar o descaso pelo centro industrial do Subaé e os repetidos fracassos no planejamento do baixo Paraguaçu, principalmente representados pela represa de Pedra do Cavalo.[3] As estradas inter-regionais criaram novas redes de conexões, alentando a expansão de cidades como Itabuna, Jequié e Conquista, criando uma linha de articulação interna do Recôncavo que desvaloriza a Baía de Todos os Santos.

A desativação das estradas de ferro foi um golpe que atingiu profundamente a economia baiana em seu conjunto, mas que passou despercebido pelo discurso superficial de atrair empresas para o Estado e pela burocratização do planejamento. O planejamento estadual de visão estatal foi substituído por uma gestão privatizante da coisa pública, que canalizou os recursos estaduais para subsidiar empresas, muitas das quais emigraram tão logo captaram os subsídios do Estado e da Sudene.[4] O subsídio ao capital foi a linha mestra da política econômica estadual, desde o modelo tripartite da implantação do Polo de Camaçari a vantagens sutis do sistema de financiamento do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Com o passar do tempo tornou-se subsídio ao grande capital internacionalizado.

Trata-se, portanto, de ancorar historicamente o questionamento ideológico da modernização concentradora de capital. O fundamento do questionamento ideológico surge por meio das diferenças entre a visão do império colonial, a da sociedade local mercantil-escravista, a da sociedade pós-escravista latifundista[5] e a

3 Estudos realizados pela Secretaria da Cultura, Educação e Turismo (SCET) em 1972 e o Estudo Agropecuário do Recôncavo da mesma época ofereceram subsídios para o planejamento da bacia do rio Paraguaçu, que foram ignorados pelo governo estadual. O II Plano Metropolitano de 1982 também aponta na direção de uma ampliação do espaço regional do planejamento. Entretanto, o projeto de Pedra do Cavalo, que comprometeu três administrações estaduais, com custos jamais conhecidos, foi feito atrasado e em escala reduzida, prejudicando a região de Feira de Santana e ao Recôncavo. Em 1987, o governo estadual fechou a Superintendência do Vale do Rio Paraguaçu, que jamais desempenhou papel significativo, mas cuja extinção confirmava o desinteresse oficial por essa região.

4 Informações extra oficiais indicam que o Desenbanco destinou cerca de 90% de seus recursos para empresas do Polo Petroquímico de Camaçari onde ocorreram diversas falências não explicadas, assim como estudos sobre o Centro Industrial de Aratu mostram a referida migração utilitária.

5 Outra tese a ser examinada sobre a sociedade baiana é a que trata da formação de um sistema recente de grandes propriedades agropecuárias, muitas vezes extrativistas pecuárias, que se formou como derivado do anterior sistema mercantil-colonial escravista e deu lugar a um coronelismo que se apropriou das estruturas partidárias. As

que se forma hoje, sobre pressupostos de uma sociedade de classe e da integração da região da Baía de Todos os Santos na economia baiana em seu conjunto. A orla da baía foi objeto de subdivisões que distinguem as funções da parte norte ocupada pela produção petroleira, a parte central onde se encontram os municípios mais ativos e onde surgiram alguns empreendimentos de lazer e a parte sul, que continuou sendo a mais pobre. A orla da baía também foi reorganizada em função de condições de acesso, em que é preciso distinguir a ocupação privatizada de ilhas por parte de políticos e por capitais privados de difícil identificação e a ocupação remanescente de situações anteriores. Hoje, praticamente, as margens do rio Paraguaçu e até os pontos de atracadouro estão privatizados, assim como a exploração dos próprios atracadouros e em grande parte como benesses do sistema político.

Não há como ignorar que amplos setores do corpo social que permanecem numa economia precária extrativista hoje estão integrados em um sistema de relações de classe, por mais que em seus locais de residência não haja empregos assalariados. A pesca artesanal é uma forma de produzir mercadoria em que o valor de consumo retido pelos pescadores é uma proporção ínfima do valor de troca gerado, que é retirado através do sistema de comercialização. O artesanato da região, que é realizado em condições precárias e gera produtos de baixa qualidade participa do mesmo sistema, utilizando meios de transporte também artesanais. Uma observação decisiva sobre esta parte do problema social de ocupação e renda é que a bolsa família entrou a desestimular essas atividades fortemente exploradas de baixa renda, incitando os beneficiados a não trabalharem. A contradição se aprofunda quando se toma em conta o problema de alcoolismo que, reconhecidamente, incide nessa população.

Uma crítica histórica do sistema desigualmente modernizado torna necessário examinar a formação de classes e o bloqueio dos mecanismos de ascensão e mobilidade positiva, pelo que se divisam diferentes níveis de relações conflitivas de classe, no campo do trabalho empregado, no do trabalho ocupado precariamente e no do trabalho empregado mediante privilégios. Torna-se aqui necessário considerar situações de relações de classe que se reorganizam sob o patrimonialismo criado pelo sistema político.

O reconhecimento desse fundo ideológico equivale a admitir uma identidade que sempre foi negada – a de um corpo social segmentado, definido pela presença do componente dominado – justamente porque esse reconhecimento implicaria

compras de terras por parte de políticos é um traço essencial dessa nova concentração de poder. Essa metamorfose política do poder rural permitiu que seus descendentes se modernizassem no comando de partidos políticos personalistas que garantiram sua presença na política até hoje. São estruturas de poder baseadas em família ampla semitribal e usa estratégias de controle econômico por meio do controle de vantagens do Estado. Aí se configura o sistema verticalizado: controle de vereadores, prefeitos em combinação com deputados estaduais e federais. Esse sistema sobrevive através de legendas partidárias e realiza acordos utilitários com sindicatos e religiões sem teologia de baixa extração. A política estadual continua impregnada desse tipo de relações de poder que elege vários membros de uma família ou que apresenta uma família como bloco na mecânica partidária.

em desqualificar a ruptura social fundamental da escravidão.[6] A identidade se forma mediante o reconhecimento de um outro específico que faz parte dominada da sociedade local, constituída de pobres e excluídos em geral. Com a desvalorização da economia do Recôncavo, a orla da Baía de Todos os Santos continuou abrigando uma população constituída de vários grupos de excluídos, desde os de Salvador no subúrbio até os de Jaguaribe.

A imagem da Baía de Todos os Santos divide-se entre a de ser um lugar onde se vive e de um lugar para ser explorado. Esta divisão se manteve igualmente para os capitais internacionais e para os que constituíram a economia regional baiana. A questão fundamental foi a transformação dos recursos naturais em valor de troca, em função de certas equações tecnológicas e de encontrar mercado para as opções de empreendimento que surgiram e determinaram o engajamento de trabalho. Qual, entretanto, seria a relação entre as transformações da realidade material da orla da baía e a de sua imagem? A exploração de recursos para uma economia internacional sempre prevaleceu sobre a moradia local. Os sinais da presença da sociedade local surgiram, penosamente, mediante formas nunca imaginadas na leitura da região como reserva de recursos.

No período colonial esse sistema funcionou com garantia de mercado externo. O fim da garantia de mercado veio com a substituição das vendas ao exterior por vendas a um mercado interno nacional em que os produtores da região revelaram-se pouco eficientes, incapazes de acompanhar os padrões de qualidade das indústrias da região da Leopoldina no Rio de Janeiro e das de São Paulo. Isso apesar de que os capitais instalados na Bahia em indústrias de bens de consumo, especialmente em tecelagem, tiveram diversas vantagens sistêmicas, determinadas pelo apoio do governo provincial. O fim do escravismo marcou as condições em que se realiza a participação no mercado externo, ou seja, em que aquela economia de empórios comerciais passou a ser uma participação periférica de um sistema internacionalmente integrado. Exceto por algumas figuras isoladas, como os Lacerda e o Barão de Jeremoabo, os escravistas não se adaptaram à produção industrial, apesar da mecanização da produção com os engenhos centrais.[7] O empobrecimento da primeira metade do século XX certamente está ligado a essa falência dos grupos escravistas

6 A ausência de estudos de classe, ou sua substituição por devaneios culturais geralmente conservadores por omissão, tem sido uma marca da inoperância dos planos urbanos e regionais na Bahia. A contradição entre insistir na existência de uma região metropolitana e desmontar o planejamento metropolitano, entre propor ações de caráter regional e manter o isolamento entre as prefeituras dos municípios, indica uma crise do sistema de planejamento estadual que perdeu visão de conjunto, empreendeu alguns programas setoriais significativos, mas não produziu nenhum plano de desenvolvimento desde a década de 1970. O Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER) criado em 1968 foi transformado em Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo e posteriormente em Companhia de Desenvolvimento Regional, desentendendo-se de uma vez da problemática dessa região.

7 Sobre esse capítulo é preciso consultar o trabalho de J. Barickman (1998) e o de Tatiana Araujo (2002) que cobrem a presença dos engenhos centrais, ao mesmo tempo que mostram suas limitações enquanto solução para renovar a presença do açúcar baiano no mercado internacional.

e à emigração de capitais formados no sistema antigo e na produção cacaueira. A tentativa fracassada do governo Calmon de Góis apenas confirma essa tendência.

O fracasso do sistema pós-escravista para se integrar na economia moderna, basicamente de 1850 a 1914, testemunhou essa incapacidade da economia agroindustrial tradicional para funcionar em um sistema de economia de mercado e com trabalho livre, assim como sua incapacidade para gerar uma cultura escrita e uma ideologia, capazes de dar unidade ao projeto regional baiano. O reconhecimento tácito desse fracasso inspirou a política econômica do governo Góis Calmon.[8] A falta de uma alternativa política ao controle oligárquico fundado no escravismo aprofundou a visão local, herdada do controle patrimonial da produção e a visão capitalista em formação, que passou de um empreendedorismo arriscado de figuras como Luiz Tarquínio[9] a um ambiente de empresas apoiadas em acordos celebrados no plano político. A figura das empresas empreiteiras, que se tornaria central desde o período da ditadura militar, aparecia com contratos de obras públicas desde a década de 1940, ainda no Estado Novo.

Nesse contexto a indústria têxtil deve ser revista, já que, no essencial, ela surgiu como um desdobramento urbano da economia do escravismo. Suas limitações econômicas são inseparáveis de sua origem política, dado que jamais teve a capacidade de concorrer fora da região e ficou restrita a um mercado sem possibilidades de crescimento. O fundamento ideológico da industrialização baiana tem que ser relido, porque funcionou como parte do mecanismo de sustentação da estrutura política tradicional.

A visão descobrimentista foi uma visão externa da baía como e enquanto recurso de navegação, que provou ter um significado internacional, por seu duplo papel na rota da África na carreira das Índias.[10] A visão colonial foi a de construção de uma entidade local, que foi produzida mediante um movimento etnocultural que hoje permite estabelecer uma distância crítica em relação com os momentos de transformação social mais intensa, que são os do fim do escravismo, da decadência econômica e da sustentação política dos remanescentes da ordem anterior, bem como da entrada de novos contingentes de assalariados até a formação de um corpo social marginalizado, dependente da reprodução do sistema político regional em seus moldes mais tradicionais.

A visão colonial foi a de um território a ser capturado e submetido ao modo de exploração do capital mercantil avançado mediante a implantação de uma forma de produção internacionalizada. Na prática, deu lugar à formação de uma sociedade colonial complexa, com diferentes papéis para os integrantes do segmento europeu, para índios e escravos. Durante o período colonial formaram-se

8 Ver em *Vida econômica e financeira da Bahia*. (COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO, 1978)

9 Luiz de Souza, autodenominado Luiz Tarquínio (1844-1903), fundador do Empório Industrial do Norte, foi um pioneiro da indústria brasileira e dos conceitos de responsabilidade social da empresa.

10 Cabe ver José Roberto Amaral Lapa (1982).

diversos pontos de vista brasileiros que simplesmente consagraram a pluralidade das formações regionais. Na segunda metade do século XIX a região passou por algumas mudanças fundamentais compreendendo a expansão da cultura fumageira e o melhoramento da qualidade desse produto e a constituição de um sistema multimodal de transportes que a integrou com Salvador. Uma outra tese deste ensaio é que este sistema de transporte foi um fator de transformação que tornou Salvador o centro privilegiado dos investimentos da era industrial, desbancando o Recôncavo de qualquer aspiração nesse sentido.

As atividades que se instalaram desde 1950 caíram na mesma armadilha, de sobreviver com a demanda local e com apoio público, deixando de aproveitar oportunidades de mercado fora da região. O direcionamento da indústria na Bahia para operar com garantia de mercado e com vantagens públicas tem sido um traço dominante desde as primeiras indústrias às do polo petroquímico. A primeira indústria têxtil funcionou sobre um mercado regional protegido pela falta de acessibilidade da região e foi repetidas vezes beneficiada por financiamento público preferencial. O financiamento do Banco do Nordeste e da Sudene incluiu essa linha de formação de capital no bojo da modernização do Nordeste. O Centro Industrial de Aratu (CIA) repetiu essas vantagens em maior escala e com maior emigração de empresas. O polo petroquímico instalou-se vendendo uns 80% de sua produção no mercado interno nacional, comprando gás natural e energia elétrica a preços subsidiados em cerca de 30%. Mais recentemente, destacam-se alguns traços desse sistema baseado em mobilidade negativa do sistema regional. O primeiro deles é a série de movimentos de desorganização da economia da região, desde o desmantelamento do sistema multimodal de transportes, com o fim da navegação a vela e do porto de São Roque do Paraguaçu. O segundo é o refluxo de trabalhadores desempregados da economia industrial, que regressam às zonas mais pobres acolhendo-se a mecanismos tradicionais de sobrevivência. Essa questão só pode ser adequadamente apreciada à luz de uma revisão das transformações do sistema produtivo na segunda metade do século XX, quando se tornou mais clara a complexidade dos fatores do marasmo da região em seu conjunto.

A principal observação que surge daí é que essa decadência generalizada decorreu mais de fatores externos que de internos, configurando-se como contração do mercado. As mesmas restrições de demanda repetiram-se com um perfil mais nítido na economia pós-escravista. Falta clareza nas explicações da decadência da produção açucareira e fumageira entre 1914 e 1950, bem como sobre posteriores movimentos de reorganização. A perda de posição do Recôncavo no período colonial foi mais pela qualidade inferior de seus produtos que por outras causas e as dificuldades do terreno não tinham sido obstáculo antes, como mostrou Schwartz (1993). As dificuldades de mercado vieram pelo lado da demanda, em que os compradores, alemães e holandeses, foram deslocados pela guerra.

A decadência da indústria têxtil e de outras indústrias de bens de consumo seguiu o mesmo caminho. Não se pode atribuir essa decadência a dificuldades de suprimento de matérias-primas, porque essas indústrias baianas já tinham resolvido razoavelmente esses problemas trazendo algodão do sudoeste do Estado e do Nordeste. O aprofundamento da pobreza significou que o mercado regional não cresceu a par com as atividades não agrícolas. A orla da Baía de Todos os Santos continuou abrigando uma numerosa população que ficou à margem da modernização conservadora. Longe de declinar, o extrativismo ganhou novos espaços no suprimento do consumo dos mais pobres e tornou-se funcional para a sobrevivência de grande parte da população (PEDRÃO, 2001), absorvendo parte da pressão social do desemprego crônico.

Nesse contexto, colocaram-se no Recôncavo algumas poucas fábricas que tampouco se sustentaram. Na década de 90 fecharam fábricas de diversos tipos no Recôncavo, ecoando a emigração de indústrias de Feira de Santana. Nesse momento já as principais cidades da região – Santo Amaro, Cachoeira, São Félix – não tinham expressão econômica alguma, passando a região a funcionar sob a influência principal de Feira de Santana e em menor grau de Santo Antônio de Jesus. Estudos da indústria na Bahia (1983) mostraram que uma mesma divisão entre as chamadas indústrias tradicionais e indústrias dinâmicas corroboram com a hipótese de que houve uma segmentação do setor industrial, quebrada apenas por alguns grandes interesses que participam dos dois lados. Nesse contexto a Baía de Todos os Santos passou a ser vista como um espaço especial de aproveitamento de recursos, em que se podem captar novas oportunidades econômicas junto com uma reorganização econômica e social de atividades tradicionais, sob a pressão do mercado concentrado em Salvador. A exploração dos manguezais e a extração de rochas e areia tornaram-se subsidiárias da expansão urbana de Salvador em paralelo com a intensificação do uso de terminais especializados de carga e com uma movimentação de cargas internacionais. A habilitação do porto de Aratu foi seguida da do terminal de Suape e do da Ford. Possíveis opções de aproveitamento turístico, conquanto criativas[11], esbarram em dificuldades técnicas, que vão desde a pouca navegabilidade da baía até a precariedade de suas instalações portuárias.

A Baía de Todos os Santos torna-se um valor de troca de novas opções econômicas, políticas e tecnológicas que estão representadas por novas gerações de empreendimentos, na agroindústria marinha e em nova geração de produção canavieira. A população do Recôncavo abastece Salvador de mão de obra pouco qualificada para a construção civil, para trabalhos domésticos e a região passa a depender de transferências de renda, desde aposentadorias e pensões a bolsa

11 Lidia Santana (2000) em seu *Lazer náutico na Baía de Todos os Santos* explora essas novas possibilidades do velejamento oceânico, mas as condições de mercado afastaram essa atividade para o Caribe onde encontra maiores vantagens indiretas.

família. No realinhamento do sistema econômico pós-escravista a funcionalidade da orla da Baía de Todos os Santos esvaiu-se junto com o transporte artesanal e grande parte de seu funcionamento passa a ser de fundeamento de navios à espera de carga e descarga. A presença da Petrobras e do setor petróleo em geral torna-se determinante nos movimentos de valorização e de desvalorização dos espaços, nas transferências de renda.

Depois de décadas de atraso, apesar de uma realização inferior aos planos originais, a represa de Pedra do Cavalo passou a desempenhar um papel na oferta de água e introduziu modificações importantes nos movimentos de águas que se combinaram com os efeitos de assoreamento de outros rios como o Subaé, reduzindo mais ainda a escassa navegabilidade da baía.

Todos esses movimentos atingem a condição social dos habitantes da orla da Baía de Todos os Santos e com suas possibilidades de acesso a novas oportunidades de emprego e renda. É uma população que sempre esteve inferiorizada, restrita ao extrativismo (PEDRÃO, 2001), com mobilidade escassa ou nula. A situação se agravou desde a segunda metade da década de 1980, quando minguou a capacidade de absorção de migrantes na metade norte do próprio Recôncavo. Surgem no Recôncavo empreendimentos em produção mineral, que acontecem em um ambiente marcado pela perda de importância do novo povoamento da ilha de Itaparica para veraneio e lazer. Falta uma nova avaliação do emprego atual e do potencial de ocupação remunerada, à luz dos novos investimentos no setor petroleiro e na reorganização dos sistemas de transportes, assim como falta uma nova avaliação do quadro atual e do potencial da economia da mineração no Recôncavo, que terá impacto indireto no quadro de ocupações.

Mas o debate se renova frente às novas condições para que se construa uma visão de totalidade da região do Recôncavo com a baía. Há uma questão central relativa à relação entre esfera pública e esfera privada, em conjunto com definições do manejo social dos problemas do ambiente. Para que se alcancem progressos significativos nesses campos será necessária uma mobilização de ação conjunta dos municípios da região. A atividade das universidades públicas poderá ter um papel decisivo nesse contexto, contribuindo para revelar os protagonismos locais e confrontá-los com a rede de influências externas. A presença de atividades consistentes de ensino e pesquisa pode inverter o movimento crônico de emigração de talentos e revelar a baía com seu significado social, histórico, econômico e cultural.

## ***Referências***


ARAUJO, Tatiana Brito, *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002.

BAHIA. Secretaria de Industria e Comércio. *A indústria no Estado da Bahia, uma proposta de política industrial.* Salvador, 1983.

COMISSAO DE PLANEJAMENTO ECONOMICO. *Vida econômica e financeira da Bahia*. Salvador, 1972.

COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo, laboratório de uma experiência.* Rio de Janeiro: CLACSO, 1958.

BARICKMAN, B. J. *A Bahian counterpoint*. California: Stanford, 1998.

LAPA, José Roberto Amaral. *A Bahia na carreira da Índia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PEDRÃO, Fernando. O extrativismo na periferia da produção. *História Econômica e História das Empresas*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 35- 64, 2001.

_______. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo. In: BRANDÂO, Maria (Org.). *Recôncavo, sociedade e economia*. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1998.

_______. *Recôncavo, uma análise social regional.* Salvador: CME/UFBA, 1986.

_______. O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto Amaral (Org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: ABPHE/FAPESP, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

SANTANA, Lidia Maria Leal. *O lazer náutico na Baía de Todos os Santos.* Salvador: Casa de Jorge Amado, 2000.

SILVA, J.F. Graziano (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1978.

# Eixo II – Economia, Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DÕ ALVARO DA COSTA

ITAPARICA

G: lamcas de preamar daguas viuas

# A contribuição da Baía de Todos os Santos no desenvolvimento da economia regional

*Sérgio Fraga Santos Faria*

## *Introdução*

A Baía de Todos os Santos, seja pela sua magnitude, seja pela riqueza de seus detalhes, comporta a análise e o estudo criterioso de diversos aspectos, inclusive aspectos relacionados com a economia, infraestrutura, transporte e desenvolvimento regional. Por ocasião do V Congresso de História da Bahia (2004), o trabalho intitulado *A atividade portuária na Baía de Todos os Santos* (FARIA, 2004a) permitiu uma análise do transporte de cargas na BTS, relacionando as principais instalações à época existentes e situando o debate diante das transformações trazidas pela Lei nº 8.630/93, marco formal do processo de modernização dos portos brasileiros. Propõe-se, agora, a atualização e o aprofundamento do tema, de forma a apresentar o monitoramento da evolução da atividade portuária nesse importante acidente geográfico e sua contribuição para o desenvolvimento da economia regional.

## *Bahia: aspectos econômicos*

Com uma população de 14,6 milhões de habitantes e uma renda per capita de R$ 7.500,00 (2009), a Bahia responde por 36% do total da riqueza produzida na Região Nordeste e tem sua economia alicerçada, sobretudo, no setor de serviços, liderado pelo turismo. A partir da segunda metade do século XX, o setor industrial também vem crescendo, notadamente após a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, no início da década de 70. Em 1999, com a decisão da implantação da fábrica da Ford Motor Company Brasil Ltda. em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, iniciou-se uma nova etapa para a industrialização baiana. Vale ressaltar, também, a importância da atividade agropecuária, com destaque para o crescimento acelerado da produção de grãos no Oeste do Estado.

## *A Baía de Todos os Santos*

> Segundo uma lenda indígena, registrada pelos cronistas dos primórdios do povoamento, a Baía de Todos os Santos e os seus recôncavos nasceram assim: no começo do mundo, uma pomba muito grande e muito branca, partindo de algum ponto do infinito, veio voando, voando, até que, exausta da longa jornada, caiu morta no litoral daquela terra que seria o Brasil. Suas alvas e longas asas, abertas no solo, transformaram-se nas praias da Bahia – e, no lugar onde o coração bateu na terra, abriu-se imensa e profunda brecha que as águas do mar preencheram, formando a Baía de Todos os Santos, cujas margens soberbas

foram fecundadas pelo sangue da ave legendária, sangue que hoje ainda jorra, já enegrecido pelo tempo, quando as sondas perfuram as entranhas do Recôncavo. (PINTO, 1958, p. 27)

Não há como se compreender a história dos transportes na Bahia, em particular, ou mesmo a história da Bahia, em geral, sem a noção exata da influência da Baía de Todos os Santos no processo de formação socioeconômica e cultural do Estado, notadamente da Cidade do Salvador.

Inicialmente, havia apenas a Kirimurê dos Tupinambás, que, em 1º de novembro do ano de 1501, viria a ser batizada de Baía de Todos os Santos pelo seu descobridor, o navegador florentino Américo Vespúcio. Verdadeira dádiva da natureza, com uma área de 110 milhas quadradas, navegável na maior parte da sua extensão, este acidente geográfico foi determinante para o desenvolvimento de um processo de internacionalização da Bahia a partir da cidade e do porto de Salvador, que, sendo o primeiro porto brasileiro e principal porto do império ultramarino português no final do século XVIII, se constituiu em um grande elo de ligação direta com a Europa e com outras culturas, inclusive a cultura negra de origem africana.

Desde os tempos iniciais, portanto, as facilidades de natureza geográfica foram exploradas e a atividade portuária local foi sempre marcante. A identificação de terreno favorável para a produção açucareira na região do Recôncavo Baiano, por sua vez, ofereceu novo impulso ao desenvolvimento econômico da Cidade do Salvador e de toda a região situada no entorno da Baía de Todos os Santos. Durante o ciclo do açúcar, também se desenvolveram outras culturas, a exemplo do fumo, pecuária, café e algodão, e a diversificação das atividades produtivas, aliada à implantação da navegação a vapor, fortaleceu ainda mais o fluxo de embarcações e a integração do modal aquaviário com a malha terrestre, inclusive com as linhas ferroviárias surgidas no período compreendido entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. A partir da segunda metade do século XX, verifica-se, nitidamente, o processo de organização da atividade portuária, com a identificação formal das instalações destinadas a este propósito.

Atualmente, sete portos estão em funcionamento na Baía de Todos os Santos, totalizando uma movimentação em torno de 35 milhões de toneladas por ano. Destes, dois são portos públicos (Salvador e Aratu), enquanto que cinco são instalações portuárias de uso privativo (art. 4 da Lei 8.630/93): Usiba (Gerdau), Temadre (Petrobras), Dow Química, Terminal Portuário Miguel de Oliveira (Ford) e o Terminal Portuário Cotegipe (Moinho Dias Branco).

## *O processo de localização dos portos*

Estudos científicos sugerem que o homem primitivo tenha enfrentado dificuldades para transpor a barreira das águas, mas não se há de negar que, vencidos os primeiros obstáculos, o meio líquido passou a ser o mais importante agente de contacto entre os povos, tornando-se a base para as interações culturais e o intercâmbio comercial em todo o mundo.

No primeiro momento, a localização dos portos buscou a identificação de regiões naturalmente protegidas (baías, estuários etc.), consolidando os critérios clássicos da engenharia portuária que primam pelo aproveitamento dos acidentes geográficos na busca de condicionantes favoráveis: acesso fácil, abrigo, profundidade, amplidão, boa tença e margens planas. (CARVALHO, 1930)

Em consequência, as concentrações urbanas se desenvolveram nas proximidades do espaço portuário, dando origem a um processo de troca, em que a cidade cresceu pela presença do porto como elemento de ligação entre as civilizações e este cresceu para atender à demanda da população que se fixou no seu entorno.

A violenta aceleração do movimento de urbanização, entretanto, sentenciou o confinamento dos portos a áreas restritas, dificultando a necessária adaptação às exigências decorrentes da evolução histórica das técnicas de manuseio de carga. Tal conflito se evidenciou ainda mais a partir da Segunda Grande Guerra Mundial, quando se consolidou a especialização do transporte marítimo.

O estrangulamento da área portuária pelo crescimento das cidades, o aumento do porte das embarcações – cujo acesso se faz difícil nas regiões naturalmente protegidas – e, por sua vez, o surgimento de novas e revolucionárias técnicas de operação, impondo a disponibilização de espaço amplo – seja para armazenagem de novos tipos de cargas, seja para abrigar a utilização de equipamentos de tecnologia avançada que atuam na faixa de movimentação – transformaram-se em reais obstáculos para a continuidade da função operacional nos limites dos centros urbanos.

## *Os portos brasileiros no contexto da economia mundial*

A caracterização do atual cenário econômico mundial revela a necessidade imperiosa de intensificação das relações no mercado internacional e, nesta ordem de ideias, a existência de portos modernos e eficientes é condição necessária para a sobrevivência em um mercado amplo e, cada vez mais, competitivo.

## *O desfecho da Segunda Guerra Mundial e o período da Guerra Fria*

Como particularidade da Segunda Grande Guerra, há de se notar a composição de forças ideologicamente antagônicas no propósito maior de combater a expansão do nazifascismo. Encerrada a guerra, com o trágico desfecho dos episódios de Hiroshima e Nagasaki[1], as tropas aliadas dividiram o mundo em dois grandes blocos econômicos: o mundo capitalista e o mundo socialista, liderados, respectivamente, pelos EUA e pela hoje extinta URSS.[2] Iniciou-se, então, o período da Guerra Fria, em que, dentro de cada um dos blocos, a economia se desenvolveu alicerçada em mecanismos artificiais e as relações de troca se estabeleceram com base em subsídios e incentivos, marcadas, essencialmente, pelo protecionismo econômico.

Pouco a pouco, entretanto, as diferenças entre os dois sistemas foram se dissipando. De um lado, o capitalismo selvagem, que permitiu surgimento das teorias marxistas, passou a incorporar preocupações sociais, aceitando determinados limites que restringiram a exploração do homem pelo capital. Por outro lado, as experiências socialistas não alcançaram os objetivos teóricos em sua plenitude, expondo a fragilidade da utopia de um mundo igualitário. Era o início do arrefecimento das tensões da Guerra Fria, cujo desfecho teve como marco histórico a queda do muro de Berlim e a reunificação das alemanhas, no final da década de oitenta.

## *Globalização econômica e mercado competitivo*

As duas últimas décadas do século XX constituíram um período completamente inovador, marcado, fundamentalmente, pela formação de um mercado único e, cada vez mais, competitivo, caracterizando o cenário que se convencionou denominar "economia globalizada", cujas consequências de natureza social e econômica ainda não foram avaliadas em toda a sua complexidade.

O fim da Guerra Fria e o extraordinário desenvolvimento tecnológico dos transportes e das telecomunicações inauguraram uma nova era, no que se refere às relações de comércio internacional, caracterizada pela queda das barreiras de natureza política e eliminação progressiva das reservas de mercado, elevando qualidade e custo final à condição de variáveis essenciais no intercâmbio entre produção e consumo do mundo moderno.

---

1 No dia 06 de agosto de 1945, os EUA lançaram a primeira bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima, fazendo 100.000 vítimas e, três dias depois, outra bomba foi lançada sobre Nagasaki, provocando mais de 70.000 mortes. No dia 02 de setembro do mesmo ano, o Japão se rendeu ao exército norte-americano, determinando o fim da Segunda Guerra Mundial.

2 URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

## *A importância da logística como diferencial no mercado competitivo*

Neste cenário, de busca incessante pela redução dos custos e ampliação do mercado, o marketing e a logística assumiram um papel de maior relevância e ganharam valorização crescente nos meios acadêmico e empresarial.

Com relação à logística e aos transportes – entendida a atividade de transportes em sua visão mais ampla como extensão da atividade de produção – planejar e coordenar o fluxo de insumos e materiais dentro de toda a cadeia de produção passou a ser condição necessária na luta pela sobrevivência em um mercado aberto e competitivo. Tornou-se, pois, essencial, a aproximação dos centros de produção e consumo, através do emprego de técnicas racionais de planejamento e controle de custos.

Os recursos de logística, antes de aplicação restrita às operações militares, passaram a ser largamente utilizados dentro do meio produtivo, dando lugar ao desenvolvimento de uma nova área de conhecimento, a logística empresarial.

## *A situação brasileira e o papel dos portos no crescimento econômico*

As relações de comércio internacional, entretanto, estão alicerçadas, necessariamente, no funcionamento do setor aquaviário, o que se justifica, plenamente, considerando as particularidades desta modalidade de transporte, capaz de combinar grande volume de carga com baixo consumo de energia por tonelada. Assim, há de se notar que a globalização econômica provocou profundas alterações no segmento portuário e, em todo o mundo desenvolvido, teve início um amplo e acelerado processo de modernização dos portos, cujo objetivo maior foi o aumento da eficiência e a redução drástica dos custos na prestação dos serviços portuários.

A situação brasileira não se diferencia, antes, porém, recomenda, com ênfase ainda maior, a modernização dos seus portos para inserção definitiva do País no novo cenário de economia global e mercado competitivo, tendo em vista as particularidades de um país com 8.500.000 km$^2$ de área, 7.500 km de costa e a inexistência de fronteiras terrestres com seus principais parceiros comerciais.

Embora seja o Brasil um país cuja matriz interna de divisão modal revela enorme distorção, com uma participação acentuada do transporte rodoviário (cerca de 65%), vale lembrar que 95% do fluxo de cargas relacionadas como o mercado internacional entram ou saem do País através dos portos, o que condiciona o desenvolvimento econômico à existência de instalações portuárias ágeis e eficientes, sob pena de perda de competitividade no mercado internacional.

## *O histórico da formação do sistema portuário brasileiro*

Os portos brasileiros, embora com origem no setor privado, foram sempre uma atividade monopolista, e, durante o período militar[3], foram federalizados sob o argumento de serem um assunto de segurança nacional, inaugurando-se um modelo de gestão em que as decisões relativas à criação de novos portos e/ou a destinação de investimentos para os portos existentes passaram a se basear em critérios de natureza política em detrimento dos critérios técnicos.

A destinação dos investimentos com base em interesses políticos deu lugar ao surgimento de um conjunto numeroso de pequenos portos, muitas vezes localizados em pontos de reduzida expressão econômica, que, entretanto, pela influência política local, terminaram desviando recursos que deveriam atender às necessidades dos portos de localização mais estratégica.

A título de ilustração, poder-se-ia traçar um paralelo da realidade brasileira com a história da descentralização econômica dos portos norte-americanos. Até o início da década de sessenta, New York foi o porto de maior movimentação de carga no mundo, situação essa que começou a mudar a partir do momento em que os Estados Unidos perceberam que, sendo um país com dimensões continentais e dispondo de saídas estratégicas pela costa leste, costa oeste e golfo do México, seria pouco inteligente insistir na concentração de suas atividades portuárias. Assim, investiram maciçamente no projeto de descentralização dos seus portos, criando novas alternativas. New York perdeu a supremacia mundial à época para o porto de Roterdã, na Holanda, mas os norte-americanos conseguiram montar um dos mais modernos e eficientes complexos portuários do mundo e, hoje, além de New York, dispõem de diversas alternativas de reconhecida importância, a exemplo de South Lousiana, Long Beach, Houston, Los Angeles, dentre outros.

Observe-se que, enquanto nos Estados Unidos a descentralização se deu para atender a uma estratégia econômica, no Brasil houve a completa pulverização do sistema a partir de uma distorção política. Aqui, sem dispor dos recursos necessários, ainda se convive com a realidade de um conjunto numeroso de portos, que, criados pela imposição da influência político-partidária, reclamam os investimentos mais elementares.

## *A Lei 8.630 e a modernização dos portos brasileiros*

A Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, pode ser entendida como marco formal do processo de modernização dos portos brasileiros. O texto dessa lei, vulgarmente

3 Com o golpe de 31 de março de 1964, teve início o período em que os militares assumiram o poder no Brasil.

conhecida como "lei de modernização dos portos", se constitui, inegavelmente, em significativo avanço: foram eliminados privilégios corporativos que já se haviam cristalizado em meio a uma legislação ultrapassada; estabelecidas novas regras no campo das relações entre capital e trabalho e criadas as condições preliminares para a abertura a uma maior participação do setor privado na atividade portuária. Entretanto, faltou à sociedade brasileira – e aqui cabe uma cota de responsabilidade maior ao governo federal – a visão exata de que as transformações no campo institucional, embora sejam necessárias (poder-se-ia dizer até prioritárias), não são, em absoluto, suficientes para que se alcance a tão almejada modernização dos portos brasileiros.

Anos e anos de centralização do processo de tomada de decisão, com a nítida prevalência dos critérios de natureza política em detrimento dos argumentos técnicos e econômicos, resultaram na obsolescência do parque portuário nacional, que, embora numeroso, revela-se completamente desaparelhado. A reversão desse quadro de abandono impõe a realização de investimentos de grande porte, seja para a implantação de obras de engenharia moderna (dragagem, derrocagem, acessos terrestres, expansão da retroárea etc.), seja para a atualização tecnológica dos equipamentos portuários, completamente obsoletos e inadequados para atendimento aos padrões internacionais de performance operacional.

## *Os portos públicos da Baía de Todos os Santos*

De acordo com o texto da Lei nº 8.630/93, o porto organizado é todo aquele construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.

Na Bahia, a Cia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), empresa de economia mista, controlada pelo governo federal através da Secretaria Especial de Portos (SEP), exerce a autoridade portuária e responde pela administração dos portos públicos de Ilhéus, Salvador e Aratu, estes dois últimos integrantes do Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos.

### *O Porto de Salvador e o processo de contêinerização de cargas*

Desde o século XVI, Salvador funcionou como importante polo de ligação da Colônia com Portugal e suas possessões ultramarinas, permanecendo nesta

condição mesmo após a transferência da capital para o Rio de Janeiro, no ano de 1763. Durante mais de 400 anos, entretanto, o porto de Salvador valeu-se, tão somente, das condições naturais favoráveis oferecidas pela Baía de Todos os Santos, vindo a se tornar porto organizado somente a partir do início do século XX. O primeiro trecho do Cais da Alfândega foi concluído no ano de 1913, então sob a responsabilidade da Companhia Cessionária das Docas do Porto da Bahia. De 1971 a 1977, o porto de Salvador esteve sob a intervenção do governo federal e, atualmente, integra o complexo portuário administrado pela Codeba.

***Figura 1*** *– Operações com contêineres no porto de Salvador. Fonte: Berger e Berger (2009).*

Localizado na Baía de Todos os Santos, defronte à ilha de Itaparica, no centro da capital baiana, o porto de Salvador possui 2.092 metros de instalações acostáveis, num traçado de cais linear, com 12 berços de atracação e 9 armazéns de carga. Encurralado pelo crescimento da cidade, o porto de Salvador, a exemplo do que ocorre em todo o mundo com os portos mais antigos situados em regiões urbanas, enfrenta sérios problemas de acesso por terra e disponibilidade de retroárea para expansão futura.

A análise da evolução histórica da movimentação de cargas no porto de Salvador, ainda que confirme certa estagnação, revela, por outro lado, forte tendência para o crescimento das cargas contêinerizadas, daí o destaque para as instalações do terminal de contêineres, situado na área mais moderna do porto, onde se deu a expansão com o cais de Água de Meninos. Este trecho, que apresenta condições operacionais bem mais adequadas, com 12 metros de profundidade e ampla retroárea, foi objeto de licitação pública para arrendamento nos termos do que preceitua a Lei nº 8.630/93 e, desde março de 2000, vem sendo explorado pela empresa Tecon Salvador S.A.

Atualmente, o grande debate relacionado com o porto de Salvador concentra-se na necessidade de expansão da capacidade de movimentação de carga em contêineres e, neste sentido, duas hipóteses se apresentam: o aditamento do atual contrato de arrendamento ou a abertura de novo processo licitatório para a instalação de um segundo terminal.

## *O Porto de Aratu e o desenvolvimento industrial do Estado*

A ideia inicial da construção de um porto para apoiar o desenvolvimento industrial da Bahia surgiu em meados da década de 60, quando da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA).

No primeiro momento, o Estado da Bahia arcou com a responsabilidade pelas obras de construção do Porto de Aratu, sendo que, em 1977, com a constituição da Codeba, o governo federal assumiu sua administração, uma vez que as instalações existentes foram incorporadas ao patrimônio da nova empresa e o governo do Estado passou a integrar a sociedade, na condição de acionista minoritário.

Naturalmente protegido, Aratu está localizado na Enseada do Caboto, município de Candeias, a 50 km de Salvador. Graneleiro por excelência, sua estrutura compõe-se de três terminais específicos de carga: o Terminal de Produtos Gasosos (TPG), o Terminal de Granéis Líquidos (TGL) e o Terminal de Granéis Sólidos (TGS). Em todo o porto a profundidade máxima é de 12 metros (39,37 pés) e as estruturas de acostagem são do tipo *píer* com ponte de acesso em concreto armado.

***Figura 2*** *– Porto de Aratu. Fonte: Berger e Berger (2009).*

O TPG dispõe de um *píer* e um berço único de atracação, com capacidade para navios de até 90.000 tpb[4] e 200 metros de comprimento total. Duas empresas distintas operam o terminal: o Terminal de Gases (Tegal), com um parque de tancagem com capacidade para 44.600 m³, onde são operados, dentre outros produtos, propeno, butadieno, mvc, eteno e buteno; e a Petrobras/Fafen (antiga Nitrofértil), com capacidade para tancagem de 30.000 m³ de amônia.

O TGL possui um *píer* que dá lugar a dois berços de atracação: o berço sul, ou berço nº 201, com capacidade para navios de até 35.000 tpb e 170 metros de comprimento total; e o berço norte, ou berço nº 202, com maior taxa de utilização, oferecendo capacidade para receber navios de até 40.000 tpb e 220 metros de comprimento total. A exemplo do que ocorre no TPG, duas empresas estão instaladas para a execução das operações de carregamento e/ou descarregamento dos navios e tancagem dos produtos: o Terminal Químico de Aratu (Tequimar), com 70 tanques, totalizando 131.600 m³ de capacidade de tancagem; e a Vopak, com um parque de tancagem composto de 47 tanques e 64.298 m³ de capacidade total. O TGL ocupa papel de grande relevância no cenário industrial do Estado, funcionando como elemento fundamental para o escoamento de produtos finais e intermediários do Polo Petroquímico de Camaçari.

O TGS, por sua vez, representa a porta de entrada de insumos básicos para diversas indústrias do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico, tais como Caraíba Metais (concentrado de cobre), Alcan (alumina) e Sibra (manganês). O TGS também recebe fertilizantes diversos, enxofre, coque metalúrgico, coque de petróleo, rocha fosfáltica e concentrado de chumbo, além de realizar o embarque de magnesita. A estrutura é composta de dois *píeres* em concreto armado, com um total de três berços de atracação. O *píer* I possui dois berços de atracação: o berço sul, ou berço nº 101, onde prevalece a operação de importação, embora equipado para movimentação nos dois sentidos; e o berço norte, ou berço nº 102, exclusivo para operações de embarque. Através de um complexo sistema de correias transportadoras, as instalações de acostagem do *píer I* estão interligadas com um pátio descoberto de uso comum, além de instalações particulares (o silo vertical da Alcan e os armazéns da Petrobras/Fafen, Caraíba Metais e Magnesita). O *píer* II, embora fisicamente concluído no início da década de 90, ainda não dispõe dos equipamentos definitivos e opera de forma precária, sem atingir índices de performance operacional compatíveis com os obtidos no *píer* I.

Com a recente descoberta de jazidas de minério em território baiano, Aratu se apresenta como uma alternativa concreta para escoamento da produção. Entretanto, face à necessidade de novos investimentos, a grande expectativa recai sobre a abertura de processos licitatórios para arrendamento do TGS, oferecendo, assim, a

4 Recentemente, o píer passou por reformas visando adaptá-lo ao atendimento de navios de até 90 mil tpb (tonelagem de porte bruto) para desembarque de nafta e demais derivados de petróleo da Braskem.

oportunidade de maior participação da iniciativa privada no processo de ampliação e de modernização das instalações deste importante vetor de desenvolvimento para o Estado da Bahia.

## *Instalações portuárias de uso privativo*

A Lei n º 8.630/93 define instalação portuária de uso privativo como sendo aquela explorada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto organizado, utilizada na movimentação e ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário. A mesma lei apresenta duas classificações distintas para instalações portuárias de uso privativo, quais sejam: instalações portuárias de uso privativo exclusivo, destinadas tão somente à movimentação de carga própria; e instalações portuárias de uso privativo misto, para movimentação de cargas próprias e de terceiros.

No período histórico imediatamente anterior à Lei nº 8.630/93 os terminais privativos estavam jurisdicionados aos portos públicos vizinhos, obrigando-se ao recolhimento de tarifas relativas à "utilização do porto" e movimentação "fora do cais", bem como estavam impedidos para a movimentação de cargas de terceiros. Sendo assim, parece razoável admitir que uma das mais importantes transformações surgidas a partir da nova legislação foi justamente a desvinculação dos terminais em relação aos portos públicos e a possibilidade de movimentação de carga de terceiros, elevando-os, portanto, à condição de potenciais concorrentes dos portos públicos.

No caso específico do Estado da Bahia, entretanto, considerando o alto grau de especialização dos terminais privativos instalados na Baía de Todos os Santos, as inovações geradas pela Lei nº 8.630/93, ao contrário do que se verificou em outros estados, não trouxeram, no primeiro momento, maiores consequências práticas em termos de estabelecimento de um ambiente competitivo com os portos públicos.

### *O Temadre*

O Terminal Aquaviário de Madre de Deus, o Temadre, explorado pela Petrobras, foi construído em 1957 e destina-se à movimentação de combustíveis líquidos e gasosos e ao escoamento da produção da Refinaria de Mataripe (RLAM) para abastecimento das regiões norte e nordeste do País.

O terminal está localizado na ponta sul da ilha de Madre de Deus, em posição frontal às ilhas do Frade e de Bom Jesus, no lado nordeste da Baía de Todos os Santos, a cerca de 16 milhas do porto de Salvador.

Sendo o porto de maior movimentação de carga no Estado, com demanda superior a 50 embarcações por mês e uma movimentação anual da ordem de 15 milhões de toneladas, o Temadre dispõe de instalações de acostagem para atracação simultânea de até cinco navios, com um dos berços destinado apenas a embarcações de menor porte. As características das instalações variam em função do berço de atracação, sendo permitida, nos berços PP1, PP2 e PP4, a atracação de navios com comprimento máximo de 275 metros e 120.000 tpb, enquanto que a profundidade varia de 8,30 metros, no berço PS1, até 22 metros, no berço PP4.

## *O terminal da Usiba*

Em 1972, por iniciativa da extinta Siderbrás, à época empresa *holding* do sistema siderúrgico brasileiro, entrou em operação mais uma importante instalação portuária situada nos limites da Baía de Todos os Santos.

Localizado na Ponta da Sapoca, distrito de São Tomé de Paripe, município de Salvador, o Terminal da Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba), que, a partir da década de 90, como consequência direta do processo de privatização do setor siderúrgico, passou a ser controlado pelo grupo Gerdau, é uma instalação exclusiva para movimentação de granéis sólidos, estando voltado, especificamente, para o recebimento de matéria-prima utilizada na fabricação do aço industrial (minério de ferro bruto ou pelotizado e sucata de ferro prensada).

Resultado de vultosa obra de aterro, o porto possui instalações de acostagem em concreto armado do tipo *píer* com ponte de acesso, com plataforma de operação de 40 metros de comprimento, quatro *dolfins* e quatro boias de amarração. Dispõe de profundidade livre de 10,10 m (33,13 pés) e tem capacidade para receber embarcações com as seguintes dimensões: 45.000 tpb, 230 m de comprimento total, 32,5 m de boca, com restrição para manobras de atracação apenas no período diurno.

O equipamento disponível é bastante limitado e há necessidade de deslocamento do navio para as operações de mudança de porão durante o descarregamento, o que representa significativo atraso no tempo de descarga dos navios, comprometendo a produtividade operacional. Outra grande limitação apresentada pelo terminal da Usiba decorre da sua localização dentro da área do subúrbio de Salvador. O escoamento das cargas é feito através de caminhões que, por sua vez, transitam por dentro da área urbana, com inúmeros transtornos para a comunidade vizinha ao porto. Esta particularidade, inclusive, sentenciou a redução do horário de saída de carga, restringindo, significativamente, a capacidade de operação do porto.

## *O terminal da Dow Química*

O terminal da Dow Química S/A está localizado na margem norte do canal de Cotegipe, entre as pontas Matanga e da Laje, em frente à ponta do Fernandinho. O porto compõe as instalações da Dow no município de Candeias, que, tendo entrado em operação em 1977, representa hoje o segundo maior complexo industrial do grupo no Brasil, abrigando as fábricas de soda cáustica, óxido de propeno, propilenoglicol e solventes clorados.

Voltado exclusivamente para a movimentação de produtos químicos, o terminal é formado por um *píer* com ponte de acesso e um único berço de atracação com profundidade máxima de 11 metros e capacidade para receber navios de até 40.000 tpb e 180 metros de comprimento total.

***Figura 3*** *– Terminal da Dow Química.*
*Fonte: Berger e Berger (2009).*

## *O terminal da Ford*

O Terminal Portuário Miguel de Oliveira está localizado na margem esquerda no sentido de quem entra no canal de Cotegipe, município de Candeias/BA, mais precisamente na localidade denominada "Ponta da Laje", interior da baía de Aratu, entre o Porto de Aratu e o Terminal da Dow Química.

As instalações comportam um *píer* de 190 metros de comprimento por 27 metros de largura, profundidade de 11metros, além de um pátio com capacidade para estocagem de 6.054 unidades.

Em atividade desde 2005, o TPMO é o único porto inteiramente privado da Ford Motor Company em todo o mundo e é considerado uma referência em termos de

eficiência e produtividade para terminais especializados na movimentação de veículos através do sistema *roll-on-roll-off* (performance média de 180 a 200 unidades/hora).

***Figura 4*** *– Terminal Portuário Miguel de Oliveira (Ford), tendo ao fundo a entrada do canal de Cotegipe, onde se pode visualizar a Base Naval de Aratu e o Terminal de Produtos Gasosos do Porto de Aratu.*
*Fonte: Berger e Berger (2009).*

A movimentação é da ordem de 140 mil unidades/ano e contempla tanto a importação (todo o fluxo de importação da montadora no Brasil) como o fluxo de exportação dos veículos produzidos na unidade da Ford em Camaçari/BA.

## *O Terminal Portuário Cotegipe*

Situado no município de Salvador, no local conhecido como Ponta do Fernandinho, na margem direita no sentido de quem entra no canal de Cotegipe, o Terminal Portuário Cotegipe é uma instalação portuária de uso privativo misto que integra o complexo industrial do Grupo M Dias Branco.

Com 230.000 m$^2$ de retroárea e dotado de modernos equipamentos, possui instalações direcionadas para a movimentação de grãos, notadamente a importação de trigo a granel e a exportação de soja e farelo de soja. Entrou em operação no ano de 2005 e, desde então, vem apresentando excepcional crescimento na movimentação, hoje já consolidado como o principal porto para escoamento da produção de grãos do oeste baiano (em 2009, atingiu movimentação da ordem de 2,4 milhões de toneladas).

O Terminal Portuário Cotegipe oferece as seguintes facilidades para seus usuários:

- Retroárea de 210 mil m$^2$;

- Profundidade de 14 metros;
- Capacidade para recepção de navios com até 75 mil Tpb;
- Projeto modular com três berços de atracação (atualmente, opera dois berços, com comprimento total de 520 metros);
- Sistema de recepção de carga formado por 5 tombadores rodoviários, com capacidade para 1.000 toneladas/hora;
- Sistema de exportação formado por um complexo de correias transportadoras, balança de fluxo e *ship-loader* com capacidade para 2.000 toneladas/hora;
- Sistema de importação formado por um complexo de correias transportadoras, balança de fluxo e *ship-unloader* (tipo portalino) com capacidade para 600 toneladas/hora;
- Sistema de armazenagem para exportação de granéis sólidos com capacidade total de 270 mil toneladas (1 silo horizontal com capacidade de 100 mil toneladas, 1 silo horizontal com capacidade de 140 mil toneladas e 4 silos verticais com capacidade de 7,5 mil toneladas cada);
- Sistema de armazenagem para importação de trigo a granel formado por uma bateria de 22 silos verticais, com 80.000 toneladas de capacidade estática total;
- Sistema de pesagem de carretas formado por 4 balanças rodoviárias de 80 toneladas cada.

***Figura 5*** *– Canal de Cotegipe, onde se pode visualizar o complexo industrial e o porto do Moinho Dias Branco, tendo à frente o Terminal da Dow Química (direita) e o Terminal Portuário Miguel de Oliveira (esquerda).*
*Fonte: Berger e Berger (2009).*

## Conclusões

O presente trabalho demonstra que, mesmo com participação superior a 30% do PIB regional e dispondo da Baía de Todos os Santos, berço da atividade portuária no Brasil e um dos mais adequados ancoradouros naturais ao longo de toda a costa, a economia baiana, diante dos desafios impostos pela globalização econômica, ainda carece de infraestrutura portuária compatível com a sua pujança, eis que, a despeito da incorporação de dois novos projetos privados, permanece visceralmente dependente dos portos públicos, onde as respostas ao processo de modernização têm ocorrido de forma demasiadamente lenta.

Assim, é essencial que a sociedade exerça legítima pressão no sentido de provocar iniciativas capazes de gerar profundas e definitivas transformações no setor portuário baiano, sob pena de condenação do Estado a um processo de isolamento econômico, o que violentaria toda a tradição histórica da Bahia como importante polo de desenvolvimento regional.

## Referências

AGUIAR, P. *A abertura dos portos do Brasil*. Salvador: Câmara Municipal, 1960.

______. *A abertura dos portos*: Cairu e os ingleses. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2008. Edição comemorativa ao bicentenário da abertura dos portos do Brasil, 1808-2008.

ARAÚJO, U. C. de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 10-23, 2000.

AZEVEDO NETO, Vasco. Transportes: correções de rumos – o entorno da Baía de Todos os Santos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., Salvador. *Anais*..., Salvador: IGHBA, 2004. p. 931-940.

______. *Transportes:* princípios e seleção. 1963. Tese (Concurso da Cátedra de Estradas de Ferro e de Rodagem) - Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1963.

______. Transportes na América do Sul: desenvolvimento e integração continental, ligação ferroviária Atlântico-Pacífico. 1996. 89f. Monografia (Graduado) - Instituto Politécnico da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Em comemoração ao primeiro centenário do Instituto Politécnico da Bahia.

BERGER, A.; BERGER, F. R. *Portos e terminais marítimos do Brasil*. 2. ed. Joinvilhe: Bela Catarina, 2009.

BRANDÃO, M. de A (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Casa de Palavras: UFBA, 1998.

CALDAS, S.T. *Portos do Brasil*: a história passa pelo mar. São Paulo: Horizonte, 2008.

CARVALHO, F.V. de M. Estudos de portos no Brasil: ensaio. Rio de Janeiro: Typografia, 1930.

COELHO FILHO, L. W. *A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2004.

COUTO, J.; VIANA, F.; COELHO FILHO, L.W. *A abertura dos portos, 200 anos*. Salvador: Usuport, 2008.

CULICAN, W. *O comércio marítimo*. Lisboa: Verbo, 1970.

FARIA, S. F. S. A atividade portuária na Baía de Todos os Santos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais*... Salvador: IGHBA, 2004a. p. 941-951.

_______. *Do mundo da leitura à leitura do mundo*. Salvador: Bureau, 2008.

_______. *Fragmentos da história dos transportes*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

_______. *Introdução ao estudo da atividade portuária*. Salvador: Edufba, 1995.

_______. *Porto vivo*. Salvador: Grupo TPC, 2004b.

_______. *Transporte aquaviário e a modernização dos portos*. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

_______. *Utilização de modelos teóricos de filas no estudo do comportamento operacional do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu (BA).* 1991. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

FIGUEIREDO, C. *O porto e a cidade:* o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

FREIRE, C. E. de L. A Bahia e a maritimidade brasileira. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 91, p. 15-26, 1994.

GÉRMEN. *Baía de Todos os Santos:* diagnóstico sócio ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: UFBA: Nima, 1997.

NORMAS e procedimentos da Capitania dos Portos da Bahia. Salvador: Capitania dos Portos do Estado da Bahia, 1999.

OBREGÓN, M. *Além dos limites do oceano*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

OLIVEIRA, L.V.; RICUPERO, R. (Org.). *A abertura dos portos*. São Paulo: Senac, 2007.

PINTO, L. de A. C. *Recôncavo*: laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: Clacso, 1958.

PORTO, M. M.; TEIXEIRA, S. G. *Portos e meio ambiente*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ROSADO, R.C.S.C. O porto de Salvador: modernização em projeto 1854/1891. 1983. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

______. *Portos da Bahia*: cronologia. 2. ed. Salvador: Companhia das Docas do Estado da Bahia, 2000.

SENA, C. P. de. A propósito da baía de Todos os Santos. *A Tarde*, Salvador, 2 fev. 2001.

SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). *Cidade e portos:* os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SKINNER, B. J.; TUREKIAN, K. K. *O homem e o oceano*. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

TELLES, P. C. da S. *História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

TEIXEIRA, C. *Bahia*: *caminhos... estradas... rodovias... notas para a história.* Salvador: Sinduscon, 1998.

Boy peba

I: dos frades

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DO ALVA RODA COSTA

I T A P A R I C

5 ilhacas de preamar dagoas vivas

Boy
peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de
todolos sã
tos

TERRAS
DE DOM
ALVARO
DA COSTA

6 braças
de preamar
dagoas vivas

# Comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos

*Fábio Pedro S. de F. Bandeira*
*Ronan Rebouças Caires de Brito*

## *A Baía de Todos os Santos: espaço geográfico e lugar da pesca*

A despeito de toda a controvérsia sobre a chegada dos portugueses no Brasil no início do século XVI, a decisão da Coroa em implantar o seu primeiro posto avançado da nova colônia na Baía de Todos os Santos foi de um acerto singular. O assentamento da nova capital no paralelo 13º S representou uma sofisticada estratégia de ocupação, pelo domínio que isto levou aos deslocamentos marítimos para todo o Atlântico Sul brasileiro. Fato só suplantado nos meados do século XVIII, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, época em que o Brasil começa a abrir os olhos para toda a América do Sul, muito em função dos conflitos das fronteiras luso-espanholas. (BICALHO, 2006)

Além das preocupações com a garantia do domínio do litoral, a posição escolhida para a capital do Governo Geral era também estratégica para o apoio logístico de todos os deslocamentos das frotas europeias que faziam o giro anti-horário do Atlântico Sul, nas idas e vindas para o Oriente via sul da África. A Baía de Todos os Santos era um entreposto obrigatório para o reabastecimento das embarcações após a longa travessia desde Cabo Verde. O mesmo acontecia na volta do Oriente, quando as condições de ventos e correntes só permitiam uma navegação segura e rápida, quando na altura da atual Namíbia, os vetores de ventos e correntes empurravam as naus para  atravessarem o Atlântico em direção ao litoral baiano. Daí em diante, as embarcações seguiam a costa norte brasileira, Antilhas, Açores e então completavam o giro desta vez horário do Atlântico Norte em direção à Europa. Estas rotas são descritas por diversos navegadores da época, destacando-se, dentre eles, o manuscrito de Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, "Diário da Navegação da Armada que foi a Terra do Brasil em 1530", que aportou na Baía de Todos os Santos no início do ano seguinte. (VARHAGEN, 1839)

Os acertos que levaram a localização da capital nas margens da Baía de Todos os Santos, sob o ponto de vista ambiental foram notáveis.

A geomorfologia do litoral baiano, quando se considera a extensão desde o Farol da Barra até os limites com Sergipe, revela as planícies costeiras de um litoral, sem barras de rios ou enseadas favoráveis para a atracação de frotas ou mesmo de grandes embarcações. É um litoral praticamente inacessível aos antigos visitantes, tão desejosos de pôr as mãos nas riquezas deste novo território. Tanto é verdadeiro que em todo o litoral norte havia apenas em Praia do Forte um baluarte para defender a entrada da enseada, que é a única com possibilidades de um acesso a terra firme, mesmo que precariamente. O colar de fortificações tem início com o Forte de Santana no Rio Vermelho, hoje tendo uma igreja sobre as suas fundações e se estende até o Monte Serrat, estes eram os vigilantes de toda a frente marítima de Salvador voltada para a baía.

Esta condição ambiental, além de garantir certa despreocupação quanto à segurança da nova cidade por este flanco, inspirou a Tomé de Souza e sua equipe na decisão de escolher um sítio a cavaleiro do contraforte da face oeste do Cabo de Santo Antônio. (CARNEIRO, 1978) Este sítio era protegido dos embates das ventanias de sul durante os invernos e deixava a nova cidade voltada para o poente, garantindo salubridade nas edificações nestas terras tão úmidas e quentes. A nova cidadela, era assim que se caracterizava, ficou de frente para os ventos amenos do terral das madrugadas e olhava o imenso golfo que se espraiava desde a entrada da barra até os morros azulados da foz do Paraguaçu e São Francisco do Conde.

Águas frescas brotando por todas as fendas da Falha de Salvador. Um grande brejo protegia a jovem cidade pelo lado leste, onde hoje se espalha a Baixa dos Sapateiros emendando com o Dique do Tororó. O Porto da Barra e o Arsenal da Marinha eram ancoradouros excepcionais que abrigavam as frotas de visitantes e residentes. Ventos do terral e do leste movimentavam para lá e para cá as cargas de açúcar pelo meio da baía. Terras extremamente férteis da Bacia Sedimentar do Recôncavo garantiam uma espetacular produção de açúcar. As penetrações francas pelos estuários do Jaguaripe, Paraguaçu e Subaé para o interior imediato e o sertão, compunham a receita ambiental de sucesso que moveu a economia do Brasil por mais de quatro séculos.

Ao tempo da morte de Francisco Pereira Coutinho donatário da Capitania da Bahia, devorado pelos índios na Ilha de Itaparica, D. João III decide extinguir o modelo das capitanias hereditárias por serem de difícil administração e cria o Governo Geral, com as mesmas atribuições, no entanto com gestão centralizada. Para implantar este sistema, Tomé de Souza foi enviado ao Brasil, fidalgo com larga experiência nas lutas da África e Índia, chegando ao Arraial do Pereira em 1549. Francisco Pereira Coutinho havia fundado um pequeno povoado onde hoje está o Porto da Barra. Este arraial era guarnecido com algumas peças de artilharia e posteriormente, com apoio logístico de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, português de alma Tupinambá, Tomé de Souza teve a garantia de uma paz controlada com os índios senhores de Kirimurê. (CARNEIRO, 1978) Todos os cuidados que teve Caramuru no estabelecimento das relações entre índios e portugueses na chegada de Tomé de Souza não foram suficientes para posteriormente evitar os conflitos gerados com a chegada de Duarte Coelho e depois Mem de Sá, que o sucedeu. Este último dizimou os gentios no litoral, perturbando definitivamente as relações entre índios e meio ambiente, que tinham a sua economia sustentada pelos recursos dos ecossistemas estuarinos, fluviais e da floresta tropical do entorno da baía. (FONSECA, 1997)

Tomé de Souza aporta na Baía de Todos os Santos com uma comitiva de administradores, padres da Companhia de Jesus e uma equipe de construtores liderada pelo notável Luiz Dias, mestre de obras que compreendeu as características físicas da região, construindo o embrião da nova cidade.

Relatos sobre esta idade da Baía de Todos os Santos estão minuciosamente transcritos na obra de Gabriel Soares de Souza, senhor de engenho que escreveu em 1578 o *Tratado Descritivo do Brasil*. (SOUZA, 1851) Gabriel exulta em seu tratado as excepcionais qualidades da baía e do Recôncavo, sendo que esta obra é a primeira a descrever os atributos ambientais e os aspectos culturais desta sociedade mestiça e como eles influenciaram na formação desta nova nação.

Com o estabelecimento do Governo Geral, a Baía de Todos os Santos começa a ter importância internacional como portal de entrada e saída para o mundo. Portugal abre os olhos para o imenso potencial agrícola do Recôncavo. As terras férteis do massapé e os terrenos de relevo favorável ao manejo provocaram um investimento pesado na produção do açúcar de cana para dar conta da demanda de alimentos energéticos pela fria Europa. (BRITO, 1994) A navegabilidade da baía e os acessos francos pelos estuários dos rios, ao norte e oeste, fizeram os engenhos proliferarem por todo o Recôncavo.

Até o início do século XIX, a importância da Baía de Todos os Santos no cenário internacional era tão grande que não era raro aportarem em suas águas de 300 a 400 embarcações por ano. O Recôncavo vasculariza-se com estradas e uma vigorosa rede hidroviária adentra os estuários do Jaguaripe, Paraguaçu e Serigi do Conde, mais tarde chamado de Subaé. (MATTOSO, 1992)

O declínio da produção açucareira começa em meados do século XIX, com a competição da produção pelo Caribe e sul dos Estados Unidos. Espanha, Holanda, França e Inglaterra mobilizam suas colônias para a produção do açúcar, encurtando as distâncias entre os centros produtores e consumidores. No final deste mesmo século, o Brasil abolicionista joga uma pá de cal na mão de obra escrava, aumentando ainda mais os custos de produção. (BRITO, 1994)

A virada para o século XX encontra um Recôncavo esvaziado de mão de obra que migra para o sul, em busca do eldorado do cacau. O petróleo descoberto nos meados deste mesmo século atraiu imigrantes de todos os cantos, criou estradas em detrimento dos caminhos tradicionais, perturbou as matas das terras baixas para a lavra do óleo e sem dúvida criou riquezas, mas não conseguiu imprimir na região a revitalização esperada. (BRANDÃO, 2007) Ao contrário, as antigas rotas marítimas foram sendo substituídas pelos acessos rodoviários, esfriando o tráfego de embarcações entre as terras do Recôncavo e a capital. O arrefecimento deste caminho pelo mar perturbou profundamente a arte de construção de saveiros, os estaleiros foram sendo desativados e a madeira ficando cada vez mais escassa para os cascos e mastreamento destas embarcações. (BRITO, 1994) Hoje na Baía de Todos os Santos existem algumas poucas testemunhas heroicas desta tecnologia profundamente inspirada nas condições ambientais específicas das águas e ventos da baía.

Na década de 60 cria-se o Centro Industrial de Aratu abrindo caminho para em 1970 ser criada a Região Metropolitana de Salvador (RMS), entidade geopolítica

que, diferentemente do Recôncavo, definiu limites, mas não conseguiu construir identidades. (BRANDÃO, 2007)

Ainda na década de 70, cria-se o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), que a exemplo da Petrobras nos anos 50, não conseguiu se tornar uma entidade de valorização regional, ficando como que um enclave de tecnologia de ponta em um tecido ambiental e social que pouco lucrou com a sua implantação.

Hoje a Baía de Todos os Santos assemelha-se a um grande quebra-cabeça cultural. A própria cidade do Salvador estratifica-se abruptamente, à medida que se estende para os subúrbios. A pressão do capital imobiliário lança balões de ensaio na internet, para a criação de ocupações pretensiosas, substituindo as paisagens urbanas tradicionais do estirão entre o Comércio e a Península de Itapagipe. Da encosta de São Caetano para o norte, as casas se penduram nas ribanceiras, e a Baía de Aratu, logo adiante, divide os ambientes das florestas de manguezais com um verdadeiro loteamento de portos industriais privados.

Recantos como a Enseada do Caboto e a Ilha de Maré ainda guardam corajosamente fragmentos de paisagens da Baía do começo do século passado. As ilhas do norte, com suas comunidades pesqueiras, altercam-se com a indústria do petróleo, visão a poucos metros de uma realidade incompreensível e desproporcional para os que ainda possuem a cultura da pesca com canoas e tarrafas (Figura 1).

***Figura 1** – Casa de pesca em Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Dary Rigueira.*

O projeto de uma via cênica a noroeste e uma ponte pelo meio da baía aguçam os olhos dos empresários locais, vislumbrando novos negócios imobiliários na Ilha de Itaparica.

As ilhas e os recantos da franja estão ou ocupados por vilarejos de urbanismos desordenados e insustentáveis ou na mira e posse do capital estrangeiro dos *eco-luxury*

*resorts*. Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, Maragogipe, São Roque, Barra do Paraguaçu e os quilombolas do Baixo Paraguaçu aguardam entre alegres e preocupados a chegada do Polo Naval para construir os petroleiros do Pré-Sal.

O Canal de Itaparica ainda respira devagar. A pouca balneabilidade daquele litoral ainda preserva as famílias de moradores e veranistas em um ritmo suave das cervejas e moquecas de chumbinho. Jaguaripe embora parado no tempo, ainda consegue ver um ou dois saveiros adentrarem o rio da Dona em busca das cerâmicas de Maragogipinho e das farinhas de Aratuípe.

No mais, água, muita água, o mesmo Kirimurê dos tupinambás. Apesar de todas estas histórias e estórias, ainda é possível se reconhecer uma identidade forte neste Recôncavo polimorfo. As terras ainda são boas, maltratadas, mas perfeitamente recuperáveis com tecnologias agrícolas sustentáveis. As hidrovias estão eternamente abertas. Pequenos, médios e grandes negócios são factíveis. Vários turismos podem ser explorados, desde aqueles sofisticados aos mais singelos das pequenas pousadas e mesmo o solidário das acomodações em casas de nativos.

A cultura das sociedades locais resiste, muitas vezes, aos assédios das novidades trazidas pelo turismo desordenado, mas também dialoga com novos elementos da cultura global, citadina, danças e músicas, antigas e novas, uma arquitetura histórica monumental perfeitamente passível de recuperação, testemunhas do passado e do presente. A outra é contemporânea, com as lajes cobertas de telhas eternit. É ali onde mora o Recôncavo. Mas é ali também onde se reproduz um sistema econômico excludente e que destrói estilos de vida relativamente autossuficientes e culturalmente diferenciados. Como salienta Pedrão (2007, p. 9):

> Finalmente, já começado o século XXI, se reconhece que o Recôncavo é uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutida da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canavieira. Outra vez, torna-se necessário reconhecer que há uma internacionalidade seletiva, que tem seus modos próprios de gerar pobreza e exclusão social.

Este breve relato histórico da evolução socioeconômica e suas implicações ambientais e culturais ocorridas na região compreendida pela Baía de Todos os Santos é para dar suporte ao objetivo principal deste capítulo: o de revelar os aspectos humanos relativos às comunidades pesqueiras que povoam há séculos essa baía. Será apresentado nesse capítulo um breve histórico, aspectos populacionais, socioeconômicos e de divisão do trabalho; os saberes e práticas de pescadores e marisqueiras, ou seja, algumas tecnologias e artes de pesca mantidas e desenvolvidas por essas comunidades e, por fim, um ensaio preliminar sobre tipologia das comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos (BTS).

## *A constituição histórica das comunidades pesqueiras na BTS*

É tarefa complexa tentar reconstituir a trajetória socioeconômica e cultural das centenas de comunidades pesqueiras integradas à BTS. Mesmo por que, ao longo desses mais de quatro séculos de história, muitas dessas comunidades desapareceram, se recriaram ou se reinventaram, como resultado do balanço entre as mudanças conjunturais da região, com seus ciclos econômicos de auge e decadência, bem como das resistências socioculturais de comunidades que têm lutado por seus direitos territoriais e manutenção de suas identidades.

Apesar dessas dificuldades, podemos traçar os processos macro-históricos que delinearam a configuração atual dessas comunidades, nos apoiando nos trabalhos de historiadores como Castellucci Jr. (2008), Gomes (1995), Silva (2001) e referências em Pedrão (2007, [2010]) e Soares de Sousa (1851). Não pretendemos esgotar o tema aqui, e recomendamos a leitura dos autores citados, entre outros, para o aprofundamento dessa questão.

Como já havia sido apontado por Léry (apud DIEGUES, 1999) e Silva (2001), a pesca como modo de subsistência e como dimensão da cultura no litoral brasileiro é anterior ao mundo colonial. No trecho abaixo, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, Soares de Sousa (1851) relata a habilidade e os conhecimentos sobre a arte de pescar dos índios tupinambás, que ocupavam todo o litoral da Bahia:

> São os tupinambás grandes flecheiros, assim para as aves como para a caça dos porcos, veados e outras alimárias, e há muitos que matam no mar e nos rios de água doce o peixe a flecha; e desta maneira matam mais peixe que outros a linha; os quais não arreceiam arremeter grandes cobras, que matam, e a lagartos que andam na água, tamanhos como eles, que tomam vivos a braços...Têm estes índios mais que são homens enxutos, mui ligeiros para saltar e trepar, grandes corredores e extremados marinheiros, como os metem nos barcos e navios, onde com todo o tempo ninguém toma as velas como eles; e são grandes remadores, assim nas suas canoas, que fazem de um só pau, que remam em pé vinte e trinta índios, com o que as fazem voar;... São os tupinambás grandes nadadores e mergulhadores, e quando lhes releva, nadam três e quatro léguas; e são tais que, se de noite não têm com que pescar, se deitam na água e como sentem o peixe consigo, o tomam às mão's de mergulho; e da mesma maneira tiram polvos e lagostins das concavidades do fundo do mar, ao longo da costa. (SOUSA, 1851, p. 312-313)

Apesar das populações indígenas na BTS, nos dois primeiros séculos da colonização terem sido exterminadas, amalgamadas ou expulsas para o interior,

> [...] os indígenas também foram usados, vendidos, trocados como pescadores, ou melhor, como cativos que pescavam. No mercado humano de nativos estes tinham, aliás, um valor mais alto por isso.

> [...]. Após as leis e as práticas efetivas que levaram à abolição do cativeiro indígena em fins do século XVI e inícios do século seguinte, os índios continuaram tão pescadores quanto antes, submetidos a outras modalidades de relações de trabalho. No século XVIII, permaneciam explorados nesse serviço, que proviam os engenhos e as casas das vilas de pescado. (SILVA, 2001, p. 233-234)

Desse modo, os índios tiveram um papel essencial na conformação da cultura marítima dos trópicos.

Por outro lado, o evento colonial português trouxe, nas primeiras décadas da ocupação territorial das terras ao sul do equador, camponeses oriundos das áreas rurais de Portugal, que atuavam como mão de obra nos navios. Avessos que eram ao mar e às travessias do Atlântico, também procuraram na pesca uma atividade produtiva e de subsistência, tendo possivelmente incorporado técnicas e artes de pesca indígenas e tendo mesmo aprendido com esses a arte da pescaria, uma vez que provinham de uma cultura rural e camponesa em Portugal. (SILVA, 2001)

Mas foram mesmo os africanos e seus descendentes que vieram a configurar o início do que denominamos comunidades pesqueiras na BTS, em outras regiões do litoral da Bahia e em todo o litoral do Nordeste, bem como possivelmente as comunidades pesqueiras de águas interiores ou ribeirinhas continentais do Estado, como vemos na passagem a seguir:

> [...] sobretudo, após o século XVIII, inúmeras comunidades marítimas se formaram ao longo do litoral nordestino, no compasso do crescimento demográfico da região. Tais comunidades eram constituídas por homens de cor livres, e estes viviam prioritariamente das águas do mar – seja extraindo os recursos existentes em suas profundezas, seja navegando e transportando coisas em sua superfície. (SILVA, 2001, p. 235)

Afirmando a importância da contribuição africana à constituição de uma cultura marítima na América, este autor salienta que:

> As práticas e concepções referentes à pesca realizada na África, bem como o trabalho marítimo desenvolvido por escravos africanos na Península Ibérica desde o século XVI, contribuiu decisivamente para tornar aqueles, já na América portuguesa, os principais sujeitos históricos envolvidos na pesca, na navegação de cabotagem e na atividade de navegação marítima e fluvial em canoas. (SILVA, 2001, p. 234)

Mas não eram apenas homens de cor, livres, que viviam da pesca. Inúmeros grupos de negros fugidos, que formavam redes de solidariedade, realizando troca de bens entre eles, e em muitos casos abastecendo os engenhos, as vilas e povoados de suprimentos, tiveram um papel central na conformação de comunidades pesqueiras na BTS. Como salienta Gomes (1995, p. 51),

> Na Capitania da Bahia, os mocambos que existiam por toda a parte, preocupando autoridades e donos de engenhos, também inventaram sua liberdade. Procurando apoio de índios, escravos, vendeiros e camponeses muitos conseguiram resistir às medidas antimocambos.

A paisagem do Recôncavo era povoada por essas comunidades rebeldes, de negros fugidos, pois segundo Schwartz (apud GOMES, 1995, p. 26):

> [...] havia mocambos em todas as áreas da Capitania baiana. As regiões de Camarogipe, Cachoeira, Iguape, Maragogipe, Jaguaripe, Porto Seguro, Cairú, Jacuípe, Camamu, Jacoruna, Rio das Contas, Jacobina, Geremoabo, Rio Vermelho, Itapicurú, Rio Real, Sergipe do Conde, Vila de São Francisco e Ilhéus, tanto no Recôncavo, próximo de Salvador ou como em regiões mais interioranas, eram áreas com conhecida tradição de constituição de comunidades quilombolas... O fato era um só, pelo menos até o final do século XVIII, o recôncavo baiano rebelde descrito por João J. Reis para as primeiras décadas do século XIX era um recôncavo quilombola. (REIS apud GOMES, 1995, p. 34)

Essas comunidades reproduziam-se socioculturalmente através de estratégias econômicas, já que podiam estar integradas à economia de abastecimento, tão limitada e insuficiente no Recôncavo agroexportador, como afirma Gomes (1995, p. 43):

> [...] as estratégias de manutenção de autonomia das comunidades de escravos fugidos foi a sua perspectiva de forjarem comunidades de camponeses livres, tentando integrar suas atividades econômicas não só com as comunidades de senzalas próximas como também junto a pequenos lavradores, homens livres pobres, vendeiros etc...Enfim, naquele contexto também podia estar se formando uma economia camponesa nestes mocambos e esta igualmente podia interagir e integrar-se às microeconomias locais. Tal processo, sem dúvida, pode ter se constituído na principal característica dos mocambos baianos no final do século XVIII. O recôncavo baiano e outras áreas da Capitania estavam cercados por um cinturão de comunidades de fugidos. Era o recôncavo quilombola que certamente gestou uma rica e complexa tradição de resistência negra para o recôncavo rebelde dos escravos baianos nas primeiras décadas do século XIX.

E como viviam essas comunidades de negros fugidos pescadores/agricultores? Os estudos de Castellucci Jr. (2008), sobre o baixo sul do Recôncavo baiano na primeira metade do século XIX, respondem parte dessa questão. Nesse estudo, o autor descreve como "[...] escravos libertos viveram e formularam diferentes estratégias de sobrevivência em um período de intensificação dos processos disciplinares [...]". (CASTELLUCCI JR., 2008) É no trecho a seguir que o autor deixa entrever os aspectos mais significativos do modo de vida desses pescadores do século XIX na BTS, em particular na Comarca de Nazaré, mas que também podem ser extensivos às outras comunidades que viviam no entorno da baía:

> Além da suposta conivência de autoridades locais, a existência de um amplo manguezal, percorrendo toda a margem dos dois lados dos rios e também no estreito do Funil, já no mar fechado, propiciava a criação de esconderijos, quase auto-sustentáveis, por conta da riqueza da fauna ribeirinha, da água salobra e dos variados tipos de mariscos, como a ostra e mexilhões; moluscos, como o polvo; e peixes nobres, como o robalo e a caranha, além dos cardumes de xaréus, tainhas e sardinhas. Por ali, escravos criminosos e fujões se embrenhavam e passavam a viver como caranguejos e siris, adaptando-se às condições adversas impostas pela natureza regional. (CASTELLUCCI JR., 2008, p. 274)

Suas construções revelam as origens das tecnologias construtivas ainda observadas em muitas comunidades do Recôncavo (Figura 2) e da periferia de médias e grandes cidades da região, como se descreve no trecho a seguir:

> Abriam picadas, veredas, trilhas estreitas e compridas e, no meio dos mangues, faziam um pequeno clarão para a construção provisória de alpendres e casas de pau-a-pique, cobertas de palhas de palmeiras derrubadas nas matas, e de piaçavas ou sapé, colhidos nas baixadas. Às vezes, construíam palafitas sobre os manguezais, evitando que a subida da maré os pegasse desprevenidos e destruísse seus barracos. A imensa facilidade de encontrar argila, nos arredores de Maragogipinho e na ribeirinha do rio doce, um dos afluentes do Jaguaripe, também contribuía para o reboco das casas de taipa e para a confecção de vasilhas como as panelas e pratos de barro, utensílios muito usados na vida doméstica regional. Durante séculos, fora relativamente comum visualizar diariamente canoas e batelões, subindo e descendo aquele rio, carregados de argilas, galhos dos mangues e piaçava. (CASTELLUCCI JR., 2008, p. 274)

***Figura 2*** *– Canoas em Mapele, Simões Filho.*
*Foto: Dary Rigueira.*

A tecnologia adotada por esses pescadores da Comarca de Nazaré perpetua-se até a atualidade em muitas localidades que vivem da pesca na BTS, assim são descritos os pesqueiros (currais) no século XIX:

> Por sobre os enormes bancos de areia, existentes em toda a costa litorânea e ribeirinha da região, escravos e forros construíam pesqueiros, como fazem até hoje os residentes daqueles lugares, feitos com as galhadas retiradas dos mangues e redes tecidas à mão, as quais circundavam os enormes caminhos de paus sem saídas, onde os peixes entram e não conseguem voltar. Na enchente da maré, cardumes de tainhas, sardinhas, robalos e outros peixes subiam o curso do rio ou do mar e adentravam nas armadilhas quase submersas, ficando malhados nas redes ou circulando nos labirintos dos pesqueiros. Quando a maré baixava e os pesqueiros emergiam, os pescadores, embarcados em canoas a remo ou com traquetes, se dirigiam àqueles bancos salientes para apanhar um dos principais alimentos diários de sua dieta alimentar. (CASTELLUCCI JR, 2008, p. 274)

A permanência dessas comunidades e de suas estratégias de sobrevivência baseadas na pesca pode ser parcialmente explicada pela relativa dependência da população circundante dos víveres produzidos nelas, por isso:

> Os poderes locais sabiam da existência de pesqueiros e identificavam seus proprietários facilmente. Todavia, embora soubessem ser estes os meios de subsistência de escravos suspeitos de serem foragidos e forros envolvidos em delitos, sentiam-se impotentes ou toleravam aquelas atividades. Em parte, isso se justificava pelo fato de o abastecimento das vilas e povoações da região depender daquelas atividades, e a sua escassez tornava-se motivos de protestos em diversas praças. (CASTELLUCCI JR., 2008, p. 275)

Além de sua integração às microeconomias locais, o isolamento geográfico e as condições precárias de comunicação onde viviam essas comunidades também explicam porque elas conseguiram se perpetuar no tempo, sobretudo em várias localidades da Ilha de Itaparica, desse modo:

> [...] para os cativos foragidos e os libertos, essas dificuldades de acesso ao interior do território insular, fazia dele um ambiente extremamente adequado para a formação de quilombos, comunidades autônomas e auto-sustentáveis, interligadas umas com as outras, por meio da navegação de pequena cabotagem e mesmo através dos estreitos caminhos e tortuosas trilhas em meio às matas. (CASTELLUCCI JR., 2008, p. 276-277)

Essas comunidades, já no século XIX, mantinham um modo de vida, de produção e de sobrevivência baseado no uso múltiplo dos recursos naturais,

altamente diversificados na BTS, dada sua condição tropical, com uma diversidade de ecossistemas: estuarinos, matas úmidas, arrecifes de corais etc. O que hoje vemos no Recôncavo do século XXI, é fruto do acúmulo de conhecimentos e tecnologias indígenas, africanas e também europeias sobre a pesca. Mas esses saberes ecológicos e tecnológicos foram, sobretudo, reunidos em um cadinho histórico por essas comunidades negras autônomas e autossuficientes, como descreve Castellucci Jr. (2008, p. 280):

> Assim viviam os escravos foragidos e libertos, criando pequenos animais domésticos, como a galinha e o porco, construindo jiraus, caçando bichos do mato como o caititu, o queixada, a lontra, a paca, a capivara, o teiú, o jacaré e aves silvestres, matando cobras, gastando parte do tempo tecendo redes de cordão e tingindo-as com tintas do mangue para conservá-las, fazendo munzuás, jererés, paripes, armadilhas para peixes, retirando dos manguezais caranguejos, siris, chumbinho, lambreta; construindo canoas, com as toras de madeiras extraídas da mata e, dessa maneira, iam criando tremendas dificuldades para a sua captura, mas facilitando a sua subsistência e movimentação num raio de ação que interligava Nazaré e Jaguaripe a Itaparica em questão de poucas horas.

De modo geral, podemos inferir dos registros históricos que é a partir dos intercâmbios socioculturais – de técnicas e conhecimentos e das eventuais alianças políticas entre índios e populações negras aquilombadas, e negros libertos sem senhor, empregados no ofício de pescador –, bem como de trocas econômicas e sociais, entre quilombos e pequenos comerciantes, mediadas por intermediários, que começa a se formar uma cultura da pesca, associada a grupos humanos mais ou menos coesos, que se configuram, durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, estendendo-se até final desse mesmo século.

São comunidades que têm se reproduzido, não só a partir da apropriação dos recursos de ecossistemas costeiros e estuarinos, através da pesca, mas também terrestres, pela prática da agricultura e complementariamente do extrativismo de piaçava, dendê, coco, fibras diversas para a fabricação de utensílios e apetrechos de pesca, panelas e artesanato de barro entre outras. Em muitas dessas comunidades, no entanto, a exploração da terra é limitada, seja na forma de extrativismo ou da agricultura, dado o acesso reduzido às florestas e ao solo agricultável. Ainda assim, segundo Adams (2000, p. 153),

> [...] esta articulação entre roça e pesca parece ter uma importância fundamental na organização da vida econômica, do universo simbólico e de toda a organização social do lavrador-pescador.

## *Caracterização das comunidades pesqueiras na BTS: aspectos populacionais, socioeconômicos e etnoecológicos*

### *Comunidades pesqueiras*

A pesca e a mariscagem na Baía de Todos os Santos são atividades praticadas principalmente pela população geralmente excluída do mercado de trabalho formal, que obtém do mar o seu sustento. Mas, para a maioria dessas populações, a pesca não é realizada apenas como alternativa de sobrevivência, na falta de empregos gerados pela economia regional e de qualificação profissional. A pesca é, sobretudo, uma herança cultural secular, que dá sentido à existência individual, cimenta e regula a vida em grupo e provê matéria à imaginação social. Nesse sentido, essas comunidades pesqueiras enquadram-se na definição de povos e comunidades tradicionais, expressa no Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ou seja, são "Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Desse modo, as comunidades pesqueiras na BTS são aquelas localizadas nos estuários e nas áreas costeiras que possuem uma cultura diferenciada, mas igualmente representativa das características étnico-culturais das populações afrodescendentes, representada principalmente pela dança, ritmos, candomblé, misticismo e a capoeira. (DIEGUES, 2002)

Os relatórios sobre o Programa Integrado de Projetos Produtivos com Comunidades de Pesca da BTS (PIPP) (PARTICIPAR, 2008 apud BANDEIRA, 2009), descrevem aspectos socioculturais dessas populações, alguns dos quais foram também registrados em estudo etnoecológico recente, realizado com 14 comunidades na BTS. (BANDEIRA, 2009) Esses estudos revelam que essas comunidades apresentam: exímia habilidade cognitiva sobre a atividade e o meio onde se realiza; territorialidade marinha; simbologias e divindade na relação com o mar; solidariedade; receptividade; distribuição de atividades conforme o sexo; sensação de liberdade; ritmo de maresia; alto índice de alcoolismo; desinteresse das novas gerações para o desenvolvimento da pesca; hierarquia advinda do arranjo da pesca embarcada, entre outras.

Em termos populacionais, de acordo com Bandeira (2009), embora os dados estatísticos a respeito do esteio da pesca artesanal sejam normalmente dificultados e, portanto, deficientes, o Censo IBGE 2000 para os municípios da BTS indica que cerca de 11.850 pessoas possuíam a pesca como sua atividade produtiva principal, representando 33,8% do total de pessoas dedicadas à pesca no Estado da Bahia.

A Tabela 1 reúne a relação de municípios da BTS, com respectiva população, sexo e quantidade de pessoas cuja atividade principal é a pesca. O município de Salinas da Margarida apresenta o maior percentual de pessoas dedicadas à pesca, em relação aos outros municípios estudados, seguido de Saubara. (BANDEIRA, 2009)

Os fluxos migratórios referentes às comunidades de pesca na BTS ocorrem, normalmente, por pescadores que em algum momento de suas vidas buscam melhores condições econômicas e arriscam trabalhos em cidades circunvizinhas, sobretudo Salvador. Na maioria dos casos, migram de volta às cidades de origem e à atividade pesqueira. Observa-se que ocorre também a migração positiva na região da BTS, cuja maior parte dos migrantes provém do interior do Estado e de estados vizinhos. (BANDEIRA, 2009)

Esses fluxos migratórios tiveram pelo menos três grandes picos, ao longo dos séculos XIX e XX, na BTS: um deles no final do século XIX e início do XX, onde o Recôncavo é esvaziado de pessoas que migram para o sul, em busca do eldorado do cacau, a partir da decadência da economia açucareira e fumageira no pós-guerra; outro momento de dinâmica populacional importante, em meados do século XX, onde o petróleo descoberto na baía nesse período atraiu imigrantes de todos os cantos e, na década de 60, com a criação do Centro Industrial de Aratu, abrindo caminho para em 1970 ser criada a Região Metropolitana de Salvador (RMS), para onde migram milhares de pessoas em busca de emprego. Ainda na década de 70, cria-se o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), que também influenciou esses fluxos de migração, já

> [...] ao longo da década de 1990 fecharam diversas fábricas, dentre as quais, usinas açucareiras, fábrica de papel. Surgiram aviários e algumas pequenas empresas produtoras de bens de consumo. (PEDRÃO, 2007, p. 18)

***Tabela 1*** *– Relação dos Municípios da Baía de Todos os Santos, com a respectiva população, por sexo e quantidade de pessoas cuja atividade principal é a pesca*

| Município | Sexo | | Total | Qtde Pessoas na Pesca | % de Pessoas na Pesca em Relação à População Municipal | % de Pessoas na Pesca em Relação à População Estadual Pesqueira |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Homem | Mulher | | | | |
| Cachoeira | 14.885 | 15.531 | 30.416 | 193 | 0,6 | 0,6 |
| Madre de Deus | 5.913 | 6.123 | 12.036 | 187 | 1,6 | 0,5 |
| Maragogipe | 21.087 | 20.331 | 41.418 | 1.731 | 4,2 | 4,9 |
| Salinas da Margarida | 5.109 | 5.268 | 10.377 | 1.842 | 17,7 | 5,3 |
| Salvador | 1.150.252 | 1.292.855 | 2.443.107 | 1.964 | 0,1 | 5,6 |
| Santo Amaro | 28.646 | 29.768 | 58.414 | 1.076 | 1,8 | 3,1 |
| São Francisco do Conde | 13.055 | 13.227 | 26.282 | 535 | 2,0 | 1,5 |
| Saubara | 5.113 | 5.080 | 10.193 | 1.274 | 12,5 | 3,6 |
| Simões Filho | 46.731 | 47.335 | 94.066 | 254 | 0,3 | 0,7 |
| Vera Cruz | 15.055 | 14.695 | 29.750 | 1.084 | 3,6 | 3,1 |
| População dos municípios estudados | 1.305.846 | 1.450.213 | 2.756.059 | 10.140 | 0,4 | 28,9 |
| População da BTS | 1.366.751 | 1.512.157 | 2.878.908 | 11.853 | 0,4 | 33,8 |
| População da Bahia | 5.018.135 | 5.188.801 | 10.206.936 | 35.036 | 0,3 | 100,0 |

*Fonte: IBGE (2000).*

A realidade de exclusão social, resultado da ausência do Estado e de políticas públicas efetivas nos últimos cinquenta anos na BTS, reflete-se no baixo nível de escolarização dos municípios do entorno da baía, tais como Cachoeira, Simões Filho e Vera Cruz que estão entre os municípios que apresentam uma população envolvida na atividade pesqueira com analfabetismo superior a 25% da população. Destaca-se o município de Cachoeira com 47,6% de índice de analfabetismo. (IBGE, 2000) Esta realidade muitas vezes define a aresta na qual, pescadores e marisqueiras, lançam-se ao desenvolvimento sazonal de atividades secundárias à pesca. Conforme confirmam os estudos da Ambitech (2005) e Bandeira (2009), existem cinco atividades secundárias principais desenvolvidas por pescadores e marisqueiras, que são: agricultura, comércio, indústria, turismo e outras. Esta última engloba um número maior de atividades, como: caseiro, vigilante, motorista, servente, pedreiro, doméstica, serviços gerais, pintor, eletricista, auxiliar de costura, manicure, aposentado, carpinteiro, ajudante de pedreiro, construtor civil, artesão, armador, gari, soldador, jardineiro, arrumador, mestre de obras, carregador, ambulante, lavadeira, biscate, auxiliar de disciplina, faxineiro, ajudante prático, merendeira, diarista, pedreiro, marceneiro, entre outras.

A necessidade de se integrar nessas atividades pode representar, em alguns casos, fator responsável pela desorganização da família pesqueira, por um lado, que já não trabalha em regime de cooperação, mas, por outro, interfere nos processos de reprodução social da pesca como dimensão da cultura dessas comunidades, na medida em que os jovens são desestimulados a perpetuar a atividade dos pais, arriscada e imprevisível da pesca, e tendem a buscar empregos de remuneração mais ou menos estável. Por outro lado, segundo Pedrão (2007, p. 11),

> [...] a predominância de fatores expulsivos sobre atrativos é um traço dominante na dinâmica demográfica na Bahia que se confirmou nas diversas análises feitas do tema, desde a década de 1950. Nessas condições, a região tornou-se a principal supridora de trabalho não qualificado quase servil para Salvador – empregadas domésticas, biscateiros etc. – e em suas cidades passou a depender, cada vez mais, da renda monetária de aposentados.

De acordo com Bandeira (2009), com relação à composição da família pesqueira na BTS, observa-se que a maioria das relações entre homens e mulheres é pactuada tanto de maneira formal (casamento legal), quanto informal, mas que ainda ocorre com expressão considerável entre jovens. Marisqueiras e pescadores mais antigos possuem grande número de filhos e os jovens tornam-se pais cedo e passam a assumir a sua própria família. O trabalho infantil na pesca é comum nessas comunidades, pois os pais normalmente utilizam os filhos menores para aumentar a força de trabalho familiar e, consequentemente, aumentar a quantidade produzida.

Mas a participação de jovens menores de idade na atividade da pesca não é só um imperativo de sobrevivência baseado no cálculo econômico do uso da mão de obra familiar, característico de sociedades desse tipo, também é uma tradição cultural de transmissão oral e prática de saberes sobre a pesca. Aí nesse momento fazem-se os novos pescadores e marisqueiras, é pescando e mariscando com seus pais onde aprendem a localização de pesqueiros, as artes de pesca, os meios de orientação no mar, o ciclo biológico das espécies. É por isso que à medida que a escolarização avança nessas comunidades, o espaço da escola pode se constituir em forte fator de aculturação, se não forem observados os princípios de um educação multicultural.

Com relação à organização social da pesca, todos os municípios do entorno da BTS apresentam colônias de pescadores, com destaque para Salvador, com cinco colônias, e Vera Cruz, com três. A maioria das localidades do entorno da BTS possui associações de pescadores e marisqueiras constituídas.

## *Produção pesqueira*

A atividade pesqueira de pequena escala desenvolvida pelas comunidades da BTS é representada por dois componentes: a pesca propriamente dita e a mariscagem. A pesca utiliza embarcações motorizadas ou não (Figuras 2, 3 e 4), aparelhos de pesca de captura peixes (Figuras 5, 6 e 7) e crustáceos (Figura 8), além de ser exercida basicamente por homens. Já a mariscagem (Figura 9), é feita através da coleta manual e da utilização de alguns petrechos rústicos para a captura de moluscos e crustáceos, concentrando-se em produtos disponíveis nos ambientes de manguezais (Figura 10) e beira-mar, sendo considerada uma atividade feminina, embora alguns homens a exerçam. Observa-se, portanto, que a pesca de pequena escala na BTS é caracterizada basicamente pelo baixo índice de utilização de equipamentos modernos e com o uso de embarcações rudimentares. Na mariscagem, o quadro é ainda mais elementar, pois até hoje são praticadas as formas mais antigas de extrativismo, com uso de enxadas, facões, bicheiros e captura manual. (BANDEIRA, 2009)

*3*

*4*

***Figura 3*** *- Canoas e pescadores em Ilha das Fontes. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 4*** *- Canoas e pescadores em São Francisco do Conde. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 5*** *– Arraieira, Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 6*** *– Rede de calão, Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 7*** *– Gaiola. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 8*** *– Rede de pesca do camarão, Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 9*** *– Marisqueira em atividade na Ilha de Maré, Salvador. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 10*** *– Área de manguezal na BTS.*

*5*

*6*

*7*

*8*

*9*

*10*

De acordo com os dados contidos no Boletim Estatístico da Bahia Pesca (2004), o total da produção anual estimada em 2003 para o conjunto dos 14 municípios da Baía de Todos os Santos foi de 14.413,45 toneladas de pescado, o que correspondeu a 33,22% da produção estimada para o Estado no mesmo ano. A Tabela 2 demonstra o total da produção estimada para o ano de 2003 nos municípios estudados por Bandeira (2009), merecendo destaque Salvador (6.638,83) e Maragogipe (1.926,47).

***Tabela 2*** *– Produção total estimada para o ano de 2003, por município do entorno da Baía de Todos os Santos*

| Município | Produção do Município (t) |
|---|---|
| Cachoeira | 967,64 |
| Madre de Deus | 353,97 |
| Maragogipe | 1.926,47 |
| São Francisco do Conde | 425,19 |
| Salinas da Margarida | 301,56 |
| Salvador | 6.638,83 |
| Santo Amaro | 735,91 |
| Saubara | 325,99 |
| Simões Filho | 76,55 |
| Vera Cruz | 1.368,42 |
| Total | 13.120,53 |

*Fonte: Bahia Pesca (2004).*

Quanto à contribuição de cada frota dos municípios da BTS, mais da metade da produção do ano de 2003 foi gerada pela frota de canoas: 10.800,86 toneladas (74,94% do total da produção). Os barcos a motor produziram 1.341,63 toneladas (9,31%), as catraias responderam por 1.136,90 toneladas (7,89%), e os saveiros por 1.047,77 toneladas (7,27%). (BAHIA PESCA, 2004) Em relação à técnica (arte) de pesca, em 2003 destacaram-se, principalmente, por ordem de importância, as redes de cerco com apoio (22,42%), as linhas (19,82%), as redes de espera (15,91%), outras redes de cerco (12,90%), os currais (10,44%) e os arrastos de praia (7,86%). Esses petrechos abrangeram quase 90% da produção desse ano. (BAHIA PESCA, 2004)

Bandeira (2009, p. 31) observou a existência de certa sazonalidade do potencial produtivo das pescarias das localidades na BTS, onde as estações "verão", "inverno" e "primavera" foram reconhecidas como distintas no critério produtividade. Os motivos foram relacionados a aspectos que não direcionaram os períodos apenas à maior quantidade de pescados, mas, também, por condições laborais do desenvolvimento das pescarias/mariscagem, assim distribuídos em termos de categorias nativas:

> […] tempo permite pesca com segurança, chuva atrai o pescado, temperatura atrai o pescado, temperatura incentiva a pesca, maior quantidade, período disponível, desova e maiores marés.

## *Problemáticas: sistema de produção*

Bandeira (2009) e seus colaboradores identificaram, pelo menos, 21 dificuldades enfrentadas por pescadores e marisqueiras das localidades estudadas na BTS, para o primeiro elo da cadeia produtiva da pesca. Tais problemáticas foram analisadas pelos diagnósticos participativos realizados no contexto do PIPP do Empreendimento Manati (PARTICIPAR, 2008 apud BANDEIRA, 2009) e assumem, fortemente, uma relação de causa e efeito, inclusive com os outros elos da cadeia que, juntos, comprometem a estabilidade da família pesqueira. Dentre as principais problemáticas, conforme os instrumentos e processos que compõem este elo, estão: **petrechos** (ausência, furtos, inadequação, perdas por prenderem-se ou romperem-se em estruturas submersas, ausência de espaço para armazenamento); **embarcações** (ausência, inapropriadas, ausência de equipamentos de salvatagem e segurança, falta de registro, baixa modernização); **áreas de pesca** (sobrepesca, conflitos territoriais, obstáculos, poluição e degradação, distância); **pescado** (escassez, contaminação, pesca predatória); **portos** (estruturas inadequadas); **pesca e mariscagem** (dores musculares, escoriações, riscos por acidentes com espécies venenosas).

## *Processos de beneficiamento dos pescados*

O processo de beneficiamento do pescado desenvolvido pela pesca artesanal na BTS é rudimentar, pois quase na sua totalidade ele é comercializado *in natura*, sem passar por estágios de industrialização e conservação que lhe possam agregar algum valor. Além das peixarias locais, a maioria das famílias pesqueiras possui apenas refrigeradores domésticos comuns, que geralmente são inadequados para a ideal conservação do pescado em suas residências. Nas ilhas, o problema é maior, pois a falta de eletrificação das comunidades, realidade para muitas até muito recentemente, tornava o congelamento caro ou inexistente, tendo o pescado que ser comercializado ou consumido imediatamente, ou salgado (Figura 11).

***Figura 11*** *– Processo de salga de peixes, Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

Assim, o beneficiamento quando existe é totalmente artesanal, constituindo--se basicamente na descamação, evisceração, salga e secagem ao sol, no entorno das residências, em esteiras colocadas no chão, onde são deixadas em fileiras de peixes miúdos (Figuras 12 e 13). No caso do camarão, o processo se reduz à salga e à secagem ou defumação. Tais processos de beneficiamento ocorrem de maneira individual ou familiar, seja com peixes ou mariscos, e geralmente são realizados com ausência de infraestrutura adequada, com extrema precariedade higiênico-sanitária. (BANDEIRA, 2009)

*12*

*13*

***Figura 12** – Processo de beneficiamento de pititinga. Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

***Figura 13** – Processo de beneficiamento de sardinha. Baiacu, Ilha de Itaparica. Foto: Priscila Mallafaia.*

As principais problemáticas do sistema de beneficiamento, identificadas por Bandeira (2009), são decorrentes de todo o processo em si, por ser precário e deficiente, sobretudo com mariscos, a exemplo de: armazenamento (ausência de freezer); transporte de mariscos (dores musculares); apanha e transporte de lenha (escoriações, risco por acidentes com animais peçonhentos, dores musculares); cozimento (irritabilidade nos olhos); e catação (escoriações nas mãos, lesões por movimentos repetidos, dores nas costas).

## *Comercialização*

O produto oriundo da pesca artesanal na BTS, em sua maior parte, é comercializado no mercado interno *in natura* e contribui como abastecedor da demanda local e regional de pescado da Bahia, reproduzindo o padrão, ainda que ampliado, observado no século XIX, onde os mucambos vendiam excedentes de produção agrícola e da pesca às vilas e povoados, permitindo sua permanência, tolerância pelo poder local e, portanto, reprodução social ao longo tempo. A figura do intermediário também já existia nesse período.

A comercialização desta produção é dominada por uma rede de intermediação, que vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda de pescado, até os representantes de peixarias que compram a produção. Essa situação, que na maioria dos casos forma uma longa

cadeia, termina por beneficiar aqueles que se situam no elo final do sistema, fazendo com que o produto chegue ao consumidor final com um preço elevado. É muito comum também os pescadores e marisqueiras realizarem transações entre redes sociais e de parentesco, negociando pescados por outros produtos necessários a sua subsistência. Além disso, ocorre ainda a venda direta ao consumidor em pontos de vendas, feiras, nas praias de desembarques, nos próprios domicílios e nas ruas. Quando há excedentes, no entanto, a produção é essencialmente voltada para o consumo familiar. (BANDEIRA, 2009)

De acordo com o levantamento socioecônomico realizado pela Hydros (IMA, 2005), entre 14 municípios da BTS pode-se indicar que os principais portos de embarque e desembarque estão localizados nas comunidades de Tainheiros/Itapagipe (Salvador), sede de São Francisco do Conde e Acupe (Santo Amaro), considerando os pescados de maior valor comercial. Nestes locais, a comercialização do pescado é feita de forma menos informal do que nas demais comunidades. Na Baía de Itapagipe, a comercialização concentra-se no porto de Tainheiros, onde o pescado é vendido para a população da região suburbana de Salvador e para atravessadores de outros municípios, como Alagoinhas e Camaçari. Nas comunidades de Mapele e São Brás, o pescado raramente é comercializado; a produção pesqueira é prioritariamente para consumo local. Em Bom Jesus dos Pobres, normalmente a produção é para consumo local, mas, no verão, é também vendida para veranistas. Em Salinas da Margarida, a produção tanto é consumida localmente quanto comercializada, especialmente para Salvador. (IMA, 2005)

Bandeira (2009) identifica forte sazonalidade na comercialização dos pescados na BTS, tendo sido registrada a manifesta insatisfação das comunidades pesqueiras, durante o período de inverno, quando há a desvalorização do marisco/peixe. O mesmo foi analisado pelos diagnósticos do PIPP nas localidades de Saubara (PARTICIPAR, 2008 apud BANDEIRA, 2009) onde se observou que o período denominado "inverno" equivale aos meses que não atraem veranistas à localidade, ou seja, os meses menos festivos do ano, com maior incidência de chuvas e em pleno período escolar. O "verão" expressa-se nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, incluindo os feriados do natal, ano novo, férias escolares e carnaval. Depois do carnaval, por exemplo, há significativa redução no fluxo, que volta a ser expressivo em feriados prolongados, como o da semana santa. Portanto, os valores praticados na comercialização dos pescados oscilam por este motivo (Tabela 3) e, no caso dos mariscos, também por depender do comprador: o quilo do catado de siri, por exemplo, pode ser vendido em seu valor máximo, no verão, por cerca de R$ 15,00 (veranistas) e mínimo por R$ 12,00 (atravessador). Já no inverno, pode ser encontrado em seu valor máximo de R$ 10,00, ou, mínimo, de R$ 8,00. O quilo do bebe-fumo é comercializado em média, no verão, por R$

6,00 para atravessadores, incluindo proprietários de peixarias e até R$ 8,00 para veranistas. No inverno, ocorre a desvalorização do produto, chegando até a R$ 4,00. (PARTICIPAR 2008 apud BANDEIRA, 2009)

***Tabela 3*** *– Valores de alguns pescados adquiridos pelos atravessadores locais (donos das peixarias) de Bom Jesus dos Pobres, Saubara*

| Produto | Verão (R$/kg) | Inverno (R$/kg) |
|---|---|---|
| Catado de siri | 12,00 | Até 8,00 |
| Tainha | 7,00 | Até 3,00 |
| Fumo | 10,00 | Até 4,00 |
| Siri Mole | Bebe-12,00 | Até 7,00 |
| Camarão | 10,00 | Até 8,00 |
| Raia | 5,00 | Até 4,00 |
| Ostra | 10,00 | Até 7,00 |

** As peixarias revendem o pescado/mariscos por R$ 1,50 a R$ 3,00 a mais do valor que é adquirido. Assim como os pescadores e marisqueiras, que também revendem em média R$ 3,00 a mais, quando diretamente a veranistas.*
*Fonte: Participar (apud BANDEIRA, 2009).*

Esses resultados demonstram que as microeconomias dessas comunidades pesqueiras se desenvolveram, e se tornaram mais complexas, ao longo das últimas três décadas, em função do incremento da atividade turística em algumas regiões da BTS, notadamente na Ilha de Itaparica. A pressão sobre os recursos pesqueiros também se incrementou pelo aumento da demanda por pescado.

## *Frotas e portos*

As embarcações comumente utilizadas pelos municípios no entorno da BTS são classificadas em oito tipos, segundo o boletim Estatpesca referente à campanha de coleta de dados de 2006: bote a remo, canoa a remo, bote de alumínio, jangada, barco a vela, bote motorizado, canoa a motor e saveiro (Tabela 4, a seguir). A proporção do uso de canoas a remo na pesca artesanal na BTS é incomparavelmente maior do que os demais modelos. Este uso, de acordo com Bandeira (2009), não está limitado apenas ao desenvolvimento da atividade, mas, também, ao transporte de marisqueiras às áreas de coleta manual que, na maioria das vezes, alugam o serviço por cerca de R$ 2,00 para terem acesso aos locais de mariscagem.

***Tabela 4** – Distribuição da frota cadastrada em alguns municípios do entorno da BTS, para o ano de 2006*

| MUNICÍPIOS | Bote a Remo | Canoa a Remo | Bote de Alumínio | Jangada | Barco a Vela | Bote Motorizado | Canoa a Motor | Pesca desembarcada | Saveiro | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Salvador | 469 | 493 | 107 | 107 | 60 | 203 | 2 | - | 207 | 1648 | 14,4 |
| Simões Filho | 20 | 100 | | | 7 | | | | | 127 | 2,7 |
| Madre de Deus | 6 | 189 | 8 | 8 | 13 | 38 | 3 | 7 | 33 | 305 | 2,7 |
| S.Francisco do Conde | 10 | 385 | 14 | 14 | 16 | 8 | 1 | | 3 | 451 | 3,9 |
| Santo Amaro | 1 | 246 | | | | 2 | | | 1 | 250 | 2,2 |
| Saubara | 2 | 158 | 3 | 3 | 6 | 13 | 7 | 8 | 2 | 202 | 1,8 |
| Cachoeira | 1 | 325 | | | 1 | | | | 2 | 329 | 2,9 |
| Salinas da Margarida | 1 | 291 | 8 | 8 | 3 | 3 | | | 3 | 317 | 2,8 |
| Vera cruz | 22 | 334 | 7 | 7 | 41 | 79 | | | 94 | 584 | 5,1 |

*Fonte: Estatpesca/Cepene (2007 apud BANDEIRA, 2009).*

A respeito dos portos das localidades da BTS, a maioria exibe características semelhantes, não apresentando quaisquer estruturas físicas que auxiliem o desembarque ou mesmo que identifiquem a presença de um porto, a não ser pela concentração de embarcações fundeadas. Na verdade, são áreas da maré, porções da praia destinadas ao desembarque, normalmente sinalizadas devido à proximidade das residências dos pescadores.

## *Artes e aparelhos de captura*

Com base na produção pesqueira de 2003, a Bahia Pesca reconheceu 15 principais artes e/ou técnicas associadas de pesca para os municípios da BTS, a saber: manzuá; camboa/curral; rede de espera; caçoeira; rede de cerco; arrasto de praia; rede de arrasto; tarrafa; jereré; linhas; espinhel; coleta manual; mergulho; camarãozeira; e rede cerco c/ apoio. O Quadro 1 apresenta a distribuição da produção de pescado marítimo e estuarino por aparelho de pesca dos municípios do entorno da BTS, conforme dados recentes do Estatpesca (2006), que inclusive descreve outras técnicas, como o mangote e a rede de tróia.

***Quadro 1** – Produção (toneladas) de pescado marítimo e estuarino por aparelho de pesca, em municípios do entorno da BTS, no ano de 2006*

| APARELHOS DE PESCA | Salvador | Simões Filho | Madre de Deus | S.Francisco do Conde | Santo Amaro | Saubara | Cachoeira | Salinas das Margaridas | Vera Cruz | Maragogipe |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Arrastão de Praia | 23,6 | 50,3 | 13,6 | 86,4 | 512,9 | 29,8 | 49,7 | 420,5 | 63,6 | 228,8 |
| Caçoeira | - | - | - | - | 0,3 | | | | 3,0 | |
| Camarãozeira | 59,0 | | 0,3 | 134,8 | 67,0 | 12,8 | 96,1 | 119,4 | 19,3 | 354,4 |
| Coleta Manual | 20,1 | 3,5 | 11,0 | 31,6 | 70,4 | 22,6 | 51,0 | 2,3 | 33,2 | 371,2 |
| Curral | - | - | 0,6 | 58,5 | 29,8 | - | 198,0 | 16,0 | 65,5 | 370,0 |
| Espinhel | 73,5 | 7,2 | 2,9 | 11,4 | 6,9 | 22,7 | 5,6 | - | 41,5 | 133,3 |
| Jereré (siri) | 19,9 | - | 1,0 | 2,1 | 3,9 | 1,1 | 25,4 | 1,2 | 2,8 | 26,7 |
| Linha Espinhel | 2,2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Linhas | 1773,1 | 17,9 | 329,9 | 66,8 | 6,4 | 32,8 | 3,8 | 31,5 | 466,5 | 40,4 |
| Linhas/Rede de Espera | - | - | 91,8 | - | - | 4,8 | - | - | 29,6 | - |
| Mangote | 52,2 | 12,1 | 16,0 | 1,9 | - | 46,2 | 23,3 | - | 66,3 | 74,4 |
| Manzuá | 11,2 | 4,4 | 23,8 | 47,6 | 7,6 | 14,0 | 3,8 | 30,9 | 204,8 | 74,4 |
| Mergulho Livre | 25,0 | - | 1,5 | - | - | - | - | - | 33,2 | - |
| Rede Cerco c/ Apoio | 1751,4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Rede de Abalo | 16,9 | - | 16,7 | 71,0 | - | 11,7 | - | - | 212,3 | - |
| Rede de Arrasto | 3,9 | - | 5,0 | - | - | 1,5 | 2,3 | - | 17,6 | 8,9 |
| Rede de Cerco | 138,3 | 24,6 | 66,5 | 154,6 | 317,8 | 143,5 | 293,5 | 27,5 | 173,3 | 552,8 |
| Rede de Espera | 890,6 | 146,2 | 316,8 | 148,6 | 64,8 | 215,2 | 25,5 | 191,0 | 412,8 | 895,8 |
| Rede de Tróia | - | - | - | - | - | 21,1 | - | - | - | - |
| Rede/Espinhel | | | 0,1 | - | - | - | - | - | - | - |
| Reça para Peixe | 2,7 | | - | 104,7 | 178,7 | 8,0 | - | 214,1 | 10,5 | 235,6 |
| Tarrafa | 3,5 | 0,5 | 0,6 | 0,9 | 0,1 | - | 0,2 | - | 0,3 | 1,6 |
| TOTAL | 4.870,47 | 266,60 | 898,05 | 920,78 | 1.266,52 | 634,91 | 790,08 | 1.054,45 | 1.855,93 | 3.368,44 |

*Fonte: Estatpesca/Cepene (2007 apud BANDEIRA, 2009).*

No levantamento realizado por Bandeira (2009), acerca das artes de pesca desenvolvidas pelos entrevistados, em 14 comunidades da BTS, estas foram distribuídas nas seguintes categorias: mariscagem, arrasto, linha, emalhe, armadilha, cerco, mergulho, tarrafa e outras. Dentre as citadas, estão: groseira, linha de mão, arraeira, tainheira, manzuá, camboa, camarãozeira, paruzeira, abalo, rede de sardinha, rede de fundo, sauneira, caçoeira, arpão, rede, gaiola, reça, entre outras. As principais artes das localidades inseridas na área de influência da BTS, que são comuns ao estudo socioambiental no contexto do Empreendimento Manati (AMBITECH, 2005 apud BANDEIRA, 2009), também foram identificadas e podem ser observadas na Tabela 5.

*Tabela 5* – *Aparelhos de pesca utilizados por pescadores e marisqueiras em algumas localidades presentes na BTS em comum com a malha amostral da Avaliação Socioambiental do Projeto Manati*

| APARELHOS DE PESCA | Bom Jesus dos Pobres | Sede de São Francisco do Conde | Ilha das Fontes | Conceição de Vera Cruz | Caxa Pregos | Baicau | Sede de Madre de Deus | Cairu de Salinas | Conceição de Salinas | São Roque do Paraguaçu |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Linha | X | | X | X | X | X | | | X | |
| Jereré | X | | X | X | X | X | | | X | |
| Espinhel | X | | X | | | | | | | |
| Curral | X | | | | | | | | | |
| Covo Siri | X | | X | | X | | | | | |
| Arrasto de Praia | X | | X | | X | X | | X | | X |
| Tarrafa | X | | X | X | X | | | | | X |
| Coleta Manual | X | | X | X | X | X | | X | X | X |
| Rede de Cerco | | X | | | | | X | | | |
| Rede de Espera | | X | | | | | X | | | |
| Puçá / Currupichel | | X | | | | | X | | | |
| Rede de Arrasto | | X | | | | | X | | | |
| Manzuá | X | | | X | X | X | | | | X |
| Outros | | X | | | | | X | | | |

*Fonte: Ambitech (2005 apud BANDEIRA, 2009).*
*Nota: Outros – arraieira, tainheira, balde e facão, bicheiro, vara, gaiola, lagosteiro, rede de náilon, tainheira, gaiola, mergulho, calão, curripichel, agulheira, bicheiro, ratoeira e bicheiro, calão e rede 3 malhas, calão, arrasto de camarão, cavador e colher, colher de pedreiro, enxadinha, anzol, espingarda com arpão, rede de abalo (tainheira), rede de reça, arpão/ar comprimido.*

## *Composição e locais das capturas*

De acordo com Bandeira e outros (2009), as comunidades pesqueiras da BTS exploram um grande número de áreas ou locais de captura, variando de 15 a 50 (Quadro 2), e há uma sobreposição parcial desses locais entre comunidades, o que às vezes pode produzir conflitos territoriais na pesca. Esse grande número de locais de captura pode, por um lado, ser uma estratégia para evitar o esgotamento dos recursos, pela extração continuada em um mesmo local, contudo também pode ser uma resposta à conjunção de vários fatores, tais como: aumento da população de pescadores e marisqueiras com consequente sobrepesca, poluição industrial e por esgotos domésticos, pesca com bomba entre outros, responsáveis pela diminuição dos estoques pesqueiros, levando a uma necessidade de ampliação da área de extração, por pescadores e marisqueiras.

***Quadro 2** – Número de locais de captura na pesca e mariscagem por localidade estudada na Baía de Todos os Santos.*

| LOCALIDADES | PESCA | MARISCAGEM | T LOC. CAP. |
|---|---|---|---|
| São Roque do Paraguaçu | siri, camarão, arraia, robalo, camarão, tainha, arraia | ostra, sururu, lambreta, sarnambi, siri | 16 |
| Tainheiros | agulha, sardinha, camarão, siri, vermelho, carrapato, carapicum, sardinha, espada, xangó, arraia | - | 31 |
| Sede de Madre de Deus | sambú, carapeba, cambuba, tainha, xaréu,camarão, siri vermelhinho, orózinho, camarão | Peguari, sambá, ostra, siri, bebefumo, lambreta, tatuzinho, ralacoco, sururu, sambui, caranguejo, aratu | 50 |
| Mapele | cavala, miroró, pescada, arraia, siri | siri, ostra, sururu, caranguejo, rala-coco, chumbinho | 27 |
| Ilha de Maré | camarão, siri, peixes, tainha, carapeba, pescada, cabeçudo, vermelho | ostra, rala-coco, siri, sururu, lambreta, samambi, chumbinho | 31 |
| Ilha das Fontes | tainha, pescada branca, camarão, peixe, siri, robalo, tainha | sambá, peguari, tapú, sururu, ostra, chumbinho, bebefumo, caranguejo, camarão aratu, ostra | 15 |
| Sede de São Francisco do Conde | camarão, peixe, siri robalo, camarão | marisco, caranguejo, sururu | 28 |
| Cairu de Salinas | pescada, cavalinha, camarão | bebefumo, caranguejo | 15 |
| Bom Jesus dos Pobres | tainha, camarão, siri, sardinha, carapicunzinho, sambuiu, bicuda, carapeba, sororoca, bicuda, peixe | bebefumo, siri, ostra, machadinho, sururu, rala-coco, peguari, caranguejo | 8 |
| Conceição de Salinas | camarão, robalo, lagosta, cavala, siri | chumbinho, siri, ostra | 21 |
| Santiago do Iguape | peixe, camarão, siri | Sururu | 33 |
| Baiacu | siri, camarão | ostra, aratu, sururu, chumbinho, siri, rala coco, camarão | 26 |
| Conceição de Vera Cruz | polvo, caramuru, búzio, siri, piraúna, baiacu-bundinha, carapau, badejo, vermelho, peixe | - | 13 |
| São Brás | Camarão, peixe, xangó, robalo, tainha, imbirá, pescada | siri, ostra, sururu, bebefumo caranguejo, chumbinho | 35 |

*Fonte: Bandeira (2009)*

## *Tipologia de comunidades pesqueiras na BTS: uma análise crítica*

A classificação das comunidades pesqueiras tem sido mais amplamente discutida no âmbito do sudeste e sul do Brasil, onde foram realizadas as primeiras etnografias sobre caiçaras da Mata Atlântica. (ADAMS, 2000; DIEGUES, 1999) Para Diegues (1983), a pesca realizada como pequena produção mercantil é dividida entre pescadores-lavradores (cujo modo de organização da produção enquadra-se na noção de campesinato) e pescadores artesanais (que se assemelham mais com a corporação de ofício).

Por outro lado, a classificação proposta por Maldonado (1986) indica que dependendo da forma com que o meio marítimo seja explorado, surgem percepções específicas do significado do mar e do trabalho na pesca, que se refletem em comportamentos, valores e concepções distintas com relação à natureza. Desse

modo, segundo essa autora, o pescador-agricultor é aquele que pesca e cultiva para produzir e comercializar, praticando uma pesca rudimentar, como faziam os pescadores indígenas e africanos libertos ou foragidos, no período colonial e pós-colonial na BTS (SILVA, 2001), que o impede de alcançar longas distâncias no mar. Nesse sistema, "[...] a exploração da terra e do mar caracterizam um pluralismo econômico e a associação destas duas atividades garante sua subsistência em épocas pouco propícias à pesca". (ADAMS, 2000, p. 153)

Uma outra abordagem da pesca artesanal, feita a partir da análise dos sistemas econômicos, a inclui como uma modalidade de extrativismo animal, onde pode se distinguir "[...] a extração realizada pelas famílias como parte do mecanismo de reprodução da própria família e a que elas realizam para a acumulação." (PEDRÃO, 2010, p. 11)

> O primeiro grupo compreende o consumo propriamente dito, tal como a coleta de alimentos; [...] Por sua vez, a extração que se integra à acumulação de capital expande-se como sobrecarga sobre os ecossistemas, convertendo-se em mecanismo social por excelência de degradação ambiental. (PEDRÃO, 2010, p. 11)

As duas situações podem ser encontradas na BTS, mas a pesca como atividade de comunidades autônomas e autossuficientes, possivelmente comum no século XIX e primeiras décadas do XX, é uma realidade rara na região, pois muitas comunidades pesqueiras da BTS têm experimentado a redução dos estoques pesqueiros em suas áreas de pesca, devido a uma combinação de fatores sinérgicos, alguns dos quais se retroalimentam, tais como a pressão demográfica, a sobrepesca, a poluição industrial e de efluentes domésticos, o uso de tecnologias degradantes do ambiente (redes de malha fina e bomba) e também o resultado da crescente demanda dos mercados locais (impulsionados pelo turismo de veraneio) e regionais.

Para Pedrão (2010, p. 10),

> [...] a extração é recurso principal ou subordinado da vinculação das famílias de baixa renda em sua estratégia de sobrevivência e em sua inserção no mercado. Mas a observação empírica mostra que as famílias engajadas no extrativismo são incorporadas ao sistema de produção, mediante mecanismos indiretos de controle, que são exercidos pelo comércio, na intermediação do excedente físico de sua produção. Fica uma produção de pequenos produtores independentes, que vendem diretamente seus produtos em feiras e como ambulantes, que suprem uma parte específica da demanda urbana de gêneros perecíveis.

Os mercados de peixe de Cachoeira e da Feira de São Joaquim em Salvador, entre outros, de municípios localizados no entorno da BTS, são testemunha dessa complexidade da economia da pesca na BTS. Aí pescadores e marisqueiras, vindos

de dezenas de localidades, vendem diretamente seus pescados e mariscos, quando não, intermediários, com capacidade de congelar, armazenar e transportar até esses entrepostos comerciais a produção local das comunidades, beneficiam-se da crescente demanda urbana por pescados.

Pedrão (2010) dá alguns exemplos que demonstrariam uma relação de causalidade entre a existência da pesca artesanal, como estratégia de famílias de baixa renda, em um sistema econômico excludente e sujeito a crises. Para o autor, a vila de Santiago do Iguape, distrito do município de Cachoeira, é um exemplo característico do Recôncavo baiano. A vila se localiza na baixada do Iguape, sede de uma produção significativa de açúcar no período colonial. No século XIX, aí funcionou um engenho mecanizado, que desse modo passou de engenho a usina. Na década de 1950, a baixada foi convertida em área de cultivo de dendê, sendo o óleo produzido por uma empresa do ramo instalada no local.

"Em 1990, com a política nacional que favoreceu as usinas de açúcar, a área foi reconvertida ao plantio de cana de açúcar, resultando na expulsão dos pequenos produtores de dendê e terminando com a produção familiar de alimentos. A população da baixada foi quase totalmente desempregada, refluindo a estratégias de sobrevivência completamente dependentes da extração vegetal e animal. (ARAGÃO, 1998 apud PEDRÃO, 2010, p. 15) Nesse caso, trata-se principalmente de extração marinha e dos manguezais, já que o acesso a terra é escasso ou nulo para esses grupos de baixa renda. Nesse caso, o extrativismo resulta, em grande parte, da decomposição da anterior economia subordinada da produção açucareira." (ARAGÃO, 1998 apud PEDRÃO, 2010, p. 16)

Outro exemplo dado pelo autor é a extração realizada em áreas urbanas de Salvador, principalmente nos bairros de grupos de baixa renda, localizados em frente à Baía de Todos os Santos. No subúrbio ferroviário, que corresponde à orla dessa Baía, onde está a maior concentração de população de baixa renda da região metropolitana, pesquisas encontraram cerca de 4.000 famílias, classificadas como trabalhadores informais urbanos, que complementam sua alimentação com a catação de mariscos dos manguezais dessa parte da cidade. (PANGEA, 1998 apud PEDRÃO, 2010)

> Nesses exemplos e em muitas outras situações semelhantes, a extração perpetua-se, estimulada pelo crescente desemprego e pela falta de opções de trabalho para pessoas com pouca qualificação ou com pouca experiência de trabalho. Há fortes razões para supor que se trata do recrudescimento de um aspecto fundamental da situação do trabalho herdada da sociedade escravista. (PANGEA, 1998 apud PEDRÃO, 2010, p. 16)

Concordo com os argumentos apresentados por Pedrão (2010), de que a existência de centenas de catadores de marisco seja o resultado da produção de pobreza e de excluídos, em uma economia fundada na reprodução do capital, e desse recrudescimento das relações de trabalho do período escravista. No entanto, é frágil a ideia de classificar essas comunidades no contexto da economia regional, subordinadas às crises e auges do capital nacional e, sobretudo internacional.

> Isto significa que elas estão ligadas – através de comunicação, mercados, estruturas de poder, e assim por diante – à sociedade mais ampla: a complexos regionais e nacionais, dos quais elas se diferenciam por variáveis econômicas, políticas e culturais. (STAVENHAGEM, 1979, p. 28)

Embora possa ser verdadeiro, para os contingentes populacionais que migraram para a periferia de Salvador, nos anos 60 e 70 (SOARES, 2006), e que não se inseriram no mercado formal de trabalho ou se desempregaram com o fechamento de indústrias e fábricas nos anos 90, tal argumento não pode, a meu ver, ser estendido amplamente às comunidades históricas, de pescadores artesanais, de algumas regiões do Recôncavo, sobretudo aquelas descendentes dos mocambos rebeldes dos séculos XVIII e XIX.

Essa operação classificatória é limitada e economicamente enviesada, pois ela não considera todo o conteúdo político e identitário que caracteriza os processos recentes de resistência cultural, reconhecimento de direitos étnicos e territoriais, por exemplo, que têm marcado muitas comunidades do vale do Iguape e em outras regiões do Brasil (CARDOSO, 2001). Tal operação também desconhece a ideologia da pesca dessas comunidades, os valores, atitudes e comportamentos e a territorialidade associados a essa atividade (CARDOSO, 2003), que os diferenciam de outras comunidades não dependentes dos recursos marítimos, e que inspiraram, justamente no Iguape, a criação de uma Reserva Extrativista Marinha.

A pesca artesanal realizada na BTS não é necessariamente uma atividade residual, que deve desaparecer com "a expansão da produção organizada", como pode ser provável para o universo do extrativismo, segundo Pedrão (2010). Para Pedrão (2010, p. 9),

> [...] a combinação de desorganização da produção tradicional com ampliação do desemprego, durante toda a década de 1990 têm propiciado um recrudescimento do extrativismo, tanto como atividade principal, quanto como atividade complementar.

Em regiões como o subúrbio ferroviário, esse processo pode ter ocorrido nos anos 90, como parte da dinâmica excludente do sistema econômico, mas não é a

regra para muitas comunidades pesqueiras no Recôncavo, que resistem e se adaptam aos novos processos de mudança regional.

Essa herança quilombola de dezenas de comunidades pesqueiras existentes na BTS, com sua trajetória de luta e resistência, evidencia-se nos últimos dez anos desse século, permeada pela constituição e reconhecimento de direitos, mas, sobretudo, pelo acirramento de conflitos socioambientais, em particular, territoriais, dessas populações com o grande capital e o Estado. Conflitos esses originados à luz da confrontação de diferentes modos de representação social e apropriação da natureza: um modelo baseado na propriedade privada e estatal dos recursos, visando o desenvolvimento do capital à custa do esgotamento dos recursos, e outro baseado na propriedade comunitária, e na subsistência, a partir do manejo da diversidade bioecológica dos ecossistemas estuarinos e oceânicos (Figura 14).

***Figura 14*** *- Pescadores em momento de diversão em área de exploração de petróleo em Madre de Deus.*
*Foto: Dary Rigueira.*

## Nota

Os autores agradecem a toda equipe de pesquisa do Estudo Etnoecológico, do Grupo de Pesquisa do CNPq Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade, da Universidade Estadual de Feira de Santana: Profa. Jocimara Lobão, Bruna Jacintho, Dary Rigueira, Juliana Piovesan, Isabel Modercín, Livia Moura da Silva, Priscila Malafaia, Claudio Baqueiro e Camilo Nascimento e ao Instituto do Meio Ambiente, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Governo Estadual que apoiou a realização desse estudo.

## Referências

ADAMS. C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 43, n. 1, 2000.

AMBITECH. *Perfil sócio-econômico da pesca nas comunidades da área de influência do Projeto de Gás e Petróleo no Campo de Manati.* Salvador, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Batista. O Rio de Janeiro no Século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. *URBANA*, São Paulo: Unicamp, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006.

BAHIA PESCA. *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia*: ano 2003. Salvador, 2004.

BANDEIRA, Fábio Pedro S. de F. (Org.). *Estudo etnoecológico sobre a percepção das populações ribeirinhas dos riscos e impactos ambientais na Baía de Todos-os-Santos (BTS)*. Salvador: IMA: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; EGBA, 2009. No prelo.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, v. 1, n. 1, 2007.

BRITO, Ronan Rebouças Caires de. A Água e a Baía de Todos os Santos. In: SEMINÁRIOS ÁGUAS: MANANCIAIS E USOS, SANEAMENTO E SAÚDE, POLÍTICA E LEGISLAÇÃO, 1994, Salvador. *Anais*... Salvador: Goethe Institut/ Prefeitura Municipal de Salvador, 1994.

_______. A gestão da Baía de Todos os Santos. *Bahia Análise & Dados*, v.11, n. 2, p. 98-100, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da Natureza a Construção de Territórios Pesqueiros. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 14, p. 119-125, 2003.

_______. *Pescadores artesanais*: natureza, território, movimento social. 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Unicersidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARNEIRO, Edson. *A cidade do Salvador (1549):* uma reconstituição histórica. Salvador: Gráfica Econômico e Administração, 1978.

CASTELLUCI JR., F. Entre veredas e arrabaldes: histórias de escravos na Comarca de Nazaré, Bahia, 1830-1850. *História & Perspectivas*, v. 39, p. 261-304., jul./dez. 2008.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.* São Paulo: Ática. 1983.

_______. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica,* v. 2, n. 2, p. 361-375, 1999.

_______. (Org.). *Povos e águas*: inventário de áreas úmidas. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

FONSECA, Celene. Evolução do território: Asiáticos e Europeus na disputa pela Baía. In: GERMEN. *Baía de Todos os Santos:* diagnóstico sócio-ambiental e subsídios para a gestão. Salvador: Gérmen:UFBA: Nima, 1997.

GOMES, F. Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808). *História Social,* Campinas, SP, n. 2, p. 25-54, 1995.

IBAMA. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Estado da Bahia***.** Tamandaré: Cepene, 2007.

IBGE. *Censo 2000*. Brasília, 2001. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 2 mar. 2007.

IMA. *Diagnóstico do grau de contaminação da Baía de Todos os Santos por metais pesados e hidrocarbonetos de petróleo a partir da análise das suas concentrações nos sedimentos de fundo e na biota associada*: relatório técnico. Salvador, 2004. Consórcio Baía de Todos os Santos Hydros CH2M Hill. v. 1: Caracterização Geral da Baía de Todos os Santos, 2004.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar.* São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, no Século XIX*: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PEDRÃO, F. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras***,** v. 1, n. 1, 2007.

_______. *O extrativismo e a periferia da produção, com notas sobre a experiência do Estado da Bahia*. [2010]. Disponível em: <www.corecon-ba.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2010**.**

SILVA, J. G. S. da. *Caiçaras e jangadeiros:* cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.

______. *A Faina, a festa e o rito:* uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas, SP: Papirus, 2001.

SOARES, A. M. de C. "Territorialização" e pobreza em Salvador – Ba. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 17-30, dez. 2006.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

STAVENHAGEM, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriovaldo (Org.). *Vida rural e mudança social.* 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Souza*. Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

Boy peba

I: dos frades

TERRAS DE DO ALVAA RODA

PCOSTA

Bahia de todolos sãtos

Boy
peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de
todolos sã
tos

TERRAS
DE DO
ALVAA
RODA
COS
TA

I
T
A
P
A
R
I
C
A

6 barcas
de preamar
dagoas vivas

# A ambiguidade dos meios: ensaio ergológico sobre canoas de vinhático no Baixo Sul da Bahia[1]

*João de Pina Cabral*

Benjamim Enes Pereira *in honorem*

1 Estou profundamente agradecido a Mónica Chan, pela maioria das fotos e a partilha do olhar; Manuel Ribeiro do Rosário e Minnie Freudenthal, por algumas das fotos e algo do olhar; Edilson Teixeira, Cecilia McCallum, Clarisse Teixeira e Guido Magalhães, pela companhia e o compadrio; Carlos Caroso e Pedro Agostinho da Silva, pelo apoio entusiasta; Sr. Romão (Cajaíba) e Sr. Otávio (Baiacu), pela inspiração das suas mãos e a candura da sua presença.

A escola etnológica portuguesa que floresceu entre as décadas de 1940 e 1970 dedicou grandes esforços ao estudo atento de "coisas": objectos que, na sua densidade, permitiam situar o mundo que à volta desses objectos se enquadrava.[2] Isso mesmo me proponho fazer no presente ensaio sobre as canoas feitas com madeira de "vinhático" que são o principal instrumento de circulação no manguezal do Baixo Sul do Estado da Bahia.[3] Este é, pois, um ensaio de *ergologia*, essa velha metodologia de análise etnográfica segundo a qual, em vez de começarmos pelas pessoas – pelo que elas fazem e pelo que elas dizem – optamos por começar pelos objectos que as pessoas fazem e que as fazem a elas, situando as pessoas no mundo.

***Figura 1*** *– Canoa no manguezal, Cajaíba.*
*Foto: Mônica Chan.*

Apesar de adoptarmos hoje novas perspectivas e novos olhares, portanto, temos o mesmo engajamento que tinham os nossos antecessores etnológicos com os objectos do quotidiano que, na sua densidade física, nos encantam tanto pelo que significam como pelo que são na sua materialidade. Urge ainda enfatizar que esse lado estético da apreciação antropológica que os modernistas dedicavam à "cultura popular" não desapareceu na antropologia contemporânea. Numa época em que "popular" deixou de ser algo de claramente isolável, porém, e em que a consciência sobre o *design* é cada vez mais aguda, esse interesse ergológico difundiu-se, abrangendo áreas que até há pouco estariam fechadas à etnografia.

2 Entre muitas outras referências possíveis, por exemplo: Oliveira e Pereira (1982), Oliveira, Pereira e Galhano (1965, 1988) e Pereira (1973, 1977).

3 A bibliografia existente sobre o tema é rara e dispersa. Chamo a atenção para as obras Archenave (1990) e Seminário de Património Naval Brasileiro (2005) onde se reúne alguma informação sobre embarcações artesanais no Brasil. O mais valioso estudo antropológico sobre canoas e pescadores e suas formas de vida no Nordeste brasileiro continua a ser Robben (1989), uma obra que merecia maior destaque do que tem recebido.

***Figura 2*** *– "Deixa falar", Cacha Pregos, Itaparica.*
*Foto: Mônica Chan.*

As canoas monóxilas[4] que aqui discuto não são, pois, apresentadas no pressuposto de que se extinguirão ou perderão a sua essência face à modernidade. A antropologia dos nossos dias rejeita o primitivismo metodológico que caracterizou a disciplina durante o século XX. (Cf. PINA-CABRAL 2009, 2010) O uso de canoas monóxilas, está claro, é uma tradição com raízes multisseculares (por um lado, na cultura ameríndia da costa e, por outro lado, nas técnicas de construção de barcos de madeira que os europeus consigo trouxeram); mas constitui também um nexo de relacionamentos entre pessoas, objectos e relações económicas que urge conceber como sendo perfeitamente coevo (ver FABIAN 1983).

O interesse que os etnólogos portugueses dedicavam a objectos parecidos com estas canoas (palheiros, teares, arados, carros de bois) era justificado por eles, segundo o argumento historicista de que estes cedo desapareceriam face ao impacto da modernidade. Ora, a modernidade entretanto universalizou-se e, no entanto, continuamos ainda hoje a ocupar-nos com este género de objectos.

***Figura 3*** *– "Falou demais", Cacha Pregos, Itaparica.*
*Foto: Mônica Chan.*

4 Em Portugal dizemos "piroga", palavra originária do caribe insular que nos chega através da influência espanhola. Em inglês diz-se *dug-out canoe,* o que é um termo em muitos aspectos mais descritivo.

Não significa isto também que eu creia que haverá canoas de vinhático a boiar nas águas do manguezal da Bahia para todo o sempre – até porque os bosques de vinhático do "cerrado" bahiano estão rapidamente a esgotar-se. Começam já a ver-se em muitos recantos do manguezal canoas de fibra de vidro feitas sobretudo nos *ateliers* de Salinas da Margarida. Significa, outrossim, que o modelo primitivizante dos etnólogos não era, afinal, suficiente para explicar o fascínio que eles próprios tinham por estes objectos e pela forma como as coisas atam e unem o mundo dos humanos.

***Figura 4*** *– Canoa de fibra de vidro, Salinas da Margarida. Foto: Mônica Chan.*

Um manguezal é um meio ambiente profundamente agreste à ocupação humana: os fundos lodosos são perigosos e irregulares, as raízes das árvores estão cobertas de lâminas cortantes de ostras; o meio salinoso e a densa fauna são agrestes ao corpo humano. Contudo, com uma canoa feita de certos tipos de madeira – leve, rápida, resistente aos troncos e pedras escondidos na água turva, fácil de manipular, sempre boiando à superfície mesmo quando cheia de água ou até furada – a floresta marinha torna-se num território encantado, onde todo o género de alimentação é abundante, variado e nutritivo e onde se podem recolher todo o género de materiais de construção. Com a ajuda de uma pequena vela, pode-se mesmo fazer a canoa mexer-se por si mesma.

*Figura 5* – *Vela morcegueira, Torrinha, Cairu. Foto: Mônica Chan.*

A proposta que lança o presente ensaio é que as canoas de vinhático estão centralmente situadas nos mundos ecológico, social, cultural e económico que constituem os manguezais costeiros da Bahia. As canoas atam e unem o manguezal pela mão do homem e para seu sustento. (Cf. OLIVEIRA; PEREIRA, 1982)

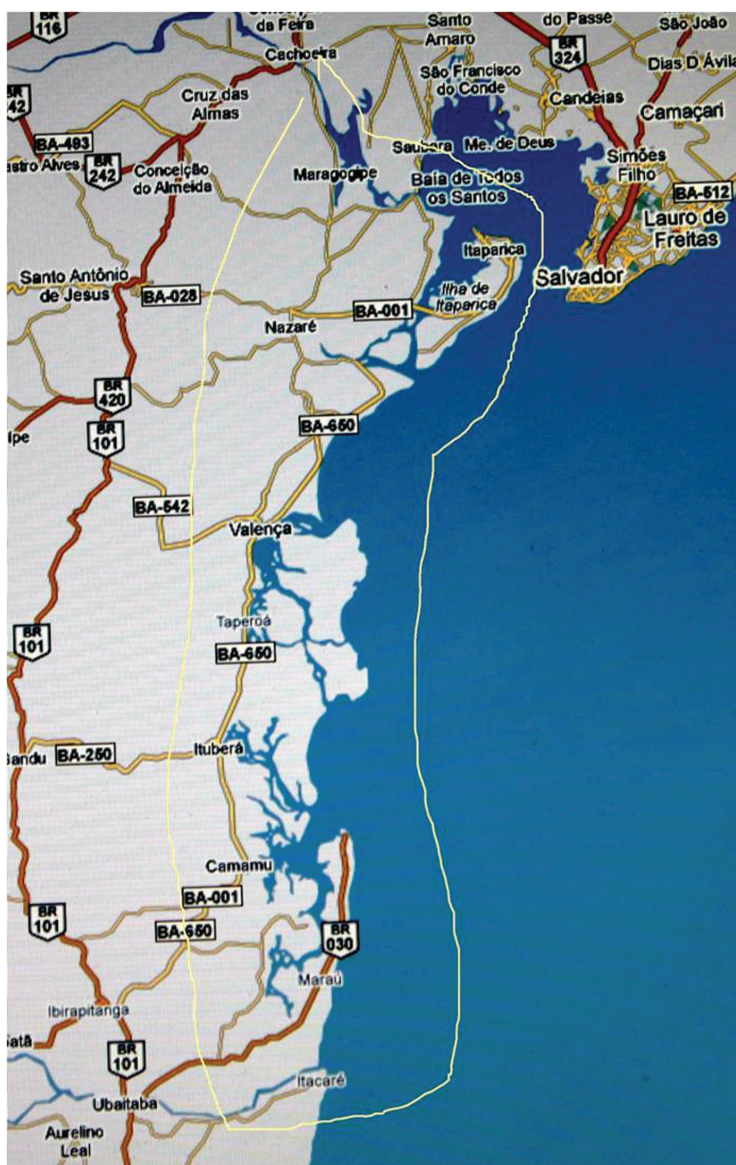



***Figura 6** – Zona do manguezal do Baixo Sul da Bahia. Fonte: Google Maps.*

## *O ecossistema*

Há quem estime que a área de manguezal da Bahia seja de cerca de 1.000 km$^2$, distribuídos ao longo de 1.181km de costa. Os maiores bosques estão entre os municípios de Valença e Maraú no Baixo Sul da Bahia; o estuário do rio Paraguaçu forma também importantes bosques de mangue no interior da Baía de Todos os Santos. O manguezal é um ecossistema tropical de regiões quentes com pluviometria superior a 1200mm por ano, quase sempre abrigado e, nas zonas entre

marés, com água salobra. (ALVES; SAMAIN, 2004) O fundo lodoso é muito rico em matérias orgânicas, tem baixo teor de oxigénio e é inundado frequentemente pelas marés. Os manguezais são verdadeiros berçários: locais de protecção, alimentação e reprodução para diversas espécies. Segundo os especialistas na matéria, muitos dos peixes que são economicamente explorados na região dependem desse ecossistema, que é responsável pelo equilíbrio da cadeia nutricional e manutenção de recursos naturais das zonas costeiras. A grande quantidade de matéria orgânica produzida no manguezal constitui um alimento energético indispensável para diversos componentes da fauna estuarina e marinha da região, uma vez que durante o processo de decomposição estas zonas são colonizadas por microrganismos formando a base para diversas cadeias alimentares e parte dessa produção é levada pela maré até às águas costeiras adjacentes.

***Figura 7** – Criação artesanal de ostras, Torrinha, Cairu. Foto: Mônica Chan.*

Este ecossistema costeiro é riquíssimo em todo o género de agricultura tropical – mandioca, dendê, coco, piassaba, caju, manga, cacau, jaca etc. Para além de abundante pesca e mariscagem artesanais, criam-se também artesanalmente ostras e peixes em viveiro – sobretudo a tilápia, uma espécie vinda dos grandes lagos de África que se dá aqui muito bem.

Durante vários séculos, o manguezal foi marginal à agricultura mercantil que tanto peso teve na história do Brasil e da Bahia. Por isso até, manteve-se como uma zona relativamente marginalizada onde não teve lugar uma ocupação violenta por parte de terratenentes, como ocorreu nas zonas costeiras da terra seca. Na última década, porém, a produção industrial de camarão tem vindo a ser incentivada activamente por agências governamentais e interesses económicos de vulto. Hoje

ela ocupa partes importantes do manguezal produzindo profundas alterações no ecossistema, tanto em torno a Valença (Guaibim) como nas antigas Salinas da Margarida.

Há mais de 4.000 hectares ocupados no Baixo Sul, dos quais pelo menos 1.200 hectares de tanques gigantescos. A principal empresa assegura que "[...] a qualidade da água devolvida ao mar é controlada, isenta de poluentes, valorizando a vida de mariscos e crustáceos importantes para a região".[5] Mas só num dia, em 2006, todos os caranguejos do manguezal morreram sem aparente explicação! Muita gente que dependia da apanha artesanal de caranguejo sofreu muito nas suas economias domésticas; ninguém foi compensado por nada.

Mais ainda, têm ocorrido várias violações dos direitos destas populações, o que tem gerado

> [...] conflitos que se expandiram com intensidade pelo litoral brasileiro, a partir da década de 1990, com a implantação de fazendas de camarão (carcinicultura) sobre áreas de preservação permanente e sobre territórios das populações tradicionais, como pescadores, indígenas e quilombolas. Os conflitos [têm levado a] agressões, ameaças, crimes ambientais e, até mesmo, assassinato de pescadores tradicionais, como o ocorrido em 2005, em Salinas da Margarida.[6]

*Figura 8* – *Dendezeiros, piaçaba e canoas, Torrinha, Cairu.*
*Foto: Mônica Chan.*

5 Valença da Bahia Maricultura, parte do gigantesco grupo MPE S.A. Disponível em: <http://www.grupompe.com/valencamaricultura.htm>.
6 Disponível em: < http://www.terramar.org.br/oktiva.net/1320/nota/108933>.

## *O vinhático*

Na opinião geral dos carpinteiros e negociantes de canoas com quem tenho feito amizade desde 2006, o vinhático é a madeira certa para fazer canoas: mole por dentro, rija por fora; muito densa mas muito leve, a árvore dispõe-se à perfeição para ser escavada (*dug-out*). Existem outras madeiras localmente, mas nenhuma delas se adequa tão bem à função. O vinhático é comum nas velhas plantações de cacau, que tinham poupado as árvores de copa para criar sombra que protegesse os arbustos do cacau. Com o colapso da economia cacaueira, muitos dos latifundiários da região estão a desmatar as terras e deixam cortar os velhos e gigantescos troncos de vinhático.

*__Figura 9__ – A madeira fresca do vinhático e a mão do torneador, Cajaíba. Foto: Mônica Chan.*

Um tronco de cerca de 20 metros dá para fazer três canoas, porque as popas são encaixadas com as proas através de um corte oblíquo. A proa da canoa é mais larga que a popa (para dar o formato aerodinâmico que as caracteriza), por isso fica para baixo no tronco. As canoas mais comuns têm entre 6 metros e 12 metros de comprimento. O primeiro corte, no qual se retira o interior mole do tronco e se dá forma geral à canoa, é feito ainda na mata com grandes motoserras que são usadas pelos madeireiros com imensa mestria e muito risco como se fossem instrumentos de esculpir. O "xaboque" (assim se chama a peça na sua versão mais crua) é depois "torneado" com machado e enxó já no interior do maguezal. Mais uma vez, a mestria dos "torneadores" trabalhando com instrumentos tão singelos é digna da maior admiração e muito fascínio.

Figura 10 – *Sr. Romão e os seus instrumentos, Cajaíba. Foto: Mônica Chan.*

Por ser menos pesada, mais dura e de mais alta resistência ao ataque de organismos xilófagos, tudo indica que a *Plathymenia reticulata* Benth. (*Fabaceae-Mimosoideae*, "vinhático-do-campo", "amarelinho", "pau-amarelo" ou "pau-de-canela") é uma espécie distinta da *Plathymenia foliolosa* Benth. que ocorre entre o litoral do Rio de Janeiro e o sul do Estado da Bahia e que também recebe o nome de vinhático ("vinhático-da-mata", "vinhático-rajado").[7] Não se trata também do "vinhático" ou "mogno da Madeira" que se encontrava nessa ilha atlântica e que era exportado para a Inglaterra e Portugal (*Persea indica* Spern), onde se podem apreciar ainda

7 Disponível em : <http://forum.cifraclub.terra.com.br/forum/3/69361/p3>.

móveis antigos ditos "de vinhático." Esse último é uma planta da família do louro, o que curiosamente faz eco com o uso de uma subespécie de louro para reparar canoas de vinhático na Bahia.

A *Plathymenia reticulosa* pertence à família das mimosas. Encontra-se desde o baixo Amazonas até São Paulo, dispersa em bosques com uma incidência média de mais ou menos três árvores por acre, sendo "[...] característica de formações abertas de cerrado e de sua transição para as florestas". (BRAGA et al., 2007, p. 258) A mais antiga área de ocorrência da espécie é na zona centro-norte do Estado de Minas Gerais. A sua zona de maior presença hoje, contudo, é no "cerrado" (savana seca) do sul da Bahia e Espírito Santo. As folhas são reticuladas e as flores brancas em cacho surgem entre novembro e dezembro e dão lugar a uma vagem com sementes castanhas escuras com películas transparentes.

A altura média é entre 6 e 12 metros, mas encontram-se frequentemente troncos muito mais altos e esguios quando cresce em bosque. Com a casca faz-se um corante amarelo e da entrecasca do caule faz-se uma infusão em água fria que se usa para tratamento de processos inflamatórios. A madeira exterior do tronco é usada para muitas outras coisas, por ser extremamente leve, densa e muito resistente. Um carpinteiro de Ituberá, por exemplo, especializou-se em fazer barris para envelhecer cachaça.

Nos últimos seis anos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) tem vindo a preocupar-se com o desmatamento do cerrado, resultante da transformação em pasto para gado das velhas plantações de cacau. Identificaram-se pelo menos 50 pontos de desmatamento grave em 14 municípios da Bahia. A Delegacia da Polícia Ambiental de Ilhéus, à pala da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), tem apanhado nos últimos anos alguns carregamentos oriundos dos distritos de Santa Luzia, Canavieiras, Arataca, Camacã e Una que estavam a ser transportados para serem trabalhados em locais costeiros onde há serrarias.

Em 2005-2006, a Polícia Federal realizou operações com a finalidade de reprimir as serrarias ilegais de vinhático que atuam no município de Camacã, no sul da Bahia. Foram presos proprietários das serrarias clandestinas, inclusive um político da região, acusados de devastar o remanescente da Mata Atlântica. Também foram realizados em 2007-2008 *raids* policiais em Jequié, imediatamente para o interior de Valença onde, ao que tudo indica, se continuam a fazer os "xaboques" das canoas de vinhático. Segundo a polícia, o material apreendido durante as rusgas é entregue a instituições de assistência. Contudo, comentadores em vários *blogs* têm alertado para o facto de que também esse material confiscado acaba por se juntar ao que vai parar às serrarias e estaleiros...[8]

Em abril 2009, o Ibama de Vitória da Conquista voltou a realizar uma operação chamada "Top de Morro" em que apreendeu 31.571 metros cúbicos de madeira em

8 Disponível em : <http://www.dpf.gov.br/DCS/noticias/2006/Agosto/28082006_opera%E7aoBA.htm>.

pranchas e toras, entre estas consideráveis quantidades de vinhático. Em setembro 2009, o escritório regional autuou uma serraria que comercializava madeira ilegal no bairro Sarinha, em Itabuna.[9] O cerco vai-se fechando em torno aos xaboqueiros e transportadores que, a meio da noite, deixam nas margens da BA 001 as toras que servem para fazer canoas.

## *Uma fidelidade servomecânica*

As canoas são instrumentos de mediação com o mundo; são extensões da mão do homem, potenciações do corpo humano. A relação entre o canoeiro e a canoa é de enorme proximidade física – nesse aspecto, a relação é muito semelhante à que um bom cavaleiro tem com o seu cavalo, um condutor de moto com a sua potente máquina ou um carpinteiro com a sua enxó. O corpo do canoeiro adapta-se ao instrumento numa continuidade indissolúvel. Quem aprende em criança a andar em pé nos lados de uma canoa de fundo redondo nunca mais esquece como é que se faz (ver Figura 11). Só mesmo de muito jovem se aprendem tais coisas.

***Figura 11*** *– Andar a pé nos bordos da canoa, Cajaíba.*
*Foto: Mônica Chan.*

A canoa, aliás, já é feita tendo em conta essa continuidade. Por exemplo, note-se a “seta” na frente (a ponta da proa, ver Figura 12). Trata-se de um instrumento essencial, porque é a partir dele que o canoeiro se guia para saber como dirigir a canoa, tanto quando vai à vela (e o remo é usado como leme), como quando é dirigida através de leves movimentos do remo. Presumindo que se está a remar do lado

9 Disponível em : <http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/04/04/operacao-topo-de-morro-acao-conjunta-do--ibama-policia-civil-de-itapetinga-e-macarani-ba>.

direito e na popa, como é hábito, quando queremos que a canoa vire para a esquerda, faz-se o movimento dito "chamar água" (ou "chamar"), que significa mover o remo na direcção da canoa; quando queremos que a canoa vá para a direita, "encosta o remo à canoa", que significa encostar o remo e puxar para fora e para trás. O eixo de rotação da canoa é mais à frente do que o lugar do canoeiro que se senta na popa, que é erguida da água. Por isso, o movimento da proa tem um efeito diferido com o do remo. O segredo é saber julgar desse desfasamento temporal e espacial por relação às ondas, ao vento e ao carregamento da canoa, sem sequer pensar nisso.

***Figura 12*** – *A seta, Torrinha, Cairu. Foto: Mônica Chan.*

A canoa tem que ser servida – o homem está preso a ela por uma espécie de *fidelidade servomecânica*. Quem não servir os seus instrumentos será ferido por eles. A canoa é tanto uma porta para a vida como para a morte. Conheci um pescador em Torrinha, perto de Cairu, que tendo carregado a sua canoa com pedra para o chão da casa que estava a construir, foi apanhado por uma tormenta ao fim do dia no meio do Canal de Tinharé. A canoa afundou e ele ficou perdido, certo de que iria morrer. Mas pouco depois, como se lhe perdoasse, a canoa voltou à tona por ter largado a pedra no fundo. Já não conseguiu virá-la, mas agarrou-se a ela a noite toda e no dia seguinte alguém o foi procurar. Só por isso está aqui para contar a história.

Essa fidelidade impõe limites, para o bem e para o mal, que há que respeitar. Um outro pescador, que conheci em Ponta Grossa, tem por apelido (port. alcunha) Mero Peixe, porque uma vez vieram à sua rede tantos meros (que é um peixe valioso) que a canoa teria afundado se os trouxesse todos. Felizmente soube controlar-se e trouxe o que pode. Com essa carga, diz ele, pagou logo ali tudo o que devia aos credores e foi viver para Salvador.

## *A canoa como medium*

Hannah Arendt[10] distingue três aspectos na acção humana: a) um **aspecto poético** – isto é, a nossa capacidade para sermos livres, para agir, para fazer; b) um **aspecto formal** – que é a nossa sujeição a coisas e forças que nos são externas; e, finalmente, c) um **aspecto medial** – quer dizer, os meios que procuramos para agir sobre o mundo, para mediar a contradição última entre liberdade e necessidade.

Não tem sido fácil às ciências sociais do século XX gerir essa aporia entre livre arbítrio e determinação. Neste ensaio gostaria de alertar o leitor para a forma como a libertação e potencialização para a acção que o canoeiro obtém com a sua canoa no interior do manguezal (a sua disposição poiética, no sentido grego da expressão) é sempre limitada por factores de natureza formal que o constrangem (tanto coisas, tais como a disponibilidade ou esgotamento do vinhático; como forças, tais como armas de fogo, documentos, instituições). Nesse aspecto, a canoa é um *medium* (bras. "mídia") – isto é, é uma potencialização da nossa capacidade de intervenção sobre o mundo.

O que a canoa enquanto *medium* nos permite ver é como o aspecto medial liga o aspecto poético de criação e liberdade com o aspecto formal de sujeição e constrangimento, sem os negar mutuamente. Assim, talvez possamos voltar a falar do livre arbítrio dos sujeitos cujas acções descrevemos nos nossos ensaios etnográficos sem temer estar a negar a sua determinação. O que caracteriza os *media* é que o gesto de mediação, uma vez iniciado, ficará para sempre irreversível, ambíguo e imprevisível – para o bem e para o mal. Quando eu ajo sobre o mundo, eu sei onde começa a minha acção, mas nunca sei onde vai parar o nexo causal que ela integra.

Há uma enorme ambiguidade nos *media* porque eles têm um poder expansivo. Somos incapazes de determinar plenamente não só as causas das nossas ações como todos os impactos que estas terão no mundo. Como dizia Hannah Arendt (1958, p. 233),

> [...] a força do processo de acção nunca é exaurida num único acto mas, pelo contrário, pode crescer enquanto as suas consequências se multiplicam; estes processos são o que dura no reino dos assuntos humanos e a sua durabilidade é tão ilimitada, tão independente da perecibilidade do material e da mortalidade dos humanos quanto a própria durabilidade da humanidade. A razão porque nunca somos capazes de prever com certeza o resultado e fim de uma qualquer acção [que empreendemos] é simplesmente que a acção não tem fim. O processo de um simples gesto pode literalmente perdurar no tempo até que a própria humanidade termine.

10 Inspiro-me aqui na leitura feita por Dominique Boyer (2007), no seu ensaio *Understanding Media: a popular philosophy*, cuja sugestão agradeço.

A centralidade da canoa para quem vive no e do manguezal significa que os gestos de mediação que com ela são empreendidos difundem-se onde poderia parecer que eles já não iriam chegar. Por exemplo, uma professora de quem me fiz amigo contou-me como, em criança, os pais tinham sido muito pobres. O pai tinha uma canoa em Taperoá e ia à pesca. Morreu cedo e a família dissolveu-se quando a mãe se voltou a casar. Ainda miúda, ela foi levada para criar em casa de parentes distantes numa cidade. Mas quis explicar-me do carinho com que sempre se lembra do pai – do qual, aliás, nem sequer lhe foi dado o sobrenome quando a mãe, muito mais tarde, a levou ao registo civil. A sua profissão de professora obriga-a frequentemente a andar por longe de casa e, às vezes, assegurou-me, quando se sente sozinha, chora pensando no pai.

Uma imagem lhe vem sempre à mente. Em criança, ficava o dia inteiro a brincar na rua com os irmãozitos, perto de casa, porque não havia comer. Os dias esticavam-se prevendo a alegria que os invadiria quando vissem o vulto do pai atravessar o terreiro ao fundo, com o peixe pendurado num pau (ver Figura 13).

***Figura 13** – Pescador leva pescado para casa, Baiacu, Itaparica. Foto: Mônica Chan.*

A canoa tem a ambiguidade dos meios – particularmente dos que mediam o sustento humano – porque abre caminhos cujo fim nunca se pode saber. A canoa liga as pessoas ao mundo, por isso também liga pessoas. A mediação reflecte-se sem fim, não só nas coisas como nas pessoas. E, na mesma medida em que o resultado da acção sobre o mundo não é previsível, também não é quando se reflecte sobre pessoas.

## *Canoas e relações familiares*

Ora, as diferenças entre os seres humanos, tais como as suas interdependências, são inscritas no mundo através dos meios (*media*). O mundo devolve às pessoas os parâmetros das suas identidades por virtude da própria ambiguidade deles. Um dos exemplos de como tal ocorre mais importantes para a humanidade é seguramente através da assimetria de género. (PINA-CABRAL, 2003, p. 53-88)

Como vimos no exemplo anterior, o género estrutura a apropriação do mundo por relação à fertilidade humana. Tal foi-nos explícita e repetidamente lembrado pelas pessoas com quem falamos sobre canoas no manguezal. Tanto homens como mulheres usam canoas, mas o cuidar de canoas é "coisa de homens". Um homem tem honra na sua canoa; trabalha no melhoramento da sua canoa; investe o seu salário eventual na compra de uma canoa através de um negociante a quem paga um tanto de início para obter o seu uso e vai posteriormente pagando juros. Pelo contrário, as mulheres usam as canoas às quais conseguem ter acesso sem grande empenho no objecto em si; ajudam os homens no trabalho de cuidar das redes ou das armadilhas, na medida em que tal não conflitue com as suas actividades domésticas; vendem o peixe que os homens pescam por forma poderem a depois beneficiar dos rendimentos. De facto, como diziam as pessoas: "Eles são pescadores; elas são marisqueiras". Até porque normalmente se desenvolvem mais perto de casa, as actividades produtivas das mulheres são, nessa medida, menos mediadas por canoas e, por isso, menos marcadas por elas.

***Figura 14*** *– Mulher limpa ostras que acabou de trazer do seu viveiro, Ponta Grossa, Itaparica. Foto: Mônica Chan.*

A relação entre canoa, sustento e relações humanas é profundamente diferente no caso de uma mulher, que tem filhos, e no caso de um homem que, num contexto cultural como este em que a família é fortemente matrifocal, assegura a sua relação com a família predominantemente através do sustento. Com uma canoa, um homem

pode dar de comer a outras pessoas e, dessa forma, assegurar-se da continuidade da relação de amor que tem com elas. Ter uma canoa permite ter uma mulher, filhos e netos – pessoas que me ouvem, me respeitam, me confortam. A sociabilidade diurna dos amigos e vizinhos tem por pano de fundo a incompletude de todos precisarem de um lugar para onde ir ao fim do dia.

***Figura 15*** *– Homens tratam das canoas ao fim da tarde, Cajaíba. Foto: Mônica Chan.*

Assim, para um homem, a canoa é a esperança de transformar em coisas e pessoas a liberdade de fazer; coisas e pessoas que, passando a não ser eu, se reflectem, porém, sobre mim: comida que dá vida a outros; casa que nos protege; uma televisão; uma viagem de ónibus para levar uma criança a um hospital; o relógio do avô que a miudita tantas vezes pede para usar (Figura 16).

***Figura 16*** *– O pai, o filho, a neta e o relógio, Cajaíba. Foto: Mônica Chan.*

No manguezal, com uma canoa, um facão e pouco mais, eu posso montar armadilhas para peixe que os outros saberão serem meus e respeitarão; posso cultivar pequenos terrenos alagadiços, que os outros respeitarão como meus; posso montar viveiros; posso até fazer uma casa de supapo – sabendo bem que estarei sujeito um dia a que uma tormenta maior a leve. O próprio manguezal responde ao meu gesto poético, ao meu poder criativo na medida em que eu souber utilizá-lo bem. Por isso, até, o amor que um homem tem à sua canoa ou a companhia constante que mantém com o seu facão, são mais do que simples actos produtivos. São disposições que reflectem, inopinadamente, os sentimentos de amor e dependência que estes meios possibilitam.

A canoa prolonga-se nas armadilhas de verga que o meu filho faz; no marisco que a minha mulher pega na maré baixa; no dinheiro resultante da venda do produto; na secagem do camarão; no cozinhar da comida; no dar à luz filhos que virão a ser meus na medida em que, com a canoa, eu lhes possa dar de comer.

## *O preço da canoa*

Mas tenho que pagar a canoa. A evolução dos preços das canoas acompanha a evolução dos outros preços todos, num nexo local segundo o qual, sendo o capital escasso, o trabalho nunca chega para pagar o que é devido. Assim, por exemplo, quando pedia aos pescadores para me venderem o seu peixe, explicavam-me que não era possível; já estava apalavrado. Ainda antes de ser pescado, o peixe já pertence ao credor. Não estou a falar de capitalistas e banqueiros, note-se, mas sim de pequenos negociantes locais, vizinhos que tiveram melhor sorte na cidade, patronos em lojas em mercado próximo.

Em Baiacu, o comerciante local era o dono da maior parte das canoas. E, para que não se enganasse, acabou por decidir pintá-las todas da mesma cor de abóbora – um rosa alaranjado que também coloria as portas dos barracões onde mantinha

***Figura 17*** *– Canoa do comerciante, Baiacu.*
*Foto: Mônica Chan.*

as alfaias de pesca que também possuía por virtude de emprestar bens alimentares e pequenos objectos de consumo a quem, nesse momento, já não tinha dinheiro com que pagar os juros. A partir desse dia, a pessoa em causa ficaria obrigada a verter para ele a parte principal da sua produção – depois de retirado o quinhão para alimentar a família.

Por isso, apesar da sua vida activa ser em média superior à de um homem, as canoas são *efémeras*, *fugidias*, *ambíguas*: estão constantemente a mudar de mão e muito raramente chegam a ser totalmente pagas. Num momento, elas oferecem liberdade ao pescador mas, porque urge pagá-las, logo a seguir também a coarctam. Mais cedo ou mais tarde, um homem jovem desespera e acaba por ver-se compelido a entregar a canoa ao comerciante em paga do que ainda deve e ir para a cidade à procura de emprego assalariado. Pior que tudo é deixar de pagar os juros, porque aí os homens do comerciante vêm buscar-lhe a canoa e ele perde tudo o que por ela já pagou.

*__Figura 18__ – Canoas à espera de revenda, Cajaíba. Foto: Mônica Chan.*

O que nos fascina nas canoas é o "elemento poético" – isto é, os dotes artísticos e técnicos dos homens; mas finalmente o que se impõe quando começamos a entender melhor é o rigor do "elemento formal" – isto é, o dinheiro e as coisas que com ele se compram não são dispensáveis para ninguém e acabam por ser perigosas… Nas cidades, a subsistência depende do acesso ao dinheiro – por pouco que seja – e isso depende do acesso ao trabalho remunerado. No manguezal, parte da subsistência está assegurada. Isso constitui uma margem de liberdade; uma forma de respirar

fundo para quem, de outra forma, se vê obrigado a depender do cativeiro que é o trabalho assalariado não qualificado.

Contudo, perguntemo-nos: o que é a "subsistência"? E logo respondemos: os meios que permitem a vida. E onde estão os limites desses meios? E logo respondemos: como todas as mediações, esta é vaga e alastra-se. Mas será que é possível subsistir sem qualquer acesso a bens de consumo mediados por dinheiro? Resposta: não, é impossível!

Num muro de uma casa de supapo, construída como quase todas as casas de Graciosa ou Baiacu entre a sebe do senhor da terra e a BA 001 ou entre a BA 001 e a linha de água da maré alta no manguezal, podemos ver os objectos que alguém necessita para viver: um bilhete de ónibus, um relógio, uma máquina de barbear, um copo de alumínio… (Figura 19). Por mais sóbrio que se seja, quem pode hoje em dia escapar ao consumo?

***Figura 19*** – *Muro de casa de supapo, Graciosa, Taperoá. Foto: Mônica Chan.*

Mais cedo ou mais tarde o dinheiro impõe-se por via do desejo de melhorar as condições de vida. A sujeição ao poder formal do capitalismo está inscrita tanto nas emoções e desejos das pessoas como nas qualidades intrínsecas dos bens tecnicamente produzidos – aspirinas, redes, motores, desinfectantes, programas de televisão, tomates… etc. A modernidade é inescapável e irreversível – pelo que a entrada no mundo capitalista é também irreversível.

## *Conclusão: subsistência, consumo e liberdade*

Em que sentido, portanto, é isto tudo uma economia informal? Num certo sentido burocrático há, de facto, uma ténue fuga ao controle do aparelho administrativo estatal por parte de quem obtém o seu principal sustento por meio de uma canoa no manguezal. Mas se nos perguntarmos que é que permite essa fuga, logo veremos que é o facto do manguesal ser um bem público.

O conceito legal de "terra devoluta" é uma ficção perigosa de um ponto de vista humano. Há muitos e muitos milénios que nenhuma terra da costa brasileira esteve longe de olho de gente. Na costa do Baixo Sul, o manguezal é um bem público e é essa disponibilidade que permite ao pescador encontrar uma janela de liberdade para fugir momentaneamente ao poder formal avassalador do capital – as canoas são os meios para captar essa liberdade, esse acto poético, no sentido que dá Hannah Arendt à expressão.

Em conclusão, por estranho que pareça, é o Estado brasileiro que abre a porta de fuga por onde passam as canoas de vinhático; que permitem uma margem de negociação perante o poder do capital ao pescador e à marisqueira; o que garante alguma liberdade face ao "cativeiro" da fome. A sociedade e a economia brasileira estão a alterar-se vertiginosamente; o Estado brasileiro tem vindo a conseguir mediar algumas soluções de redução da opressão dos descapitalizados – a polícia, o Ibama, os *mass media*, as ONGs vão fazendo o seu trabalho de pacificação face à violência dos poderosos.

Sem dúvida que as novas dinâmicas sociais que surgirão no futuro conterão em si sempre uma abertura à liberdade do aspecto poético tanto quanto uma submissão ao aspecto formal da acção humana. Para quem aprendeu a apreciar o valor, a destreza e a inteligência do canoeiro, só resta esperar que os factores de liberdade possam impor-se numa sociedade onde, até hoje, os factores de constrangimento (o "cativeiro", como dizem as pessoas locais) têm sido tão violentos.

Num passado, poetas houve que cantaram as jangadas – hoje, é difícil vê-las, se bem que ainda se vislumbrem aqui e ali numa qualquer praia distante; novelistas houve que souberam cantar maravilhosamente os saveiros bahianos – hoje não mais que veículos para turistas. Com certeza que as belíssimas canoas de vinhático, feitas dessa madeira misteriosamente (quase contraditoriamente) leve e dura, com as suas formas aerodinâmicas produzidas sem *copyright* por um *designer* colectivo multissecular, virão a dar lugar a outras embarcações.

Algumas das presentes portas de liberdade fecharão; mas outras, sem dúvida, se abrirão. A própria contraditoriedade intrínseca às instituições – neste caso, o Estado brasileiro que tanto apoia o gigantismo da carcinicultura como protege quem protege o pescador dos abusos dos poderosos – permitirá que essas portas se abram.

## *Referências*


ALVES, André; SAMAIN, Etienne. *Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

ARCHENAVE. Comissão de Arqueologia, História e Etnografia Naval. SPHAN, Pró-Memória. *Património cultural naval do Brasil*. Brasília: Banco Central do Brasil, 1990.

ARENDT, Hannah. *The human condition.* Chicago: University Chicago, 1958.

BOYER, Dominic. *Understanding media:* as popular philosophy. Chicago: Prickly Paradigm, 2007.

BRAGA, L. Lima et al. Germinação de Sementes de *Plathymenia reticulata* Benth. (Fabaceae-Mimosoideae) sob Influência do Tempo de Armazenamento. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 5 , p. 258-260, jul. 2007. Suplemento 2. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/237/230>.

FABIAN, Johannes. *Time and the other:* how anthropology makes its object. New York: Columbia University, 1983.

OLIVEIRA, E. Veiga de; PEREIRA, Benjamim E. *Trás-os-montes:* a mão do Homem. Vila Real: UTAD: Museu de Etnologia, 1982.

OLIVEIRA, E. Veiga de; PEREIRA, Benjamim E.; GALHANO, Fernando. *Moinhos de vento:* Açores e Porto Santo. Lisboa: IAC, 1965.

_______. Os arados portugueses. In: CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa, 1988. v. 2, p. 259-280.

PEREIRA, Benjamim E. *Máscaras portuguesas*. Lisboa: JIU, Museu de Etnologia do Ultramar, 1973.

_______. *Traje popular*. Lisboa: Catálogo exposição Museu Nacional do Traje, 1977.

PINA-CABRAL, João de. The door in the middle: six conditions for anthropology. In: JAMES, Deborah; PLAICE, Evie; TOREN, Christina (Ed.). *Culture, context and anthropologists' accounts*. New York; Oxford: Berghahn, 2010.

_______. *O homem na família*: cinco ensaios de antropologia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

_______. "Larger truths and deeper understandings" debate with Jean Lydell. *Social Anthropology,* v. 16, n. 3, p. 346-354, 2009.

ROBBEN, Antonius C.G. *Sons of the Seas Goddess:* economic practice and discursive conflict in Brazil. New York: Columbia University, 1989.

SEMINÁRIO DE PATRIMÓNIO NAVAL BRASILEIRO, 1., 2005, São Francisco do Sul. *[Anais...]* São Francisco do Sul, SC: Museu Nacional do Mar: Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

TERRAS
DE DO
ALVAA
RODA
COS
TA

Bahia de
todolos sã
tos

Boy
peba

I: dos frades

6 baixas
de preamar
dagoas vivas

# Um contraponto baiano de açúcar e petróleo: mercadorias globais, identidades globais?[1]

*Livio Sansone*

1 Em versão preliminar, este artigo foi apresentado no seminário do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) sobre Desigualdade e Identidades, organizado no âmbito da Conferência Internacional de Antropologia do Mercosul em Buenos Aires em outubro de 2009 e na *Brazilian Studies Association* (BRASA), New Orleans, março de 2008.

Desde sua invenção como região e "área cultural", como um espaço com certa homogeneidade e virtuosidade interna, o Recôncavo tem assistido ao trânsito e às pequenas e grandes revoluções provocadas pelo poder econômico e social de algumas importantes mercadorias globais: o açúcar, o fumo e, mais recente, a partir de pouco mais que 50 anos atrás, o petróleo, seus derivados e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e *royalties* que esta última mercadoria global tem dado origem.[2] Neste trânsito, e a cada etapa da modernidade que nele se desenvolve, se redefinem os processos identitários, o tipo de economia, os mecanismos facilitatórios que favorecem a criação de novas identidades e a infraestrutura tecnológica dentro da qual opera a memória. Em minha pesquisa tento medir como, contra este pano de fundo, mudam os processos identitários centrados nas noções de raça/etnicidade, sexo/gênero e trabalho/não trabalho.

Este artigo explora os efeitos do açúcar e do petróleo, a primeira e a segunda mercadorias-chaves globais, sobre a formação de identidades, ou, mais especificamente, a forma pela qual diferentes mercadorias globais se relacionam ao processo de formação da negritude e da branquitude. O estudo enfoca a região em torno de Salvador, Bahia, onde ambas as mercadorias exerceram e ainda exercem um grande impacto, o açúcar desde 1550 e o petróleo desde 1950.[3] A perfuração de poços de petróleo desde o início da década de 1950 e, mais tarde, a construção de uma enorme refinaria têm lugar em uma região até então dominada pela monocultura da cana e por engenhos de açúcar. Uma comparação dessa natureza da vida sob o domínio dessas duas diferentes mercadorias tem de ser emoldurada pelo Atlântico Negro como método para que se possa entender a circulação das ideias de raça, negritude e emancipação entre a Europa, a África e o Novo Mundo. (GILROY, 2001) Meu objetivo é alcançar uma perspectiva que combine a influência do Atlântico Negro a um estilo colonial específico (e que pode durar muito mais tempo que a colônia propriamente dita) e à ditadura cultural que acompanha a economia de uma mercadoria global.

---

2 A estas mercadorias globais, deveria se acrescentar a função globalizante do Polo Petroquímico de Camaçari, cujos insumos provêm em boa medida do processamento do petróleo refinado na Refinaria Landulfo Alves no município de São Francisco do Conde (SFC).

3 A pesquisa que fundamenta este artigo é parte de um projeto mais amplo que combina minhas duas preocupações intelectuais atuais: a história dos Estudos Afro-Americanos na Bahia, desde o fim dos anos de 1930, um período que culmina com a visita de Franklin Frazier, Lorenzo Turner e Melville Herskovits à Bahia (1940-1943); e o desenvolvimento na região em torno de Salvador da Bahia, ao longo de um extenso período, do que gosto de chamar de uma cultura da desigualdade – a naturalização da diferença (TILLY, 1998) que torna aceitável ou suportável a vida em um contexto de desigualdade lancinante. É um tipo de pacto social e cultural entre os ricos e os despossuídos. Essa cultura desenvolve-se lentamente e leva muito tempo para recuar. Obviamente, tento traçar rupturas tanto quanto continuidades na experiência deste pacto social tão distorcido. A existência de tais diferenças tem sido vista por muitos como definidora talvez da principal "diferença" da América Latina, em comparação com outros estilos regionalizados de modernidades. Agradeço ao CNPq e ao Instituto Milênio sobre Desigualdades baseado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, pelo apoio a este projeto de pesquisa. Agradeço também a meus assistentes de pesquisa Washington de Jesus, Agrimária Mattos, Evelim Sousa, Rosana Paiva e Diógenes Barbosa.

Percebo mais um bom motivo para posicionar a discussão acerca dessas duas mercadorias globais na interseção dos estudos dos sistemas de relações raciais e étnicas e das hierarquias que esses sistemas criam: ambos podem ser vistos como paradigmáticos de sua época, de muitas maneiras como um símbolo de seu tempo e de seu poder – a linguagem universal do açúcar e sua tecnologia eram portuguesas, às vezes também espanholas. O açúcar tornou-se uma mercadoria que caracterizava e que de diversas formas representava o império português. No caso dos poços de petróleo e sua transformação em gás, desde seus primeiros passos no fim do século XIX, a linguagem técnica – no fim das contas um jargão-mercadoria global – era e ainda é predominantemente inglesa, e a maior parte da tecnologia foi e é até hoje produzida nos Estados Unidos e no Reino Unido.

O estudo da manutenção de desigualdades persistentes e extremas, assim como as formas culturais específicas e as estratégias sociais que essas desigualdades ajudam a criar, pode se beneficiar de novos *insights* ao enfocar a história longa de regiões específicas, identificadas como sistemas de oportunidades abertos e, contudo, territorializados. A esse respeito, enfatizar a situação desta região específica do Brasil pode ajudar a identificar como tais desigualdades são construídas, postas em ação e, de alguma maneira, conseguem se reproduzir ao longo das gerações. Algumas regiões podem ser particularmente cruciais, tais como aquelas que experimentam uma transformação bastante súbita da uma monocultura para uma "monoindústria". A região ao redor do município baiano de São Francisco do Conde, com cerca de 25 mil habitantes no ano 2000, localizada no Recôncavo baiano, a 80 km de Salvador, é um desses casos: é interessante tanto por seu passado como um dos berços da sociedade baseada na monocultura do açúcar no Brasil quanto por seu presente, em virtude de sua renda *per capita* bastante elevada, derivada do refino e da transformação do petróleo, combinada a um índice GINI (que mede a desigualdade) extremamente alto.

Minha pesquisa é baseada em trabalho de campo entre dois grupos distintos ainda que por vezes inter-relacionados: a) antigos trabalhadores das usinas de açúcar e seus descendentes; e b) a primeira geração de trabalhadores do petróleo e seus descendentes. A isso acrescentamos, é claro, material proveniente de arquivos e de acidentes – tais como o encontro do livro de registro da fazenda e usina Dão João, que teve um lugar central na pesquisa. Para ser capaz de descrever o longo período de tempo, desde 1950 até o presente, nossa pesquisa concentrou-se em dois grupos etários: a geração mais velha, atualmente na faixa de 60 a 90 anos, e a geração mais jovem, na faixa de 15 a 30 anos. Em janeiro de 2007, após dois anos de pesquisa em arquivos, história oral, entrevistas aprofundadas e observação participante, nossa equipe (composta por mim e quatro estudantes de graduação em final de curso) começou a aplicar um questionário em uma amostra de 417 famílias. **Este**

**levantamento**, centrado na percepção da desigualdade em relação ao consumo, à terminologia racial, ao lazer e ao trabalho/desemprego, foi concluído em março de 2009, com a realização de três grupos focais, cada um com 9 a 13 participantes (sobre os seguintes temas: trabalho e desemprego, cultura e identidade, consumo e sexualidade). A tabulação e interpretação dos dados ainda está em curso. Dessa forma, este artigo está relacionado à parte qualitativa de nossa pesquisa.

Em muitos aspectos, minha pesquisa representa uma "volta ao campo" com relação ao grande projeto Columbia/Unesco, que conduziu trabalho de campo sobre a sociedade monocultora, entre 1950 e 1953, na mesma região. (WAGLEY, 1963; WAGLEY; ROXO, 1970) Esse foi o período em que as primeiras perfurações de poços de petróleo foram feitas na área. De fato, bem em frente à fazenda e usina Dão João – que será estudada por William Hutchinson (1957) e mais tarde Maxine Margolis (1975) e que naqueles anos tinha se tornado lugar de treinamento em pesquisa de campo para outros jovens pesquisadores brasileiros – o recém-fundado Conselho Nacional do Petróleo, cujo nome logo será rebatizado em Petrobras, construiu o primeiro campo de poços de grande porte na Bahia, e o nomeou – o que então foi percebido como uma provocação cultural contra o sistema monocultor dominante – com o mesmo nome da usina: Campo Dão João.

Busco comparar as relações e hierarquias sociais e raciais na era do açúcar e na era do petróleo. Também tento comparar os diferentes sistemas de memória que o açúcar e o petróleo desenvolveram. A indústria do petróleo teve um grande impacto no sistema da memória – talvez com a ajuda do fato de ser um capitalismo sem capitalistas. Neste artigo, estou interessado nas consequências da chegada e do desenvolvimento da indústria do petróleo no cotidiano familiar, na formação de identidades, na vida religiosa e em noções de negritude.

Em muitos aspectos, o estudo da gênese de desigualdades persistentes e extremas é um estudo dos diferentes estágios da modernidade e de suas consequências para o sistema de dominação e hierarquia social, assim como para o tipo de resistência ao qual ele leva. Em meu projeto, eu e meus assistentes isolamos, para propósitos analíticos, três gerações, cada uma das quais é caracterizada por uma força diretriz principal na economia:

a) a cana-de-açúcar e seu sistema de memória e cultura;
b) o petróleo e seu muito mais poderoso sistema de memória e cultura – capitalismo sem capitalistas;
c) e a arrecadação do município de São Francisco do Conde relacionada à exploração do petróleo, a qual permite um populismo movido a petróleo – riqueza sem contrato social, tal como ocorre na maioria das sociedades hidrocarburetadas (ver CORONIL, 1997; GUSS, 2000).

## *O açúcar como representação do passado*

Na historiografia brasileira tradicional, principalmente mas não exclusivamente no caso da historiografia popular, a produção de açúcar e álcool representa o passado.[4] Nesta tradição, o açúcar transforma-se no ícone de um desenvolvimento econômico caracterizado pela ausência intrínseca de tecnologia, inovação e modernidade, assim como por relações de trabalho distintas das "modernas" por serem centradas no *status* (e hierarquia) e não no contrato – relações "patriarcais", como são definidas nesta tradição historiográfica e em um certo gênero literário que fez do engenho e do canavial o núcleo de sua narrativa, e do qual José Lins do Rego foi, no Brasil, o intérprete principal e mais amplamente lido. Na verdade o açúcar tornou possível a primeira globalização: tinha um mercado e uma tecnologia globais e, quando associado à escravidão, criou condições de vida e de trabalho bastante similares em diferentes regiões do mundo. O açúcar teve, historicamente, um efeito homogeneizante sobre as relações de trabalho, sobre a tecnologia e sobre o mundo da finança e do crédito. Teve também, historicamente, um efeito homogeneizante sobre o gosto! Como Sidney Mintz (1985) brilhantemente demonstrou, para que o açúcar se tornasse uma mercadoria autenticamente global, um gosto global pelo açúcar teve de ser criado – afinal, comer açúcar em nosso mundo moderno não é uma coisa "natural". Foi apenas quando a classe operária britânica passou a ter uma dieta fortemente baseada no açúcar (na forma de doces, chás, bolos etc.) que a demanda pelo açúcar de cana se estabilizou e passou a crescer até pelo menos o advento do açúcar de beterraba na Europa.

Na Bahia, por um longo período, até já bem adentrado o século XIX, e mesmo no século XX, a mais avançada tecnologia da época estava nos engenhos e usinas de cana. (SCHWARZ, 1976) Isso criava tanto a acumulação de capital quanto uma condição proletária com um tipo específico de cultura trabalhadora, a qual tinha como elementos fundamentais uma constante ânsia por terra, liberdade de movimento, propriedade da casa, tempo para si mesmo, respeito (homens) e reputação (mulheres), e uma renda disponível a ser gasta com o corpo (roupas, sabão, cuidado do cabelo etc.). Os antigos trabalhadores mais velhos lembram-se da usina, e ainda mais do trabalho nos canaviais, com uma mistura de nostalgia e medo. Eles recordam a constante escassez de comida e como tinham que conseguir comida extra nos fins de semana e nos períodos após o trabalho. A empresa não oferecia lotes para que os trabalhadores pudessem ter uma horta (os gerentes entrevistados, ao contrário, afirmaram que todos os trabalhadores tinham direito a um lote e que muitos cultivavam tabaco, a maior parte para seu próprio consumo). O mangue nas imediações era a fonte da maior parte da proteína extra, fornecendo caranguejos,

---

4 Ver, entre outros, Manuel Diegues Junior e, para uma revisão crítica desta abordagem e de suas implicações políticas, Barickman (1996, 1998).

mariscos e algum peixe. O mangue não pertencia a ninguém, ou melhor, era visto como se pertencesse a todos.

Também as atitudes em relação à pobreza se assemelham à cultura operária de qualquer outro lugar: o significado contestado de tomar da terra e da usina (furto *versus* reapropriação; caçar e pescar nas propriedades cercadas e se apropriar de pequenas quantidades de produtos sendo considerados pelos trabalhadores como direitos adquiridos e benefícios adicionados ao salário, e pelos senhores como sinais de uma intrínseca falta de disciplina). O tempo era estabelecido pela sirene da usina, possivelmente um dos poucos relógios da região, sempre sincronizado com as marés – o transporte aquático, a pesca e a colheita dependiam da lua e das marés.

Nossa pesquisa vem tentando capturar como as pessoas se sentiam em relação à beleza e à moda naqueles dias. Ouvimos que mesmo apesar da constante escassez de tecido que caracterizava a vida diária, os trabalhadores insistiam em vestir-se bem e com roupas limpas nos fins de semana. Depois do trabalho todos imediatamente tomavam banho e trocavam de roupa. Após o trabalho tentava-se simplesmente pensar em coisas que não o vapor quente da usina ou o sol escaldante do canavial. As memórias são de suor e calor. A limpeza parece ter sido uma forma de se reapropriar da própria humanidade e manter um padrão de vida razoável nas casas pequenas e lotadas que pontilhavam a fazenda e onde os trabalhadores podiam "ficar" (sem nunca se tornarem donos). A limpeza, em conjunto com uma ênfase na vida familiar ordeira apesar da pobreza, era também uma forma de manter distância das grandes

***Figura 1*** *– Casarão e fábrica do Engenho Cajaíba. Foto: Livio Sansone.*

multidões de cortadores de cana temporários, contratados imediatamente antes da colheita para potencializar a produção, e que vinham usualmente do interior mais árido (na memória dos antigos trabalhadores entrevistados em São Francisco do Conde, esses trabalhadores sazonais eram muitas vezes representados como uma combinação de gente que trabalhava duro e ganhava por produção, homens rudes, e mesmo violentos, e simplórios que os mestres usavam para manobrar contra os trabalhadores locais "regulares" que viviam na fazenda o ano todo). A limpeza era agradável, mas também uma forma de marcar uma posição – próxima à vida citadina e ao que se percebia como sendo "moderno" (no português popular da Bahia o termo também significa "jovem"). Um pedaço de sabão era o presente tradicional para uma criança recém-nascida ou para recém-casados. A moda metropolitana era mediada pela costureira local, que obtinha seus "modelitos" de revistas ocasionais que uma das muitas mulheres locais que trabalhava como empregada em Salvador trazia em um de seus retornos periódicos (a viagem a Salvador durava um dia de barco – hoje são 90 minutos de ônibus). Em algumas ocasiões as roupas eram modeladas a partir de um vestido doado por uma mulher de classe média-alta a sua empregada. Os homens ficavam sabendo da moda e das tendências por diversos colegas na usina ou nas fazendas que viajavam a Salvador a trabalho – tais como os embarcadiços nas balsas que levavam açúcar e aguardente. Esta não parece ser a vida da classe operária em engenhos, usinas e canaviais em qualquer lugar do planeta?

***Figura 2*** *– Cortadores de cana. Foto: Livio Sansone.*

De fato, a usina Dão João, com seus aproximadamente mil trabalhadores além de outros mil nos canaviais, era o fulcro da modernidade na região: da década de 1940 até 1969, quando faliu, a usina tinha o maior armazém de víveres e o único cinema das imediações. Nos finais de semana as pessoas vinham do pequeno povoado bem em frente à entrada principal da usina para participar de festas, ouvir música, comprar roupas e tecido, ou apenas para saber das novidades. A usina tinha uma linha férrea especial, um porto e uma frota de balsas, os únicos caminhões do município e concentrava praticamente todos os trabalhadores especializados das imediações.

Contudo a agroindústria do açúcar e do álcool, especialmente no Nordeste do Brasil, veio a ser associada ao "atraso" – a ausência intrínseca de tecnologia, inovação e modernidade. É assim na historiografia popular, que foi especialmente importante no processo de construção nacional no Brasil tal como no resto da América Latina. Meu argumento é que esse atraso intrínseco não pode ser tomado ao pé da letra e tem de ser entendido como uma construção cultural. No Brasil moderno, eu diria que na Bahia desde os anos de 1970, quando se deu um aumento da industrialização ao redor do desenvolvimento da maior planta petroquímica da América Latina, no próprio município de São Francisco do Conde, tanto os ricos quanto os despossuídos, por razões obviamente opostas, tinham de representar a cultura do açúcar como algo do passado, e não como a mãe de grande parte do presente. O objetivo dessa representação era prevenir qualquer reivindicação material e simbólica baseada na escravidão ou na relação senhor-escravo. Como expus em outro lugar, a escravidão não pode ser lembrada tão intensamente nem pode ser facilmente transformada em patrimônio cultural (incorporado em lugares) quando sua memória está ainda viva tanto na cultura popular quanto na cultura de elite. (SANSONE, 2000)

A principal especificidade de São Francisco do Conde, quando comparada a outras regiões produtoras de açúcar, está no domínio da cultura, da religião e da linguagem das relações ou hierarquias raciais, assim como a forma pela qual esses elementos se relacionam a estratégias empregadas pelas elites para manter sua posição ao longo de um grande período em uma situação em que, desde a abolição da escravidão até o presente, os "brancos" são muito poucos e decrescem em número no município. O samba (especialmente a versão local do samba de roda), a capoeira e um conjunto de rituais religiosos, combinando o catolicismo popular ibérico com rituais de origem africana, eram elementos estabelecidos da vida social, e especialmente desde os anos de 1950 quando o samba e a capoeira passaram a ser praticados também no terreiro em frente à casa da família do dono – em sábados especiais, a própria filha do dono tinha de cair no samba para mostrar o quanto era boa na dança. De forma similar, os dois "sacerdotes" bem conhecidos do que hoje seriam chamadas de casas de umbanda e candomblé eram respeitados e o dono da usina tirava seu chapéu ao passar em frente a suas casas de culto. De maneira interessante, a mesma filha que tinha de sambar no terreiro da usina, conforme nos

foi contado, não tinha permissão para sambar em Salvador. Conforme vimos no trabalho de outros pesquisadores trabalhando com as décadas imediatamente após a escravidão (ver FRAGA, 2007; MATTOS, 2005), na memória de nossos informantes, algumas das quais datam dos anos de 1920 e 1930, a linguagem da cor e da raça era evitada, por diferentes razões, tanto pelos trabalhadores quanto pelos patrões. A linguagem aceitável entre diferentes grupos sociais era a de classe (trabalhadores *versus* encarregados, administradores e donos) ou gênero. Por exemplo, antigos trabalhadores lembram-se com algum prazer que naquele tempo podia-se falar com o dono, Dr. Vicente, de homem para homem – embora um estivesse sobre um cavalo e o outro segurando um facão. Dr. Vicente era conhecido por ser duro, mas justo, com frequência acrescentando um pouco de dinheiro ao envelope do pagamento de certos trabalhadores e insistindo que o conteúdo era o valor oficial (e mínimo) oferecido a todos.

## *O petróleo representando a modernidade*

Ao contrário do açúcar, tanto na memória popular quanto na literatura oficial sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, o petróleo representa a modernidade. Em poucas palavras, meu argumento é o de que na Bahia o petróleo – através da companhia estatal chamada primeiro de Companhia Nacional do Petróleo e depois de Petrobras – tornou a transição para uma modernidade plena um tanto mais fácil, ainda que não tenha abolido as desigualdades. (BRANDÃO, 1998; COSTA PINTO, 1958) Ele levou a um conjunto de mudanças, mas corroborou outras tendências. Deixem-me ficar com o conjunto de mudanças:

a) pela primeira vez na região a habilidade técnica foi altamente valorizada no mercado de trabalho – trabalhadores e técnicos especializados que haviam adquirido seus conhecimentos nas usinas, como aprendizes, foram atraídos para a indústria do petróleo que combinava salários muito mais altos e uma cultura fabril menos hierárquica. Em certa medida, o trabalho manual pesado também recebeu um *status* mais elevado, pois em sua primeira década a empresa contratou também milhares de trabalhadores não-especializados da região para a construção de estradas, portos e a refinaria;

b) ao contrário dos trabalhadores das usinas e canaviais, os empregados da Petrobras gostavam de exibir depois do horário de trabalho seus macacões azuis e suas botas de ponta de metal sujos de lama e petróleo (que eles chamavam e chamam de "o mineral"). Ouvimos muitos relatos de trabalhadores do petróleo chegando ao cais, onde barcos da empresa deixavam toda noite aqueles que vinham de poços na baía a uma ou duas milhas da praia, e entrando direto em um bar, com suas roupas sujas e seus capacetes amarelos. A história prossegue com

esses trabalhadores pagando diversas rodadas de bebida a todos os circunstantes. A lama e o petróleo tinham de ser exibidos e mesmo encenados, como era o caso, como um ato de vingança contra os ricos. O consumo conspícuo era em geral a forma de entregar a mensagem à elite citadina açucareira tradicional. Assim, ficamos sabendo que um desses trabalhadores, ao desembarcar no cais, ofereceu o dobro do preço por um peixe à venda na feira local apenas pelo prazer de tirá-lo das mãos do prefeito, um representante da elite açucareira, que, em um ato de generosidade pública, tinha encomendado o peixe para presentear uma velha senhora pobre e doente. A exibição do próprio corpo operário assim como do dinheiro ganho por meio dele era a mensagem que a nova elite proletária mandava à velha elite política e econômica (até 1972 todos os prefeitos haviam vindo de umas poucas famílias de donos de usinas de açúcar e fazendas);

c) a Petrobras mudou a estrutura de emprego radicalmente também em termos de gênero, ao contratar até pouco tempo atrás apenas homens. Na usina de açúcar e no canavial as mulheres participavam da produção, pelo menos nos meses mais cheios da colheita e da moagem da cana. A Petrobras institucionalizou pela primeira vez na classe mais baixa o papel de dona de casa, e, no caso de morte do marido, o que ocorria muito frequentemente especialmente nos primeiros vinte anos por conta da alta taxa de acidentes, o papel de pensionista – uma dona de casa recebendo a aposentadoria em nome de um marido falecido. Na mesma linha vieram direitos de aposentadoria em geral (praticamente desconhecidos na indústria do açúcar), cuidados de saúde para toda a família do trabalhador e cursos de alfabetização e técnicos para os trabalhadores (após os anos de 1980 a Petrobras passou cada vez mais a contratar apenas trabalhadores especializados e candidatos com diplomas técnicos). Essas providências foram acompanhadas de um complexo processo duplo no que concerne à vida familiar: por um lado, tanto a empresa quanto as esposas exerciam pressões em direção à formalização da paternidade e aos benefícios sociais decorrentes, o que reforçou os laços da família nuclear; por outro lado, esse processo de reconhecimento formal transformou o que de outra forma teriam sido mães solteiras em recebedoras de alimento, as quais passavam a conformar a segunda e algumas vezes a terceira família do trabalhador do petróleo;

d) um bom cuidado de saúde para os trabalhadores e suas famílias, algo de que a Petrobras se orgulha, significa, como a viúva de um trabalhador do petróleo nos contou, que as crianças param de morrer. Em um período muito curto a condição de saúde dessas pessoas melhorou dramaticamente. Vale a pena ressaltar que esse é o aspecto positivo dos anos dourados da Petrobras de que as mulheres tendem a se lembrar mais. Os homens, por seu turno, gostam de recordar as novas oportunidades de formação técnica e de consumo. Nos termos de Mara Viveiros os homens da indústria do petróleo são lembrados como "quebradores" e "cumpridores" – são os

melhores provedores disponíveis no mercado matrimonial, mas também os mais extravagantes, rueiros e promíscuos na região;

e) com uma renda excedente veio a propriedade da casa – em oposição a morar em casas na terra da usina, pelas quais não se paga nenhum aluguel formal, mas onde se deve fidelidade à companhia ("morar de favor");

f) a promoção da alfabetização afetou poderosamente os mecanismos da memória e as noções de direitos;

g) relações de trabalho formais e niveladoras, em oposição a relações semelhantes a castas. O sindicalismo tornou-se possível e foi, por vezes, até estimulado pela Petrobras – para ser desencorajado novamente durante a ditadura militar de 1964-1983;

h) renda excedente – a "geração geladeira", como ficou conhecida a primeira geração de trabalhadores que puderam comprar uma geladeira, usava o consumo conspícuo para aceder a formas visíveis de exercício de poder;

i) essas mudanças econômicas e sociais foram acompanhadas por um processo de diversificação, segmentação e especialização no domínio da experiência religiosa. Desde os anos de 1950 até a década de 1990 verificou-se um processo que partiu de uma situação de monopólio por parte da Igreja Católica, em associação com o catolicismo popular ibérico e um conjunto relativamente informal de tradições afro-católicas, e chegou-se a uma situação caracterizada pelo que os sociólogos definem como um mercado religioso, consistindo da Igreja Católica, do catolicismo popular, casas de candomblé "propriamente" estabelecidas e uma variedade de igrejas pentecostais. Há alguma evidência de que os anos de 1950 foram o período em que dois passos importantes desse processo foram dados, ambos por famílias de trabalhadores da Petrobras: a fundação do primeiro templo da igreja pentecostal Assembleia de Deus e o estabelecimento das duas primeiras casas de candomblé organizadas de acordo com um modelo largamente inspirado nas principais casas "tradicionais" baseadas em Salvador. No que tange à religiosidade de origem afro-católica, naqueles anos observou-se uma transição de locais de culto informais e frequentemente móveis para templos, assim como de práticas muitas vezes definidas como bruxaria, mesmo por aqueles que as tinham em alta estima, para o que é agora chamado de religião ou apenas de candomblé;

j) de modo interessante, nas entrevistas com trabalhadores aposentados do petróleo, a expressão "negro" aparece nas narrativas apenas após o estabelecimento da Petrobras no município. Isso é algo que ainda estamos explorando, mas está claro que certo grau de orgulho negro acompanha tanto o sindicalismo petroleiro quanto alguns dos símbolos associados à própria indústria do petróleo. Percebe-se facilmente como os trabalhadores do petróleo se orgulham de chamar o "mineral" de "ouro negro", ou o quão facilmente eles utilizam o trocadilho Petrobras/Pretobras.

## Hoje: receitas do petróleo, município milionário e montes de gente pobre

Uma das razões para a escolha de São Francisco do Conde para uma pesquisa sobre a desigualdade extrema é que o município é o primeiro ou o segundo do Brasil em termos de riqueza por habitante, e ao mesmo tempo um campeão em termos de baixo Índice de Desenvolvimento Humano. As receitas provenientes de *royalties*, extremamente altas e em ascensão, são retidas em sua maioria pelo município e não mais pelo governo federal, como no passado, em virtude do que é estabelecido na constituição progressista pós-ditadura de 1988 e sua ênfase em descentralização. Essas grandes quantias de dinheiro são administradas por um número relativamente pequeno de pessoas que ocupam o governo municipal. Em poucas palavras, uma nova elite local encontra-se impressionantemente empoderada por esses *royalties*, tendo vindo a representar um terceiro poder na história de São Francisco do Conde, possivelmente o mais poderoso de todos, depois dos barões do açúcar visíveis (capitalistas com pouco capital) e dos invisíveis diretores da Petrobras (capitalismo sem capitalistas). Uma nova e mais recente trama de desigualdade junta-se a outra, tradicional.

Tal situação, de uma economia e uma elite movidas a *royalties*, vem a efeito poderosamente a partir do fim da década de 1980, o período da redemocratização no qual a Petrobras suspendeu a perfuração e a exploração de poços em São Francisco do Conde (muitos poços foram reabertos em 2006, levando a um renovado interesse entre os jovens por um emprego na indústria do petróleo) e limitou seu uso do território à grande refinaria – a qual rende a maior parte dos *royalties* acima mencionados.

A economia local tem funcionado, largamente, graças à redestribuição de parte do valor dos *royalties* em forma de apoio, subsídios, vantagens e até privilégios para uma parte da população – geralmente aquelea mais afinada com a corrente político-familair que domina o governo do município. Mesmo que hoje a Petrobras contrate menos pssoal localmente que umas décadas atrás, a quase completa ausência de alternativas econômicas de alguma forma comparàveis à imagem poderosa que a Petrobras (e a riqueza gerada direta e indiretamente da e na indústria petrolífera) cria de si na região, aumenta o grau de dependência de grande parte da população dos *royalties* e dos políticos que podem distribuí-los. A tradicional pouca fiscalização da arrecadação do Município, junto ao alto grau de corrupção da máquina pública que os *royalties* parecem induzir e possibilitar, têm favorecido o crescimento tanto de uma peculiar economia submergida quanto de narrativas em torno das fortes desigualdades que podemos chamar de mágicas: porque centradas no fato que

nem a gênese nem a fonte da riqueza e dos processos de acumulação são visíveis ou gerenciáveis por baixo.

Neste contexto, mais importante do que cursar uma faculdade, aprender uma profissão ou uma técnica produtiva é aprender a criar e manter "boas relações" com o poder local. Até o pequeno comércio parece ser afetado por esta economia mágica: em S. F. do Conde há de fato muito menos comércio de rua e pequenas lojas que nos municípios limítrofes onde o impacto dos *royalities* é menos marcante.

O método dos grupos focais, pouco usado em ciências sociais nesta região e de praxe somente na pesquisa mercadológica, mostrou-se muito útil para pesquisar este tipo de entrelinhas, a economia submergida e a corrupção – temas que tinham ficado pouco iluminados na pesquisa por meio de questionário. Vale a pena salientar que este levantamento apontou por um alto percentual de informantes como não tendo  rendimento, mesmo quando era óbvio que houvesse alguma renda e consumo. Assim como apontou por um debate local intenso em torno de questões tais como: os *royalties* são uma solução ou um problema; têm feito bem ou do mal; têm criado possibilidades ou contribuído para nos tornarmos mais passivos ainda? Ou, nas palavras de uma participante do grupo focal sobre trabalho e desemprego, "Aqui a situação é tão grave que pra não dizer preguiçoso a gente diz acomodado". Neste grupo muito tem se perguntado também porque tem sido muito mais fácil repassar os *royalties* que cumprir as regras contratuais que previam a contratação de pelos menos 20% da mão e obra no Município em todas atividades ligadas à extração e refino do petróleo.

Apesar deste contexto, determinado pela desigualdade renovada, pelos escândalos de corrupção e por um conjunto de prefeitos afastados de seus cargos (a maior parte aliados a grupos de interesses políticos conservadores no Estado da Bahia). São Francisco do Conde foi o município do Brasil que produziu a mais alta percentagem de votos em favor da presidência de Lula em 2002 (cerca de 90% dos votos válidos!).

## *Memória*

Açúcar e petróleo são associados com diferentes infraestruturas da memória. O mundo do açúcar produz três conjuntos de memórias: aquele visto de baixo, o de cima para baixo e o que decorre do ponto de vista do partido comunista e seus porta-vozes. O primeiro tende a ser centrado no indivíduo, senão individualista. É a expressão de proletários iletrados como tais, sem uma consciência de classe, a qual temos de procurar nas entrelinhas: um conglomerado de casos pessoais na maioria das vezes de uma relação dual com um encarregado ou administrador. Mesmo quando ouvimos falar de humilhação ou resistência isso é geralmente relacionado

a um indivíduo, mesmo no caso de reação violenta a uma ofensa pessoal – tal como ser tratado aos gritos por um preposto ou administrador na presença de companheiros de trabalho. O segundo conjunto está relacionado aos ricos: eles têm um conjunto de memórias bastante adocicadas muito bem-estruturadas através de álbuns de família, árvores genealógicas familiares, publicações de historiadores e antropólogos locais (algumas de etnógrafos ou historiadores autodidatas), diversas autobiografias ou romances nostálgicos "sobre o passado". Memórias de resistência coletiva podem ser encontradas nos artigos de *O Momento*, o semanário comunista baiano para cortadores de cana e trabalhadores nas usinas, publicado entre o fim dos anos de 1950 e o começo da década de 1960: nas entrevistas com trabalhadores ou nas afirmações de trabalhadores, o plural "nós" é a única forma utilizada. Em *O Momento* esses trabalhadores são sempre referidos no plural, a não ser que o artigo trate de alguns lamentáveis casos de maus-tratos contra trabalhadores. A vontade dos trabalhadores, sugere-se, é positiva quando expressa no plural, sendo negativa quando individualizada – porque supostamente individualista.

Quando voltamos às entrevistas em profundidade, vemos que muito da resistência dos trabalhadores do açúcar é o resultado de tentativas e reivindicações individuais – a maior parte tentativas de recuperar sua própria humanidade e obter "respeito" e mesmo individualidade. Quando os trabalhadores da usina e dos campos mobilizam uma identidade coletiva, quase sempre trata-se da masculinidade – hombridade, de ombro a ombro, como o etnógrafo Câmara Cascudo já disse muitos anos atrás. A masculinidade é a ligação entre o dono da usina e o trabalhador especializado, e entre o preposto e o cortador de cana. Infringir as leis silenciosas do respeito, tal como gritar com outro homem, para não mencionar ameaçar outro

***Figura 3*** *- Trabalhadores de usina. Foto: Autor desconhecido.*

homem do recurso à violência, especialmente em público, pode conduzir a uma reação (também violenta). Obviamente, isso aponta para a necessidade de alguma reflexão sobre o papel da honra na reivindicação da identidade (masculina) assim como da "persona" em uma sociedade marcada pela escravidão.

A cor torna-se parte das narrativas dos trabalhadores apenas em raros episódios determinados. A condição proletária, na maioria dos casos, é vista como menos restritiva e limitadora que a da pessoa negra – nos canaviais assim como atualmente nas instalações petrolíferas. A cor tendia a emergir quando nós, como entrevistadores, estimulávamos o tópico, mas não espontaneamente. No grupo mais jovem, que tende a ser também mais instruído e mais frequentemente desempregado que seus pais, o termo "negro" é usado mais amiúde e há uma inclinação levemente mais pronunciada a reconhecer a discriminação racial como um fato da sociedade brasileira – possivelmente, como argumento em outro lugar (SANSONE, 2003a), isso resulta de uma vida social mais "misturada", e de margens maiores de manobra, que cruzam diferentes fronteiras sociais e de cor, em comparação com seus pais, que tendem a ser mais "locais" e têm muito menos mobilidade em suas horas de lazer em público. É preciso ressaltar que o termo "negro" mudou de sentido ao longo do último século, nesta região e no Brasil como um todo, de um termo percebido como uma imposição (algo de que outros o chamam) ou como pejorativo, para um termo assertivo, visto atualmente como parte da autodefinição. Parece que a negritude torna-se interessante, como fator que conduz a uma maior autoestima, apenas quando pode ser percebida, ao menos em certa medida, como uma escolha.

***Figura 4*** *- Trabalhadores de usina. Foto: Autor desconhecido.*

Os mecanismos da memória são entre trabalhadores da Petrobras um tanto opostos àqueles dos trabalhadores dos canaviais e da usina. A alfabetização, a imprensa sindical, o Sindipetro (um poderoso e influente sindicato), campanhas publicitárias nacionais, boletins da empresa, a mera existência de instalações extremamente visíveis (em oposição às ruínas da usina Dão João) e, nos últimos anos, até um projeto, inspirado e liderado pela administração nacional da empresa, de recuperar a história e a memória da Petrobras – o Projeto Memória da própria Petrobras – tenta transformar uma cultura corporativa em patrimônio histórico (nacional).

Não admira que na região tenha sido um tanto mais fácil reunir material sobre os últimos cinquenta anos, dominados pela Petrobras, que sobre o período anterior, muito mais longo, dominado pela produção de açúcar e álcool.

## *A invenção da cultura e a transformação da cultura popular em cultura afro-baiana*

Ainda que minha pesquisa tenha um enfoque mais amplo, no esboço que faço a seguir concentro-me na mudança cultural. Vejamos quando, como e por que a África e seu tropo ou a terminologia de cor adentra as estruturas de memória acima mencionadas e o universo da produção cultural ou as narrativas sobre a cultura. Afinal o Atlântico Negro existe pela graça de um conjunto de ícones compartilhados, relembrados e retrabalhados em diferentes regiões: a África, obviamente, mas também a "raça", noções de beleza, alma, ritmo e sofrimento/resistência (a memória coletiva de uma grande injustiça).

A começar pelo lugar da África na cultura popular e narrativas de mudanças na negritude: de implícitas na era do açúcar a explícitas na era do petróleo. A criação das duas mais importantes casas de candomblé na década de 1950 desempenha um papel fundamental em voltar a lembrar e a referir-se à África em São Francisco do Conde, o que se reforça na década de 1970. De fato o que tem sido chamado de reafricanização da Bahia é um processo que começou na cidade de Salvador e mais tarde espalhou-se para o resto do Estado e os estados limítrofes (sobretudo Sergipe, Alagoas e Pernambuco). Curiosamente, mesmo que tenha redescoberto o tropo da África, em grande medida a partir de um modelo centrado em Salvador, o Recôncavo representa uma área identificada por muitos como sendo a raiz de diversos aspectos que compuseram o que foi definido, dos anos de 1930 para cá, como "cultura afro-baiana": dos ingredientes da comida a roupas, instrumentos de percussão, "samba de roda", construção de barcos e canoas e "bruxaria" – é daí que vêm as poderosas ervas. De toda forma, também em São Francisco do Conde percebe-se que, para obter a aceitação da elite local, e tornar-se parte do ambiente cultural do município, as casas de candomblé têm de se assemelhar em termos

de estrutura, liturgia e mesmo no nome, a um modelo ideal representado por um conjunto de "autênticas" casas de candomblé em Salvador, na maioria das vezes associadas à nação nagô/iorubá. Diversas casas de candomblé menores e mais pobres são ignoradas pela administração municipal e por seu bastante generoso, ainda que imprevisível, sistema de apoio a grupos culturais e religiosos, por não se encaixarem naquele modelo ideal inspirado por Salvador. Vale ressaltar que poucas dessas casas aderiram à Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro, e que as duas casas que menciono têm em seu certificado que são da nação angola, mesmo tendo adotado recentemente nomes iorubás.

Na próxima etapa de nosso trabalho de campo enfocaremos o processo de transformação de algo que não chegava a ser denominado (mas simplesmente feito ou desempenhado de forma costumeira) em cultura popular a partir dos anos de 1970 e em cultura afro-baiana na década de 1990. Investigaremos atores locais e externos, agendas e agentes nessa revolução cultural. Nos anos de 1990 o Município, capaz de pagar salários melhores que os de Salvador, atraiu levas de professores do nível básico e produtores culturais da capital. São Francisco do Conde ficou bastante conhecida em toda a Bahia, por seus grandes espetáculos musicais ao ar livre, por suas festas de São João e por seu carnaval, que incluía o assim dito carnaval cultural, um desfile dos grupos culturais do Município – eventos bastante grandes para uma cidade relativamente pequena como aquela. Os prefeitos e seus assessores convenceram-se progressivamente que investir em cultura valia a pena, que a criatividade cultural colocaria São Francisco do Conde no quadro do turismo e que a cultura, agora cada vez mais afro-baiana, era algo que tinha de ser promovido. Em 2005, às vésperas das eleições locais, a prefeitura do município distribuiu milhares de camisetas gratuitas apregoando um texto conciso, mas pungente: "São Francisco do Conde Capital Cultural".

*Figura 5* – *Estandarte do Raízes de Angola no Pelô. Foto: Livio Sansone.*

*Figura 6* – *Samba de roda em São Cristovão. Foto: Livio Sansone.*

5

6

## *Corpo, cor, beleza e sexo*

Nossa pesquisa também concentrou-se na interseção entre cor, beleza e sexualidade, ou a política do corpo. Esses fatores operam, acredito, em combinação uns com os outros em contextos muito diferentes. Entretanto, no caso do Brasil, essa interseção é possivelmente ainda mais importante para um estudo da relação entre desigualdades persistentes e hierarquias raciais. O Brasil é um país que tem sido representado como o gigante dos trópicos, em que as elites intelectuais têm se empanturrado com a possibilidade de conjugar os trópicos, a "raça brasileira" negra e mestiça e os ditames da modernidade ocidental. É também um país que tem feito da mistura de raças, e da produção da variedade fenotípica, algo a ser celebrado na cultura popular, ao mesmo tempo em que se estabeleceu ao longo do tempo uma complexa pigmentocracia – com o branco puro e o africano puro nos extremos. Na verdade essa escala de classificação não depende essencialmente da cor propriamente, mas de uma combinação de cor da pele, tipo de cabelo, largura dos lábios e do nariz e formato da cabeça, além do tipo de pé (algumas pessoas podem jurar que alguns negros têm pés realmente africanos, grandes, rudes e com o calcanhar achatado). A "qualidade" de uma pessoa resulta da combinação desses traços com os sinais corporais de trabalho manual ou perigoso, tais como calos, unhas sujas ou quebradas, cicatrizes e doenças de pele (principalmente fungos). Ler o corpo não é uma coisa fácil, e a habilidade em fazê-lo torna você o verdadeiro baiano. A fluência nesses códigos é, ademais, imperativa no trabalho de campo, uma vez que indagar muito diretamente sobre discriminação racial pode inibir um informante; perguntar sobre o marido ideal, sobre o que é um cabelo bom ou um corpo bonito, ou apenas sobre o amor (que conjura todos esses elementos) tem funcionado para mim como um gatilho êmico – esse é o tipo de pergunta que as pessoas gostam de responder e que toca numa corda familiar para muitos informantes, porque essa é a maneira pela qual as pessoas falam de "raça" no Brasil. O fenótipo pode ser importante no Brasil, onde cabelo louro e olhos azuis têm sido desde há muito associados à riqueza e mesmo à modernidade. Em São Francisco do Conde, onde, de acordo com dados do último censo, os brancos representam meros 7% da população, a maior parte dos "brancos" o são por definição e, mais do que no mercado de trabalho ou em contatos com a polícia, como ocorre em partes do Brasil onde há um maior número de brancos, a cor e o fenótipo contam muito no domínio do namoro e do casamento.

Este é obviamente um sistema que levou à criação de um "habitus" racial que é tanto específico da região quanto transforma e reinterpreta imagens de beleza, "raça", branquitude e gosto que podem também vir de muito longe. Não é um sistema estático e autossuficiente. Algumas mudanças de maior monta tiveram lugar com o advento do petróleo, como o caso do macacão azul, por meio do qual pela primeira

vez o corpo sujo do operário pôde significar *status*. Por outro lado, outras mudanças ocorreram nas duas últimas décadas em virtude da revolução demográfica (tardia) e da emergência da "pessoa/geração mais jovem" como um novo grupo social, e da popularização da noção de "permanecer jovem e em consequência bonito", agora também entre as classes mais baixas. Um fator adicional de mudança é o que podemos chamar de popularização do feminismo, que tem afetado a construção do mercado matrimonial masculino – os homens são agora cada vez mais importantes não apenas como provedores, mas também como "companheiros". Hoje em dia essas mudanças afetam a percepção da cidadania, algo que atualmente também se tornou, em muitos sentidos, estetizado. Ser um cidadão satisfeito é também ter um corpo saudável que pode ser percebido como bonito e que experimenta o prazer. Continua...

## *À guisa de conclusão: colocando a negritude em seu contexto*

Também nessa região da Bahia podem-se ver "traços globais" em ação, tais como no tipo de cultura negra (jovem) que está sendo criada, a qual gira cada vez mais em torno da estetização da negritude, associada a práticas corporais e à política do corpo, e menos da vida religiosa. Ao contrário, a vida religiosa constituiu a base do que tem sido chamado, especialmente em Salvador, de cultura afro-baiana. É uma cultura centrada na prática do candomblé e de seu universo cultural (consistindo do samba, da culinária de matriz africana e de roupas e adereços especiais). Até aproximadamente quinze anos atrás em São Francisco do Conde, as casas de candomblé e suas comunidades eram, basicamente, os únicos lugares e meios através dos quais a memória da África e da escravidão era preservada por via de genealogias complexas e conjuntos de tradições "locais" centradas em "famílias religiosas" – fazendo de forma bastante hierárquica a intermediação entre o presente e um passado africano mágico. Não obstante, apesar do fato de que as formas locais de produção cultural negra e de exibição da negritude, assim como as formas pelas quais as novas gerações expressam sua insatisfação com as desigualdades sociais, usam em uma medida crescente os ícones e a linguagem do que se poderia chamar de negritude global ou cultura negra global, há certos aspectos da vida que parecem demonstrar um alto grau de resistência aos fluxos culturais globais, mesmo se estão envolvidos na linguagem atrativa da negritude. Ainda que isso não possa ser detalhado neste artigo, posso afirmar que a linguagem do conflito e da negociação, mesmo entre os jovens, está ainda imbuída da tradição relativamente local que se inclina à aceitação de desigualdades sociais extremas e ao alívio da insatisfação pessoal através de válvulas de escape que evitem fricções além do ponto de ruptura

com os ricos – seja o dono da usina, os diretores da Petrobras ou, hoje em dia, o prefeito e seus assessores mais imediatos.

Nos estudos étnicos sempre houve um conflito entre as explicações de cunho cultural e as de cunho estrutural no que respeita às estratégias de minorias étnico--raciais no mercado de trabalho, por exemplo. Em termos gerais, estudiosos de esquerda optaram pela estrutura, enquanto os que se inclinam à direita optaram pela cultura. Essa não é, obviamente, uma maneira de fazer jus às questões levantadas pela relação complexa entre mudança econômica, mobilidade social e posição étnico-racial. Em minha pesquisa tentei escapar desse dilema, ao enfocar a história como o contexto formativo das relações interétnicas atuais. Minha tentativa é a de evitar as armadilhas do presentismo que acompanham abordagens derivadas da teoria da escolha racional.

O truque, atualmente, consiste em combinar a dimensão histórica a uma atenção a mudanças recentes, especialmente aquelas resultantes da globalização. Ou seja, nada de novo sob o sol para a metodologia: temos de continuar atentos tanto a continuidades quanto a rupturas.

Possivelmente o principal finca-pé deste artigo é a percepção de que os processos de formação de identidade não são a-históricos nem inerentemente translocais. (HANDLER, 1994) Na verdade, identidades, e mesmo as que se referem às "grandes identidades" ou projetos étnicos transnacionais[5], apesar de fazerem uso de ícones que sempre foram translocais, tais como África, negro ou branco, estão frequentemente relacionadas a localidades e contextos específicos. Mesmo quando se consideram apenas aquelas partes do mundo em que as condições de vida são há muito ditadas pela economia de mercadorias globais, tais como o açúcar e o petróleo, não existe um jogo identitário internacional com regras universalmente válidas. A criação de identidades, obviamente em especial a das "grandes identidades" é, contudo, sempre um caso de trânsito entre o global e o local, assim como entre o uso popular e erudito de categorias indígenas, entre o nativo e o analítico.

Em muitos sentidos, a "identidade (étnica)", como se diz hoje, é uma criação da modernidade que só pode tomar forma onde e quando as condições da modernidade e da modernização estão dadas. (GLEASON, 1983) Condições da modernidade podem existir, é claro, mesmo no contexto de acesso segmentado e desigual aos ícones da modernidade e ao que é definido como cidadania plena, como parece ser o caso da modernidade da América Latina.[6] Um bom exemplo do caso em questão é a relação entre negritude e modernidade, uma ligação tornada íntima por Du Bois e, mais tarde, por Gilroy. De um lado, pode-se dizer que a modernidade em

5 Essa é uma expressão que tomo emprestada do antropólogo francês Michel Agier, que fala de grandes projetos étnicos: aqueles que parecem se beneficiar mais das forças da globalização. Nem todo projeto étnico se beneficia do processo; apenas aqueles que são de alguma forma exportáveis, por não serem inerentemente relacionados a um território específico, por exemplo através de um sistema de genealogia.

6 Ver o trabalho recente dos sociólogos Jessé Souza e José Mauricio Domingues.

qualquer estágio sempre cria as condições para a formação de identidades – e para a redefinição de antigas lealdades. Por outro lado, temos de ter cuidado ao utilizar interpretações atuais da formação de identidades para analisar formas do passado. As identidades antes do nascimento da identidade (Hobsbawm), e sua canonização nas Ciências Sociais (BRUBAKER; COOPER, 2000) foram com frequência propostas sob formas variadas – como "cultura", "raça", "campesino" em vez de índio, africano em vez de negro ou "preto".

Uma tentativa importante de explicar semelhanças e continuidades na formação da identidade negro *versus* branco por todo o mundo atlântico é a noção de Atlântico Negro. Deixem-me começar por dizer que o Atlântico Negro é uma poderosa perspectiva acerca de uma realidade histórica e não apenas o resultado do pensamento voluntarista de Paul Gilroy. O Atlântico Negro, entretanto, é sempre representado de modo bastante unilateral – como a única solução. Tendo a acreditar que o tema do Atlântico Negro cai como uma luva para a análise de outros fatores e está muitas vezes entrelaçado a outros poderosos sistemas e representações coletivos da memória. No caso do Recôncavo da Bahia, o Atlântico Negro tem de compartilhar influências com o seguinte:

a) o estilo colonial português e as redes transnacionais que ele criou;
b) o catolicismo, em suas versões culta e popular, que produziu um tipo brasileiro específico de catolicismo barroco – com uma ênfase particular em imagens como símbolos, tanto do sagrado quanto do humano, em oposição ao que se poderia chamar de culto do mundo escrito que cresce com o protestantismo centrado na Bíblia;
c) a tradição melódica na música, que no Brasil se combina ao que geralmente são consideradas influências africanas – o uso de percussão e de pergunta-resposta sempre foram considerados elementos fundamentais de "africanismo" na música (LOMAX, 1970);
d) a economia, as relações de trabalho e as culturas tornadas possíveis pela existência de mercadorias globais (açúcar e mais tarde petróleo) – cada uma dessas mercadorias desenvolveu-se por meio de certa insensibilidade para com costumes e culturas "locais", ao introduzirem padrões globais de qualidade, gosto (no caso do açúcar), preço e técnica;
e) finalmente, mas não menos importante, temos a experiência universal e a cultura engendradas pela condição de classe – tanto para a classe trabalhadora quanto para a classe alta. Em outras palavras, a cultura das elites, nos canaviais, por exemplo, demonstra um núcleo de traços comuns (por exemplo, como se vestir e falar, o que ler, como tratar escravos e serviçais, polidez, atitudes em relação à técnica e a habilidades manuais) diretamente introjetados do circuito global do açúcar e do álcool de cana. Da mesma forma escravos e, depois da abolição, trabalhadores livres nos

campos e usinas responderam aos desafios de suas condições de trabalho de maneira que sempre foram extraordinariamente universais, o que sugere que, afinal, a condição proletária pode produzir uma cultura do trabalho ou do trabalho assalariado que tende a ser universal.

Ou seja, temos de ser cuidadosos para não utilizar a perspectiva do Atlântico Negro em qualquer situação, em qualquer circunstância e muitas vezes como o único método para explicar ou mesmo apenas representar traços na cultura popular de pessoas com ascendência africana (parcial) nas Américas.

Em muitos sentidos, proponho uma abordagem teórica que combina duas tentativas clássicas de identificar semelhanças transnacionais dentro e através de diferentes estilos coloniais e ecúmenos do Atlântico Negro.

Se eu pudesse, colocaria juntas as percepções derivadas do foco de Charles Boxer sobre a cultura da colonização, centradas na especificidade do império marítimo português e atentas a seus conjuntos de singularidades em comparação a outros impérios e sistemas coloniais, e a etnografia das mercadorias de Sidney Mintz – sua rede, estrutura de poder, economia e cultura. Seria como reconciliar, finalmente, duas tendências contraditórias:

a) os traços inegavelmente específicos do estilo colonial português – que conseguiu produzir em um conjunto de locais bastante distantes uns dos outros uma cultura razoavelmente similar de dominação baseada em uma combinação de violência e intimidade;
b) e a imanente brutalidade e insensibilidade das mercadorias globais – que irrompem nos diversos estilos coloniais e "áreas culturais".

Talvez se possam considerar essas duas tendências aparentemente contraditórias como duas influências mediando-se mutuamente.

## Referências

ALMEIDA, Miguel Valle de. Poderes, produtos, paixões: o movimento afro-cultural numa cidade baiana. *Etnográfica*, v. 3, n. 1, p. 131-156, 1999.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia:* sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BARICKMAN, B. J. Resistance and decline: slave labour and sugar production in the Bahian Reconcavo, 1850-1888. *Journal of Latin American Studies*, v. 28, n. 3, p. 588-633, 1996.

_______. *A baian counterpoint. sugar, tobacco, cassava and slavery in the Recôncavo 1780-1860*. Stanford, CA: Stanford UP, 1998.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond identity. *Theory and Society*, v. 29, n. 1, p. 1-47, 2000.

CORONIL, Fernando. *The magical state. money, nature and modernity in Venezuela.* Chicago: University of Chicago, 1997.

COSTA PINTO, Luis. *Recôncavo*: laboratório de uma experiência humana, Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958. (Publicações, n. 1).

FARIAS, Patrícia. O homem *offshore*: reflexões em torno da construção do masculino e do feminino entre trabalhadores do petróleo em Campos, RJ. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL: Antropologia em perspectivas, 5., 2003, Florianópolis. *[Anais...]* Florianópolis: UFSC, 2003.

FRAGA, Walter. *As encruzilhadas da liberdade.* Campinas: Edunicamp, 2007.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GLEASON, Philip. Identifying identity: a semantic history. *The Journal of American History*, v. 69, n. 4, p. 910-931, 1983.

GUSS, David. *The festive state*: race, ethnicity and nationalism as cultural performance. Los Angeles: University of California, 2000.

HANDLER, Richard. Is Identity a Useful Cross-Cultural Concept?. In: GILLIS, John R. (Ed.). *Commemorations*: the politics of national identity. Princeton: Princeton University, 1994.

HARRIS, Marvin. *Town and country in Brazil*. New York: Columbia University, 1958.

HOBSBWAM, Eric. Identity politics and the left. *New Left Review*, v. 1, n. 217, p. 38-47, may/jun. 1997.

HUTCHINSON, Harry William. *Village and plantation life in northeastern Brazil*. Seattle: University of Seattle, 1957.

LOMAX, Allan. The homogeneity of African-Afro-American musical style. In: WHITTEN, Norman; SZWED, John (Ed.). *Afro-American anthropology*. New York: The Free, 1970. p. 181-202.

MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [on line], v. 14, n. 41, p. 141-151, 1999.

MARGOLIS, Maxine. The ideology of equality on a Brazilian sugar plantation. *Ethnology,* v. 14, n. 4, p. 373-383, 1975.

MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MINTZ, Sidney. *Sweetness and power:* the place of sugar in modern history. New York: Penguin, 1985.

SANSONE, Livio. *Blackness without ethnicity*. New York: Palgrave/MacMillan, 2003a.

______. Jovens e oportunidades, as mudanças na última década e as variações por cor e classe – não se fazem mais empregadas como antigamente. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (Org.). *Desigualdades sociais*: o estado da nação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003b.

_______. Não trabalho, cor e identidade negra: uma comparação entre Rio e Salvador. In: MAGGIE, Yvone; REZENDE, Cláudia (Org.). *Raça como retórica*: a construção da diferença em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

_______. Remembering slavery from nearby. Heritage Brazilian style. In: OOSTINDIE, Geert (Ed.). *Facing up to the past*: perspectives on the commemoration of slavery from Africa, the Americas and Europe. London: Ian Randle: James Currey, 2000.

SCHWARZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TILLY, Charles. *Durable inequality.* Berkeley, CA: University of California, 1998.

VIGOYA, Mara Viveros. Identidades masculinas, étnico-raciales y salud sexual y reproductiva : una articulación necesaria. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE, 7., 2003, Angra dos Reis. [*Anais...]* Angra dos Reis: [s.n.], 2004

WAGLEY, Charles. Plantation America: a culture sphere. In: RUBIN, Vera (Ed). Social and cultural pluralism in the Caribbean. New York: Annals of the New York Academy of Science, 1960. v. 83, p. 3-13.

_______. (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1963.

_______.; ROXO, Cecilia. Serendipity in Bahia. *Universitas*, n. 6 & 7, maio/dez. 1970.

Boypeba

I: dos frades

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DO ALVARO DA COSTA

ITAPARICA

6 braças de preamar dagoas vivas

# *Baía de Todos os Santos: uma visão da Geografia Histórica*[1]

*Pedro de Almeida Vasconcelos*

1 Ampliação do texto "Baía de Todos os Santos", publicado nos Anais do V Congresso da História da Bahia. (VASCONCELOS, 2004) Parte das referências é originária do meu livro sobre Salvador, publicado em 2002.

Qual é a contribuição que a perspectiva da Geografia Histórica poderá trazer para um debate sobre a Baía de Todos os Santos?

A Baía de Todos os Santos poderá ser tratada como um pequeno Mediterrâneo, numa referência ao grande historiador Fernand Braudel, que colocou uma área geográfica como tema central de sua tese, tendo estudado inicialmente o meio no tempo geográfico, ou seja, a história quase imóvel; seguindo com os movimentos de conjunto, através do tempo social e concluindo com a história dos acontecimentos, dos tempos rápidos.

Na longa duração, a baía foi palco de eventos importantes, desde os combates entre os tupinambás, nas suas grandes canoas aos ataques de navios holandeses e de esquadras luso-espanholas enviadas para a defesa da cidade, assim como do cerco das tropas portuguesas pelas tropas brasileiras nas lutas pela independência, entre outros eventos que a História registra.

Uma primeira questão pode ser colocada, inspirando-se em Albert Demangeon (1933, p. 12), quando afirmou que não foi o rio Sena que trouxe vida a Paris, mas foi a capital francesa que fez do rio Sena um via frequentada: a Baía de Todos os Santos é importante por causa de Salvador ou Salvador é importante por causa da baía? O fraco desenvolvimento do entorno da Baía de Camamu poderá ajudar a responder esta questão.

Diferentes perspectivas podem ser analisadas na Geografia Histórica, a partir de uma periodização proposta neste caso em três etapas, embora com mais destaque para a primeira.

## *Período de navegação à vela (1501 – c1840)*

### *Localização*

Como consequência do Tratado de Tordesilhas de 1494, no espaço que ficou definido como América Portuguesa, a Baía de Todos os Santos assumiu uma posição central no litoral ocidental do Atlântico sul. A facilidade de navegação para a metrópole, devido à relativa proximidade do continente europeu e às correntes favoráveis, certamente influenciou a decisão da Coroa portuguesa em fundar a capital colonial no seu entorno, em 1549. No Regimento de Tomé de Souza, está registrado:

> [...] ordenei... fazer uma fortaleza e povoação grande e forte...; e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos é o logar mais conveniente da costa do Brazil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim, pela disposição do porto e rios que nelas entrão, como pela bondade e abundancia e a saúde da terra e por outros respeitos; hey por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento [...] . (AMARAL apud SILVA, 1919, t. 1, p. 263)

Sua localização e importância transformaram também o porto de Salvador em uma etapa em direção às Índias, e posteriormente, em porto negreiro com relações diretas com o continente africano.

### *Dimensão*

Uma primeira dificuldade nesse tema vem das imprecisões terminológicas: em princípio, um *golfo* é maior que uma *baía*, porém o maior acidente geográfico desta natureza é a denominada Baía de Bengala.

De fato, a dimensão é uma vantagem da Baía de Todos os Santos: podia abrigar importantes esquadras navais. Já em publicação de 1576, Pero Gandavo (1980, p. 89) informava que a Capitania tinha "[...] uma Bahia mui grande e fermosa..., que podem entrar seguramente quaesquer náos por grandes que sejão: a qual he tres legoas de largo, e navega-se quinze por ella dentro". Um viajante francês, Dellon, em 1687, comentava que "[...] la baie, dont le fond est très bon partout et qui est capable de contenir plusieurs milliers de vaisseaux". (DELLON, 1997, p. 247) O ufanista Rocha Pita, também elogiou a baía, na sua *História da América Portuguesa*, de 1724, como "um dos maiores golfos do mundo [...], com três léguas de boca, doze de diametro e trinta e seis de circunferência". (PITA, 1976, p. 46)

Por outro lado, essa dimensão apresentava aspectos negativos: Frei Vicente de Salvador, em sua *História do Brasil*, de 1627, já comentava que "só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra". (SALVADOR, 1965, p. 125) Essa dificuldade teria sido uma das justificativas para a instalação da corte de D. João VI no Rio de Janeiro, em 1808, tendo em vista as facilidades de defesa da entrada da Baía da Guanabara.

### *Profundidade*

Além da dimensão, a profundidade e a existência de canais navegáveis, até hoje, permitem a sua utilização por navios de grande porte, como já foi comentado por Dellon, em 1687.

### *Eventos importantes ocorridos na baía*

Uma série de eventos ocorreu na baía, correspondentes à história dos acontecimentos braudelianos, sobretudo, em função das invasões holandesas no século XVII e das lutas pela independência, o que corresponde a tempos densos da história. (VASCONCELOS, 1999)

TODOS OS
SANCTOS

*Figura 1, 2 e 3* – Representações cartográficas da Baía de Todos os Santos.

*2*

*3*

Em 1587, três navios ingleses bombardearam a cidade, tomaram navios no porto e atacaram o Recôncavo, quando foram repelidos. Em 1599, sete navios holandeses pilharam o Recôncavo durante 55 dias e em 1604 outros sete navios tomaram um navio mercante no porto e incendiaram outro. (VARNHAGEM, 1962 apud VASCONCELOS, 2002, p. 31) Em 1613, um barco com 200 homens foi afundado, em combate contra seis naus francesas. (RUY, 1953 apud VASCONCELOS, 2002, p. 31) Porém, o evento mais importante ocorreu em 1624, quando uma frota da Companhia das Índias Ocidentais, dos Países Baixos, composta por 26 navios (13 do Estado e 13 dos mercadores), trouxe 3.000 homens "de mar e guerra" (GUERREIRO, 1954 apud VASCONCELOS, 2002, p. 31) para a ocupação de Salvador, o que durou cerca de um ano. No ano seguinte, uma enorme esquadra luso-espanhola composta de 66 navios (dos quais 26 portugueses) e mais de 12.000 homens (sendo 4.000 portugueses) veio libertar a cidade. Em 1638, outra esquadra holandesa, com 40 navios e 8.000 homens, vinda de Recife e comandada pelo príncipe Mauricio de Nassau, tentou uma nova ocupação da cidade, após 60 dias de assédio, mas foi derrotada. (PITA, 1976, p. 130) O novo governador, o Conde da Torre, chegou com outra enorme frota de 87 navios e 14.000 homens, mas já encontrou a cidade liberada. (AMARAL, 1941 apud VASCONCELOS, 2002, p. 32) Em 1639, 20 navios holandeses, com 2.500 homens devastaram o Recôncavo e incendiaram 27 engenhos de açúcar. (AMARAL, 1925 apud VASCONCELOS, 2002, p. 32) Em 1647, 44 navios holandeses, com 4.000 soldados, ocuparam provisoriamente a ilha de Itaparica e, dessa base, continuaram devastando o Recôncavo. O último ataque holandês ao Recôncavo foi realizado em 1649 com a destruição de mais de 30 engenhos. (ACCIOLI, 1925 apud VASCONCELOS, 2002, p. 32)

Em 1805, uma enorme esquadra inglesa de 60 velas aportou secretamente em Salvador, com destino ao Cabo da Boa Esperança, visando à ocupação daquela colônia holandesa. Em 1808, uma esquadra francesa foi abastecida por cinco comerciantes locais, num montante de 24:000$000 réis. (ACCIOLI, 1931 apud VASCONCELOS, 2002, p. 126, 139)

Com as lutas pela independência na Bahia, em março de 1823, o porto de Salvador foi bloqueado pela esquadra brasileira, mas em abril chegaram ainda 2.500 soldados portugueses (Cf. ACCIOLI, 1931 apud VASCONCELOS, 2002, p. 127) e ocorreram combates navais. (AMARAL, 1941 apud VASCONCELOS, 2002, p. 127) Em julho de 1823, as tropas portuguesas e parte dos comerciantes lusos retiraram-se de Salvador numa esquadra de 71 navios, sendo 41 mercantes e 30 de combate. (SILVA, 1986 apud VASCONCELOS, 2002, p. 127)

## *O comércio externo*

Até o final do período, Salvador era o principal porto da América Portuguesa. Importantes frotas aportaram no porto de Salvador.

Um sistema de frotas foi iniciado em 1649 junto com o estabelecimento da Companhia do Brasil pela Coroa portuguesa. Ela contava com 36 navios de guerra mantidos pela Companhia para a defesa dos ataques dos holandeses assim como dos vários corsários e piratas. Os navios deixavam o Rio de Janeiro nos finais de março, carregavam mais açúcar em Salvador em abril e chegavam a Lisboa em julho ou agosto. (BROWN apud SILVA, 1994, p. 358) A chegada das frotas e sua estadia com o embarque de mercadorias causavam grande movimentação na cidade. Dados de 1781 registram 40 navios saídos do porto de Salvador para Portugal. (ACCIOLI, 1925 apud VASCONCELOS, 2002, p. 138) O sistema de frotas foi encerrado pela administração pombalina em 1765, mas foi ainda restabelecido no período de 1797 e 1801. (BOXER, 1992 apud VASCONCELOS, 2002, p. 125) Também em 1815 foi encerrada a "Carreira das Índias", sistema de navegação que tinha Salvador como uma das etapas. (LAPA, 1968, p. xv)

Em 1808, ocorreu a abertura dos portos para os navios das nações aliadas, o que acabou com o monopólio colonial e ampliou a movimentação de navios na Baía de Todos os Santos. Os viajantes Spix e Martius, em 1818, comentaram também que "[...] o número de navios, que anualmente entram no porto da Bahia, e dela saem, avalia-se hoje, excetuando as embarcações pequenas, em mais de 2.000". (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 148) Em 1827, o domínio do comércio marítimo passou para os navios ingleses: 122 dos 150 navios entrados no porto eram daquela nacionalidade. (PINHO, 1977 apud VASCONCELOS, 2002, p. 186) Em 1839, Salvador foi considerado como o segundo porto da América do Sul pelo viajante Kidder (apud VASCONCELOS, 2002, p. 194).

### *Comércio interno*

Além dos produtos de exportação, o fornecimento de alimentos para a cidade também fazia parte do importante fluxo na baía. Gabriel Soares de Souza, já informava, em seu tratado de 1587, da existência de 1.400 embarcações, sendo "100 mui fortes", com 45 a 70 palmos de quilha, 800 embarcações com 34 a 44 palmos de quilha, além de 300 barcas e 200 canoas. (SOUZA, 1987, p. 63) Diogo de Campos Moreno, que tinha uma visão de conjunto, em 1612, confirmava esta importância: "[...] nesta Bahia só, há mais embarcações que em toda a costa, de barcos e caravelões e outros muitos... para o carreto de canas e lenhas". (MORENO, 1955, p. 140) No século XVIII, Rocha Pita confirmava que mais "[...] de 800 [barcos], sendo quase dois mil os que cursam a sua carreira". (PITA, 1976, p. 46) O contrabandista inglês Lindley comentou, na sua estadia de 1802 e 1803, que o comércio interno era realizado por 40 navios de 250 toneladas cada um, e o das imediações era efetuado por 800 lanchas e sumacas, "[...] uma riqueza, em grau desconhecido na Europa, é assim posta em circulação". (LINDLEY, 1969, p. 171)

Os dados sobre os marinheiros, disponíveis no censo de 1775, registram um total de 678 marinheiros forros e 1.227 escravos para o conjunto da Capitania, sendo que as freguesias de Conceição da Praia e do Pilar, situadas na Cidade Baixa de Salvador, concentravam um total de 521 forros e 326 cativos. (COSTA, 1965)

## *O tráfico de escravos*

A Baía de Todos os Santos foi palco do secular comércio de escravos, que se tornou direto entre Salvador e as costas africanas. Essa vinculação direta vai contra a ideia dominante de um tráfico triangular. Por outro lado, o enorme lucro realizado nessa atividade ficava no Brasil, o que não corresponde a uma "exploração colonial" e permitia uma acumulação local de capitais.

A elevação dos preços de escravos no período posterior à descoberta de ouro nas minas gerais, de 40.000 para 200.000 réis em 1723 (Cf. AZEVEDO, 1988 apud VASCONCELOS, 2002, p. 92), aumentou enormemente o lucro realizado pelos traficantes. Este lucro ampliou-se diante do virtual monopólio do tráfico, entre 1752 e 1756, pelos 40 negociantes da Bahia e 20 de Pernambuco, através da limitação da utilização de apenas 24 navios para o tráfico negreiro. (PINHO, 1982, p. 312) Em 1759, Caldas relacionou 28 negociantes de Salvador que traficavam com a África, tendo informado que 28 navios haviam viajado para a Costa da Mina e 12 para Angola, levando 80.000 rolos de fumo, principal mercadoria regional trocada com os fornecedores de escravos do continente africano. (CALDAS, 1931 apud VASCONCELOS, 2002, p. 86)

Esse monopólio era tão amplo que levantava reclamações do Conselho Ultramarino português, como nas instruções de Martinho de Mello e Castro para o Marquês de Valença, de 1779, o que novamente vai contra a ideia de uma colônia "explorada" pela metrópole:

> Gravíssimos inconvenientes... a este Reino, em deixarmos o commercio da África, entregue nas mãos dos Americanos, lhes permittimos particularmente aos habitantes da Bahia e Pernambuco, huma ampla liberdade de poderem fazer aquella navegação e negociar em todos os portos daquelle Continente, não nos lembrando de acordar ao mesmo tempo... tivessem os portuguezes a preferência, da mesma sorte que a Capital e os seus Habitantes a devem sempre ter em toda a parte sobre as colônias e habitantes dellas. (AMARAL, 1937 apud VASCONCELOS, 2002, p. 139-140)

O ministro continuava: "apropriarem-se alguns homens de negocio, da Bahia, de todos os navios do commercio daquelle porto para a Costa da África e fazerem

dele hum rigoroso monopólio", além do contrabando de fazendas estrangeiras. (CALDAS, 1931 apud VASCONCELOS, 2002, p. 140)

Dados disponíveis para o período confirmam a importância do tráfico para a economia baiana: em 1797 foram importados escravos da Costa da Mina e de Angola para a Bahia, num valor total de 412:020$000 réis. No mesmo ano, o fumo exportado para a Costa da Mina alcançou 245:532$000 réis. (AMARAL, 1931 apud VASCONCELOS, 2002, p. 140) Embora outros produtos também fossem trocados pelos escravos na costas africanas, essa enorme diferença já dá uma ideia dos lucros realizados apenas na primeira etapa da troca. No ano seguinte, Vilhena nos informou que a importação dos escravos da Costa da Mina corresponderia a 490:300$000 réis e a de Angola a 172:080$000 réis, o que corresponderia a 40% da exportação de açúcar no mesmo ano. (VILHENA, 1969 apud VASCONCELOS, 2002, p. 140)

Como exemplo dos elevados lucros, temos a estimativa de que o valor de apenas um tumbeiro, trazendo cerca de 400 escravos, ao custo de 140$ cada, correspondia a 60 mil cruzados, o equivalente a seis engenhos de açúcar de tamanho médio em 1800(!). (CALMON, 2002, p. 108)

Segundo Maria Graham, Salvador era o principal porto de escravos do Brasil, tendo informado que 76 navios tinham viajado para a África em 1820. Em 1821, ela denunciou que "um dos membros da Junta Provisória é o maior comerciante de escravos daqui [...]".[2] (GRAHAM, 1990 apud VASCONCELOS, 2002, p. 140)

Essa concentração de riqueza pode ser avaliada por um traficante, Domingo José Martins, que adquiriu uma propriedade com 22 janelas nos Barris, que pertenceu ao Marquês de Barbacena. Nessa propriedade ficou hospedado Jerôme Bonaparte, irmão de Napoleão, quando de sua visita a Salvador, em 1806. (VERGER, 1981 apud VASCONCELOS, 2002, p. 140-141)

A diferença entre as exportações para a Costa da África, em 1810, realizadas em 48 navios, no valor de 305:849$400 réis e as importações da mesma região, no mesmo ano, de 743:181$600 réis, correspondendo ao transporte em 29 navios, alcançava um valor de 437:332$800 (BAHIA, 1973, p. 242-247), ou seja, uma diferença de 142%. Esses dados confirmam novamente a lucratividade do comércio negreiro no ano dos primeiros tratados assinados com a Inglaterra visando o final do tráfico.

### *A pesca*

A pesca também foi sempre uma atividade importante e complementar para a Cidade do Salvador e para a ilha de Itaparica. Pesca tanto de baleias como de pescado, além da mariscagem.

2 Representavam o comércio na Junta Provisória de 1821 Francisco Antônio Filgueiras e José Antônio Rodrigues Vianna. (TAVARES, 2001, p. 224)

Documento do Arquivo de Ultramar registra que, em 1771, entre 120 e 130 baleias eram pescadas por ano, com 300 negros, mestiços e brancos ocupados na atividade, sobretudo em Itaparica, com o comentário seguinte: "[...] 3 ou 4 meses, que dura aquela pescaria, despovoa-se grande parte da cidade... porque toda a pobreza se acha naquele tráfico". (AMU, maço 8440, p. 254)

Dados do censo de 1775 registraram um total de 1.267 pescadores forros na Capitania (sendo menos de 100 brancos) e 802 pescadores escravos, destacando-se Vera Cruz de Itaparica com 205 forros e 121 escravos. (COSTA, 1965, Estampa 5)

O viajante francês L. F. de Tollenare (1956, p. 291) observou, em 1817, que "todas as manhãs a baía se guarnece de 40 a 50 chalupas, que fazem de vela [sic] em busca dos cetáceos". Em 1837, o viajante G. Gardner (apud VASCONCELOS, 2002, p. 206), tendo alugado um bote para visitar o Bonfim, informou ter passado "por uma pequena aldeia rente do mar e cujos habitantes, pretos em sua maioria se ocupam principalmente da pesca da baleia [...]", certamente na freguesia da Penha. Em 1839, o reverendo Daniel Kidder (apud VASCONCELOS, 2002, p. 203), informou ter visitado "junto às fraldas do Morro de Santo Antônio [...] o principal estabelecimento ligado à indústria da pesca da baleia deste porto". Seria Santo Antônio da Barra?

### *Impressão dos viajantes*

Os viajantes deixavam suas impressões quando chegavam à Baía de Todos os Santos, sobretudo da primeira visão da cidade de Salvador. Mas alguns destacaram a beleza da própria Baía de Todos os Santos, nomeadamente a partir da visão da Cidade Alta, como, por exemplo, o citado Tollenare (1956, p. 279), que escreveu em 1816: "A vista da Baía de Todos os Santos é uma das mais belas que se pode contemplar; julgo-a superior à do Tejo [...]". No ano seguinte, tivemos a observação do príncipe naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied (1989 apud VASCONCELOS, 2002, p. 157), que afirmou "o panorama que se descortina da parte alta da cidade é de beleza inexcedível [...]".

### *Bordos*

Assim como Braudel, não podemos nos restringir apenas às características da baía em si, mas devemos considerar também seus bordos e margens. A profundidade e a proximidade da grande falha de Salvador foram elementos definidores da escolha do sítio inicial da cidade por Tomé de Souza e seus acompanhantes, no lado leste

da península, em detrimento dos lados ocidental e setentrional da baía, em áreas baixas e de manguezais, ou em ilhas, com maiores dificuldades de defesa e maior insalubridade. Destacaremos as fortificações e os prédios religiosos.

## *Fortificações*

Diante das ameaças externas, após o fim das ameaças internas, ou seja, a dos índios que foram vitoriosos sobre o primeiro donatário, Pereira Coutinho, uma das razões que levou a Coroa portuguesa a fundar a Cidade do Salvador, uma série de fortificações foram levantadas no entorno da baía, visando à defesa contra os inimigos externos.

A partir do levantamento efetuado pelo Brigadeiro José Gonçalves Galvão, em 1810, podemos destacar as fortificações voltadas para a Baía de Todos os Santos, inclusive as situadas na Cidade Alta: a bateria de São Paulo [da Gamboa] com 18 peças; o forte da Ribeira, com 30 peças; o forte do Mar [de São Marcelo] com 46 peças; o de São Fernando, com 11 peças; e o de Santo Alberto, com sete, defendiam a Cidade Baixa. Na parte alta, porém voltadas para a baía, temos ainda o forte de São Pedro, com 22 peças (lado sul), os de Santo Antônio Além do Carmo, com 13 peças (lado norte). Mais afastados da cidade estavam localizados os fortes de São Diogo, com sete peças; o de Santa Maria, com 12 e o [de Santo Antônio] da Barra, com 16, na região da abertura da Baía de Todos os Santos. Na península de Itapagipe tinha ainda o forte de Monte Serrat, com nove peças e o de Passagem, com oito peças (ACCIOLI, 1933 apud VASCONCELOS, 2002, p. 129-130), o que mostra os investimentos realizados pela Coroa portuguesa para a defesa do importante porto e capital colonial até 1763. Outras fortificações estavam implantadas em Itaparica, o forte de São Lourenço, construído pelos holandeses em 1647 (BAHIA, 1978, p. 62) e o pequeno forte de Santa Cruz, no rio Paraguaçu, já existente em 1648. (BAHIA, 1982, p. 213-214)

## *A Igreja*

A Igreja também tinha uma relação direta e indireta com a baía, o porto e a navegação. Igrejas como a de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo, foi construída por um capitão espanhol em 1711 (SALGUEIRO, 1982 apud VASCONCELOS, 2002, p. 106), como pagamento de promessa feita durante uma tempestade na Baía de Todos os Santos. (BAHIA, 1975, p. 49-50)

A catedral da Sé de Salvador estava voltada para a baía, assim como as matrizes da Conceição da Praia, do Pilar, da Vitória e da Penha. Outras capelas eram voltadas

para a baía como a de Monte Serrat, com seu mosteiro beneditino, construído entre 1650 e 1679 (BAHIA, 1975, p. 74), e a de Boa Viagem, doada aos franciscanos em 1710 (ACCIOLI, 1937 apud VASCONCELOS, 2002, p. 117), com seu hospício construído em 1712. (AMARAL, 1969 apud VASCONCELOS, 2002, p. 117) A capela do Senhor do Bonfim foi construída, a partir de 1745, pelo Capitão Teodozio Rodrigues de Farias (VERGER, 1987, p. 117), um traficante de escravos. (VERGER, 1987, p. 96, 117) A criação da Companhia Geral da Guiné, em 1757, destinada ao tráfico da Costa da Mina, foi proposta pelos negociantes da *Meza do Bem Comum da Bahia*. Nos seus estatutos, eles tomavam como protetor a imagem de S. José, na capela de Santo Antônio da Barra, que contava com "irmandade erigida entre os comerciantes da mesma Costa". (VERGER, 1987, p. 107)

A ordem dos jesuítas, a de maior prestígio e poder no período colonial, implantou seus estabelecimentos em frente à baía, embora sua última igreja tenha sido construída com a fachada voltada para o Ocidente. Os jesuítas também receberam uma sesmaria na Cidade Baixa, e, em 1704, iniciaram a construção do seu noviciado em Água dos Meninos. (CALMON, 1976 apud VASCONCELOS, 2002, p. 108) Eles implantaram um plano inclinado ligado à Cidade Baixa, fazendo a comunicação com seus estabelecimentos comerciais, os "Cobertos grandes", construídos em 1714 (BARROS, 1923 apud VASCONCELOS, 2002, p. 106), em cais próprio, construído entre o Cais do Lixo e o do Sodré em 1737 (ACCIOLI, 1925 apud VASCONCELOS, 2002, p. 107), em terrenos aterrados na baía, como informou o engenheiro Caldas em planta de 1777:

> O caes do Sodré, na era de 1715 [...] era o que mais avançava ao mar [...], correndo os anos [...] se foram os moradores da praia estendendo para o mar [...], os jesuítas então senhores daquella porção da marinha se avançarão também [...] para o mar. A igualar com o cães do Lixo, que era o mais avançado e correram o cães novo [...] entulhada toda a porção, que fica entre elles e o caes da lenha que foi entrarão a fabricar moradas de cazas de taipa, térreas [...]. (AMU, maço 9611, p. 378)

A ilha de Itaparica também contava com suas igrejas, assim como as demais ilhas situadas na Baía de Todos os Santos, como as de Maré, com capela construída em 1552 (BAHIA, 1975, p. 93); dos Frades, com a capela do Loreto construída em 1645 (SILVA, 1957 apud VASCONCELOS, 2002, p. 70) e de Bom Jesus dos Passos, com capela iniciada em 1766. (BAHIA, 1975, p. 116) Poderíamos ainda mencionar as igrejas e conventos localizados nas cidades em rios que desaguam na Baía de Todos os Santos, como Nazaré, Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Santo Amaro, além de cidades portuárias, como São Francisco do Conde, mas alongaria bastante o texto.

## *Relações com o hinterland*

Tendo a base econômica inicial sido apoiada na agricultura de exportação de produtos de alto valor, a existência de solos de massapê no entorno oriental e norte da baía e nas margens dos rios Subaé e Paraguaçu, permitiu a implantação de uma região produtora de açúcar, baseada no trabalho escravo. Frei Vicente do Salvador (1965, p. 165) já afirmava que "essa baia [...] tem em seu circuito a melhor terra do Brasil".

A existência de solos favoráveis, para a plantação do fumo e de áreas periféricas para plantação da mandioca, permitiu outras atividades agrícolas no Recôncavo, que estava economicamente integrado com Salvador, cujo porto fazia o elo com o comércio a longa distância. Uma primeira rede de cidades formou-se em torno da baía, com destaque, além de Salvador, para as citadas cidades de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Nazaré. Também, em paralelo, um conjunto de engenhos deu início à formação de uma sociedade e de uma cultura originais.

O porte dos engenhos e sua autossuficiência resultavam numa concorrência às cidades do Recôncavo, inclusive Salvador. Engenhos famosos foram o de Sergipe do Conde, do governador Mem de Sá, que, em 1569, tinha 254 escravos, dos quais apenas 19 eram africanos. (EDELWEISS, 1967 apud VASCONCELOS, 2002, p. 40) O referido engenho real de Sergipe de Conde foi analisado por Antonil no início do século XVIII, "entre todos da Bahia o mais afamado". (ANTONIL, 1982, p. 107) Segundo o jesuíta, quanto aos escravos, os maiores engenhos contavam com 150 a 200 peças. (ANTONIL, 1982, p. 75) O magnífico engenho Freguesia, era voltado diretamente para a Baía de Todos os Santos. Ele teve sua história contada em um livro de 600 páginas. O referido engenho contou com 82 escravos (1811), 34 (1832), 163 (1856) e 121 (1877). (PINHO, 1982, p. 253-254) Algumas capelas de engenho tinham a dimensão das igrejas de Salvador. O Vice-Rei, entre 1710-1714, esteve no Recôncavo procurando atrair os senhores de engenho para residirem em Salvador (Cf. IBGE, 1958 apud VASCONCELOS, 2002, p. 84-85), o que comprova a concorrência desses enormes engenhos com a capital da colônia.

O período da navegação à vela, portanto, extrapola o período dito colonial, o de transição, com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, o Reino Unido em 1815, a independência e o início do período imperial e da regência até a maioridade de D. Pedro II.

## *Período do domínio da navegação a vapor (c1840 – 1970)*

### *Novo contexto*

Com o desenvolvimento da navegação a vapor, a direção dos ventos dominantes e das correntes marítimas torna-se de importância secundária. A longo prazo, o porto de Recife passará a ter uma situação mais favorável que o de Salvador, na navegação de longa distância, conforme argumenta o historiador Ubiratan Araújo.

### *Navegação regional de longo curso*

A Baía de Todos os Santos contou com a experiência pioneira do Vapor de Cachoeira, de 1819 (BAHIA, 1982), mas o domínio da navegação a vapor se dá, sobretudo, na década de 1840, embora a navegação regular a vapor tenha sido iniciada em 1850, segundo Silva Lima, quando também teriam chegado os navios alemães. (LIMA, 1908 apud VASCONCELOS, 2002, p. 218)

A navegação a vapor, de fato, já tinha sido concedida pelo Estado, conforme o Presidente da Província Thomaz X. Garcia de Almeida, em 1839, pela Lei 22, a João Diogo Surtz, que contava com quatro barcos para "transporte gratuito das pessoas e objetos do serviço público". (ALMEIDA, 1939 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187)

O capitão de fragata F. Mouchez (1864 apud VASCONCELOS, 2002, p. 211, 230-231), que esteve em Salvador em 1861, estimou que o movimento do porto de Salvador contabilizava 1.863 navios, sendo 1.274 brasileiros, enquanto que os navios a vapor eram apenas 260, sendo 164 brasileiros e 48 ingleses. O referido capitão publicou um mapa medindo as profundidades da Baía de Todos os Santos, datado de 1867.

Já no período republicano, em 1891, Vianna nos informou que tinha sido registrada a entrada de 729 navios de longo curso, sendo 577 movidos a vapor, dos quais 198 eram ingleses, 196 alemães e 132 franceses, e apenas nove brasileiros, o que mostra o fim do domínio inglês, ao tempo que informa da diminuição da frota brasileira. No mesmo ano, a Cia. Bahiana de Navegação tinha seis vapores (VIANNA, 1893, p. 166-171), mas foi incorporada ao *Lloyd* Brasileiro em 1894. (MATTOSO, 1978 apud VASCONCELOS, 2002, p. 265)

## *A profundidade*

De fato, a Baía se prestava muito bem à navegação a vapor. A questão da profundidade foi tratada, nesse período, pelo médico alemão Ave-Lallemant, que comentava em 1859: "abre-se esplendida baía com muitas milhas de largura, profunda, que em área pode, sem receio, competir com a do Rio de Janeiro". Mas complementava, advertindo:

> [...] sua entrada, fácil e segura, não necessita de auxilio de piloto nem balizas para indicar o caminho. Contudo, logo ao sul dessa entrada, no meio da vasta extensão de água navegáveis, ergue-se um banco de areia, medindo nos lugares mais rasos, apenas 15 pés de profundidade, pelo que as embarcações de grande calado terão de evitá-lo. De ambos os lados do banco, porém, as águas são profundas e seguras, mesmo para os maiores navios de linha. (AVE-LALLEMANT, 1961, p. 19)

## *Fim do tráfico de escravos*

O tráfico, ilegal a partir dos tratados e da legislação de 1831, trouxe um aumento da importação de escravos (entrada média de 12.000 entre 1830 e 1851)[3], assim como uma nova elevação dos preços dos mesmos: de 200$000 réis para 1:000$000 réis em 1848. (AZEVEDO; LINS, 1969 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187) O cônsul francês Malbuisson (1847 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187) afirmava em 1847, que "[...] la traite des noirs forme le principal élément du commerce de cette place".

A proibição do tráfico de escravos, pela Lei 581 de 1850 (BAHIA, 1988 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187), eliminará uma das principais fontes de acumulação de capital da Província, e levará ao fim das relações marítimas diretas com o continente africano. Essa situação será agravada localmente, no mesmo ano, com a proibição dos africanos livres de realizarem serviços nos saveiros, atingindo 750 saveiristas. (CUNHA, 1985, p. 96)

A partir das informações do cônsul britânico de 1852, Verger (1987, p. 476) registrou a lista de nove depósitos de escravos, ficando nas margens da Baía de Todos os Santos os seguintes: o de Itaparica; de Manguinho; da Ilha dos Frades; de Plataforma; de Monteserrate e da Vitória.

A riqueza de alguns traficantes, medida pelos seus inventários e testamentos, pode dar uma dimensão dessa acumulação de riqueza.

José de Cerqueira Lima residia em um palácio no Corredor da Vitória, que foi posteriormente transformado em residência dos presidentes da Província e dos governadores do Estado (CALMON, 1925 apud VERGER, 1987, p. 449), a mais luxuosa residência que havia na Bahia naquele tempo, tendo sido demolida em 1927.

3 Confira Viana Filho (1976 apud VASCONCELOS, 2002, p. 190).

(CAMPOS, 1938 apud VERGER, 1987, p. 449) Seus móveis e sua prataria foram emprestados para mobiliar o Palácio do Governo, quando da visita de D. Pedro II a Salvador (Cf. CALMON, 1938 apud VERGER, 1987, p. 450), em 1859. Em 1827, seu irmão, Manoel de Cerqueira Lima, reuniu proprietários de 33 navios (dos quais 24 eram da Bahia) para contestar judicialmente os apresamentos efetuados pelos ingleses entre 1822 e 1828, que totalizavam 4.000 contos de réis (ou 600.000 libras esterlinas), sendo que 20% do conjunto correspondiam à parte de José de Cerqueira Lima e sua família ou cerca de 250.000 libras esterlinas.[4] Verger (1987, p. 450, 478) registrou 35 partidas de seus navios em direção à África. Os cruzadores ingleses capturaram seis das suas embarcações. No total, ele possuía pelo menos 16 navios negreiros.

Antonio Pedrozo de Albuquerque, brasileiro, residia na Fazenda Jacaré, em Santo Antônio. Tinha escritório ao lado do prédio da Alfândega, atual Mercado Modelo. O cais em frente era chamado "Cais do Pedrozo". Seu inventário, em 1883, constava de 3.742:714$871 réis em bens imóveis. Ele possuía uma fábrica de tecidos em Valença; engenhos em Itaparica, São Francisco do Conde e Santo Amaro, com um total de 560 escravos (no valor de 471:420$000) e uma empresa de navegação, com três vapores. (NASCIMENTO, 1986 apud VASCONCELOS, 2002, p. 219) A Companhia de Navegação Santa Cruz tinha linhas para o norte e o sul do Brasil e foi fundada em 1852. (MATTOSO, 1978 apud VASCONCELOS, 2002, p. 220) Verger (1987, p. 451, 478) também registrou 31 saídas de seus navios negreiros, dos quais quatro foram tomados pelos cruzadores britânicos. Ele era proprietário de uma frota de pelo menos 20 embarcações negreiras.

Joaquim Pereira Marinho, de nacionalidade portuguesa, residia no Corredor da Vitória. Era proprietário de pelo menos 16 navios negreiros. Verger (1987, p. 452, 480) registrou 36 partidas de seus navios para a África, entre 1839 e 1850, com apenas quatro apresados pelos navios britânicos. Um deles, o "Três Amigos", com 406 toneladas, transportou 1.330 escravos em 1846. (MALBUISSON, 1847 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187) Ele dominava o mercado do charque e adquiriu a maior parte dos bens de Pedrozo de Albuquerque. Construiu residências no Corredor da Vitória, na Barra e no bairro do Comércio. (VERGER, 1987, p. 451-452) Em 1851, arrematou, de uma só vez, 24 casas nas Pedreiras, que tinham pertencido aos Carmelitas Descalços. (FREIRE, 1996, 1998 apud VASCONCELOS, 2002, p. 218) Em 1858, participou da fundação do Banco da Bahia. Foi acionista, com capital de 650:000$000 réis da Cia. Bahiana de Navegação a Vapor. (NASCIMENTO, 1986 apud VASCONCELOS, 2002, p. 221) Em 1876, presidiu a Associação Comercial. (FRAGA FILHO, 1996 apud VASCONCELOS, 2002, p. 218) Foi também Provedor da Santa Casa da Misericórdia durante vários anos, o que mostra além do seu poder econômico o seu enorme prestígio social. Recebeu também os títulos de barão, visconde e conde da Corte de Portugal. Seu testamento,

4 Ver: Verger (1987, p. 368).

de 1884, registrava uma fortuna de quase 6 mil contos de réis, correspondendo a 500 mil libras esterlinas ou 2.500.000 dólares da época. Desse total, 2.400.000$000 réis correspondiam a imóveis (VERGER, 1987, p. 452, 479), o que indica a principal aplicação dos seus capitais após o final do tráfico.

Com o fim do tráfico em 1850, os capitais originários do tráfico foram também utilizados na modernização da Província. Por exemplo, em 1855 foi inaugurada a já mencionada Cia. Bonfim para a navegação no Recôncavo (TAVARES, 1979, p. 156), seguida, três anos depois, pela Cia. Bahiana de Navegação a Vapor, com seis vapores que faziam a ligação dos portos do Recôncavo. (VIANNA, 1893, p. 116) Em 1862, essa empresa incorporou as companhias Santa Cruz e a Bonfim (MATTOSO, 1978 apud VASCONCELOS, 2002, p. 221) e trouxe um novo dinamismo ao transporte regional.

### *A pesca*

Embora essa atividade fosse desaparecer, segundo Castelnau, em 1850, 150 a 200 baleias ainda eram capturadas por ano. (CASTELNAU, 1850 apud VASCONCELOS, 2002, p. 187)

### *Impressão dos viajantes*

Neste período ainda temos os comentários do viajante Asschenfeldt (1848 apud AUGEL, 1980, p. 141), que escreveu que a baía era "[...] tão grande que talvez todos os navios a vela do mundo aí pudessem ancorar com segurança", assim como a do viajante alemão Canstatt (1954 apud VASCONCELOS, 2002, p. 230), que elogiou a "magnífica baía de Todos os Santos [...]".

### *Desenvolvimento e poluição*

Em 1844, o lixo de Salvador ainda era lançado "ao mar", por ordem da Câmara de 1844 (PMS, 1988 apud VASCONCELOS, 2002, p. 182-183), o que mostra a pouca importância da higiene, na época, na principal parte da cidade. De fato, "o mar" era a Baía de Todos os Santos, o que é confirmado pela presença de um cais com a denominação de "Cais do Lixo", na Cidade Baixa.

A implantação da ferrovia Bahia-São Francisco, em 1860, com estação inicial na Calçada, reforçou o papel regional de Salvador. Por outro lado, a cidade de Nazaré, em 1880, e o conjunto Cachoeira-São Félix, em 1882-1885, também contaram com estações de linhas regionais. (BAHIA, 1978) O transporte ferroviário era, entretanto, complementar ao marítimo.

A primeira vaga de industrialização, sobretudo de indústrias têxteis, foi mais concentrada em Salvador, embora a mesma não tenha se consolidado. Deve ser destacado o Empório Industrial do Norte, fundado em 1891, com 1.600 operários (CALMON, 1978 apud VASCONCELOS, 2002, p. 266) e com um capital de 5.878:000 (CIB, 1986 apud VASCONCELOS, 2002, p. 269), situado na Boa Viagem, nas margens da Baía de Todos os Santos.

Em 1891, as obras do porto foram concedidas à Cia. Docas e Melhoramentos da Bahia (CIB, 1986 apud VASCONCELOS, 2002, p. 269), e, a partir de 1907, elas passaram a ser realizadas pela *Société Portuaire da Bahia*, para o governo federal. (LACOMBE, 1959 apud VASCONCELOS, 2002, p. 269)

A descoberta do petróleo, nos anos 30 do século XX, veio dar uma nova importância à Baía de Todos os Santos e ao Recôncavo, com destaque para a implantação do Terminal da Madre de Deus e da Refinaria Landulpho Alves, nos anos 50. Uma das consequências foi a desarticulação da agricultura remanescente no Recôncavo, que já tinha sofrido o impacto da abolição e, outro aspecto negativo, a ampliação da poluição causada pelo desenvolvimento dessas novas atividades.

O plano do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), nos anos 40 do século XX, definiu parte da península de Itapagipe como área industrial de Salvador. A presença de indústrias na área, sem um sistema de esgotamento industrial, aumentou a poluição da baía, inclusive de produtos altamente perigosos, como o mercúrio (Cia. Química do Recôncavo, posteriormente transferida). O desenvolvimento da imensa favela de palafitas nos Alagados, cuja ocupação teria sido iniciada em 1948 (SCHEINOWITZ, 1988 apud VASCONCELOS, 2002, p. 336), foi uma consequência indireta das mudanças ocorridas nesta área.

Nos anos 60, foi implantado o Centro Industrial de Aratu, com maior preocupação com a poluição atmosférica, mas com graves consequências para a poluição hídrica, na medida em que as bacias aí localizadas desaguam suas águas na Baía de Todos os Santos.

## *Período do domínio do transporte rodoviário (após 1970)*

A prioridade dada ao desenvolvimento do transporte rodoviário, em parte com recursos oriundos do Polo Petroquímico, foi fatal para a economia organizada em torno da Baía de Todos os Santos. A implantação do sistema *ferry-boat,* em 1970, embora sendo parte do sistema hidroviário, visou ampliar o transporte rodoviário. A localização da central de abastecimento, Ceasa, a duplicação da BR 324 e a construção da avenida Paralela, entre outras obras de porte, vieram reforçar a acessibilidade de Salvador, para produtos oriundos do interior do Estado e do sul do Brasil, levando

à destruição do transporte de alimentos e de mercadorias realizado por saveiros, na Baía de Todos os Santos.

A própria Cidade do Salvador, cuja entrada era efetuada através da Baía de Todos os Santos, teve seu desenvolvimento principal realizado em direção ao sul da península e à orla atlântica, em detrimento da orla da baía, considerada pela socióloga Maria Brandão, como uma verdadeira *Cote d´Azur*, e tem agora seus principais acessos pelas rodovias continentais ou pelo aeroporto, situado no litoral atlântico.

O transporte marítimo, porém, ainda é importante, sobretudo de embarcações de grande porte, como navios de cruzeiro e cargueiros de *containers*. A Baía de Todos os Santos tem hoje um complexo portuário que conta com os portos de Salvador e de Aratu (este iniciado em 1971)[5], com os estaleiros de São Roque do Paraguaçu e com os terminais das indústrias Usiba, da *Dow Química* e do Terminal de Madre de Deus (TEMADRE), da Petrobrás, além dos pequenos portos das cidades do Recôncavo.

O turismo é visto como uma possibilidade de recuperação e de desenvolvimento da Baía de Todos os Santos e do seu entorno. Investimentos têm sido realizados na construção de marinas, na melhoria do transporte (catamarãs) pelo setor privado, e até um circuito náutico foi planejado pelo setor público, mas não concluído, o que poderia dar uma nova vida à Baía de Todos os Santos.

## *Conclusões*

Esse longo período analisado revela que, ao longo dos séculos, a Baía de Todos os Santos teve um papel fundamental para a cidade de Salvador, para o Recôncavo e para o Estado da Bahia. Esse papel, tanto do ponto de vista econômico como político, com períodos de maior ou menor dinamismo, continua na atualidade, sobretudo tendo em vista o atual debate sobre a implantação de uma ponte ligando Salvador à ilha de Itaparica. (VASCONCELOS, 2010)

## *Referências*


ALMEIDA, Eduardo de Castro e (Org.). *Inventários dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archuivo de Marinha de Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1914. v. 32. 1 CD ROM.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. Original de 1711.

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1980.


5 Confira Scheinowitz (1988 apud VASCONCELOS, 2002, p. 345).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961. v. 1. Original de 1860.

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Almanach para a Cidade da Bahia:* anno 1812. Salvador, 1973.

BAHIA. SIC. IPAC. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia:* monumentos do município de Salvador. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1975. v. 1.

_______. *Inventário de proteção ao acervo cultural:* monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador: SIC, 1978. v. 2.

_______. *Inventário de proteção ao acervo cultural:* monumentos e sítios do Recôncavo. Salvador: SIC, 1982. v. 3.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*. Lisboa: Martins Fontes, 1983. Original de 1946.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil*: espírito da sociedade colonial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1. Original de 1935.

COSTA, P. Avelino de J. da. População da cidade da Baía em 1775. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5., 1965, Coimbra. *Anais...* Coimbra, 1965.

CUNHA, Manuela C. da. *Negros estrangeiros:* os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELLON, Charles. *L´inquisition de Goa; La relation de Charles Dellon*. Paris: Chandeigne, 1997. Original de 1687.

DEMANGEON, Albert. *Paris: la ville est sa banlieu*. Paris: Bourrelier, 1933.

GANDAVO, Pero. *História da provincial Santa Cruz.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. Original de 1576.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Nacional, 1968.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil.* São Paulo: Nacional, 1969. Original de 1805.

MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil - 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. Original de 1612.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo: Nacional, 1982. Original de 1946.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa 1500-1724*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Original de 1724.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1965. Original de 1627.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOB, 1919. t. 1.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1987. Original de 1587.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. Original de 1828.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1979.

______. ______. 10. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Progresso, 1956. Original de 1818.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Baía de Todos os Santos. In: CONGRESSO DA HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais*... Salvador: IGHB; SCT; FGM, 2004. p. 189-196.

______. O debate sobre a ponte, *A Tarde*, Salvador, p. 2, 4 mar. 2010.

______. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: ______.; SILVA, S. B. M. (Org.). *Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Edufba, 1999. p. 191-201.

______. *Salvador*: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VERGER, Pierre. *Fluxo e reluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*: dos séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia.* Salvador: Typ. e Enc. "Diário da Bahia", 1893.

Boy
peba

I: dos frades

I: domedo

TERRAS
DE DO
ALVAA
RODA

P COS
TA

T
A

P
A

C
I

Bahia de
todolos sã
tos

6 braças
depreamar
dagoasviuas

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DÕ ALVA RO DA COSTA

I T A P A R I C A

6 braças de preamar dagoas vivas

# Baía de Todos os Santos, de todos os orixás e de todos nós

*Sylvio Bandeira de Mello e Silva*

Escrever sobre o tema Baía de Todos os Santos provoca em mim, inicialmente, uma reflexão sobre a globalização em nossos dias e seus importantes reflexos regionais e locais. Com efeito, a descoberta da Baía de Todos os Santos, em 1501, tem sido associada, com justa razão, à primeira fase do que se convencionou chamar hoje de globalização. É preciso avaliar o que tem acontecido e promover mudanças a curto e médio prazos.

A globalização nas últimas décadas está conseguindo unir todas as escalas do espaço geográfico, o lugar, a região, a nação e a macrorregião, em uma complexa realidade, a de um mundo só. A globalização também está integrando todas as escalas de tempo, que passam assim a ser um tempo só, o tempo mundial que acontece no espaço global.

Esta integração vem se dando de múltiplas e densas redes econômico-financeiras, políticas e socioculturais. Isto tem sido assegurado pela crescente capacidade de determinados lugares em gerir complexas estruturas em rede, em um sistema global e competitivo. São as metrópoles, com destaque para as chamadas cidades globais, muitas delas, por sinal, situadas em áreas de grandes baías, ou em complexos fluviomarinhos, o que tem favorecido, em ambos os casos, o desenvolvimento de importantes atividades portuárias.

Por outro lado, no plano interno, as metrópoles deparam-se, em todo o mundo, com a crescente demanda por melhores condições de vida, envolvendo questões de renda, emprego, uso do solo, habitação, meio ambiente, transporte, saúde, educação, lazer, segurança etc.

Desta forma, novos e complexos desafios estão sendo colocados unindo um dinâmico, mas flexível, competitivo e inovador plano externo a um quadro urbano-regional que chamo de plano interno em crescimento, também mais complexo e que deve estar consciente de suas questões.

A saída tem sido repensar profundamente e revalorizar o planejamento urbano e regional estrategicamente aberto e socialmente participativo, capaz de captar a direção e a magnitude das mudanças globais e de fortalecer a capacidade organizacional da cidade e da região, envolvendo a criação de um integrado processo decisório mais autônomo e criativo, a busca efetiva de solução de problemas urbanos e regionais, o incremento do potencial organizacional, a definição social do progresso e a defesa e a conservação do meio ambiente. É o que se poderia chamar de territorialidade, ou seja, a afirmação de relações sociais, sobre um determinado território, que possam valorizar a identidade dada pelo patrimônio natural e cultural e que possam construir um projeto de interesse comum.

É nesse contexto geral que situo nossa Baía de Todos os Santos e seu futuro.

Pensar hoje sobre nossa baía exige também que se façam comparações sobre outras experiências históricas em diferentes contextos geográficos.

Proponho, rapidamente, fazer uma comparação com a Baía de Chesapeake, nos Estados Unidos. Lá têm surgido formas inovadoras de territorialidade, valorizando os recursos naturais e culturais. Basta dizer que só a navegação de lazer em Maryland, na Baía de Chesapeake/Estados Unidos, movimenta algo próximo a um bilhão de dólares/ano. Com efeito, toda essa imensa baía que envolve vários estados americanos tem sido alvo de muitas iniciativas locais e regionais de revitalização e desenvolvimento, com destaque para o papel do turismo, recreação e lazer.

David Harvey, conhecido geógrafo radicado na área durante muito tempo, por exemplo, em vários de seus trabalhos, refere-se aos esforços de reconversão urbana de Baltimore, situada na Baía de Chesapeake, sobretudo de sua antiga área portuária, cujo exemplo, bem-sucedido, em termos gerais, certamente o ajudou a formular o conceito de governança urbana, qual seja, o de uma crescente e generalizada capacidade organizacional no meio urbano em gerir seu espaço visando o futuro através de programas e projetos de interesse geral. Isto acontece em várias outras cidades da região que tiveram que buscar alternativas para as crises em suas bases econômicas e sociais, especialmente motivadas pela saída ou redução do tamanho de empresas (ou até fechamento) para outras regiões mais dinâmicas do País. Como exemplo de *downsizing*, a *Bethlehem Steel* costumava empregar 30.000 trabalhadores, hoje produz a mesma quantidade de aço com menos de 5.000 funcionários.

Acrescento que desde 1983 existe na área o *The Chesapeake Bay Program* – o Programa para a Baía de Chesapeake, que é um importante exemplo de programa ambiental regional que precisa ser melhor conhecido entre nós. É um bom *case* de parceria, na escala regional, unindo o público e o privado visando promover a recuperação da baía. Envolve três Estados da União (Maryland, a sede, Virginia, Pennsylvania e o Distrito de Colúmbia, com a capital Washington), o Governo Federal, numerosos governos locais e instituições universitárias e de pesquisa, além de um grande número de organizações privadas e não-governamentais.

Os resultados têm sido altamente positivos, destacando-se os seguintes pontos:

a) melhoria da qualidade água;
b) melhoria dos indicadores de vida aquática;
c) melhoria dos indicadores de qualidade de vida humana e de desenvolvimento, incluindo a gestão mais eficiente do uso do solo, mesmo com o crescimento das atividades de turismo, recreação e lazer na baía sem comprometimento do meio ambiente;
d) ampliação significativa da informação pública, da educação ambiental e da participação social resultando no crescimento do apego público ao meio ambiente (*topofilia*, como diria o geógrafo sino-americano Yi-Fu-Tuan).

Assim, esse Programa tem permitido uma relevante conciliação entre o crescimento das atividades econômicas e o meio ambiente na Baía de Chesapeake. O

papel da pesquisa científica tem sido fundamental. A título de informação o *site* do Programa da Baía de Chesapeake é: *chesapeake.org*.

É preciso considerar, entre nós, que, surpreendentemente, não é grande a produção acadêmica sobre a Baía de Todos os Santos, sobretudo na área das Ciências Humanas e Sociais. Ela é bem maior na área das Ciências Biológicas e Naturais. No campo da Geologia Marinha, por exemplo, um importante grupo da UFBA, reunido no Laboratório de Estudos Costeiros do Instituto de Geociências, trabalha há mais de 30 anos sobre a Baía de Todos os Santos, com extensa produção científica, inclusive no Exterior, e formação de mestres e doutores na área. Um excelente CD-ROM sobre a história natural da Baía de Todos os Santos acaba de ser produzido e apresentado pelo Prof. Dr. José Maria Landim Domingues, do referido Laboratório, no V Congresso de História da Bahia, promovido pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (4-10/11/2001). No mesmo Congresso, importantes contribuições no campo da História Econômica, da Economia Regional e da Geografia Social foram apresentadas por Waldyr Freitas de Oliveira, Fernando Cardoso Pedrão e Pedro de Almeida Vasconcelos.

Ainda na área de Ciências Humanas e Sociais, os trabalhos publicados são mais numerosos, especificamente, sobre a cidade do Salvador e sobre o Recôncavo como um todo. É preciso, portanto, ampliar, de forma sistemática, a produção científica sobre a Baía de Todos os Santos, integrada evidentemente à cidade do Salvador e ao Recôncavo e às questões ambientais. Uma muito boa e recente exceção foi a dissertação de mestrado defendida no Mestrado em Análise Regional, da Universidade Salvador (Unifacs), por Lidia Maria Leal Santana, sobre o *Lazer Náutico na Baía de Todos os Santos, uma perspectiva de valorização sócio-ambiental e de promoção regional*, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão, em vias de publicação.

Outra boa exceção, agora na área da divulgação geral, é a publicação *Baía de Todos os Santos*, na Coleção de Roteiros Ecoturísticos da Bahia, editada no ano passado pela Superintendência de Desenvolvimento Turístico (Sudetur) da Secretaria de Cultura e Turismo, contendo um belo mapa de roteiros ecoturísticos. Entretanto, o Guia Frommer's sobre Salvador (1998) refere-se à Baía de Todos os Santos em poucas linhas e não a inclui em seus roteiros, a não ser na visita a Itaparica. Por sinal, os passeios existentes ainda são até hoje basicamente três: Ilha de Maré, Ilha dos Frades e Itaparica. É muito pouco!

Agora, no momento em que cresce o interesse pelas atividades de lazer náutico (com regatas internacionais), turismo, esportes e recreação na Baía de Todos os Santos é preciso repensá-la. O perigo é que as novas atividades apareçam apenas como um enclave de luxo, tendo, por conseguinte, pequeno efeito multiplicador.

Desta forma, é preciso responder a uma pergunta básica quando se pensa na Baía de Todos os Santos, hoje em seus 500 anos e em seu futuro:

– há ou não há condições efetivas para que se consiga implementar regionalmente, em um ambiente globalmente competitivo, uma capacidade organizacional

territorial em torno de um projeto capaz de alavancar, de forma eficiente e equilibrada, o desenvolvimento regional com inclusão social e ambientalmente sustentável?

Em outras palavras, como integrar de forma positiva a *Natureza, a História e a Sociedade* em um projeto de desenvolvimento inovador, aberto e participativo? O fato é que, retirando a grande importância histórica do Porto de Salvador para o desenvolvimento da cidade e da região, em suas diferentes fases, e o atual projeto da Via Náutica, bem analisado por Lidia Santana, há fortes indicadores que não se tem dado muita importância ao papel estruturante da Baía de Todos os Santos no novo contexto econômico-social colocado pela globalização. A Baía, para muitos, é, sobretudo, uma área somente associada aos portos industriais da região metropolitana, com todos os problemas que isto acarreta, e uma área de assentamento de populações muito pobres da cidade de Salvador e do Recôncavo, como resultados dos mecanismos de exclusão social. Por conseguinte, ela tem sido pouco valorizada em nosso meio visando sua plena integração aos processos de mudança da cidade e da região. A era dos saveiros já passou há várias décadas, com o predomínio dos transportes rodoviários e do *ferry boat*, e Itaparica, outrora uma importante estância de veraneio não conseguiu se sustentar com a concorrência das novas áreas de turismo, recreação e lazer abertas ao norte de Salvador, ao longo da Estrada do Coco e da Linha Verde. Também até hoje, não obstante a existência de vários projetos, não se conseguiu implementar a renovação urbana de parte da antiga área portuária de Salvador, de grande importância para a dinamização de todo o bairro do Comércio, hoje em fase de decadência.

É preciso, portanto, reverter esse quadro, unindo um sólido processo de desenvolvimento de estudos e pesquisas, com a montagem de um sistema de informações georeferenciadas sobre diferentes setores e em escalas diversas, instituir novos e abrangentes mecanismos de planejamento urbano-regional e projetar formas inovadoras de participação e de gestão territorial, compatíveis com os desafios da globalização. Em outras palavras, é necessário que haja um crescente enraizamento (territorialização) das ações ao lado de um dinâmico enredamento (globalização) processual das atividades. É a ideia de se construir um sólido e estratégico conceito de cidade-região para Salvador e a Baía de Todos os Santos, talvez recuperando, sob novas bases, a experiência do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, do início dos anos 70 do século passado. Tenho a convicção de que um projeto centrado na potencialidade da integração territorial entre Salvador e a Baía de Todos os Santos, na forma como foi acima esboçada, tem condições de exercer um papel efetivo de transformação econômico-social com equidade. Todos os Santos e Todos os Orixás certamente são favoráveis. Só falta a nossa participação, com muita coesão e solidariedade.

Concluindo, é preciso relembrar Costa Pinto (1958, p.1):

> Chama-se Recôncavo, a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali tem, hoje, uma das perspectivas mais promissoras do seu futuro.

A Natureza soube construir muito bem a bela Baía de Todos os Santos, é preciso agora que os homens saibam construir uma região mais humana, portanto, mais coesa e solidária, na Baía de Todos os Santos.

## *Referência*

PINTO, L. A. Costa. *Recôncavo:* laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958.

# Eixo III – Expressões Religiosas, Artísticas e Imaginário Baiano

Boypeba

I: dos frades

Bahia de
todolos sã
tos

TERRAS
DE DO
ALVAR
RODA
P COS
TA

6 barcas
de preamar
da agoas vivas

# *Ocultações e espelhamentos: processos criativos em oficinas realizadas pelo Núcleo de Arte no Projeto BTS – Porto 01: Baiacu*

*Viga Gordilho*
*Gal Meirelles*
*Giovana Dantas*
*Nicole Avillez*

No começo do mundo, uma pomba muito grande e muito branca, partindo de algum ponto do infinito, veio voando, voando, até que, exausta da longa jornada, caiu morta no litoral daquela terra que seria o Brasil. Suas alvas e longas asas, abertas ao solo, transformaram-se nas praias da Bahia. No lugar em que o coração bateu na terra, abriu-se imensa e profunda brecha que as águas do mar preencheram, formando a Baía de Todos os Santos, cujas margens soberbas foram fecundadas pelo sangue da ave legendária [...][1]

Ao iniciarmos este artigo, sob o título *Ocultações e espelhamentos,* cujo campo de pesquisa é a Baía de Todos os Santos (BTS), gostaríamos de pontuar inicialmente a "ocultação" do termo de origem tupi – *Kirimurê,* antigo nome da Baía de Todos os Santos, que muitas vezes foi esquecido pelos próprios habitantes da "Cidade da Bahia", mas, imperiosamente, "espelhado" nos 1.100 km2 da Baía de Todos os Santos que beijam a capital e abrigam cerca de 56 ilhas. Dentre estas ínsulas, está a majestosa ilha de Itaparica – maior ilha marítima do Brasil. Foi justamente com o olhar voltado para a ilha de Itaparica que o Núcleo de Artes do Projeto BTS, composto pelos membros do grupo MAMETO CNPq[2], desenvolveu o projeto de oficinas de experimentações artísticas, denominado "Água – cidade: ocultações e espelhamentos – Baía de Todos os Santos em retalhos", que ora, parcialmente, se vê apresentado, a partir das ações realizadas na comunidade de Baiacu.

Sob tal perspectiva, o presente trabalho visa refletir a respeito da primeira oficina efetivada. Para tanto, iniciamos a viagem tecendo breves considerações históricas no intuito de compreender o local escolhido como primeiro "porto" de ancoragem.

## *Baía de Todos os Santos: a Ilha de Itaparica*

A região abrigava, até a chegada da missão jesuítica no século XVI, as mais diversas nações tupinambá, que a custa de violentas batalhas expulsaram outros povos indígenas e aproveitaram a vasta costa da Baía para desenvolverem os mais variados artefatos de pesca, tornado-se especialistas na arte de garantir o abastecimento de

1 Lenda indígena dos primórdios do povoamento, registrada no livro *Cantos Contos Contas. Uma trama às Águas como lugar de passagem*. (GORDILHO, 2004, p. 17)

2 O grupo de pesquisa MAtéria, MEmória e conceiTO (MAMETO) em poéticas visuais contemporâneas, certificado pelo CNPq. O nome *mameto* (banto) significa pessoas importantes na hierarquia religiosa congo-angola, também conhecidos como MACOTA. Sob estes significados, o grupo atua na pesquisa prático-teórica da matéria em trânsito com a memória, na busca de definição de conceitos como elementos inerentes ao processo criativo, formado por doutores, doutorandos, mestres, mestrando e bolsistas PIBIC.

proteínas na alimentação das tribos. Entretanto, com a emergência dos propósitos coloniais, a ilha de Itaparica tornou-se palco de conflitos entre os habitantes locais e os exploradores vindouros que, ao longo do tempo, ocuparam grandes porções de terras para abrigar engenhos de cana-de-açúcar e, a partir do século XVII, com a chegada do marinheiro basco, Pedro de Urecha, foi aproveitada para instalação de unidades de refino de óleo de baleia, sem o qual não seria possível manter a iluminação da colônia.

Os trabalhadores das feitorias de pesca – de origem europeia, indígena e africana – eram denominados por "gente do azeite". A primeira destas feitorias a se instalar na ilha de Itaparica, conforme Ubaldo Osório, pertenceu a João Francisco de Oliveira e localizava-se na Ponta da Cruz, no ano de 1606. Na atualidade, pertencente ao município de Itaparica, o local passou a ser denominado Ponta das Baleias e ainda hoje traz, à memória de antigos pescadores, longínquas lembranças da fartura promovida pela captura dos grandes cetáceos. A mistura étnica fervilhada em óleo de baleia, leite de coco e azeite de dendê originou o ilhéu atual, um mestiço que se identifica como caboclo e remonta suas tradições a partir das remanescentes memórias das três matrizes culturais.

A curta distância que separa Salvador, a terceira capital do Brasil, da ilha de Itaparica – cerca de 14 km em linha reta por entre as águas da Baía de Todos os Santos – facilitou, ao longo da história, o intercâmbio cultural entre o ilhéu e o habitante da capital. Deste modo, Salvador – visível de alguns pontos da ilha – sempre esteve no horizonte de expectativas dos nativos. Assim, ainda deslocam-se para a capital com os mais variados fins: trabalho, estudo e práticas de consumo, de um modo geral. De outro ângulo, em devida medida, a ilha de Itaparica sempre foi vislumbrada com olhos cobiçosos pelos residentes da cidade; no entanto, com propósitos distintos: o veranista ou mesmo o turista ocasional nela projeta anseios e concretizações de descanso, conforto, diversão, encontrados, sobretudo, entre as receptivas barracas aglomeradas ao longo dos 28 quilômetros de coqueirais que sombreiam as praias da ilha.

As políticas de incentivo ao turismo, fomentadas mais intensamente a partir da separação dos 246 km entre os 40 distritos que na atualidade compõem a ilha de Itaparica – divididos entre o município de Vera Cruz, com sede na cidade de Mar Grande, que abriga 27 distritos e se estende por 211 km$^2$, e o município de Itaparica cujos 35 km$^2$ abrangem a sede e mais 12 localidades – surtem efeitos imediatos na década de 70, quando é inaugurado o *Club Mediterraneé*, o sistema de transporte marítimo via *ferry-boat* e a Ponte do Funil, ligando a Ilha ao continente. A partir deste período, são intensificadas construções de condomínios, loteamentos e casas de segunda residência, com vistas a atender aos variados padrões de turistas. As consequências do aumento de visitantes são mais perceptíveis na modificação da paisagem natural, cujos espaços de áreas verdes, principalmente aqueles localizados

nas regiões costeiras, são gradativamente substituídos por construções civis que demarcam o processo de urbanização, por aproximadamente 48 anos de história, período que abrange a separação política da ilha de Itaparica, ocorrida em 30 de julho de 1962.

As modificações no espaço natural repercutem – de modo direto – nas práticas culturais dos habitantes, obrigando-os a se adaptarem às novas conformações sociais, econômicas e políticas. Todavia, os impactos causados pelas dinâmicas sociohistóricas não foram homogêneos: as comunidades da contracosta, região de manguezais, são menos assediadas pelo mercado imobiliário do que as comunidades banhadas pelo oceano.

Assim, entre os nove distritos que conformam a contracosta, é possível perceber que a vida cotidiana transgride as régulas capitalistas: velhos, crianças e adultos ainda mesclam as exigências do mundo contemporâneo com práticas ancestrais de trabalho e lazer. Dentre tais comunidades, vamos destacar, mais detidamente, as singularidades da vila de Baiacu que, conforme já referido, escolhemos para iniciar o Projeto BTS em retalhos.

***Figuras 1 e 2*** *– Ruínas de igreja em Baiacu.*
*Fotos: Gal Meirelles.*

*1*

*2*

## ***Baiacu: contaminações culturais***

A antiga Vila de Vera Cruz – desde 1962 rebatizada por Baiacu – ainda mantém marcos da presença colonial: as ruínas de uma igreja construída, provavelmente no século XVIII (Figuras 1 e 2) e o tanque dos jesuítas, primeira obra de engenharia hidráulica da colônia que fomenta lendas sobre tesouros e mistérios. Baiacu é um dos 27 distritos do município de Vera Cruz e abriga cerca de 4.000 "almas" do contingente populacional dos 55.000 que habitam as demais localidades da Ilha. É entrecortado pelo fundo da Baía de Todos os Santos e, por ser cercado de manguezais, não possui praia, mas diariamente está sujeito à hidrodinâmica das marés, que alarga frestas

e valas por entre lamaçais e apicuns. Segundo o Coronel Ubaldo Osório, avô de escritor João Ubaldo, no livro *A ilha de Itaparica: história e tradição*, a comunidade foi denominada Vera Cruz de Itaparica em 1560 (OSÓRIO, 1979, p. 35-36), pelo padre Luiz da Grã, integrante de uma missão catequética. Ainda que o acesso ao distrito esteja facilitado pelos 7 km de via asfaltada que o liga às demais localidades, o limite de Baiacu é o mar.

O mar responde tanto pelo partilhamento do território continental quanto pelo das práticas culturais. Os mestres de pesca são os principais responsáveis por retirarem do mar o sustento dos demais moradores; este sustento é bidimensional e abrange a dimensão material e a dimensão simbólica. Ambos balizam o eixo central da produção cultural do lugar. O mar é um espaço simbólico, tanto para os pescadores quanto para os outros habitantes, porém em proporções distintas: os primeiros experienciam-no diariamente por que são responsáveis pela captura dos produtos; os demais o vivenciam por intermédio dos resultados da pesca – consomem e/ou revendem os produtos –; observam a movimentação das atividades preparatórias em terra e ouvem os relatos dos sucessos ocorridos no mar. Assim, independentemente de haver compartilhado o espaço marinho de modo concreto – material –, todos os habitantes de Baiacu o compartilham como espaço do imaginário.

As singularidades geográficas e históricas locais resguardaram a comunidade da invasão imobiliária, ocorrida na Ilha desde a década de 60, e permitiram aos habitantes a conservação de práticas socioculturais peculiares. Porém, condicionantes de urbanidade como instalação de luz elétrica, de água encanada, a abertura de estradas – dentre outras – de algum modo, interferem e modificam a paisagem e o modo de vida da população. Tal constatação, advém tanto da observação da realidade, de um modo geral, quanto – em escala mais restrita – por intermédio de relatos dos indivíduos da comunidade, participantes da oficina. Pela incidência e natureza dos relatos, detectamos como o transcurso entre o espaço marítimo e o espaço terrestre responde tanto pela conformação da memória individual – a professora Gilmária Conceição escolheu representar visualmente o mar, justificando que, nos recônditos do seu imaginário, sempre temeu enfrentá-lo – quanto pela conformação da memória coletiva – a professora Jandira dos Anjos sentia-se orgulhosa por pertencer ao grupo de mulheres de Baiacu, pois as considera emblemas de força, resistência e determinação, expressando, emocionadamente: "– Em todo canto que vou, vejo mulheres de Baiacu com isopor na cabeça, vendendo peixe, vendendo marisco, indo e vindo e ainda trabalhando em casa para cuidar dos filhos [...]". (Informação verbal)

***Figura 3*** *- Mar de Baiacu. Foto: Gal Meirelles.*

Nesse sentido, é dos deslimites do mar que parte a identificação dos habitantes locais como integrantes de uma mesma comunidade que resguarda aspectos históricos e geográficos singulares (Figura 3). Por conta de tais aspectos, antigas tradições contaminam práticas culturais na atualidade, destacamos aqui, a pesca e a preparação culinária do peixe baiacu, responsáveis por cunhar o topônimo Baiacu. Entre as muitas memórias da comunidade, estão diversas histórias sobre o peixe, como pode ter várias aparências e nomes: peixe-balão, baiacu-cofre, baiacu-de-chifre, baiacu-caixão, baiacu-sapo, peixe que cresce. Os moradores da vila previnem que independente da nomenclatura é preciso saber retirar o veneno para saborear a carne alva e leve, especialidade culinária local. Sob as percepções das contaminações e trocas resguardadas na memória coletiva, adentramos a um conjunto de imagens que remete à comunidade de Baiacu, particularmente "a do peixe que cresce e contamina", para falar da proposta central deste artigo que é o registro reflexivo do processo criativo da primeira oficina realizada pelo Núcleo de Arte do Projeto BTS.

Assim, acreditamos que – em Baiacu – a memória cultural é um bem coletivo partilhado por indivíduos de um mesmo contexto histórico, geográfico e social; ali o mar não se constitui apenas de imagens remotas do passado, pois o elemento de cultura identificador daquele lugar é a atividade da pesca artesanal. Esta atividade ocorre cotidiana e coletivamente. Portanto, a formação da memória de Baiacu é constituída de um *discurso sobre um passado* recente, haja vista a maioria dos fatos estruturantes do núcleo discursivo das participantes da oficina, que se assentava em elementos que tangenciam a esfera do mar e suas diversas formas de repercutir nas práticas sociais em terra. Desta maneira, da confluência de mar e terra surge a vocação matérica da comunidade; no sentido de que os habitantes manuseiam materiais que conformam a vida e perpetuam a memória: tecem redes para a pesca, amassam o barro da construção de casas, retiram carnes da áspera textura de

mariscos e crustáceos para o alimento diário. Em pequenos grupos, pescadores de Baiacu debruçam-se sobre as redes de poliamida e munidos de agulha e fios de náilon rememoram pescarias e sucessos no mar através de cada um dos nós com que cozem as malhas rasgadas pela luta dos pescados: tecem as redes e atam os laços grupais que solidificam a comunidade. Todas estas referências inspiraram os participantes da oficina, pois suas memórias povoam-se destas imagens, vincadas também ao trabalho artesanal dos pescadores que precisam atar – manualmente – redes de pesca à porta dos paeiros, que circundam as areias dos apicuns.

***Figura 4*** *- Reparo da rede de pesca.*
*Foto: Nicole Avillez.*

***Figura 5*** *- Peixes na rede.*
*Foto: Gal Meirelles.*

***Figura 6*** *- Pesca com rede.*
*Foto: Gal Meirelles.*

***Figura 7*** *- Redes ao sol.*
*Foto: Nicole Avillez.*

> Muito silêncio mesmo, a maré baixa descobrindo o apicum sem fim [...], um friozinho molhado [...], os vaza-marés e outros caranguejinhos de plantão à porta de seus buraquinhos, a enchente começando a lamber a borda do mangue, um lumezinho bruxuleando na porta da casinha que ficava embaixo do coqueiro, uma vontade mansa, meio boba, meio sem pé nem cabeça, de que aquilo tudo parasse, que não fosse necessário fazer mais nada, quase como se a alma saísse do corpo. (RIBEIRO, 2007)

## *A construção da oficina*

As redes também foram utilizadas, na oficina em Baiacu, tanto como matéria, quanto conceito com vistas a **"**atar" os motivos perceptivos escolhidos para promover a ativação da memória com vistas a deflagrar o processo criativo, objetivando-se formatar um pensamento visual, denominado, por Cecília Salles, "Redes da Criação". (SALLES, 2006, p. 19)

Acreditamos que para melhor compreender as ações metodológicas utilizadas na construção da oficina é significativo entender "rede" enquanto associação e conexões de ideias provocadas por estímulos perceptivos que movem a memória de modo a intensificar o processo de criação. Salles (2006, p. 24) ainda afirma:

> Ao adotarmos o paradigma de rede estamos pensando o ambiente das interações, dos laços, da interconectividade, dos nexos e das relações, que se opõem claramente àquele apoiado em segmentações e disjunções.

Sob tais pespectivas, agenciamos a realização de uma oficina de arte, buscando reforçar questões que dinamizem a inserção de conteúdos artísticos tanto no ambiente de ensino-aprendizagem quanto para a comunidade em geral. Ressaltamos que neste início de "viagem", ao tempo em que planejamos e executamos esta primeira oficina, também destacamos que uma série de outras oficinas está em fase de planejamento para serem realizadas, ao longo de 2010, em diferentes pontos da Baía de Todos os Santos.

Com o objetivo de apresentar o "Projeto Vera Cruz em retalhos" para a comunidade escolar do município de Vera Cruz, em novembro de 2009, apresentamos o projeto à Secretaria de Educação do Município, obtendo apoio logístico no que tange ao custeio de transporte, espaço físico e alimentação para os participantes. Posteriormente, agendamos junto à prefeitura e ao sindicato da categoria, e o projeto foi exposto a 200 professores dos municípios de Vera Cruz e Itaparica, aos 12 de março de 2010 quando, na Escola Municipal Dáulia Angélica, cadastramos cerca de 120 interessados em integrar as oficinas (Figura 8). Solicitamos que divulgassem o

projeto nas comunidades onde lecionam. Nossa proposta inicial, de aproveitarmos a potencialidade do professor enquanto formador de opinião se concretizou: uma semana depois recebemos mais 20 solicitações.

***Figura 8*** *- Cadastramento para oficina.*
*Foto: Nicole Avillez.*

Por meio de *folder* contendo informações pertinentes à realização da oficina, cadastramos professores e demais interessados, registrando os seguintes dados: nome, profissão, endereço, telefones para contato, conforme a imagem ilustrada. É significativo pontuar que após a análise dos respectivos dados, constatamos que a maior parte das pessoas inscritas era composta de professoras da rede municipal de Vera Cruz, contando também com merendeiras, serventes, estudantes, donas de casa e artesãs.

| **Nome Completo :** | |
|---|---|
| **Sexo:** | |
| **Profissão:** | |
| **Endereço:** | |
| **Cidade:** | **Estado:** |
| **Telefone Residencial:** | |
| **E-mail:** | |

***Quadro 1*** *– Ficha de Cadastro*

Este projeto propõe, assim, a realização de ações que contaminem, se expandam, cresçam, tornem-se abrangentes e, por consequência sejam capazes de

refletir positivamente na comunidade.  Trazemos à tona também a imagem – "do peixe que cresce e contamina", o que faz emergir um procedimento das práticas contemporâneas da arte, que é a "contaminação". Isto acontece quando uma obra de arte recebe a influência do seu entorno, mas também o agrega como elemento estruturante. A vila do "peixe que contamina" com veneno é, então, um mote inerente ao projeto, pois um dos nossos objetivos é que a ação, iniciada na vila,  aglomerando pessoas em torno da prática artística, contamine outras comunidades e se espalhe em outras regiões do Recôncavo baiano. As ações, na utilização de materiais inseridos na realidade local foi o princípio acolhido pelo Núcleo de Arte do BTS. Sob esta luz de reflexões, traçamos os seguintes objetivos:

## *Geral*

Realizar oficinas artísticas tendo como recurso a linguagem híbrida a partir das poéticas do cotidiano, em interface com o conjunto de caracteres próprios e exclusivos do entorno da comunidade escolhida, tendo a presença da "água-cidade" como referência de "porto".

## *Específicos*

a) Perceber o fazer como fonte inesgotável de possibilidades matéricas para desenvolver o potencial criativo;
b) Propiciar a integração de professores e pessoas da comunidade, tendo o processo criativo como meio;
c) Detectar a ocultação e o espelhamento da simbologia existente em objetos da própria comunidade;
d) Propiciar o entrelaçamento da palavra e da imagem na formatação de linguagem individual;
e) Criar possibilidades de reflexão sobre o processo criativo, a partir da experiência artística pontuando três etapas: sensibilização, construção e reflexão;
f) Criar imagens referenciais sobre um suporte de lona, formatando painéis que propiciem o diálogo entre os envolvidos e as temáticas escolhidas;
g) Fornecer referências teóricas sobre as técnicas utilizadas, para aperfeiçoamento das mesmas e sua aplicação nas escolas, quando requisitadas;
h) Propiciar meios para que as técnicas utilizadas nas atividades propostas sejam aproveitadas pela comunidade para a criação de objetos concebidos a partir do entorno;

i) Buscar formas diferenciadas de expor os painéis junto às comunidades e ao público em geral;
j) A partir dos objetivos propostos, surgiram os primeiros questionamentos sobre os materiais mais adequados para serem utilizados nas oficinas:
k) Que suporte estaria coerente com os objetivos e conceitos abordados, oferecendo, mobilidade, leveza, para que permitisse ser trasportado, colado, costurado?
l) Que suporte poderia oferecer resistência para receber pigmentos, corantes naturais e sucatas leves como conchas, búzios etc.?
m) Que outros materiais poderiam ser adquiridos para poderem dialogar com matérias-primas colhidas em cada lugar?
n) Quais as ferramentas apropriadas para a realização do trabalho?

Sob estes questionamentos, fizemos uma relação de materiais e chegamos à conclusão de que seria impossível decidirmos o suporte sem também olharmos com atenção o entorno da região onde a ação artística se realizaria. Assim, com o olhar atento, percebemos os varais da ilha de Itaparica, com suas roupas coloridas suspensas ao vento, ao ar livre, desta forma, colocando esta imagem em posição de analogia à movimentação das velas e traquetes usados nas canoas em Baiacu, que nos levaram a duas decisões significativas em relação ao amadurecimento do projeto: a primeira, de que haveria um subtítulo: "Vera Cruz em Retalhos"; e a segunda, de que o suporte necessário à sustentação dos materiais seria tecido, mais especificamente a lona de vela, confeccionada em algodão cru e bastante resistente, por isto, utilizado na feitura de velames de embarcações.

Uma vez especificado o material, passamos ao planejamento de compra, idealizando que cada grupo de três a cinco pessoas receberia um tecido de 1m x 1,50m para trabalhar. Foram comprados 150m de lona para formarmos uma "ponte de criação" aproveitando todos os painéis realizados ao longo das oficinas, unindo, assim, tecidos, peculiaridades, histórias, vilas e territórios distintos, que uma vez costurados, representariam a pluralidade cultural existente na própria Baía de Todos os Santos.

Desta maneira, unidade e todo constituem o motivo para criar, já que um dos nossos objetivos é fazer com que professores e pessoas da comunidade trabalhem juntos e se tornem agentes multiplicadores desta experiência, agentes de expansão do conhecimento, seja atuando em sala de aula ou no próprio lugar onde vivem. Assim, se multiplicarão tecido e conceito, visto que este projeto visa a exatamente revelar – por intermédio da concientização do processo criativo – OCULTAÇÕES existentes no lugar de origem e refletir sobre possíveis ESPELHAMENTOS para ações artísticas utilizando o potencial de cada localidade.

## Porto 01: Baiacu

### Processo criativo

A vivência da arte no processo de ensino aprendizagem abrange ações que passam pela sensibilização, construção da obra e pela reflexão, integrando diversos aspectos que devem ser abordados por meio de conexões multidirecionais, com interpenetração de conteúdos, ideias, percepções e práticas. O processo criativo pode ser deflagrado através de estímulos de curiosidade, em situações de estranhamento ou de identificação, criando um campo dinâmico de aproximação e distanciamento, de pregnâncias reversíveis. Deve-se também promover o estabelecimento de relações, causais ou não, que incluam situações do campo da arte em diálogo com outras instâncias do conhecimento, tomando como referência as imagens do cotidiano e da experiência vivida pelos participantes. É necessário incentivar a experimentar os materiais, a liberar a imaginação criativa, colher informações, permitir o afloramento de percepções que colaborem para construir o processo criativo na atividade proposta.

Os objetivos a serem alcançados devem perpassar tanto pela área do conhecimento específico em práticas artísticas como pela experiência pessoal e coletiva do grupo. O resultado positivo do trabalho depende também de ativar nos participantes sensações inusitadas, ações como imaginar, criar, atentar, atenção às configurações culturais das proximidades, pesquisa de materiais disponíveis e, principalmente, a construção de uma memória simbólica.

A artista educadora Fayga Ostrower ressalta que nossa memória não é factual, mas uma memória de "vida vivida", sempre com novas interligações e configurações, aberta às associações, aos desvios simbólicos. Expande-se para o imaginário compartilhado no cotidiano, tomando as dimensões de uma memória também coletiva:

> As intenções se estruturam junto com a memória. São importantes para criá-lo. Nem sempre serão conscientes nem, necessariamente, precisam equacionar-se com objetivos imediatos. Fazem-se reconhecer, no curso das ações, como uma espécie de guia aceitando ou rejeitando certas opções e sugestões contidas no ambiente. Às vezes, descobrimos as nossas intenções só depois de realizada a ação. (OSTROWER, 1987, p. 18)

A memória é facilmente invadida pela imaginação e pelo devaneio. A impossibilidade de se estabelecerem fronteiras nítidas entre fatos vividos, fatos lembrados, relatos e cenas que nos foram oferecidos pelas diferentes situações experienciadas. Memória e tempo incorporam-se numa só entidade, como uma narrativa híbrida de ficção e realidade.

***Figura 9*** *- Restinga em Baiacu.*
*Foto: Nicole Avillez.*

Estabelece-se, assim, um trânsito de imagens deslocadas em diversas direções, também formando uma tessitura imaginativa que abriga signos e idiossincrasias que se movem no processo de criação. Este, por sua vez, se configura em uma estrutura labiríntica, na qual se perder faz parte do mesmo jogo de se achar e, concomitantemente, encontrar o sentido do caminho que se tende a explorar no processo de criação. Isto deve ser tão prazeroso para quem vive o processo artístico quanto o êxtase de ver a obra concluída e compartilhada.

Sob tais reflexões, a nossa meta principal era fazer com que cada um vivenciasse o seu (próprio) tempo de criação e desenvolvesse um produto artístico, de maneira que esta experiência viesse a contribuir para um processo mais intenso, de percepção e valorização do seu entorno, aproveitando materiais aplicáveis na esfera pedagógica ou como mecanismo para criar possíveis artefatos que propiciassem aumento do orçamento familiar.

Para promover um primeiro motivo perceptivo e iniciar o processo de sensibilização, separamos os materiais disponíveis por cor, textura, maleabilidade, propiciando contatos visual e táctil, numa tentativa de fomentar aproximações com aspectos imagéticos, próprios da vila de Baiacu. Todos experienciaram os objetos, sentiram os tamanhos distintos, formas diversas, cores variadas, percebendo os seus matizes, configurando na imaginação um processo relacional com o universo das coisas existentes em sua realidade cotidiana (Figuras 10, 11, 12 e 13).

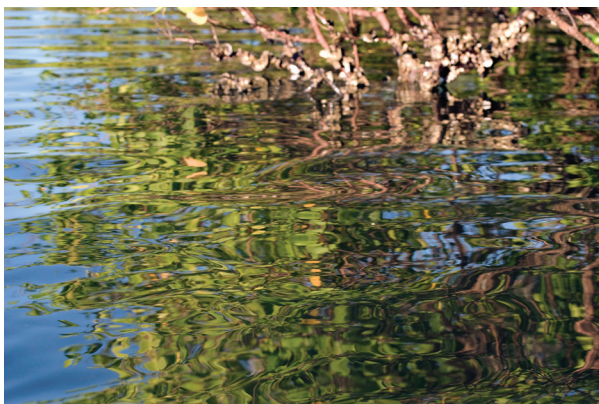
10

11

12

13

***Figuras 10 e 11*** *- Cotidiano em Baiacu.*
*Fotos: Gal Meirelles*

***Figuras 12 e 13*** *- Materiais para oficina.*
*Fotos: Gal Meirelles*

Neste caso, a materialidade em jogo, ou seja, a dos objetos já selecionados para integrarem a construção do processo artístico, não é meramente física: refere-se a tudo que está sendo formado e transformado. As materialidades no homem colocam-se num plano simbólico, pois a matéria passa a ser entendida como realização de potencialidades latentes, conforme o conceito é compreendido em Fayga Ostrower (1987, p. 32, 34):

> Trata-se de potencialidades da matéria bem como de potencialidades nossas, pois na forma a ser dada configura-se todo um relacionamento nosso com os meios e conosco mesmo. [...]. Cada materialidade abrange de início, certas *possibilidades de ação* e outras tantas *impossibilidades*. Se as vemos como *limitadoras* para o curso criador, devem ser reconhecidas também como orientadoras, pois dentro das delimitações, através delas, é que surgem sugestões para se prosseguir um trabalho e mesmo para se ampliá-lo em direções novas.

Cecília Salles também afirma que existe uma interdependência entre o artista e as matérias por ele selecionadas, sejam de natureza física ou simbólica, já evidenciando intenções criativas, tendências poéticas e construtivas posteriormente reveladas no processo artístico. As matérias selecionadas, por sua vez, passam a agir em função dessas tendências. Ao mesmo tempo, o conhecimento das leis que regem o comportamento da matéria atua na mesma tendência, concretizada no projeto poético do artista, oferecendo possíveis adaptações diante das impossibilidades.

***Figura 14*** *- Oficina e processo criativo.*
*Foto: Gal Meirelles.*

***Figura 15*** *- Materiais para oficina.*
*Foto: Gal Meirelles.*

Em contato com os materiais expostos e a partir destas vertentes reflexivas sobre procedimentos usados para despertar a potencialidade criativa dos participantes da oficina (Figura 14), passamos à escuta sensível do conto *A moça tecelã*, de Marina Colasanti (Figura 15), observando a temática abordada na narrativa, cuja personagem central é uma mulher que tece, constrói, sonha, transforma, desconstrói. A narrativa não implicava necessariamente a criação de imagens ilustrativas do trabalho proposto; em verdade, o conto, inserido no contexto da oficina, visava a despertar reflexões sobre o processo de criação artística, como um primeiro espasmo, um fragmento de vida. Sabíamos que seria naturalmente associado a imagens pessoais dos participantes e, consequentemente, estabeleceria analogias com cores, texturas e materiais experienciados.

A partir da escuta do conto, retomamos ainda o olhar sobre os materiais que estavam expostos e fizemos algumas perguntas: quais destes materiais e cores aparecem também no conto e lembram as cores das águas do mar de Baiacu? Qual a cor mais próxima do mangue de Baiacu? Qual é a cor que você mais gosta? Onde você esconderia um segredo? Como você descreveria Baiacu? Que objeto de Baiacu é mais forte para você? De que cor ele é? De que matéria é feito?

Este foi um momento muito significativo da oficina, pois nos aproximamos mais de cada integrante do grupo, uma vez que logo após as perguntas, cada um volta-se à procura do objeto de referência e, a partir dele, reflete sobre as percepções experimentadas no contato com os materiais, relacionando-os à escuta do conto, apresentando-se enquanto agente ativo da comunidade.

Arlinda, Gil, Maria, Nicole, Conceição, Viga, Jandira, Luzia, Marize , Giovana, Nívia, Gal, Rosana, Igor, Maise e Lara foram incentivadas à verbalização, comentando de que maneira o conto de Colasanti também refletia as ações, dos seus sonhos, dos receios e de suas expectativas. Começaram, assim, a manipular estes materiais, vivenciando esta primeira ação da oficina, em 14 de março de 2010, realizada na Creche Municipal Vovô Nilzio.

Nesta etapa do processo, foi possível conhecer necessidades pessoais no que diz respeito às possibilidades técnicas da MATÉRIA que tinham em mãos, a carga do conteúdo simbólico que traziam na MEMÓRIA, e o propósito CONCEITUAL suscitado naquele instante. Nesta tríade, há a possibilidade de cada um estabelecer, em "rede", as aproximações existentes com o meio onde vive, bem como refletir sobre seus sonhos, desejos, planos ou frustrações.

Assim, ressaltamos que, neste caso, as materialidades se concretizam no plano das coisas e no plano simbólico, vez que Bachelard coloca o indivíduo em posição de construtor em ação e destaca o papel da imaginação:

> A imaginação é um princípio de multiplicação dos atributos para a intimidade das substâncias. É também vontade de *ser mais*, de modo algum evasiva, mas pródiga, de modo algum contraditória, mas ébria de oposição. A imagem é o ser que se diferencia para estar certo de vir a ser. (BACHELARD, 2008, p. 21)

Em seguida, passamos a operacionalizar a construção da obra, criando perguntas contextualizadas com o material recolhido pelo grupo: qual o material que oferece essas características?

- Dureza X fragilidade (seixos rolados, folhas, cipós);
- Textura X superfície lisa (troncos de árvores, sementes, ostras, mariscos);
- Propriedades de colar (resinas de árvores, cartilagens de animais, gema, CMC, clara de ovo, cera de abelha, PVC);
- Propriedades de colorir ou pintar (corantes: plantas, raízes, sementes, cascas de frutas, anilinas e pigmentos, terras);
- Flexibilidade e mobilidade (bambu, arame);
- Marcas e gravados (reprodutividade), gravura e fotografia;
- Bordados e trançados (fibras vegetais e sintéticas);
- Sucatas variadas (botões, retalhos, ligas, fitas, escamas, mariscos, crustáceos);
- Propriedades da própria lona da vela das canoas servir como suporte.

***Figuras 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23*** *- Trabalhando os materiais. Fotos: Gal Meirelles.*

*16*

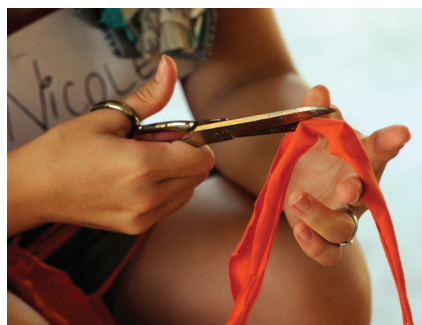
*17*

*18*

*19*

*20*

*21*

*22*

*23*

Em grupo, observamos os objetos trazidos pelos participantes e destacamos os que tinham capacidade de tingir ou pintar, os que poderiam se tornar sucatas leves ou receber ações como: pintar, rasgar, queimar, costurar, moldar, bordar, furar, repetir, colar. Como o espaço onde aconteceu a oficina era amplo, os participantes puderam formar duplas e ocupar áreas onde a lona de algodão foi esticada satisfatoriamente. Iniciaram-se as discussões e os primeiros traços.

Um depoimento complementava o outro. Falaram das travessias, das estradas, das águas, dos longos caminhos percorridos pelas vendedoras de mariscos e pelas próprias professoras para conseguirem se formar; falaram da coragem destas mulheres, da sua força e esforço físico. Falaram da natureza misteriosa e do mar que admiram e lhes desperta medo, ainda que seja a fonte de riqueza. Falaram da destruição crescente da natureza, da poluição e do descuido dos moradores da região. Falaram do preconceito existente em relação aos habitantes de Baiacu, como se a localidade não merecesse admiração. Falaram de autoestima. Falaram do uso crescente de bebidas pelos jovens e da chegada das drogas na região.

Incentivamos a liberdade de expressão, para instaurar suas ideias, observando que, a partir da necessidade individual, seriam ensinadas técnicas que posteriormente poderiam ser transmitidas em sala de aula ou utilizadas, quando fosse o caso, na confecção de artefatos. No decorrer da fatura das obras, quando se podem vislumbrar as primeiras formas criativas, o grupo percebeu que naquele momento se abria um mundo de possibilidades onde poderiam degustar do prazer da construção poética, inerente ao ser humano. Os olhos de todos brilharam. A professora Nívea frisava: "fico já emocionada só de ver estas coisas arrumadas no chão [...]".

À medida que as ações tomavam formas, inscritas nos primeiros riscos, na escolha das primeiras cores aplicadas na superfície do trabalho, na seleção dos primeiros materiais a serem utilizados, a alegria aumentava... Neste clima descontraído, procurávamos orientar cada uma dessas ações, com muito cuidado, no sentido de fornecer informações sobre o uso das cores, o desenvolvimento das diversas técnicas de pintura, questões relacionadas à estruturação do trabalho e utilizações de fibras distintas. Aos poucos, cada um descobria um universo possível, através da prática artística.

O repertório pessoal foi surgindo gradativamente – referências visuais, vocabulários particulares, diferentes ritmos, habilidades específicas – na busca de motivações internas e possíveis ligações que deflagrassem a tensão criativa, a vontade de realização.

As imagens refletiam a vila e sua gente. Aos poucos, estas palavras foram se agrupando em torno de uma construção mais detalhada, realizada em dupla e, neste momento, os materiais começaram a ser inseridos no painel. Usavam pincéis, cola, sucatas de procedência têxtil e, junto, a vontade de realizar. Gradativamente, começaram a experimentar cada objeto, ou acatar suas indicações. Definiram, então, como o trabalho seria realizado, traçando o esqueleto estrutural.

Nívea e Gilmária decidiram experimentar o recorte de tecidos, em vários tons de azul, indicando a variação das cores do mar, que foram colados, um a um, em matizes distintos, indicando zonas mais profundas e outras a superfície. Outras texturas foram surgindo através das cascas dos crustáceos e mariscos que aos poucos começaram também a ser agregadas ao suporte, criando outros ritmos (Figuras 24 e 25).

***Figuras 24 e 25*** *- Explorando texturas e materiais. Fotos: Gal Meireles.*

*24*

*25*

Rosana e Arlinda definiram o desenho, utilizando o pigmento aquarelado, observando as cores complementares presentes nas blusas vermelhas que usavam, em contraste com os verdes que surgiam em analogia à cor dos mangues de Baiacu (Figura 26). A técnica de aquarela foi ensinada de uma forma bem simples, ume-

***Figura 26*** *- Mangue de Baiacu. Fotos: Gal Meireles.*

decendo inicialmente o tecido e deixando os pigmentos se mesclarem, formando infinitos matizes ao se encontrarem... verdes azulados, amarelos esverdeados, azuis avioletados... A composição refletia em imagem os caminhos percorridos por elas

entre terra e água para obterem o título de professoras. A sombra e a luz indiciavam o tempo de luta e vitória, escassez e fartura vivido por elas (Figuras 27 e 28).

27

28

***Figuras 27 e 28*** *- Explorando texturas e materiais. Fotos: Gal Meireles.*

Neste momento, noções de composição foram introduzidas. Falamos da função dos elementos visuais na construção da forma. Exemplificamos harmonias de cores primárias, secundárias e terciárias, que geram analogias, contrastes e monocromias. Foram enfatizadas as linhas verticais, diagonais e horizontais que constituem ideias de crescimento, movimento e repouso (Figuras 29 e 30), os painéis foram dispostos ao sol para secar.

29

30

***Figuras 29 e 30*** *- Processo criativo. Fotos: Gal Meireles.*

Aproveitando esta introdução do conceito de repouso, sentimos que chegava a hora de fecharmos a atividade daquele dia e convidamos a todos para repousarem

as obras sobre o piso, e que caminhassem entre elas as observando em silêncio. Cada um, no seu tempo, sentou-se próximo ao seu trabalho e fizemos assim uma reflexão coletiva sobre o processo vivido.

Falamos sobre as ideias preliminares da exposição final, as quais seriam definidas no decorrer do projeto. Surgiram duas possibilidades: a primeira, a de juntarmos os painéis de cada "porto" formando uma grande "ponte" e apresentá-la em locais distintos da Ilha; a segunda proposta seria apresentá-los fixados nas velas das canoas e navegar em uma exposição marítima (Figura 31). A turma ficou bastante animada com a ideia e se prontificou imediatamente a colaborar.

***Figura 31*** *- Exposição marítima.*
*Foto: Gal Meireles*

Em seguida, comentamos sobre o significado de uma autoavaliação e pedimos a cada um que relatasse a sua experiência, descrevendo os aspectos mais contundentes da oficina e suas expectativas. Consideramos pertinente destacar os pontos mais comentados: (comentários ou indicações?)

a) levar o painel para casa e continuar trabalhando (inserindo conchinhas, búzios, cascas de crustáceos, mariscos);
b) a solicitação de textos e livros que falassem das harmonias cromáticas que havíamos apresentado;
c) profissionais que trabalhassem com o barro e papel artesanal;

d) técnicas artísticas que pudessem ser aplicadas em sala de aula.

Nestes processos vivenciados, percebemos o trânsito entre a palavra e a imagem, entre as técnicas disponíveis e o inusitado, entre professores e comunidade, como agentes importantes na transmissão de conhecimento; desta mesma forma, a nossa ação metodológica propiciou o movimento simultâneo de sensibilização, criação e reflexão que se entrelaçaram e se misturaram.

O processo criativo foi contínuo, onde a imaginação, como nos aponta Bachelard, se tornou o princípio de multiplicação dos atributos para a intimidade das sustâncias, estabelecendo profícuas "redes da criação".

As oficinas continuarão por outros "portos", unindo outros "retalhos", encontrando outras "almas", como nos provoca o baiacu, contaminando pessoas através de oficinas artísticas para que outros tecidos se tornem "pontes" unindo arte e comunidade, criando outras possibilidades de estabelecer travessias criativas, entre espaço marítimo e espaço terrestre... (Figura 32).

*__Figura 32__ - Espaço marítimo.*
*Foto: Gal Meireles.*

***Figura 33*** *- Casa de pescador – Baiacu.*
*Foto: Nicole Avillez.*

## Referências


BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios da vontade:* ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANZ, Teresinha Sueli. *Educação para uma compreensão crítica da arte*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

FUSARI, M. F. de Rezende; FERRAZ, M. H. C. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.

GORDILHO, Viga. *Cantos contos contas:* uma trama às águas como lugar de passagem. Salvador: P555 Edições, 2004.

OSÓRIO, Ubaldo. *A ilha de Itaparica*: história e tradição. 4. ed. Salvador: Fundação Cultural do. Estado da Bahia, 1979.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de* criação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. Rio de Janeiro: Campos, 1991.

RIBEIRO, João Ubaldo.*Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SALES, Cecília de Almeida. *Redes de criação:* construção da obra de arte. São Paulo: Horizonte, 2006.

SALES, Cecília. *Gesto inacabado:* processo de criação artística. São Paulo: FAPESB: Annablume,1998.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

Boy peba

I: dos fiadus

TERRAS DE DO ALVAA RODA P COSTA

Bahia de todolos sã tos

I T A P A R I C A

6 braças de preamar dagoas vivas

Boy peba

I: dos frades

I: do medo

Bahia de
todolos sã
tos

TERRAS
DE DO
ALVAR
RODA
P COS
TA

I
T
A

P
A
R

6 baxas
de preamar
dagoas vivas

P: des

# *Manifestações culturais no Recôncavo da Baía de Todos os Santos*

*Ordep Serra*
*Xavier Vatin*

A Bahia de Todos os Santos é a porta do mundo, como se sabe. Desmedida, nela cabem reunidas as demais enseadas do Brasil e ainda sobra espaço onde conter as rias da Galícia e as esquadras do universo. Quanto à beleza, não há comparação que se possa fazer nem existe escritor capaz de descrevê-la.

Um rebanho de ilhas, cada qual mais aprazível e deslumbrante, pasta neste mar de sonho. Pastoreadas pela ilha maior e principal, a de Itaparica, povoada de tropas lusitanas e holandesas, de tribos de índios e de nações africanas. No fundo das águas, no reino de Aioká, jazem cascos de caravelas armadas em guerra, fidalgos portugueses e almirantes batavos, colonos e invasores expulsos pelos denodados patriotas brasileiros. Itaparica, mãe da pátria recente, chão da liberdade nas batalhas da Independência, nas festas de janeiro.

Das glórias da Bahia de Todos os Santos manda a prudência não falar, é recomendável guardar silêncio, para evitar despeito e dor de cotovelo: sua fama está na boca dos marítimos, nas canções dos trovadores, nas cartas e relatos dos navegantes.

[...] No regaço do golfo, na brisa da península, plantada na montanha, eleva-se a Cidade da Bahia, de seu nome completo Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, enaltecida por gregos e troianos, exaltada em prosa e verso, capital geral da África, situada no oriente do mundo, na rota das Índias e da China, no meridiano do Caribe, gorda de ouro e prata, perfumada de pimenta e alecrim, cor de cobre, flor da mulataria, porto do mistério, farol do entendimento.

Esta bela página de Jorge Amado, do romance *O Sumiço da Santa* (AMADO, 1988, p. 18), exprime de forma apaixonada o fascínio da Baía de Todos os Santos, que ele muitas vezes celebrou: evoca, a um tempo, sua esplêndida geografia e sua rica paisagem humana, sua história e sua fábula, sua grandeza manifesta e seus tesouros escondidos. Lembra o passado submerso em suas entranhas, o desenho flutuante das rotas marítimas que a privilegiaram, o tumulto do conflituoso encontro de povos de que se fez palco.

Basta ler essas poucas linhas para dar-se conta de como é arriscado o projeto de discorrer sobre as manifestações culturais surgidas na bacia de nosso luminoso mediterrâneo, ao longo de uma história densa, quente, rica em descobertas e aventuras. Muita coisa, por certo, ficará na sombra. O conjunto é inabarcável, não há voo de pássaro que descortine um panorama tão variado.  Mas o texto amadiano oferece pistas que vale a pena seguir.

Eleito o guia da navegação, começaremos assinalando a insistência dele em uma grafia muito sugestiva: referindo-se ao acidente geográfico erigido em cenário desse pequeno mundo – o golfo que se escondeu aos olhos do descobridor sob a aparência de uma baía discreta, mas até agrega duas, a modo de "acólitas" – ele sempre escreve *Bahia*. O que é um modo de não separar a geografia da história, de corresponder ao jogo das metamorfoses de um espaço cultural transbordante, em contínuo movimento.

Mergulhando, com ousada coerência, na contradição que anima sua dialética de poeta, ele também faz questão de chamar de *Cidade da Bahia* a capital do seu Estado. Nisto ele segue uma velha tradição de seu povo, para quem Salvador é mesmo *a Bahia*, pura e simplesmente.

A metonímia tem uma curiosa flutuação, como bem se vê. Pois já notamos que a escrita amadiana logo faz recordar, além desta concentração onomástica, um movimento oposto: a mágica extensão do nome marítimo por todo um vasto território, incluindo matas, caatingas e cerrados, planícies, serranias, altiplanos, *canyons*, lapas... a ponto de compreender não só os vales e estuários da cercania, a concha do Recôncavo e a fita alviverde de uma imensa orla oceânica, como também, a perder de vista, um grande sertão batizado com água salgada – licor de muita saudade – pela memória imaginosa de exploradores afeitos a dar a suas expedições um aparato de navegação.

Por efeito dessa poesia de peregrinos, ainda evocados nas marujadas dos nossos campos gerais, assim como no Recôncavo, no semiárido e na Chapada, ficou nos mapas uma *Bahia* rica não só de águas doces e salobras – com uma vasta rede de rios e um imenso litoral que transcende de muito o golfo (é o mais extenso do país) – como também de muito chão seco, de muita terra espalhada sob o sol do trópico: um território do tamanho da França.

Pode parecer estranho, mas está certo Jorge Amado: não se descortina o golfo mágico, a Baía de Todos os Santos, sem contemplar, à luz da memória, seu espantoso derramar-se terras adentro: sem ter em mente esse efusivo transbordamento de sua imagem pelos caminhos do tempo, pelas trilhas da aventura, quando o mar virou sertão.

Por outro lado, está longe de ser descabida, apesar do paradoxo mal velado sob o disfarce do costume, a concentração da misteriosa Bahia na sua cidade maior.

No entanto, aqui teremos de buscar o difícil equilíbrio entre os movimentos opostos da maré metonímica. Vamos limitar-nos ao que já é muito: às bordas da grande taça aquática. Pelo menos tentaremos... seguindo o escritor embriagado por sua beleza.

•••

Quase religiosamente, Amado evoca o nome completo da Cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos e a mostra dominando, desde sua eminência, o regaço do

golfo. Como este – ou melhor, como a *Bahia* que ela incorpora e que a faz estender-se muito além de suas fronteiras – a grande cidade lhe aparece feminina e misteriosa, na península em cujo dorso a brisa marítima se derrama. Assim ele volta de novo sua atenção para as ondas... E na sua visão lírica, o seio marinho toma a feição de um *Wunschraum*: o reino de Aiocá. Passa pelo mito a sua leitura da paisagem fascinante. E isso a aprofunda, tornando-a mais rica e densa: **mais real,** portanto… Graças ao sonho. Pois este procede do sentimento de quem a povoa com seus desejos e esperanças, de um povo que dá presentes ao mar.

Foi Jorge Amado, com certeza, quem melhor celebrou a Baía de Todos os Santos, divulgando sua beleza e espalhando sua fama pelos quatro cantos do ecúmeno. Leitores de todo o mundo se têm deleitado com as imagens que ele difundiu desta região, de sua gente, de sua cultura. Não é possível ignorá-lo ao tratar do assunto deste pequeno estudo. Ele foi um bom intérprete do modo de vida, do sentimento do mundo, das artes, enfim, da cultura da "humanidade baiana", como gostava de dizer. Vale a pena seguir suas indicações.

Veja-se como ele chama a atenção para o rico "rebanho de ilhas" (são cinquenta e seis ao todo) das águas de Todos os Santos. Para justificar o tom lírico de sua evocação, basta a lembrança da ladainha de seus topônimos, que envolve nomes singelos (Ilha Grande, Ilha Pequena) em meio a outros bizarros, canoros, esquisitos, numa ciranda musical que mistura santos e bichos, plantas e cascos, lembranças lusas e tupis: as ilhas do Medo, do Cal, dos Frades, das Vacas... junto com a Madre de Deus, Bom Jesus dos Passos, Santo Estêvão, São Gonçalo, Santos – resumindo a corte –, mas também Cajaíba, Matarandiba, Caípe, Mutá, Saraíba, Olho Amarelo, Malacaia, Caraíbas, Porcos, Carapitubas, Bimbarras, Canas, Ponta Grossa, Fontes, Pati, Coqueiros, Itapipuca, Madeira, Chegado, Topete, Guarapira, Coroa Branca, Uruabo e – para não ir mais longe na relação – Curupeba pequena ao pé de Itaparica.

Esta é a "pastora", como a chama Jorge Amado. A ela voltaremos.

O romance de que tiramos a epígrafe deste trabalho começa com a viagem solene de um saveiro que transporta, entre abacaxis, cajus e mangas, uma divindade oculta em uma bela imagem barroca: Santa Bárbara, a do Trovão, que Jorge Amado esculpe lindamente com palavras misteriosas. Ela tem a companhia de dois devotos. É oriunda de Santo Amaro, foi encaminhada por Dona Canô, mas seu périplo se inicia em Cachoeira, pois a viagem percorre a veia do Paraguaçu, que alimenta a Baía de Todos os Santos.

Acompanhando a descrição desse trânsito, somos levados a nos lembrar imediatamente das liturgias marítimas dos baianos, muito embora o cortejo se ache reduzido, neste caso, à singeleza de uma única embarcação. De qualquer modo, não falta fervor a esse périplo místico, que ao cabo vai revelar-se prodigioso. A grande Senhora que navega com seus acólitos escondida na imagem belíssima reúne em si duas pessoas sagradas. Logo vai revelar-se – com uma nova ocultação.

Seu ponto de embarque merece atenção especial no quadro que estamos esboçando. Os saveiros desapareceram, o vapor de Cachoeira não navega mais no mar, porém esta cidade que pariu trinta municípios, hoje derramados pelo recôncavo afora, continua marcada pelas ondas que impõem o movimento da maré ao Paraguaçu. O farol que ainda se avista às margens deste rio ergue-se sobre um rochedo chamado de "Pedra da Baleia", pois aí teria chegado, faz muito tempo, um cetáceo desgarrado, espécime extravagante do gado de Iemanjá. No local, ainda se celebram ritos solenes de oferenda à Mãe d'Água: diz o povo cachoeirano que o rio Paraguaçu pertence à Rainha dos Mares. Assim, a cada ano, no domingo que se segue à festa do dia Dois de Fevereiro em Salvador, os terreiros de candomblé de Cachoeira e das cidades circunvizinhas realizam a festa de Iemanjá, no cais da cidade, organizando um xirê a céu aberto e levando de barco, no final da tarde, as suntuosas oferendas rumo à Pedra da Baleia.

***Figura 1*** *– Oferendas para as mães d'água em Cachoeira.*
*Foto: Xavier Vatin.*

No sentimento dos nativos, Cachoeira integra, pois, a Baía de Todos os Santos, em cuja antessala – a fecunda Baía do Iguape – o Paraguaçu se derrama, espelhando a graça de Maragogipe, a beleza das vilas de Nagé e Santiago, as ruínas místicas de São Francisco do Paraguaçu e as lembranças das sangrentas batalhas da Ilha do Francês.

Também é impossível separar da Baía de Todos os Santos (BTS) a luminosa Santo Amaro, de onde partiu a Santa com seu bornal de raios e trovões, deixando a bela matriz de Nossa Senhora da Purificação. O romancista não explica como a santa chegou ao vizinho Paraguaçu, mas ensina que em Santo Amaro realmente começa, em música e mistério, a Baía de Todos os Santos.

O périplo da Santa avança pelas águas do grande rio. Principia, por certo, onde ele se faz navegável: entre Cachoeira e São Félix – as cidades gêmeas, tesouros do patrimônio histórico e cultural do Brasil. (Até agora, o registo de tombo se deteve tolamente no lado cachoeirano, esquecendo o delicioso presepe de São Félix;

esperamos que seja logo corrigida esta falha bisonha, fruto de miopia do IPHAN: registramos com alegria que este órgão já encaminhou o tombamento da orla e de parte da bela cidade irmã de Cachoeira).

Jorge Amado nos sugere a via de uma primeira aproximação ao nosso tema. Comecemos, sim, evocando o cânon dos ritos que desenham nesses mares um mapa mítico. O saveiro do romance evoca, já sugerimos, a rica liturgia das águas existente na área, em particular as procissões que lhe sulcam as ondas.

•••

A procissão do Senhor dos Navegantes não se afasta da costa de Salvador. Começa em Monte Serrat, na Boa Viagem, com um cortejo de barcos a seguir a galeota *Gratidão do Povo*, em que a imagem do Crucificado segue até a entrada da Barra, para depois voltar ao ponto de partida. Não se sabe direito sua origem, mas esta celebração passou a constituir um momento fundamental do calendário festivo da Bahia: a galeota transporta com o Padroeiro os votos do Ano Novo. Embora o festejado seja o Cristo Sofredor que padece em sua cruz, a procissão nada tem de penitencial ou doloroso: assim como o que é celebrado em terra – na famosa basílica da Colina, para onde se dirigem, cantando e dançando, os joviais adoradores do Agonizante – o culto deste navegador crucificado à porta do templo se acha envolto em alegria, entusiasmo e muita esperança. Seu barco de bênçãos inaugura jubilosamente o ano recém-nascido. Pode-se dizer que nesta ocasião o Pai do Bonfim assume o princípio: rege o começo do calendário...

Mas não está sozinho.

Seus fiéis honram também a Senhora da Boa Viagem. E mais extensa do que a d'Ele vem a ser a procissão de... *Nossa Senhora dos Navegantes*.

Pois o mar da Bahia tende irresistivelmente ao feminino.

Para mostrá-lo, basta lembrar as grandes cerimônias de oferenda que acontecem nas ondas baianas, dirigidas à bela Iemanjá – que nesta terra de todos os santos destronou o deus Olokum, tomou-lhe os mares e oceanos. Inúmeros presentes são dedicados à divina Senhora, "Mãe dos Seios Lacrimosos", em todo o litoral da BTS, por grandes e pequenos terreiros, ou mesmo por iniciativa individual de devotos que fazem isoladamente sua homenagem. Isso acontece principalmente no despontar do ano novo, nos meses de janeiro e fevereiro.

As propiciações mais simples (com singela oferenda de flores lançadas às ondas, por exemplo) podem ser feitas em qualquer época, até de forma solitária; mas as grandes festas da Rainha do Mar requerem cortejo sagrado e procissão de barcos, festa múltipla.

A maior delas ocorre no dia Dois de Fevereiro em Salvador, no Rio Vermelho. Já se acha, hoje, bem documentada, estudada. (AMADO, 1956; SERRA, 2009; TAVARES, 1961; VERGER, 2002; VIANNA, 1983) Sabe-se que atrai peregrinos do mundo inteiro e originou muitas imitações Brasil afora. Uma preciosa documentação recente

(GOUVEA, 2008), que inclui uma abordagem etnográfica e um corpus muito rico de fotografias, incidiu sobre a grande cerimônia de Salvador, mas também sobre os belos *Presentes de Iemanjá* dedicados em Itaparica. Um deles acontece no dia 2 de fevereiro, por iniciativa de uma comunidade litúrgica de Amoreiras: o povo do *Ilê Omon Aboulá,* terreiro consagrado ao culto dos ancestrais (os *Babá Egun*). A dedicação desse Presente vem a ser o clímax de um pequeno ciclo festivo (ver GOUVEIA,2008, p. 52-53):

> O ritual começa no dia 20 de janeiro, quando os fiéis descem do Aboulá em direção ao mar e, seguindo uma trilha de pedras, fincam em um ponto exato [na areia coberta pelas águas marinhas] uma bandeira azul e branca. No dia da festa, no período da manhã, as cerimônias são restritas às pessoas da casa. Pela tarde, as portas são abertas ao público para a cerimônia que começa com o padê de Exu e ainda no barracão [os antepassados] Babá Omorô Mitodô, de Iemanjá, e Babá Nilô, de Oxum, aparecem para agradecer e abençoar as oferendas. Na saída da procissão, após um foguetório, homens e mulheres seguem descendo o morro em direção ao vilarejo e à praia, com balaios e talhas sobre a cabeça, guiadas pelo som das cantigas sagradas, para serem levados ao mar. No caminho, sempre cruzam com a procissão de Nossa Senhora das Candeias, organizada pela Igreja Católica.

Outra festa itaparicana de Iemanjá com procissão aquática e entrega de presentes à Rainha do Mar é hoje protagonizada pelo *Ilê Axé Babá Ominguian,* em Bom Jesus de Manguinhos, não longe de Amoreiras; tem lugar no dia 3 de fevereiro. É uma celebração centenária, muito concorrida.

Esses são os eventos maiores; porém devemos repetir que a *Princesa de Aiocá*, a Senhora dos Sete Nomes, como Jorge Amado a chamou em outro romance, recebe presentes o ano inteiro na Baía de Todos os Santos. E convém lembrar que além dela há outras *Mães d'Água* cultuadas em toda a extensão da BTS, com oferendas depostas em rios, mangues e lagos. Quase sempre a dedicação desses oblatos envolve ritos preparatórios (mais ou menos complexos) e pequenas procissões.

•••

Nossa escolha, induzida por Jorge Amado, foi principiar pela abordagem de rituais festivos que percorrem a BTS com sua constelação de símbolos e remetem a uma fervilhante galeria mítico-religiosa. Uma apresentação exaustiva está descartada. São muitos e complexos os grandes ritos públicos que marcam significativamente o curso do ano na área em apreço. Quase todos têm caráter religioso, ou tangenciam a religião – como acontece com os festejos cívicos de Santo Amaro, Cachoeira e Itaparica, em que os Caboclos, tornados símbolos do heroísmo dos libertadores, também vieram a ser, aos olhos do povo, figuras sagradas dignas de culto.

Esse grande calendário festivo tem por base marcos das liturgias católicas a que se combinaram investimentos simbólicos alentados por uma outra inspiração religiosa, de fonte afro-brasileira – e por uma criatividade lúdica popular das mais ricas, característica deste espaço cultural.

Como todos sabem, o catolicismo já foi religião oficial do Brasil, onipresente na vida do país. Sacramentos católicos pontuavam a existência dos brasileiros, do berço à cova, de modo que interferiam poderosamente na organização dos ritmos da vida privada. Além disso, a ICAR até há pouco dominava, com seus ritos sacros, muitas manifestações da coletividade nacional, participando também, decisivamente, de muitas das cerimônias cívicas do país. A rigor, seu calendário litúrgico regia o tempo da vida pública. Seus dias santos eram os principais feriados.[1] Ainda hoje, quando o mercado da salvação se encontra grandemente ampliado e diversificado no Brasil, há dias santos católicos reconhecidos como feriados nacionais, a exemplo da Sexta-Feira Santa e do dia de Corpus Christi.

Se é fato que o ano litúrgico católico perdeu muito de seu valor de referência em nosso país, isto não se deu de maneira uniforme. Na área que aqui nos interessa – no espaço da Baía de Todos os Santos – esse seu papel de marcador simbólico ainda continua vigendo, em muitos sentidos, mesmo para aqueles que não são católicos, nem sequer religiosos.

Não se pode negar que o catolicismo tem perdido espaço no Brasil inteiro. Isso acontece também na Bahia. É que nos meios populares tem sido grande o avanço de novas denominações evangélicas ligadas ao chamado neopentecostalismo de missão, com uma prédica fundamentalista e uma teologia típica das chamadas "religiões de sucesso". Essas novas igrejas têm arrebatado à ICAR muitos fiéis. Ao mesmo tempo, desenvolvem feroz campanha contra o candomblé e outros cultos de matriz africana, que diabolizam. Mas crescem, também, parasitando esses ritos que perseguem.

Em todo o caso, o catolicismo e as religiões de matriz africana ainda têm muita força na Baía de Todos os Santos. E interagem na composição de um opulento cabedal de ritos públicos. Assim, o encontro de dois poderosos sistemas rituais e de duas mitologias muito ricas continua sendo um traço marcante da cultura desta área.

Como bem observou o antropólogo Roberto Moura (1983), aqui o calendário cristão se redefiniu.[2] A redefinição de que ele fala apoiou-se na identificação de santos católicos e divindades africanas, que tomaram as festas do rito romano "nas ruas, nas praças e mesmo nas igrejas da cidade". Segundo comenta Serra (2009, p. 19), deste modo

1 Mesmo o carnaval tinha relação com o curso do ano litúrgico delineado pela Igreja Católica, oposto como era esse período ao da quaresma: bem o indicava o rito da Quarta-Feira de Cinzas.

2 Ele fala de Salvador, mas sua observação se aplica, de maneira plena, a todo o entorno desta metrópole, à orla da Baía de Todos os Santos – Recôncavo baiano inclusive.

> [...] a poderosa imaginação ritual dos afro-brasileiros conquistou espaços públicos que lhe eram vedados, imprimiu uma nova "imago mundi" e uma nova temporalidade no texto do calendário romano, apropriou-se de ritos cristãos que transformou e renovou, de maneira original e inventiva. Tal "interpraetatio africana" de mitos e ritos cristãos produziu, nesta estação da diáspora, um cristianismo sui generis, muito vivo e interessante. Ouso dizer que em Salvador e no Recôncavo baiano o catolicismo popular fez-se praticamente uma religião afro-brasileira [...].

[...] em diálogo com outras – caberia acrescentar. O fenômeno é bem conhecido... Jorge Amado, por exemplo, o assinalou com muita graça: orixás, voduns, bacuros e inquices aqui se apossaram de altares católicos, redesenharam à sua feição devoções impostas ao povo negro.

Desse encontro de civilizações sacrais (complicado, sofrido, marcado pela violência da catequese, por manhas que a revertiam e por enganos gloriosos, mas sempre fecundos), resultou a criação de uma cultura da festa que caracteriza o pequeno mundo da Baía de Todos os Santos.

Merece especial consideração o decisivo contributo do candomblé para essa cultura.

•••

Do ponto de vista do povo-de-santo, sem festa o mundo não sobrevive: perde o alimento de sua origem, a graça da criação. Em falta de festejo, fica reduzido a um jogo de coisas, sujo de banalidade. Apenas roda sua rotina, esquecidamente; e nesse giro monótono a vida dos homens e mulheres pode gastar-se à toa, manchar-se de triste impureza.

Pois mundo sem festa é imundo.

Para que não pegue a doença mortal do desencanto, o *ayê* – o espaço do cosmo em que nós vivemos – precisa de festa, portanto. Carece principalmente daquela que é da competência dos santos – dos "Encantados", como eles também se chamam.

Mas em que consiste a festa dos "Encantados"?

Segundo os adeptos do mistério negro, ela se faz para que os santos venham **brincar**. É assim que se define sua atividade mais importante entre os humanos, sua realização essencial, em momentos privilegiados.

Toma-se um grande trabalho para que esse brinquedo se realize: homens e mulheres pobres se afadigam, despendem tempo e recursos preciosos. A generosidade é mãe da festa, que se alimenta de dádivas e do esforço coletivo, exige colaboração, entrega, paciência, entusiasmo.

Houve tempo em que era preciso mais: correr sério risco de vexames, enfrentar a perseguição da polícia. Muita gente já apanhou, sofreu cadeia e humilhação, por causa do brinquedo dos santos, por amor à festa.

E é mesmo festa o que significa a palavra bantu *candomblé*.

Não são poucos os que acham difícil entender o comportamento religioso do povo-de-santo. Os negros escravizados que instituíram esse rito eram considerados por seus amos gente de segunda classe, inferior, limitada; às vezes, os atos de culto que realizavam chegavam a ser tolerados porque nem eram percebidos como tais; enxergava-se neles apenas uma **diversão** dos negros. Até hoje, ainda há quem considere as festas do candomblé pouco mais que isso; há quem as tome por belos espetáculos construídos com muita sensibilidade sobre um fundo de crenças extravagantes mantidas de modo mecânico. Mas para os fiéis do culto afro-brasileiro não se trata disso. Nem diversão nem evasão; antes o contrário. Nas festas, os santos "brincam" de um modo que alegra, anima, consola os humanos: renova-lhes o mundo. Sua dança combate o aborrecimento, as aflições, a tristeza. Tem poder de bênção. Ao celebrá-los assim, vai-se muito além da diversão. A festa dos Encantados nada tem de fútil, de frívolo, de passatempo; relaciona-se com as fontes da vida.

Na sua construção, a beleza é indispensável: exige-se que a casa, as mulheres e os homens se façam bonitos, como belos têm de ser não só os deuses do *orun* – que ao chegarem à terra em corpo emprestado se cobrem de trajes, insígnias e atavios caprichosos – como os próprios mortos: os solenes *Babá Egun,* que aparecem em Itaparica ocultos sob uma roupagem sedutora, fantasticamente bela.

A música tece o caminho da revelação, que percorre e entrelaça gestos, cores, formas, no arrebato da dança. Profundamente associada ao fenômeno da possessão, ela desempenha um papel central nos ritos religiosos afro-baianos, nas festas de orixás, voduns, inquices, caboclos, erês, exus e babá egun. A natureza das relações da música e da possessão fascinou filósofos, estudiosos e escritores, de Platão a G. Rouget.[3] Durante muito tempo, acreditou-se – e alguns continuam acreditando – que música e possessão pertencem a um universo inefável e inexplicável, o da subjetividade, do afeto e das emoções, universo este irredutível, de fato, a qualquer abordagem científica. No entanto, os dados coletados e analisadas por antropólogos e etnomusicólogos convergem para mostrar que estas duas manifestações, profunda e universalmente humanas, são sempre regidas por regras complexas e extremamente rigorosas – quer sejam estas explícitas ou, como frequentemente acontece no caso das civilizações de tradição oral, a exemplo do candomblé, implícitas.

No Ocidente, crenças religiosas e preconceitos etnocêntricos levaram a assimilar a possessão a uma manifestação demoníaca, psicopatológica ou da ordem do simulacro. Para a antropologia, no entanto, o sistema da possessão nas sociedades extraeuropeias é um tema cuja pregnância parece particularmente sintomática de seu desaparecimento quase total do mundo ocidental ao longo do século XX. Sua ressurgência no início do século XXI, no contexto da globalização, parece igualmente significativa de sua universalidade latente.

3 No campo da etnomusicologia, a obra de Gilbert Rouget, *La Musique et la Transe: esquisse d'une théorie générale des relations de la musique et de la possession,* publicada em 1980, constitui uma referência fundamental, cuja tradução ainda faz falta no Brasil.

De fato, da *mania* grega ao *wajd* sufi, das religiões afro-baianas ao xamanismo siberiano, música e possessão compõem juntos, segundo diversas modalidades, o repertório muito codificado de uma humanidade em busca perpétua de experiência mística.

A música detém um lugar central na prática ritual dos cultos de possessão. No entanto, a sua associação não deve levar à hipótese errônea de uma natureza intrínseca e necessária de suas relações. Ou seja, a relação de indução que existe entre música e possessão é de ordem simbólica e não mecânica, condicional e não condicionada, extrínseca e não intrínseca. Ambos participam de uma linguagem, sonora e motora, cuidadosamente elaborada por cada cultura. Para Roger Bastide (1972, p. 96),

> [...] o transe africano ou afro-americano é uma *linguagem* (ao mesmo tempo motor e vocal) que se decripta segundo um certo código; tem seu vocabulário, suas regras gramaticais e sua sintaxe.

É nesta perspectiva que nos inscrevemos aqui: para entender este aspecto central das religiões afro-baianas e fugir do crivo de um senso comum moldado por preconceitos racistas e pseudoevolucionistas, impõe-se seguir a interpretação bastidiana.

No caso do candomblé, Pierre Verger compara o adepto, após a iniciação, a uma chapa fotográfica: este carrega internamente, de forma latente, uma imagem da divindade/entidade que foi "plantada na sua cabeça" e que vai se manifestar durante as cerimônias rituais, cujo dispositivo estaria agindo como um "revelador fotográfico". Mas o iniciado ignora a presença desta imagem, pois esqueceu aquilo que aconteceu ao longo de sua iniciação. Na ocasião de uma cerimônia, um *desencadeador cultural*, a exemplo da música, vai provocar nele, segundo certas condições, os gestos e as condutas associados à imagem inconsciente da divindade/entidade.

Esta construção de uma personalidade segunda, cujas manifestações poderiam ser desencadeadas à vontade a partir de certos estímulos, envolveria um condicionamento de tipo pavloviano. A música serviria assim para veicular estímulos sonoros constituídos pelas fórmulas melódicas e rítmicas associadas a determinada divindade/entidade. Estes estímulos, existindo na cultura sob a forma de repertórios musicais, seriam inscritos no corpo dos iniciados para desencadear, após uma aquisição de hábitos estereotipados, respostas automáticas de sua parte. Porém, esta teoria do condicionamento iniciático, de inspiração culturalista, em oposição à concepção dita psicopatológica da possessão, não pode, por si só, explicar a natureza das relações da música e da possessão.

Rouget contesta a sua validade:

> O problema consiste em saber se é legítimo falar de reflexo condicionado, pois ora se trata efetivamente de um reflexo condicionado e neste caso este deve funcionar em qualquer situação como resposta a seu estímulo; ora o estímulo permanece às vezes sem resposta e, neste caso, não é de um reflexo deste tipo que se trata. (ROUGET, 1990, p. 328)

A observação mostra, de fato, que a audição de *devises* que deveriam funcionar, segundo esta teoria, como estímulos trazendo necessariamente a mesma resposta, não desencadea sempre a possessão dos iniciados. Notemos a este respeito que Roger Bastide (1972), nos seus "Prolégomènes à l'étude des cultes de possession", volta ao conceito de condicionamento, falando de "reflexos condicionais". A entrada em transe depende nitidamente de vários fatores contextuais, tais como o respeito das proibições alimentares ou sexuais que precedem a cerimônia, a idade de santo etc. Para que a possessão de um iniciado advenha, é necessário que certas condições sejam reunidas; uma vez reunidas, não se pode negar que certos elementos, de naturezas diversas – sonora, visual, olfativa –, possam ser qualificados de "desencadeadores" da possessão.

Enfim, para entender a natureza extrínseca das relações da música e da possessão, faz-se necessário lembrar que a possessão não ocorre exclusivamente em um contexto cerimonial; esta pode se manifestar no âmbito doméstico. O que nos interessa especificamente neste caso é a ausência frequente de qualquer "desencadeador" externo: nenhum canto, nenhum ritmo, nenhum toque de sino, nenhuma ingestão de qualquer substância vem desencadear a possessão. É somente após a execução de invocações proferidas pelo iniciado, em voz baixa, que a possessão advém.[4] Portanto, vale ressaltar que a música *não é* indispensável para a ocorrência da possessão.

***Figura 2*** *– Filha de Santo. Foto: Xavier Vatin.*

4 Tal fenômeno de autoindução da possessão poderia levar a aproximar esta prática do xamanismo. Este exemplo mostra que práticas que foram por muito tempo tidas por diametralmente opostas pela abordagem estruturalista – possessão e xamanismo – possuem provavelmente tantas características comuns quanto divergências profundas.

No contexto litúrgico do candomblé, a música – composta de centenas de cantigas e dezenas de fórmulas rítmicas tocadas por três atabaques e um sino metálico (*agogô* ou *gã*) – acompanha e estrutura todos os ritos sagrados. Cada divindade – orixá, vodum, inquice – possui um repertório de cantigas específico; certas divindades têm fórmulas rítmicas características e todas se diferenciam por coreografias próprias. Para os adeptos do candomblé, a música contribui para o estabelecimento de laços entre *ayê* e *orun*, entre o mundo dos humanos e o das divindades, ou seja, para o desencadeamento e a condução da possessão. Portanto, a música atua no coração de um sistema que coloca em ação as representações simbólicas, espirituais e religiosas de toda a comunidade. Cantigas, toques, danças e mitos participam de um "teatro sagrado" no qual, por uma extraordinária alquimia sinestésica, cada elemento – musical, coreográfico – é transcendido pela sua interação com os outros.

Seguem, resumidamente, as características musicais comuns a todas as nações de candomblé, incluindo o culto aos caboclos: alternância solista/coro de forma antifonal ou responsorial; canto essencialmente monódico, silábico e contramétrico; fenômenos pontuais de plurivocalidade; *overlapping* e heterofonia; acompanhamento por um conjunto percussivo caracterizado por uma contrametricidade dominante; superposição binário/ternário e poliritmia frequente.

Do ponto de vista simbólico, as músicas do candomblé estabelecem a ligação entre a África mítica e um Brasil profundamente mestiço. Patrimônio imaterial preciosamente preservado, elas também sofrem lentas e quase imperceptíveis modificações, características das músicas de tradição oral. Elas servem de fonte privilegiada para numerosas formas musicais na Bahia e no Brasil. Grupos carnavalescos e muitos artistas, como Carlinhos Brown, Gerônimo, Os Tincoans, Os Filhos de Gandhy, mergulham nesta fonte para extrair cantigas e ritmos, ora na sua integralidade melódica e rítmica, ora sob a forma de trechos reelaborados, fornecendo assim ao carnaval e à música popular da Bahia alguns dos seus maiores sucessos. Tal reapropriação, festiva e profana, da música sacra afro-baiana, suscita reações diversas por parte dos adeptos do candomblé, divididos entre tradicionalismo religioso e frenesia carnavalesca, entre africanidade mítica e baianidade contemporânea. Matriz rítmica, melódica e temática – pois as divindades africanas são muitas vezes evocadas nas letras dos grandes autores da música popular brasileira, entre os quais Caetano Veloso, Gilberto Gil, Aldir Blanc –, o universo sonoro do candomblé atesta da vitalidade de práticas musicais que constituem, no Brasil, o principal vetor da cultura popular.

Na ritualística afro-baiana, alegria também é preciso. Mesmo complexos e elaborados, mesmo exigindo compenetração, os ritos não devem pesar. Há momentos de serena solenidade, outros de arrebato empolgante; mas sem animação e leveza a festa não progride.

Isso não significa que falte o recolhimento. A alegria do rito vem de sua força, muito concentrada.

É certo que ele mexe com perigos: com a graça impetuosa da origem. Mas a *obrigação* devida aos Encantados e aos Ancestrais deve ser sempre **festa**.

O povo do Candomblé diz que os Encantados gostam do mundo. Amam sua variedade, as formas e as cores passageiras, a vibração da cantiga que acaba. Seu reino perene tem uma estranha paixão pelo efêmero.

A festa existe por isso.

•••

Uma outra fonte poderosa da cultura festiva da Baía de Todos os Santos é a tradição lusitana, europeia, das chamadas *festas de largo*. Elas envolvem ritos sacros cujo foco espacial é um templo. As cerimônias religiosas transcorrem no interior do santuário, mas a festa que integram compreende outros desempenhos. Estes têm lugar nas imediações do templo. São folguedos populares, principalmente; mas também feiras e outras atividades que envolvem comércio e diversão pública.

A expressão "festa de largo" já dirige a atenção para o que acontece no espaço fronteiro à igreja; mas o folguedo do *largo* tem sua oportunidade determinada pelo que acontece no templo.

A maioria absoluta dos participantes de uma festa dessas só quer divertir-se. Nem mesmo entra no santuário.

Dentre os foliões do largo, não falta quem "dê valor" ao rito celebrado na igreja; muitos, porém, sequer o demonstram. E um número bem menor limita sua participação às cerimônias religiosas.

Mas há quem se faça presente nos dois espaços da festa.

Como nota Serra (2009, p. 73),

> A festa de largo pode ser considerada uma situação ritual contraditória: os cenários onde tem lugar circunscrevem procederes opostos, embora igualmente festivos [...] De um lado [na igreja], ordem, circunspecção, recolhimento, decoro, distinção, atitude pública pacífica e reverente, com a atenção voltada para o eterno; do outro [no largo], conduta informal e espontânea, sensualidade, irreverência, disposição promíscua e permissiva, atitudes provocantes (de intenção erótica ou agressiva), profusa embriaguez, intermitência de conflitos e tumultos, com toda a atenção voltada para o passageiro.

Apesar disso, os eventos decorridos na praça e no templo pertencem a um mesmo conjunto de sucessos, a uma complexa unidade ritual. Em toda a orla da Baía de Todos os Santos,

> [...] ninguém admitirá que uma folia realizada numa praça qualquer, sem santo celebrado na ocasião, seja uma 'festa de largo'. Ainda que uma folia se dê no

tipo de praça mais especificamente chamada de 'largo' – com uma igreja como edificação dominante –, não tendo a complementá-la alguma espécie de rito sacro, ela não será 'festa de largo', mas apenas 'de rua'. Por outro lado, claro está que uma celebração encerrada nos limites do templo, sem o complemento do folguedo, não pode ser caracterizada como 'festa de largo'.

O estudo citado se debruça sobre a interpenetração de sagrado e profano nesse gênero de festas e fala da carnavalização que muitas vezes se verifica nesse contexto. Esclarece que isso já era parte do modelo europeu, mas lembra que aqui surgiram muitas novidades. Para isso contribuiu o encontro de diferentes culturas a produzir confluências, mudanças e "releituras". Sucede que também nas religiões de matriz africana aqui florescentes ocorre uma complexa articulação de sagrado e profano, há *mock-rites* e carnavais sagrados, práticas que oscilam entre o místico e o jocoso.

Assim, por exemplo, as lavagens de igrejas – já no mundo ibérico tendentes ao carnaval – sofreram interferências que lhe acrescentaram tanto uma sacralidade nova quanto um novo sabor de folia.

Impossível dar conta, em um pequeno estudo, de uma heortologia tão complexa... Somos obrigados a eleger casos exemplares, ou que se destacam por sua singularidade. Mesmo assim, devemos contentar-nos com referências breves.

•••

Em Cachoeira, a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte pode descrever-se como uma devoção católica que tomou cores novas ao ser reinterpretada, reinventada, por mulheres negras ligadas ao culto dos orixás e voduns: foi-lhe conferido um sentido místico todo especial relacionado com ritos ancestrais dos jejes e nagôs, que celebram divindades femininas ligadas ao domínio dos mortos. Neste caso, o mistério negro se apropriou de uma liturgia cristã e a modificou em profundidade, associando-lhe ritos que permanecem secretos.

***Figura 3*** *– Capa da Revista Viver Bahia! Revista Oficial de Turismo da Bahia (ano 1, n. 1, ago. 2007).*

A Festa de Nossa Senhora da Boa Morte é certamente o exemplo mais emblemático do "turismo étnico afro" no Brasil. As profundas ramificações históricas entre Bahia e África, inauguradas com a chegada dos primeiros escravos africanos na Bahia em meadas do século XVI, dão testemunho da realidade histórica e antropológica da Bahia negra. Ao longo dos séculos, a Bahia passou também a representar a imagem idealizada de uma África mítica transposta nas Américas: relatos de viajantes e exploradores, trabalhos clássicos da antropologia afro-brasileira e, recentemente, esforços redobrados de órgãos governamentais, federais e estaduais de "Cultura e Turismo", convergem para fazer da Bahia, notadamente a partir da década de 1970, um atrativo de destaque para o recém-nascido turismo étnico afro, chamando a atenção de um público específico: os *african-americans*, ou negros estadunidenses.

Nessa perspectiva, a cidade de Cachoeira, vista por alguns como a "Meca do candomblé", recebe a cada ano um número crescente de turistas negros estadunidenses, em busca de "raízes perdidas", herança africana e ancestralidade.[5] A Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, deste ponto de vista, marca o momento central do calendário turístico, litúrgico, festivo e antropológico da cidade. Tentaremos apontar para os mecanismos identitários e étnicos em ação nesse novo cenário/mercado "etnoturístico".

O conceito de "turismo étnico", ou "turismo de raízes" (*roots tourism*) na terminologia anglo-saxônica, tem se desenvolvido de forma significativa nas últimas décadas. Será abordada aqui uma modalidade específica deste turismo, praticada pelos *african-americans*, ou negros estadunidenses, na sua busca de raízes perdidas na África e nas *Américas Negras* (BASTIDE, 1996), seguindo as rotas da *diáspora africana*. (HALL, 2003)

Há de se constatar que o turismo étnico desembarca na Bahia num contexto de relações desiguais de poder e de trocas possíveis, opondo *a priori* tradições africanas e africanismos baianos à modernidade negra estadunidense. Ao chegar à Bahia, os turistas afro-americanos esperam fazer uma viagem ao passado, aos tempos remotos da ancestralidade. A atemporalidade dos mitos e o tempo místico dos ritos extraem, por um momento, esses turistas de seu caminho rumo ao futuro e à "modernidade". Tal encontro parece responder à busca de uma forma peculiar de exotismo, autorreferenciada e introspectiva.

Há de se constatar que este turismo étnico não se estabelece, obviamente, de forma bilateral. De cem turistas negros estadunidenses que visitam a Bahia, quantos

5 Assim como viajam para o Brasil para participar da Festa da Irmandade da Boa Morte, os turistas afro-americanos participam também de outros eventos que reificam e/ou recriam tradições africanas. O Festival do Vodu, organizado na praia de Uidá, no Benin, por uma facção tradicionalista de sacerdotes e reis, constitui um desses exemplos. O antropólogo Peter Sutherland, que pesquisa o evento, afirma que o festival desenvolve o conceito de *consciência diaspórica* para enfatizar o valor local da herança tradicional. Para tanto, o festival apresenta a cultura do vodu em um contexto transnacional e representa o Benin como o lar dos irmãos da diáspora e como a fonte da cultura diaspórica das Américas. (SUTHERLAND, 1999)

negros baianos já foram para os Estados Unidos? Este suposto "intercâmbio"[6] se inscreve em uma conjuntura marcada pelas disparidades sociais, econômicas e geopolíticas Norte-Sul.[7] O desenvolvimento do turismo étnico dificilmente escaparia deste contexto desigual.

Nesse cenário, a cidade de Cachoeira, vista por alguns como a "Meca do candomblé", recebe a cada ano um número crescente de negros estadunidenses, em busca de "raízes perdidas", herança africana e ancestralidade.

"Meca do candomblé"? De fato, a cidade de Cachoeira possui um número muito significativo de terreiros e mantém preservada, até hoje, uma tradição religiosa quase extinta no resto do país, a tradição Jeje Mahi, herdada de grupos étnicos provenientes do norte do Benin, antigo Reino do Daomé. No entanto, Cachoeira, como as outras cidades do Recôncavo da Bahia, se destaca também pelo fervor e pela devoção da comunidade à igreja católica. Além disso, nos últimos anos, a inserção rápida e o crescimento exponencial no "mercado religioso" de diversas denominações pentecostais e neopentecostais tem mudado de forma extremamente significativa o perfil religioso da cidade. Hoje, é provável que o número dessas igrejas tenha suplantado o dos terreiros na cidade. Igreja católica e candomblé enfrentam a "concorrência" – e, no caso específico do candomblé, os atos de intolerância – dessas novas igrejas em um mercado religioso versátil e polimorfo, marcado por uma visão sincrética da fé.

Falando em visão sincrética da fé, voltemos à Festa da Boa Morte. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte existe na cidade de Cachoeira desde 1823, sendo constituída exclusivamente por mulheres negras descendentes de escravas africanas. As irmãs são ao mesmo tempo católicas e adeptas do candomblé. A festa é realizada na segunda quinzena de agosto e inclui procissão, missas, ceia afro-brasileira oferecida pelas irmãs à comunidade, sendo encerrada com samba de roda.

Na ocasião da festa, constata-se a tentativa, por parte dos turistas afro-americanos, de compartilhar um sentimento de irmandade negra, todos sendo considerados, estadunidenses e baianos, "irmãos negros" e, portanto, imbuídos das mesmas perspectivas. No entanto, parecem ocorrer alguns equívocos sobre o teor simbólico da festa: um exemplo disso é a lamentação recorrente que os turistas fazem pelo fato de as velhas irmãs negras da Boa Morte louvarem uma santa branca, Nossa Senhora da Glória. Os turistas afro-americanos geralmente não sabem que esta santa

6 Citemos aqui um trecho de um artigo *on-line* de propaganda institucional do Ministério do Turismo, na ocasião da visita de Condoleezza Rice na Bahia, em 2008: "A secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, manifestou "encantamento" com a cultura brasileira ao passear hoje por monumentos históricos de Salvador, em companhia dos ministros do Turismo, Marta Suplicy, e da Cultura, Gilberto Gil, e do governador da Bahia, Jaques Wagner. Ao tomar conhecimento das 'propostas para aumentar o intercâmbio entre afro-descendentes brasileiros e norte-americanos' [grifos nossos], Rice disse que está vendo com muito interesse o projeto de incentivo ao turismo étnico-afro, desenvolvido em parceria entre o MTur e o governo baiano, e prometeu fazer propaganda do Brasil e da Bahia nos Estados Unidos". ("Condoleezza Rice vai fazer propaganda do turismo étnico do Brasil e da Bahia nos EUA". *Ministério do Turismo. Portal Brasileiro do Turismo,* 14 mar. 2008). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/ministra_vai_a_bahia_conversar_com_condoleezza_rice_sobre_acaes_do_mtur_para_promocao_do_turismo_etnico.html.

7 A título de exemplo significativo dessas disparidades, basta mencionar a extrema dificuldade de se conseguir um visto de turista do Brasil para os Estados Unidos.

é cultuada pela Irmandade desde o início do século XIX e que seu culto insere-se em um contexto de sincretismo religioso que, em si, representa uma estratégia de luta e sobrevivência das crenças dos escravos. Acreditar que as irmãs deveriam adorar uma santa negra é uma forma relativamente redutora de entender a história e parece refletir a maneira circunscrita como, muitas vezes, a própria negritude e sua base de africanidade estão sendo definidas, em diversos pontos da diáspora. A interpretação racial de africanidade tem imposto uma definição restritiva do que pode e do que não pode ser considerado "africano" ou mesmo portador de africanidade. Assim se está negando não apenas que o "africano original" tem várias e múltiplas ancestralidades – já que, como matriz, este é entendido como algo que deveria ser mantido "puro" – mas, nega-se assim até mesmo aquilo que é óbvio e reconhecido por ser inerente à própria noção de diáspora: um dos resultados do deslocamento dos africanos em função do tráfico de escravos é que seus descendentes produzem "culturas híbridas". (PINHO, 2004)

Enfim, podemos nos interrogar sobre o impacto e as consequências possíveis deste mercado em forte expansão sobre as comunidades negras locais e suas "tradições africanas". De que forma ocorrerá um processo de adequação aos modelos idealizados pelos clientes norte-americanos? Quando haverá bilateralidade e reciprocidade no turismo étnico afro? Acreditamos que, do ponto de vista antropológico e sociológico, teremos muito que aprender com os desdobramentos futuros desta forma peculiar de turismo na Bahia, notadamente sobre o desenvolvimento possível de uma consciência diaspórica polimorfa e multirreferencial.

***Figura 4*** *– Placa informativa bilíngue.*
*Foto: Xavier Vatin.*

***Figura 5*** *– Sede da Irmandade da Boa Morte.*
*Foto: Xavier Vatin.*

*4*

*5*

Também na festa cachoeirana de Nossa Senhora da Ajuda se percebem os sinais de uma releitura do rito católico pelos códigos de uma religiosidade afro-brasileira. Na lavagem que integra esse verdadeiro festival (com duração de vários dias) marcam

presença homens fantasiados de demônios, tal como nas *diabarias* e *cachidiablos* da península ibérica; mas aqui a coisa complicou-se com o papel de destaque assumido no contexto pela figura negra de Lozé (ver NASCIMENTO, 1995), que evoca o *trickster* africano Exu. Por outro lado, é nessa festa que candomblés de Cachoeira promovem o desfile dos *mandus*, figuras "carnavalizadas" dos ancestrais. Durante mais de uma semana, os embalos animam diariamente as ruas de Cachoeira, reunindo músicos das duas filarmônicas da cidade: a Lyra Ceciliana, fundada pelo maestro abolicionista Tranquilino Bastos em 13 de maio de 1870, e a Minerva Cachoeirana, fundada em 10 de fevereiro de 1878.

***Figuras 6 e 7** – Diabo e Mandus (Festa da Ajuda).*
*Fotos: Xavier Vatin.*

Uma carnavalização ainda mais fantástica sucede no contexto das festas de São Bartolomeu, em Maragogipe. A celebração do Padroeiro tem seu clímax no 24 de agosto, mas compõe um grande festival, com sua parte de folia. Esta circunscreve um momento muito especial, no sábado que antecede o dia santo. Dirige-se o povo festivamente à igreja, acompanhando filarmônicas, bandas, grupos musicais, tomado de alegria e devoção, celebrando o santo, que é saudado com coplas:

*São Bartolomeu*
*Veio da Bahia*
*Coberto de flores*
*Cheio de alegria*

De súbito, prorrompe outra aclamação: **BUCETA!**

Homens e mulheres, velhos e crianças, o povo inteiro eleva este brado jubiloso, num grande clamor, fazendo crescer o entusiasmo festivo, a alegria dos bons devotos.

Dizem que este costume principiou por uma brincadeira maliciosa do povo, que assim zombava da súbita soberba de uma senhora nativa, chamada Tibúrcia. Segundo a legenda, esta dama, pobre e bonita, casou-se com um alemão, dono de fábrica de charutos, homem rico e poderoso. O casamento que a fez abastada a teria tornado, também arrogante, esquecida de sua origem. Na festa, o povo miúdo a arreliava com louvores ao que a tornou soberba... Mas cantava disfarçando: "Quando eu vinha do rio / Eta rapaz! / Me encontre com Tibuç... / Eta rapaz!"

Com o tempo, a coisa teria evoluído para uma proclamação mais clara.

Hoje, o povo grita logo o nome da bendita flor.

A pequena história parece verossímil, mas tem jeito também de mito etiológico. De qualquer modo, se a motivação foi esta, o costume a transcendeu. Pois o clamor tem certo colorido religioso. Celebra o sexo feminino, a porta do mundo, com uma graça que faz encantar-se o termo chulo: dá-lhe uma ressonância gloriosa, digna de seu carisma. É mesmo um belo momento este que dá o nome à *Lavagem da Buceta*, como o povo acabou por designar a amável procissão.

•••

Entre os singulares festivais da Baía de Todos os Santos, não podemos esquecer os ritos cívicos, que se desdobram em imaginosas dramatizações, por vezes também carregadas de colorido religioso, em todo caso sempre criativas, espontâneas e alegres. Os episódios mais importantes das guerras da Independência são revividos em Itaparica, em Santo Amaro e em Cachoeira, passando por outros locais do Recôncavo, até desembocar no Dois de Julho de Salvador, com a festa da vitória final das forças libertadoras. A figura do Caboclo é a dominante neste complexo de ritos. Impera nas procissões heróicas, multiplica-se nos afoxés e teatraliza-se em autos como o apresentado pelo grupo itaparicano Os Guaranis, que anualmente se fantasia para viver o drama dançante da "roubada da rainha".

Tem caráter simultaneamente cívico e religioso o célebre Bembé do Mercado de Santo Amaro, de que participaram, no dia 13 de maio de 2009, mais de trinta terreiros: trata-se de um vistoso candomblé em área pública, celebrando a vitória contra os poderosos locais que pretenderam ignorar a abolição e manter o escravagismo; festeja, também, a liberdade de culto conquistada a duras penas pelo povo-de-santo santo-amarense.

É ainda de Santo Amaro que surge, brotando com bárbara fantasia dos manguezais do Acupe, o *ballet* bizarro do *Nêgo Fugido*. Mas jogos dramáticos pontuam toda a orla da BTS: no ciclo dos reisados, sucedem-se *Bailes Pastoris*, *Bumba meu Boi* e *Burrinha*, além dos encantadores *Ternos de Reis*. Já a lírica procissão do *Lindro Amor*, ou *Lindramô* (Candeias, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé) relaciona-se com os festejos de Cosme e Damião, ricos em carurus: fomentam sagrados banquetes jocosos resultantes da ligação desses santos com os deuses mabaços dos terreiros.

*Cheganças* e *Congos*, *Caboclinhos*, *Trança-Fitas* também devem ser lembrados... Mas não temos espaço para tanto. Devemos passar a outro tópico: uma breve evocação de uma arte popular amplamente cultivada na orla da Baía de Todos os Santos, invenção de negros do Brasil hoje difundida pelo mundo inteiro.

•••

A capoeira constitui uma manifestação cultural complexa. Pode contar-se entre as artes marciais, mas sua prática envolve ainda a dança, a música, a produção poética. E compreende uma ginástica muito elaborada. Constitui uma *técnica do corpo* (no amplo sentido maussiano do termo) em que táticas de defesa pessoal podem combinar-se ao exercício de diversas modalidades de esgrima.[8] Funciona bem como um recurso educativo que favorece a sociabilidade e a solidariedade. Sua prática permite desenvolver de maneira não repressiva o sentimento de disciplina, o que a torna apta a ressocializar. Ela envolve não só a educação física como também a artística. Já se revelou um meio eficaz de aperfeiçoamento da expressão corporal, útil à formação de atores.[9] Não raro, funciona como recurso terapêutico: propicia não apenas o equilíbrio físico, como também o psicológico.

O desempenho da capoeira tanto pode abrir espaço para a competição de caráter pugilístico quanto para o espetáculo "puro". É luta e ato lúdico: um jogo rico de sentido, que tem, ainda, um significativo componente ritual. Circunstancialmente, pode assumir a feição de um rito profano... Mas isso não lhe impede a comunicação com o domínio do sagrado: quem conhece o candomblé, certamente já ouviu falar numa bela dança de orixá que nos terreiros é conhecida como "a Capoeira de Ogum". E todo capoeirista valoriza a *mandinga*... Muitos capoeiristas são *mandingueiros* em mais de um sentido.

Estes traços lúdicos e rituais da capoeira incluem elementos dramáticos.[10] A evolução do *samba duro* e do *samba de esparro* nas rodas de capoeira dão testemunho dos recursos dessa arte enquanto fonte de mimos espetaculares.

Em suma, combinam-se na prática da capoeira diversas formas de expressão: em seu seio se associam o canto e a luta, a ginástica e a poesia, a dança e o jogo. Ela tem uma porta que abre para o teatro, outra que dá para a música; abre-se em

---

8 Esgrima com uso de facas, facões, porretes, navalhas. Quanto às táticas de confronto, recordem-se as lições de Mestre Bimba: na fase mais avançada da preparação dos seus alunos, antes da formatura, estes deviam aprender a prevenir-se contra emboscadas. As táticas de luta (e de fuga) no sistema da capoeira costumam ser designadas pelos praticantes como um "aprendizado da malícia". Não envolvem apenas esquivas e golpes. Compreendem também (e principalmente) o manejo de atitudes de cautela, uma "leitura" preventiva de situações de perigo, estratégias hábeis para enganar eventuais adversários e para fugir de enganos dessa ordem. Uma espécie de pequeno treino tático, ritualizado, ocorre com regularidade no jogo da capoeira com a sequência chamada engodo, que também pode ser elaborada em ensinamentos mais complexos. Quanto aos tipos de esgrima, basta lembrar o "jogo de faca" e o "jogo de porrete" da capoeira. Este tem um parentesco evidente com o *maculelê*.

9 Recentemente, dois jovens baianos, Sandra Santana e Alex Ribeiro, que se dedicaram à pesquisa e ao ensino da capoeira, ministraram, na Europa, cursos e oficinas de sua arte, em prestigiosas instituições como a escola de dança londrina *The Place,* onde tiveram entre seus alunos os mais aplicados profissionais da ribalta, interessados em aperfeiçoarem-se na expressão corporal para atuarem como *clowns*. Não foi só em escolas de teatro brasileiras, portanto, que já se advertiu e propagou esta aplicação teatral, dramática, das técnicas capoeirísticas.

10 Os saudosos mestres Canjiquinha e Caiçara costumavam encenar confrontos que eram pequenas comédias, estruturadas com grande inteligência e destreza.

múltiplas direções. Tem muitas faces e interfaces. Realiza uma integração que é um dos ideais mais encarecidos da arte contemporânea.

Em seu aprendizado, dá-se grande importância ao improviso. Sempre criativa, ela encerra um conhecimento de cujo domínio todo o corpo participa. Já suscitou o interesse dos etnomatemáticos, por conta da forma como lida com uma geometria dinâmica, nos complexos movimentos através dos quais seus praticantes elaboram evoluções no empenho estratégico de "tomar espaço" um do outro. (COSTA et al., 2004)

O cultivo tradicional da capoeira ocasionou o surgimento de formas de organização características, nas *academias* dedicadas a essa prática. Regras tradicionais de conduta foram, então, articuladas, cristalizando normas e valores, ao tempo em que se desenvolveram métodos didáticos, frutificando em técnicas e estilos variados. Mas a capoeira continuou a prosperar, também, em ruas e praças.

***Figura 8*** *– Grupo de capoeira se apresentando na Festa da Boa Morte, em Cachoeira.*
*Foto: Xavier Vatin.*

Uma prática que se verifica tão produtiva por certo merece relevo. Mas há um jeito de fazer pouco de tudo isso, com uma palavrinha oca... Basta dizer que *a capoeira é folclore*. Prega-se o rótulo e pronto: não se fala mais em arte, esporte, rito, educação, técnica corporal... Vale a pena indagar: o que significa, **neste caso**, a palavra *folclore*? Que sentidos toma, quando se aplica assim?

•••

Não há muito acordo entre os estudiosos quanto ao que constitui propriamente folclore. Uma tendência acatada categoriza deste modo repertórios de práticas tradicionais de um povo mantidas em uso por transmissão informal, sob as regras do costume. Há especialistas em folclore, mas não existe concordância quanto à

natureza disciplinar de seu estudo. Melhor dizendo: segundo a maioria dos pesquisadores contemporâneos, o estudo do folclore não é uma disciplina autônoma, com métodos e objeto próprio, delineado segundo seu enfoque. Trata-se de um campo que pode ser percorrido a partir de diferentes perspectivas: da História, da Antropologia e da Sociologia, por exemplo.

Tal como se deu com outros termos técnicos das ciências sociais, este nome sofreu desgaste quando passou ao domínio do senso comum. A ideia de folclore que permanece aderida a este rótulo quando ele é aplicado à capoeira, ao samba de roda, ao maculelê e mesmo à religião do candomblé amolda-se a um ponto de vista ultrapassado, retrógrado, preconceituoso. A primeira coisa que se supõe ao falar assim é uma hierarquia de produções culturais em que certas atividades ocupam um plano superior e outras um lugar inferior. As criações populares ficariam, por princípio, no plano mais baixo, reservando-se a elas o designativo de *folclore*.

Outra característica do folclore tal como era concebido por muita gente, no século XIX, faz dele um amontoado de "sobrevivências": um monte de sobras do passado, de "fósseis" culturais. De acordo com essa perspectiva, ele deve ser preservado por uma questão de curiosidade e sentimentalismo.

Esta maneira de pensar o fenômeno hoje se considera caduca. Mas ainda tem adeptos.

Ora, mesmo definindo-se folclore de maneira menos antiquada e rebarbativa, é discutível a conveniência de rotular assim a capoeira. Pois as mesmas razões que se podem dar ao categorizá-la como folclore baiano, ou brasileiro, também podem ser alegadas para dizer que o kung fu é folclore chinês e a ioga, folclore hindu. No entanto, ninguém admite que se fale assim de nenhum dos dois; os praticantes dessas artes ficariam indignados se as vissem classificadas dessa forma. Seria um modo de esconder o que elas representam enquanto produção cultural, contribuição para o tesouro das criações humanas, em particular no que toca ao domínio das técnicas corporais (embora evidentemente não se limitem a isso). Na verdade, tanto a ioga quanto o kung fu encerram um saber de que todos podem beneficiar-se. Refletem a profundeza da experiência acumulada em tradições particulares, mas têm um conteúdo que vai além.

Quando se põe de lado o preconceito, não há dúvida de que a capoeira também representa uma contribuição significativa para o tesouro das criações humanas. Neste sentido, ela reflete a profundeza da nossa tradição.

O uso corrente do termo *folclore* tem uma conotação depreciativa. Aqui na Bahia, quando uma pessoa diz: – "Deixe de folclore!", não está valorizando a coisa a que se refere... Associaram-se a esta palavra noções equívocas, preconcebidas e redutoras. Ao ouvi-la, muita gente pensa logo em "arte inferior", técnica ou conhecimento "rudimentar". Na melhor das hipóteses fala-se em "exótico".

No seu uso corriqueiro, "exótico" equivale a "curioso", "extravagante". As coisas assim designadas são vistas como esquisitices mais ou menos engraçadas. Também se usa *exótico* como sinônimo, ou quase, de *folclórico*. Mas a palavra tem outro sentido originário: ao pé da letra, significa "o que é de fora". Pensando neste sentido originário, fica até engraçado seu uso trivial: é comum brasileiros qualificarem de "exóticas" a comida baiana e a capoeira, por exemplo. No entanto, estas mesmas pessoas achariam um absurdo chamar de *exótico* um uísque escocês.

Vários estudiosos do assunto dão como característica básica das manifestações folclóricas sua "inércia" ou "rigidez", ou seja, o fato de que elas tendem a conservar-se (relativamente) imutáveis. São coisas que "pararam no tempo" e se repetem por força de costume.

Se é assim, a capoeira decididamente nada tem a ver com folclore. Pelo contrário: sua curta história (digo curta em comparação com a de outras artes marciais, de outras danças e jogos comparáveis) mostra uma autêntica vertigem de renovação. Os grandes capoeiristas sempre se destacam por sua inventiva. No próprio ensino das academias procura-se estimular o sentido de descoberta nos alunos.

Só um furioso preconceito pode levar alguém a ver na capoeira uma "arte inferior". O problema é que este preconceito existe e ela tem sido subestimada em nosso meio. O descaso chega a ser escandaloso, quando se pondera que, além de constituir uma riqueza da nossa tradição, esta arte possui um extraordinário potencial a cujo aproveitamento nos recusamos.

Por outro lado, têm sido feitas tentativas bisonhas, temperadas de má fé, no sentido de "enquadrar" a capoeira, limitando-a a um dos campos – ora um, ora outro – que sua natureza multifacetada abraça, embora, na realidade, ela nunca se acomode aos estritos limites de nenhum deles. Resiste-se a aceitar a riqueza desta arte plural. Com isto se ignora – ou finge-se ignorar – uma de suas maiores vantagens.

A capoeira pode ser vivenciada enquanto esporte. Mas não é possível tratá-la só como uma modalidade esportiva, pois ela transcende este campo. Tampouco é possível considerá-la tão somente dança, ou reduzi-la a uma modalidade de ginástica. Sua prática tem eficácia terapêutica, porém ela não se reduz a terapia. Do mesmo modo, ela propicia recursos de educação física, porém não é só educação física.

A tentativa de submeter a capoeira ao ordenamento dos Conselhos de Educação Física impondo, a partir daí, uma regulamentação arbitrária da profissão de *Mestre Capoeirista* foi um atentado grave contra a liberdade de criação e de prática cultural do povo brasileiro. Representou o ensaio de um verdadeiro esbulho, um ataque aos direitos de criadores de cultura. E ainda mostrou incompreensão do caráter polivalente da manifestação que assim se pretendeu enquadrar. Trata-se de uma atitude obscurantista e persecutória, que os capoeiristas repudiaram com toda a razão.[11]

---

11 Ver a propósito a *Carta de Campinas*, síntese de discussões e decisões democraticamente tomadas no I Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira (SENECA), realizado em Campinas nos dias 7, 8 e 9 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.capoeiradobrasil.com.br/Carta%20de%20Campinas.htm>.

Sabe-se que no seu começo a capoeira sofreu uma forte repressão, motivada, acima de tudo, pelo fato de constituir uma arma dos escravos, cuja eficácia os senhores temiam. Ao ser abolido oficialmente o regime da escravatura, isso não terminou.[12] Alegava-se que a capoeira era arma de marginais. E se considerava marginal, por definição, quem a praticava... Na verdade, seus cultores eram sistematicamente empurrados para a margem da sociedade.

Isso tem a ver com o racismo. Por muito tempo, moveu-se aqui uma verdadeira guerra a *todas* as manifestações culturais negras. Nessa onda, foram martirizados pacíficos sacerdotes do culto do candomblé e perseguiu-se tenazmente o samba, por exemplo.

Quem se der ao trabalho de consultar jornais antigos da Bahia, das primeiras décadas do século passado, há de encontrar artigos e cartas de leitores em que figuras emproadas protestam com furor contra a existência de afoxés e cordões carnavalescos formados por gente de cor. Nessas páginas se erguem clamores contra o "escândalo" dos batuques mais inocentes, ou das cerimônias religiosas dos abaçás; nelas se afirma que essas coisas prejudicavam nossa imagem aos olhos dos estrangeiros. Tudo quanto é manifestação da produtividade cultural dos pretos e pardos se descreve aí como barbárie e impureza a ameaçar "os nossos foros de civilização".

Depois o preconceito mudou de forma. A capoeira passou de "bárbara" a "exótica"; deixou de ser um "escândalo" para tornar-se uma "curiosidade". Encontraram-se meios de usá-la de forma tranquila e barata, sem a devida compensação para os que a cultivam e preservam dedicando-lhe a vida.

Sem dúvida, houve progresso: no plano oficial, ela deixou de ser preocupação dos órgãos de segurança para se constituir em assunto dos Departamentos de Folclore. Passou a ser tratada de forma paternalista no âmbito da política cultural, reduzida a modesto chamariz turístico.

Em nossa Baía de Todos os Santos, mestres que dedicaram toda a sua vida à capoeira praticamente morreram à míngua; suas academias, que além de centros esportivos são poderosas agências de produção cultural e núcleos educativos populares onde uma pessoa pode ter desde a iniciação artística ao preparo atlético raras vezes contam com o merecido apoio.

Um fato demonstra a incúria e o descaso com que ela tem sido tratada aqui: a espantosa diáspora de grandes capoeiristas baianos e de outras partes do Brasil que em sua terra não acharam apoio, mas encontraram acolhida e tiveram sucesso no exterior – principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América.[13]

Um grande passo foi dado para acabar com essa crônica injustiça através de uma iniciativa do IPHAN, que em 2008 efetivou o registro da capoeira como bem cultural integrante do chamado "patrimônio imaterial" brasileiro. Um trabalho

12 O Código Penal da República, de 1890, colocou expressamente a capoeira na ilegalidade.

13 A capoeira é hoje praticada em todos os continentes, em mais de 150 países.

desenvolvido ao longo dos anos de 2006 e 2007 por uma equipe interdisciplinar formada por pesquisadores de três universidades federais (UFBA, UFPE, UFRJ) e do próprio IPHAN produziu um rico inventário que serviu de base a esse registro. A reunião do Conselho Consultivo do IPHAN que o deliberou reuniu-se, para tanto, no Palácio Rio Branco, em Salvador, no dia 15 de julho de 2008. Este fato significou também o reconhecimento de que a Baía de Todos os Santos é um fecundo berço da arte da capoeira. E de outras que se lhe relacionam. Passaremos a uma delas.

•••

O samba de roda é uma manifestação artística e lúdica que tem seu nicho principal na orla da Baía de Todos os Santos, e em todo o Recôncavo baiano. Mas seu raio de influência é muito amplo: levado para o Rio de Janeiro por migrantes oriundos dessa região, floresceu na chamada "Pequena África" carioca, onde acabou por tomar o nome de *samba de partido alto*. Era praticado nos terreiros de baianas famosas, como a inesquecível Tia Ciata. Por conta de seu prestígio e influência nos meios populares, estas senhoras eram conhecidas como "mulheres de partido alto". Elas tiveram influência decisiva na formação de toda uma cultura musical que marcou o Rio de Janeiro; seus filhos e amigos foram os criadores das primeiras Escolas de Samba, onde até hoje se cultiva o "partido alto" e as famosas "alas das baianas" homenageiam suas primeiras mestras.14 O samba de roda logo imprimiu sua marca na obra de grandes compositores populares do Brasil; mas além de dar esses frutos novos, continuou a florescer na Bahia com sua forma tradicional. Suas origens mais remotas se acham na África, no *semba* angolano.

Esta dança frequentemente se realiza com elementos de ocasião. Joga com o acaso e o imita. O modo como o grupo de sambadores se reúne dá a ideia de uma formação espontânea, mesmo quando já existe uma combinação prévia. De repente, os parceiros se dispõem em roda e o samba começa... Assim costuma acontecer numa festa de largo, por exemplo.

Viola, viola machete, violão, pandeiro, ganzá, chocalho, triângulo, reco-reco, atabaque, são instrumentos clássicos no samba de roda, que ainda admite cuíca, banjo, cavaquinho... Por vezes, prevalecem as violas. Que podem ser eletrificadas. Mas a falta desses instrumentos não constitui obstáculo sério para que o brinquedo se realize: a rigor, basta que haja disposição para cantar e bater palmas. Objetos variados costumam transformar-se em instrumentos nas rodas de samba: caixas de fósforo, pequenos pedaços de madeira percutidos um contra o outro, prato e garfo cuja raspagem faz um som festivo, faca e garrafa de cerveja, de tinido alegre...

Assim como os instrumentos podem ser improvisados, as cantigas também, pelo menos em parte. São muitas aquelas em que frases novas têm de ser criadas para combinarem-se a um refrão.

14 Sobre o samba carioca e suas relações com o samba de roda baiano, ver Moura, 1983 e também Sandroni, 2001.

Na verdade, a roda de samba é um pequeno laboratório musical, de onde sempre surgem novidades. E embora existam passos característicos, como o *miudinho* e o *corta-jaca*, por exemplo, o improviso coreográfico é comum nesse desempenho.

Os componentes do samba de roda, enquanto se mantêm na circunferência que formam, movem-se com leves balanços no ritmo que produzem; revezam-se no centro, geralmente em solos. O dançarino destacado, ao concluir sua performance, faz a invitação a um outro, escolhido por ele a seu critério, com um gesto tradicional, a "umbigada" (que pode ser apenas simulada) ou uma espécie de vênia. Também sucede duas pessoas ocuparem a roda e executarem um animado dueto coreográfico.[15]

Como os dançarinos, as cantigas, em que uma frase (ou estrofe) central (às vezes chamada de chula) é cercada por estribilhos, sucedem-se caprichosamente, sem ordem preestabelecida. Espalham-se num jogo de antífonas. Suas letras, muito curtas, sugerem relances de um mundo vislumbrado entre cintilações, onde as imagens se acendem e apagam num imprevisível limbo musical: a labareda que corre, o rumor de folhas secas, um moinho queimando, a senhora que limpa a colher na barra da saia, o apelo do bezerro faminto... Às vezes, encerram pequenas anedotas: uma aparição no mato, a encomenda de um impossível balaio de cascas de camarão... um jogo de baralho às portas dos mortos... Instantâneas figuras que se perderiam da retina ou ficariam cegas na opacidade do trivial salvam-se pelo milagre órfico de uma melodia que as faz brilhar com a graça do novo. Corresponde a esses *flashes* líricos a constante renovação dos dançarinos, que também "abrem a roda" para pessoas que se aproximam com evidente disposição de sambar. Trata-se de um *brinquedo* criativo e acolhedor, em que se misturam música, dança e poesia... Uma arte coletiva, ao mesmo tempo simples e refinada. Já estava a merecer um reconhecimento que finalmente veio: em outubro de 2004, o samba de roda do Recôncavo baiano foi inscrito no Livro das Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial do Brasil. E em 25 de novembro de 2005, o samba de roda foi incluído pela Unesco na Terceira Declaração das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.[16]

•••

Neste ponto, convém voltar um pouco atrás. Falamos do grande calendário festivo da Baía de Todos os Santos, fizemos referências a alguns episódios

15 Para uma descrição de diferentes modalidades de samba de roda, assim como de seus "usos" sagrados e profanos ver Serra, 2009.

16 O dossiê do registro do samba de roda do Recôncavo baiano foi realizado em Recife, em Salvador e no Recôncavo da Bahia, sob a coordenação do Professor Carlos Sandroni, da UFPE e presidente da Associação Brasileira de Etnomusicologia no período 2002-2004. Integraram a equipe responsável as etnomusicólogas Katharina Döring (UNEB) e Francisca Marques, presidente da Associação de Pesquisa em Cultura Popular e Música Tradicional do Recôncavo, além do antropólogo Ari Lima, professor da Universidade de Tecnologia e Ciência, da professora Suzana Martins (UFBA) e do documentarista Josias Pires, professor da Faculdade Dois de Julho. Colaboraram a historiadora Wlamyra Albuquerque (UEFS) e a pesquisadora Maria Goretti de Oliveira. Um Plano de Salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo foi também elaborado pelo IPHAN. (Ver BRASIL, 2006) Nos levantamentos feitos até agora aparentemente não foi feito registro da modalidade de samba de roda conhecida como "bagaceira" ou "samba de putaria", a que apenas Serra (2009) faz referência.

marcantes, singulares, de seu curso movimentado e passamos a assuntos conexos. Mas não podemos deixar de fazer referência aqui à mais espetacular e célebre festa realizada nessas plagas: o carnaval soteropolitano, hoje reconhecido pelo *Guinness Book of Records* como a maior festa campal do mundo. Falou-se até em dois milhões e setecentos mil participantes no ano de 2009 (quiçá contando os envolvidos, de uma maneira ou de outra, no curso total da grande festa, desde seus prelúdios). Segundo algumas estimativas, no dito ano vieram à capital baiana participar da grande folia cerca de quatrocentos e cinquenta mil pessoas, tanto de diferentes pontos do país como de diversos países estrangeiros. Os números parecem exagerados... Seja como for, o afluxo de turistas em Salvador nessa época é mesmo espantoso. Hoje ninguém ignora o gigantismo do carnaval baiano, que dura uma semana (sem contar os ensaios e outros preliminares por todo o verão).

A folia de Salvador extrapolou, há muito, o contexto que outrora integrava, canibalizou festas que a precediam e de que antes recebia incremento, derramou--se por novos espaços, chegou a transcender limites de tempo e lugar (teve seu modelo difundido, propagado, "exportado" para outros domínios e estações festivas). Alcançou, assim, novas dimensões. A partir das últimas décadas do século passado, tornou-se campo de investimentos que injetaram no seu corpo – em princípio consagrado ao ócio festivo – poderoso negócio: de *show biz*, publicidade e marketing. A superfesta atraiu empresas desejosas de expor suas marcas em um evento que reúne multidões e é transmitido pela tevê não só para todo o Brasil como para muitos outros países; elas não demoraram a interessar-se pela oportunidade de usar um cenário entusiástico amplamente exposto como recurso de atração e fidelização de clientes, de incremento de suas vendas. Por outro lado, isso fez com que profissionais do carnaval procurassem organizar-se empresarialmente. *Promoters* passaram a ter um destacado campo de ação na grande festa popular. E constituiu-se uma indústria carnavalesca, com empresas especializadas na produção de trios elétricos e equipamentos correlatos.

Acresce que, há muito, o carnaval soteropolitano tem reclamado significativo investimento público. Está a requerer – com premência cada vez maior – um esforço sério de *policy making,* o desenho de uma estratégia especial dos poderes públicos para sua preparação e ordenamento; constitui uma inescapável preocupação de diferentes instâncias e órgãos de governo. É um grande desafio para urbanistas, administradores, economistas, sociólogos e políticos.

As mudanças mais recentes na configuração do carnaval soteropolitano têm muito a ver com sua transformação em um grande espetáculo televisivo. A escolha dos cenários privilegiados da Barra e do Campo Grande para a concentração das câmeras alterou o equilíbrio dos circuitos: hoje a folia esfriou na Avenida Sete e o

velho *point* da Praça Castro Alves deixou de ser um seu fulcro.[17] Os espaços onde a animação é maior na Salvador carnavalesca vêm a ser os que a TV prefere. Aí se implantam os *camarotes,* que alteraram significativamente a paisagem carnavalesca da metrópole baiana. Alguns deles são espaços requintados, com equipamentos e serviços múltiplos (mirante, *lounge,* salas de massagem, salão de beleza, posto médico, *webzone*, lanchonetes, bares, restaurante, palco para apresentações e espaços reservados à dança, televisores, telões etc.); podem ser descritos, *à peu près,* como pequenos clubes provisórios, voltados para a rua, oferecendo a visão do cortejo gaiato em ambiente de refinado conforto e com ineludíveis marcas de alto *status*; assim viabilizam ostentação de prestígio, fruição consumerista e o precioso sentimento de uma seletividade que distingue seus ocupantes da massa contemplada — além de oportunizar o contato com celebridades midiáticas.

A rigor, o carnaval baiano sempre foi dividido assim. Os camarotes representam o retorno dos clubes, ainda que tornados mais próximos da festa de rua, debruçados sobre ela; se a conquista popular das praças e avenidas marcou significativamente a folia baiana, vencendo uma resistência séria e até, em certos momentos, uma forte repressão (como sucedeu outrora com afoxés e batucadas de pretos, "blocos de índio", grupos de folia da gente pobre), o espaço carnavalesco da cidade continua disputado; a festa reflete e reproduz clivagens que marcam de modo expressivo uma sociedade profundamente desigual.

A novidade é que os camarotes e os chamados "blocos de gente bonita" tomaram grande parte do terreno da folia popular. Na ocupação foliã das avenidas prevalecem, hoje, grupos de classes média e alta. Isso ocorre apesar do charme étnico dos blocos afros, do encanto que provoca o consagrado afoxé *Filhos de Gandhi,* do sucesso das invenções de Carlinhos Brown e de *revivals* encantadores como o ressurgimento, na Cidade Baixa, do *Jegue de Cueca* e de seu romântico encontro com a *Jega de Calçola*. Em que pese, também, a obstinação da *Mudança do Garcia,* o humor das *Muquiranas* e congêneres, tem-se a impressão de que o carnaval baiano está a distanciar-se de suas matrizes populares, de seu próprio nicho originário.

Claro, o *povão* também participa. Sem ele, o carnaval morreria... Mas hoje sua presença parece ter maior vulto nos trabalhos carnavalescos, na disputa dos famosos duzentos e vinte mil empregos da festa, ou no comércio de bebidas e comidas oferecidas na rua, onde famílias inteiras acampam de modo precário nos dias de Momo. Os trabalhadores e comerciantes pobres auferem lucros mínimos de seus sacrifícios e fadigas; mas há quem lucre muito com a folia da metrópole baiana, onde se verifica hoje uma fantástica concentração da renda carnavalesca em mãos de grupos privilegiados.

---

17 No Centro Histórico, o Pelourinho tornou-se foco de um carnaval "alternativo", a que acorrem, sobretudo, pessoas maduras, famílias com crianças, gente saudosa de tradições carnavalescas "antigas", desejosas de brincar de um modo mais sossegado: lá se concentram mascarados e se faz ainda uma decoração momesca (coisa que se passou a "economizar" nos outros espaços da festa, em vez disso pontilhados por cartazes publicitários).

Em Salvador, essa festa tem proporções gigantescas, fama internacional, impacto imenso; porém há outros carnavais na Baía de Todos os Santos – bem menores, claro está, mas com características muito interessantes. Destaca-se o de Maragogipe, pela beleza das fantasias dos grupos mascarados: são famosas por sua bizarria as máscaras do Recôncavo.

*9*

***Figura 9, 10, 11 e 12** – Carnaval de Maragogipe.*
*Fotos: Xavier Vatin.*

*10*

*11*

*12*

O grande invento carnavalesco baiano dos trios elétricos invadiu e modificou muitas festas populares, carnavalescas e outras, em toda a orla da BTS. Essa invasão foi por vezes destrutiva. No entanto, ainda surgem novidades desse espaço criativo...

Porém é tempo de passar a outro ponto.

•••

O Itinerário Cultural da Foz do Paraguaçu é objeto de um novo interesse do IPHAN, que aí reconheceu

> [...] um contexto singular, formado por igrejas, aquedutos, fortificações, núcleos urbanos e rurais de expressivo valor cultural, onde se manifesta ainda um extraordinário patrimônio naval, formado pelos famosos saveiros e canoas baianas, e expressões culturais únicas relacionadas às tradições de origem africana, como o candomblé, o samba de roda e uma culinária peculiar, estabelecendo uma rota que propiciou importantes intercâmbios na região e desta para o mundo.[18]

Esse Itinerário incipiente deve cobrir apenas um segmento da grande área da Baía de Todos os Santos. Imagine-se agora um trabalho dessa natureza que pretenda envolvê-la toda... Trata-se de coisa muito necessária, sem dúvida. Aqui, só podemos esboçar-lhe o desiderato.

Basta uma breve consulta ao excelente *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (IPAC/BA) para fazer ideia do rico acervo monumental existente na área.[19] E o que agora se chama de "patrimônio imaterial" já exige um novo inventário dessa natureza para a BTS. Por exemplo, faz-se necessário um estudo muito longo e cuidadoso para dar conta da grandeza da produção artística nesse âmbito. Sem falar do seu rico artesanato [...][20]

•••

O Estado da Bahia foi objeto de um mapeamento linguístico pioneiro no Brasil: o *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) foi a primeira obra deste teor a ser realizada em nosso país, tendo-se concluído em 1963; já permitia uma caracterização do perfil dialetal da região aqui considerada.[21] Espera-se do Projeto Atlas Linguístico Brasileiro

---

18 Disponível em: <br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo386/ITINERARIOS%20CULTURAIS%20FOZ%20RIO%20PARAGUACU.pdf>.

19 Confira o *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. (BAHIA, 1984).

20 Na década de 1980, através de convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Cultural do Estado da Bahia realizou-se um mapeamento do artesanato baiano (PROJETO MAPA). Nesse panorama destaca-se a produção artesanal da área da Bahia de Todos os Santos. O Instituto Mauá centraliza as informações sobre o assunto. Todavia já se faz necessário um novo mapeamento, que muito terá a revelar sobre a dita área. Os produtos mais conhecidos e afamados da região vêm a ser a cerâmica de Maragogipinho, de origem indígena e a renda de bilros da Ilha de Maré. Em novembro de 2008 teve lugar, em Salvador, o I Encontro do Artesanato Baiano, por iniciativa da Secretaria de Cultura da Bahia, através do seu núcleo de Artes Populares, em conjunto com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, representada por seu Instituto Mauá, em parceria com CIAGS/UFBA, SEBRAE, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Overbrand, SEMEAR, MinC/IPHAN/MONUMENTA e Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Consoante proposta elaborada nesse encontro, implantou-se um Comitê Gestor do Artesanato Baiano com o objetivo de construir um Plano de Ação e Políticas de Articulação Territorial para o Desenvolvimento do Artesanato na Bahia.

21 Ver a propósito Rossi e outros (1963). Para a caracterização segundo este viés da região da BTS, considerar as áreas 91 e 93. Ver a propósito Aguillera (2005, 2006).

*(*ALiB), iniciativa nascida na Universidade Federal da Bahia, um aprofundamento dessa visão.

No campo etnolinguístico, estudos específicos de grande importância têm sido realizados por Yeda Pessoa de Castro (2001), que focalizou especialmente os falares africanos na Bahia. Serra (1988, 1991) chamou a atenção para a importância do que chamou de "textos-monumentos" conservados na tradição oral dos terreiros baianos como repositório de extensas composições orais, preciosas relíquias de línguas africanas conservadas em discursos complexos, "cristalizados", ou seja, de composição formular; mas esses textos ainda não foram objeto de estudos etnolinguísticos. Também os dialetos dos terreiros esperam por estudos mais aprofundados.

Há levantamentos e estudos preciosos concernentes à literatura oral da área da BTS (e de todo o Estado da Bahia), com farto registro documental. Merecem destaque os trabalhos realizados no horizonte do *Programa de Pesquisa e Estudo de Literatura Popular* do Instituto de Letras da UFBA, fundado pelas Professoras Doralice Xavier Alcoforado e Maria del Rosario Alban. Nesse contexto, tem grande relevância o levantamento feito pelas referidas estudiosas e por sua equipe do Romanceiro Tradicional em Salvador.

O cordel floresceu e floresce na região em apreço, onde muito se destacaram, entre outros, o famoso Cuíca de Santo Amaro e outros mestres do gênero, como Rodolfo Coelho Cavalcante e Antônio Vieira; na atualidade se distinguem Antônio Barreto, Franklin Machado e Bule Bule (Antônio Ribeiro da Conceição), mas há vários outros cordelistas importantes. Tem sede em Salvador, no bairro de Dom Avelar, próximo a Pirajá, a *Ordem Brasileira dos Poetas da Literatura de Cordel*.

Na década de 1980, a pesquisadora Edilene Matos foi responsável pela criação do *Núcleo de Pesquisa de Literatura de Cordel* da Fundação Cultural do Estado da Bahia, que hoje conta com um precioso acervo de folhetos.

Em 2009, cento e um cordelistas e trovadores populares foram convidados a participar da *Nona Bienal do Livro na Bahia*; a eles se destinou, então, uma *Praça de Cordel e Poesia*.

A dramatização do Cordel na Bahia remonta aos tempos memoráveis do Teatro dos Novos, liderado por João Augusto de Azevedo Filho entre 1959 e 1979. Continua a florescer no Teatro Vila Velha, herdeiro dessa tradição.

•••

Não queremos arriscar-nos a falar, em tão reduzido espaço, da riqueza do cabedal coreográfico da BTS. Eis um mapeamento que ainda está por ser feito... A vocação dançarina do povo baiano é bem conhecida e já deu frutos esplêndidos. A história luminosa do *Balé Folclórico da Bahia* demonstra a opulência de um acervo tradicional em grande medida constituído na BTS. A interação entre as virtualidades deste acervo e o repertório erudito introduzido pelos criadores da Escola de Dança da UFBA constituem, sem dúvida, um fator do sucesso exponencial desta instituição.

•••

Aqui destacamos criações populares, muitas das quais anônimas; porém deve-se ter em mente que no amplo entorno da Baía de Todos os Santos (e não apenas em Salvador) têm florescido inúmeros artistas plásticos, músicos e escritores de reconhecido valor e grande nomeada. Movimentos culturais da máxima importância para o Brasil inteiro tiveram aqui seu berço, ou uma de suas fontes – como é o caso, por exemplo, do Tropicalismo e do Cinema Novo. Ou antes disso, do Modernismo Nordestino, cuja força e singularidade se fizeram notáveis tanto na Literatura quanto nas Artes Plásticas. Recorde-se ainda que Salvador foi o epicentro de uma revolução da música erudita brasileira, impulsionada pela Escola de Música da UFBA, ao tempo em que no mesmo nicho sucedia uma renovação extraordinária das artes cênicas e da dança moderna.

A propósito, convém observar que as artes, ofícios e saberes populares florescentes na região costumam nutrir a produção erudita, que muito recorre a esse *thesaurus* – uma fonte que também alimenta os circuitos "pop" ligados aos meios de comunicação de massa e deles recebe um constante *feedback*.

Cabe esperar novas florações dessa cepa em função da criação de novos núcleos institucionais difusores de cultura na região. Quanto a isso, cabe dar destaque ao promissor impacto da implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e particularmente ao de seu *Centro de Artes, Humanidades e Letras*, localizado no cidade de Cachoeira.

Não se pode esquecer que a região da BTS mantém contacto com muitas outras, sofre o efeito da globalização, recebe aportes de diversas origens. Sua dinâmica cultural é muito rica e acelerada.

Isso não vale apenas para Salvador. Nas cidades do Recôncavo, festeja-se *Halloween* e venera-se Michael Jackson, presta-se culto a Jah e Ogunjá, compõe-se *reggae*, chorinho e música erudita, dança-se *arrocha,* quadrilha e *rock*... Releituras desses ritos, modas e estilos estão sempre acontecendo. A criatividade dos ribeirinhos da Baía de Todos os Santos é bem conhecida... Resulta muito amplo o espetro de suas "manifestações culturais".

Fantástica encruzilhada de povos e civilizações, berço histórico e cultural da nação brasileira, o Recôncavo da Baía de Todos os Santos, apesar das vicissitudes da história passada e presente, possui a mesma força e sabedoria inabaláveis que o povo-de-santo – um povo que, perseguido durante séculos e até hoje, soube preservar e reinventar as suas tradições, absorvendo e transfigurando divindades, cantos, ritmos e crenças. Tal aptidão insufla um vigor extraordinário a este sistema cultural em constante metamorfose, para o qual os cânones da ortodoxia e os sonhos de pureza não passam de uma miragem insensata.

Expressão simbólica deste sistema mestiço feito de *branchements* múltiplos – para retomar aqui o conceito utilizado por Amselle (2001) –, as "manifestações

culturais" do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, a exemplo do candomblé e do recente movimento "afro-barroco", continuarão certamente oscilando eternamente entre uma mestiçagem cultural abertamente assumida e a recriação militante de uma África mítica, ao mesmo tempo próxima e longínqua, entre "modernidade" e "tradição", entre barroco e classicismo.

Enquanto isso, de suas raízes múltiplas, o Recôncavo da Baía de Todos os Santos faz a cada dia brotar novas flores mestiças, cujo aroma mescla o cheiro da terra de onde tiram seu suco às fragrâncias inéditas de suas pétalas multicoloridas: tal mistura exala, com uma força suave, o perfume inefável da vida.

•••

Tocamos aqui em um problema que tem relações com o título de nosso escrito. "Manifestações culturais" pode significar muita coisa. Subjacente à expressão se acha o conceito de cultura, que continua a ser problemático. Até se pode fazer uma história da Antropologia acompanhando o movimento oscilante e multímodo das cogitações a esse respeito – um movimento que envolve não só as inúmeras propostas de definição de cultura como também as tentativas de fazer-lhes uma síntese, ou chegar a seu mínimo denominador comum... e ainda as revisões desse processo, culminando com as reiteradas propostas de rejeição do conceito e suas também cíclicas reafirmações, ou seja, o exercício, que parece infindável, de quantos se afanam *writing against* ou, ao contrário, *for culture.* (BRUMMAN, 1999)

Essa correnteza turbulenta trouxe e traz inegável novidade: no seu curso, entre outras coisas, os antropólogos redimensionaram uma ideia de cultura bem mais antiga que sua disciplina. Mas muita gente tem dificuldade em diferenciar da noção que a antecede a inacabada – talvez inacabável – (re)construção antropológica.

Outro embaraço se verifica quando, por causa da homonímia mal percebida, vem a confundir-se com categorizações similares, surgidas ou cultivadas *extramuros* da antropologia, um "fundamental" conceito antropológico de cultura – o mais simples e amplo, que a faz corresponder ao comportamento aprendido e a toda elaboração humana efetuada a partir desta base. (SERRA, 1991)

Neste pequeno ensaio, falamos de "manifestações culturais" como antropólogos; mas não nos reportamos ao sentido amplo do termo "cultura" que a nossa disciplina consagrou. Antes restringimos a um campo muito específico o nosso uso do termo e do adjetivo derivado. Tratamos, fundamentalmente, da esfera da produção simbólica, mas sem a pretensão de dar conta de tudo: neste campo destacamos um repertório de ritos coletivos e um acervo que interessa à etnomusicologia. Mas sustentamos que cultura, enquanto campo de promoção de valores e aperfeiçoamento humano, tem a ver ainda com o fomento da criatividade e o avanço dos saberes; além disso, julgamos nós, também lhe concerne a aplicação do conhecimento à melhoria da qualidade de vida do povo e à preservação do meio ambiente.

Não temos aqui espaço para tratar do saber acumulado sobre a Baía de Todos os Santos. Não pouco se tem produzido a esse respeito, graças aos esforços de geógrafos, geólogos, historiadores, sociólogos, economistas, urbanistas, biólogos, ecólogos, antropólogos. Mas o tesouro de conhecimento assim acumulado permanece, em grande medida, ignorado no processo de *policy-making* relativo à região.

Comecemos por Salvador, a grande metrópole que seus gestores se recusam a tratar como metrópole. Por mais que insista a sociedade civil organizada, os governantes fazem ouvidos moucos e fecham os olhos à absoluta necessidade de elaborar um plano diretor metropolitano que dê orientação sistêmica e de longo prazo à dinâmica de seu desenvolvimento. O chamado PDDU de Salvador ignora a Região Metropolitana da capital baiana. A rigor, não é plano, nem diretor, pois lhe falta base técnica; descura inteiramente a problemática urbana. E tampouco se preocupa com desenvolvimento: sequer tem o alcance de uma visão de longo prazo. Foi feito apenas para atender à ganância imobiliária, que em tudo prevalece nesta urbe. O estado miserável de Salvador reflete o obscurantismo de uma política divorciada do interesse público.

Jorge Amado certamente lamentaria muito se pudesse ver o estado atual de sua querida cidade, profundamente desfigurada. São gritantes os sintomas do colapso urbano de nossa metrópole: estrangulamento viário, falência do sistema de transportes, redução progressiva da mobilidade urbana; crise habitacional, favelização crescente, aumento dramático da pobreza e da desigualdade (em que Salvador é uma triste campeã, com escandalosa concentração de renda); precarização das condições de trabalho, incremento crônico do desemprego, do subemprego e da informalidade; surtos epidêmicos ameaçadores; escalada feroz da violência, a dizimar, principalmente, a juventude negra das áreas periféricas; expansão e consolidação do crime organizado; avanço do turismo sexual e do abuso contra menores; gigantesco desmatamento, com redução galopante das áreas verdes; aterro de lagoas e sepultamento de rios urbanos; poluição exacerbada de fontes e mananciais, das praias e do mar; ausência de coleta seletiva, de tratamento e reciclagem do lixo; acelerada degradação ambiental. Acrescente-se o descalabro da falta de políticas públicas que enfrentem seriamente esses problemas e o escandaloso tratamento dispensado ao espaço urbano, visto apenas como mercadoria a negociar.

O mesmo se passa com toda a Região Metropolitana de Salvador (RMS), onde há municípios de renda muito elevada com população miserável.

A rigor, a RMS vem a ser uma espécie de ficção jurídica, porquanto não existe planejamento nem política que a contemple seriamente como região.

Segue o divórcio absurdo entre a metrópole e seu entorno natural.

No belo panorama da Baía de Todos os Santos, celebrado com tanto lirismo por nosso grande escritor, registra-se o descontrole de atividades industriais, sem respeito para com o ecossistema; constata-se o envenenamento crescente do fundo do mar

por mercúrio e chumbo; cresce a poluição atmosférica ao compasso da destruição infrene da mata atlântica. E salta aos olhos o empobrecimento da população, com baixo índice de desenvolvimento humano, qualidade de vida cada vez mais precária.

Tudo isso acusa o baixo nível da nossa cultura política, ainda muito acanhada.

Diante de um quadro como este, Jorge Amado, que sempre denunciou a opressão de seu povo e a ganância dos poderosos, por certo não se limitaria ao lamento indignado. Reagiria com muita luta.

Para começar, certamente apelaria às imensas reservas de energia de seu povo, evocando o poderoso cabedal de esperança que alimenta sua arte, seus sonhos, suas festas.

É o que agora nos importa fazer.

## *Referências*


AGUILERA, V. (Org.). *A geolingüística no Brasil:* trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: UEL, 2005.

AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos*. São Paulo: Martins, 1956.

_______. *O sumiço da santa:* uma história de feitiçaria. Rio de Janeiro: Record, 1988.

AMSELLE, J.-L. *Branchements:* anthropologie de l'universalité des cultures. Paris: Flammarion, 2001.

BAHIA. SIC. IPAC. *Inventário de proteção do acervo cultural*. Salvador, 1984. Coordenação de Paulo O. D. de Azevedo.

BASTIDE, R. *Les Amériques noires.* Paris: L'Harmattan, 1996. Original de 1967.

_______. *Le rêve, la transe et la folie.* Paris: Flammarion, 1972.

BRASIL. IPHAN. *Samba de Roda do Recôncavo Baiano*. Brasília, 2006.

BRUMMAN, C. Writing for culture. *CA*, v. 40, p. 1-27, 1999.

COSTA, Gonçalves et al. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 7.,2004, Londrina. *Anais*... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2004.

GOUVEIA, M. I. M. *Encantamento:* evocação fotográfica de poéticas submersas na celebração do mito de Iemanjá em Salvador e Ilha de Itaparica. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

HALL, S. *Da diáspora:* identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOURA, R. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

MOTA, J. A. A dialectologia na Bahia. In: AGUILERA, V.; ANDRADE, V. *A geolingüística no Brasil:* trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005.

NASCIMENTO, C. *A capela d'Ajuda já deu o sinal*: relações de poder e religiosidade em Cachoeira. Cachoeira: CEAO, 1995.

PINHO, P. S. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

ROSSI, N. et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Salvador: Faculdade de Filosofia da UFBA, 1963.

ROUGET, Gilbert. *La musique et la transe:* esquisse d'une théorie générale des relations de la musique et de la possession. Paris: Gallimard, 1980.

SANDRONI, C. *Feitiço decente:* transformações do samba no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: UFRJ, 2001.

SERRA, O. *Dois estudos afro-brasileiros.* Salvador: Edufba, 1988.

_______. *O simbolismo da cultura*. Salvador: Edufba, 1991.

_______. *Rumores de Festa*. Salvador: Edufba, 2009.

SUTHERLAND, P. In memory of the slaves. In: RAHIER, J. *Representations of Blackness and the Performance of Identities*. Westport: Bergin & Garvey, 1999.

TAVARES, O. *Bahia, imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

VATIN, X. *Rites et musiques de possession à Bahia*. Paris: L'Harmattan, 2005.

VIANNA, H. *Calendário das festas populares da Cidade do Salvador*. Salvador: Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 1983.

Boy peba

I: dos frades

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DO ALVAA RODA

P COSTA

I T

P A R

C I

6 baxas de preamar dagoas viuas

Boy peba

I: dos frades

Bahia de todolos sãtos

TERRAS DE DÕ ALVA RO DA COSTA

I T A P A R I C A

6 baixas de preamar dagoas vivas

# *Diversidade, visibilidade e dimensão pública da vida religiosa na Baía de Todos os Santos*

*Fátima Tavares*
*Cláudio Pereira*
*Carlos Caroso*

Abordar a diversidade religiosa na Baía de Todos os Santos configura uma tarefa árdua. Tal se deve à inexistência de trabalhos que abordem esta região, como unidade de investigação, o que nos obriga a constituí-la analiticamente, a partir de um conjunto de dados díspares.

Podemos, de saída, assegurar que os estudos disponíveis apontam para um campo atravessado por uma assimetria de dados. Com respeito à religiosidade na Baía de Todos os Santos, como iremos observar, existem temas e problemas que já foram bastante estudados, enquanto outros permanecem praticamente ignorados, apresentando informações de pesquisa esparsas, ou constando apenas em registros oficiais do Estado, como, por exemplo, a grande diversidade de festas religiosas indicadas no *site* da Secretaria de Turismo da Bahia.

A partir da apresentação de dados do último Censo e da literatura especializada, propiciada, sobretudo, pelo domínio das ciências sociais, pretendemos aqui desenvolver os seguintes objetivos: a) problematizar e estabelecer os limites socioculturais da Baía de Todos os Santos – doravante BTS – identificando-a como um espaço territorial na confluência da Região Metropolitana de Salvador, do Recôncavo e do Baixo Sul do Estado da Bahia; b) indicar a importância das manifestações religiosas na BTS, que se estendem para além dos limites da área metropolitana de Salvador, melhor apresentada pelos dados; c) registrar que a diversidade religiosa do entorno da BTS não se restringe à influência católica, majoritária no que diz respeito ao número de adeptos, e afro-brasileira, no que diz respeito ao número de estudos de qualificação etnológica; e que, a bem da verdade, este campo religioso local é marcado por transformações recentes que vêm intensificando essa pluralidade e diversidade.

Ao estudar a diversidade religiosa da BTS, vamos tomar como referência a área que conforma o seu entorno, ou seja, as cidades e regiões que de alguma forma encontram-se identificadas a um ecossistema (a baía como acidente geográfico), tanto quanto a uma dimensão sociocultural (Salvador, o Recôncavo, ou o Baixo Sul, como zonas culturalmente estruturadas, AZEVEDO, 1981) e unidades políticas (as administrações municipais).

Com isso queremos localizar as populações dos dez municípios margeados pela BTS: Salvador, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida, Saubara, São Francisco do Conde, Candeias, Vera Cruz, Itaparica, Madre de Deus. Além disso, é preciso acrescentar a importância cultural de algumas ilhas da BTS, dentre elas: Maria Guarda, Ilha das Fontes, Ilha de Maré, Bom Jesus dos Passos etc.

Por fim, acrescentamos que para os contornos deste trabalho, optamos por eventualmente (e mediante uma salvaguarda metodológica que rogamos aqui) estender os limites da investigação às cidades que, embora não sejam banhadas diretamente pelas águas da baía, possuem uma ligação histórica com o entorno da BTS. Cidades como São Félix, Cachoeira e Santo Amaro apresentam profunda

continuidade econômica e cultural com a baía, na medida em que fazem parte do grande complexo portuário fluvial da Baía do Iguape, uma importante rota de transporte entre o Recôncavo e a capital. Esses configuram os limites "estendidos" desta investigação. Limites esses que, se vistos numa perspectiva histórica, se não chegam a recobrir a totalidade da região do Recôncavo, ainda assim guardam profunda relação com este, no que se refere às suas características identitárias, seus problemas e desafios para o futuro.

É evidente que na delimitação proposta uma questão ganha relevância: a influência exercida por Salvador sobre as demais cidades da região, no que se refere às transformações das identidades religiosas locais, estimulando trânsitos e novas experimentações religiosas e ressignificando identidades tradicionais.

A intensidade das relações da região com a capital é destacada por Milton Santos (1998), definindo-a sob a forma de um aparente paradoxo: por um lado, Salvador perde influência, com a emergência de outras metrópoles e capitais regionais; por outro, a sua área de influência regional encontra-se em expansão.

Assim, para compreendermos os processos identitários do entorno da BTS, não podemos desvincular-los das transformações mais amplas, processadas através da capital. Como esclarece Fernando Pedrão (2007), esse configura um problema recorrente nos estudos sobre essa região: a valorização excessiva dos aspectos locais, explorando-se pouco a relação entre contexto mais amplo e estruturação econômica da região "[...] essa região sempre foi determinada por relacionamentos com o exterior, quase sempre processados através de Salvador." (PEDRÃO, 2007, p. 10)

Esse movimento pode ser observado, por exemplo, em relação às novas formas de modernização do Recôncavo, onde se assiste atualmente a uma valorização da cultura negra:

> Os fundamentos tradicionais da cultura, responsáveis por sua autenticidade, tornam-se uma questão a ser reestruturada e, segundo os meios de comunicação, permitem maior conhecimento do universo de produção cultural. Neste novo mapa da cultura, Salvador e o Recôncavo ocupam uma posição especial como referências das demais regiões, em parte pelo sucesso alcançado por suas representações, porém num sentido mais rigoroso, por concentrarem a maior densidade de expressões de continuidade. (PEDRÃO, 2007, p. 20)

Esses movimentos de ressignificação identitária, processados fortemente através de Salvador, vêm, historicamente, fortalecendo movimentos religiosos, como a Irmandade da Boa Morte, em Cachoeira, ou os candomblés de Egun, em Itaparica, dinamizando tradições e festas populares, bem como possibilitando mudanças na composição da diversidade religiosa local.

Nosso ponto de vista, que buscaremos expor na abordagem que segue, é que há um contraponto, ou um paradoxo, contido na relação entre alguns dados, como aqueles oferecidos pelo Censo, e o número de abordagens realizadas pelas ciências sociais. Com isto, reivindicamos dois níveis de análise nos quais a religiosidade se nos apresenta: como socialmente relevante – no que diz respeito à prática social –, e como sociologicamente interessante – no que diz respeito ao interesse sociológico que as ciências sociais enxergam no fenômeno religioso.

## *BTS: um campo religioso em transformação*

No que diz respeito ao primeiro nível de análise, vamos tentar caracterizar um plano no qual a religiosidade possa ser substancializada, no que diz respeito a sua relevância social, a partir do número de adeptos de determinados segmentos religiosos. Assim, vamos buscar caracterizar a diversidade religiosa da BTS, a partir de dados censitários que se referem à região como um todo; assim como, tomando mais especificamente a cidade de Salvador, vamos refletir sobre a distribuição religiosa na cidade, e ainda mais particularmente, sobre o mapeamento dos terreiros de candomblé, recentemente efetuado.

### *BTS: diversidade religiosa em números*

Os dados quantitativos produzidos no último Censo (2000) e disponibilizados em publicações especializadas nos possibilitam apresentar um quadro interessante para uma análise da diversidade religiosa na região definida como sendo a BTS.

Como se sabe, o censo utiliza-se de categorias particulares para contabilizar a pertinência de uma pessoa a uma determinada religião. É assim que sabemos, através delas, o número de católicos-apostólicos romanos, de evangélicos, de espíritas, de membros da umbanda e do candomblé, de judeus, de religiosos do segmento oriental, de outras religiosidades, dos sem religião e de religiões não determinadas.

Com base nestes dados, reproduzimos na Tabela 1, a seguir, que melhor nos informa sobre  as pertinências religiosas da populacão da BTS:

***Tabela 1*** *– Distribuição da população brasileira de acordo com filiação religiosa*

| Bahia / Município | Total (1) | Religião | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Católica apostólica romana | Evangélicas | Espírita | Umbanda e Candomblé | Judaica | Religiões orientais | Outras religiosidades | Sem religião | Não determinadas |
| BAHIA | 13.085.768 | 74,00 | 11,18 | 0,80 | 0,17 | 0,01 | 0,09 | 2,01 | 11,39 | 0,11 |
| 01 - Baía de Todos os Santos | 2.682.313 | 59,66 | 14,05 | 2,22 | 0,47 | 0,02 | 0,26 | 4,27 | 18,65 | 0,13 |
| Salvador | 2.443.107 | 60,54 | 13,29 | 2,53 | 0,49 | 0,03 | 0,27 | 4,35 | 18,14 | 0,13 |
| Candeias | 76.783 | 56,48 | 7,52 | 0,19 | 0,28 | - | 0,05 | 3,15 | 21,54 | 0,14 |
| Saubara | 10.193 | 68,33 | 13,11 | 0,21 | 0,11 | - | 0,26 | 2,17 | 15,62 | 0,09 |
| Itaparica | 18.945 | 58,13 | 13,01 | 0,77 | 1,63 | - | 0,26 | 8,16 | 17,95 | 0,05 |
| Jaguaripe | 13.422 | 56,55 | 10,85 | 0,37 | 0,26 | 0,06 | - | 3,98 | 27,85 | - |
| Madre de Deus | 12.036 | 69,97 | 11,02 | 0,21 | 0,09 | - | 0,07 | 1,62 | 16,50 | 0,07 |
| Vera Cruz | 29.750 | 59,14 | 14,92 | 0,75 | 0,40 | - | 0,36 | 3,66 | 19,28 | - |
| São Francisco do Conde | 26.282 | 72,10 | 10,36 | 0,22 | 0,25 | - | - | 1,62 | 15,06 | - |
| Maragogipe | 41.418 | 78,15 | 4,75 | 0,34 | 0,12 | - | - | 0,48 | 15,66 | 0,24 |
| Salinas da Margarida | 10.377 | 61,79 | 10,76 | 0,08 | 0,95 | - | - | 1,07 | 25,29 | - |

*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 – Microdados da Amostra.*
*(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião.*

Como se pode observar, o conjunto dos dez municípios perfaz um total de 2.682,313 habitantes, 23% da população baiana total. Observe-se que os dados referentes à BTS não necessariamente guardam pertinência com a média do Estado, e isto se deve, muito provavelmente, pela participação nestes dados de Salvador, capital do Estado.

O que se conclui preliminarmente destes dados é que a da BTS apresenta um quadro interessante para a problematização religiosa, como veremos a seguir.

Conclui-se, por exemplo, que a BTS pode ser considerada como uma região de forte cultura religiosa católica. Entres os municípios que a conformam, nota-se quão majoritariamente católica é a região, variando de patamares que vão de 56%, em Candeias e Jaguaripe, à 78% de católicos na população, como acontece com Maragogipe. Salvador, conhecida por suas 365 igrejas, apresenta neste Censo 60% da população dizendo-se católica. No Estado da Bahia, este número de católicos, todavia, chega a 74% da população.

Já os evangélicos, que representam 11% da população do Estado, perfazem 14% da população na BTS. Como em uma equação inversa ao número expressivo de católicos, eles são apenas 4,75% em Maragogipe, mas chegando a 17,52% em Candeias. Em Maragogipe eles são 10% dos habitantes. Aqui se consideram os evangélicos tanto na sua forma tradicional (que vai das igrejas luterana, presbiteriana, metodista, adventista etc.) como pentecostal (as nacionais, as neopentecostais, num emaranhado de denominações, como Igreja Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e mesmo algumas adventistas (da Promessa), batistas pentecostais etc.

Salvador concentra 63% de espíritas do Estado. Isto significa, também, que 2,5% da população soteropolitana declaram-se de orientação espírita kardecista, enquanto que nos demais municípios estes  não chegam a 1%. Em Salinas da Margarida é 0,08%.

No que diz respeito à categoria de adeptos, da umbanda e ao candomblé, se observa que os membros deste segmento religioso conformam 0,17% da população do Estado da Bahia. A BTS está portanto bem acima desta média, com 0,47%, o que correponde a 65% dos membros desta religião na Bahia. No quadro dos municípios da BTS, o número de adeptos varia de 0,09%, em Madre de Deus, a 1,63%, em Itaparica. Salvador tem 0,49% de declarantes.

Os identificados como judeus correspoondem a 0,01% da população baiana. Sendo que destes 75% encontram-se na BTS. Correspondem a 0,03% da população soteropolitana, e a 0,06% da população de Jaguaripe. É curioso notar que, além dos membros presentes nestes dois municípios, não foram identificados judeus na BTS.

Já os membros das religiões orientais somam apenas 0,09% da população do Estado da Bahia. Sendo que 0,26% destes encontram-se na BTS, ou seja, 63% dos membros desta religiosidade no Estado. Correspondem a 0,27% da população de Salvador; a 0,5% de Candeias; 0,26% de Saubara; 0,26% de Itaparica; 0,07% de Madre de Deus e 0,36% de Vera Cruz. Não foram encontrados membros de religiões orientais nos demais minicípios. Nesta categoria de orientais incluem-se o budismo, a Igreja Messiânica Mundial, Seicho-no-Ie, Hare Krishna etc.

Os adeptos de outras religiosidades correspondem a 2,01% da população da Bahia; 4,27% na BTS, ou seja, 49,05% dos adeptos destas outras religiosidades no Estado. O número de adeptos nos municípios da BTS varia de 0,48%, em Maragogipe, a 8,16%, em Itaparica, que supera Salvador que tem apenas 4,35% declarantes de outras religiosidades. Esta é uma categoria bastante complicada, que inclui uma larga composição religiosa que vai dos mórmons às testemunhas de jeová, o islamismo, o Santo Daime, alguns tipos de católicos (Católica Apostólica Brasileira, Católica Ortodoxa) e algumas formas de espiritualismo. Os próprios judeus deveriam estar nesta categoria.

Aqueles que se declararam sem religião totalizam 11,39% da população do Estado da Bahia. Já a BTS tem 37% da população dos sem religião no Estado. Os números destes declarantes que não professam religião parte de 15% em municípios como São Francisco do Conde, Maragogipe e Seabra, e chega a 27% da população em Jaguaripe. Salvador tem 18% dos sem religião, dentro da média da BTS.

Quanto à religião não determinada, verifica-se que esta categoria corresponde a 0,11% da população do Estado da Bahia. Na BTS 0,13%, 26,29% de membros de religiões não determinadas. Jaguaripe, Vera Cruz, Salinas das Margaridas não têm adeptos. O percentual varia dentro de uma mesma média, é 0,15% em Itaparica, 0,14% em Candeias, e 0,13% em Salvador. Aqui se organiza uma vasta teia de adeptos de formas religiosas esotéricas, racionalismo cristão, e outras indefinidas, ou não determinadas.

## *O caso da religiosidade em Salvador*

Salvador, como pode ser visto, também é capital da BTS. Tornou-se, no que diz respeito à religiosidade, uma cidade etnologicamente esmiuçada, já que tem sido um laboratório sociológico muito particular para a observação do fenômeno religioso, em parte decorrência de sua singularidade social – cadinho de raças e culturas –, e, ademais, historicamente privilegiada por uma ciência social que tomou o fenômeno religioso como um assunto social valioso.

O que apresentaremos agora são reflexões sobre as referências censitárias sobre a cidade de Salvador, indicando as principais adesões religiosas e as transformações mais significativas. Assim, iremos apresentar um quadro das principais tendências, a partir de duas publicações específicas. (JACOB et al., 2003, 2006) Observe-se, como ponto de partida, que os autores acima se valerão de categorias religiosas distintas da acima exposta sobre a BTS.

Em Salvador, como em outras regiões metropolitanas do Brasil, observa-se, ao longo das últimas décadas, uma maior diversidade religiosa, com a redução do número de católicos e o aumento dos evangélicos e dos sem religião. Entre os católicos, Salvador é a capital nordestina que concentra o menor número de fiéis, indicando uma das mais acentuadas perdas de adeptos dentre as capitais do país nos últimos anos. As áreas da cidade onde se verifica a maior concentração de católicos são a Barra (e adjacências) e a Pituba (e adjacências): nessas regiões mais de três quartos da população se declaram católicos. Com relação à Igreja Católica Brasileira, o percentual dos adeptos na cidade é um dos mais altos dentre as capitais, encontrando-se nas áreas onde os católicos romanos são menos expressivos.

Os evangélicos de missão não constituem um grupo significativo em Salvador, se comparado com outras capitais (ocupam o oitavo lugar). Um indicador, no entanto, chama a atenção: trata-se de uma das capitais onde se observou um crescimento acentuado de fiéis, atrás apenas de São Luís e Recife. Os evangélicos de missão encontram-se mais presentes na área norte da cidade, sendo os batistas o grupo mais significativo.

Diferentemente dos evangélicos de missão, nos anos 90, os evangélicos pentecostais cresceram mais intensamente nas áreas da periferia da cidade, apontando, assim, para uma distribuição bastante desequilibrada, se considerarmos a região metropolitana como um todo. Os grupos que mais se destacam são a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, diferindo, no entanto, as áreas de maior concentração desses dois segmentos: o primeiro é mais presente na periferia da cidade enquanto o segundo é mais presente em Salvador.

Algumas religiões consideradas minoritárias no Brasil possuem importância no contexto soteropolitano. São elas: Candomblé, Testemunha de Jeová e Espiritismo. Quanto ao candomblé, contrariamente ao que se pode intuir de uma cidade que foi

considerada a "Roma Negra", não apresentou um número significativo de declarantes no último censo, o que leva à hipótese de que o sincretismo afro-católico ainda é bastante acentuado na população, inibindo a autodeclaração como candomblecista. A localização dos adeptos na cidade contrasta visivelmente com os pentecostais: os primeiros se localizam na parte oeste (bairros da Liberdade e Engenho Velho); já os últimos residem preferencialmente na parte norte e municípios da periferia. Outra surpresa são as Testemunhas de Jeová: apresentando um percentual equivalente ao da Igreja Universal do Reino de Deus (2,4%); Salvador desponta como a única capital onde esse grupo possui alguma importância. Por fim, os espíritas apresentam uma distribuição diferente das demais, localizando-se na parte sul da cidade, região onde os católicos também apresentam altos percentuais.

Os sem religião também apresentam indicadores importantes em Salvador. Trata-se da capital onde se concentra o maior número de pessoas, 18% da população e, ao mesmo tempo, onde se observou a maior taxa de crescimento na década de 90.

Outras informações importantes apresentadas em Jacob et al (2003, 2006) referem-se ao perfil religioso da população. Em Salvador, destacam-se cinco classes de distribuição geográfica, considerando-se os diferentes perfis religiosos. Os católicos se concentram mais em bairros do litoral, desde Santo Antônio até Patamares; os sem religião situam-se na mesma área que os pentecostais, na metade norte de Salvador, sendo que o extremo norte é predominantemente pentecostal; os evangélicos de missão não possuem territórios significativos na cidade, ocupando poucos bairros.

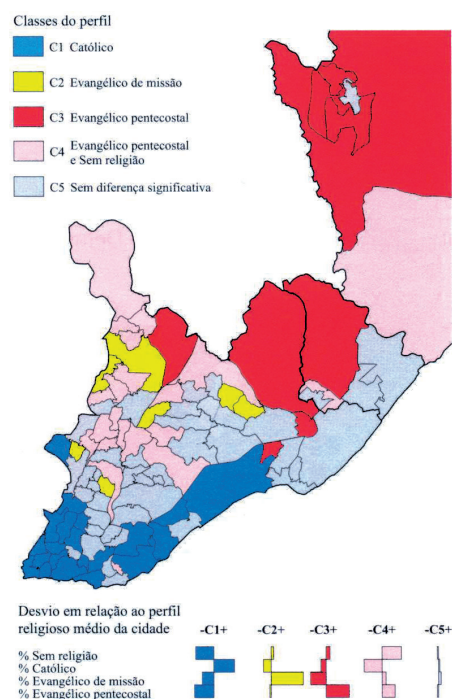
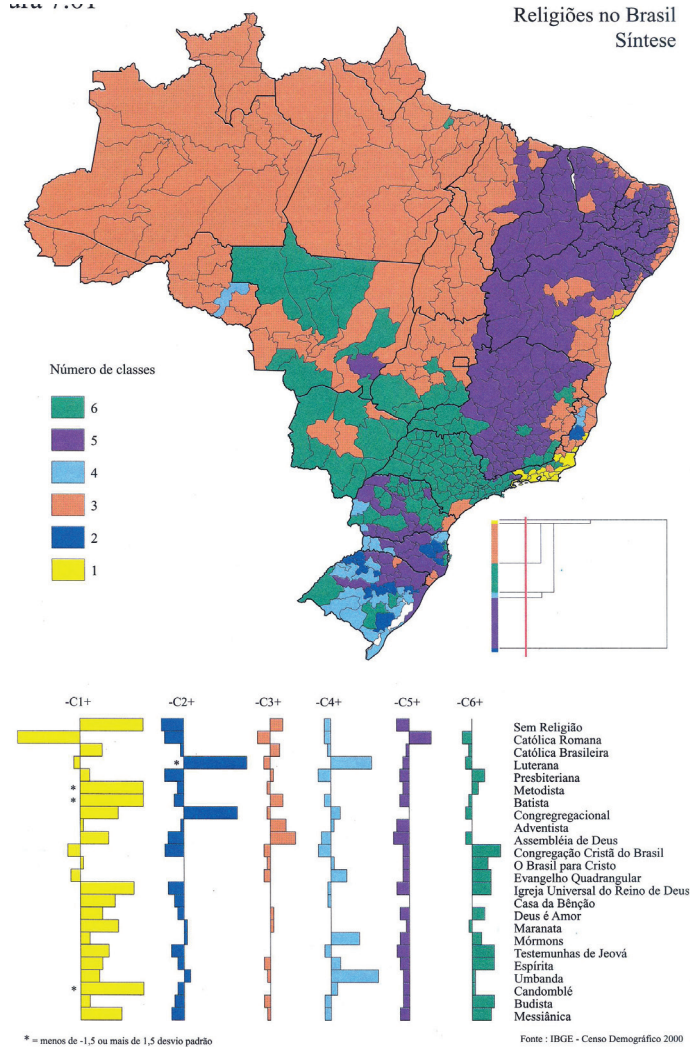



***Figura 1*** *– Religião e sociedade em capitais brasileiras, 2006.*
*Fonte: Jacob e outros (2006, p. 115)*

As referências acima nos permitem inferir a importância da diversidade religiosa em Salvador, lançando perguntas futuras sobre as transformações em curso nessa região e no entorno da BTS, já que as relações entre Salvador e os municípios vizinhos pautam-se por trocas e influências que ainda não foram devidamente analisadas. No que se refere às práticas religiosas no país, a síntese elaborada por Jacob e outros (2003) aponta a região metropolitana de Salvador como uma área marcada pela diversidade religiosa, similarmente às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Vitória.

A classe n. 1 é caracterizada pela oposição em relação à n. 5, território de resistência católica. A maioria das religiões dessa classe possui percentual acima da média brasileira, com destaque para a Metodista, a Batista, A Igreja Universal do Reino de Deus e o Candomblé, sendo as exceções: Igreja Luterana, Congregação Cristã no Brasil e Evangelho quadrangular.  Além desses desvios, essa classe também concentra um maior número dos sem religião.

***Figura 2** – Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil, 2003.*
*Fonte: Jacob e outros (2003, p. 130)*

## *Mapeando o candomblé em Salvador*

Uma das mais importantes publicações sobre a religiosidade em Salvador é o *Mapeamento dos Terreiros de Candomblé.* (SANTOS, 2008) Aqui, fica totalmente visível o real significado da religiosidade afro-brasileira e da dinâmica que lhe é própria na sociedade soteropolitana. Neste sentido é que o Mapeamento dos Terreiros vai nos oferecer uma visão mais precisa do contexto das religiões afro-brasileiras de Salvador, dando margem, em particular, a uma necessária discussão sobre a pouca representatividade dos adeptos desta manifestação religiosa no Censo, de acordo com o já exposto.

Como nos aponta Santos, ao longo de todo o século XX muito se especulou sobre o número de candomblés e candoblecistas na cidade, decorrendo desta incerteza a razão pela qual algumas pesquisas com o intuito censitário chegaram a ser formuladas.

Silva Campos (apud SANTOS, 2008), ainda no século XIX, falava de uma cidade e subúrbio em que os candomblés se "derramavam"; Pierson (1971) nos anos trinta do século XX se questionava se seria verdadeira a afirmação popular de que existiriam na cidade duzentas ou trezentas "seitas"; Carneiro (1986), nos anos 50, aponta 100 candomblés.

A primeira tentativa sistemática de recensear as casas de candomblé, todavia, data de 1961 (LIMA, 2003), num primeiro esforço de pesquisa realizado pelo CEAO/UFBA, tendo alcançado o número de 756 terreiros identificados. Na década de 80, a Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia, numa pesquisa destinada a entender o mercado informal do trabalho, apontava a existência de 1.089 terreiros.

Já em pesquisa realizada em 1998 pelo Grupo Gay da Bahia, voltada para um trabalho de prevenção de AIDS, foram catalogadas quinhentas casas de candomblé.

O Mapeamento dos terreiros em foco nos aponta a existência comprovada, com documentação fotográfica inclusive, de 1.164 terreiros, embora tivessem sido identificados 1.410. De acordo com a publicação, ademais, 36 terreiros recusaram o contato com o pesquisador, ao que se acresce 142 outros terreiros que se encontravam fechados, e, além disso, uma migração de 31 terreiros para outros municípios.

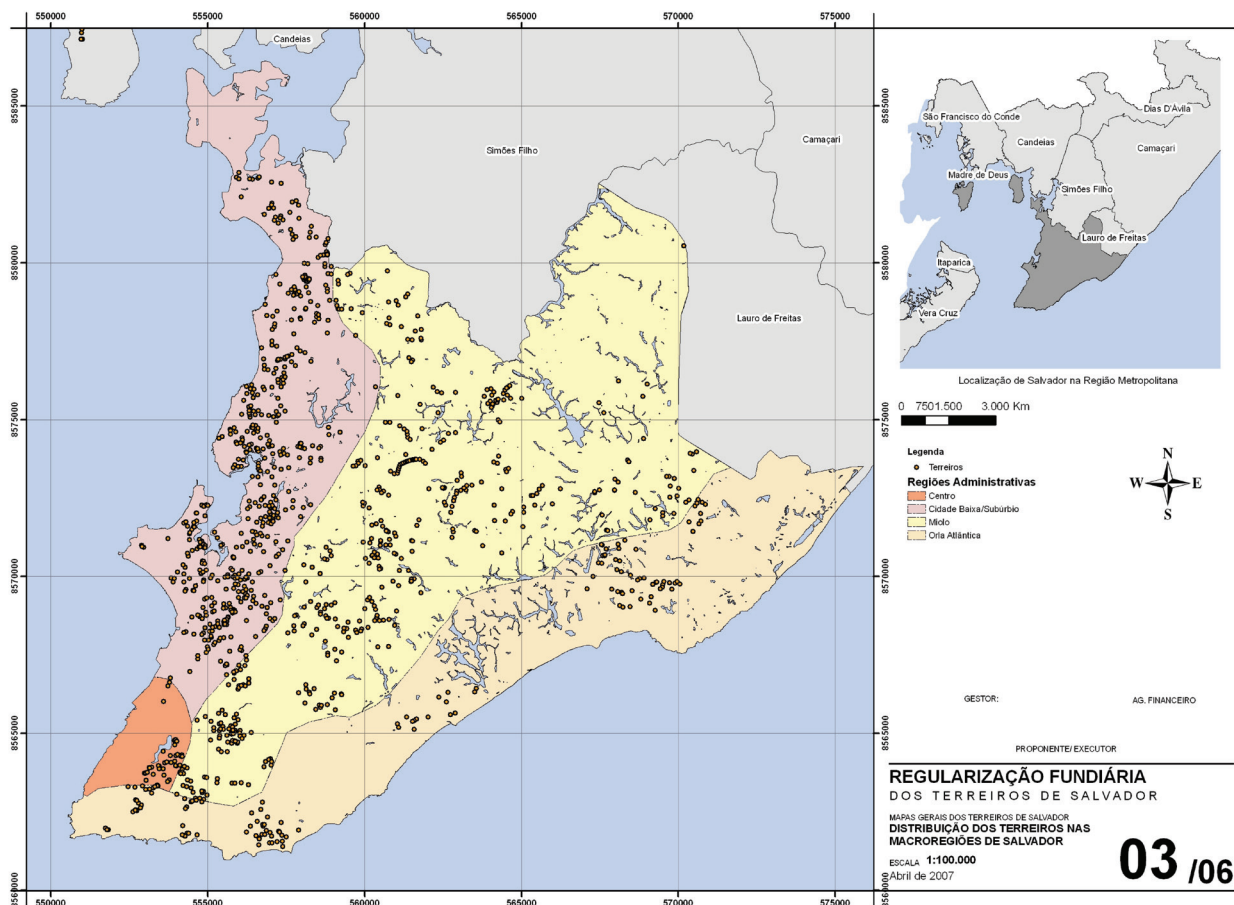
Em relação a estas 1.164 casas de culto, o Mapeamento faz uma identificação e aponta sua localização, caracterizando a liderança religiosa e o espaço do terreiro a partir de sua Nação. Observa, também, os diferentes aspectos religiosos, apresentando elementos de sua organização e hierarquia, bem como investigando suas atividades religiosas e comunitárias, ou mesmo, suas características ambientais e físicas. Além do que, nos informa, complementarmente, dados sobre os residentes no terreiro.

O Mapeamento informa o surgimento de 677 terreiros nas duas últimas décadas, num movimento que tem relação com a liberdade religiosa, através de

decreto estadual de 1976, que se completa com um expressivo crescimento na década de 90, induzido, segundo o coordenador da pesquisa, pelas posições das lideranças religiosas afro-brasileiras contra o sincretismo religioso, expressas na II Conferência da Tradição Orixá e Cultura, realizada em 1983, em Salvador. Além disto, o Mapeamento acrescenta que tal fenômeno pode ser visto, também, a partir de uma série de políticas governamentais voltadas para o incremento do turismo, o uso da imagética do candomblé nos grupos afro participantes do carnaval baiano, além da reinterpretação dos movimentos negros sobre o papel desta forma religiosa.

O Mapeamento enfrenta questões clássicas com respeito ao candomblé baiano (LIMA, 2003), inclusive no que respeita ao predomínio das nações Keto e Angola. Na pesquisa, 57,8% declaram-se pertencentes à naçao Keto, 24,2% à nação Angola, 2,1% aos Jeje e 1,3% à Ijexá. Ressalta a pesquisa, no entanto, que 85,4% adota classificações duplas como Angola-Ketu, Angola-Jeje-Keto, ou Keto-Angola, Ijexá. O Mapeamento acaba por identificar 25 categorias de identificação destas nações dos terreiros.

Numa primeira análise verifica-se a distribuição dos terreiros na cidade e o tempo de existência A maior parte destes terreiros localiza-se nos bairros que compõem o subúrbio rodoviário (Plataforma, Paripe, Alto de Coutos). No que diz respeito ao tempo de existência, verificou-se que 68,6% têm menos de 31 anos de fundação.

*__Figura 3__ – Distribuição dos terreiros em Salvador. Fonte: SANTOS, Jocélio. Mapeamento dos terreiros de Salvador, 2008, p. 34.*

A situação legal destes terreiros também é configurada. Sabe-se que 41,7% dos terreiros são próprios da Pai ou Mãe de Santo, enquanto 28,2% se encontram em situações outras: do usocapião ao litígio, com particulares ou mesmo com a prefeitura. Neste sentido, 43,2% têm escritura registrada, 25,6% têm contrato de compra e venda, 21% estão sem documentação. Note-se que uma das propostas do Mapeamento é justamente pautar uma regulamentação fundiária destes terreiros.

Em relação ao quesito residência, nota-se que a metade dos terreiros tem menos de 360 $m^2$, numa situação que configura contiguidade entre os espaços sagrado e doméstico, ou de natureza econômica, sobretudo de casas de comércio.

O Mapeamento nomeia algumas formas de conflitos religiosos com vizinhos, destacando sobretudo esta relação com as igrejas evangélicas.

Com respeito a estes conflitos, há que se notar, também, que há um ambivalente trânsito religioso. Com números tão expressivos de crescimento, o Candomblé acolhe adeptos vindos da igreja católica, de cultos protestantes históricos e de espíritas kardecistas, e, sobretudo de evangélicos pentecostais, como os membros da Igreja Universal do Reino de Deus ou Assembleia de Deus, assim como de Testemunhas de Jeová.

O Mapeamento traz também preciosas informações sobre as lideranças religiosas: sobre gênero, conclui-se que 63,7% são mulheres e 36,2% homens; no quesíto cor, 58,3% são pretos, 30,4% pardos, 4,6% brancos, 0,8% amarelos, 2,7% indígenas, enquanto 3,2% não sabem ou não informaram. Com relação à idade das lideranças religiosas, 1,4% estão entre 19 a 24 anos, 15,6% entre 25 a 39 anos, 45,2% entre 40 a 59 anos e, finalmente, 37,8% para lideranças com 60 anos ou mais; a maior parte destas lideranças é natural de Salvador, sendo que apenas 2% são originários de outras regiões do país. Quanto à escolaridade, notou-se que apenas 4,1% eram sem escolaridade, 32,5% com fundamental incompleto, 13% com fundamental completo, 7,8% com ensino médio incompleto e 25,6% completo, 2,3% com superior incompleto e 4,7% completo. O perfil ocupacional é bastante heterogêneo, destacando-se todavia aquelas lideranças que trabalham como baiana(o) de acarajé, costureiro(a), cozinheiro(a), professor(a), funcionário(a) público(a), empregado(a) doméstico(a), comerciante, auxiliar de enfermagem etc.

Também fica caracterizada uma forte inserção dos candomblés nas comunidades, o terreiro prestando-se a um espaço aberto onde se realizam a distribuição de cestas básicas e o cadastramento em programas governamentais, reuniões políticas e culturais, cursos e palestras, programas na área de saúde, creche para crianças, escola, curso pré-vestibular, distribuição de material de construção etc.

O Mapeamento caracteriza uma forte ação de paralelismo religioso, sobretudo no que diz respeito à celebração de missas em igrejas católicas, associadas ao ciclo de festas públicas dos candomblés. Por outro lado, tal paralelismo também se faz também com a presença de padres realizando trabalhos em espaços dos terreiros de candoblé.

Por fim, o Mapeamento considera aquilo que vai ser chamado de domínio das deusas como regentes principais dos terreiros. A partir da constatação de que 81,9% dos terreiros têm um único regente, o Mapeamento relaciona os principais orixás presentes nos terreiros investigados: Oxum 17,3%, Iansã 12% Ogum 10,3%, Oxóssi 8,8%, Obaluaê 8,2%, Xangô 6,4%, Oxalá 5,5%, Omulu 3,2%, Iemanjá 3,2%, Logundê 3,0%, Caboclos 2%, Oxumaré 2,0%, perfazendo 81,9% dos terreiros investigados. Tal situação leva à conclusão da popularidade das yabás – orixás femininos – entre o povo de santo.

## *Explorando a bibliografia especializada*

### *Introdução*

Exploraremos nosso segundo nível de análise, partindo de um extenso levantamento bibliográfico sobre a vida religiosa na BTS, afirmando que a existência de uma quantidade maior ou menor de trabalhos que abordem formas específicas de religiosidade na região pouca pertinência tem com o quadro da representação censitária anteriormente apresentado.

Nossos postulados são os de que: a) a literatura especializada ressalta as religiões afro-brasileiras em Salvador, muito mais que com relação a outras formações religiosas, b) a literatura especializada não faz jus à diversidade religiosa da BTS, ou seja, a literatura não acentua ou explora toda a dimensão geográfica do entorno da BTS e suas formas de religiosidade diversas; c) a literatura aponta um forte componente de religiosidade popular na região, inclusive com a presença de messias, curadores e taumaturgos; e, por fim, d) a literatura aponta a religiosidade em espaço público, expressa nas festas, bem como nas procissões, como uma das marcas da vida religiosa no entorno marítimo da BTS.

Estes postulados serão considerados doravante como tópicos a serem desenvolvidos.

Esta abordagem, no entanto, merece uma consideração metodológica prévia.

A bibliografia especializada que foi selecionada para os objetivos deste trabalho compreende pesquisas que investigam como questão central e/ou lateral as manifestações religiosas das populações do entorno da baía. São trabalhos de diferentes áreas do conhecimento, a grande maioria deles apropriando-se, em maior ou menor grau, da perspectiva socioantropológica, ao abordar as características das distintas formas de religiosidade, bem como os processos de transformação mais recentes por que vem passando o campo religioso local. Assim, ficaram excluídos desse recorte trabalhos cujo tema da religiosidade fosse apenas periférico, assim como a historiografia publicada em períodos anteriores a meados do século XX, que, de certo modo, enfoca o processo de estruturação, disseminação e organização das diferentes tradições religiosas da região.

Interessa-nos mapear as características dessa bibliografia, para que possamos avaliar adequadamente quais os contornos da pluralidade religiosa que emerge da diversidade dos trabalhos.[1]

A bibliografia reunida é composta, em sua grande maioria, por dissertações e teses. Monografias de graduação e de especialização, artigos em periódicos (tanto locais como de ampla circulação), trabalhos apresentados em congressos (disponibilizados na internet), capítulos de livros e livros também se encontram presentes, mas em proporção bem menor.[2]

No que se refere às dissertações e teses, estas foram majoritariamente defendidas em programas da UFBA[3] e compreendem trabalhos defendidos em pós-graduações de diferentes áreas do conhecimento. A distribuição pode ser observada na Tabela 2, a seguir:

***Tabela 2*** *- Distribuição dos trabalhos por Programas de Pós-Graduação da UFBA*

| Áreas do conhecimento (Programas de Pós-Graduação) | Quantidade |
|---|---|
| Ciências Sociais | 18 |
| História | 3 |
| Educação | 6 |
| Estudos étnicos e africanos | 6 |
| Direito | 1 |
| Administração | 2 |
| Arquitetura e Urbanismo | 3 |
| Geografia | 2 |
| Música | 6 |
| Artes Cênicas | 2 |
| Artes Visuais | 2 |
| Saúde Coletiva | 2 |
| Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo | 1 |
| Letras e Linguística | 1 |
| **Total** | **55** |

1 Ressaltamos que investigar os interesses de pesquisa é também se perguntar sobre a relevância de determinados temas e questões para a sociedade como um todo. É importante questionar sobre as áreas geográficas que possuem maior investimento de pesquisa, quais temas e religiosidades têm sido mais estudados, em quais condições os trabalhos foram realizados (se são resultados de pesquisas acadêmicas, se foram realizados no nível da graduação ou pós-graduação, se estão publicados ou se encontram em bibliotecas universitárias etc.). Perguntas como essas possibilitam inferir a qualidade e o aprofundamento das pesquisas, os desequilíbrios de temáticas e regiões, com maior e menor investimento de pesquisa, o grau de visibilidade social dos trabalhos. São todas questões que nos auxiliam a compreender adequadamente as características de uma região com grande diversidade, especialmente se tomarmos como referência as relações entre Salvador e o entorno da BTS.

2 Para que a pesquisa pudesse ser realizada, adotamos como critério de seleção a produção em universidades brasileiras. Foram pesquisados o banco de teses e dissertações da Capes, diversas bibliotecas em Salvador (biblioteca da UFBA e outras), teses e dissertações. Também foram pesquisados artigos e trabalhos disponibilizados na internet, principalmente através do banco de periódicos *Scielo* e do *Google* acadêmico. Além disso, foram consultados períodos de referência na área de religião, como *Religião e Sociedade e Afro-Ásia,* livros e coletâneas sobre o assunto. Aproveitamos para agradecer o valioso trabalho de coleta e organização de dados realizado pelos auxiliares de pesquisa Lucas Carwile e Ivy Santana.

3 Observamos contribuições pontuais de outras pós-graduações localizadas no Estado da Bahia: Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz – parceria UESC/UFBA (2); Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador (5); Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (2) e Mestrado em Educação e Contemporaneidade (1), ambos da Universidade do Estado da Bahia; Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (1). Também existem trabalhos defendidos em programas de pós-graduação da Universidade de Brasília (2), Universidade Federal da Paraíba (1), Universidade de São Paulo (8), Universidade Metodista de São Paulo (1), PUC de São Paulo (4) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (5).

Quanto às monografias, foram encontradas três de especialização e apenas uma de graduação. Com relação às de especialização, um aspecto interessante refere-se à diversidade das áreas do conhecimento em que foram defendidas: Gestão Ambiental na Escola de Engenharia Eletro-mecânica da Bahia; Turismo na Universidade de Brasília; História Social e Educação na Católica de Salvador. Já a de graduação foi defendida em Ciências Sociais na UFBA.

Com relação ao recorte temporal, a grande maioria das teses, dissertações e monografias foi produzida ao longo dos últimos vinte anos, tendo se intensificado a partir dos anos 2000.

Uma primeira observação que salta aos olhos é a assimetria entre os trabalhos que têm como lócus de pesquisa a cidade de Salvador, em relação aos demais municípios do entorno da Baía. Com exceção das localidades de Ilha de Itaparica, Candeias e Cachoeira (tomando a ideia de uma Baía estendida), podemos observar uma produção quase inexistente sobre a diversidade religiosa na BTS. Para efeito de melhor visualização, apresentamos a Tabela 3, a seguir com a relação de teses, dissertações e monografias (de especialização e graduação) distribuídas pelas religiões e localidades pesquisadas.

***Tabela 3*** *- Distribuição dos trabalhos por temática religiosa e localidade*

| | Salvador | Candeias | Itaparica | Total |
|---|---|---|---|---|
| Candomblé | 35 | | 3 | 38 |
| Umbanda | 1 | | | 1 |
| Espiritismo | 2 | | | 2 |
| Evangélicos – Protestantismo | 2 | | | 2 |
| Evangélicos – Pentecostalismo | 5 | | | 5 |
| Evangélicos em geral | 4 | | | 4 |
| Catolicismo | 15 | 1 | | 16 |
| Esoterismo | 1 | | | 1 |
| Diversidade religiosa/ abordagens comparativas | 3 | | | 3 |
| Festas religiosas | 4 | | | 4 |
| Totais | 72 | 1 | 3 | 76 |

É em Salvador que se concentra, não apenas a grande maioria dos trabalhos (72 dos 82 abordados), mas também a maior diversidade de religiões pesquisadas. A cidade é objeto de pesquisa, buscando-se mapear as suas características religiosas, mas também um lugar onde se observam tendências da religiosidade brasileira contemporânea.

Note-se que, por contraste, existem quatro trabalhos sobre candomblé em Cachoeira, assim como quatro sobre o catolicismo, além de três outros sobre cultura religiosa popular, todos neste mesmo município.

## A literatura ressalta as religiões afro-brasileiras em Salvador

O candomblé, por excelência, é um dos temas clássicos dos estudos socioantropológicos no Brasil. Desde Nina Rodrigues ([1938]), passando por Edson Carneiro (1986), Bastide (1971, 1978), Manuel Quirino (1988), Pierre Verger (1981), Artur Ramos (2001), Ruth Landes (2002), dentre outros, esta forma religiosa africana tão presente na Bahia tem merecido abordagens tão apaixonadas quão consistentes, de modo que o estudo das religiões afro-brasileiras, ainda hoje, se mantém com extremo vigor nas pesquisas.[4]

Nota-se na bibliografia levantada a importância de questões "tradicionalmente" pesquisadas sobre o candomblé, como autoridade e processos de legitimação religiosa (CAMPOS, Vera, 2003; CASTILLO, 2005; DANTAS, 1988; SANTOS, Jocélio, 1992; LIMA, Fábio, 2002; LIMA, Vivaldo, 1966, 1978, 2003; SANTOS, Jocélio, 2002); práticas alimentares (BORGES, Florismar, 2008; DIAS, Tânia, 1997; LIMA, Vivaldo, 1999; MARTINI, 2007; RIBEIRO, Denise, 2002; SOUZA JÚNIOR, 1999); práticas terapêuticas e de saúde mental (CAPRARA, 1998, 1999; FREITAS, Edmundo, 1995; MANDARINO, 2003; SERRA, 1999a); construções identitárias em interface com a questão do gênero e da corporalidade (BARBARA, 1995, 2002; JOAQUIM, 1996; SANTOS, Maria, 2003; SILVERSTEIN, 1979; XAVIER, 2007); práticas divinatórias. (BRAGA, 1980, 1988).

No entanto, também observamos mudanças na escolha dos temas. Questões outrora bastante pesquisadas, como cosmologia, mitologia e abordagem ritual, estão menos presentes, comparecendo em apenas um trabalho (SOGBOSSI, 2004), enquanto outros temas vêm ganhando relevância. É o caso, por exemplo, do conjunto de trabalhos que entrecruzam temas específicos com a problemática mais ampla da reconfiguração do candomblé no âmbito do espaço público (BRAGA, 2006; CAMPOS, Eufrazia, 2006; CONCEIÇÃO, Sueli, 2008; DIAS, Jussara, 2003; FREITAS, Joseana, 1996; HIPÓLITO, 2006; OLIVEIRA, Rafael, 2005; PORT, 2005; PORTELA, 2007; RABELO, 2008; SANSI, 2005; SANTOS, Jocélio, 2000; VELAME, 2009) e dos conflitos que envolvem as liberdades religiosas, especialmente a "guerra" com os neopentecostais. (REINHARDT, 2006; SANTOS, 2007)

As pesquisas não se restringem à área das ciências sociais, sendo expressivo o número de trabalhos de outras áreas do conhecimento. Assim, temos abordagens centradas na musicalidade (BORGES, 1996; CARDOSO, 2006; GARCIA, 1996, 2001); nos processos educacionais (GUERRA, 2004; SILVA, Vanda, 1989); no mercado de trabalho (LIMA, Fernando, 1997; PIZZOFERRATO, 2008) e na cidadania e direitos civis (CORREA, Jailson, 2008).

4 Vale observar que, dentre as teses, dissertações e trabalhos pesquisadas, apenas uma se refere explicitamente ao estudo de um centro umbandista em Salvador (BORGES, Mackley, 2006), justamente a dissertação na área de Música. Tivemos acesso a uma dissertação sobre o trabalho de um pai de santo umbandista em Salvador, defendida na Universidade da Califórnia. (FALGOUST, 2008) Em razão do recorte assumido neste trabalho e explicitado anteriormente, essa dissertação não foi contabilizada.

## *A literatura e a diversidade religiosa na BTS*

Embora em menor número, se comparada aos estudos sobre o candomblé, a abordagem da diversidade religiosa em Salvador também merece ser destacada, evidenciando-se em trabalhos sobre religiões protestantes e pentecostais, bem como sobre as diferentes "faces" do catolicismo contemporâneo.

Uma observação, no entanto, deve ser feita: a totalidade das pesquisas sobre os protestantes e pentecostais está disponibilizada sob a forma de dissertações e teses, ou seja, trata-se de uma área de pesquisa que ainda possui pouca visibilidade social, se comparada com outras capitais brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, que já oferecem publicações sobre o assunto.

Consideraremos, doravante, algumas categorias nas quais os estudos poderiam ser enquadrados:

a) **Católicos.** Os "catolicismos" configuram uma importante referência dos estudos pesquisados. Uma primeira questão a ser observada é a vitalidade dos estudos sobre o sincretismo afro-católico, temática tradicional das pesquisas sobre religião no Brasil. Existem trabalhos sobre devoção popular (CASTALDI, 1955), sincretismo em geral (SOUZA JÚNIOR, 2001) e os estudos em igrejas e irmandades específicas, como a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (OTT, 1968; PEREIRA, Dirceu, 2008; PEREIRA, Taynar, 2001), a Igreja de São Lázaro (PEREIRA, Maria, 1998) e a do Nosso Senhor do Bonfim. (CAMARGO, 1989; OTT, 1969) Esses trabalhos abordam a questão da "dupla pertença" religiosa (a vivência conjunta de catolicismo e candomblé), a incorporação de símbolos afro-brasileiros no espaço católico, como estratégia de revalorização da identidade negra, e a questão da performance nos rituais.

Novos movimentos católicos também comparecem nos estudos. É o caso de dois trabalhos que abordam a questão da família e da conjugalidade entre casais católicos, sendo um deles sobre o movimento "Encontro de Casais com Cristo" (LOPES, 2005; MACIEL, 2008) Outro movimento importante é a Renovação Carismática Católica (RCC), que foi objeto de dois trabalhos da mesma autora: o primeiro sobre médicos pertencentes ao movimento e o segundo investigando as perspectivas e tensões da RCC no âmbito do catolicismo contemporâneo. (MOTA, 2003, 2007) As interfaces do catolicismo com a política também comparecem nos estudos, através dos seguintes temas: a atuação do Círculo Operário da Bahia (SOUZA, George, 1996), a atuação da Igreja Católica na Bahia, no período do Golpe de 64 (ARAÚJO, 2008), as repercussões do trabalho social dos Jesuítas durante a Ditadura Militar (ZACHARIADHES, 2007) e a atuação do agente pastoral católico (BATISTA, 1989) A questão do gênero comparece em dois trabalhos. O primeiro sobre as polêmicas que envolvem o sacerdócio feminino (RODRIGUES, 2007) e a influência da religião – no caso, a experiência do Apostolado da Oração da Igreja de São Jorge – na reelaboração

das identidades de mulheres envelhecidas. (BARBOSA, 1999) Vale registrar, ainda, um trabalho sobre arte e religião na formação de identidades culturais. (CARMO, 2002)

b) **Evangélicos.** Sobre denominações protestantes específicas, encontramos dois trabalhos. O primeiro aborda as relações entre prática religiosa e hábitos alimentares entre os Adventistas do Sétimo Dia, tomando-se como perspectiva comparativa a vivência religiosa em dois grupos: um de classe média e outro num bairro operário. A dieta alimentar configura uma questão importante nessa religião e o trabalho evidencia a centralidade da orientação religiosa para as camadas estudadas, ainda que observadas algumas diferenças decorrentes do "recorte de classe". (PACHECO, 2001) Outro grupo religioso estudado são os Batistas, enfocando a experiência religiosa de famílias situadas num bairro do subúrbio ferroviário de Salvador. (PEREIRA, Marcos, 2004)

Existe um conjunto de trabalhos que aborda as religiosidades evangélicas de forma genérica, enfocando a influência da orientação religiosa em diferentes situações de vida. Considerando que o crescimento dos evangélicos encontra-se atravessado por diferentes níveis de adesão entre homens e mulheres, dois trabalhos investigam as diferentes configurações familiares que surgem a partir da adesão religiosa feminina. O primeiro deles retrata essa questão no âmbito de famílias onde apenas a mulher é convertida, observando o desenvolvimento de novos modelos educativos (LEITE, Ariane, 2007); já o outro trabalho enfoca o universo feminino na condução do ethos familiar, com a diferença de que, nesse caso, trata-se de famílias monoparentais. (REINA, 2008) Um terceiro trabalho investiga a influência religiosa na reconstrução de trajetórias de vida de ex-internos de instituições prisionais. Buscando compreender como se processam as novas orientações, a partir da assimilação de valores religiosos, a autora conclui que a comunidade religiosa evangélica propicia, não o julgamento, mas uma nova disposição ética, construindo novas modalidades de pertencimento igualitário, desestimulando a perpetuação de identidades estigmatizadas. (SILVA, Patrícia, 2007) Por fim, o último trabalho a ser destacado realiza uma etnografia da experiência pentecostal entre grupos de diferentes igrejas evangélicas. (PEREIRA, Cláudio, 1995)

Tomando como objeto de estudo grupos específicos, temos quatro trabalhos sobre a Igreja Universal do Reino de Deus. Dois deles referem-se à investigação de questões "internas" ao espaço religioso: o primeiro aborda a questão terapêutica, considerando as importantes transformações nas percepções da saúde e doença que se operam na vida dos adeptos (ANDRADE, 2002); o segundo, o ritual da "Nação dos 318", procurando compreender a sua dinâmica: as concepções doutrinárias assentadas na teologia da prosperidade, a consagração de objetos rituais, a doação de dízimos e ofertas e a obtenção de graças. (SILVA, 2008) Os dois trabalhos restantes abordam os desdobramentos do crescimento dessa religiosidade no âmbito do

espaço público: um trabalho enfoca a questão do marketing religioso promovido por essa igreja, investigando, assim, hipóteses para o seu crescimento (VIEIRA, 2001); o outro, os efeitos do crescimento de adeptos entre funcionários das escolas públicas da periferia de Salvador para a rotina pedagógica. (SANTOS, Bartira, 2007) Por fim, localizamos um trabalho sobre a Igreja Pentecostal Deus é Amor, no qual se buscou investigar a experiência religiosa feminina diante da questão mais ampla da aflição. (SOUZA, Sueli, 2000)

c) **Espíritas.** Os estudos sobre espiritismo ainda são incipientes: podem ser destacados dois trabalhos que abordam questões da experiência e os processos de identificação religiosa. (CUNHA, 1999; SILVA, Gleide, 2006)

d) **Outras religiões.** Já sobre esoterismo, registramos um trabalho sobre o trabalho dos tarólogos e espiritualidade. (SILVA, Maria, 1994)

f) **Transversalidade.** É de se destacar também que alguns estudos claramente se valem de abordagens "transversais" às denominações religiosas, enfocando a experiência religiosa entre mulheres mastectomizadas. (FERREIRA, Roseny, 2005) Nos estudos comparativos, ganha destaque a investigação das diferentes "modalidades" de possessão religiosa (RABELO, 2005) e tratamento da aflição no candomblé, espiritismo e pentecostalismo. (RABELO et al., 2002)

## *A literatura trata de maneira limitada o entorno da BTS*

Como já apontamos anteriormente, dentre aos trabalhos que investigam as manifestações religiosas do entorno da BTS, observamos uma concentração de pesquisas em duas regiões: a cidade de Cachoeira e arredores (cidades vizinhas como São Félix, Santo Amaro e Amargosa) e a Ilha de Itaparica. Para além dessas regiões, pode-se considerar uma produção quase inexistente. Já no que se refere às temáticas abordadas, o complexo afro-católico marca a tônica das pesquisas.

a) Há que se notar que, considerando-se os municípios como sendo o entorno da BTS, poucos trabalhos foram realizados fora do município de Salvador. Mesmo no espaço descontínuo de Salvador, que inclui ilhas, como Frades ou Maria Guarda, poucas investigações foram realizadas. Já na ilha de Maré, que também faz parte do município de Salvador, o trabalho de Lepri (2006) trata, dentre outras questões, da atuação do Conselho Pastoral dos Pescadores no que diz respeito à experiência com a biodiversidade.

Tomando como unidade de investigação o município de Candeias, por exemplo, identificamos os trabalhos de Epifania (2008), e Oliveira, Rafael (2005) que, dentre outras questões, abordam a dinâmica religiosa que envolve a devoção a Nossa Senhora das Candeias, no que diz respeito à festa realizada no dia 2 de fevereiro com uma romaria à cidade, e o comércio que se desenvolve a partir da mesma. Como se sabe, Candeias foi uma cidade fundada em torno de um milagre religioso, atribuído a Nossa Senhora das Candeias, e seu santuário tanto quanto uma fonte milagrosa são referências hierofânicas incorporadas à religiosidade da região.

Outra referência isolada encontrada na bibliografia é o estudo exploratório sobre um terreiro de candomblé em São Francisco do Conde, cujo babalorixá descende da linhagem do Gantois, em Salvador. (SIMÕES, 2006)

b) Destacam-se na bibliografia especializada os trabalhos sobre religiosidades afro-brasileiras realizados em Itaparica. Na grande ilha da baía, as pesquisas priorizaram o culto dos candomblés de egum (BRAGA, 1995; CAETANO; SOARES; VELAME, 2006; SANTOS; SANTOS, 2004; VELAME, 2007), os caboclos (MOURA, 2007; PERRONE, 1995) e os afoxés, rituais que manifestam a religiosidade afro-brasileira através de performances lúdicas nos períodos carnavalescos. (GOMES, 2003, 2004)

Sobre o culto aos eguns, temos o trabalho seminal de Juana Elbeins dos Santos (1997). A autora esclarece que para os nagôs, orixás e eguns são entidades de tipos diferentes, que incorporam práticas litúrgicas, formas de organização e cultos diferentes. (SANTOS, Juana, 1997, p. 103) O orixá representa uma força universal enquanto o egun um valor restrito ao grupo familiar. Os ancestrais que tomam formas corporais são cultuados em terreiros específicos de eguns. A sua origem localiza-se na África e foram trazidos para o Brasil formando grupos de culto também aqui.

Dentre os fundadores da tradição na ilha de Itaparica, a autora menciona quatro terreiros mais famosos: Terreiro de Vera Cruz, situado no povoado do mesmo nome, fundado por volta de 1820, pelo africano Tio Serafim; Terreiro de Mocambo, fundação em torno de 1830, pelo africano Marcos Pimentel, dito Marcos-o-Velho, na propriedade denominada Mocambo; Terreiro de Encarnação, cuja fundação se deu por volta de 1840, por João-dois-metros (filho de Tio Serafim), no povoado de Encarnação; Terreiro de Tuntun, fundado em torno de 1850 por Tio Marcos (filho de Marcos-o-Velho), no povoado Tuntun. (SANTOS, Juana, 1997, p. 119) Segundo Santos e Santos (2004), este terreiro desapareceu por volta de 1935. Segundo Elbein dos Santos, atualmente a descendência desses terreiros pode ser encontra em duas casas: o Ilê Agboulá, localizado em Ponta de Areia, fundado no primeiro quartel do século XX, e o Ilê Oya, de fundação mais recente. (SANTOS, Juana, 1997, p. 119)

Júlio Braga (2006), outro estudioso dessa tradição, esclarece que o parentesco não remete a uma filiação restrita de consanguinidade, mas também evidencia um parentesco religioso, assim como no culto aos orixás. O culto aos antepassados é

realizado no Brasil de acordo com a tradição africana, implantada pelos escravos. Atualmente esses terreiros já são numerosos na Bahia e em outros estados.

É importante salientar que as mulheres também participam deste culto. Embora não tenham acesso ao espaço onde se desenrolam os rituais secretos, possuem funções importantes no ritual.

Segundo Santos e Santos (2004), os festivais de culto de Egun desenrolam-se de acordo com um calendário litúrgico estritamente observado. No Ilê Agboulá, por exemplo, os festivais anuais são quatro. O nono dia de janeiro; o segundo dia de fevereiro, com prosseguimento durante duas semanas; do sétimo ao décimo-sétimo dia de setembro, e no dia dois de novembro, aproveitando-se a celebração católica do dia dos mortos.

Vale mencionar, ademais, a belissima edição do livro *Obarayn* (BARABÓ, 2009), que apresenta uma importante documentação fotográfica sobre o culto de eguns em Itaparica, através da biografia de um dos seus mais atuantes sacerdotes.

c) A bem da verdade, para se considerar a religiosidade na Bahia há que se tomar não apenas o domínio evidente da religiosidade soteropolitana, mas também aquela que era proveniente da cidade de Cachoeira, que manteve canal direto com a BTS, através do rio Paraguaçu, no passado, e pelas vias rodoviárias, após a decadência dos caminhos náuticos. Desse modo, vale mencionar que uma boa parte dos trabalhos concentra-se sobre o município de Cachoeira e arredores (perfazendo uma continuidade cultural com o município vizinho de Santo Amaro) e tais investigações acadêmicas concentram-se nos segmentos católico ou afro-brasileiro, na forma dos candomblés e congêneres.

Devem ser registrados os trabalhos sobre as tradições afro-brasileiras locais, desvelando o que foi caracterizado como "cidade do feitiço" (SANTOS, Edmar, 2007) ou "terra de macumbeiros" (NASCIMENTO, Luiz, 2007; PARÉS, 2006) em seus candomblés e batuques. Além desses, destacamos o trabalho de Sérgio Oliveira (2001) sobre os caboclos e sobre as construções imaginárias em torno de "sociedades secretas" africanas no Recôncavo baiano. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008)

Edmar Santos (2007) acentua a importância da imprensa de Cachoeira, especificamente do jornal *A Ordem,* editado por 65 anos consecutivos (1870-1935) para a consolidação do imaginário da "cidade do feitiço". Segundo o autor, durante as primeiras décadas do século XX desenrolou-se uma grande campanha de estigmatização das práticas religiosas afro-brasileiras.

Desde o início do século XX a imprensa de Cachoeira preocupava-se com o progressivo crescimento dos "feiticeiros e feiticeiras". Também era bastante conhecida a fama dos tratamentos terapêuticos, administrados por sacerdotisas e sacerdotes do lugar, como, por exemplo, Tio Anacleto, que tratou de doenças infecciosas, como o *cholera morbus*. Outra referência importante foi Mãe Judith de Xangô Aganju e seus

tratamentos da "flora medicinal", tendo sido uma das personagens mais perseguidas entre os anos de 1914 e 1923. (SANTOS, Edmar, 2007, p. 58)

A campanha de repressão empreendida pela imprensa não se limitava apenas à área urbana, mas atingia a área rural e arredores. (SANTOS, Edmar, 2007, p. 52) No início do século XX, foram esparsas as notícias sobre os candomblés. Já na década de 10, iniciou-se uma campanha contra os terreiros e *pegis* devido ao crescimento das práticas afro-baianas. A partir de 1914, a campanha ganhou novos contornos, servindo de munição para disputas políticas locais. Nesse ano deu-se início à campanha de perseguição movida pelo jornal, cujo auge se deu durante a década de 20. Na década de 30, o jornal apresenta grande redução das notícias sobre os candomblés, mas, quando apareciam, a retórica de estigmatização continuava presente, embora já não causasse a mesma apreensão dos anos anteriores. (SANTOS, Edmar, 2007, p. 109)

A importância das mulheres como lideranças dos candomblés da cidade pode ser depreendida da variedade de nomes que aparecem no jornal sendo objeto de perseguição: Mãe Paulina, Gertrudes, Porfíria ou Aleijadinha, entre outras. (SANTOS, 2007, p. 82) No ano de 1917, o jornal já possuía um mapa dos candomblés da região, sendo essas localidades associadas à criminalidade. (SANTOS, Edmar, 2007, p. 92)

A despeito da decadência econômica de Cachoeira e de municípios vizinhos do Recôncavo nas décadas posteriores, os candomblés permaneceram ativos. Entre 1972 e 1973, foi realizado um estudo pelo Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia que contabilizou 19 terreiros em funcionamento e 11 sessões de gira na cidade.[5]

Por outro lado, ainda é possível verificar que a perseguição a essas religiões não é coisa do passado, como se depreende da condenação de um certo José das Três Linhas, pai de santo considerado explorador da crendice, entre os anos de 1970 e 1971. (SANTOS, Edmar, 2007, p. 112) O pai de santo foi denunciado, em 21 de setembro de 1970, por vários crimes que constam no código penal e que são normalmente atribuídos a praticantes das religiões afro-brasileiras. Esses processos, no entanto, constituem documentos relativamente raros nos arquivos públicos baianos. Foragido, este pai de santo foi julgado à revelia, constando dos autos somente depoimentos de testemunhas. No dia 10 de novembro de 1971, o réu foi condenado pelo inciso III do artigo 42 da lei de contravenções penais. Sua pena: dois meses de prisão, pagamento das custas do processo e taxa penitenciária. (SANTOS, 2004)

5 Jadson Santos (2001, p. 68-69) destaca os seguintes terreiros: Ilê Axé Alaketo Oxum, o Alto do Rosarinho; Yemanjá Ogunté, Baixa da Olaria; Centro de Caboclo Jeremias, Ladeira Manoel Vitorio; Toloy Rum Pam Rum Toloy, Alto da Levada e Rua do Caquende; Candomblé de Dona Nilta, Alto da Levada; Ogum Meji, Ladeira Manuel Vitorio; Ilê Axé Alaketu Oxum Apara, Ponta da Calçada; Candomblé da Dalva, Rua Senhor dos Passos; Candomblé de Dona Dionísia, Rua da Faceira no Caquende; Candomblé do Ventura; Candomblé de Dona Anália, Ladeira do Rosarinho. No passado, os destacados são os seguintes: João Miguel dos Santos, Rua do Recreio, 9 Caquende; Antonio de Jesus, Rua São Diogo; Donata Raimunda Conceição, Rua São Cristóvão; Damiana Maria Alexandrina de Jesus, Belém de Cachoeira; Euridice Wanda Melo, Travessa do Caquende, 15; Justiniano de Jesus, Ladeira da Cadeia; Gerônimo Pereira da Conceição, Terra Vermelha; Aurelina de Jesus; Hermínio Lopes Ramos, Caixa D'água; Maria de Lourdes Ramos, Caquende; Seu Vicente, Ladeira do Caquende/Levada; Madame Maria Rangel, Tororó.

Outra temática importante dos trabalhos em Cachoeira refere-se à Irmandade da Boa Morte. Estes trabalhos foram realizados a partir de diferentes perspectivas: seja na da memória ou da dimensão identitária (CORREA, Aureanice, 2004; SOUZA, Wilércia, 2007), dos aspectos turísticos da festa (CASTRO, 2005, 2008), da biografia de religiosa eminente (COSTA, 2007), ou mesmo da relação com o patrimônio musical do samba de roda. (CONCEIÇÃO, 2004)

De acordo com a literatura, a Irmandade da Boa Morte teria surgido no início do século XIX, aproximadamente por volta da década de 20, na região da Barroquinha, em Salvador. Devido a perseguições enfrentadas na capital, a Irmandade migrou para a cidade de Cachoeira, onde atualmente se localiza na rua 13 de Maio. Estudiosos apontam as dificuldades de reconstituir a trajetória dessa Irmandade, em razão da perseguição, da escassez de documentos e da ausência de uma sede própria até 1995. (CASTRO, 2008, p. 47)

As regras de hierarquia dessa organização são muito semelhantes às do candomblé: somente rimas acima dos 40 anos podem ingressar na Irmandade, sendo as mais velhas as responsáveis pelos segredos e a ritualística. O espírito devocional que caracteriza a Irmandade tem origem no cristianismo católico, trazido pelos portugueses, marcando a escatologia da morte como rito de passagem através da devoção pela Nossa Senhora da Boa Morte, da Assunção ou da Glória.

A atividade principal da Irmandade caracteriza-se pela realização da festa que acontece na segunda quinzena de agosto. É uma festa com a realização de variados ritos, que se desenrolam durante cinco dias (primeiro dia: morte de Nossa Senhora, segundo dia: enterro; terceiro dia: assunção e glória; quarto e quinto dias: festa), sendo os três primeiros dias os mais importantes.

Sem vínculo oficial com a Igreja Católica, a Irmandade goza de autonomia na realização das atividades e festejos, e suas participantes possuem o típico perfil religioso da "dupla pertença": transitam com muita visibilidade entre as práticas do catolicismo e do candomblé, algumas sendo, inclusive, ialorixás.[6]

Embora muito atuante nas primeiras décadas do século XX, nos anos 70, a Irmandade possuía poucas adeptas. Esse quadro foi gradativamente se alterando e a sua festa começou a alcançar importância cultural e turística. Duas intervenções contribuíram para isso: o tombamento de Cachoeira, em "Cidade Monumento Nacional", em 1971, e a outorga, em 1999, do Prêmio Ministério da Cultura à Irmandade, na categoria Cultura Popular. Já na esfera estadual, a implementação do Plano de Turismo do Recôncavo, em 1971, impulsionando a revitalização da Irmandade.

6 Edmar Santos (2007, p. 94-95) apresenta o seguinte relato de Gaiaku Luiza (1909-2005), em entrevista realizada em 2003, sobre as antigas participantes da Irmandade: "Na Boa Morte quem não tinha candomblé, frequentava. Tinha umas senhoras aqui, andavam de saia mas não era de candomblé, descendente, mas não era. [...] Aquelas senhoras aposentadas [no sentido da idade]. Eram negociantes, vendiam suas casas, negócio de venda, se a vendagem saía."

Atualmente, a festa é um dos mais importantes atrativos turísticos do Recôncavo baiano, empreendimento bem-sucedido por parte do Governo do Estado, de valorização de territorialidades étnicas e culturais. Por outro lado, a estratégia de turistificação vem promovendo mudanças importantes em variadas festas, cujas consequências ainda não podemos mensurar.

Por fim, vale ainda destacar os trabalhos que abordam temas de cultura popular, como o de festas juninas em Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas (CASTRO, 2008); o samba de roda em Cachoeira (MARQUES, 2003); e arte e religião presentes em manifestações populares como a montagem de presépios. (CARVALHO, 1995)

Um estudo inicial sobre a conversão de candomblecistas a igrejas evangélicas em Cachoeira configura um interessante contraponto para pesquisas futuras. O trabalho de Lizandra Silva (2008) aborda o processo de conversão dos adeptos do candomblé e da Irmandade da Boa Morte à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a partir da década de 1980 até os anos 2000. Trata-se de uma pesquisa em andamento de uma graduanda em história da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde a autora vem realizando trabalho de campo no templo da IURD em Cachoeira. Há relatos de sessões de descarrego, que ocorrem às terças-feiras e sessões de libertação, que acontecem às sextas-feiras. A autora cita também algumas entrevistas de mulheres que se converteram à IURD.

## *Na BTS a religiosidade de messias, curadores e taumaturgos*

Um dos primeiros movimentos messiânicos no entorno da BTS foi de origem indígena, tendo sua atuação se verificado no último quartel do século XVI em Jaguaripe, localidade situada na porção continental do extremo sul da Baía de Todos os Santos, região que é denominada de Recôncavo baiano, caracterizando-se como uma prática messiânico-milenarista e terapêutica. (CALAZANS, 1952; METCALF, 1999; VAINFAS, 1999)

A existência de curadores e de taumaturgos parece afinal fazer parte da religiosidade baiana. É assim que sobre Itaparica vão se destacar estudos sobre as práticas curativas e experiências de santidade de personagens populares da ilha, no século passado, como São Venceslau, em Porto Santo, e João Caipó. São Venceslau, taumaturgo e terapeuta, morreu em 1961. Sua trajetória foi objeto de pesquisa de um antropólogo italiano, entre os anos de 1953 e 1954. (CAROSO; CASTALDI 2004; CASTALDI, 1954)

O legado desse curador é disputado por vários grupos religiosos, tendo como arena principal, em que se travam as disputas, o local denominado Fonte dos Milagres,

no qual ele viveu sua vida de santo e onde se realizam as comemorações em sua memória, quase meio século depois de sua morte. (CAROSO; CASTALDI 2004)

O outro terapeuta inicialmente estudado pelo antropólogo Castaldi foi João Caipó, que atendia na localidade de Buraco do Boi, na ilha de Itaparica, em princípios da década de 1950.

É interessante observar que tais expressões religiosas locais têm merecido atenção de nossos estudiosos já que, entre as monografias reunidas, uma delas refere-se à trajetória de João Caipó (MARTINS, 2007) e duas ao caso Venceslau (BRITO, 2006; GERMANO, 2004), sendo que a monografia de Brito apresenta uma proposta de revitalização turístico-religiosa da localidade habitada pelo terapeuta, que, atualmente, constitui um parque ecológico municipal.

### *Festas, procissões no entorno marítimo da BTS*

No conjunto de trabalhos sobre a religiosidade na BTS, ganha relevância a temática da festa. (SERRA, 1999b) Redefinido as relações entre sagrado e profano, ritual e espaço público, a dimensão festiva da vida cotidiana parece ser uma das características partilhadas por diferentes confissões religiosas.

Conforme esclarece Sansi (2003), as festas baianas sofreram profundas transformações ao longo do século passado:

> No fim do século XIX, muitas dessas festas tinham como foco de atenção as imagens dos santos católicos, padroeiros milagrosos: mas com o tempo, essas imagens perderam visibilidade e o centro público das festas foi ocupado por outros personagens, outras imagens, que se tornaram ícones representativos da cultura afro-brasileira, tanto no imaginário local como no global. (SANSI, 2003, p. 149)

As festas não devem ser tomadas como comportando apenas um lado religioso e um profano; assim como não devem ser consideradas como sendo manifestações puramente católicas. Para se observar a importância de traços afro-brasileiros, ver a publicação intitulada *Eparrei, Bárbara: fé e festa do largo de São Salvador,* com contribuições de Lody (2005), Serra (2005), sobre os horizontes antropológicos das festas de largo; Silveira (2005), sobre a guerra do rebolado na Bahia colonial; Santos (2005), sobre a espetacularização e a confluência de gêneros na festa de Santa Bárbara em Salvador; Ganzelevitch (2005), sobre barracas de festa de largo.

É verdade que as procissões tradicionais da Bahia já mereciam a atenção de cronistas e estudiosos da religião. Campos (2001) já lançava luz sobre as procissões tradicionais da Bahia, catalogando-as como procissões extintas e atuais, tratando nesta última categoria 17 procissões que faziam parte do calendário religioso soteropolitano.

É evidente que nos trabalhos pesquisados, sobretudo os mais recentes, sobre as festas religiosas tradicionais, destaca-se a da Lavagem do Bonfim (AVANCINI, 2004; GUIMARÃES, 1994; SANSI, 2003), como objeto preferencial das pesquisas.

A devoção ao Bonfim chega em terras brasileiras através do capitão de mar e guerra Teodózio Rodrigues Faria que, após viver momentos de angústia em torno do eminente naufrágio do seu navio Setúbal, promete levar a devoção para a Bahia. O testemunho dessa fé implicou na feitura de uma imagem do Bonfim, semelhante à existente em Setúbal, Portugal, tendo sido inicialmente depositada na Igreja da Penha, em Itapagipe. A chegada da imagem foi marcada com festejos, sendo criada a Associação de Devotos do Senhor Jesus do Bonfim, em 1745, e, em seguida, o pedido de criação da Irmandade. (SANTANA, 2009, p. 103)

A Irmandade do Bonfim distinguia-se de outras irmandades, que se caracterizavam por diferenças de classes ou cor da pele: nela conviviam grupos sociais dos mais diferentes estratos. Suas atribuições envolviam o estímulo à devoção, zelando e promovendo o culto, bem como a realização dos eventos comemorativos. Assim, essa devoção desde o seu início caracterizou-se por um caráter festivo.

A devoção rapidamente espalhou-se pela população baiana, na segunda metade do século XVIII, passando a ser identificada como sua manifestação devocional mais característica.

Em seu trabalho, Santana (2009) destaca as inúmeras transformações que a festa apresentou ao longo dos anos. No início do século XIX, durante as homenagens do Bonfim foi introduzido o ritual da novena. Em 1804, foi introduzida a festividade para Nossa Senhora da Guia, realizada no primeiro domingo após a festa do Bonfim, e um ciclo de festejos em devoção a São Gonçalo do Amarante, realizado no domingo seguinte à festa de Nossa Senhora da Guia. No século XIX, o tempo da festa alargou-se, passando a durar um período de 21 dias. O público que acompanha as festas também se modificou, incorporando cada vez mais os negros da cidade e, com eles, as transformações no espaço ritual: a música, a dança e as tradições africanas.

Outra "novidade" importante foi a criação, entre 1807 e 1809, das medidas ou "fitinhas" do Bonfim. O ritual da lavagem também se processou nesse movimento. O hábito de lavar os templos é uma tradição portuguesa e, segundo Santana (2009), embora não se tenham registros precisos, ela também foi introduzida nas festividades do Bonfim por pessoas da vizinhança, sendo posteriormente transformada em ponto alto da festa, devido às associações com a festa das "Águas de Oxalá", de tradição afro-brasileira.  A partir dos anos 30 do século XIX os jornais da cidade passaram a noticiar essa prática, embora sempre com alguma resistência por parte do clero e de setores letrados da cidade.

Após a proclamação da República, a lavagem foi definitivamente proibida nas igrejas baianas. Somente em 1902 as notícias sobre o evento voltaram a aparecer, indicando a persistência desse rito, especialmente entre a população negra. A partir

dos anos 30 do século passado, Igreja e Estado passaram a revalorizar os festejos, associando-os às ideias então em voga de identidade nacional e de brasilidade. Em 1934, a festa passou a contar com o apoio da prefeitura e no ano seguinte a Igreja passou a aceitar a realização do ritual.

De fato, a marca da festa reside na importância do ritual da lavagem, compondo uma festividade religiosa que se diferencia de uma procissão, já que os devotos não acompanham imagens. Ao longo do trajeto de seis quilômetros, que se estende da Conceição da Praia à Colina Sagrada, a população majoritariamente vestida de branco, vai realizando um carnaval fora de época.

Mas a lavagem[7] do Bonfim não esgota a dimensão festiva da cidade, especialmente no que se chama de ciclo de festas do verão que culminam no carnaval. Alguns trabalhos têm investigado outras manifestações (FERREIRA, Edson, 2004; SÁ, 2007; SERRA, 2009b), mas muito ainda é preciso ser feito, para que possamos ter um panorama mais aproximado da riqueza dessas festividades. É o que podemos observar, por exemplo, num dos capítulos do livro de Waldir Oliveira (2005), intitulado "três festas religiosas em fevereiro", com indicações de festejos que acontecem em 02 de fevereiro. Segundo o autor, são estas "[...] as três festas religiosas mais famosas e frequentadas na cidade do Salvador e na área do Recôncavo": a festa da mãe d'água, em Salvador, e das comemorações de Nossa Senhora da Purificação, em Santo Amaro, e Nossa Senhora das Candeias. Tratam-se de festas de considerável antiguidade, sendo descritas por cronistas e romancistas.

As festas religiosas também compreendem processões no entorno da BTS. A mais famosa delas é certamente a procissão de Bom Jesus dos Navegantes, cujos festejos ocorrem no primeiro dia do ano. Outras procissões, embora não noticiadas na imprensa, apontam um movimentado circuito de festejos, fé e alternativas turísticas.

## *Conclusão*

No correr deste trabalho exploramos uma série de dados sobre a vida religiosa na BTS, decorrentes tanto de pesquisas quantitativas quanto qualitativas expressas numa bibliografia especializada. Neste sentido, pretendemos concluir considerando os dois níveis de análise aqui observados.

O primeiro nível de análise, conforme visto, é referente ao quadro de adesão religiosa na BTS, considerando-se dez municípios que estão no seu entorno (Salvador, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida, Saubara, São Francisco do Conde,

7 A importância do ritual da lavagem não é exclusividade da festa do Bonfim. É o que acentua Guimarães (2004, p. 143): "É impossível pensar a grande maioria das festas sem suas 'lavagens' e, consequentemente, sem as baianas que efetivamente realizam o ritual de limpeza e purificação. Por surpreendente, mesmo paradoxal, que pareça, é impossível separar essas festas das comemorações em louvor aos santos da Igreja Católica".

Candeias, Vera Cruz, Itaparica, Madre de Deus), e em seguida, mais especificamente, na capital baiana, e, por fim, no que respeita particularmente à representatividade da religiosidade afro-brasileira nesta cidade.

O segundo nível de análise é expresso por um conjunto de postulados que apontam que a literatura especializada ressalta as religiões afro-brasileiras em Salvador, mais que a qualquer outro segmento religioso; de que a literatura especializada não faz jus à diversidade religiosa da BTS, ou seja, que a literatura não acentua ou explora toda a dimensão geográfica do entorno da BTS e suas formas de religiosidade diversas; de que a literatura aponta um forte componente de religiosidade popular, inclusive com a presença de messias e taumaturgos; e, por fim, de que a literatura aponta as festas, bem como as procissões, como uma das marcas evidentes da vida religiosa no entorno marítimo da BTS.

Tais argumentos nos levam a concluir que um campo religioso tão complexo não é devidamente explorado pelas pesquisas acadêmicas; e que, no que diz respeito às ciências sociais, a relevância social e política da religiosidade não significa, todavia, relevância sociológica, e vice versa; e, por fim, que as pesquisas baseiam-se, em sua maioria, menos numa problemática sociológica, mas na visibilidade da religiosidade, sobretudo no que diz respeito à dimensão da vida social dos pesquisadores.

Eis porque a abordagem da diversidade religiosa e a visibilidade da composição religiosa na BTS é ainda mais árdua de ser tratada: é um campo para ainda se desbravar.

## *Referências*


AMINDEN NETO, Ganem. *Potencial ecoturístico do recôncavo sul baiano*. 2004. Monografia (Especialização em Turismo) – Universidade de Braília, Brasília, DF, 2004.

ANDRADE, Marcelo Magalhães. *Possessão como lLoucura:* a noção de saúde e doença mental na Igreja Universal do Reino de Deus e sua respectiva proposta terapêutica. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ARAÚJO, Célio Roberto de. *O voto, o terço e as armas: a atuação política da igreja católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

AVANCINI, Atílio José. *Festa popular em brancos e pretos:* formas de fazer ver a lavagem do Senhor do Bonfim da Bahia. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AZEVEDO, Thales de. *Os Brasileiros:* estudos de "caráter nacional". Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1981.

BARABÓ. *Obarayi Babalorixa Balbino Daniel De Paula*. Salvador: Barabó, 2009.

BARBARA, Suzana Rosamaria. *A dança das aiabás*: dança, corpo e cotidiano das mulheres de candomblé. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

______. *A dança do vento e da tempestade.* 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. *O Apostolado da Oração da Igreja de São Jorge*: um estudo sobre a construção de identidade através da religião em mulheres envelhecidas. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BASTIDE, Roger. *As religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia:* Rito nagô. São Paulo: Nacional, 1978.

BATISTA, Paulo Machado. *O agente pastoral como educador popular*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

BORGES, Adalvia de Oliveira. *O processo de transmissão do conhecimento musical no Ilê Axé Opo Afonjá*. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

BORGES, Florismar Menezes. *Acarajé*: tradição e modernidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador , 2008.

BORGES, Mackely Ribeiro. *Gira de escravos*: a música de exu e pombagiras no Centro Umbandista Rei do Bizarra. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRAGA, Júlio. *Ancestralidade afro-brasileira:* o culto de babá egum. Salvador: Edufba, 1995.

______. *A cadeira de Ogã e outros ensaios.* São Paulo: Pallas, 1999.

______. *Candomblé:* tradição e mudança. Salvador: Edições P555, 2006.

______. *O jogo de búzios: um* estudo da adivinhação no candomblé. São Paulo: Brasiliense, 1988.

______. Prática divinatória e exercício do poder (o jogo de búzios nos candomblés da Bahia). *Afro-Ásia,* n. 13, p. 67-74, 1980.

BRITO, Julio César Nessin. *Eco-turismo religioso*. 2006. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) - Escola de Engenharia Eletro-mecânica da Bahia, Salvador, 2006.

CAETANO, Vilson; SOARES, Cecília; VELAME, Fábio. *Processo de reconhecimento de patrimônio material e imaterial afro-brasileiro do terreiro de culto aos egum, Omo Ilê Aboulá.* Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CALAZANS, José. *Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe*. Salvador: Artes Gráficas, 1952. Trabalho apresentado no 2º Congresso de História.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. A sala de milagres na Igreja do Bomfim. Museu de arte popular ou visualização de comportamento? *Boletim NEHAP-UFBA*, Salvador, p. 4-18, 1989.

CAMPOS, Eufrazia Cristina Nenezes. *Religião e espetáculo:* Análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. *Mãe Stela de Oxossi:* perfil de uma liderança religiosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPRARA, Andrea. Médico ferido: Omulu nos labirintos da doença. In: ALVES, P. C.; RABELO, M. C. (Org.). *Antropologia da saúde*: traçando identidades e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fiocruz, 1998.

_______. Polissemia e multivocalidade da epilepsia na cultura afro-brasileira. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. p. 257-288.

CARDOSO, Ângelo Nonato. *A linguagem dos tambores*. 2006. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CARMO, Jamile Barbosa do. *Os signos do Rosário:* arte e religião na formação de identidades culturais. 2002. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CARNEIRO, Edison. *Candombles da Bahia*. Riode Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CAROSO, Carlos. Carlo Castaldi: o reencontro de um naufragado com a antropologia. In: PEREIRA, C. L.; SANSONE, L. (Org.). *Prometo UNESCO no Brasil:* textos críticos. Salvador: Edufba, 2007.

CAROSO, Carlos; CASTALDI, Carlo. Do Renascimento para a Santidade a Morte Pela Paixão: trajetória de um terapeuta religioso na Ilha de Itaparica, Bahia. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 24., 2004, Recife. *[Anais...]*. Recife: ABA, 2004.

CAROSO, Carlo; MARTINS, Rafael L. Da memória etnográfica de Carlo Castaldi à memória social de João Caipó. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. *[Anais...]*. Goiânia: [ABA], 2006.

CARVALHO, Viana Bezerra de. *Presépio:* religião e arte no recôncavo. 1995. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

CASTALDI, Carlo. Um exemplo de catolicismo de "folk" na Bahia. *Sociologia,* São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 17, n. 3, p. 231-253, 1955.

_______. *Religious figures and cults in the Recôncavo, Bahia, Brasil*. University of Columbia, 1954. Manuscrito de Tese de PhD. apresentada a University of Columbia e não defendida.

CASTILLO, Lisa Eart. *Entre a oralidade e a escrita*: percepções e usos do discurso etnográfico no candomblé da Bahia. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. *A irmandade da boa morte, intervenção e turistização da festa em Cachoeira - Bahia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2005. Parceria UESC/UFBA.

_______. *A Irmandade da Boa Morte:* memória, intervenção e turistização da festa em Cachoeira (BA). Ilhéus (BA): UESC, 2005. Apresentado também no 1º ENECULT.

_______. Irmãs de fé: tradição e turismo no recôncavo baiano. *Cultur - Revista de Cultura e Turismo,* ano 2, n. 1, p. 43-64, jan. 2008.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. *Dinâmica Territorial das Festas Juninas na Área Urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas - BA*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CONCEIÇÃO, Joanice Santos. *Mulheres do partido alto: elegância, fé e poder?* Um estudo de caso sobre a Irmandade da Boa Morte. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica**,** São Paulo, 2004.

CONÇEIÇÃO, Sueli Santos. *O processo de urbanização como imperativo da reestruturação espacial e litúrgica das religiões de matriz africana*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CONRADO, Amélia Vitória de Souza. *Dança étnica afro-bahiana*: uma educação movimento. 1996. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

CORREA, Aureanice de Mello. *Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira*: de cultura alternativa à inserção global. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CORREA, Jailson de Souza. *Dano moral decorrente da ofensa à liberdade religiosa dos adeptos das religiões de matriz africana*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

COSTA, Sebastião Heber Vieira. *Boa Morte*: das memórias de Filhinha às litogravuras de Maragogipe. Salvador: Faculdade 2 de Julho, 2007.

CUNHA, Litza Andrade. *A experiência terapêutica espírita*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco:* usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DIAS, Jussara Cristina Vasconcelos Rego. *Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador*. 2003.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DIAS, Tânia Maria da Cunha. *À baiana de acarajé, uma empresa familiar de sucesso*. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

DUCCINI, Luciana. *Diplomas e Decás*: re-interpretações e identificação religiosa de membros da classe média no candomblé. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

EPIFANIA, Anderson Gomes da. *Encontros e desencontros entre o sagrado e o urbano no cotidiano de Candeias*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FALGOUST, Nicole. *Body Portraits of spiritual selves*: culture working through relationships in an afro-brasilian community. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia e Antropologia) - Universidade da Califórnia, 2008.

FERREIRA, Edson Dias. *Fé e festa nos Janeiros da Cidade da Bahia:* São Salvador. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

FERREIRA, Roseny Santos. *Religiosidade e câncer de mama*: a fé e o apoio familiar na rede social da mulher mastectomizada. 2005. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2005.

FONSECA, Angelo Rafael Palma da. *Uma concepção musical para as "Impressões Sinfônicas" Festa das Igrejas, do Compositor Francisco Mignone*: o uso da hermenêutica do ponto de vista da regência. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FREITAS, Edmundo Leal de. Personalidade: identidade nas comunidades afro-baianas. *Afro-Ásia* , n. 16, p. 80-89, 1995.

FREITAS, Joseana Miranda. *Museu no bloco afro Ilê Aiyê:* um espaço de memória e etnicidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

GARCIA, Sonia Maria Chada. *A música dos caboclos*: o Ilê Axé Dele Omi. 1996. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

______. *O surgimento do repertorio musical dos caboclos no seio do culto aos orixas, em Salvador da Bahia*. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GERMANO, Fernanda Assunção. *Memória e religiosidade em Porto dos Santos: o caso Venceslau (1945-1991).* 2004. Monografia (Especialização em História Social e Educação) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2004.

GOMES, Célia Conceição Sacramento. *A espetacularidade dos Afoxés*: a religiosidade nas manifestações populares da Gamboa - Ilha de Itaparica. 2003. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

_______. *Teatralidade e performance ritual dos folguedos da Ilha de Itaparica.* Salvador: Carlos Maguari, 2004.

GUERRA, Denise Moura de Jesus. *Cabeças (bem) feitas*: ciência e o ensinar-aprender ciências naturais num contexto pedagógico de afirmação cultural. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GUERREIRO, Goli. O drible do Candeal: o contexto sociomusical de uma comunidade afro-brasileira. *Afro-Ásia*, n. 33, p. 207-248, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Morais. *Religião popular, festa e o sagrado*: catolicismo popular e afro-brasilidade na Festa do Bomfim. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

HIPÓLITO, Rita de Cássia. *Além daquele carnaval*: o bloco ilê Aiyê, o candomblé e a afirmação da identidade negra. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JACOB, Cesar Romero et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_______. *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

JOAQUIM, Maria Salete. *As lideranças das mães-de-santo:* dilemas e paradoxos da identidade negra. 1996. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, 1996.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

LEITE, Ariane Vieira. *Os modelos educativos das mães evangélicas com maridos não crentes*: influências da religião e do processo de democratização nas relações familiares. 2007. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2007.

LEITE, Luiz Felipe Queiroga Aguiar. *Um estudo sobre os sonhos do Candomblé.* 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LEPRI, Mônica C. Histórias de um futuro possível: experiências com biodiversidade de movimentos sociais brasileiros. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília, DF. *[Anais...]* Brasília: Anppas, 2006.

LIMA, Fábio Batista de. *Candomblé, tradição e modernidade*: um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

LIMA, Fernando Roque de. *Consultores do além*: a racionalidade incerta no trabalho de aconselhamento a clientes de empreendimentos esotéricos. 1997. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

LIMA, Vivaldo da Costa. O conceito de nação nos candomblés da Bahia. *Afro-Ásia*, n. 12, p. 12-65, 1978.

_______. As dietas africanas no sistema alimentar brasileiro. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. p. 319-326.

_______. *A família de Santo nos candomblés Jêje-Nagô da Bahia:* estudo de relações intragrupais. Salvador: Corrupio, 2003.

_______. Os obás de xangô. *Afro-Ásia,* n. 2-3, p. 5-36, 1966.

LODY, Raul. Oxê de Xangô. Um estudo de caso da cultura material afro-brasileira. *Afro-Ásia,* n. 14, p. 15-21, 1983.

LOPES, Vera Lúcia Sanches. *O encontro de casais com cristo - ECC como instrumento agregador da família*. 2005. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2005.

MACIEL, Francisco Nascélio. *Conjugalidade*: individuação e pertencimento em casais de movimento católico. 2008. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *Não deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade* - representações sobre a cor de pele nas reportagens e jornais nas cidades de Aracaju e Salvador. 2003. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MARTINI, Gerlaine Torres. *Baianas do acarajé*: a uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTINS, Rafael Losada. *João Caipó, o médico que não era médico.* 2007. Monografia (Conclusão do Curso em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_______.; CAROSO, Carlos. Lembranças, memórias, esquecimentos e versões: trajetória de um médico popular na Ilha de Itaparica. In: CAROSO, C. (Org.). *Cultura, tecnologias em saúde e medicina:* perspectiva antropológica. Salvador: Edufba, 2008.

MARTINS, Rafael Losada; CAROSO, Carlos. *Nova Luz sobre a Santidade de Jaguaripe:* elementos e práticas terapêuticas num movimento social do século XVI. 2005. Trabalho apresentado na ABANNE, 2005.

MARTINS, Suzana. O gestual da iabás Iemanjá, Oxum e Inhansã na festa pública do candomblé da Bahia. *Repertório – Teatro & Dança,* Salvador: PPGAC/UFBA, ano 4, n. 5, 2001-2002.

MARQUES, Francisca Helena. *Samba de roda em Cachoeira, Bahia*: uma abordagem etnomusicológica. 2003. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

METCALF, Alida C. *Os limites da troca cultural*: o culto da santidade no Brasil colonial.1999. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa 5, 1995. p. 35-52;

MOTA, Clarice Santos. *Entre a obediência e a subversão*: um estudo sobre as tensões na Renovação Carismática Católica. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

______. *A pomba e o estetoscópio:* um estudo sobre médicos religiosos na renovação carismática católica. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MOURA, Milton. Os caboclos de Itaparica, interfaces de brasis. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA, 1.,2007, Recife. *[Anais...]* Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

NASCIMENTO, Íris da Silva Salles. *O espaço do terreiro e o espaço da cidade.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1989.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. *Candomblé e Irmandade da Boa Morte.* Cachoeira: Fundação Maria da Cruz, 1998.

______. *"Terra de macumbeiros" Redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jeje-nagô em Cachoeira e São Felix - Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Santuário do Senhor do Bomfim: ex-votos, patrimônio cultural e fé. *Revista eletrônica de turismo cultural,* n. 1, p. 1-23, abr. 2007.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Feitiço de Oxum*: um estudo sobre o Ilê Axé Iyá Nassô Oká e suas relações com outros terreiros. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Sérgio José de. *Xetro, marrombaxetro, caboclo:* a construção da corporeidade dos caboclos nos candomblés de Cachoeira, BA. 2001. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Escola de Teatro, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Santos e festas de Santo na Bahia.* Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2005.

OTT, Carlos. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Ásia*, n. 6 – 7, p. 119-126, 1968.

______. A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade. *Afro-Ásia*, n. 8 – 9, p. 35-39, 1969.

PACHECO, Sandra Simone Queiroz de Morais. *Alimentação e religião*: a influência da religião na formação de hábitos alimentares de Adventistas do Sétimo Dia. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé:* história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2006.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras,* v. 1, n. 1, p. 8-22, 2007.

PEREIRA, Cláudio Luiz. *Línguas de fogo, rios de águas vivas*: etnografia da experiência religiosa pentecostal em Salvador-BA. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

PEREIRA, Dirceu do Socorro. *A vivência entre o dendê e o pão nosso*: práticas afro-católicas na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, Salvador/Ba. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Estado da Bahia, 2008.

PEREIRA, Marcos Vinicio de Santana. *Eu e a minha casa serviremos ao Senhor:* ações e estratégias de ascenção social de famílias batistas. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

PEREIRA, Maria Lúcia Matos Santos. *Performances rituais na Bahia*: um olhar a partir da Igreja de São Lázaro. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

PEREIRA, Taynar de Cássia Santos. *Igreja do Rosário dos Restos do Pelourinho:* um clamor com axé. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade se São Paulo, São Paulo, 2001.

PERRONE, Maria da Conceição C. *Os caboclos de Itaparica: história, música e simbolismo.* 1995. Dissertação (Mestrado em Música-Etnomusicologia) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

PIERSON, Donald. *Brancos e pretos na Bahia:* estudo de contacto racial. São Paulo: Nacional, 1971.

PIZZOFERRATO, Pietro. *O sentido da obrigação*: a problemática do dinheiro e da retribuição pelos serviços recebidos dentro do candomblé. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

PORT, Matijs Van de. Sacerdotes midiáticos – o candomblé, discursos de celebridade e a legitimação da autoridade religiosa na esfera pública baiana. *Religião e Sociedade,* v. 25, n. 2, p. 32-61, 2005.

PORTELA, Thais de Bhanthumchinda. *O urbanismo e o candomblé:* sobre cultura e produção do espaço público urbano. 2007. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

QUIRINO, Manuel. *Costumes Africanos no Brasil*. Recife: FUNDAJ: Massangana: FUNARTE, 1988.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

RABELO, Miriam. Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares em Salvador. *Religião e Sociedade,* v. 28, n. 1, p. 176-205, 2008.

______. Rodando com o santo e queimando no espírito: possessão e dinâmica de lugar no candomblé e pentecostalismo. *Ciências Sociales y Religión,* Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 11-37, set. 2005.

______. et al. Comparando experiências de aflição e tratamento no candomblé, pentecostalismo e espiritismo. *Religião e Sociedade,* v. 22, n. 1, p. 93-122, 2002.

REINA, Vanderlay Santana. *"Ensina a teu filho o caminho que deve andar"*: opções e vivências religiosas de mulheres chefes de família, em Salvador, Bahia. 2008. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

REINHARDT, Bruno Mafra Ney. *Espelho ante Espelho*: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos afro-brasileiros em Salvador. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

RIBEIRO, Carmem. Religiosidade do índio brasileiro no candomblé da Bahia: influências africanas e européia. *Afro-Ásia,* n. 14, p. 60-79, dez. 1983.

RIBEIRO, Denise Almeida. *Práticas alimentares nos candomblés de um território negro*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

RIBEIRO JUNIOR, Ademir. *Parafernália das mães-ancestrais*: as máscaras gueledé, os edan ogboni e a construção do imaginário sobre as "sociedades secretas" africanas no Recôncavo Baiano. 2008. Dissertação de (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Ana Lívia Vieira. *Vozes divergentes sobre o sacerdócio de mulheres na Igreja Católica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SÁ, Natália Silva Coimbra de. *Cultura e turismo na contemporaneidade*: as festas populares religiosas baianas. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, 2007.

SANSI, Roger. De imagens religiosas a ícones culturais: reflexões sobre as transformações históricas de algumas festas públicas na Bahia. In: BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e espaço público.* São Paulo: Attar, 2003.

_______. Fetiches e monumentos: arte pública, iconoclastia e agência no caso dos "orixás" do Dique do Tororó. *Religião e Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 62-81, 2005.

SANTANA, Mariely Cabral de. *Alma e festa de uma cidade*: devoção e construção da Colina do Bonfim. Salvador: Edufba, 2009.

SANTOS, Bartira Telles Pereira. *A religião como fundamento na escola pública*: um estudo sobre a inserção da Igreja Universal do Reino de Deus em escolas públicas soteropolitanas. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Edmar Ferreira. *A construção ideológica da cidade do feitiço*: sambas, batuques e candomblés em Cachoeira - BA. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira, III séculos de história e tradição.* Salvador: Contraste, 2001.

SANTOS, Jair Cardoso dos. *Candeias:* história da terra do petróleo. Salvador: Salesiano, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *A cultura no poder e o poder da cultura.* 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo USP, 2000.

_______. *O dono da terra:* os caboclos nos candomblés baianos. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_______. *O dono da terra:* o caboclo nos candomblés da Bahia. Salvador: Sarah Letras, 1995.

_______. Menininha do Gantois: a sacralização do poder. In: SILVA, Vagner Gonçalves (Org.). *Caminhos da alma:* memória afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2002.

SANTOS, Jocélio. *Mapeamento dos terreiros de Salvador.* Salvador, UFBA – Centro de Estudos Orientais, 2008.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_______.; SANTOS, D. M. O culto dos Ancestrais na Bahia: O culto dos Eguns. In: MOURA, C. E. M. de (Org.). *Culto aos Orixás*: voduns e ancestrais nas religiões afro-brasileiras. Rio de janeiro: Pallas, 2004. p. 225-258.

SANTOS, Liliam Aquino Meireles dos. *O reino dos Orixás versus o reino de deus*: candomblecistas diante da intolerância religiosa em Salvador-Ba. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2007.

SANTOS, Maria Sandra dos. *O poder das mulheres de saia no Ile Asé Iyá Nassô Oká.* 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista, São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. (Org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia: UFBA, 1998.

SEPÚLVEDA, Cláudia de Alencar Serra e. *A relação religião e ciência na trajetória profissional de alunos protestantes da Licenciatura em Ciências.* 2003. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 2003.

SERRA, Ordep. A etnobotânica do candomblé nagô na Bahia: cosmologia e estrutura básica do arranjo taxonômico. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999a. p. 289-302.

_______. *Rumores de festa*: o sagrado e o profano na Bahia. Salvador: Edufba, 1999b.

SILVA, Gleide. Sacramento da. *Eu e o Outro*: uma reflexão acerca dos processos de identificação no Espiritismo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SILVA, Lizandra Santana da. Do Axé à Aleluia: do candomblé ao protestantismo. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-BA, 4., 2008, Vitória da Conquista. *[Anais...]* Vitória da Conquista, BA: Anpuh-BA, 2008.

SILVA, Luis Eduardo Andrade da. *"Nação dos 318" da IURD*: um estudo sobre concepções e práticas mágico-religiosas para a prosperidade financeira. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Maria Teresa Ramos da. *Tarólogos, oráculos e espiritualidade a luz do pensamento moderno*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

SILVA, Patrícia Rosa da. *O espelho tem Duas Faces*: quem é o outro? As percepções identitárias de ex-detentos que encontraram como caminho de reinserção social a conversão evangélica. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, 2007.

SILVA, Vanda Machado da. *Aspectos do universo cultural de crianças do Ilê Axé Opô Afonjá:* uma perspectiva de formação de conceitos na pré-escola. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

SILVERSTEIN, Leni M. Mãe de todo mundo: modos de sobrevivência nas comunidades de candomblé da Bahia. *Religião e Sociedade*, n. 4, p. 143-169, out. 1979.

SIMÕES, Paulo Everton Mota. Ilê Axé: considerações sobre poder e hierarquia em um terreiro de candomblé em São Francisco do Conde – BA. *Cadernos do Sep Adm*., n. 3, p. 149-163, 2006.

SOGBOSSI, Hippolyte Brice. *Contribuição ao estudo da cosmologia e do ritual entre os jejê no Brasil*: Bahia e Maranhão. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, George Everton Sales. *Entre o religioso e o político*: uma história do Círculo Operário da Bahia. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. *Cura e terapia*: experiência religiosa das mulheres da IPDA. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SOUZA, Wilércia Silva de. *O seqüestro das santas:* a Irmandade da Boa Morte e a igreja católica em Cachoeira, Bahia -1989. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, 2007.

SOUZA JÚNIOR, Vilson Caetano. A cozinha e os truques: usos e abusos das mulheres de saia e do povo do azeite. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999. p. 327-346.

_______. *Roda o balaio na porta da igreja, minha filha, que o santo é de candomblé: os diferentes sentidos do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

TAVARES, Odorico. *Bahia: imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VELAME, Fábio Macedo. *A arquitetura do terreiro de Candomblé de Culto aos Egum*: O Omo Ilê Aboulá - um Templo da ancestralidade afro-brasileira. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

VELAME, Fábio Macedo. Orixás nos espaços públicos de Salvador: um processo de dessacralização – estetização – espetacularização do patrimônio afro-brasileiro. In: ENECULT, 5., 2009, Salvador. *[Anais...]* Salvador: UFBA, 2009.

VELOSO, Mabel. *Candeias:* milagres, romaria. Salvador*:* Casa de Jorge Amado, 2000.

VERGER, P. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 1981.

VIEIRA, Cláudia Márcia Lessa. *A indústria da fé*: igreja, reino de deus ou empresa. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, 2001.

XAVIER, Noeme Maria Passos. *A baiana-de-acarajé como símbolo identitário da Bahia e sua apropriação pelo turismo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007. Parceria UESC/UFBA.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *CEAS*: jesuítas e questão social durante a ditadura militar. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

# ANEXO A Festas religiosas em Salvador

a) São Nicodemus

Padroeiro dos trabalhadores do Porto de Salvador, a festa acontece na última segunda-feira de novembro. Há 66 anos ela congrega fiéis portuários devotos e curiosos que se fazem presentes às homenagens. Inicia-se com a alvorada no cais do Carvão, seguida de procissão no cais do porto, celebração da missa na Capela de São Nicodemus e oferecimento de caruru para os presentes. Também conhecida como Festa do Cachimbo, esse devoção começou no início da década de 40, tendo se transformado bastante ao longo dos anos. Na década de 80 a missa passou a ser celebrada na atual capela. Antes, as orações ocorriam na Igreja de Nossa Senhora do Pilar e a imagem de Nicodemus ficava protegida na sede da estiva, atrás do Mercado do Ouro.

b) Santa Bárbara

No dia 4 de dezembro acontece a festa que se inicia, como em outras festividades religiosas, com uma alvorada de fogos às 5 horas da manhã, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde também é realizada a missa. Devido ao numeroso público, é realizada também uma missa campal. Finalizando os festejos, a imagem de Santa Bárbara deixa a igreja seguindo em procissão até o quartel de bombeiros na Barroquinha, fazendo uma parada para seguir adiante até o Mercado de Santa Bárbara onde é servido um caruru para a população. O caruru de Santa Bárbara é realizado em diversas localidades da Cidade. A devoção à Santa Bárbara, padroeira dos bombeiros, enche as ruas de vermelho, incendiando as ruas com fé e muita cerveja.

c) Nossa Senhora da Conceição da Praia

A festa em louvor à Nossa Senhora da Conceição da Praia é a mais antiga festa religiosa do Brasil, sendo comemorada desde o ano de 1550. A primeira capela de taipa foi erguida a mando de Tomé de Souza que, segundo alguns relatos, teria ajudado na sua construção. A imponente igreja atual teve a sua construção iniciada em 1739. O ponto alto da festa religiosa, que se inicia dias antes com a novena em louvor à santa, é a procissão que percorre as ruas do comércio levando a imagem de Nossa Senhora

da Conceição da Praia e do Deus menino. Durante o trajeto, uma parada obrigatória na Igreja do Corpo Santo, onde junta-se ao cortejo a imagem de São José.

d) Santa Luiza

Até hoje, centenas de fiéis formam fila para armazenar a água da Fonte de Santa Luzia, localizada numa gruta ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. A igreja guarda a imagem da Santa desde o século XIX, quando um incêndio destruiu a sua capela que se localizava na região portuária de Salvador. A Festa se inicia às 5:30 da manhã do dia 13 de dezembro com uma alvorada de fogos. Várias missas se seguem durante a manhã e à tarde. Após a missa das 16:30 horas, uma procissão percorre as ruas do Comércio em direção à Basílica da Conceição da Praia.

e) Senhor Bom Jesus dos Navegantes

A celebração – cujos preparativos têm início no dia 27 de dezembro, finalizando no primeiro domingo após o dia primeiro de janeiro com uma missa e procissão terrestre – tem seu ápice no primeiro dia do Ano Novo, quando ocorre a procissão marítima. Particularmente na Festa do Bom Jesus dos Navegantes identificamos duas personagens – Jesus e Maria – representadas por três imagens distintas: o Bom Jesus dos Navegantes, Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição da Praia. O culto envolve ainda duas importantes igrejas, a Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia e a Igreja da Boa Viagem, além da Galeota Gratidão do Povo que faz o percurso marítimo transportando a imagem do Bom Jesus.

*Festa da Nossa Senhora dos Navegantes na Ilha de Bom Jesus dos Passos.*
*Fotos: Ivy Santana.*

f) Festa da Lapinha

Em Salvador, a Festa de Reis acontece no bairro da Lapinha, tendo o seu ápice no dia 5 de janeiro quando ocorre o desfile dos Ternos de Reis que vêm de diversos locais da cidade. Devidamente armados com fantasias e instrumentos, fazendo representações dos Reis Magos e outras personagens através de música, dança e versos, os ternos encantam a população que enche o Largo da Lapinha e seus arredores. Um dos ternos mais tradicionais é o Rosa Menina que vem do bairro de Pernambués. Fundado em 1945, esse terno é hoje o mais antigo da cidade. A missa principal, celebrada em geral pelo Arcebispo da cidade, acontece na Igreja da Lapinha onde é possível admirar um maravilhoso presépio em tamanho natural.

g) Nosso Senhor do Bonfim

A lavagem do Bonfim é a maior festa de largo da Bahia e o ponto alto das comemorações da festa do Senhor do Bonfim. Neste dia, milhares de pessoas vestindo branco seguem em animado cortejo da Basílica da Conceição da Praia até a Colina Sagrada, num percurso de oito quilômetros. Mães e filhas de santo com seus jarros de flores e água de cheiro seguem em direção à Colina para lavar o adro da Igreja do Bonfim. Autoridades, fiéis, pagadores de promessa e foliões acompanham o cortejo a pé, em carroças e caminhões. Novena, missa solene e festa popular complementam as comemorações.

h) Festa de Iemanjá em Itapuã

Nas ruas de Itapuã o Bando Anunciador inicia o ritual de despertar os moradores do bairro ao som das violas, banjos, cavaquinhos, bandolins e maracas. É o início da Lavagem de Itapuã. Uma multidão vai se formando até que, às cinco horas, uma alvorada de fogos anuncia o nascer do sol e a pré-lavagem da escadaria da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã pelos nativos do bairro. Esta lavagem inicial foi introduzida na festa a partir de um sonho da já falecida moradora do bairro Dona Niçu. Ela introduziu também o seu tradicional café da manhã servido a todos os participantes da festa, tradição seguida por seus filhos mesmo após a sua morte. Durante a manhã os rituais religiosos acontecem simultaneamente ao desfile de blocos de chão como "As Donzelas", "Galera do Mar" e o "Male de Balê". As ruas são tomadas por baianas, pescadores, ciclistas, capoeiristas e cavaleiros. Ao meio dia acontece a lavagem oficial das escadarias. Durante a tarde a festa costuma ferver debaixo de um sol de verão e ao som de trios elétricos que fazem a alegria da população até a noite..

i) Festa de Iemanjá no Rio Vermelho

As homenagens a Iemanjá atraem uma multidão de pessoas que pretendem levar suas oferendas para a Mãe das Águas, pedindo proteção, num

ritual único e emocionante. Flores e perfumes são os presentes preferidos da orixá. As oferendas são levadas para a casa do peso na Colônia de Pesca do Rio Vermelho, onde serão distribuídas em diversos balaios colocados em barcos que partirão para o alto mar ao som de um espocar de fogos de artifício para, enfim, serem atirados ao mar. Pelas ruas do Rio Vermelho, diversas barracas de bebidas e comidas se espalham nas calçadas. Várias casas realizam festas particulares com atrações musicais e Djs, dando um tom pop a essa festa tão tradicional que enche de branco e de fé as ruas do bairro. No passado a festa experimentou a presença de trios elétricos que atraía um número maior de pessoas. Entretanto a experiência descaracterizava a essência pacífica da manifestação, gerando diversos episódios de violência.

# ANEXO B Procissões na BTS

a) Ilha de Maria Guarda.

Com apenas 1 km de extensão, a vila de pescadores da ilha herdou dos índios canoeiros Tupinambás a arte da pesca. A procissão marítima realizada nessa ilha é em homenagem a Santo Antonio dos Navegantes e, segundo relatos, essa festividade já ocorre há cerca de 90 anos. Ela acontece no sábado de aleluia pela manhã e termina no domingo de páscoa após uma missa na igreja local cuja padroeira é Nossa Senhora da Conceição e que tem sua festa realizada no dia 2 de janeiro. A organização fica a cargo da comunidade e da prefeitura de Madre de Deus. É formada uma comissão de tesoureiros para administrar o dinheiro enviado pela prefeitura. Os participantes são basicamente os moradores da ilha, os filhos da terra que foram morar em outros lugares, moradores das ilhas próximas e veranistas. O largo é enfeitado e rodeado de barracas com venda de diversos produtos, sendo que as lanchas e embarcações são dos próprios morados e visitantes, não havendo participação de escunas ou lanchas de aluguel.

b) Ilha das Fontes (município de São Francisco do Conde).

Seu nome tem origem nas suas fontes de água doce, considerada a melhor das redondezas, a Ilha das fontes fica localizada a cerca de 5 km de são Francisco do Conde. É de propriedade de um grupo de lavradores, mais a visitação é aberta. A procissão marítima da Ilha das Fontes também é em homenagem a Santo Antonio dos Navegantes ocorrendo há 70 anos, segundo relato de moradores da região. A data de realização da festa é 27 de fevereiro e tem duração de um dia - tem seu inicio pela manhã e encerra ao cair da noite. Após o termino do cortejo inicia-se as comemorações de largo.

c) Ilha de Madre de Deus.

Distando 70 Km de Salvador, é um município de grande importância, devido a existência do terminal marítimo da Petrobrás. São duas procissões marítimas que ocorrem na Ilha de Madre de Deus: a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, que realiza procissão marítima em homenagem à Nossa Senhora do Monte Serrat; já na Capela de Nosso Senhor do Bonfim a procissão é em homenagem ao próprio Senhor do Bonfim. Ambas as festas são centenárias e acontecem no dia 25 de dezembro e no domingo que antecede a festa do Senhor do Bonfim de

Salvador, respectivamente.Como nas outras procissões citadas anteriormente a maior parte dos participantes são moradores da ilha; pessoas que lá nasceram lá e moradores das ilhas vizinhas e os veranistas. Por se tratar de um município independente financeiramente, Madre de Deus possui recursos para proporcionar certo conforto aos participantes das festas: há oferta de restaurantes lanchonetes e pousadas, na praça principal há barracas oferecendo comidas e bebidas. A procissão marítima de Nossa Senhora de Monte Serrat é maior e, consequentemente, a organização das embarcações é mais elaborada, fazendo parte do cortejo escunas e outras grandes embarcações com venda de camisetas. A procissão sai da frente da casa de uma moradora de Madre de Deus que fica próxima à igreja matriz e vai até a igreja de Nossa senhora da Boa Viagem em Salvador onde é celebrada uma missa pela manhã e a tarde depois que os participantes beberam e comeram muito ao lado da igreja o cortejo retorna á ladeira da matriz onde encerra a procissão e continua a festa. A procissão marítima do senhor do Bom Fim é realizada nas proximidades e as embarcações são particulares.

d) Ilha de Bom Jesus dos Passos (município de Salvador).

A ilha de Bom Jesus dos Passos localiza-se entre a Ilha dos Frades, a Ilha das Vacas e o município de Madre de Deus. É uma ilha com aproximadamente quatro mil habitantes que tem como principal meio de vida a pesca, o trabalho com transporte em embarcações e a prestação de serviços no terminal marítimo da Petrobras localizada na Ilha de Madre de Deus. Pertencendo ao município de Salvador, fica a uma distancia de aproximadamente 70 km da capital, o que acarreta certo abandono por parte do poder público. A festa é em homenagem a Senhor Bom Jesus dos Passos e a procissão marítima é só uma parte das festividades que tem uma duração de 12 dias. A procissão marítima é em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes. A festa do padroeiro tem cerca de trezentos anos mais o acompanhamento marítimo teve inicio a 107 anos atrás após um milagre no mar. O dia da procissão marítima é no segundo sábado de janeiro. A festa tem início em uma sexta feira com um período de novenas, tem a procissão marítima, três missas e três procissões terrestres sendo encerrada na terça feira (no 12º dia) com a volta da imagem do padroeiro para o altar principal, momento conhecido como a Subida. A festa é organizada pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e pela comunidade que se organizam em comissões de festas e nove responsáveis pela novena. Os principais participantes são os moradores da ilha, filhos da terra que moram em outras localidades, moradores das ilhas próximas e veranistas. Desde a primeira noite da novena até o ultimo dia observam-se barracas com

venda de produtos diversos, principalmente comidas e bebidas Existem duas pousadas pequenas e um espaço gratuito para camping. O dia em que ocorre a procissão marítima é o mais movimentado a população da ilha chega a duplicar. Para participar da procissão costumam ser alugadas diversas escunas e lanchas por grupos locais que vendem as camisas e oferecem bebida e comida dentro da embarcação.

*Festa e procissões na BTS.*
*Fotos: Ivy Santana.*

# *ANEXO C Festas religiosas na BTS*

***Tabela 3*** *- Festas religiosas nos municípios do entorno da BTS*

| | jan | fev | Mar | Abr | Mai | jun | jul | ago | Set | out | nov | dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Itaparica | x | x | | | | | | X | X | | x | x |
| Vera Cruz | x | | | | X | x | X | | X | | x | x |
| Jaguaripe | x | | | | | | | | | | | x |
| Salinas da Margarida | x | | | | | | | | | | | |
| Maragogipe | | | | | X | x | X | X | | | | |
| Saubara | | | | | | | | X | | | | |
| São Francisco do Conde | x | x | | | | x | | X | X | | x | |
| Madre de Deus | x | | | | | x | | X | | | | |
| Candeias | x | | | x | | | | | | | | |
| Salvador | x | x | | | x | | | | x | | | x |

*Fonte: Secretaria de Turismo da Bahia*

Note-se que a cidade do recôncavo que mais realiza festas é Cachoeira, oito meses durante o ano.

Boy peba

I: dos frades

Bahia de todolos sã tos

TERRAS DE DOM ALVARO DA COSTA

# Festas na Baía de Todos os Santos

*Célia Sacramento*

> Quando navegam os mestres no azul do mar, surgem os encantos deixando fluir ondas de aventuras, onde não se consegue separar a fantasia da realidade. Os saveiristas, homens sensíveis, não se esquecem de sonhar extasiados as histórias contadas pelas espumas das esteiras dos seus saveiros, que o mar vai apagando para outros sonhos e outras histórias.
> (Lev Smarcevski)

A importância histórica e cultural das manifestações tradicionais da Baía de Todos os Santos é inegável. Essa baía de águas mansas, terras férteis e pescado abundante abriga várias ilhas ricas nessas tradições. Suas distintas práticas culturais aludem a maneiras de apreensão do mundo e se situam numa encruzilhada entre ficção e realidade.

O real é um movimento, um tempo cuja teia de significados contém os códigos do grupo, um repertório de narrativas e rituais que são formas de interpretação da realidade. O imaginário alimenta o real, traduzindo as representações da história e dos ritos, um processo criativo no qual a memória acentua ou ameniza os acontecimentos.

As festas são lugares de memórias coletivas, do jogo, do lúdico, abrangendo dimensões socioculturais e religiosas. São fatores de desenvolvimento humano na medida em que lidam com o simbólico, os mitos, a afetividade e as emoções.

Nas ilhas da Baía de Todos os Santos, as crenças nas divindades possuem raízes em saberes ancestrais, originados da herança dos povos africanos transplantados como escravos, dos indígenas e dos europeus.

A história dessa baía reescreve-se com resistência e superação de situações adversas, engendrando um modo de ser de seus habitantes que abrange o bem-viver, o respeito à natureza e às tradições.

A ilha de Itaparica, a maior da Baía de Todos os Santos, nos três primeiros séculos do Brasil Colônia abrigou intensa atividade produtiva do Recôncavo da Bahia: os engenhos de cana-de-açúcar produziram boa parte dessa riqueza, mantendo-se esse apogeu econômico até meados do século XIX.

***Figura 1** – Procissão no mar.*
*Foto: Carlos Maguari*

A religiosidade é um fator de integração de seus habitantes. Os presentes às águas, os cortejos, como a *Santa Mazorra*, cortejos fúnebres, o *batizado do menino morto,* procissões católicas e peditórios, como o de Santa Luzia, constituem-se formas de preservação dos costumes e da identidade cultural.

Os rituais são aliados a ensinamentos ancestrais que atuam como princípios organizadores do viver cotidiano.

O conceito de festa varia segundo o momento e a visão de quem a organiza, considerando os objetivos, a história e as tradições de cada grupo.

Este trabalho pretende ser um exercício poético de abordagem das festas na ilha de Itaparica, representações da vitalidade, versatilidade e hedonismo que caracterizam o estilo de vida de seus habitantes.

A festa possui uma dimensão oficial e outra oficiosa. Se por um lado existem normas, formas de organização e planejamento a serem seguidos para o êxito do evento, por outro lado, há situações que fogem a essa estrutura, revelando demandas que escapam às convenções e acessam um mundo de liberdade e afirmação da identidade.

***Figuras 2 e 3*** *– Devoção religiosa no mar.*
*Fotos: Carlos Maguari.*

A multiplicidade de fenômenos do contexto da festa admite o poético, o imaginário, a transgressão. As festas e suas representações permitem colocar em evidência o significado das tradições, o papel da memória na preservação do patrimônio cultural e seus desdobramentos.

Interagindo com as mudanças do mundo contemporâneo, com os meios de comunicação e outros avanços tecnológicos revelam, "[...] através da potência criadora, a capacidade humana de transfigurar a realidade, de desconstruí-la e reelaborá-la como uma brincadeira na qual tudo é permitido". (OLIVEIRA, 2006, p. 37)

No cenário da Baía de Todos os Santos, a diversidade cultural reúne elementos geográficos, sociais, religiosos e políticos, revelando complexidades que caracterizam identificações com um ideal de homem livre, traços de uma identidade negra e de uma estética ancestral. A visão de mundo de seus habitantes está impregnada de memórias.

***Figura 4*** *– Presente para as águas.*
*Foto: Carlos Maguari*

O tempo é regulado por meio da natureza, a despeito de outra ordem de exigências sobre sua observância. Ele orienta ações do cotidiano das atividades de pesca, corridas de saveiros, festas religiosas e de uma pequena agricultura familiar. A conexão com o passado alia-se ao imaginário de um lugar onde se vivia uma filosofia de vida simples, relacionada ao mar e à natureza.

Referindo-se à condição humana, como aspecto central da educação do futuro, Morin (2002, p. 47) acentua que o homem deve "[...] reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano".

Os grupos culturais possuem uma dinâmica própria na sua organização para levar à rua as manifestações tradicionais. A festa cumpre uma função social e educativa, refletindo processos de interação, dissidências, negociações e nesse contexto o conhecimento é construído coletivamente, numa perspectiva lúdica e criativa.

Os rituais têm a função de ajudar as pessoas a retomarem suas lembranças; sem eles a festa perde o sentido e a ligação da comunidade com suas concepções místicas e cosmológicas.

Nas festas e folguedos os brincantes[1] ocupam o espaço de forma apropriada com suas danças e cânticos. Aliam a arte aos movimentos corporais da rotina diária, criando performances e outras ações de caráter efêmero no ato da brincadeira.[2]

A relação com o mar apresenta nuanças distintas: da poesia e do romantismo das noites de lua, da luta dos pescadores e marisqueiras para garantir seu sustento e o de suas famílias e do lazer, das corridas de saveiro.

Esta é uma embarcação típica do Recôncavo baiano feita de madeira, de casco afilado e comprido, de fundo chato, com mastros e velas, que possui categorias distintas (**de carga, barra-fora, de passagem, de pesca, de vela de içar,** entre outras). Alguns modelos atualmente fazem parte da tradição.

As corridas de saveiro são modalidades esportivas que congregam dezenas de embarcações em torno da Baía de Todos os Santos. Possuem importância fundamental na permanência das tradições, uma vez que fomentam nos participantes, crianças, adolescentes e adultos, a prática do esporte náutico visando o fortalecimento da memória.

Essas práticas são recriadas gerando um equilíbrio entre a tradição e a contemporaneidade. O sentido de coletividade fortalece a inclusividade, a identidade cultural e a preservação dos saberes ligados às águas.

Os festejos em louvor a Nossa Senhora da Penha e a São Benedito, na Penha, acontecem após o domingo de Páscoa, na Igreja de Nossa Senhora da Penha, que se localiza a beira-mar, na ponta oeste da entrada da Baía de Todos os Santos.

---

1 Termo adotado pela autora para denominar os participantes de folguedos e outras tradições, por ter uso corrente na literatura, quando se trata dos praticantes de cultura.

2 Expressão à qual os praticantes de cultura se reportam para identificar suas manifestações.

*Figura 5* – *Festa no Porto da Barra, Salvador.*
*Foto: Carlos Maguari*

A festa possui uma vinculação com as tradições e a religiosidade dos participantes.

A herança africana desempenha papel importante nesse enredo. De acordo com Mattoso (1992, p. 429)

> [...] Quando os bantos reinterpretaram a fé católica, alguns santos como São Benedito ou Santa Efigênia, que passam por ser santos negros, tornaram-se antepassados familiares ou nacionais.

As práticas culturais refletem o cotidiano das atividades de pesca, puxada de rede, colheita do coco e feitura do azeite de dendê, festas religiosas católicas e manifestações religiosas de matriz africana. Nestas práticas, o lúdico, a religiosidade e o trabalho constituem-se dimensões interdependentes e representativas.

A comunidade da Gamboa (localidade próxima à Penha) organiza os festejos há várias décadas. Segundo os participantes mais antigos, que eram levados, na época, pelos pais, tios e tias, para a festa, há mais de oitenta anos o povo da ilha de Itaparica reúne-se no adro da Igreja de Nossa Senhora da Penha. O acesso ao local era feito a pé pela praia, a cavalo pelas matas, ou por meio de embarcações como saveiros e canoas.

Entoando cânticos religiosos, os moradores da Gamboa conduzem nos andores, as imagens dos santos homenageados, pelas ruas enladeiradas, de chão batido, da localidade.

A preparação da festa tem início semanas antes da data de sua realização. Escolhe-se um membro da comunidade para liderar e organizar os festejos, com a finalidade de levantar fundos destinados à realização da missa e da procissão, à contratação dos músicos e à compra dos aviamentos da típica feijoada baiana.

Os antigos participantes relatam que, no tempo das grandes tempestades, quando as frentes frias e o vento sul sopravam na entrada da Baía de Todos os Santos, os comandantes e a tripulação das embarcações recorriam à santa para livrá-los dos naufrágios. Nos festejos de Pascoela, eles pagavam as promessas reverenciando Nossa Senhora pelas graças alcançadas.

O evento tem início com as homenagens em louvor a Nossa Senhora da Penha, no primeiro dia, com a queima de fogos ao amanhecer para anunciar a festa.

As imagens dos santos saem da Igreja de Bom Jesus dos Navegantes, na Gamboa, e são conduzidas em procissão em direção à Igreja de Nossa Senhora da Penha, onde é rezada a missa. Durante o cortejo, os fiéis entoam cânticos acompanhados por um grupo de músicos, com seus instrumentos de sopro e percussão, que apresenta um repertório bastante eclético.

O segundo dia da festa, dedicado a São Benedito, era considerado "a data maior"; ele era o santo de devoção do proprietário da antiga fazenda e os brincantes nesse dia tinham livre acesso à casa grande, localizada na lateral do adro da Igreja. O dono da casa "[...] mandava matar bois, carneiros e a gente podia fazer o que quisesse; até a Banda do Corpo de Bombeiros [de Salvador] vinha tocar nessa festa".

Segundo os participantes, naquela época, as barracas eram construídas no adro da Igreja, com palha de dendezeiro, sendo denominadas de "botequins". O parque de diversões era uma roda gigante feita de bambu e movida à mão; comportava seis crianças.

Na missa rezada na Igreja de Nossa Senhora da Penha (uma construção do século XIX), os fiéis manifestam sua devoção cantando, tocando foguetes e reverenciando os santos. Encerradas as obrigações religiosas, todos vão saborear a feijoada, preparada no dia anterior pelas mulheres e em seguida iniciam o samba de roda.

A esse respeito, a festa de São Simão em Parapatingas (ou Pirapitingas), instituída em 1746, é relatada por Osório (1979, p. 255), que destaca: "Acabada a missa, celebrada pelo vigário da Freguezia de Vera Cruz, missa barulhenta, com música e foguetões [...]", os devotos espalhavam-se pelo Largo do Castelo para assistir "[...] ao cair da viração, as corridas de saco e de argolinhas, o samba de roda, o corta-jaca, a chegança e o afoxé".

O samba de roda, nas suas diversas modalidades, é uma dança popular tradicional do Recôncavo da Bahia.

A brincadeira pode começar com um círculo ou semicírculo no qual os brincantes cantam, dançam e batem palmas, seguindo regras para a movimentação no

centro da roda. Por outro lado, seu início pode acontecer com um cortejo que sai dos arredores da Igreja em direção ao adro.

O solista puxa as músicas, pois conhece os enredos e norteia a dinâmica da roda. Ele canta as músicas tradicionais, a música do grupo, composta pelos próprios brincantes e improvisa versos com situações do cotidiano. À medida que o tempo vai passando, o samba esquenta; as músicas tornam-se mais picantes e os movimentos corporais mais sensuais e sedutores.

A base instrumental do samba formada por pandeiros, surdos, caixas, caxixis e outros instrumentos percussivos inclui adultos e crianças, que tocam os instrumentos.

O corpo é presença viva do contexto social que o gestual da dança evoca. Os participantes protagonizam cenas de seu cotidiano, tensões, conquistas, que apresentam de forma jocosa e bem-humorada.

Na perspectiva de Maffesoli (1996, p. 160),

> [...] o estilo de vida não é uma coisa inútil, pois é [...] o que determina a relação com a alteridade: da simples *sociabilidade* (rituais, civilidade, vizinhanças) à *socialidade* mais complexa (memória coletiva, simbólica, imaginário social).

O corpo promove essa troca com o coletivo; na festa ele se prepara para ser visto pelo outro, num jogo de papéis que o complementa e transforma.

Nos meus estudos sobre festejos e folguedos na ilha de Itaparica, tenho feito referência ao 'corpo lúdico' da festa, da brincadeira, que improvisa e cria seu repertório de coreografias como se fosse uma representação artística. No 'corpo ritual', sacralizado, que conhece o repertório das liturgias religiosas, os movimentos não são uma imitação das danças rituais, transmitem no gestual a estética da vinculação religiosa.

A esse respeito, Jeudy (2002, p. 20) refere que "[...] todas as formas de representar o corpo, para nós e sobre o olhar do Outro, traduzem nossa maneira de ser no mundo [...]".

No contexto da festa, o corpo encarna um jogo de possibilidades compartilhadas pelos participantes, que fazem uma espécie de catarse coletiva na brincadeira. Os enredos estão relacionados às matrizes ancestrais reinterpretadas; essa releitura comporta o divertimento, a sátira e cultiva a religiosidade, sem ferir os princípios da liturgia religiosa.

Os distintos grupos étnicos que chegaram à Bahia impregnaram com sua cultura nosso território. Os saberes e tradições intercambiaram-se com os ensinamentos dos povos nativos (alguns desses intercâmbios ocorreram à custa de sofrimento para muitos), construindo outras formas de apreensão do mundo, distintas das representações matriciais.

A condição de se organizar para o olhar do outro, contemporaneamente, incorpora uma preocupação com as novidades da mídia, que é uma forma de renovação do público, sem perder os referenciais coletivos.

A festa representa uma versão da realidade, um jogo no qual a memória do grupo é reinventada e atualizada com base nas suas matrizes culturais. Os versos de uma das músicas cantadas pelos brincantes ilustram acontecimentos testemunhados pela comunidade, a exemplo do naufrágio de uma embarcação estrangeira, ocorrido nos arrecifes próximos à Igreja de Nossa Senhora da Penha.

Este episódio foi incorporado ao imaginário da comunidade da Gamboa, que tempos depois criou um grupo de samba de roda o qual faz uso de uma pequena embarcação como signo que o identifica. Eles compuseram a letra da música:

"Que navio é esse que entrou de proa?
É o 'La Plata' que deu na Gamboa".

Uma característica importante dessas manifestações é que elas apresentam modelos distintos que indicam singularidades: condições geográficas, formas de liderança, visão de mundo, concepção de religiosidade, musicalidade, sensibilidade estética.

Marinho considera a alegria e o prazer de viver elementos intrínsecos às religiões de matriz africana:

> [...] a vida é para ser vivida com plenitude, harmonia e alegria, o que explica tanta festa, comidas e bebidas. [...] A alegria é a maior contribuição dos povos africanos e afro-descendentes para a cultura contemporânea mundial. (MARINHO, 2007, p. 181)

Ao longo do tempo, a história tem concedido maior legitimidade aos fatos registrados nos documentos; nas manifestações tradicionais, é a oralidade que legitima os acontecimentos. O lúdico é um indicador para colocar em cena a interpretação da realidade.

As figuras representativas dos folguedos confirmam esta condição. Referem-se a personagens emblemáticos, criados pelos brincantes, que atuam espontaneamente, envolvendo o público com encenações sérias e ao mesmo tempo provocativas e bem-humoradas. São os legítimos guardiões da memória do grupo, explicitando as representações do passado e as atualizações do presente.

Essas práticas revelam o dinamismo da cultura. São registros que preservam a memória do corpo, narram circunstâncias da história, vivências coletivas reescritas pela memória performática, explicitando o que o texto escrito não revela. Por serem transmitidos de forma poética, permanecem como função social e transformadora.

A etnocenologia[3] lança um olhar sensível sobre esses eventos e tradições no sentido de identificá-las como parte de um "processo de trocas entre pólos interculturais" para

> [...] estabelecer padrões de análise que lhe permitam observar os processos de interatividade presentes nas manifestações enfocadas, adotando a perspectiva da transculturalidade. (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2006, p. 139)

Desta forma amplia-se o conceito de intercâmbio cultural para valorizar os saberes específicos manifestados pelos praticantes de cultura.

Entre as reminiscências africanas na ilha de Itaparica, vale ressaltar a forma de convivência dos nativos, especialmente no que se refere à cooperação, à solidariedade e no significado que atribuem ao papel da família. A esse respeito, Braga (1995, p. 25) afirma:

> [...] o parentesco religioso desempenha importante papel nas relações sociais, mantendo-se como força dinâmica geradora e restauradora de determinadas tramas parentais [...].

***Figura 6*** *– Festa na ilha. Gamboa. Foto: Carlos Maguari*

Na organização das festas, as famílias fornecem o apoio logístico, antes, durante e depois da brincadeira; disponibilizam o espaço das casas, executam todo tipo de atividade e até refeições e lanches para os participantes. Os grupos familiares

3 Área de conhecimento que estuda as práticas, a diversidade cultural e os comportamentos espetaculares dos grupos étnicos.

assumem esse compromisso como uma "obrigação" que é passada de uma geração a outra.

O corpo brincante/brincador/jogador dos participantes das práticas culturais na ilha de Itaparica vincula-se à religiosidade, às estratégias de resistência, às crenças e mitos originários de suas matrizes culturais.

Expressa dimensões do sensorial, do cognitivo, do real, da arte, como soluções simbólicas relacionadas ao compromisso com a alteridade, a liberdade e a memória do grupo.

Tecer a trama dessas manifestações é um constante desafio. Na perspectiva da etnocenologia é dar voz aos praticantes da cultura, para que eles falem do lugar onde seus saberes e fazeres são produzidos, possibilitando reconhecimento e inserção na sociedade.

## *Referências*


BRAGA, Júlio. *Ancestralidade afro-brasileira*: o culto de babá egum. 2. ed. Salvador: Edufba: Ianamá, 1995.

GOMES, C. C. S. Festas, memórias e representações. *Cadernos do GIPE-CIT*, Salvador: PPGAC/UFBA, n. 20, p. 44-51, maio 2008. Organizado por Lúcia Lobato e Érico José Oliveira.

______. Um olhar etnocenológico dos festejos de Pascoela na Baía de Todos os Santos. In: COLÓQUIO DE ETNOCENOLOGIA, 6., 2009, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 406-410.

______. O ritual e o lúdico nas tradições culturais: poéticas e performances. In: COLÓQUIO DE ETNOCENOLOGIA, 5., 2007, Salvador. *Anais*... Salvador: Fast Design: PPGAC/UFBA, 2007. p. 61-68. Organizado por Armindo Jorge Bião.

______. *Teatralidade e performance ritual dos folguedos da Ilha de Itaparica*. Salvador: Carlos Maguari, 2004.

GUINSBURG, J.; FARIA, J. R.; LIMA, M. A. (Coord.). *Dicionário do teatro brasileiro:* temas, formas e conceitos. São Paulo: Perspectiva: SESC/SP, 2006.

JEUDY, H. *O corpo como objeto de arte*. Tradução de Tereza Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Tradução de Bertha Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARINHO, R. F. *Comunicação:* a tradição do "fuxico" nas casas religiosas afro-brasileiras. 2007.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia século XIX*: uma província no império. Tradução de Yedda de Macedo Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2002.

OLIVEIRA, E. J. S. de. *A roda do mundo gira*: um olhar sobre o Cavalo Marinho Estrela de Ouro (Condado – PE). Recife: Sesc, 2006.

OSÓRIO, U. A *Ilha de Itaparica:* história e tradição. 4. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

SMARCEVSKI, L. *Graminho*: a alma do saveiro. Salvador: Odebrecht, 1996.

Boy
peba

I: dos frades

Bahia de
todolos sã
tos

TERRAS
DE DO
ALVAR
RODA
COS
TA

I
T
A
P
A
R
I
C
A

6 braças
de preamar
dagoas vivas

# Revisitando a Baía Literária

*Pedro Barboza de Oliveira Neto*

## *Introdução*

A Baía de Todos os Santos se faz representada na Literatura brasileira nos dois sentidos do termo aqui utilizado: primeiro, enquanto mostrada, desenhada, descrita; na segunda acepção, como ocupando espaço, lugar de prestígio nas Letras nacionais. É neste caminho duplo e intercorrente que revisitamos essa literatura em autores e obras de larga difusão e que tiveram pronta incorporação ao cânon. Inventariar exaustivamente a presença de criadores literários da Baía e de sua cidade não é nosso intento. Não se pode, contudo, deixar de nomear alguns nomes mais evidentes do passado e indicar sua releitura feita por alguns contemporâneos.

Antes de encetarmos essa trajetória vamos a algumas preliminares.

Aquilo que se chama, correntemente, de literatura brasileira engloba várias acepções: a de texto escrito, a de uma coisa originada nos inícios do País com a nacionalidade e, por fim, a de uma cultura escrita, erudita, com forma de obra de arte. Comecemos pela última: uma coisa é obra de arte e outra coisa é literatura, que também, às vezes, é obra de arte. Cria-se um contencioso de alta e baixa literatura, que parece despropósito, se deslocarmos a questão para gêneros, deixarmos a noção de valor desvinculada da literatura e modularmos essa à vigência de gostos, estilos e condições de sua produção. Já é muita cizânia para um intróito, mas não se pare aqui e, de chofre: não havia literatura nos começos do País, não havia nacionalidade nem nação no início da Colônia e escritos artísticos por aqui foram raridade até duzentos anos atrás.

Assim, melhor será separarmos o conceito de literatura daquele de produto de ficção ou imaginação e, mais democraticamente, aceitarmos seu largo leque para os vários gêneros de escritos produzidos antes que esse nome – Literatura – se impusesse como gênero e código há duzentos anos. Foi como retroativamente incorporou-se o que se escreveu a partir do *começo*, do começo da colonização. Todo escrito sobre a terra tornou-se Literatura Brasileira; isso quando do processo da Independência.

Guiamo-nos por momentos que a crítica considera como expressivos, constitutivos e estruturantes do ser e estar baianos, dentro e fora da literatura, se possível for, neste início de milênio. Ainda assim, quando nos alargamos na visão ao redor do instante atual, imensa é a injustiça ao não citar muitos que fazem dessa Baía existência maior, literária. Os que aparecem exemplificam os ausentes.

Um segundo ponto: o espaço geográfico da Baía de Todos os Santos somente se torna lugar quando possuído humanamente, quando um olhar dele se apropria, *limpa-o*, moldando-o, tornando-o *mundus*, incorporando-o no *mundus universus*, mundo varrido pelo sujeito do olhar. É da ação humana a produção do lugar.

## *Kirimurê*

No começo, antes da Baía, havia o Kirimurê e ele existiu enquanto um olhar primeiro se exteriorizou na língua e cultura dos tupinambás. O desaparecimento deles é o cataclismo da extinção daquele mundo e o aparecimento de um outro nas asas brancas das naus, realçadas pelo vermelho da Cruz de Cristo. Estes os significantes do nosso ingresso periférico na cultura da mercadoria, da lei e do peso, cuja fé era determinada por um rei de além-mar. Afinal *cujus regio illius est religio*: de quem for a região, dele é a religião e não se consentiu opinião contrária.

A religião que então se praticou tem o encanto da terra aberta em presa e a grosseria imediata do proveito a ser obtido. O viés possível é a forma catequética e sua poética. É o que marca o primeiro século da Baía e, por conseguinte, de toda a América portuguesa. Dito de outro modo, a Baía de Todos os Santos é o polo hegemônico da nova cultura letrada imposta aos espaços que, três séculos depois, os românticos povoarão retroativamente como Pindorama, Terra das Palmeiras.

Se no começo era a Baía, ela nunca foi vazia ou desabitada. Sem a Baía nada foi feito de tudo que aqui foi feito. Antes da Baía, nada existia, salvo a ilha. Foi a Ilha de Vera Cruz que pariu a Baía. A ilha era bem maior do que as trinta léguas imaginadas por Caminha[1] e não deu outra consequência: no ano seguinte todos os santos se reuniram com Vespúcio para batizar a Baía e o Bom Jesus de Vera Cruz foi morar dentro dela, em Itaparica.

Uma ilha é uma porção de terra cercada de imaginário por todos os lados. Imaginário que começou a se formar bem antes de os portugueses encontrarem uns homens nus, atraídos pela música gaiteira de Nicolau Dias, com quem folgaram muito. Mas, tratando-se de literatura, só quem soube disso foi o rei: os súditos apenas 316 anos depois. O que não impediu essas imagens de se espalharem pelo mundo universo a partir das cartas de um "descobridor da Baía", Vespúcio.

Sem saber-se ainda se a terra era de Santa Cruz ou Brasil, a Baía de Todos os Santos será objeto de oferta na *História da Província de Santa Cruz* e no *Tratado Geral do Brasil*. (GÂNDAVO, 1980)

No princípio, a terra era cheia de arvoredos e informe aos olhos dos alienígenas. Para fins poéticos, ela se separa das águas com o primeiro grande europeu naufragado no banco de Santo Antônio, entre a Barra e Rio Vermelho: o Caramuru, assunto para Fr. José de Santa Rita Durão (1847), mais de dois séculos depois. Mas não dava para esperar o aprimoramento de estilos e o imaginário se fez, repleto de fantasias, em um gênero, quiçá veraz, o das crônicas de viagens e de permanência.

---

1 "Esta terra, Senhor, me parece que da ponta q mais cont o sul vimos ataa out ponta q cont o norte vem de que nos deste porto ouvemos vista/ sera tamanha que avera neela bem xx ou xxb legoas per costa./ toda chaã e mujto chea de grandes arvoredos/". (CASTRO, 1996. p. 58).

Falando da Senhora Dona Baía, impõe-se colocarmos pressupostos: se tudo começou foi na Bahia, o que quer se chame Literatura Brasileira, também aqui tem princípio e não tão só: a Literatura Brasileira é baiana por muito tempo. Cria-se a consequência: se não se pode falar da Baía de Todos os Santos sem uma narrativa daqueles que fazem dela sujeito/objeto amoroso, impõe-se uma história da literatura baiana. Com efeito, é o que salta da obra de Pedro Calmon (1949): a literatura baiana é o corpo e a alma daquela que viria ser a brasileira por metade da existência pátria. Relendo-a, seria forçoso perguntar-se por uma historiografia exaustiva da literatura baiana, obra de fôlego religioso e ambição carnavalesca, que não cabe na fragilidade exígua deste texto. Assim pois, essa Baía funda discursivamente o Brasil e aquilo que dela se diz, como ela acontece nos textos, se transfigura ao longo do tempo, voz e expressão da mesma sociedade que os enuncia e que, também, é falada e silenciada neles.

As primeiras vozes são as da surdez extrema para o Outro do Kirimurê: o índio não tem vez de se expressar no registro novidadeiro da tinta falante no papel. O dono da pena, impiedosamente, registra seu deslumbramento pela presa, a floresta tropical e seus habitantes 'bestiais'. É a documentação do proveito a ser tirado, desígnio contido nas entranhas da terra; estranha hermenêutica, em que a natureza não mais traduz Deus e sim o desejo do Eldorado. As imagens inaugurais já estavam disseminadas, as de Vespúcio; imagens concordantes e consonantes com aquelas de Pero Vaz de Caminha, desconhecidas na letra por quase três séculos em que a carta ficou esquecida em gaveta do Tombo. Outras imagens não poderiam ser, pois o desejo de significar era o mesmo em Colombo, Vespúcio, Cabral e patrícios.

O que é desejado traz consigo o medo de vir a ser conquistado. São as imagens primordiais da aventura colonial. O desejo projeta ilhas paradisíacas, ilhas de fartura e da fraternidade. Tudo como espelho oposto da penúria, do controle opressivo, da violência anárquica e tiranias medievais. O novo mundo, nossas terras, inspirou a ilha de Utopia do chanceler martirizado Tomas Morus. Gândavo descobrira nos fólios da Torre do Tombo aquilo que narra como visto e visível.

Mas a poética chegará aos últimos filhos de Kirimurê, aos primeiros mestiços, caboclos, aos primeiros mazombos e ao colonato reinol, via literatura dramática: em texto de ficção teatral, encenada em uma "tremenda festa de arromba", dir-se-ia tropicalisticamente quatrocentos anos depois. Foi quando a capital da América portuguesa parou para ver, ouvir e maravilhar-se com a encenação do texto do Auto das onze mil virgens, no espaço sazonalmente batizado de Circuito carnavalesco Batatinha, nas nossas coevas bacanálias. Os jesuítas penduraram coros de curumins nas sacadas das casas das ruas do Palácio, da Misericórdia e da Sé, iluminadas por milhares de lanternas. Um navio cheio de virgens capitaneadas por Santa Úrsula e S. Maurício, puxado sobre rodas, circulou pelo centro e a efeitos especiais de tiros de trabucos [...] O demônio foi expulso por uma noite dessa Terra de Santa Cruz.

Nunca mais se viu igual no coração da Baía, desde 1583. Maravilhas de uma Baía, outrora Kirimurê.

Paralelo à cura da fé, extremado era também o zelo pelo sucesso da empreitada colonial e da real fazenda. Este o conteúdo da fábula catequética e da crônica colonial.

## *A Baía Seiscentista*

O século baiano é o seiscentos, com plena razão para um tempo em que a razão se tornava *ancila fidei*, escrava da fé. Não era para menos nesta cidade oficialmente portuguesa, que de tudo fazia sua elite para parecê-lo. E a Baía não faz feia figura no cenário das Belas Letras: os três nomes de mais projeção terão brilho aquém e além-mar. Antônio Vieira cedo trocou de pátria, mesmo mantida a fidelidade à metrópole e à Coroa. É expoente de uma arte hoje de não tanto prestígio, a oratória sacra, a parenética. Sai famoso por esse dote e pela alta cultura, formada aqui na sede da Colônia, para ser conselheiro, embaixador e confessor real. Não bastante, exerce o seu gênero literário também na Santa Sé e, por excelência, torna-se confidente da rainha letrada, Cristina da Suécia, em Roma, eximindo-se da honra de tornar-se seu confessor.

O primeiro século da Cidade da Baía correu na inevitabilidade de dois opostos, a virtude religiosa e o pecado. É o único modo de ser dentro da cultura colonial. Se as reminiscências medievais, na cultura popular, conciliavam os dois polos, de nada adiantavam as medidas draconianas posteriores ao Concílio de Trento na terra em que os colonos e assimilados não tinham fé, lei nem rei. Regrar o colonato destemperado, converter o incompreensível nativo ao temor da fé foi a tarefa da escrita jesuítica saída do Colégio do Terreiro de Jesus.

Outro não poderia ser o olhar do seiscentos baiano senão o da desmedida barroca. O tamanho dos desejos se aquilata pela possibilidade infinita de seu desfrute dentro do sem-limite do sub *oequinotialem non peccavi* e a vergasta do Santo Ofício. De novo, reaparece a reapresentação chã do lugar – mas agora, edulcorada pelas prescrições das belas-letras e dos dois gêneros que, hoje, incomodariam o literato: o sermão e a carta – a parenética e a epistolografia como formas artísticas. É a Bahia que dá, sozinha, o diapasão, sem que haja maior acompanhamento nos restantes estados do Brasil e no do Maranhão. Pedro Calmon denominará a época de "Um período áureo". (CALMON, 1949, p. 38-44)

Baianos! Quem aqui nascia ou se deixava envolver nos atrativos divinos ou menores, se baianizava: Antônio Vieira, Botelho de Oliveira, Bernardo Ravasco, Eusébio de Matos e, também, em profissão oposta à da virtude, comungando da mesma fé, mas devotado às delícias do pecado, seu irmão, Gregório de Matos, que ocupará cargos na metrópole e na colônia, recusando outro de alto prestígio

e temor – o de inquisidor no Rio de Janeiro – para o bom exercício dos prazeres, do arrependimento, do louvor e da crônica do bem viver e ser baiano primeiro na integralidade.

A humanidade que faz a Baía e seu entorno ocupa a maior parte da poesia de Gregório de Matos e Guerra. São as várias faces do poeta; místico que se entrega à contemplação bem ao modo barroco: lírico, satírico, pornográfico etc. O poeta mapeia a cidade cabeça da Colônia em amplitude e profundidade, em uma radicalidade desconstrutiva e até autofágica, bem próxima da modernidade pós-freudiana. A ousadia das metáforas e dos símiles, as comparações ferinas, sem pedir desculpas pelas apropriações dos seus modelos, ajustam-se ao retratado, de modo que, até hoje, caem como luva à sua cidade e ao País. Simultaneamente, a Cidade da Baía é objeto amoroso, ocupando e abrigando todos os papéis sociais – amante, esposa infiel, puro desejo degradado, abrigo de reinóis aventureiros, mãe ingrata, parceira degradada e outros. Seu soneto mais difundido faz jus à popularidade obtida, musicado por seu cantor pós-moderno, Caetano Veloso:

À Cidade da Baía

Triste Bahia! Oh quão dessemelhante
Estás, e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vejo eu já, tu a mi abundante.

A ti tocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando, e tem trocado
Tanto negócio, e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sangaz Brichote.

Oh se quisera Deus, que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!

(MATOS, 1968, p. 428)[2]

Bem visitado pela crítica, este soneto eleva ao melhor tom lírico sua paixão zelosa por sua cidade; paixão esta também fungível pelo tempo. O sentimento de época, de inconstância do mundo, é inarredável: a figura feminina da Cidade e a da

2 Ver também Alfredo Bosi (1995. p. 94-118).

topografia frequentada pelo grande comércio estrangeiro, o reino da mercadoria e o sentimento de sua própria alienação no tempo fundem-se: "A mim foi-me trocando, e tem trocado/ Tanto negócio e tanto negociante./" A perfeição do poema fecha-se na imagem do paraíso perdido, na tópica medieval renovada de um passado sempre melhor: "Oh, se quisera Deus que de repente/ Um dia amanheceras tão sisuda/ Que fora de algodão o teu capote".

Esse paraíso tem desenho forte no desejo malcomportado do homem cindido entre Deus onipresente e o pecado necessário à sua misericórdia.

Os poemas são emblemáticos da licença colonial de uma Bahia acima de qualquer culpa; mesa e cama fartadas em carnes, mulheres, casos picarescos, graciosos, libidinosos e obscenos. A vida desregrada do clérigo *défroqué* ocupa, com efeito, boa parte de seu estro. Não lhe escapam freiras, escravas alheias, crioulas, cabrochas, caboclas, damas e "donas", prostitutas, desafetos e vítimas de seu desapreço verrino; de autoridades aos adventícios e à aristocracia mestiça. Uma larga etnografia jorra de seu texto, na sua margem recorrente, o que não diminui o valor poético do baiano a quem não é excessivo atribuir a fundação de nossa lírica. Ao contrário, funda-se também o registro da cidade em festa, do folgar a múltiplos pretextos, em profecia do que continuará a dominá-la no século XXI, estampada na festa do Entrudo.

Aceitarmos nosso barroco, em todas as suas manifestações, todas elas imbricadas nas outras, como vivência constitutiva da comunidade – complexa, assimétrica e injusta –, apropriado que foi em uma nova cultura de ampla penetração social, parece proposta desafiadora para qualquer hipótese da formação literária e política nacional, que deseje abarcar as vozes dos vários sujeitos sem mistificar as condições de produção do discurso obliterador dos seus coevos. A outra face, a obliterada, a visão a partir da ótica dos excluídos somente será possível também pela via do imaginário e sua alocação também na Bahia dar-se-á na produção modernista e contemporânea.

O sucessor comportado do poeta estroina, Manuel Botelho de Oliveira, mesmo vivendo em Portugal, situará a Baía como uma das suas preocupações, lembrado que será como o mais famoso filho da Ilha de Maré. Para não deixar desacompanhado o religioso Vieira, também será conviva do Parnaso da rainha Cristina.

As "Letras" baianas têm largo repertório no século dezessete, relacionado por Calmon, e de que sobressaem hoje Sebastião Rocha Pita com a sua *História da América portuguesa*, a contribuição das academias, a Brasílica dos Esquecidos e a Brasílica dos Renascidos que, na opinião de Antonio Candido, são delimitadoras das novas condições que tornariam possível a emancipação literária do País.[3] Por sua vez, Haroldo de Campos dará importância central à obra de Gregório e ao Barroco na "formação da Literatura Brasileira", na sua crítica à obra maior de Candido.[4]

3 "Já que é preciso um começo, tomei como ponto de partida as Academias dos Seletos e dos Renascidos e os primeiros trabalhos de Cláudio Manuel da Costa, [...]". (CANDIDO, 1975. p. 25)

4 "Nossa literatura, articulando-se com o Barroco, não teve infância (*in-fans*, o que não fala). Não teve origem "simples". Nunca foi **in-forme**. Já nasceu adulta, **formada**, no plano dos valores estéticos, falando o código mais elaborado da época." (CAMPOS, 1989. p. 64)

Reafirmando as imagens fundadoras do lugar, Botelho de Oliveira (1953, p. 125-136) nos deixa a sua Silva à Ilha de Maré:

> Jaz em oblíqua forma, e prolongada/ A terra de Maré toda cercada/ De Netuno, que tendo o amor constante,/ Lhe dá muitos abraços por amante,/ E botando-lhe os braços dentro dela/ A pretende gozar, por ser mui bela./ Nesta assistência tanto a senhoreia,/ E tanto a galanteia,/ Que do mar de Maré tem o apelido,/ Como quem preza o amor de seu querido.

A "Silva" se inicia pela apresentação da terra e enumeração das belezas naturais e excelências – "as fruitas" e estende-se pelas espécies marinhas. Botelho, usando topos mitológico, vai ao "fundamento" mítico da ilha. Começa pela sensualidade: Mar de Maré, o apelido / que por amor do seu querido / [...] Netuno, deus do mar está "metendo os braços dentro dela, "a pretende gozar por ser mui bela". Funda-se a Ilha em um erotismo primordial. Netuno e Vênus estão aí nessa terra de "Maré, que é termo da Baía" e a Baía é apenas metonímia do Brasil, pequeno apelido do Brasil.

Os termos de comparação são sempre superlativos; em tudo Ilha de Maré supera a metrópole e outras partes do mundo. Supera não apenas naquela natureza comum do Velho Mundo e à Ásia, como também pelo que ali não existe. A Ilha de Maré recupera o labor dos primeiros cronistas, inserindo-a na figuração barroca, pela apropriação da temática camoniana dos cantos finais dos Lusíadas. Eneida Cunha (2006a, p. 46-47), partindo de uma indicação de Sérgio Buarque de Holanda, propõe uma releitura do poema a partir dessa relação intertextual.[5] Botelho imita Camões; de uma parte, insere seu poema em uma série poética e, de outra, preenche a lacuna dos *Lusíadas*, mostrando a excelência da periferia colonial sobre o centro metropolitano: Maré-Baía-Brasil é sempre mais do que Citereia, a Ilha de Vênus, oferecida aos bravos conquistadores das Índias para desfrute da exuberância das ninfas dadivosas. Para a ensaísta baiana, Botelho faz um deslocamento simbólico e estaria reposicionando poética e politicamente a pátria, parcela do império português. Estaria, assim, indo além das marcas de uma primeira brasilidade, nativista, imposta pela leitura romântica e, sim, modificando o acontecimento discursivo do século XVI pelo do século XVIII. Em outros termos e, para o que aqui se propõe: Brasil, o maior e melhor, dentro do império colonial.[6]

O poema reverbera a fundação da Ilha. "Esta ilha de Maré/ ou de alegria/ que é termo da Baía / É do Brasil todo/ breve apodo."

A estrofe da Silva bem encerra a pretensão significante do primeiro poeta nascido no Brasil a assistir os seus versos publicados. Botelho, como já dito, homem de trânsito nas belas-letras em Portugal e em Roma, tem a felicidade de retomar a

5 Ainda na mesma obra de Cunha (2006, p. 49-81), *A fé, o império e as terras viciosas*.

6 A representação da totalidade do nacional pela insularidade é comentada na obra de João Ubaldo Ribeiro por Rita Olivieri-Godet (2005b, p. 49-97).

ideia da Ilha, de um lado remetendo-a à convenção de antiguidade clássica e, de outro, explorando as potencialidades do peculiar brasileiro.

Não se pode desprezar, em qualquer leitura, a reapropriação dos temas edênicos. O Paraíso é aqui; não em Portugal ou em Pamona, nem em Chipre-Citereia. Os motivos edênicos estão presentes na crônica colonial da mesma forma como, em crescendo, e via mediação francesa, reaparecerão no Arcadismo e no Romantismo brasileiros.

Apontado como de mau gosto, o poemeto de Botelho, exorbita no azo moralista a cada estrofe, exercitando*, avant la lettre,* um arcadismo que ainda tardaria a chegar em Portugal. A Música do Parnaso de Botelho frequentara a Academia da rebelde rainha sueca. Não se estranhe tanto *docere cum delectare*. Mais um baiano na vanguarda, ainda que colonial.

Imitação da 'Silva à Ilha de Maré', a *Descrição da Ilha de Itaparica*, de Frei Santa Maria Itaparica (1953b, p. 170-193), decalca os motivos descritivos de sua matriz – Camões e Botelho:

> Cantar procuro, descrever intento,/ Em um Heróico verso e sonoroso,/ Aquela que me deu o nascimento,/ Pátria feliz, que tive por ditoso:/ Ao menos co'este humilde rendimento/ Quero mostrar lhe sou afetuoso,/ Porque é de ânimo vil e fementido/ O que à Pátria não é agradecido.

Santa Maria Itaparica reproduz os mesmos motivos edênicos, enumerados de modo decoroso dentro da imitação classicista e, na sua imitação da *Ilha de Maré* de Botelho, é econômico na descrição das maravilhas do Recôncavo. Não deixa de enfatizar, na última estrofe, a filiação dessas terras à deusa do amor, como já fizera Botelho de Oliveira (1953a): "Se a Deusa Citeréia conhecera/ Desta Ilha celebrada a formosura,/ Eu fico que a Netuno prometera/ O que a outros negou cruel e dura:/ Então de boa mente lhe oferecera"

É a Baía como significante tirânico nos vários discursos que versem sobre as imagens da fundação do Brasil que vamos encontrar tanto em Manoel Botelho de Oliveira como em Santa Rita Durão. O poeta mineiro, já deslocada a sede da Colônia para o Rio de Janeiro, vai buscar no náufrago bem-sucedido do Rio Vermelho e em sua parceira aborígene o casal edênico da diferença brasileira. É o mundo épico academicista de Diogo Álvares Correia, da índia cristianizada Catarina Paraguaçu e da infeliz Moema, relido pela ótica afrancesada do bom selvagem. Note-se que o frade poeta teve o péssimo gosto de salvar o Caramuru e afogar a cunhã apaixonada.

Funda-se a nação mestiça e portuguesa com a cidade da Baía; é o que Santa Rita Durão quis dizer escrevendo sua epopeia, em que o herói primordial faz protestos de fidelidade às quinas.

## *Castro Alves*

A grande figuração da existência social da Cidade da Baía no século XIX, presença poética de pronto reconhecida, é inegavelmente Castro Alves. Se, de um lado, não se prende à representação especular da paisagem ou dos tipos humanos locais, por outro, traz à cena a grande presença obliterada nas letras dos séculos anteriores – o negro como personagem e sujeito. O empréstimo retórico bem serve para reverter as posições argumentativas que justificaram simbolicamente o sistema servil: as figuras da origem divina da desigualdade dos homens e a oratória sagrada, aí incluído Vieira na sua justificação da escravatura, são interpeladas. A posição das letras baianas, fundadas no espelho da dominação colonial e suas contradições, é alterada para modificar para sempre a poesia social brasileira: a retórica civil e civilizadora contra a parenética e o obscurantismo perverso. *Vozes d'África* e *Os escravos,* legitimamente, nascem da experiência libertária baiana para ecoar em toda a nação, confirmando a afirmação de Botelho de que a Baía é metonímia de Brasil. Com uma diferença significativa, apenas: em vez do Paraíso tropical, o inferno é aqui, para os deserdados bíblicos.

Viajante do final do mesmo século, Euclides da Cunha apresentará uma baía pictórica, com laivos românticos, para seus leitores sulistas, minimizada em comparação ao Sul:

> Depois de quatro longos dias e quatro longas noites de verdadeira tortura, subo afinal pela primeira vez à tolda do vapor na entrada arrebatadora da Bahia. [...] É a admiração perene e ruidosa pela nossa natureza extraordinária e belíssima. [...] é singular que encontre aqui o observador a mesma beleza, sob aspectos mais brandos de serras arredondando-se em linhas que recordas as voltas suavíssimas de volutas e afogando-se no espaço sem transições bruscas entre o verde glauco dos mares e o azul puro dos céus.
> A ilha de Itaparica à nossa esquerda, ridente e envolta na onda fulgurante da manhã, desdobra-se pelo seio da baía, revestida de uma vegetação opulenta e indistinta. (CUNHA, 1975, p. 2-3)

## *Xavier Marques*

O deslocamento de sentido trazido pelo poeta condoreiro terá continuidade nas décadas seguintes e início do século XX com a ficção de Xavier Marques. O autor itaparicano, bem ao gosto da figuração ornamental, retratará os tipos humanos do Recôncavo em variadas fases de sua ficção histórica. Compartilhando das preferências marinhas com o poeta Artur de Salles, povoará sua ilha e a costa

com personagens em idílios amorosos iluministas e nos afazeres do mar, além de explorar as tradições das lutas pela Independência, em uma mesma topografia ficcional depois trilhada por João Ubaldo Ribeiro.[7]

Já o século XX será afortunado no romance e, de novo, a contribuição baiana se antecipa ou, pelo menos, acompanha o instante renovador da década de 30 com as primeiras obras de Jorge Amado, que constitui matéria a ser tratada à parte, bem como a de João Ubaldo Ribeiro.[8]

A movimentada atividade gregária da intelectualidade da Cidade da Baía no século de Xavier Marques e Jorge Amado é bem visualizada na valiosa coletânea de depoimentos de criadores baianos, organizada por Valdomiro Santana, *Literatura baiana: 1920-1980,* que dá continuidade cronológica ao estudo de Pedro Calmon.[9] Os comentários coligidos cobrem a vida literária soteropolitana após a fundação da Academia de Letras da Bahia, contemplando os vários grupos congregados dentro e fora dela, em torno de revistas e da boêmia: as revistas Arco e Flexa, Ângulos, Serial e outras, além da interface criadora da literatura com o cinema de Glauber Rocha.

## *Gregório de Matos*

Como antes declarado, recorremos aos contemporâneos apenas para acompanhar sua releitura da temática da Baía e da simbólica de seus predecessores. Este é o objetivo da seleção dos textos que aqui adiante figuram.

A vivência do poeta brasileiro na contemporaneidade dá-se, irremediavelmente, como a remissão de uma anterioridade fundadora, inescapável do ser baiano. Gregório de Matos faz-se presente nessa nova poesia, que se recusa a ser imediata representação da existência. A sua mimese e apropriação repetem o gesto da poética que o compreendia, com maior largueza e, como moderna, crítica. Por outra parte, a releitura traz aquela primeira poesia para uma outra representação, a de uma essencialidade majorada da figuração da Baía de seu tempo, vista agora como a

7 Afirma Gumercindo Dórea sobre o prosador itaparicano: "Uma outra exceção é inegavelmente Xavier Marques, cuja obra de ficção se biparte no quotidiano e no histórico, seja em *Jana e Joel* ou n'*O sargento Pedro,* em *O feiticeiro* ou n'*As voltas da estrada,* aqueles tendo como cenário a ilha de Itaparica, e estes o continente, avançando até o Recôncavo [...]. Antes fora Pindorama [romance, 1907]. Era preciso homenagear os quatrocentos anos de nossa descoberta. Depois", *O sargento Pedro, r*etratando as "tradições da independência", e, posteriormente, *As voltas da estrada,* onde se vive a decadência da aristocracia açucareira do Recôncavo, na sua luta de sobrevivência após a abolição da escravatura" [...] Gumercindo Dórea: Quem tem medo do romance histórico? (MARQUES, 1976. p. ix-x)

8 Jorge de Souza Araújo elege setenta e sete autores para sua crítica acurada da narrativa longa no século XX; entre eles: Ana Ribeiro Goes de Bittencourt, Xavier Marques, Afrânio Peixoto, Almáquio Diniz, Lindolfo Rocha, Altamirando Requião, Jorge Amado, Hermann Lima, Nestor Duarte, Wilson Lins, Herberto Salles, Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado, Ariovaldo Matos, Elvira Föeppel, João Ubaldo Ribeiro, Antônio Torres, Guido Guerra, Marcos Santanrrita, Ildásio Tavares, Sônia Coutinho, Judith Grossmann, Helena Parente Cunha, Ruy Espinheira Filho e Oleone Coelho Fontes. (Cf. ARAÚJO, 2008).

9 Confira Santana (2010). A coletânea reúne ensaios e depoimentos de Jorge Amado, Vasconcelos Maia, Florisvaldo Matos, José Carlos Capinan, Guido Guerra, Ruy Espinheira Filho, Getúlio Santana, Myriam Fraga e Roberval Pereyr, Juraci Dórea e Antônio Brasileiro, entre outros.

mesma condição humana sob outra ótica. É o que faz Myriam Fraga em "Sete poemas de amor..." relendo simultaneamente Gregório e Bandeira. O outro silente no século XVII é que tem voz e não oblitera a do amante. Seu discurso é tecido sobre o dele. A voz poética é agora a da esposa desejada, que não é apenas objeto da paixão do poeta; é sua voz amorosa e inconformada que apostrofa o poeta libertino, à sua partida para o degredo em Angola:

> Como posso, meu Poeta,
> Nesta hora,
> Desvendar em silêncio
> Teus segredos
>
> Inventando entrelinhas
> Na escritura
> Vacilante e indecisa
> De teus dedos?
> [...]
>
> Uma cidade é como gente
> Que se alisa e maltrata,
> Como uma fêmea deitada
> Que o amante navega e sente.
> (FRAGA, 1996, p. 45-46)

A recuperação poética dessas vozes recalcadas é o que salta, trezentos anos depois, do verso da poeta, na expressão da voz feminina silenciada naquela sociedade e pela existência colonial e barroca.

## *A atualidade da BTS*

Na atualidade, a Baía de Todos os Santos se vê representada nas mais variadas formas, desde a tematização de identidades grupais àquela mais voltada para a estetização dos motivos da Baía e das ilhas na poesia. Assim, faz-se contemporânea do sujeito comum que a produz, que transformou o espaço físico em lugar de existência e desejo: seu povo miscigenado nas cores da cultura de variadas origens étnicas. É dessa maneira que a poesia dos fundadores da baianidade poética se torna inamovível, sob qualquer releitura, inclusive nos silêncios do Outro de si mesmo que, agora, os realocam, revertendo e expressando uma identidade que se completa nesses gestos de discurso e escrita, que continuam a refundar o Brasil e transfiguram o Kirimurê. Exemplo disso são as reescritas das representações da formação nacional na literatura, seja no atuante João Ubaldo Ribeiro, seja na visitação

da Baía como um topos geográfico e literário homologador da "verdade" ficcional. É o que fará Ana Maria Gonçalves (2009), já no novo milênio, em *Um defeito de cor*. A personagem narradora tem sua voz resgatada através de um "manuscrito encontrado em" Itaparica, mais precisamente em Amoreiras.[10] O que persiste sob as novas representações é a imagem do paraíso terreal, buscado desde o início, e que, seguramente, será encontrado por quem "a tua larga barra, tem entrado". Mesmo em tempos pós-críticos, em que todo o sonho se esvai e o próprio sonhar já é crítica de discurso, quando já esvaída Pindorama e visitada a África, ainda restará a Cidade e sua Baía, bacia, ou "útero e claustro", nos versos da poeta.

## *Referências*


ARAÚJO, Jorge de Souza. *Floração de imaginários:* o romance baiano no século XX. Itabuna; Ilhéus: Via litterarum, 2008.

BOSI, Alfredo. Do antigo estado à máquina mercante. In:_____. *Dialética da colonização*. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 94-118.

CALMON, Pedro. *História da literatura baiana*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1949. (Coleção Evolução da cidade do Salvador, v. 2).

CAMPOS, Haroldo de. A origem vertiginosa. In: ______. *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira:* o caso Gregório de Mattos. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. São Paulo: Edusp, 1975. v. 1.

CASTRO, Sílvio. *A Carta de Pero Vaz de Caminha:* o descobrimento do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1996.

CUNHA, Eneida Leal. As aves que aqui gorjeiam. In: ______. *Estampas do imaginário*. Belo Horizonte: UFMG, 2006a.

______. *Estampas do imaginário*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

CUNHA, Euclides da. *Caderneta de campo.* Organização de Olímpio de Souza Andrade. São Paulo: Cultrix, 1975.

DURÃO, Frei José de Santa Rita. *Caramuru:* poema épico do descobrimento da Bahia. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1847.

FIGUEIREDO, Eurídice. Kehinde. In: SOUZA, Lícia Soares de. (Org.). *Dicionário de personagens afrobrasileiros*. Salvador: Quarteto, 2009. p. 180-186


10 Eurídice Figueiredo sumaria a estória da heroína que narra sua vida, a infância no Daomé, a vinda como escrava para Itaparica, a liberdade em Salvador, a realização pessoal, a procura do filho vendido como escravo pelo pai, a volta voluntária à África e as notícias do filho como abolicionista famoso. *Um defeito de cor,* na leitura da crítica, dialoga amplamente com a obra de João Ubaldo Ribeiro, Gilberto Freyre e Pierre Verger. (Cf. FIGUEIREDO, 2009, p. 180-186)

FRAGA, Myriam. *Femina*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Copene, 1996.

GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *Tratado da Terra do Brasil*; História da província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

ITAPARICA, Frei Manuel de Santa Maria. Descrição da Ilha de Itaparica. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953a. v. 1, p. 24-47.

______. Descrição da Ilha de Itaparica, termo da Cidade da Bahia. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953b. p. 170-193.

MARQUES, Xavier. *O sargento Pedro:* tradições da Independênci - romance. 3. ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1976.

MATOS, Gregório. *Crônica do viver baiano seiscentista*. Cidade da Bahia: Janaína, 1968. [Ed. James Amado] v. 2.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. À Ilha de Maré, termo desta Cidade da Bahia. In: ______. *Música do Parnasso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953a. Tomo I, p. 125-136.

______. *Música do Parnasso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953b. Tomo I.

OLIVIERI-GODET, Rita. *João Ubaldo Ribeiro:* littérature brésilienne et constructions identitaires. Feira de Santana: UEFS ; Rennes: Universitaires de Rennes, 2005a.

______. La métaphore de l`île et les enjeux de l`espace dans *Viva o povo brasileiro*. In: ______. *João Ubaldo Ribeiro:* littérature brésilienne et constructions identitaires. Feira de Santana: UEFS ; Rennes: Universitaires de Rennes, 2005b. p. 49-97.

SANTANA, Valdomiro. *Literatura baiana: 1920-1980*. 2. ed. Salvador; Feira de Santana: Fundação Casa de Jorge Amado; Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

SOUZA, Lícia Soares de. (Org.). *Dicionário de personagens afrobrasileiros*. Salvador: Quarteto, 2009.

Boy
peba

I: dos frades

I: do medo

TERRAS
DE DO
ALVAA
RODA
COS
TA

Bahia de
todolos sã
tos

6 braças
de preamar
dagoas vivas

# A Baía de Todos os Santos em Mar Morto

*Licia Soares de Souza*

A cidade da Bahia (Salvador), com seu grande espelho de Iemanjá diante de si (A Baía de Todos os Santos – BTS), é constantemente personificada nos romances urbanos de Jorge Amado.

*Mar Morto* é a obra que representa, com maior completitude, a personificação da BTS, vinculando seus aspectos geográficos aos vetores históricos e culturais, atravessados por uma narrativa mítica destinada a ampliar os efeitos dos encontros de três culturas distintas: a europeia, a africana e a ameríndia. As localidades e bairros, situados em torno da BTS, entram na visão dicotômica da primeira fase do autor (oposições cidade alta x baixa, branco x negro, rico x pobre, SALAH, 2000, p. 89), com a função de mostrar as difíceis condições de vida do povo negro e mulato que tira seu ganha-pão da baía e ainda consegue produzir formações culturais dinâmicas. É o cais do porto, a Água de Meninos, Itapagipe (com o porto da Lenha e uma forte representação de Mont Serrat), a ilha de Itaparica (Mar Grande, Gameleira, Bom Despacho, Amoreira). Por outro lado, esse povo do cais se movimenta para o dique (Tororó), onde acontece a festa de Iemanjá, em 2 de fevereiro, e para as cidades do Recôncavo (Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe) via o rio Paraguaçu, onde trabalha, transportando cargas nos saveiros.

## *A geografia mítica*

Comecemos a abordar a personificação da baía em *Mar Morto* pela apresentação da narrativa mitológica que marca sua identidade histórica e sua geografia religiosa. Como diz Albuquerque Júnior. (1999, p. 219), nas narrativas sobre o Nordeste, que emergem nos anos 1930, a Bahia surge como representante de um outro Nordeste, nas obras de Amado, que não é aquele apenas das secas do sertão, mas aquele que mostra essa geografia mitológica, nascida da reconstrução de espaços existenciais empreendida por negros desterritorializados da África. Essa geografia, onde se harmonizam o material e o mítico, o sagrado e o profano, produz a imagem de um território capaz de conciliar elementos antagônicos, construindo o pensamento barroco baiano que seria o inverso do que preconizou Gilberto Freyre para a região nordestina: a conciliação não emanaria do caráter patriarcal da sociedade, mas da dinâmica das manifestações populares, com seus mitos, que são, ao mesmo tempo, signos de alegria, de resistência e revolta, e de coesão social.

Mencionando os mitos de origem africana, necessário se faz uma apresentação das formas das sereias, que habitaram as águas brasileiras, para uma compreensão das formas e expressões de Iemanjá, um dos personagens principais de *Mar morto*. O *Dicionário de Figuras e Mitos Literários das Américas*, projetado para

> [...] mapear o imaginário coletivo do continente americano por meio do levantamento de figuras e mitos que caracterizam o que se poderia chamar de "grande narrativa das Américas" embora se tenha consciência da heterogeneidade das produções culturais e literárias das Américas (BERND, 2007, p. 15),

Veio preencher uma lacuna fundamental para a história do continente americano. Tal dicionário nasceu da verificação da inexistência de obras de figuras e mitos próprios das Américas; o que existe, no plano literário, sendo centrado no imaginário greco-latino e europeu, deixa de lado o que brotou e se transformou nas terras do Novo Mundo. Justamente, um dos mitos abordados nesse dicionário é o da *sereia,* suscetível de mostrar a dinâmica imaginária das comunidades novas das Américas.

A sereia é uma entidade lendária da Grécia antiga que reaparece em numerosas mitologias posteriores. Existe inicialmente uma confusão anatômica nas sereias que são encontradas nos vasos e ânforas antigos como pássaros ou peixes sem distinção, muitas vezes, de sexo. É a obra de Homero que reúne o maior número possível de elementos do mito e que contém dados religiosos anteriores ao século VIII a.C. que se encontravam dispersos. O mito das sereias conhece assim uma feminização crescente associada à travessia de marinheiros articulada, por sua vez, a uma dicotomia cósmica relativa ao mundo subterrâneo dos infernos ou ao mundo celestial dos cantos.

No Brasil, o mito foi propagado pelos navegadores, difundindo-se por largas áreas geográficas e mesclando-se a lendas indígenas e africanas. No princípio, os monstros marinhos eram masculinos e chamavam-se Ipupiaras, homem peixe que levava os pescadores para o fundo das águas devorando-lhes a boca, o nariz, as pontas dos dedos e os genitais. Os cronistas dos séculos XVI e XVII registraram a presença desses homens-peixe nas águas brasileiras. Kirimurê-Paraguaçu, a Baía de Todos os Santos, que mudou de nome após a passagem da esquadra de Gonçalo Coelho, com o cosmógrafo italiano Américo Vespúcio, que aportou no Brasil em 1° de novembro de 1501, era palco de crenças e lendas dos índios tupinambás. Ao nível das lendas indígenas, Ipupiara se transformou no século XVIII, na sedutora sereia Uiara ou Iara. Muitos pescadores brasileiros, principalmente nos rios do norte do país, contam histórias de moços que cediam aos encantos da bela Iara e terminavam afogados de paixão em direção de sua casa no fundo das águas.

Com a chegada dos africanos, a partir do século XVII, os Ipupiaras deram lugar a uma entidade iorubá que passou a ser conhecida no Brasil como Iemanjá. Na África, tinha como nome Yey Omo Eya, sereia azul e branca, com longos cabelos negros, que já personificava a ternura materna para com seus filhos que eram peixes.

Jorge Amado, em *Mar morto*, apresenta o trajeto histórico da sereia africana no Brasil. De todas as formas, ele indica como a temática do exílio funciona como núcleo cultural que dirige a emergência das narrativas sagradas; ela determina uma relação história/mitologia que descreve o deslocamento, com a consequente

reterritorialização dos povos africanos, " desterrados de outras terras", através dos componentes míticos que desmaterializam a história vivida em proveito de uma história imaginada.

> O oceano é muito grande, o mar é uma estrada sem fim, as águas são muito mais que metade do mundo, são três quartas partes e tudo isso é de Iemanjá. No entanto, ela mora é na pedra do dique do cais da Bahia ou na sua loca em Mont Serrat. Podia morar nas cidades do Mediterrâneo, nos mares da China, na Califórnia, no mar Egeu, no golfo do México. Antigamente ela morava nas costas da África que dizem que é perto das terras de Aiocá. Mas veio para a Bahia ver as águas do rio Paraguaçu. E ficou morando no cais, perto do Dique, numa pedra que é sagrada. (AMADO, 1996, p. 67)

Os índices topográficos das novas terras de Iemanjá servem para dizer a história, relativizando o mito. Iemanjá instaura a relação do maravilhoso, destinado a reterritorializar pelos elos sagrados que unem os afrodescendentes em torno de uma formação cultural comum. Exercendo poder, ela, como deusa, toma posse do *topos* geográfico e do *topos* imaginário das comunidades desterradas dos antigos escravos. Ao mesmo tempo, o deslocamento da entidade abre igualmente uma temática de processo, relativa à mestiçagem, ao hibridismo, pois Iemanjá vem "ver as águas do rio Paraguaçu", e esse encontro sinaliza a grande temática mítica de encontro entre povos diferenciados que marca a genuína narrativa da americanidade: o africano e o índio, Aiocá e Paraguaçu.

O maravilhoso híbrido de Iemanjá refere-se à criação de uma utopia, para os povos desterrados e excluídos do sistema político-social, relacionada à existência de um reino acolhedor onde a deusa exerce suas funções ambivalentes de mãe e esposa. Nesta semântica da ambivalência, está contido o mito da origem da sereia. Se, na África, ela proporciona o nascimento dos rios, em seu novo mundo, ela cria uma baía (BTS).

> Iemanjá é assim terrível porque ela é mãe e esposa, Aquelas águas nasceram-lhe no dia em que seu filho a possuiu. Não são muitos no cais que sabem da história de Iemanjá e de Orungã, seu filho [...] Foi o caso que Iemanjá teve de Aganjú, deus da terra firme, um filho, Orungã, que foi feito deus dos ares, de tudo que fica entra terra e o céu. Orungã rondou por estas terras, viveu por esses ares, mas os eu pensamento não saía da imagem da mãe, aquela bela rainha das águas. Ela era mais bonita que todas e os desejos dele eram todos para ela. E, um dia, não resistiu e a violentou. Iemanjá fugiu e na fuga seus seios se romperam, e assim, surgiram as águas, e também essa Bahia de Todos os Santos. E do seu ventre, fecundado pelo filho, aqueles que mandam nos raios, nas tempestades e trovões. Assim Iemanjá é mãe e esposa. Ela ama os homens do mar como mãe enquanto eles vivem e sofrem. Mas no dia em que morrem é como se fossem seu filho Orungã, cheio de desejos, querendo seu corpo. (AMADO, 1996, p. 70)

O povo do mar, desterrado e excluído, sonha com esse encontro com sua rainha, a rainha de Aiocá. A ambivalência da entidade determina a aparição de múltiplos símbolos, relacionados à instrumentação e às técnicas utilizadas nos rituais aptos a permitirem a comunicação com a deusa do mar na terra. Gilbert Durand (1969), em seu regime diurno do imaginário mundial, situa a simbologia da tecnologia das armas, vinculada à sociologia do mago e do guerreiro, associada aos rituais de elevação e de purificação. Eis, então, a natureza dos rituais para essa mãe d'água:

> O som dos instrumentos ressoa por toda a península de Itapagipe. Os músicos estão excitados também, como todos os que assistem a esta macumba do pai Anselmo em honra de Iemanjá. Faz meses que estas negras, que hoje são feitas, foram iniciadas. Primeiro deram a todas elas um banho com as folhas sagradas, rasparam-lhes os cabelos da cabeça, das axilas, do púbis, para que o santo mais livremente possa penetrar, e então veio o efun. Tiveram as cabeças pintadas e também as faces com cores berrantes. Receberam então Iemanjá que penetrou nelas ou pela cabeça ou pelas axilas ou pelo púbis. (AMADO, 1996, p. 74)

Os rituais põem em cena um conjunto de símbolos para as técnicas de purificação comandadas pelo mago pai Anselmo. A iniciação implica em uma modificação do corpo (raspar os cabelos e os pelos, tomar banho de folhas e beber infusões) e de comportamento consistindo em se passar muitos meses isolada do mundo, em um terreiro, a fim de se cortar os elos com a vida mundana e de se promover uma comunhão espiritual com a Orixá. Esta é dona dos mares e entretém relações diferenciadas com os segmentos dessa comunidade reterritorializada. Iemanjá, para todos, é a *senhora dos oceanos;* para os canoeiros, ela é *Dona Janaína;* para os pretos, seus filhos mais diletos, e que a temem mais que todos, ela é Inaê ou Princesa de Aiocá, quando há a necessidade de se distinguir espacialmente os continentes; enfim, são as mulheres do cais, casadas ou da vida, que a chamam de Dona Maria. Sua identidade é então repartida, na medida em que cada nome encaminha uma espécie distinta de relação com a comunidade, também segmentada, e orienta seus novos destinos em novas direções. A vitalidade orgânica que a deusa ganha no Novo Mundo é o melhor testemunho desse hibridismo, onde se estabelece uma dialética entre o uno e o diverso e onde o objeto fundador de uma cultura passa pelo crivo de vários olhares, e vai ressurgindo modificado em momentos e espaços distintos.

Nessa narrativa mítica, há a questão do destino como uma figura primordial ligada à figuração da Orixá, através da existência dos pescadores e marinheiros. O destino desses viajantes está escrito com a morte no mar, que é uma passagem a outra vida, no reino de Iemanjá. Metaforicamente, é o destino das culturas hibridizadas, nas suas reviravoltas imprevisíveis, em função dos processos de reterritorialização.

Nessa baía, nascida do rompimento dos seios de uma mãe possuída por seu filho, as relações de contiguidade mar-amor-morte determinam o perfil heróico de bravos marinheiros. (ARAÚJO, 2003, p. 77-78) Nesse realismo romântico, a baía feminizada serve de cenário para os amores dos marinheiros que vencem as tempestades, cujos gemidos se confundem com o ruído musical das viagens ao mar, produzido pelos ventos. O protagonista Guma opta pelos impulsos aventureiros das viagens no mar, e renuncia à vida sedentária da cidade, que lhe é oferecida pelos tios de Lívia que se torna sua mulher. Justamente, Araújo (2003, p. 81) já assinalou que os trechos que representam o rapto de Lívia por Guma são investidos de uma semântica odisseia que lembra a celebração de Ulisses vencendo as intempéries de sua viagem.

## *A bravura de Guma*

Guma assumiu a vida aventureira das viagens no mar e renunciou à tranquilidade sedentária na cidade. Assim, a representação de suas viagens na baía segue uma dinâmica que acentua sua bravura diante dos elementos naturais. Guma sempre esteve agitado "em carreiras doidas", "enfrentando o vento enfurecido" e, quando se afastava muito, buscava enxergar o quebra-mar e o forte velho, as referências para a chegada tranquila ao cais. As corridas permitiam a Guma refletir sobre a vida que devia seguir na Terra (ser ogã de seu candomblé, cantar os cânticos de dona Janaína, ter um filho), e sobre a passagem para o reino da sereia que deveria acontecer, como uma ordem do destino, em algum momento. Por isso, "força e maneja o leme" do saveiro Valente, que "rodopia desarvorado", lutando contra o vento, as águas, e contra "seu corpo que treme de frio". (AMADO, 1996, p. 64) Nessa corrida, ele salvou o navio Canavieiras, à deriva na tempestade, recebendo o comando de um inglês, e dando ordens, passando, assim, a figurar na lista dos heróis do cais.

Em outro momento, Guma navegava com um companheiro ferido, Traíra, procurado pela polícia, por ter matado um rapaz numa briga. Em outro ato de bravura, "desliza sobre a água azul", e, com a mão firme no leme, ia "correndo", o mais que podia para buscar socorro para o marinheiro que agonizava em seu porão. A BTS torna-se novamente espaço fundador de um herói que prova sua coragem pessoal, enfrentando não apenas a natureza, mas sobretudo a força e o poder da Mãe-d'água que é a soberana na vida dos marinheiros, decidindo sobre seus direitos de vida e de morte. Aí se centra a essência do homem do mar orientando sua práxis na direção de uma busca/descoberta dos liames imprescindíveis entre natureza e sobrenatureza como princípio instaurador de construção de um mundo novo. Abandonando a sensação ideológica de regulação da vida, que parece reinar na cidade, com suas luzes elétricas, os marítimos recorrem ao maravilhoso da insubordinação existencial

para reinventar suas cenografias de vida onde podem reencarnar novos papéis suscetíveis de contestar a miséria e a opressão que modelam as realidades dos povos dessas terras conquistadas nas Américas.

Para ampliar a imagem do herói marítimo, as apostas do mercado são ressaltadas e, principalmente, desde que Guma provou sua bravura e se tornou objeto de admiração. Ele corria com o Valente e disputava com Mestre Manoel que comandava o Viajante sem Porto. Neste, cantava Maria Clara cujo ritmo "compra o vento e o mar" e impulsionava os movimentos dos saveiros:

> Corre, corre, meu saveiro
> Corre, corre contra o vento
> Corre, corre, meu saveiro,
> Corre, corre mais que o vento.
> (AMADO, 1996, p.151)

A corrida é representada através de metáforas sensitivas aptas a conciliar os ritmos musicais das mulheres dos marítimos, Maria Clara e Lívia, cujas vozes belas se confundiam com as belas velas. O cheiro amoroso do mar funciona assim como mote da bravura, impulsionada pelas belas vozes das mulheres que, como metonímias da rainha do mar, aderem ao destino sem poder modificá-lo. Aproximavam-se da Ilha de Itaparica, "uma mancha verde no mar azul" e onde os mestres de saveiro já podiam mirar as pedras do fundo. E a corrida continuava através de uma representação plástica que convida o leitor a visualizar e a escutar as façanhas dos heróis.

> Os saveiros vão na mesma reta. O vento os leva, os homens ajudam. Qual chegará primeiro? Ninguém o sabe, Guma está dando tudo, Maria Clara canta, Lívia volta a cantar. E o Valente avança mais um pouco. Mas Mestre Manuel se curva no Viajante sem Porto e toma a dianteira. (AMADO, 1996, p. 152)

Mas Guma ganhou a corrida, pois fez algo que ninguém jamais realizou: virou na curva fechada bem por cima da coroa de pedras, que roçou no casco da embarcação, e chegou triunfante ao "miserável" cais de Mar Grande onde os pescadores saudavam aquele que teve a coragem de empreender uma tão difícil façanha. Um velho pescador enunciou uma avaliação racional:

"- Ele ganhou, mas o outro é melhor marinheiro. Um marinheiro não deve jogar seu barco tão em cima das pedras." (AMADO, 1996, p. 152)

Nessas passagens, existe o vetor privilegiado do cotidiano dos marítimos, as corridas contra o vento, marcando uma expertise de manejar o leme, sendo capaz de acentuar a familiaridade dos heróis com seu espaço aquático. Na visada do protagonista Guma, a errância nesse mar do entorno da BTS leva ao ultrapassar de seus limites pessoais, fazendo-o rejeitar a vida estabilizada da cidade que os tios de

Lívia estão sempre lhe oferecendo, através de um emprego fixo no seu comércio. Instaura-se então nessas passagens o feixe semântico da travessia que, embora se dê apenas dentro de uma baía (Guma não tem condições de se aventurar no oceano dos grandes navios), permite a abertura de questionamentos ontológicos acerca da natureza de tantos deslocamentos que fogem dos roteiros da racionalidade, e levam o leitor a apreciar os balizamentos identitários dos descendentes de escravos africanos no Recôncavo baiano. Eis porque *Mar Morto* desdobra tantos cenários literários de lirismo sensitivo refletindo os movimentos de seus personagens em consonância com os movimentos dos elementos naturais.

## *O lirismo no trabalho*

Torna-se igualmente significante a representação do trabalho dos marítimos em torno da BTS. Esta, como templo de heróis neorromantizados (ARAUJO, 2003, p. 76) que testemunham o mistério de uma geografia indecifrada, de onde emergem música e amor, mas também a morte, é igualmente um cenário de ganha-pão.

Por um lado, permite, na cercania do cais, o encontro do povo de Iemanjá, os velhos marinheiros que remendam velas, os ex-marinheiros que não encontram mais trabalho, viúvas prostituídas, em razão da morte dos maridos, feirantes e botequineiros, cujo labor forma uma geografia cultural que aparece como a negação da sociedade organizada da cidade alta, configurada como dominante. Como o diz Albuquerque Júnior (1999, p. 212), "[...] a proposta de Amado é captar a identidade do país e de sua cultura, e captar sua singularidade a partir de uma busca das raízes populares, da realidade do povo [...]" Dessa forma, esse povo de Iemanjá possui uma espontaneidade produtora de códigos de sociabilidade e sensibilidade que o narrador começa por apresentar, mas afirmando que ele não é a melhor voz para transmitir tantos códigos culturais que um homem da terra não domina.

> Vinde ouvir essas histórias e essas canções. Vinde ouvir a história de Guma e de Lívia que é a história da vida e do amor no mar. E se ela não vos parecer bela, a culpa não é dos homens rudes que a narram. É que a ouvistes da boca de um homem da terra, e, dificilmente, um homem da terra entende o coração dos marinheiros. (AMADO, 1996, p. 1)

O narrador convoca os leitores a vir ouvir histórias e canções, mas se apresenta como um estranho, um homem da terra, que pode não ter a mesma compreensão dos marinheiros, de tal forma que a estória possa ter uma aparência de trama relatada por "homens rudes". Mas, assim, o narrador evoca uma memória cultural, consolidada

em torno da baía e personificada em sua narrativa, propondo a seus leitores o pacto de juntos percorrerem a vida desses seres populares que constroem uma cultura rica de saberes relativos à geografia, à história do Recôncavo baiano e aos processos comunitários que aí se desenvolvem.

O universo dos mestres de saveiros, inicialmente observado pelas travessias lúdicas ou correrias de bravura, na ajuda dos companheiros, se expande em um universo complexo de relações de trabalho. Os mestres de saveiro transportam mercadorias; de Maragogipe, trazem charutos e fumo para a capital; de Mar Grande, carregam pescados. Essa é a rota mais difícil, por causa dos arrecifes, e é o lugar da baía onde Iemanjá gosta de levar seus marinheiros: "Roteiro difícil de Mar Grande, que já engoliu tantos corpos.!" (AMADO, 1996, p. 155)

Nesses saveiros, eles transportavam igualmente veranistas e turistas que iam conhecer Cachoeira, embora as lanchas a motor já começassem a substituí-los, tornando-lhes a vida mais difícil. Numa noite de temporal, os saveiros viraram com vários turistas, alguns sendo devorados pelos tubarões. Guma e Mestre Manoel foram para o mar tentar salvar os náufragos, e o narrador inicia uma descrição bastante realista, testemunhando o perigo da travessia nas embarcações precárias desses marinheiros. Imediatamente, Guma avistou os destroços de três saveiros e lutou contra o temporal que, personificado, "[...] tentava naufragar os que vinham salvar". (AMADO, 1996, p. 182) A plasticidade visual das cenografias dos naufrágios instaura relações bastante acentuadas de horror, fazendo emergir as sinédoques corporais como efeito da força da natureza: um pedaço de braço boiava, pedaços de vestido, um homem com a perna arrancada pelo tubarão, cadáveres. Em seguida, ocorre um retorno à ação, pois Guma mergulha com a faca na boca, por debaixo do tubarão, para salvar Rufino, seu vizinho; consegue aniquilar o peixe, não sem antes receber um golpe com o rabo que o deixa quase sem sentidos. Mas novamente vence uma prova de bravura e volta com os outros procurando cadáveres, pois familiares esperavam no cais ter notícias de seus parentes.

Mas mesmo investido de todo semantismo de bravura, Guma começava a mostrar sinais de fragilidade diante da natureza. Numa noite de temporal, seu saveiro Valente naufragou. A dinâmica textual coloca o "vento" na posição de sujeito, à medida que age e domina o mar: "ele encrespa as águas, gosta de brincar com os saveiros, destroncando os pulsos daqueles que vão nos lemes". Este vento ativo apagava as lanternas, silenciava as canções, destruía, e assanhava os tubarões para vir devorar os corpos daqueles que conseguiam se desgovernar totalmente. Guma perdeu seu controle, mas Mestre Manoel conseguiu salvá-lo e trazê-lo para o cais.

Esta é uma peripécia que dá início à discussão sobre a mudança das relações de produção no cais. Guma comprou outro saveiro, O Paquete Voador, mas não conseguia pagar a seus credores, pois o trabalho de transportar mercadorias e passageiros em saveiros tornava-se escasso. A baía dos veleiros começava a mudar

de feição, sendo ameaçada pela modernidade das embarcações a motor. O mundo do capital e do trabalho vinha modificar o território aquático da cultura popular, de origem africana, cujo lirismo mítico não apresentava instrumentos nítidos de rebeldia e luta para uma modificação efetiva das relações de trabalho.

## *A morte no mar da baía*

O mar da Bahia começava a pertencer a estrangeiros que vinham com seus grandes navios para contrabandear. Um deles, Toufik, o árabe , vencera mares de areia, e vinha se instalar no mar da Bahia, incorporando totalmente a cultura popular dos mestres de saveiros, pois conhecia todos e sabia, como ninguém, os nomes de todos os barcos.  Toufik convenceu Guma a trabalhar para seu patrão Murad, mostrando-lhe que poderia começar a transportar mercadorias de contrabando que lhe daria o dinheiro suficiente para pagar o barco e poder iniciar um negócio, na cidade, com os tios de Lívia, livrando-se, assim, dos perigos da vida no mar.

Numa dessas viagens de trabalho, Guma partiu, levando o filho do patrão Antonio, em sua embarcação. Foram novamente surpreendidos por um temporal que dominava os mares. Guma se salvou, mas o filho do árabe ficara no mar e seu pai implorou a Guma para ir buscá-lo. Nesse momento, a cenografia de narratização da bravura de Guma salvando Antonio e tentando evitar sua morte indica mais uma mudança de ritmo no romance, com a gestualidade rápida da luta pela vida no mar.

O vento agia ainda "os puxando", mas viam o Farol da Barra iluminando como uma salvação. Em seguida, avistaram o porto de Santo Antonio. Mas o saveiro, muito carregado de sedas, foi levado para cima dos arrecifes onde os tubarões esperavam suas presas. Guma conseguiu chegar no porto de Santo Antonio, com Toufik nas costas, sendo guiado por uma réstia de luz do Farol da Barra. Mas o filho do árabe ficou no mar e, diante das súplicas do pai, Guma voltou, exausto, para buscá-lo.

Nota-se a importância da gestualidade e das condições físicas do marinheiro, nesse episódio de seu desaparecimento. Ele sentia dificuldades em nadar, pois já se encontrava esgotado da travessia, "[...] nadara com Toufik nas costas, nadara contra as águas e contra o vento". (AMADO, 1996, p. 238) As forças lhe faltavam, mas avistou Antonio no casco do saveiro, como o "corpo de uma baleia". Guma nadou até trazer Antonio perto da praia, correndo dos tubarões, "cortando as ondas". Lutou contra os peixes ferindo um, mas eles o levaram para junto do casco emborcado do Paquete Voador.

A tempestade serenou e Iemanjá "estendeu seus cabelos sobre o lugar onde Guma desapareceu" Os braços de Guma sempre tiveram ligados à temática dual da força e da impotência, da vida e da morte; os braços da vida traziam o socorro e salvavam, os braços do desespero e da morte foram aqueles quando o marinheiro

perdeu o controle de seus movimentos e foi apanhado pelos peixes. A aproximação simbólica entre os braços noturnos do vento, que "atraiam, puxavam, varriam o barco", e a água, por uma propriedade comum de fluidez, ganha importância por indicar uma mudança de natureza, a desencarnação. Se a natureza humana se torna outra pela fusão com o impalpável, ela pode se converter religiosamente, se tornar emblema espiritual e símbolo de salvação. Outro paralelo significativo, ao lado deste da noite com a água, é o da água e da cabeleira que, pela fluidez, participa do desaparecimento do corpo humano e da transformação de sua natureza, indo viver no reino encantado da sereia. É como se a natureza selvagem, que foi cúmplice dos construtores dos países, se transformasse em inimigo indomável e passasse a compactuar com os novos interesses estrangeiros que vinham se introduzindo na paisagem marítima da baía.

## *O milagre no mar*

Em *Mar morto,* a narrativização da morte sinaliza também uma invenção de vida, uma transformação de natureza e uma desrealização de coisas fixas que possa permitir reencarnações e vocalizações de registros culturais dispersos ou em via de extinção. Assim se passa com o *milagre* final, em que Lívia não foi para a prostituição como as outras. Lutou pelo seu direito de trabalhar e foi enfrentar o mar para ganhar sua vida. Nesse sentido, o *milagre* é que ela incorporou Iemanjá dos cinco nomes, o que significa que, tanto as mulheres como as comunidades marginalizadas, se associam miticamente para reverterem a situação de miséria e de abandono.

> Estrela matutina. No cais o velho Francisco balança a cabeça. Uma vez, quando fez o que nenhum mestre de saveiro faria, ele viu Iemanjá, a dona do mar. E não é ela quem vai agora de pé no Paquete Voador? Não é ela? É ela, sim. É Iemanjá quem vai ali. E o velho Francisco grita para os outros no cais:
> - Vejam! Vejam! É Janaína.
> Olharam e viram. Dona Dulce olhou também da janela da escola. Viu uma mulher forte que lutava. A luta era seu milagre. Começava a se realizar. No cais os marítimos viam Iemanjá, a dos cinco nomes. O velho Francisco gritava, era a segunda vez que ele a via.
> Assim contam na beira do cais.
> Rio de Janeiro, junho de 1936.
> (AMADO, 1996, p. 256-257)

A figura mítica do mar, Iemanjá, recebeu um novo impulso que põe em evidência uma dinâmica metafórica comportando várias possibilidades significativas, e criando novas coesões para o efeito simbólico da trama de *Mar morto,* que mostra

exatamente, nos dias atuais, como muitas mulheres, em torno da baía de Todos os Santos, se lançam no mar para pescar, após a morte de seus esposos.

A temática aquática constitui efetivamente um exemplo vivo e concreto, na literatura brasileira, das tensões dialéticas das origens, de tal forma que essas constelações semânticas em torno das expressões de metamorfose dos elementos naturais – vento, água, ondas, arrecifes, quebra-mar – determinam um certo caráter mítico das culturas postas em relação em torno da BTS, funcionando como verdadeiro núcleo produtor de sociabilidade. É assim uma relação *história/mitologia* que descreve o deslocamento, com a consequente reterritorialização dos povos africanos, através dos componentes míticos que desmaterializam a história vivida em proveito de uma história imaginada. E, assim, nessa literatura de predominância neorromântica, a baía é dada como matéria impalpável, enquanto natureza instável, composta de luz e música, mas, como um lugar de aventura, estrada perigosa e de mistérios, contrastando com as estradas já conquistadas do continente, permitindo a eclosão das imprevisibilidades, aptas a mostrar as possibilidades de invenção cultural. A escrita de Amado aparece, então, como um lugar privilegiado de relações significantes múltiplas: oral, musical, visual, tátil; ela tenta impedir a perda dos cantadores e contadores de estórias, e projeta a oralidade e a musicalidade popular, condenadas como formas de expressão inferior, no primeiro plano da memória nacional.

## *Referências*


ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes.* Recife: FJN, Massangana; São Paulo, Cortez, 1999.

ARAÚJO, Jorge de Souza, *Dionísio & Cia, na moqueca de dendê.* Rio de Janeiro; Relume Dumará, ; Salvador, Bahia, Academia de Letras da Bahia, 2003.

AMADO, Jorge. *Mar morto.* 71. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BERND, Zilá (Org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas.* Porto Alegre: Tomos; UFRGS, 2007. p. 570-576.

BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire.* Paris: BORDAS, 1969.

KIRIMURÉ-PARAGUAÇU. *Correio da Bahia,* 4 nov. 2001. Caderno Repórter.

SALAH, Jacques. A cidade como personagem. In: FRAGA, Miriam (Org.). *Bahia, a cidade de Jorge Amado.* Salvador: FCJA: Carlos Costa Pinto, 2000. p. 85-104.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil de 1587.* 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

SOUZA, Licia Soares de. Forças e fragilidades de Porto dos Milagres: adaptação televisiva de Mar Morto. In: GODET, Rita Olivieri; PENJON, Jacqueline (Org.). *Jorge Amado: leituras e diálogos em torno de uma obra.* Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004. p 265-277.

______. Formações culturais em Mar Morto e Menaud maître-draveur. In: SOUZA, Licia Soares de; OLIVEIRA, Humberto (Org.). *Heterogeneidades:* Jorge Amado em diálogo**.** 2. ed. Feira de Santana: UEFS, 2003. p. 219-252.

______. *Sereia*. In: BERND, Zilá (Org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomos; UFRGS, 2007. p. 570-576.

______. *Utopies américaines au Québec et au Brésil.* Québec: l'Université Laval, 2004. (Americana).

Boy-
peba

I: dos frades

I: do medo

TERRAS
DE DO
ALVAR
RODA
COS
TA

Bahia de
todolos sã
tos

I
T
CA
P
A
R
I
C

6 braças
de preamar
dagoas vivas

P: de

TERRAS DE DO ALVARO DA COSTA

Bahia de todolos sãtos

Boypeba

I: dos frades

I: do medo

6 braças de preamar dagoas vivas

# *Imagens da Ilha de Itaparica e do Recôncavo baiano em "Viva o povo brasileiro"*

*Rita Olivieri-Godet*

> "Onde fica mesmo o Brasil, sabendo-se que certamente isto aqui é Brasil, mas não é todo o Brasil, e pode o bom soldado ignorar onde fica o Brasil?"
> João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*

> "No meio em que nascera e com a educação que estava recebendo, o menino estava fadado a sobressair, pois, no Brasil independente e moderno, era cada vez mais pujante a ignorância, mais imperante a estupidez e mais universal a flacidez moral."
> João Ubaldo Ribeiro, *O albatroz azul*

Parte significativa da obra de João Ubaldo Ribeiro é baseada na representação literária de um espaço geográfico, a ilha de Itaparica, tema social das narrativas que vão integrá-lo, a partir de uma perspectiva dialética entre sua dimensão real e sua dimensão simbólica. A imagem da ilha é privilegiada pelo autor em sua busca de representação do mundo no texto: ou as narrativas reconstroem esse espaço, insistindo nas semelhanças com a realidade, embora sem se restringir a uma representação realista (*Viva o povo brasileiro, O sorriso do lagarto, Miséria e grandeza do amor de Benedita, O albatroz azul*), ou assumem deliberadamente o caráter imaginário de sua construção (*O feitiço da Ilha do Pavão*).

No romance *O albatroz azul*, publicado em 2009, o escritor mais uma vez revisita esse espaço para elaborar uma reflexão sobre a inexorabilidade do tempo e o longo aprendizado da vida e da morte. O romance evoca imagens de um certo Brasil, ao projetar uma Bahia cujo quotidiano assenta-se num sistema cultural popular marcadamente convivial. A dimensão lírica prevalece na evocação do espaço da natureza no qual se integram os atores sociais como se também eles fizessem parte dessa paisagem. O espaço físico e cultural da Ilha e do Recôncavo emerge através de uma visão poética e nostálgica, de uma outra temporalidade.

> Assim contemplada do Jardim, a enchente da maré engana os olhos e a mente, na hora em que o sol já invade tudo o que se descortina, esbatendo tons de açafrão reluzente entre as folhas das amendoeiras, as ameias da Fortaleza e os contornos das nuvens. Muitas embarcações vão aproveitando o empuxo da correnteza e bordejam o lado fronteiro no prumo da Ilha, embora grande parte já de longe talhe derrota para os portos de dentro do Recôncavo e outra parte aproe afora depois de costear a leste, o velame alvo ou ocre pálido panejando contra o azul-escuro das águas mais fundas da baía. Ajuntamento de mariscadores bulindo lá e cá como formigões vagarosos, curvados sobre a areia ou de joelhos em crateras de lama almiscarada, estalos e gorgolejos borbotando todo o tempo do vasto baixio que se funde com o horizonte, a maresia robustecida pelo sargaço amontoado ao pé do cais – e a enchente igual a um bicho engatilhado,

que finge dormir mas está de bote armado, pressentida apenas no ronco do marulho longínquo. (RIBEIRO, 2009, p. 73-74)

Não nos deteremos aqui no último romance em data de João Ubaldo Ribeiro, apenas o evocamos para mostrar que o imaginário da Ilha e do Recôncavo continua a ocupar um lugar central na sua ficção. Ao mesmo tempo, os elementos que constituem esse imaginário aparecem revestidos de uma aura de passado. Diante da realidade caótica e cruel engendrada por uma ideologia de progresso neoliberal, pautada nas referências culturais de uma ordem global que impera no presente, o espaço pleno de humanidade evocado pelo romance pode surgir, aos olhos do leitor atual, como um mundo em via de extinção. No entanto, o romance aposta nas imagens simbólicas da renovação, tomando o espaço físico e cultural da Ilha como referências centrais na construção de um imaginário que entoa um hino à força vital da existência e às coisas simples da vida, como se tentasse perpetuar através dessas imagens, a memória de um outro mundo possível e fugidio.

> O sol amanhece sobre as águas silenciosas da baía e todos os matizes faíscam por cima das ondas, dos topos das árvores, do casario suspenso entre as brumas da aurora, dos campanários, das velas de um saveirinho aqui e acolá. Os cheiros são mistura almiscarada de maresia, peixe fresco, comida de tabuleiro e mingau, café torrado, bosta de vaca, lama do mangue, melaço de cana, aroma de flores. O que se ouve são barulhos enganosamente próximos, trazidos pelos ecos sobre as colinas, descampados e coroas, gritos dos pescadores que, depois de passarem a noite nus, trabalhando no meio do mar, agora celebram ter peixe para vender e embicam ruidosamente as canoas para a rampa do mercado, atitos de bem-te-vis e sanhaços, zumbidos de moscas, a lambida sonolenta da água nos costados dos barcos apoitados, o zizio de uma faca sendo amolada na pedra. (RIBEIRO, 2009, p. 236)

## *O espaço insular*

Para uma ficção que examina o processo de construção da identidade brasileira, o espaço circunscrito da ilha funciona como uma metáfora do país em sua totalidade. A ilha figura, de maneira enfática, a limitação das fronteiras espaciais e culturais de todo território que se constitui como nação, com um povo, uma língua e referências culturais que se afirmam como distintos dos outros. A figuração de uma imagem insular do país nos remete a suas origens históricas, explorando as tensões entre as imagens reais e utópicas da ilha Brasil, tecidas através do tempo. Abordaremos a

representação espacial da Ilha de Itaparica e do Recôncavo a partir de uma leitura da obra-prima de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro* (1984).[1]

> Em o Brasil, Província desejada
> Pelo metal luzente, que em si cria,
> Que antigamente descoberta e achada
> Foi de Cabral, que os mares discorria,
> Perto donde está hoje situada
> A opulenta e ilustríssima Bahia,
> Jaz a ilha chamada *Itaparica*,
> A qual no nome tem também ser rica.
> (ITAPARICA, *Descrição da Ilha de Itaparica*)

A maior parte das ações de *Viva o povo brasileiro* ocorrem num espaço ficcional que se apropria das características de uma realidade geográfica – a ilha de Itaparica e a região do Recôncavo do Estado da Bahia, onde está situada. No entanto, se a narrativa tem como base referencial a ilha de Itaparica, a configuração desse espaço microscópico não se restringe a uma representação realista. Ela adquire um caráter simbólico e evoca, de uma maneira mais geral, o espaço identitário do país. A construção ficcional desse espaço engloba referentes que pertencem à memória histórica e cultural da comunidade, de tal forma que o que é reelaborado pelo romance é mais um espaço identitário do que um território geográfico.

Contrariamente ao que se poderia esperar, a ordem espacial que emerge dessa representação está longe de ser homogênea. Há uma relação que se estabelece entre os diferentes grupos sociais e as unidades do espaço que ocupa. Lidamos com uma hierarquização do espaço que revela a coexistência de vários projetos identitários em conflito. O território da ilha ficcionalizado engloba, de fato, territórios identitários múltiplos. Além disso, a escolha de um lugar que desempenhou um papel fundamental na formação da sociedade brasileira, em especial no que se refere aos acontecimentos da luta pela independência política do país, torna possível a projeção no espaço de uma construção histórica que a narrativa vai se empenhar em questionar.

Além da ilha de Itaparica e a região do Recôncavo baiano serem lugares em que ocorreram acontecimentos marcantes da história do país, sua dimensão simbólica está reforçada pelo fato de estarem na origem das primeiras inscrições poéticas da natureza brasileira. Tanto o poema *Ilha de Maré* de Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) como o de Manuel de Santa Maria Itaparica (1953) *Descrição da Ilha de Itaparica* tomam esse espaço do Recôncavo como referência e deixam marcas nas descrições literárias da natureza brasileira. Os dois autores apressam-se em afirmar a

1 Este artigo retoma parte do texto *A ilha de João Ubaldo: a construção do espaço em "Viva o povo brasileiro"* publicado no livro de nossa autoria *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro,* 2009.

veracidade de suas descrições, mas eles nos deixam uma visão predominantemente idealizada de seu local de nascimento que só vem reforçar o mito fundador do Brasil, "Jardim do Éden".

No entanto, se esses dois poemas são citados frequentemente como as primeiras inscrições da natureza brasileira na poesia[2], a eles cabe acrescentar o soneto atribuído a Gregório de Matos. Encontra-se na produção poética desse poeta barroco um soneto escrito num registro de linguagem bem diferente dos dois citados, mas que já se empenhava em elogiar a ilha de Itaparica:

> Ilha de Itaparica, alvas areias,
> Alegres praias, frescas, deleitosas,
> Ricos polvos, lagostas deliciosas,
> Farta de Putas, rica de baleias.
>
> As Putas tais, ou quais não são más preias,
> Pícaras, ledas, brandas, carinhosas,
> Para o jantar as carnes saborosas,
> O pescado excelente para as ceias.
>
> O melão de ouro, a fresca melancia,
> Que vem no tempo, em que aos mortais abrasa
> O sol inquisidor de tanto oiteiro.
>
> A costa, que o imita na ardentia,
> E sobretudo a rica, e nobre casa
> Do nosso capitão Luís Carneiro.[3]

À exceção de elementos que correspondem à vertente licenciosa da obra do "Boca do inferno", todos os outros são também objeto de apologia no longo poema de Santa Maria de Itaparica: o mar, o sol, as frutas, os frutos do mar, os peixes, as baleias, cuja pesca vai ser longamente descrita pelo poeta. *Viva o povo brasileiro* vai fazer alusão à pesca da baleia como um "ciclo econômico da ilha".

Essa passagem por textos que são construídos a partir da representação da ilha de Itaparica era, em nosso entender, indispensável, considerando-se o intenso diálogo que o romance estabelece com a tradição literária brasileira. A obra de Ubaldo retoma elementos presentes nos primeiros textos literários que, para fazerem o elogio da exceção da terra brasileira, baseiam-se no referencial da região do Recôncavo: Itaparica, mas também outras ilhas e ilhotas da Baía de Todos os Santos

2 "As reservas que se possam opor à fórmula descritiva inaugurada entre nós com a 'silva' da ilha da Maré não devem dissimular este fato de notável significação: é através dela que a natureza brasileira, pela primeira vez, ganha de certo modo cidadania poética." (HOLANDA, 1991, p. 79).

3 "Descreve a Ilha de Itaparica com sua aprazível fertilidade e louva de caminho ao capitão Luiz Carneiro homem honrado, e liberal, em cuja casa se hospedou". (MATOS, 1999, p. 1120)

(Ilha dos Frades onde o romance situa na localidade de Ponta de Nossa Senhora, um subcapítulo do capítulo 16; Ilha do Medo e outras), bem como localidades e cidades que fazem parte desse "espaço ecossocial".[4]

Se olharmos de perto a topografia fictícia da ilha em *Viva o povo brasileiro,* constatamos que ela reforça a ilusão de realidade.[5] A ficcionalização do espaço baseia-se em elementos que imitam o espaço real, a começar por referências a lugares autênticos, incorporando nomes de diferentes localidades da ilha de Itaparica e das cidades da região do Recôncavo bem próximas da ilha como Cachoeira, Nazaré das Farinhas, Maragogipinho, Salinas e outras que se inserem todas num mesmo sistema ecossocial. A reprodução da evolução toponímica de Itaparica é um sinal externo da profundidade histórica da narrativa e do entrelaçamento entre estruturas espaciais e temporais. O restabelecimento dessa evolução toponímica vai nos permitir acompanhar os traços principais que são atribuídos a esse lugar.

Itaparica – "cerca feita de pedra" ou "cintura de pedra", topônimo indígena cujo sentido alude à presença de rochedos que cercam a ilha, rochedos que protegem das correntes e formam piscinas naturais – torna-se Vera Cruz de Itaparica no segundo capítulo do romance, que instaura uma ruptura na ação que se desenvolve entre os séculos XIX e XX e recua para o século XVII, no momento em que o Brasil era ainda uma colônia de Portugal. O significante desse topônimo, composto de palavras portuguesas e tupis, remete aos conflitos entre os índios e os colonizadores, mais precisamente à dominação do espaço indígena pelos jesuítas. A violência do processo colonizador é o fio condutor desse capítulo que apresenta a aculturação forçada, imposta aos índios pelos jesuítas. O *caboco* Capiroba, filho de uma índia e de um escravo fugido, é o personagem símbolo dessa condenação à morte, cultural e física, que pesa sobre a cabeça dos primeiros habitantes do país.

A encenação do confronto entre índios e jesuítas traduz-se na organização espacial: a Redução, território controlado pelos jesuítas, opõe-se à aldeia indígena e à maloca do *caboco* Capiroba. A Redução aparece como o espaço que aprisiona o índio, sujeita-o a uma nova religião, subjuga-o a novas tarefas, impõe-lhe hábitos que lhe eram desconhecidos. Um dos principais sinais desse aprisionamento em uma nova cultura é a imposição de um modelo linguístico. O exercício do controle da palavra pelas elites, condenando os povos dominados ao silêncio, é um tema recorrente no romance:

> Na doutrina da tarde, às vezes se ensinava a aprisionar em desenhos intermináveis a língua até então falada na aldeia, com a conseqüência de que, pouco mais

4 Expressão empregada por Antônio Risério que afirma que a "Baía de Todos os Santos, espaço ecossocial fundamental no processo histórico da construção do Brasil, revive e palpita com clareza e intensidade, na tela semiótica tecida por Ubaldo". (RISÉRIO, 1999, p. 91-92)

5 Para a análise do espaço fictício, recorremos a instrumentos metodológicos que nos foram sugeridos pela leitura do ensaio de Henri Mitterand (1980), *Le lieu et le sens: l'espace parisien dans Ferragus de Balzac*, e pela do artigo de Jacques Soubeyroux (1993) *Le discours du roman sur l'espace: approche méthodologique*.

> tarde, os padres mostravam como usar apropriadamente essa língua, corrigindo erros e impropriedades e causando grande consternação em muitos, alguns dos quais, confrangidos de vergonha, decidiram não dizer mais nada o resto de suas vidas, enquanto outros só falavam pedindo desculpas pelo desconhecimento das regras da boa linguagem. (RIBEIRO, 1984, p. 39)

Em *Viva o povo brasileiro* todas as relações de dominação são marcadas por tentativas dos representantes do poder de roubar a palavra ao outro para reduzi-lo ao silêncio dos povos subjugados. Nesse capítulo 2, o narrador faz a paródia dos princípios maniqueístas nos quais se baseia a catequese, de maneira a desvendar o etnocentrismo violento da missão dos jesuítas. A catequese praticada pelos jesuítas no espaço da Redução surge como "[...] uma espécie de inquisição antropológica do imaginário indígena". (CUNHA, 1993) Ela procura culpabilizar os valores da cultura indígena de modo similar ao que se observa nos *Autos* de José de Anchieta, parte integrante da memória literária do romance. O território da Redução surge como o espaço institucional do poder, representa a nova ordem social imposta pelos colonizadores.

Em oposição à Redução situa-se a maloca do *caboco* Capiroba que consegue fugir e esconder-se com suas mulheres e suas filhas. Ele constrói sua maloca num *apicum*, nome tupi que designa um local relativamente elevado, limite entre a terra firme e o mangue. O *apicum* reproduz, numa dimensão ainda mais microscópica, o isolamento da ilha. É um dos elementos constitutivos da topografia real da ilha de Itaparica simbolicamente reconstruído nesse capítulo como um desses locais escondidos em que o povo da ilha pode sobreviver e exercer sua liberdade, afastados do território controlado pelas elites:

> Se não indicasse a experiência que a guarda e engorda de gente era empresa de resultados duvidosos, teria de muito começado um pequeno criatório, no apicum cercado de mangue fechado onde agora residia praticamente todo o tempo. (RIBEIRO, 1984, p. 45)

É nesse habitat que o *caboco* Capiroba, que se tornou canibal por causa das narrativas que os jesuítas faziam sobre essa prática (segundo o comentário irônico do narrador), começa a caçar brancos para preparar pratos saborosos. O romance opta por uma encenação tragicômica que está longe de corresponder ao ritual indígena da antropofagia. Nesse capítulo, apesar das ligações que o autor estabelece entre o *caboco* Capiroba e o herói Macunaíma de Mário de Andrade e o recurso a procedimentos estilísticos modernistas, não se trata mais de retomar a metáfora modernista da antropofagia para afirmar uma particularidade da cultura brasileira que remete a uma determinada maneira de conceber as relações interculturais. Como bem observou Eneida Leal Cunha, a antropofagia que o *caboco* descobre com os

padres, é "[...] a antropofagia da gula/glutonaria, da violência assassina e da barbárie, como foi vista pelos catequistas". (CUNHA, 1993, p. 188) O que está em jogo, como observa com razão Eneida Leal Cunha, é a paródia da visão dos catequistas e dos textos dos cronistas que descreveram a antropofagia como barbárie. Por outro lado, a violência, tanto do branco como do índio, não deixa de nos lembrar que ela está inscrita na origem do processo de mestiçagem étnica e cultural do povo brasileiro.

Aos olhos de Capiroba, o branco colonizador não é mais do que um animal cobiçado, uma simples caça. Assim sendo, o todo poderoso invasor é vítima de um olhar que o priva de seu ser, que o reduz a uma coisa, a um animal, a um nada. Diante de dois holandeses[6] que "capturou", o *caboco* Capiroba se pergunta:

> Ah, então eram coisas diferentes, como se dava isto? O caboco comparou os dois com um olhar experiente. Mesmo tamanho, mesmos cabelos, mesma roupa, mesmos sons animalescos, provavelmente o mesmo gosto. Não se podia dizer que fosse um aquimã e outro fosse um sinique, não havia diferença que justificasse duas palavras. Seriam nomes então, eles tinham nomes. O caboco se orgulhou da sua inteligência. Apontou para o que ia ser abatido. (RIBEIRO, 1984, p. 51)

Através da voz do narrador adaptado ao ponto de vista do *caboco* Capiroba, o texto procura inverter o alvo habitual da violência. O branco ocupa o lugar do índio, nesse território dominado por Capiroba, para melhor destacar os preconceitos que estão subjacentes à ideologia da colonização. A Redução, território dos padres da catequese; o *apicum*, território do índio antropófago: as divisões espaciais conotam o antagonismo entre duas civilizações tão diferentes como as dos europeus e dos índios brasileiros, tendo como único ponto comum a violência.

A ilha, metonímia do Brasil, não cessa de desencadear imagens ambivalentes que oscilam entre o paraíso e o inferno, imagens arquetípicas do olhar dos europeus sobre esse território, como bem ilustra a parte que reproduz o diálogo entre os dois holandeses, que vão ser aprisionados e mortos por Capiroba, à qual pertence a seguinte citação:

> Mas tanto um quanto outro estamos aqui em igualdade, igualmente parvos em haver posto fé em que aqui encontraríamos riquezas, fortunas, imensas searas, montanhas de ouro e especiarias, felicidade perpétua e paz de espírito, quando o que nos acontece é este buraco verde-bile fétido, povoado de selvagens repulsivos, lama, ratazanas e febres espantosas, esta terra onde tudo é ameaça e nunca se tem sossego da Natureza ou do homem. (RIBEIRO, 1984, p. 49)

6 Esta parte do romance situa a ação na época das invasões holandesas no Nordeste do Brasil.

O fragmento acima faz surgir a imagem da terra cobiçada que aliás é encontrada no poema de Santa Maria de Itaparica, citado na epígrafe ("Em o Brasil, Província desejada / Pelo metal luzente, que em si cria") – que estava presente nos sonhos dos europeus, sonhos que se transformavam muitas vezes em pesadelo, desde que desembarcavam em território brasileiro. Para os dois holandeses, incapazes de enfrentar as enormes dificuldades que lhes reserva essa terra bárbara, o sonho do Eldorado é desmistificado. Ao longo da narrativa, o romance explora a ambivalência dessas imagens. Ao fazer isso, procura expor as premissas da ideologia do colonizador:

> – Não me fales, torturas-me. Que espécie de peixes há cá? Não pode haver bons peixes em águas tão quentes, nada aqui é apropriado, nada daqui pode ser vivido aqui. Há coisas que podem ser tiradas daqui e levadas para bom uso cristão, mas o homem não pode viver aqui, é mundo para as raças serviçais e embrutecidas. (RIBEIRO, 1984, p. 49-50)

O romance também mostra a permanência dessa lógica do colonizador entre os representantes das elites brasileiras: desde Perilo Ambrósio até os descendentes de Amleto Ferreira, os representantes das classes economicamente favorecidas são caracterizados por um comportamento que alia a exploração, em seu próprio proveito, dos recursos do país e do povo brasileiro a uma atitude de difamação para com essa terra. São representados em sua inadaptação, com os olhos sempre voltados para a Europa (ou no século XX, para os Estados Unidos) o que revela de fato, uma recusa de identificação com o povo e de pertencimento a essa terra.

O segundo topônimo, na ordem cronológica, refere-se ao povoado Ponta das Baleias. Esse nome tem sua origem na presença de baleias na região e na importante atividade econômica dela decorrente. O romance registra o auge e a decadência dessa atividade que, até o início do século XIX, juntamente com a produção de açúcar dos engenhos, eram os principais recursos econômicos do Recôncavo. *Viva o povo brasileiro* institui tanto o engenho quanto a armação como lugares romanescos privilegiados para o exame das relações sociais da sociedade brasileira.

O povoado da Ponta das Baleias vai se tornar a sede administrativa da ilha de Itaparica. É o espaço urbano da ilha, o lugar onde as instituições do poder religioso (a igreja), militar (a fortaleza de São Lourenço), político (a Câmara Municipal, a prisão) estão instaladas. Trata-se, portanto, de um espaço institucional relacionado com as ações que aí vão ser representadas e que encarnam as diferentes concepções do nacionalismo que o romance explora. As ações de três subcapítulos do romance estão aí situadas.

O capítulo de abertura, embora não seja precedido de referências nem espaciais nem temporais, como é usual no romance, inclui essas precisões ao longo da narrativa. Abre-se com a descrição de um quadro que reproduz o retrato de um

herói da independência, o alferes José Francisco Brandão Galvão, no cenário de Ponta das Baleias. Essa descrição do lugar, **construção em abismo**, alterna com a evocação medíocre da vida cotidiana do herói em Ponta das Baleias, antes de suas hipotéticas proezas heróicas. Assim sendo, o autor embaralha tanto o *status* de realidade da narrativa – simbólica (quadro) ou real (o real da narração) – quanto sua estrutura temporal que não cessa de oscilar entre o passado, o presente e o futuro. Ao proceder assim, a narrativa mergulha o leitor na incerteza e acaba por fazê-lo duvidar do mito, auxiliado pela ironia do narrador:

> Em toda parte sagravam-se novos heróis, um a cada dia em cada povoado, às vezes dois ou três, às vezes dúzias, com as notícias de bravuras voando tão rápido quanto as andorinhas que passam o verão na ilha. (RIBEIRO, 1984, p. 10)

O alferes representa o herói da história oficial, aquele que corresponde ao projeto identitário do Estado-nação. Falso herói, involuntariamente torna-se uma figura emblemática do nacionalismo do Estado que se esforça por construir signos agregadores, em torno dos quais o povo se reconheça, para legitimar seu poder.

O terceiro subcapítulo do capítulo 11 também situa a ação em Ponta das Baleias (Ponta das Baleias, 3 de novembro de 1846). Coloca em cena o primeiro combate do grupo de Maria da Fé, a heroína que encarna o projeto identitário nacional-popular, líder da Confraria do Povo Brasileiro, para libertar da prisão um de seus camaradas de luta, o ex-escravo Budião. Os dois principais estabelecimentos de manutenção da ordem pública em Ponta das Baleias, a prisão e a fortaleza, são tomados de assalto pelos rebeldes que conseguem fugir e libertar Budião. Segundo a perspectiva do romance, trata-se de uma vitória pontual de um projeto identitário revolucionário que visa a subverter a ordem social injusta. Maria da Fé é a verdadeira heroína do romance e esse subcapítulo inicia a descrição dos atos corajosos e audaciosos que vão marcar sua trajetória de luta ao longo da narrativa.

Por fim, o primeiro subcapítulo do capítulo 13 (Ponta das Baleias, 7 de janeiro de 1865) apresenta o civismo de João Popó. A evocação das comemorações de 7 de janeiro de 1823, data histórica ligada aos combates pela Independência na ilha, é o pretexto para suscitar o discurso do personagem na Câmara Municipal, cheio de clichês da retórica patriótica que alimentam os discursos oficiais. João Popó dedica a sua Pátria um devotamento ingênuo que o conduz a reconhecer-se em todos os símbolos exteriores que a representam. As datas históricas fazem parte do patrimônio do Estado-nação, têm a força simbólica da agregação. Estamos diante de uma representação do cidadão que assimilou o modelo do projeto do Estado-nação.

As ações que se desenvolvem em Ponta das Baleias atribuem-lhe essa função de lugar institucional, em relação a todas as outras localidades da ilha. A estrutura hierárquica de dominação em cascata reflete-se na organização espacial, o que

faz com que Ponta das Baleias surja como o lugar em que o Estado exerce seu controle político.

*Denodada Vila de Itaparica* marca a evolução do lugar que se tornou a sede administrativa da ilha, ao mesmo tempo que o adjetivo *denodada* remete a uma característica que lhe é atribuída, em razão de sua participação nas lutas pela independência do Brasil. Os quatro subcapítulos que situam a ação nesse local alimentam a discussão sobre o nacionalismo a partir dos acontecimentos da guerra contra o Paraguai. Organizam-se sempre em torno da família e do personagem João Popó, membro da Sociedade dos Filhos da Independência Sete de Janeiro, cujos valores são alvo da ironia do narrador:

> A Sociedade dos Filhos da Independência Sete de Janeiro, reconhecida como de utilidade pública pelo Município e pela Província, foi criada com fins lítero-recreativos, colimando ainda o fomento dos ideais do amor à Pátria, do espírito público e dos valores mais acendrados da Nacionalidade. (RIBEIRO, 1984, p. 477)

*Estância hidromineral de Itaparica,* último topônimo na ordem cronológica, destaca um outro recurso econômico, a presença de águas termais que, a partir da primeira metade do século XX (1937), transformou a sede administrativa da ilha num lugar privilegiado de residências secundárias para os habitantes abastados de Salvador, antes que, a partir dos anos 1960, a ilha se torne o paraíso dos *hippies* e dos turistas do Brasil e do mundo todo. É ainda em torno de um descendente de João Popó – o comunista Stalin José – e das comemorações da data de 7 de janeiro, que se estruturam três outros subcapítulos. Retomam a discussão das diferentes concepções do nacionalismo, situando-a no contexto da ditadura militar no Brasil, a partir do confronto entre a ideologia de segurança nacional, característica dos militares no poder, e a ideologia comunista à qual ela se opunha.

Além da representação desse espaço institucional do qual acabamos de acompanhar a evolução toponímica relacionada com os principais eixos semânticos do romance, a ilha é também (talvez fosse preciso dizer sobretudo) uma multiplicidade de lugares nos quais palpita a vida cotidiana de seu povo. Essa forma de representação insiste no caráter múltiplo e convivial do sistema cultural popular que existe em paralelo com a tendência homogeneizante e hegemônica da sociedade. Consequentemente, esboça-se um vasto afresco apresentando os diferentes trabalhos aos quais essas pessoas se dedicaram através do tempo: sua condição de escravos nas plantações de açúcar ou nas armações de baleias, de escravos livres pescadores, pequenos comerciantes, pequenos agricultores, simples trabalhadores ocupados em tarefas diversas, pequenos funcionários públicos, professores primários, enfim, a imagem de um povo que trabalha. É essa imagem que o romance procura manter presente na memória do leitor. Com isso, ele descredita os discursos mantidos

pelos representantes das elites do país ao longo da narrativa, que não fazem mais do que reforçar o estereótipo de um povo brasileiro desocupado. Um outro clichê é desmistificado: o da cordial passividade do povo brasileiro. No romance, esse povo que trabalha é também aquele que luta, que combate em prol da liberdade, que resiste à aculturação por meio da manutenção de suas tradições culturais.

A ótica do romance é a de apresentar as correlações de força nas quais são produzidos os projetos identitários. Portanto, a organização em camadas do espaço ficcional, que surge assim fortemente hierarquizado, permite diversas perspectivas de apreensão dos fenômenos identitários. As grandes propriedades, como a de *Armação do Bom Jesus,* demarcam, pela organização de seu espaço e pela função que lhes é atribuída, a classe social dos personagens e determinam suas diferentes atividades. Assim sendo, na grande propriedade Armação do Bom Jesus – que está no cerne da narrativa, centrada no poder de seu proprietário Perilo Ambrósio, figurado como um outro falso herói da história oficial – a casa-grande e a capela opõem-se à senzala, enquanto a casa-pequena é destinada ao administrador da propriedade. A casa da farinha transforma-se em lugar de conspiração onde se reúnem os membros rebeldes da misteriosa Confraria do povo brasileiro.

Assim como a casa da farinha, outros lugares na ilha, dentre os quais o Acampamento do Matange, uma senzala abandonada que serve de abrigo ao grupo de Maria da Fé, são evocados como espaços de resistência política. Mas o lugar emblemático da liberdade do povo negro da ilha é a *Capoeira do Tuntum,* lugar de resistência de uma cultura que se mantém através dos séculos pela tradição oral. Situada ainda dentro dos limites da Armação, é o espaço de liberdade preservado pelos negros. A narrativa constrói a descrição da capoeira, insistindo no simbolismo do sagrado que se manifesta nas características que lhe atribui: seu isolamento, sua forma de círculo, o luar que a ilumina, os caminhos tortuosos para a ela aceder.[7] Território mágico em que se manifestam as sucessivas reencarnações da "alma brasileira"; espaço identitário para onde convergem os personagens negros do romance, ao encontro de suas crenças, de sua memória ancestral, de seu sistema cultural:

> Então não eram realmente os mesmos, esses negros, não tinham as mesmas caras galhofeiras que exibiram na festa, não pertenciam a ninguém, como lá sempre pertenceriam. E pelo menos hoje podiam bater seus tambores, pois haviam ido embora o barão, a baronesa e os convidados. (RIBEIRO, 1984, p. 148)

Todos esses lugares, desde o apicum do *caboco* Capiroba, passando pela casa da farinha, o acampamento de Maria da Fé, a Capoeira de Tuntum ou o terreiro de Rita Popó, ao lugar chamado de Amoreiras em que Patrício Macário, de volta a

7 A esse respeito, ver o artigo de Marilene Weinhardt (1987, p. 167-179).

Itaparica, encontra finalmente "a via de acesso ao conhecimento"[8], figuram espaços de liberdade relacionados com um projeto identitário de resistência nacional-popular que o romance apresenta. Nesses espaços, a cultura africana surge como um dos fundamentos culturais da identidade brasileira. *Viva o povo brasileiro* vai eleger como forma privilegiada de caracterização do imaginário popular brasileiro uma dominante étnica de origem africana, recriando manifestações próprias das sociedades primitivas e sem escrita: os mitos de origem, as genealogias, as práticas religiosas, os rituais de magia, as lendas, os saberes considerados como segredos, todos esses componentes estão presentes no romance.[9] (GODET, 2009, Maria da Fé ) Esses lugares de exceção existem afastados do espaço institucional. São lugares cortados da vida cotidiana, de acesso difícil, como o terreiro de Rita Popó "escondido num matagal desguedelhado, de trilhas tortuosas." (RIBEIRO, 1984, p. 594) Territórios de asilo para um povo que vive à margem, exilado em seu próprio país, sentimento expresso nas reflexões do negro Budião, de volta à ilha depois de lutar na Guerra dos Farrapos.[10]

> Sem sentir, como se o chimarrão subindo fumegante pela bombilha o embriagasse, contou devaneando que lutara muito, que passara de carregador e serviçal a combatente, mas que combatera como preto, sempre como preto, sempre diferente mais do que na cor, sempre por baixo, mesmo que no alto. Nisto era que lhe vinha maior confusão, pois achara que era coisa do Povo Brasileiro como todas as coisas da Irmandade – "mas como podia ser, se para ele parecia continuar a não haver lugar?" *(*RIBEIRO, 1984, p. 312, grifo nosso)

O romance explora as marcas da ruptura entre a nação-como-Estado (totalitária) e a nação-como-cultura (convivial). A Confraria do Povo Brasileiro luta para construir um território plural em que o povo excluído, vítima de todas as espécies de discriminações, inclusive a discriminação racial, possa encontrar seu lugar, um único lugar capaz de integrar as diversidades, um projeto social fraterno que edificaria pontes, ali onde só havia lugares superpostos e estanques. É interessante destacar no discurso de Maria da Fé, signos que denotam uma visão ampliada da terra e do povo brasileiros, uma vontade de recosturar um tecido espacial esgarçado:

> – Povo do Arraial do Baiacu e de toda a terra de Vera Cruz! (RIBEIRO, 1984, p. 383)

As referências toponímicas não estão restritas ao lugar em que acontece a ação. De Baiacu a Vera Cruz – "cujo nome [...] autoriza uma assimilação a todo o Brasil",

---

8 Francis Utéza (2000) estuda detalhadamente esse episódio no ensaio *Rita Popó et le mystère de la désincarnation.*

9 Sobre Maria da Fé, ver meu artigo que consta em Souza (2009, p. 192).

10 Revolução Farroupilha (1835-1845) no Estado do Rio Grande do Sul.

como destacou Utéza (1999)[11] – o discurso de Maria da Fé incorpora gradualmente novos territórios no tecido espacial que ela pretende ver reconstruído :

> – Povo do Baiacu, povo de Vera Cruz, povo da Ilha de Itaparica, povo da minha terra, quero vossos ouvidos para neles soprar a revolta que salva! (RIBEIRO, 1984, p. 384)

O discurso convida-nos a ler a transfiguração do território em nação, anuncia as promessas de salvação, contanto que o povo esteja decidido a combater em prol de uma mudança radical da sociedade. O projeto identitário inicialmente previsto com a forma de identidade-resistência evolui para um projeto mais amplo de transformação social.

O espaço do povo figurado no romance é por excelência o espaço exterior, o espaço de fora. A maior parte das atividades de que participam as pessoas do povo ocorrem ao ar livre, quer refiram-se a seu trabalho, seu lazer, suas festas ou cerimônias religiosas. Assim sendo, a narrativa focaliza o povo em contato direto com a natureza. Não há espaço para descrições da natureza que dispensariam a presença do homem. O povo surge integrado na paisagem dessa terra, de maneira consubstancial.

A injustiça da ordem social contrasta com o simbolismo da ilha como um espaço ditoso em que ainda é possível acreditar na felicidade. É o que se constata especialmente nas cenas que descrevem as relações que os dois protagonistas do romance, Maria da Fé e Patrício Macário, mantêm com esse espaço físico:

> Um dos maiores prazeres que existem é sair depois de uma pancada de chuva pesada mas ligeira e sentir nos pés a água morninha empoçada nas lajotas que o sol vinha esquentando. Dafé lembrou que, se Vô Leléu estivesse no Baiacu e não na Bahia resolvendo negócios, reclamaria ao vê-la de saia arrepanhada e descalça, arrastando os pés nas poças com os artelhos bem abertos para desfrutar melhor do calorzinho. (RIBEIRO, 1984, p. 314)
>
> Na praia, [Patrício Macário] tomou a direção de Itaparica em marcha andadeira, mas logo afroxou a brida, e o cavalo passou a galopar alegremente pela areia chapinhante das coroas. Não podia mesmo haver lugar tão bonito quanto este, uma infinitude alvinitente encaixada na noite, o vento jogando ao espaço gotinhas d'água que pareciam misturar-se com as estrelas, cintilando igual a elas e colorindo tudo o que se via. Apertou de novo o lenço contra o peito – poderia haver felicidade mais plena do que a sua? (RIBEIRO, 1984, p. 611)

Assiste-se dessa forma à figuração de um espaço exterior apaziguador que permite uma participação íntima dos personagens no espetáculo da natureza. Não

11 Os portugueses pensaram que aportavam numa ilha, daí o primeiro nome com que foi batizado o Brasil, o de *Ilha de Vera Cruz.*

se trata simplesmente de contemplar a natureza, mas de experimentá-la com todos seus sentidos despertos, de nutrir-se de sua beleza para deixar emergir a felicidade do ser. A força simbólica desse quadro harmonioso é portadora de esperança.

A estrutura espacial do romance opõe o espaço exterior da ilha, espaço popular por excelência, e o espaço interno no qual ocorrem as ações situadas nas grandes cidades. Contrariamente à multiplicidade de lugares que caracteriza a organização ficcional do espaço da ilha e das localidades do Recôncavo que lhe estão próximas, a ficcionalização dos espaços metropolitanos sofre uma redução extrema. Quanto a Salvador, quase não se faz nenhuma alusão a seu espaço físico referencial, à exceção de algumas menções à praça do Terreiro de Jesus e ao bairro do Maciel onde está instalado o escritório de Perilo Ambrósio e de Amleto Ferreira. O espaço se fecha, circunscrito às casas desses dois personagens, bem como ao escritório, lugar emblemático do mundo dos negócios.[12] Paralelamente a essa apresentação do espaço privado das elites brasileiras, a focalização interna, frequentemente utilizada pelo narrador para expor suas premissas ideológicas, permite mostrar ao leitor todas as tramoias desses personagens.

A representação de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo é feita em função da mobilidade dos descendentes dos representantes do poder que acompanham o deslocamento do centro econômico do país. É o território do poder hegemônico, o lugar do "Brasil moderno" cujas elites incorporam o imaginário branco herdado dos colonizadores, associado aos valores do capitalismo internacional. O antagonismo entre as representações espaciais da ilha e as das cidades figura, de maneira singular no universo romanesco, o conflito entre o mundo primitivo e o mundo moderno ocidental que a literatura brasileira contemporânea persiste em reinterpretar.

## *Referências*


CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário:* literatura, cultura, história e identidade. 1993. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_______. O imaginário brasileiro: entre a genealogia e a história. In: ______. *Estampas do imaginário*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 83-120.

GODET, Rita Olivieri. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*, 2009. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana, BA: UEFS; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Linguagem e cultura, 44)


12 Observe-se que a ação situada em São Paulo ocorre no escritório de um descendente de Amleto Ferreira. O escritório tende a substituir em importância o espaço familiar da casa.

HOLANDA, Sérgio. O mito americano. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 79-115.

ITAPARICA, Manuel de Santa Maria. Descrição da Ilha de Itaparica. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Antologia dos poetas brasileiros na fase colonial*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa Nacional, 1953. v. 1, p. 170-193.

MATOS, Gregório. *Obra poética.* Edição James Amado. Rio de Janeiro: Record, 1999. v. 2.

MITTERAND, Henri. Le lieu et le sens: l'espace parisien dans *Ferragus* de Balzac. In: ______. *Le discours du roman*. Paris : PUF, 1980. p. 189-212.

RIBEIRO, João Ubaldo. *O albatroz azul*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

______. *Viva o povo brasileiro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RISÉRIO, Antonio. Viva Ubaldo brasileiro. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 7, p. 91, 102, mar. 1999, p. 91-102.

SOUSA, Lícia Soares de (Org.). *Dicionário de personagens afrobrasileiros*. Salvador: Fapesb: Quarteto, 2009.

SOUBEYROUX, Jacques. Le discours du roman sur l'espace: approche méthodologique. In: ______. *Lieux dits:* recherches sur l'espace dans les textes ibériques (XVIe – XXe siècles). Saint-Étienne: l'Université de Saint-Étienne, 1993. p. 11-24.

UTÉZA, Francis. João Ubaldo Ribeiro: *Viva o povo brasileiro* ou l'esprit de la fraternité. *Quadrant*, Montpellier: Université Paul Valéry, n. 16, p. 141-187, 1999.

______. Rita Popó et le mystère de la désincarnation. *Les langues néo-latines*, n. 311, p. 73-85, 2000. Supplément. Journée de réflexion sur les auteurs des programmes des Concours d'Agrégation et du Capes de portugais.

WEINHARDT, Marilene. A presença do sagrado em "Viva o povo brasileiro". *Letras*, Curitiba, n. 36, p. 167-179, 1987.

# Colaboradores

## Sobre os autores

### Carlos Caroso

PhD. in Anthropology pela University of California Los Angeles-UCLA (1988). Professor Associado no Departamento de Antropologia e Etnologia e Professor Permanente do PPGA, FFCH/UFBA. Tem realizado estudos e pesquisas principalmente nas áreas de Antropologia da Saúde, focalizando saúde mental comunitária; relação cultura meio-ambiente; populações e saberes tradicionais; desenvolvimento sustentável; e questões relacionadas a patrimônio cultural oral/narrativo e memória de terapeutas tradicionais.

### Carlos Etchevarne

Doutor pelo Muséum d´Histoire Naturelle de Paris, é professor de Arqueologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, membro do Colegiado da Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE e pesquisador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Portugal). Desenvolve pesquisas sobre populações indígenas pré-coloniais e instalações portuguesas dos séculos XVI e XVII, no território do Estado da Bahia.

### Célia Conceição Sacramento Gomes

Graduada em Psicologia e Mestre em Artes Cênicas – UFBA. Pesquisadora Colaboradora do GIPE-CIT – UFBA. Especialista em Psicodrama. Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira – AMAFRO. Atua principalmente em temas de educação, etnocenologia, manifestações culturais, antropologia das populações afro-brasileiras.

### Cláudio Luiz Pereira

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é antropólogo da Universidade Federal da Bahia, onde participa como professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos.

### Fábio Bandeira

Doutor em Ciências pela Universidad Nacional Autónoma de México (2002). Atualmente é Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Feira de Santana, do Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFBA, do Programa de Pós-graduação em Modelagem Ambiental e Ciências da Terra, UEFS; e colaborador dos programas de pós-graduação de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental da UNEB e de Botânica da UEFS. Tem coordenado projetos na área de Etnobiologia, Gestão Etnoambiental, Desenvolvimento Sustentável, Manejo Sustentável de Recursos Vegetais, Avaliação de Políticas Públicas Ambientais e Culturais e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial de Culturas Populares e Indígenas.

### Fátima Tavares

Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela UFRJ. Professora

do departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e atualmente Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFBA. Tem desenvolvido pesquisas em três linhas: na confluência entre religião e saúde; religião e espaço público e em campo religioso brasileiro. Atua nas áreas de antropologia da saúde e da religião. Seus trabalhos enfocam: novas religiosidades, movimento nova era, religiões afro-brasileiras, juventude e religião, mídia e religião, turismo religioso, terapêuticas alternativas e Estratégia Saúde da Família.

### *Fernando Cardoso Pedrão*

Economista, Doutor e Docente Livre em Ciências Econômicas pela UFBA aposentado. Sócio fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. Presidente do Instituto de Pesquisas Sociais, Professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo. Autor de vários livros e artigos científicos. Último livro publicado, *Economia, política e poder* (2009).

### *Gal Meirelles*

Mestre em Letras e Lingüística pela UFBA. Atualmente é professor visitante da Universidade do Estado da Bahia e coordenadora de área junto a Secretaria Municipal de Vera Cruz. Desenvolve pesquisa junto a comunidades pesqueiras da Baía de Todos os Santos, atuando principalmente nos seguintes temas: etnografia, oralidade, fotografia, identidade, cultura e educação.

### *Giovana Dantas*

Graduada em Artes Visuais e Doutora em Artes Cênicas pela UFBA; professora do IFBA e integrante do grupo de pesquisa MAMETO; premiada pelo Programa de Residência Artística do Instituto Sacatar (2008 e 2010), explora materiais e técnicas diversas, como fotografia, objetos, instalações, vídeo, que compõem suas exposições.

### *João de Pina Cabral*

Coordenador de Pesquisa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, do qual foi Presidente do Conselho Científico (1997-2004). É autor de vários livros publicados em Portugal e E.U.A.

### *Licia Soares de Souza*

Doutora em Semiologia – Université du Quebec (1989). Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal da Bahia, professora titular da Universidade do Estado da Bahia e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Comparada (Brasil-Québec), abordando igualmente as narrativas teleficticias. Atua na área da semiótica da cultura. Estuda adaptações cinematográficas de obras literárias.

### *Livio Sansone*

Estudou sociologia em Roma e se doutorou em antropologia na Universidade de Amsterdam em 1992. É professor do Departamento de Antropologia da UFBA e coordena o Programa de Extensão em Pós-Graduação Fábrica de Ideias. Ele tem realizado pesquisa sobre relações raciais e desigualdades duráveis no Suriname, Inglaterra, Holanda, Brasil e, mais recente, Cabo Verde e Senegal.

### *Luydy Abraham Fernandes*

Graduado em Museologia e tem mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor assistente do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e desenvolve pesquisas em arqueologia, principalmente com sítios Aratu do Oeste da Bahia, foco do doutorado, em curso, pela UFBA.

### *Maria Hilda Baqueiro Paraíso*

Graduada e Mestra em Ciências Sociais pela UFBA e Doutora em História Social pela USP. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Suas pesquisas e publicações estão centradas em História Indígena e do Indigenismo nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

### *Mário Mendonça de Oliveira*

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1961) e Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (2001). Atualmente é professor adjunto IV da referida Universidade. Tem experiência na área de Arquitetura e de Engenharia Civil, com ênfase em Materiais e Componentes de Construção, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Arquitetura, restauração de monumentos, durabilidade dos materiais de construção e história das fortificações.

### *Nicole Borba de Avillez*

Formanda em Design de Interiores, na Universidade Federal de Bahia e bolsista PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – CNPq. Estagiária da ANPAP – Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas e membro do grupo de pesquisa MaMeTo – CNPq. Integra o eixo de artes do Projeto "Vera Cruz em Retalhos" BTS – Baía de Todos os Santos, FAPESB.

### *Ordep Serra*

Doutor em Antropologia pela USP. Professor Associado do Departamento de Antropologia da FFCH/UFBA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA. Produção principal em Antropologia da Religião, Antropologia das Sociedades Clássicas, Etnobotânica, Teoria Antropológica. Tradutor de textos científicos e literários. Escritor.

### *Paulo Ormindo de Azevedo*

É arquiteto pela UFBA com doutorado pela Universidade de Roma em conservação de monumentos e sítios. Professor titular da UFBA, membro da Academia de Letras da Bahia e do Conselho Estadual de Cultura, consultor da UNESCO e coordenador do Inventário da Proteção do Acervo Cultural da Bahia (7 volumes).

### *Pedro Barboza de Oliveira Neto*

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia, com concentração em teorias e crítica da literatura e da cultura. Pesquisador do grupo de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ações Integrados no Semi-Árido – NIEAIS, com ênfase nas temáticas sertaneja e canudiana, além de ficção de autoria baiana. Foi professor adjunto de Literatura Brasileira na Universidade Católica do Salvador de 1976 a 2010.

### *Pedro de Almeida Vasconcelos*

Ph.D em Geografia, Université d'Ottawa, Canadá (1985); Mestre em Urbanismo, Université Catholique de Louvain, Bélgica (1973); Professor Titular em Geografia, UFBA; Pesquisador do CNPq; professor do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UcSal e Mestrado em Geografia da UFBA. Temas principais: transformações e permanências em Salvador; Teorias sobre cidades; antecedentes do trabalho informal.

### *Rita Olivieri-Godet*

Graduada em Letras Português-Francês pela Universidade Federal da Bahia (1974) e em Licence de Linguistique – UNIVERSITÉ DE TOULOUSE LE MIRAIL (1978). Mestrado em DIPLOME D'ÉTUDES APPROFONDIES EN LETTRES FRANCAISE – Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1977), mestrado em Diplome D'études Approfondies en Analyse du Texte – Université de Paris VIII (1977) e doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (1994).

### *Ronan  Caires de Brito*

Mestre em Oceanografia Biológica pela University College Of North Wales, UK e Doutorado em andamento na UFBA, no curso Cultura e Sociedade. Professor do Instituto de Biologia da UFBA. Realizou estudos em produção primária, biomonitoramento de emissários submarinos, estudos ecotoxicologicos em ambientes riverinos e costeiros, avaliação da qualidade da água para projetos de maricultura, estudos de recarga de ecossistemas do litoral. Na área de planejamento, coordenou Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, Estudos de Impacto Ambiental, Implementação de Unidades de Conservação, estudos de ordenamento territorial, programas de extensão em comunidades tradicionais do litoral. Desenvolve atualmente Programas de gestão e sustentabilidade em ambientes do litoral.

### *Sérgio Fraga Santos Faria*

Engenheiro civil (UFBA), mestre em engenharia de produção com área de concentração em sistemas de transportes (PUC, RJ), professor do departamento de transportes de Escola Politécnica da UFBA, onde atua com interesse maior na pesquisa e no ensino de temas relacionados com o transporte aquaviário, portos e vias navegáveis.

### *Sylvio Bandeira de Mello e Silva*

Doutor em geografia pela Universidade de Toulouse/França. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL e pesquisador do CNPq.

### *Ubiratan Castro de Araújo*

Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador (1970), graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1971), mestrado em História – Université de Paris X, Nanterre (1973) e doutorado em História – Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1992). Atualmente é diretor geral da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia.

### *Viga Gordilho*

Artista visual conhecida como Viga Gordilho. Doutora em Artes pela Escola

de Comunicação e Artes da ECA/USP. Professora Adjunto IV da Escola de Belas Artes EBA/UFBA. É líder do grupo de pesquisa MAMETO CNPq, no qual desenvolve pesquisa sobre o PROCESSO CRIATIVO e sobre os símbolos oriundos do entrelaçamento cultural afro-indígena brasileiro, pontuando as águas dos oceanos e rios como universo poético de referência na diluição de fronteiras.

### *Wellington Castellucci Junior*

Graduado em História pela Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus (1995), Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é Professor do Mestrado em História da UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS e Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

### *Xavier Vatin*

Doutor em Antropologia Social e Etnologia (EHESS, Paris, 2001). Atualmente é Diretor e Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Pesquisador Associado do CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique (Laboratoire Langues-Musiques-Sociétés), em Paris.